O presente livro apresenta resultados de uma investigação sociológica sobre a indústria da Construção portuguesa. Realizada, ao longo de mais de três anos, por uma equipa multidisciplinar de investigadores do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, a pesquisa mobiliza teoria e investigação sociológicas de referência, com recurso a um conjunto de colaboradores internacionais, para compreender, ao abrigo de uma metodologia de caso alargado, a evolução da atividade económica e a configuração da experiência do trabalho na indústria da Construção do país – dentro e fora deste.

Este livro foi desenvolvido no âmbito do projeto "Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no Campo da Construção em Portugal e seus Impactos nas Condições de Trabalho no Século XXI" (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), cofinanciado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

EM (RE) CONSTRUÇÃO ELEMENTOS PARA UMA SOCIOLOGIA DA ATIVIDADE NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO EM PORTUGAL

EM (RE) CONSTRUÇÃO

ELEMENTOS PARA UMA SOCIOLOGIA DA ATIVIDADE NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO EM PORTUGAL

ORGANIZADO POR
VIRGÍLIO BORGES PEREIRA

Em (Re)Construção.
Elementos para uma sociologia da atividade na indústria da Construção em Portugal

Em (Re)Construção. Elementos para uma sociologia da atividade na indústria da Construção em Portugal

Organizado por Virgílio Borges Pereira

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Em (Re)Construção:
Elementos para uma Sociologia da Atividade na Construção em Portugal.

Projeto científico: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto | Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Investigador responsável: Virgílio Borges Pereira
Investigadores: Bruno José Rodrigues Monteiro, Carla Aurélia Rodrigues de Almeida, Ester Maria dos Reis Gomes da Silva, João Pedro Luís de Queirós e José Fernando Madureira Pinto
Bolseiras de investigação: Laura Cristina Amaro Galhano e Vanessa Margarida Carvalhosa Rodrigues
Investigadores colaboradores: Maria Inês Rocha de Azevedo Vilar Coelho, Sandra Margarida Couto Cerejeira Leitão e Tiago Nuno de Castro Moreira Coelho de Lemos
Consultores: Nicolas Jounin, Jan Cremers, João Fraga de Oliveira, Jorge Oliveira, Loïc Wacquant, Iria Vásquez e Yasmine Siblot

Este Livro foi desenvolvido no âmbito do projeto "Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no Campo da Construção em Portugal e seus Impactos nas Condições de Trabalho no Século XXI" cofinanciado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

This book is a result of the project "Breaking ground for construction: changes in the Portuguese construction field and their impacts on working conditions in the 21st century", supported by Competitiveness and Internationalisation Operational Programme (POCI), under the PORTUGAL 2020 Partnership Agreement, through the European Regional Development Fund (ERDF) and through national funds by the FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A edição em livro da presente obra respeita os princípios estabelecidos na Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projetos de I&D Financiados pela FCT (adotada a 5 de maio de 2014).

***Design* & Layout: Grupo Almedina**
Capa: Pormenor da zona das Fontainhas e da sua envolvente, na cidade do Porto (fotografia de Virgílio Borges Pereira, novembro de 2019)
Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Impressão: Papelmunde
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 466977/20
ISBN: 978-989-8969-51-4
Data de Publicação: junho de 2020

Autores

Bruno Monteiro

Sociólogo, Doutor em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Investiga-dor do Projeto *Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no Campo da Cons-trução em Portugal e seus Impactos nas Condições de Trabalho no Século XXI.*

Carla Aurélia de Almeida

Linguista, Professora Auxiliar do Departamento de Humanidades da Universi-dade Aberta, Investigadora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Investigadora do Projeto *Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no Cam-po da Construção em Portugal e seus Impactos nas Condições de Trabalho no Século XXI*.

Jan Cremers

Sociólogo, Investigador, *Department of Social Law and Social Policy, Tilburg Law School – University of Tilburg*. Consultor do Projeto *Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no Campo da Construção em Portugal e seus Impactos nas Condições de Trabalho no Século XXI*.

Jens Thoemmes

Sociólogo, Diretor de Investigação do *Centre National de la Recherche Scien-tifique*, *Laboratoire CERTOP (Centre d'Étude et de Recherche Travail Organisa-tion Pouvoir), Université de Toulouse – Jean Jaurés.*

João Fraga de Oliveira

Inspetor do trabalho aposentado da Autoridade para as Condições do Traba-lho (ACT). Consultor do Projeto *Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no Campo da Construção em Portugal e seus Impactos nas Condições de Traba-lho no Século XXI*.

João Queirós

Sociólogo, Professor Adjunto Convidado da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto e Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Investigador do Projeto *Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no Campo da Construção em Portugal e seus Impactos nas Condições de Trabalho no Século XXI*.

João Silva,

Arquiteto, Mestre em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

José Madureira Pinto

Sociólogo, Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Investigador do Projeto *Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no Campo da Construção em Portugal e seus Impactos nas Condições de Traba-lho no Século XXI*.

Laura Galhano

Mestre em Socioeconomia, Doutoranda em Ciências Sociais pela *Université de Lausanne* (Laboratório LINES e investigadora associada do laboratório LAC-CUS). Investigadora do Projeto *Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no Campo da Construção em Portugal e seus Impactos nas Condições de Trabalho no Século XXI*.

Lise Bernard

Socióloga, Investigadora Principal do CNRS, *Centre Maurice Halbwachs* (CMH).

Loïc Wacquant

Sociólogo, Professor de Sociologia da *University of California*, Berkeley e Investigador do *Centre de sociologie européenne*, Paris. Consultor do Projeto *Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no Campo da Construção em Portugal e seus Impactos nas Condições de Trabalho no Século XXI*.

Marie Cartier

Socióloga, Professora de Sociologia da *Université de Nantes*, Investigadora do *Centre Nantais de Sociologie* (CENS).

Marie-Hélène Lechien

Socióloga, Professora Associada de Sociologia da *Université de Limoges*, Investigadora do *Groupe de Recherches Sociologiques sur les Sociétés Contemporaines* (GRESCO).

Maria Inês Coelho

Socióloga, Doutora em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Investigadora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Nataly Costa

Jornalista e socióloga. Mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Nicolas Jounin

Sociólogo. Professor Associado de Sociologia da *Université Paris 8*, Investigador do CRESPPA-CSU, CNRS. Consultor do Projeto *Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no Campo da Construção em Portugal e seus Impactos nas Condições de Trabalho no Século XXI*.

Olivier Masclet

Sociólogo, Professor Associado de Sociologia da *Université Paris Descartes*, Investigador do *Centre de Recherches sur les Liens Sociaux* (CERLIS).

Olivier Schwartz

Sociólogo, Professor de Sociologia (reformado) da *Université Paris Descartes*, Investigador do *Centre de Recherches sur les Liens Sociaux* (CERLIS).

Thomas Amossé

Sociólogo, Administrador do INSEE, Investigador do *Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Économique* (LISE), CNAM / CEET.

Tiago Lemos

Sociólogo, Doutor em Sociologia pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Tom Slater

Geógrafo, Professor Associado de Geografia Humana, *Institute of Geography, University of Edinburgh, UK.*

Vanessa Rodrigues

Socióloga, Doutoranda em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universida-de do Porto, Investigadora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e do Projeto *Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no Campo da Constru-ção em Portugal e seus Impactos nas Condições de Trabalho no Século XXI.*

Virgílio Borges Pereira

Sociólogo, Professor Associado com Agregação do Departamento de Sociolo-gia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e Professor, em regime de colaboração, da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Coordenador do Projeto *Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no Campo da Construção em Por-tugal e seus Impactos nas Condições de Trabalho no Século XXI* e organizador do presente livro.

Yasmine Siblot

Socióloga, Professora de Sociologia na Universidade Paris 8, Investigadora do CRESPPA-CSU, CNRS. Consultora do Projeto *Novos Terrenos para a Constru-ção: Mudanças no Campo da Construção em Portugal e seus Impactos nas Con-dições de Trabalho no Século XXI.*

Índice

Autores 5

Índice 9

Introdução Geral 15
Virgílio Borges Pereira

PARTE I
Elementos de Teoria e de Método Sociológico 29

Capítulo 1
Em (Re)Construção: Um programa de pesquisa sociológica sobre os modos de dominação e as estratégias de reprodução social na indústria da Construção . 31
Virgílio Borges Pereira, Bruno Monteiro, Carla Aurélia de Almeida, Laura Galhano & Vanessa Rodrigues

Capítulo 2
Quatro princípios transversais para mobilizar Bourdieu na pesquisa 51
Loïc Wacquant

Capítulo 3
Como estudar as classes populares contemporâneas? Da análise estatística de um espaço social a uma pesquisa monográfica a agregados familiares 67
Thomas Amossé, Lise Bernard, Marie Cartier, Marie-Hélène Lechien, Olivier Masclet, Olivier Schwartz & Yasmine Siblot

Capítulo 4
Esclarecendo a Teoria de Neil Smith sobre o diferencial de renda no processo de gentrificação 89
Tom Slater

Capítulo 5
Política social e mobilidade laboral na Europa:
O fosso entre a lei e a sua aplicação 111
Jan Cremers

PARTE II
Elementos para uma Sociologia dos Modos de Dominação e dos Sistemas
de Mecanismos de Reprodução na Indústria da Construção 125

Capítulo 6
Estrutura económico-produtiva, sistema de emprego e qualificações
na Construção: Uma breve leitura sobre tendências e mudanças recentes. . . . 127
José Madureira Pinto, Vanessa Rodrigues & Maria Inês Coelho

Anexo 6.1. Sinistralidade laboral no setor da construção em Portugal:
Alguns elementos caracterizadores 152
José Madureira Pinto, Vanessa Rodrigues & Maria Inês Coelho

Capítulo 7
O campo das grandes empresas da Construção: Perspetiva teórica
e análise relacional sobre o caso português (em 2012) 165
Virgílio Borges Pereira

Capítulo 8
A crise da Construção sob múltiplos pontos de vista: (des)regulação
da atividade económica e recomposição do trabalho na perspetiva
dos atores institucionais do setor no período posterior a 2008 191
João Queirós, Laura Galhano & Virgílio Borges Pereira

Capítulo 9
Azares, riscos e culpas: Representações sobre os acidentes de trabalho
da Construção na imprensa portuguesa (1996-2017). 211
Bruno Monteiro & Carla Aurélia de Almeida

Capítulo 10
Que "novos terrenos" para as condições de trabalho na Construção?
Que olhar de um inspector do trabalho? 229
João Fraga de Oliveira

PARTE III
Elementos para uma Sociologia da (Re)Construção do Espaço 247

Capítulo 11
Gandra, Ermesinde: Sobre a construção de um lugar no processo
de expansão (sub)urbana do Grande Porto 249
Maria Inês Coelho

Capítulo 12
O Estado em dois estados. Ação administrativa e ação económica
na formação dum mercado imobiliário em Matosinhos:
O caso da comissão de 1 de março de 1996 291
Tiago Lemos

Capítulo 13
O Mercado da Reabilitação Urbana enquanto Construção Política:
Resultados de um percurso de pesquisa na cidade do Porto 319
João Queirós, Vanessa Rodrigues & Virgílio Borges Pereira

Anexo 13.1 – Espaço Musas: Um lugar para a vida urbana 357
João Silva

Anexo 13.2 – A gentrificação e os cafés do centro do Porto 364
Nataly Costa

Capítulo 14
Linguagens de estaleiro: Regimes de valor e categorias do entendimento
na indústria da Construção na região de Lisboa 369
Bruno Monteiro & Laura Galhano

Capítulo 15
A Construção, a Necessidade e a Virtude: Coordenadas preliminares
para a compreensão de processos de formação de classe na indústria
da Construção na região do Vale do Sousa 401
Virgílio Borges Pereira

Capítulo 16
A confiança na Construção: Procura e experiência de trabalho numa nova
vaga da presença portuguesa na indústria da Construção em Bordéus, França . . 435
Virgílio Borges Pereira

Anexo 16.1 – Os Portugueses como representação étnica da dureza do trabalho na indústria da Construção em França 465
Nicolas Jounin

Anexo 16.2. – O trabalho destacado dos assalariados portugueses em França. O caso do setor da Construção 474
Jens Thoemmes

Capítulo 17
O destacamento de trabalhadores portugueses para a indústria da Construção em Bruxelas, na Bélgica: Notas exploratórias 493
Virgílio Borges Pereira, Vanessa Rodrigues & Laura Galhano

Capítulo 18
Nacionalidade e recrutamento: O caso dos operários portugueses no setor da Construção na Suíça francófona 523
Laura Galhano

Um Comentário Final 547
Virgílio Borges Pereira

Em (Re)Construção.
Elementos para uma sociologia da atividade na indústria da Construção em Portugal

Introdução Geral

Virgílio Borges Pereira

O presente trabalho convoca e discute resultados de investigação sociológica sobre a problemática das recomposições da atividade na indústria da Construção em Portugal. Pensado e preparado no quadro das atividades do projeto de investigação "Novos terrenos para a construção: mudanças no campo da construção em Portugal e seu impacto nas condições de trabalho no século XXI"[1] (doravante designado apenas pelo segmento inicial do título), este trabalho busca restituir não apenas alguns dos principais resultados da investigação efetuada, mas também reconstituir o quadro de partilha intelectual e científica que esteve subjacente à respetiva produção. Para esse efeito, procura também apresentar-se como um revelador de uma certa diversidade de pontos de vista sociológicos suscetível de ser mobilizada para o estudo da realidade que visa objetivar. É, assim, um trabalho teoricamente informado e metodologicamente convicto, que se organiza, com recurso a colaborações de diferentes autores, a partir de três grandes movimentos de questionamento, que se traduzem em outras tantas partes.

Nesse sentido, uma primeira parte, intitulada "Elementos de Teoria e de Método Sociológico", apresenta contributos para o entendimento do quadro epistemológico, teórico e metodológico que serviu de referência ao desenvolvimento do programa de conhecimento mobilizado ao longo da obra. Neste caso, o conjunto de preocupações teóricas estritas que esteve subjacente à realização da pesquisa sobre a indústria da Construção portuguesa, mas também o que nesta convoca a sociologia de Pierre Bourdieu, contributos mais específicos para o conhecimento das regiões mais fragilizadas do espaço social, a dinâmica desequilibrada de formação dos diferenciais de renda associada ao uso especulativo do solo urbano, tal como decorre da teoria de Neil Smith, ou a análise sobre o papel

[1] Projeto com referência PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621, desenvolvido no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, entre 2016 e 2019, e financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade.

dos Estados e das instituições nacionais e Europeias na regulação da atividade económica e do trabalho. Assim, se o primeiro dos capítulos define o modelo de análise que inspira a pesquisa sociológica sobre as recomposições da indústria da Construção em Portugal para que esta obra se propõe contribuir, os quatro restantes especificam horizontes de trabalho autónomo que esse mesmo capítulo convoca e que inscreve no projeto de conhecimento que designa. Trata-se de um procedimento que se configura como referência alargada de enquadramento para o desenvolvimento de investigação mais delimitada dinamizada ao longo da obra, mas que não dispensa a reconstituição pormenorizada de debates e de problemas – como os que estão subjacentes à génese da conceção relacional da realidade social proposta na obra de Bourdieu, ao estudo das recomposições recentes a que as classes populares estão sujeitas (a partir do exame de uma grande investigação levada a cabo em França), ao exame das implicações para a análise da cidade das lógicas sociais e políticas que subjazem à (des)valorização económica do espaço físico, ou à leitura crítica das omissões da Europa e dos Estados nacionais na aplicação da lei em matéria de enquadramento de movimentos laborais transnacionais.

O primeiro capítulo, da autoria de Virgílio Borges Pereira, Bruno Monteiro, Carla Aurélia de Almeida, Laura Galhano e Vanessa Rodrigues e intitulado "Em (Re)Construção: Um programa de pesquisa sociológica sobre os modos de dominação e as estratégias de reprodução social na indústria da Construção", define, assim, as principais coordenadas da pesquisa central dinamizada na investigação, destaca a importância de conhecer a atividade económica e o trabalho na indústria da Construção em Portugal com recurso a uma teoria dos modos de dominação e das estratégias de reprodução inspirada no trabalho sociológico de Pierre Bourdieu e define a "metodologia de caso alargado" como quadro metodológico de referência para a dinamização de um tal programa.

O segundo capítulo, da autoria de Loïc Wacquant e intitulado "Quatro princípios transversais para mobilizar Bourdieu na pesquisa", restitui, com precisão, o quadro epistemológico e analítico promovido pelo autor de *La Distinction*, dando conta do modo como um tal quadro dialoga com os legados de Bachelard, Weber, Leibniz, Durkheim e Cassirer, e regista o potencial heurístico, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista metodológico, que está associado ao respetivo uso.

Por sua vez, em "Como estudar as classes populares contemporâneas? Da análise estatística de um espaço social a uma pesquisa monográfica a agregados familiares", o terceiro capítulo deste trabalho, o coletivo de sociólogos formado por Thomas Amossé, Lise Bernard, Marie Cartier, Marie-Hélène Lechien, Olivier Masclet, Olivier Schwartz e Yasmine Siblot documenta a estratégia teórico-metodológica desenvolvida numa recente pesquisa sobre as classes populares francesas

e explora eixos estruturantes do posicionamento social de agregados domésticos, com relativa estabilidade económica, de operários e de empregados na França contemporânea. Define-se, por esta via, uma abordagem que inova no domínio da análise sociológica de classes sociais e que trabalhos de âmbito mais orientadamente setorial, como aquele que inspira esta obra, não devem perder do respetivo horizonte de realizações.

Por seu turno, Tom Slater, em "Esclarecendo a teoria de Neil Smith sobre o diferencial de renda no processo de gentrificação", o quarto capítulo, restitui o quadro de análise sobre os processos de estruturação desigual do espaço urbano subjacente à teoria de Neil Smith e o modo como a respetiva abordagem pode servir de guia para a investigação sobre cidades e classes sociais, sobretudo quando os processos de *gentrificação* vinculam as respetivas relações. A este propósito, salienta-se a importância da relação entre economia e ação do Estado sobre o espaço, o modo como os diferenciais de renda são ativados pelo estigma territorial, assim como a capacidade de globalizar as lógicas dos diferenciais de renda na fase atual das relações de classe no capitalismo.

A terminar esta primeira parte, o quinto capítulo, em que Jan Cremers se propõe destacar a importância da análise do enquadramento legal da mobilidade laboral na União Europeia e identificar desafios específicos existentes no domínio da respetiva aplicação – algo particularmente importante para a compreensão da atividade económica em setores como o da Construção. Neste capítulo, intitulado "Política social e mobilidade laboral: O fosso entre a lei e a sua aplicação", o autor procede, assim, a um inventário de situações que denotam problemas de aplicação da legislação europeia em matéria de mobilidade laboral, demonstrando como subsistem hiatos significativos entre o que é designado pela lei e a respetiva aplicação. Em lugar de inação, tais hiatos devem constituir um mote para a inovação no domínio da implementação de políticas de cooperação transfronteiriça em matéria de inspeção do trabalho.

A segunda parte, com o título de "Elementos para uma Sociologia dos Modos de Dominação e dos Sistemas de Mecanismos de Reprodução na Indústria da Construção", propõe-se definir marcos teórico-empíricos para a análise da realidade económica, social e política no setor da Construção em Portugal, sem perder de vista as incidências da respetiva regulação e das representações reproduzidas a propósito do trabalho no setor. Reúne, para esse efeito, outros cinco capítulos que, preparados por investigadores e consultores do projeto de investigação em que se suporta esta obra, procuram combinar o necessário conhecimento atualizado de grandes tendências de estruturação social naqueles domínios com a constituição de perspetivas capazes, simultaneamente, de inovar na exploração de procedimentos analíticos, metodológicos e de intervenção – e em congruência com os eixos de pesquisa abertos na primeira parte.

Sem perder de vista os principais movimentos de reconfiguração do setor da Construção a nível europeu, o sexto capítulo, da autoria de José Madureira Pinto, Vanessa Carvalhosa Rodrigues e Maria Inês Coelho, intitulado "Estrutura económico-produtiva, sistema de emprego e qualificações na construção: Uma breve leitura sobre tendências e mudanças recentes", procura definir as grandes tendências de estruturação social da atividade económica e do emprego no setor no país, desde o final do século passado até bem perto da atualidade. Através da reconstituição de séries estatísticas relativas à evolução da economia e da sociedade portuguesas, a análise restituída no estudo em apreço permite definir o lugar do setor da Construção na configuração produtiva do país e perspetivar, com mais detalhe, a respetiva composição em termos de trabalho e de emprego, sendo focados, em particular, os processos de profunda reestruturação a que relações salariais e mercado de trabalho no setor estiveram sujeitos nas últimas décadas. Um documento complementar permite ainda retratar, com idênticos procedimentos, a evolução dos acidentes de trabalho no setor, expondo à reflexão sociológica um dos reveladores das tensões a que este domínio da atividade socioeconómica está sujeito.

Capitalizando os conhecimentos assim reunidos, o sétimo capítulo, intitulado "O campo das grandes empresas da Construção: Perspetiva teórica e análise relacional sobre o caso português (em 2012)", ensaia o estudo sociológico relacional da ação das empresas da indústria da Construção na economia portuguesa. Para esse efeito, e com recurso a uma abordagem analítica inspirada pela teoria sociológica dos campos de Pierre Bourdieu, mobiliza-se informaçãoo estatística oficial sobre as propriedades sociais das 200 maiores empresas de Construção do país no ano de 2012 e procura definir-se o espaço de posições sociais que estas formam, demonstrando como, num quadro de grande seletividade, se estruturam modalidades diferenciadas de exercício do poder económico empresarial neste ramo da indústria com consequências sobre a respetiva estruturação.

Prolongando os exercícios de análise sociológica relacional e capitalizando os conhecimentos previamente acumulados, o capítulo seguinte, o oitavo, da autoria de João Queirós, Laura Galhano e Virgílio Borges Pereira, procura situar os efeitos da crise económica e social vivida no país e neste domínio da atividade económica no período que se seguiu a 2008. Para esse efeito, o capítulo ensaia uma análise do entendimento que as organizações de regulação e de representação de interesses no setor fizeram de tais processos, com recurso a análise documental e a entrevistas. Intitulado "A crise da Construção sob múltiplos pontos de vista: (Des)regulação da atividade económica e recomposição do trabalho na perspetiva dos atores institucionais do setor da construção civil no período posterior a 2008", o capítulo em apreço toma a crise económica da construção como revelador social e propõe uma análise do quadro de tomadas de posição que caracteriza os atores institucionais do setor. Para esse efeito, demarca o quadro de (des)regulação em que a atividade

económica do setor se inscreve e destaca o modo como os desafios específicos a que esta está sujeita se combinam, na perspetiva de atores de relevo, com as profundas recomposições na atividade da Construção na última década.

No nono capítulo, da autoria de Bruno Monteiro e Carla Aurélia de Almeida, procura-se um diagnóstico sobre as principais representações sobre o trabalho operário na Construção com recurso ao exame do lugar que estas últimas ocupam na imprensa escrita nacional. No texto em apreço, intitulado "Azares, riscos e culpas: Representações sobre os acidentes de trabalho da Construção na imprensa portuguesa (1996-2017)", analisa-se um *corpus* de 1218 notícias reunidas no arquivo de um sindicato do setor, num período temporal alargado, e realiza-se uma crítica sociológica combinada com uma análise semântica e pragmática dos discursos produzidos. Em concreto, visa-se a compreensão de estratégias discursivas e demonstra-se que as diferentes vozes citadas conferem aos discursos uma heterogeneidade enunciativa dotada de significado linguístico e sociológico.

Para finalizar esta parte, é ainda estabelecido um patamar adicional na discussão das propriedades sociais do setor e dos problemas da respetiva regulação. Para este efeito, convoca-se, no décimo capítulo, da autoria de João Fraga de Oliveira, uma perspetiva que visa, simultaneamente, um diagnóstico sobre a regulação do trabalho na indústria da Construção em Portugal e um testemunho de um conhecedor com responsabilidades na inspeção do trabalho no país. Em "Que 'novos terrenos' para as condições de trabalho na Construção? Que olhar de um inspector do trabalho?", o autor reflete sobre as mutações no trabalho, nas condições de trabalho, no desenvolvimento organizacional e profissional característicos do setor da Construção e procura estabelecer um roteiro realista para o respetivo enquadramento em matéria de estruturação da lei sem deixar de perspetivar o lugar das responsabilidades da inspeção do trabalho em tais realidades.

Uma terceira parte, sob o título "Elementos para uma Sociologia da (Re)Construção do Espaço", reúne contributos de investigação sociológica sobre diferentes facetas da realidade social, económica e política convocada pela necessidade de compreender a (re)construção do espaço em ação. São nove os capítulos aqui reunidos que, a partir das coordenadas de pesquisa estabelecidas por referência aos eixos centrais da investigação desenvolvida no quadro do projeto "Novos terrenos para a construção", convocam abordagens teóricas, metodológicas e objetos distintos, mas complementares, sobre a problemática em estudo neste trabalho. Em atos de conhecimento sucessivos, apresentam-se perspetivas sobre problemas específicos que convidam a operacionalizações alternativas do raciocínio sociológico. Estas tomam por referência o trabalho sociológico conduzido no âmbito do projeto "Novos terrenos para a construção" nos cinco observatórios socioterritoriais constituídos para o tratamento de problemas sociologicamente pertinentes em matéria de conhecimento das experiências das recomposições sociais na indústria

da Construção portuguesa. Mas complementam-se também com contributos adicionais, que reforçam e densificam as escolhas analíticas realizadas através destes.

Se há lições de relevo a reter dos trabalhos discutidos nas primeira e segunda partes deste trabalho, uma delas passa, seguramente, pela relevância estrutural da relação entre Estado e mercado para compreender os fundamentos sociais da atividade na indústria da Construção. Uma tal relação atravessa, em diferentes modalidades, todos os trabalhos apresentados nesta terceira parte. Ainda assim, ela é particularmente visada, com especificidades, nos seus capítulos iniciais.

No décimo primeiro capítulo, da autoria de Maria Inês Coelho, uma tal relação é encarada a partir da análise da génese de um dos contextos da expansão (sub) urbana do Porto, a freguesia de Ermesinde, no concelho de Valongo, e um dos seus mais relevantes lugares, a Gandra. Neste trabalho, intitulado, justamente, "Gandra, Ermesinde: Sobre a construção de um lugar no processo de expansão (sub)urbana do Grande Porto", o contexto em apreço é constituído como ponto privilegiado de observação das transformações verificadas no setor da Construção e do modo como estas se articularam com medidas de política pública em matéria de alojamento. Para além de reconstituir a evolução do setor da Construção local, a investigação realizada permitiu estabelecer o modo como instituições e agentes variados se envolveram na construção do mercado residencial e como esta construção delimitou as estratégias de acesso ao alojamento daqueles que viriam a ser os seus residentes.

Prolongando as mesmas preocupações analíticas, Tiago Castro Lemos, em "O Estado em dois estados. Ação administrativa e ação económica na formação dum mercado imobiliário em Matosinhos: O caso da comissão de 1 de março de 1996", o décimo segundo capítulo, documenta a reforma política urbana levada a cabo no contexto de Matosinhos-Sul, também no quadro das transformações urbanas que se têm vindo a configurar no Grande Porto e o trabalho de diferentes atores que permitiu a organização de um campo de oferta imobiliária responsável pela atração de grandes investimentos imobiliários materializados em condomínios e na redefinição urbana de um velho quarteirão industrial. A análise de documentos oficiais e de peças jornalísticas permite demonstrar como, através de um trabalho fino de "flexibilização" de regulamentos levado a cabo pelo poder local, a ação do Estado na fileira de produção de oferta imobiliária nesta área se revelou central.

O décimo terceiro capítulo, da autoria de João Queirós, Vanessa Rodrigues e Virgílio Borges Pereira, capitaliza o conhecimento reunido ao longo de um conjunto vasto de investigações sobre a cidade do Porto e informação especificamente mobilizada a partir dos trabalhos realizados no observatório socioterritorial estabelecido no centro desta cidade no âmbito das atividades do projeto "Novos Terrenos para a Construção" para discutir a problemática da reabilitação urbana. Sob o título "O Mercado da Reabilitação Urbana enquanto Construção Política:

Resultados de um percurso de pesquisa na cidade do Porto", o estudo reconstitui a evolução das políticas urbanas dedicadas ao centro histórico e à *Baixa* da cidade do Porto. Em concreto, dá especial atenção ao modo como, desde o início do presente século, e através de uma parceria que envolveu o Estado local, o Estado central, empresas de construção e promotoras imobiliárias (globalmente materializada na criação e na ação de uma Sociedade de Reabilitação Urbana), se foi induzindo, de modo contraditório e não linearmente, a formação de um mercado de reabilitação urbana vocacionado para o reposicionamento do edificado residencial e não residencial em regiões superiores do espaço social e em mecanismos de circulação de capital dotados de maior valor. Com a dinâmica dominante deste mercado direcionada para a reabilitação urbana e para a alimentação do *boom* turístico que marca a cidade, revelam-se, contudo, aspetos contraditórios no funcionamento das empresas da Construção, que agora parecem não ter mão de obra suficiente para os desafios que enfrentam. Dois contributos suplementares a este trabalho permitem aprofundar a natureza tensional dos processos sociais em curso no centro da cidade do Porto. Num dos casos, no texto de João Silva, que é dedicado ao Espaço Musas e se intitula "Espaço Musas: Um lugar para a vida urbana", procura-se retratar a pressão económica, social e política a que os contextos mais resguardados dos quarteirões interiores da área central do Porto estão sujeitos e as tentativas de resistência que coletivos de residentes procuram formular relativamente a tais processos. Já Nataly Costa, em "A *gentrificação* e os cafés do centro do Porto", analisa o modo como o processo de transformação do edificado e dos seus usos no centro da cidade tem também sido acompanhado pela adoção de um modelo alternativo e reformulado de café. Este vem informado por uma reconversão de espaços, de sociabilidades e de protagonistas e adequa-se, pela promoção de uma imagem diferenciada da vivência da cidade, aos processos dominantes de *turistificação* e de *gentrificação* em curso no centro da cidade.

Uma das outras ilações subjacentes ao trabalho sociológico desenvolvido na primeira e na segunda partes desta obra passa pela relevância do estudo das experiências do trabalho e do modo como os operadores de sentido nestas configurados se estruturam e intercambiam com outros domínios das relações sociais, contribuindo para a formação de relações de dominação e de sistemas de disposições mais ou menos partilhados. Os capítulos que se seguem dão contributos, neste quadro, para o conhecimento um pouco mais apurado destas questões.

O décimo quarto capítulo, da autoria de Bruno Monteiro e Laura Galhano, é dedicado ao trabalho de campo conduzido no observatório socioterritorial constituído, no âmbito das atividades do projeto "Novos Terrenos para a Construção", na região de Lisboa e embrenha-se, neste caso, no conhecimento da estruturação do quotidiano dos estaleiros da Construção. Intitulado "Linguagens de estaleiro: Regimes de valor e categorias do entendimento na indústria da Construção na re-

gião de Lisboa", o presente capítulo procura aprofundar os fundamentos de uma teoria sociológica sobre o desenvolvimento do trabalho em situação, que coloca ao serviço de uma análise das divisões sociais que se consumam no trabalho no estaleiro da Construção e das visões do mundo que lhes correspondem por quem as protagoniza. A análise realizada demonstra como no interior do estaleiro se estabelece uma realidade desigual, um complexo palimpsesto de divisões sociais e simbólicas, permanentemente disputado e, por isso, sob tensão, que é tanto mais operante quanto este se articula com os modos de dominação e com os sistemas de mecanismos de reprodução mobilizados pela organização do trabalho.

O décimo quinto capítulo é dedicado ao trabalho realizado na região do Vale do Sousa e ao observatório aí constituído no âmbito do projeto "Novos terrenos para a construção", intitulando-se "A Construção, a necessidade e a virtude: Coordenadas preliminares para a compreensão dos processos de formação de classe na indústria da Construção na região do Vale do Sousa". Aliando balanço interpretativo de investigação sociológica aprofundada sobre o setor e a região com leitura de resultados de trabalho de campo, este capítulo estabelece um conjunto de coordenadas interpretativas exploratórias para ler algumas das modalidades mais críticas de formação de classe na indústria da Construção nesta região. Tendo presente o significado particular de que se reveste a relação entre classes e território aqui contida, este texto representa uma interrogação de modalidades relevantes de estruturação de posicionamentos e de disposições sociais na atividade do setor e uma tentativa de encontrar respostas para alguns dos desafios e das crises que se têm colocado à respetiva reprodução.

Atendendo à importância da movimentação de pessoas e de bens na indústria da Construção, considerámos, como também se retira do trabalho realizado previamente, que, sem perder a referência destes últimos processos relativos à formação dos sistemas de disposições no trabalho, o conhecimento sociológico das estruturas e das experiências sociais envolvidas na atividade no setor não dispensaria o acompanhamento processual daqueles movimentos. Por essa razão e também por força da crise vivida no setor, estabelecemos, no âmbito do projeto "Novos terrenos para a construção", observatórios socioterritoriais fora do país e mobilizámos também conhecimento sociológico adicional sobre tais realidades para a investigação que assim se difunde. Os capítulos que se seguem são, por isso, dedicados a uma tentativa de compreensão de alguns dos aspetos das movimentações de ativos portugueses da indústria da Construção, limitadas, neste caso, a contextos europeus.

No décimo sexto capítulo, intitulado "A confiança na Construção: Procura e experiência de trabalho numa nova vaga da presença portuguesa na indústria da Construção em Bordéus, França", prolonga-se o estudo dos efeitos decorrentes das recomposições verificadas na indústria da Construção em Portugal e, em particular, da severa crise atravessada pelo país depois de 2008, explorando os ca-

minhos que ativos portugueses realizaram na indústria da Construção francesa e, em particular, as estratégias de reprodução social que desenvolveram na região de Bordéus – um contexto que se revelou importante para o aprofundamento desta questão. Em complemento, a investigação realizada neste contexto convoca ainda dois contributos substantivos para o aprofundamento do conhecimento sociológico disponível. Um dos contributos é de Nicolas Jounin. Em "Os Portugueses como representação étnica da dureza do trabalho na indústria da Construção em França", o autor reflete, a partir de uma prolongada investigação sociológica, sobre o estatuto social da presença portuguesa na indústria da Construção francesa. Um segundo contributo é de Jens Thoemmes. Em "O trabalho destacado dos assalariados portugueses em França: O caso do setor da construção", o autor analisa, com recurso a resultados de um projeto de análise comparativa na Europa, as implicações sociais subjacentes à presença de um muito relevante segmento de trabalhadores destacados na indústria da Construção em ação neste país.

No décimo sétimo capítulo, intitulado "O destacamento de trabalhadores por-tugueses para a indústria da Construção em Bruxelas, na Bélgica: Notas explora-tórias", Virgílio Borges Pereira, Vanessa Rodrigues e Laura Galhano formulam também uma interpretação sociológica, neste caso, preliminar, sobre o significado e as modalidades da presença de trabalhadores destacados portugueses na indústria da Construção belga. Com recurso a trabalho etnográfico e à análise de entrevistas efetuadas junto de representantes institucionais do setor da Construção belga, em Bruxelas, e de ativos portugueses que protagonizam estes movimentos laborais na mesma região, foi possível documentar não apenas as representações que estes têm relativamente à vaga de destacamento de trabalhadores (portugueses e de outras nacionalidades) que se tem vindo a acentuar na última década no país, mas também os principais dispositivos e preocupações que informam o modo como o destacamento de trabalhadores é implementado entre diferentes categorias de agentes no setor e as controvérsias a que está sujeito.

Por fim, no décimo oitavo capítulo, intitulado "Nacionalidade e recrutamento: O caso dos operários portugueses no setor da construção na Suíça francófona", Laura Galhano analisa a experiência migratória, de diferente teor, mas significativa, que tem passado pela saída de Portugueses para a Suíça e, mais especificamente, para o modo como estes se têm inserido na indústria da Construção da Suíça francófona. Prolongando interrogações previamente exploradas noutros trabalhos aqui apresentados, o presente estudo permite aprofundar, com recurso a observações etnográficas e à análise de entrevistas, o conhecimento disponível sobre as lógicas de funcionamento de um mercado de trabalho segmentado etnicamente, que complementa com o estudo da organização social dos estaleiros da Construção suíça e com a análise do modo como o recrutamento de pessoal, com especial atenção para o de origem portuguesa, se configura neste quadro.

Tal como se afirmava no início desta introdução, procura-se, com a presente obra, registar alguns dos principais resultados coligidos no âmbito da investigação sociológica que dedicámos às recomposições sociais da atividade na indústria da Construção do país e o quadro de discussão e de partilha intelectual que lhe esteve subjacente. Sem perder de vista a necessidade de constituir um quadro sistemático de leitura da realidade em apreço, quisemos que esta obra pudesse envolver também a formulação de um convite renovado ao desenvolvimento de uma sociologia reflexiva. Uma realidade tão marcante para o país quanto aquela que se define pela atividade na indústria da Construção, pelo que representa quando existe, mas também pelo que significa quando se esvai, merece-o. A quantidade e a qualidade da informação recolhida poderiam justificar uma modalidade de restituição ainda mais exaustiva. Quisemos, contudo, que este momento mais sistemático de apresentação do conhecimento produzido consagrasse o mais possível uma abordagem multidimensional, que se revelasse capaz de interrogar a complexidade em que a atividade neste setor da indústria é formada. *Em (Re)Construção: elementos para uma sociologia da atividade na indústria da Construção em Portugal* é, por isso, um contributo preliminar, feito através da mobilização de um conjunto diferenciado de autores e de estratégias teóricas e metodológicas alternativas, que se definem, contudo, em termos complementares. Deve ser, assim, considerado como um livro que está, ele próprio, em (re)construção. Mais investigação se seguirá.

*

A realização deste trabalho – da investigação que o suporta e da publicação que, deste modo, se consuma – não teria sido possível sem a conjugação de um conjunto muito grande de apoios, institucionais e pessoais. É inteiramente adequado que estes sejam aqui nomeados e que sejam dirigidos agradecimentos especiais a quem os protagonizou. Um trabalho de investigação desta natureza é também um processo social, de grande complexidade. A conjugação de vontades e de ações necessárias à sua realização é um desafio em si próprio, que tem de ser vencido todos os dias. A investigação realizada no âmbito deste trabalho, com um tempo de execução que se estendeu por mais de três anos e meio, por razões intrínsecas ao seu desenvolvimento e por motivos relacionados com a própria complexidade do objeto que se propunha tratar, foi muito exigente.

O presente trabalho foi dinamizado no quadro de um projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). A sua execução não teria sido bem-sucedida sem o apoio dos respetivos funcionários e técnicos. Uma palavra de apreço deve ser dirigida à Dra. Conceição Silva, técnica responsável pelo acompanhamento do projeto nesta instituição, que respondeu sistematicamente às múltiplas solicitações que a execução do projeto exigia.

Na Universidade do Porto, o projeto foi integrado na Faculdade de Letras e enquadrado administrativamente na Unidade de Projetos dos Serviços Partilhados da Universidade do Porto. Um agradecimento é devido à Direção da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na pessoa da sua Diretora, Professora Doutora Fernanda Ribeiro, cuja disponibilidade e diligências, no tempo certo, muito contribuíram para concretizar aspetos decisivos da pesquisa. Um agradecimento muito especial é também devido aos responsáveis da Unidade de Projetos dos Serviços Partilhados da Universidade do Porto e, em particular, à técnica que, diligentemente, seguiu as atividades do projeto, a Dra. Deolinda Gomes. Sem o seu apoio continuado e interesse, a execução das múltiplas tarefas exigidas pela administração do projeto teria sido muito mais difícil. No âmbito da Universidade do Porto, palavras de agradecimento são também devidas à Unidade de Contabilidade e Tesouraria e ao Núcleo de Imobilizado e Stocks do Serviço Económico-Financeiro, que contribuíram para a realização das mais variadas atividades do projeto, e à Unidade de Gestão Organizacional das Relações Laborais, que enquadrou os recursos humanos que se lhe associaram.

O projeto de investigação beneficiou, para o seu desenvolvimento, de contactos e mediações decisivos em momentos cruciais.

Na qualidade de consultores do projeto, o Dr. Jorge Oliveira, da Direção de Serviços Regional da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, e o Dr. João Fraga de Oliveira, inspetor aposentado da Autoridade para as Condições do Trabalho, desempenharam um papel exemplar, acionando múltiplos contactos, respondendo a muitas dúvidas e fornecendo-nos, constantemente, indicações de grande relevância.

Diferentes entidades institucionais, de vária ordem, foram sempre diligentes nas respostas às nossas solicitações. Importa, por isso, que fiquem também registados os respetivos nomes, sendo devidos agradecimentos à Professora Doutora Anabela Carneiro, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e ao GEP-MTSSS e ao Instituto Nacional de Estatística, pelo acesso a dados estatísticos de grande relevo, à AECOPS (Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços), à AICCOPN (Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas), ao IMPIC (Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção), à ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho), à FEVICCOM (Federação Portuguesa Sindicatos da Construção Cerâmica e Vidro), à Direção de Serviços Regional da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas e ao Gabinete de Apoio ao Emigrante de Penafiel, pelos contributos dados para a documentação da realidade estudada em vários domínios. O Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármores, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção de Portugal e os seus delegados e, em particular, o seu Presidente, Sr. Albano Ribeiro, deram um contributo muito significativo para o

avanço dos trabalhos desta pesquisa em diferentes níveis do seu desenvolvimento, tanto na fase exploratória como na realizada junto de empresas e de trabalhadores. A partilha de conhecimentos proporcionada pela Professora Doutora Catarina Frade, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e do Centro de Estudos Sociais desta mesma Universidade, foi igualmente muito útil para a prossecução dos trabalhos.

A Dra. Maria Isabel Vieira, Subdiretora da Unidade Local de Penafiel da ACT, e as inspetoras e inspetores do trabalho por si mobilizadas acolheram a equipa do projeto, partilharam experiências e asseguraram-nos, numa fase mais avançada da pesquisa, conhecimentos da maior relevância para a realização da investigação nos seus diferentes âmbitos territoriais.

O Dr. Rui Arrifana, entre vários contributos, abriu-nos portas, através da ACT, para a experiência das empresas e dos trabalhadores portugueses em França e na Bélgica, sendo-lhe esta fase do projeto particularmente devedora.

O desenvolvimento multi-situado da investigação obrigou a uma logística intrincada e à potenciação de contactos em diferentes contextos territoriais, que passaram por diversos pontos do país, por Espanha, pela França e pela Bélgica, envolvendo, em simultâneo, o acompanhamento de outras experiências e percursos no Reino Unido, na Alemanha, ou na Suíça. Para o trabalho que aqui se apresenta, importa agradecer e referenciar o apoio, feito de conhecimentos e de contactos, que nos foi fornecido em contextos específicos: na região do Vale do Sousa, o Sr. Paulo Jorge Ferreira, antigo presidente da Junta de Fonte Arcada, em Penafiel, e atual presidente da respetiva Assembleia de Freguesia, não deixou, uma vez mais, de colocar ao nosso dispor o seu saber e a gama muito alargada de recursos e de conhecimentos que tem na região, fazendo do seu contributo uma dimensão central no lançamento da pesquisa neste contexto; na região de Lisboa, a colaboração e a generosidade no fornecimento de contactos proporcionada pela Arquiteta Catarina Sampaio, doutoranda no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, devem ser assinaladas e agradecidas. O mesmo testemunho é válido para o Professor Fernando F. S. Pinho, do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Igualmente relevante foi o acolhimento proporcionado à equipa de investigação no Café Flor da Anunciada; em Bordéus, são devidos agradecimentos à delegação de inspetores do trabalho franceses que recebeu e orientou a equipa, à Vereadora da câmara municipal de Cenon, Fernanda Alves (e ao GAE que coordena localmente), ao Consulado Geral de Portugal em Bordéus e ao Café/Restaurante *La Petite Auberge*, em Cenon; em Bruxelas, deve reconhecer-se o apoio obtido da Sra. Lídia Martins, secretária da FAPB (Federação das Associações Portuguesas na Bélgica), da Sra. Conceição Araújo – Presidente da APEB (Associação dos Portugueses Emigrados na Bélgica), dos Representantes da Confédération Construction Bruxelles-

-Capitale, dos Representantes da FGTB-ABVV-Bruxelles (Fédération Générale du Travail de Bélgique) e da Associação portuguesa Comunidade de Emaús Bruxelas e do seu Presidente, Sr. António Gomes.

Dentro e fora do país, empresários, administradores de empresas e trabalhadores das mais diversas categorias, para além de se terem disponibilizado para a realização de entrevistas, cederam outros contactos, proporcionaram visitas a estaleiros e fizeram convites para a participação em eventos. Alguns abriram ainda as portas das suas casas e de locais de convívio. As regras da confidencialidade não nos permitem que os nomeemos, mas o projeto de investigação realizado é-lhes largamente devedor e a expetativa que temos é a de que o conhecimento reunido possa contribuir para objetivar a realidade do setor e para uma definição mais informada dos desafios a que a atividade neste está sujeita, dando um sentido adicional ao esforço que tiveram para connosco.

Da génese à implementação do projeto de investigação, uma equipa composta por Bruno Monteiro, Carla Aurélia de Almeida, Ester Gomes da Silva, João Queirós, José Madureira Pinto, Maria Inês Coelho e pelo autor destas palavras gizou os contornos da presente pesquisa a partir de uma dinâmica de trabalho coletivo. À equipa original de investigadores juntou-se, com a aprovação do projeto pela FCT, a socióloga Laura Galhano e, num primeiro momento, com a duração de um ano, o sociólogo Gonçalo Barbosa e, num segundo período de maior duração, a socióloga Vanessa Rodrigues. Mais recentemente, foi também possível mobilizar colaborações do sociólogo Tiago Lemos. A dinâmica de trabalho coletivo implementada, destinada a conhecer um objeto intrincado a partir de uma abordagem complexa, produziu os resultados que deste modo se difundem. Ainda que a competência e a entrega da equipa não sejam surpresas, importa reconhecer que sem o respetivo empenho nas múltiplas tarefas compreendidas no projeto, a produção e a divulgação dos resultados assim consumados não teriam sido possíveis.

Um grupo particularmente ativo de consultores especializados ajudou a concretizar várias das dimensões desta pesquisa. Para além das já mencionadas colaborações dos Drs. Jorge Oliveira e João Fraga de Oliveira, importa destacar e agradecer o empenho científico e intelectual das consultorias internacionais de que o projeto usufruiu através dos contributos dos Professores Iria Vasquez, Loïc Wacquant, Nicolas Jounin, Jan Cremers e Yasmine Siblot. Ainda que sem o estatuto de consultor, a colaboração com o Professor Tom Slater foi de grande utilidade para o desenvolvimento do projeto e a sua associação à respetiva conferência final foi muito produtiva. Trabalho específico desenvolvido com a Professora Yasmine Siblot no quadro de uma cooperação internacional com o CNRS permitiu potenciar frentes ainda mais alargadas de investigação de que o projeto beneficiou ativamente e que contemplaram a participação da Professora Yasmine Siblot na dinâmica da própria pesquisa de terreno em Portugal.

Para além das participações assim consumadas, a realização da pesquisa envolveu ainda colaborações sistemáticas em tarefas específicas que se revelaram, também elas, muito relevantes para o cumprimento do que nos propúnhamos construir. A *designer* Raquel Morais concebeu, com grande profissionalismo, os materiais de divulgação associados à conferência final. Jovens Mestres e estudantes de Mestrado em Sociologia e de outras disciplinas tiveram neste projeto um contexto de iniciação à atividade científica: Francisca Mena Gómez deu apoio muito relevante na digitalização de materiais de arquivo sindical e participou em diferentes atividades de produção científica decorrentes do projeto; André Costa Pina, Beatriz Castro Pinto, João Rodrigues e Nataly Costa colaboraram, diligentemente, com a transcrição de entrevistas. Colaborações sistemáticas em matéria de transcrição e de revisão de entrevistas foram também fornecidas pelas sociólogas Marta Coelho e Sandra Leitão. A socióloga Maria Inês Coelho realizou, entre múltiplas tarefas e com grande rigor, a formatação editorial final dos diferentes contributos.

Um agradecimento muito especial é também devido às Edições Almedina e à sua responsável editorial, a Dra. Sílvia Vasconcelos, por toda a colaboração prestada e pelo trabalho diligente que realizou para viabilizar a edição desta obra em livro.

Justifica-se, por fim, que uma última palavra seja dada a um dos membros da equipa de investigação que dinamizou o projeto responsável pela existência desta obra. Ao longo destas últimas três décadas, se o autor destas linhas pôde discutir e aperfeiçoar, juntamente com os coletivos de investigação em que se integra, o raciocínio sociológico tomando por referência o sempre desafiante exemplo da indústria da Construção, tais desígnios foram sempre devedores do interesse, trabalho e curiosidade intelectuais nele colocados pelo sociólogo José Madureira Pinto. É, pois, inteiramente adequado que este trabalho e a obra que assim se faz nascer contenham um agradecimento especial que lhe seja dirigido e, sobretudo, que o esforço de trabalho coletivo contido neste livro lhe seja dedicado.

Porto, dezembro de 2019

Parte I

Elementos de Teoria e de Método Sociológico

Capítulo 1

Em (Re)Construção: Um programa de pesquisa sociológica sobre os modos de dominação e as estratégias de reprodução social na indústria da Construção

Virgílio Borges Pereira, Bruno Monteiro,
Carla Aurélia de Almeida, Laura Galhano
& Vanessa Rodrigues

Definem-se, nas páginas que se seguem, as coordenadas principais do trabalho que esteve subjacente ao programa de pesquisa sociológica dinamizado no âmbito do projeto de investigação "Novos Terrenos para a Construção: mudanças no campo da construção em Portugal e seus impactos nas condições de trabalho no século XXI"[1]. Para além de apresentar o quadro geral de interrogação sociológica que esteve na origem da pesquisa, o presente texto estabelece as proposições que serviram de marcos de referência para o entendimento das relações entre os modos de dominação e as estratégias de reprodução social que presidem à leitura das condições de estruturação da atividade económica e do trabalho no setor da Construção em Portugal dinamizadas nesta investigação. Mais especificamente, é definido o modelo teórico de interrogação detalhada das configurações de poder inscritas no funcionamento da atividade económica e social no setor. Retirando consequências dos procedimentos assim estabelecidos, o capítulo define também o conjunto de dispositivos teórico-metodológicos que esteve na origem da estratégia de pesquisa gizada para o desenvolvimento do projeto de investigação realizado. Em concreto, define-se como pertinente uma metodologia de caso alargado para a dinamização do trabalho sociológico realizado e concretizam-se os procedimentos

[1] Projeto com referência PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621, desenvolvido no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

em que esta se traduziu, salientando-se, reflexivamente, algumas das principais implicações analíticas que destes decorrem.

Modos de dominação e estratégias de reprodução social na indústria da Construção em Portugal: Elementos teóricos

Na introdução ao livro *Estruturas Sociais da Economia*, Pierre Bourdieu, entre a identificação de várias das linhas de investigação subjacentes à pesquisa conduzida nesse trabalho, tem ocasião de estabelecer uma consideração que pode ser tomada como referência central para o desenvolvimento de investigação sociológica sobre a configuração das relações de poder subjacentes às dimensões sociais da atividade económica com valor acrescido para o projeto de conhecimento aqui sustentado. Considera o autor que:

> (...) A imersão da economia na esfera social é tal que, por mais legítimas que sejam as abstrações feitas para fins de análise, deve ter-se claramente em mente que o objeto de uma verdadeira economia de práticas não é, em última análise, senão a economia das condições de produção e reprodução dos agentes e instituições de produção e reprodução económica, cultural e social, ou seja, o próprio objeto da sociologia na sua definição mais completa e mais geral. (Bourdieu, 2000, p. 26, tradução própria)

O quadro de leitura sociológica sobre as especificidades das relações sociais na economia aberto pelo presente enunciado, para além de relevante para o desenvolvimento do programa de conhecimento sociológico geral, tem implicações que podem ser mobilizadas heuristicamente para a dinamização de pesquisa empírica sobre setores específicos da atividade económica. Tomando por referência um propósito de conhecimento sociológico concreto sobre a dinâmica recente da atividade económica na indústria da Construção em Portugal, um tal enunciado permite elaborar um conjunto de questões operatórias suscetível de se traduzir num programa teórico-metodológico dotado de alcance empírico significativo. Com efeito, entendendo a dinâmica das relações sociais na economia capitalista a partir de uma teoria dos modos de dominação, a proposta de conhecimento assim delineada começa por promover uma leitura relacional dos fenómenos estudados, neste caso, do quadro de relações de força estruturado no interior do campo económico, a partir da ação das empresas que o constituem. As relações de força assim estruturadas, traduzidas em concorrência empresarial, medida pelos preços praticados pelas empresas e pela capacidade que têm para os definir, são explicadas à luz da importância da relação entre o volume e a composição específica do capital detidos pelas empresas (Bourdieu, 2000, p. 236); a combinação daqui decorrente confere a cada empresa uma posição relativa na configuração das relações de força do campo a que pertence: "O peso associado a um agente depende de

todos os outros pontos e das relações entre todos os pontos, quer dizer de todo o espaço compreendido como uma constelação relacional" (Bourdieu, 1997, p.52). Nesta perspetiva, o campo económico, como campo de lutas, "é constituído por um conjunto de subcampos, correspondendo ao que entendemos habitualmente por 'setor ou 'ramos' da indústria" (1997, p.52, n. 15). As relações de força, na sua especificidade, integram, por sua vez, dinâmicas relacionais que transcendem as empresas – tanto do ponto de vista económico como do ponto de vista político, envolvendo, neste último caso, a relação com o Estado -, e/ou que as especificam, interferindo, umas e outras, ativamente na definição do posicionamento das empresas e da sua capacidade de ação nos campos em que se inscrevem. Encarar as relações de força que constituem o campo económico nos termos sugeridos, e com o relevo atribuído ao conhecimento da ação das empresas, não implica abdicar do conhecimento mais pormenorizado dos processos e mecanismos de produção de valor inscritos no funcionamento do campo económico e, muito menos, afastar o conhecimento da ação dos indivíduos neste processo. Para além do reconhecimento da empresa como campo, uma abordagem sociológica assim construída não pode deixar de conhecer e reconhecer o quadro de ação e os posicionamentos ocupados por indivíduos no interior da empresa e, necessariamente, a capacidade que demonstram para agir estrategicamente em termos de criação (Lebaron, 1997, pp.25-26) e de reprodução de posicionamentos sociais (Bourdieu, 1997, p.60). Uma tal capacidade de ação individual é válida para quem exerce e ocupa as posições dominantes das empresas, agindo em nome destas e contribuindo para a definição das respetivas estratégias de investimento. Em complemento, uma tal capacidade de ação estratégica, em matéria de trajetória e de destino sociais, não deve deixar de ser equacionada para quem ocupa as diferentes categorias do assalariamento empresarial e para quem com estas se relaciona.

Ao longo das últimas décadas, em Portugal e na generalidade dos países economicamente mais desenvolvidos, a indústria da Construção encontra-se no centro de significativos processos de recomposição social, económica e política. No plano internacional e europeu, entre outros fatores, a interligação entre especulação imobiliária, incentivos públicos ao investimento materializado em construção e acesso privilegiado a crédito bancário favoreceram o surto da atividade na indústria da Construção verificado ao longo dos anos de 1990 e, mais tarde, um quadro de profunda "crise", originada nos Estados Unidos da América (EUA) e rapidamente espalhada pela Europa (Bosch & Philips, 2003; Cusin & Lefebvre, 2018). Atividade económica de relevo em Portugal, a Construção, no país, viu-se, subitamente, e na sequência dos ciclos identificados, também exposta a profundas contradições. Por comparação com os anos de 1990-2001, em que a indústria da Construção conheceu um apogeu em Portugal (Baganha, Marques & Góis, 2002), o setor foi negativamente marcado por este último ciclo económico, sobretudo a partir de 2007,

período em que a perda de empresas e de empregos no setor assumiu números de grande relevo. Contudo, mesmo no auge dos períodos de mais acentuada «crise», a indústria reunia efetivos significativos das empresas, do emprego e do volume de negócios do país, em particular dos setores institucionais das *Sociedades não Financeiras*, afirmando-se nos respetivos lugares cimeiros (Banco de Portugal, 2014). As contradições na estruturação da atividade económica no setor e as mudanças rápidas a que esta está sujeita, que apontam para dinâmicas mais recentes de abrandamento das perdas (Banco de Portugal, 2016), justificam o interesse em atualizar o conhecimento sociológico disponível sobre este domínio da realidade social e económica nacional. À escala europeia, estudos mais recentes têm comprovado que o setor passa por um intenso processo de reestruturação interna, que se traduz, em particular, pelo recurso a estratégias de subcontratação, *outsourcing* e cooperação entre empresas, e pela aplicação de medidas de «liberalização» do mercado de trabalho (entre vários trabalhos, ver Cremers & Jensen, 2006). A indústria da Construção portuguesa, mantendo várias das suas características tradicionais (pulverização empresarial, fraca intensidade tecnológica, etc.), é sensível, pelo menos entre as maiores empresas, a fusões e aquisições, a uma crescente internacionalização e a uma diversificação horizontal das atividades (Rosa, 2012). A extrema pulverização do tecido empresarial e a invisibilidade de vários dos processos sociais aqui em ação levam, com frequência, a que se considere esta realidade como difusa, envolvendo alguma uniformidade o modo pulverizado de a retratar. Justifica-se, por isso, que se procure investigar as dinâmicas, complexidades e tensões que caracterizam esta esfera de ação, tratando-a como uma «configuração de relações de poder» e consagrando, em simultâneo, a experiência dos agentes sociais, na senda das leituras das relações entre uma e outra das realidades propostas por Norbert Elias (2001).

Ainda que o quadro global de partida da pesquisa que aqui nos trouxe possa ser remetido para o conjunto de preocupações teóricas inicialmente enunciado, deve reconhecer-se que, na sua génese, estiveram algumas preocupações adicionais, habitualmente presentes nas investigações que desenvolvemos (Pereira, 2012) e que, sendo dependentes do quadro teórico geral dinamizado a partir da teoria da prática elaborada por Bourdieu, podem ser remetidas para um domínio específico desta, onde se procura situar as relações entre os sistemas de mecanismos de reprodução social que são característicos dos campos que compõem a sociedade e as estratégias de reprodução próprias dos agentes sociais nestes (Bourdieu, 1989, pp.375-392; 1994). Moldando-se e estruturando-se estas estratégias em relação com aqueles mecanismos de reprodução, compreende-se o grau de complexidade que pode estar subjacente ao programa de pesquisa que vise conhecer as propriedades de tais relações. Em todo o caso, para efeitos de dinamização de pesquisa sociológica pormenorizada sobre as relações em apreço num domínio de atividade económica como o da indústria da Construção em Portugal, o modelo

teórico esboçado, tal como apresentado na Figura 1.1, procura restituir os passos principais que equacionámos como necessários para a produção de conhecimento pertinente. Retirando consequências de uma conceção relacional da ação das empresas no campo económico e da definição dos posicionamentos sociais no seu interior, o quadro de questionamentos traduzido na Figura proposta procura relevar a importância do conhecimento das estratégias de reprodução das empresas da indústria da Construção sem deixar de equacionar o contributo dos agentes que informam a respetiva ação e que com estas se relacionam.

Por um lado, tendo a noção da importância dos efeitos da ação do Estado e das relações com outras entidades – desde logo as que remetem para dinâmicas continuadas de defesa e representação de interesses -, o modelo teórico proposto retém, assim e para efeitos de análise, a necessidade de estudar as relações que se estabelecem no plano mais orientadamente concorrencial da ação das empresas e, necessariamente, a sua ação estratégica, incluindo em termos internos (Bourdieu, 1997; Fligstein, 2002: pp.67-98; Fligstein & MacAdam, 2015). O modelo analítico foca, em concreto, a dinâmica das relações entre micro, pequenas, médias e grandes empresas do setor, sem deixar de procurar conhecer o modo como a ação destas é afetada pela presença de empresas com capital multinacional. De igual modo, e reconhecendo especificidades adicionais do domínio da atividade económica, a análise consagra também a própria presença de empresas especialmente vocacionadas para o fornecimento temporário de trabalhadores e o conjunto potencial de alterações que estas introduzem no campo empresarial. Para além de se salientar, neste processo, o significado de que se revestem divisões significativas em matéria de volume global de capital e de estrutura organizacional lida a partir da mão de obra disponível em cada empresa, o exercício visa, em particular, conhecer o significado das estratégias de investimento económico das empresas que se materializam em território nacional, assim como as estratégias de internacionalização.

Por outro lado, as estratégias de reprodução dos indivíduos, em particular, aquelas que são desenvolvidas no quadro de ação no interior das empresas, mas também as que dizem respeito a trabalhadores independentes, que com estas se relacionam, e as que se referem a trabalhadores com estatuto laboral precário são também visadas pelo modelo analítico deste modo concebido. Fiel a um ponto de vista sociológico que visa conhecer em detalhe os processos de formação e de estruturação de classe (Almeida, 1986; Beaud & Pialoux, 1999; Bourdieu, 1979; Pereira, 2010; Pinto, 1985; Savage & Miles, 1994; Thompson, 1991; Wacquant, 2014), a perspetiva de análise consagra uma atenção ao modo como se estruturam as classificações socioprofissionais no interior dos grupos que trabalham neste domínio da atividade económica, tendo a noção de que estas são o resultado de uma elaborada produção social com forte dimensão histórica e política (Desrosières & Thévenot, 2002).

Para efeitos de compatibilização do trabalho deste modo desenvolvido com a informação oficial disponibilizada nos sistemas estatístico e jurídico nacionais, considera-se como empresa:

> Qualquer entidade que, independentemente da sua forma jurídica, exerce uma atividade económica. São, nomeadamente, consideradas como tal as entidades que exercem uma atividade artesanal ou outras atividades a título individual ou familiar, as sociedades de pessoas ou as associações que exercem regularmente uma atividade económica. (Artigo 1 do Anexo ao Decreto-Lei n° 372/2007, Ministério da Economia e Inovação)

À luz da legislação que cria a certificação eletrónica do estatuto de micro, pequena e média empresa (Decreto-Lei nº 372/2007, Ministério da Economia e Inovação), a categoria de uma empresa é determinada com recurso a informação referente aos efetivos, ao volume de negócios e ao respetivo balanço total. São consideradas pequenas e médias empresas (PME) aquelas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros. Mais especificamente, uma micro empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros; uma pequena empresa é definida como empregando menos de 50 pessoas e com um volume de negócios anual ou balanço total anual igual ou menor a 10 milhões de euros; uma média empresa emprega menos de 250 pessoas e possui um volume de negócios igual ou menor a 50 milhões de euros; uma grande empresa possui pelo menos 250 pessoas ao serviço e um volume de negócios igual ou superior a 50 milhões de euros.

De igual modo, consideram-se como pertinentes, do ponto de vista da concetualização sociológica das estratégias de reprodução dos indivíduos, as divisões socioprofissionais consagradas pelos sucessivos contratos coletivos de trabalho característicos da indústria da Construção em Portugal. Ainda que se tenha a noção do carácter limitado do exercício, o conjunto de divisões deste modo identificado representa um ponto de partida para a compreensão dos grandes operadores de divisão socioprofissional próprios desta atividade industrial. Sem esquecer o conjunto muito diferenciado de várias dezenas de categorias profissionais próprias da atividade económica na indústria da Construção Civil e Obras Públicas – e do tipo de reconhecimento jurídico de que são alvo no setor consoante envolvam ou não aprendizagem, ou em função dos anos diferenciados a que estas últimas estejam obrigadas -, o exercício proposto retém, assim, as categorias que consagram os graus profissionais operacionais na fase de produção e do estaleiro e do enquadramento deste. Relevam-se, igual e obrigatoriamente, os posicionamentos que implicam cargos de direção das empresas. Para efeitos de operacionalização

da abordagem relacional inscrita na ação de empresas e de indivíduos, importa ter presente que a leitura se elabora a partir da dinâmica de trabalho estabelecida a partir do estaleiro, tido aqui como unidade de análise de base da investigação.

EMPRESAS	EMPRESAS NACIONAIS POR DIMENSÃO E ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE		EMPRESAS ESTRANGEIRAS COM RECURSO A MÃO DE OBRA PORTUGUESA POR DIMENSÃO
	Grande empresa	Estratégia de mobilidade Nacional e/ ou Internacional	Grande empresa
	Média empresa		Média empresa
	Pequena empresa		Pequena empresa
	Microempresa		Microempresa
	Empresas de trabalho temporário		Empresas de trabalho temporário

INDIVÍDUOS		
	Empresários (Patrões) / Administradores	
	Trabalhadores por conta de outrem (categorias profissionais no setor da Construção)	Quadros superiores Quadros técnicos: - Engenheiros/ Arquitetos - Agentes técnicos de arquitetura e engenharia/ construtor civil (formação profissional) Técnicos de obra/ coordenadores de produção (formação profissional) e encarregados Chefes de equipa Oficial principal Oficial Auxiliares técnicos Pré-oficial - do 2º ano - do 1º ano Ajudante - do 2º ano - do 1º ano Aprendizes - do 3º ano - do 2º ano - do 1º ano Auxiliares de montagem
	Trabalhadores Independentes	
	Situações de clandestinidade / informalidade	

Figura 1.1. Modos de dominação e estratégias de reprodução na indústria da Construção – modelo teórico de análise

Uma investigação sociológica informada por uma "metodologia de caso alargado", a dois tempos

Ainda que não constitua um domínio sistemático e regular de investigação sociológica, sabíamos, em resultado, desde logo, dos trabalhos realizados, em Portugal, sobre a matéria por José Madureira Pinto e Cidália Queiroz nos anos de 1990 (Pinto & Queiroz, 1993, 1996a, 1996b; Queiroz, 1999), assim como por um conjunto de pesquisas sobre aspetos significativos da atividade no setor fora do país (Sykes, 1969a, 1969b; Thiel, 2007; Jounin, 2008), que existia um património sociológico de relevo disponível para a compreensão da atividade económica e das condições de trabalho na indústria da Construção em Portugal. À luz das coordenadas teóricas estabelecidas – e do propósito de documentar as incidências sociais e económicas do conjunto de grandes transformações em curso no setor em Portugal previamente enunciado com recurso a perspetivas com preocupações de enquadramento extensivo -, o projeto de pesquisa que preconizávamos como necessário procurou desenvolver-se como uma abordagem metodológica de "caso alargado" (Burawoy, 2009)[2], desdobrada em dois grandes tempos de investigação, ambos informados por preocupações com forte pendor etnográfico, mas vocacionados para a resolução de problemas distintos e com prioridades técnicas capazes de combinar abordagens explicativas e compreensivas. A adequação de uma abordagem metodológica assim configurada para o desenvolvimento de investigação sobre a indústria da Construção tem vindo a ser destacada como particularmente adequada para a produção de conhecimento inovador e, muito recentemente, trabalhos relevantes voltaram a dar prova da pertinência de abordagens informadas por preocupações etnográficas (Pink, Tutt & Dainty, 2013; Wagner, 2018). Convocar, nesse sentido, a análise etnográfica sobre a experiência do quotidiano de trabalho (Fournier, Hatzfeld, Lomba & Muller, 2008; Monteiro, 2014a) e a realização de entrevistas de investigação, com recurso à análise do discurso de diferentes categorias de agentes sociais envolvidos neste domínio da atividade industrial, afigurava-se como uma estratégia de pesquisa com potencial heurístico (Bourdieu, 1993).

Na situação de entrevista de investigação, característica da atividade de pesquisa nas Ciências Sociais, os participantes, constituídos como entrevistador e entrevistado, criam uma dinâmica interacional e interativa que possibilita a emergência no discurso de práticas linguístico-discursivas específicas destes contextos. A análise destas práticas no âmbito de áreas como a Sociolinguística Interacional e a Sociologia, que multidisciplinarmente as estudam, permite reconstituir vivên-

[2] As incidências do trabalho metodológico a implementar foram discutidas em sucessivas reuniões internas do projeto e também em seminários abertos.

cias próprias dos contextos de trabalho identificados, possibilitando a sua análise como *interação*. Dependendo do modo como são construídas e concebidas (grupos focais, entrevista semidiretiva, entrevista em profundidade, etc.), é possível, na dinâmica interacional instituída, verificar a irrupção de *narrativas de experiência de vida* (Almeida, 2012, 2019). A "arquitetura da intersubjetividade" (Heritage, 1989, p.24) assim configurada – ou os padrões de organização sequencial dos atos ilocutórios realizados na situação de comunicação criada pela entrevista – envolve a produção de coerências semântico-pragmáticas, traduzida na organização e funcionamento da sequência discursiva de pergunta-resposta, das sequências de justificação por parte de entrevistadores e entrevistados e dos atos de natureza sequencial como as explicações, entre outros, que revelam a coconstrução do sentido elaborada pelos participantes em presença. A análise sociolinguística das estratégias discursivas de mitigação, e também de intensificação ou reforço do dito, em situação de entrevista, revela que os participantes neste "jogo verbal" (Goffman, 1981) criam um "espaço interacional" Gumperz, 1989: 9) estruturado pelo trabalho colaborativo. Através da compreensão dos dispositivos linguísticos desenvolvidos nas entrevistas, os investigadores podem constituir as entrevistas de investigação como situações de comunicação "não violentas" (Bourdieu 1993, p.905), facilitando a interação e permitindo aos entrevistados a partilha de experiências (Almeida, 2019, p. 267). O trabalho sobre estas entrevistas, mediante transcrição ortográfica, anotação criteriosa e revisões sucessivas (Nascimento, 1987, 1996; Nascimento, Marques & Cruz, 1987; Ramilo & Freitas, 2002), permite constituir um *corpus* oral e definir um domínio de análise significativo.

Consumaram-se, assim, opções que conduziram a interrogar as grandes transformações verificadas na economia e no trabalho na indústria da Construção do país ao longo das últimas décadas, o regime português e europeu de regulação político-legal do setor, a configuração do campo das empresas mais poderosas da indústria da Construção, as principais prioridades de ação dos interlocutores institucionais de referência do campo e as incidências sociais dos processos de estruturação do trabalho e das suas transformações em contextos produtivos específicos. Promovendo o diálogo com investigações teóricas e teórico-práticas diferenciadas, a estratégia teórico-metodológica daqui dependente deu origem a um conjunto de passos metodológicos preciso. Estes passaram pelo desenvolvimento de inventário e análise de informação estatística, pela compilação e estudo de legislação pertinente e pela realização de trabalho de terreno, desdobrado em várias vertentes. Sem especificar ainda os objetivos analíticos mais pormenorizados que estiveram subjacentes ao desenvolvimento da pesquisa e que terão ocasião de ser mais circunstanciadamente explicados ao longo da investigação, os passos metodológicos concretizados à luz de tais propósitos são apresentados seguidamente.

Primeiro tempo

À luz do desenho de investigação estabelecido, a definição da morfologia social da atividade económica no setor da Construção foi entendida como horizonte de referência para o desenvolvimento inicial da pesquisa. Procurou-se, nesse sentido e à luz de trabalho significativo acumulado no passado (Pinto & Queiroz, 1993), reunir informação estatística oficial de relevo sobre a evolução da atividade no setor. Para além da reconstituição de séries temporais decorrentes do exame de estatísticas gerais provenientes dos diferentes registos do Instituto Nacional de Estatística, foi possível realizar um trabalho de compilação de informação estatística sobre o setor proveniente do estudo dos micro-dados dos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Segurança Social. A uma análise da evolução do setor com recurso à construção de uma cronologia significativa de variáveis (lida a partir dos anos de 1996, 2002, 2008 e 2012), foi possível acrescentar um corpo de informação muito relevante sobre a estrutura empresarial. Em complemento, a equipa desenvolveu um estudo que permitiu reconstituir a trajetória do sistema de emprego na construção no país, com recurso a dados do Inquérito ao Emprego e de outras fontes oficiais pertinentes; um tal trabalho articulou-se com a realização de um inventário suplementar de informação estatística oficial sobre acidentes de trabalho na Construção. No horizonte imediato de concretização desta frente de pesquisa encontrava-se a possibilidade de poder contribuir também para um exercício de análise relacional das forças da física social em ação neste domínio da atividade económica.

Em complemento, a análise desdobrou-se num exercício adicional de pesquisa sobre o enquadramento regulatório da atividade económica do setor. Procedeu-se, assim, à elaboração e atualização de um Catálogo de leis nacionais e diretivas europeias ligadas ao setor, aferido por temas escolhidos como pertinentes e em função do papel de diferentes atores institucionais (nacionais e europeus). Privilegiou-se, em particular, o estudo de temas relativos à Regulação geral do setor, ao Ambiente, aos Mercados públicos, à Gestão patrimonial e reabilitação urbana, à Subcontratação e relações interempresas, ao Trabalho temporário, à Formação profissional, à Normalização das técnicas de construção, às Relações salariais e à Segurança e saúde no trabalho.

Foi também possível realizar, compilar, tratar e analisar os elementos recolhidos num programa de entrevistas com informantes privilegiados e num conjunto de "grupos focais" com interlocutores institucionais. Realizaram-se e trataram-se, assim, os elementos resultantes de um conjunto de entrevistas exploratórias (oito) com atores institucionais – sindicatos e federação de sindicatos da construção, Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC), Associação de Empresas de Construção e Obras Publicas e Serviços (AECOPS), Asso-

ciação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN), Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP), Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e economistas com investigação especializada sobre o setor – e de quatro "grupos focais" com atores institucionais de relevo deste domínio da atividade económica. Especificamente, envolveram-se nestes últimos grupos informantes e entrevistados provenientes da AECOPS, da ACT, da ACT Penafiel e do IMPIC.

Na sequência da digitalização e organização de um arquivo de artigos de imprensa que o Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármores, Pedreiras, Cerâmicas e Materiais de Construção de Portugal colocou à disposição da equipa de investigação do projeto, procedemos, por fim, ao estudo dos processos de tomada de posição efetuados pelos atores da indústria com recurso à análise do referido arquivo.

Segundo tempo

Os estaleiros representam pontos de conexão na rede de circulação de objetos, empresas e trabalhadores que constituem a dinâmica da atividade característica da indústria da Construção. São também pontos de implementação de experiências de vida próprias, configuradas em torno de uma ordem de interação específica (Dubois, 2014; Goffman, 1983), dotada de temporalidades e espacialidades singulares, largamente estruturada em torno de uma recomposição e reajustamento permanentes. A propósito do estaleiro, pode considerar-se que "cada vez que uma nova parte é construída, o espaço de trabalho muda de forma material e social, mudando a estrutura, as vias de acesso, os fluxos espaciais e as socialidades que o constituem" (Pink, Tutt & Dainty, 2013, p.13, tradução própria). Mesmo sendo geograficamente separados, os estaleiros estão, contudo, "unidos" pela participação comum numa mesma "configuração social" (Elias, 2001) própria da atividade industrial no setor. Foi, por isso, que considerámos adequado, tal como já afirmado, implementar uma abordagem que promovesse uma "etnografia do quotidiano" (Rabinow & Marcus, 2008) multi-situada (Levitt & Glick-Schiller, 2004), que permitiu considerar os estaleiros e os agentes nestes envolvidos não apenas a partir do que estava presente em cada local estudado, produzindo uma objetivação densa para cada um, mas também através de comparações e de um estudo sistémico do campo da construção, vendo cada local como caso particular a partir de uma unidade de referência mais alargada: o sistema de interdependências que conecta as empresas e os trabalhadores no cosmos da construção.

A implementação da componente mais orientadamente etnográfica da pesquisa envolveu a constituição de observatórios territorializados. No país, tais observatórios foram constituídos pela relevância da atividade económica regional

na indústria da Construção, tanto em matéria de produção como de dinâmicas sociais subjacentes. Dada a superfície de ação cada vez maior das empresas e dos trabalhadores e do próprio carácter móvel intrínseco à atividade do setor, o projeto de investigação procurou também operacionalizar uma prática etnográfica multi-situada que se revestisse de uma componente transnacional. Para conhecer representações e práticas em contexto, usualmente opacas em estudos que não integram uma componente etnográfica, foram selecionados cinco pontos de observação, três em Portugal e dois além-fronteiras. O objetivo era obter um conhecimento alargado das representações, sentimentos e práticas dos trabalhadores e dos empresários, conhecimento que viria completar e enriquecer a imagem estrutural do setor produzida com a primeira fase do projeto. Desenvolveram-se, assim, estratégias de investigação etnográfica nas regiões do Vale do Sousa (uma região relevante pelo que representa enquanto reserva de mão de obra), do Grande Porto (importante pelo significado da reabilitação urbana aqui em curso) e da Grande Lisboa (igualmente significativa pela relevância da reabilitação, mas também por uma mais evidente presença de mão de obra estrangeira mobilizada para vários subsetores diferenciados). Pela sua importância para a compreensão das estratégias de internacionalização de empresas e de diferentes categorias de ativos, constituíram-se dois observatórios territorializados nas regiões de Bordéus (em França) e de Bruxelas (na Bélgica). O primeiro destes devido ao significado da presença de empresas e de ativos com origem em Portugal na região; o segundo devido ao efetivo muito elevado de destacamentos de trabalhadores portugueses.

A execução destas atividades implicou a organização de uma vasta e complexa rede de contactos em cada um dos cinco observatórios constituídos. Lidos a partir dos elementos recolhidos nas fases anteriores do projeto, os observatórios territorializados em apreço permitiram aprofundar e aperfeiçoar o conhecimento de dimensões decisivas do objeto de análise, obrigando a um planeamento exigente do trabalho de pesquisa de terreno. Mais especificamente, foi realizada uma abordagem etnográfica nos diferentes observatórios; estas traduziram-se no registo de observações, na redação de diários de campos e na produção de um diário fotográfico, registando obras, locais visitados e interações com os trabalhadores, visitas de estaleiro e de sede de empresas nos observatórios nacionais e fora do país, incluindo, em situações pertinentes, visitas dos locais de habitação e de lazer dos trabalhadores dentro e fora do país. Capitalizando a experiência da equipa em investigações conduzidas no Norte de Espanha (Queirós & Monteiro, 2016, 2019), no trabalho efetuado fora do país, sempre que possível, foi estabelecido diálogo com donos de cafés/restaurantes de portugueses, com pessoas em zonas de convívio e feiras onde se costumam deslocar portugueses, no sentido de recolher perceções acerca da movimentação de operários do setor, tanto em relação a questões de trabalho, como de condições de vida e de hábitos de socialização. A equipa

permaneceu, assim, em média, pelo menos dez dias em cada observatório, até que ficasse claro que se tinha chegado à saturação etnográfica dos dados recolhidos em cada local. O Porto, por sua vez, e sendo o local onde se encontra a "base" da investigação sociológica implementada, foi alvo de um trabalho de apropriação temporal e espacial distinto, envolvendo uma prática continuada de recolha de informação materializada ao longo de vários meses.

Para além da realização e análise de entrevistas semidiretivas e "grupos focais" a atores institucionais da indústria da Construção – concluídas no primeiro tempo do projeto –, estava prevista a realização de pelo menos 40 entrevistas aprofundadas a vários agentes com posições e ocupações hierarquicamente diferenciadas em diferentes contextos territoriais, em congruência com o modelo teórico anteriormente apresentado. Inscritas no trabalho desenvolvido em cada um dos observatórios territorializados, foram realizadas 89 entrevistas com um ou mais indivíduos (perfazendo um total de 110 indivíduos), das quais 68 entrevistas foram alvo de gravação (somando mais de 100 horas de áudio,) e 21 não gravadas, com a seguinte distribuição:

(1) Vale do Sousa – 13 entrevistas gravadas;
(2) Porto – 17 entrevistas gravadas e 16 relatos não gravados;
(3) Lisboa – 12 entrevistas gravadas e 4 relatos não gravados;
(4) Bélgica – 16 entrevistas gravadas e um relato não gravado;
(5) França – 10 entrevistas gravadas.

Perante a dificuldade encontrada tanto em realizar entrevistas em profundidade a operários no observatório do Porto no momento duma primeira abordagem (que ocorreu durante a jornada de trabalho ou nas pausas da mesma), como em suscitar a disponibilidade e confiança necessárias para um agendamento em horário pós-laboral, procedeu-se à aplicação de um questionário aberto que permitiu inquirir trabalhadores com algum detalhe, a partir dos quais se elaboraram relatos analiticamente informados.

As entrevistas nos observatórios foram realizadas com recurso à distinção de 4 categorias em matéria de classificação dos entrevistados na configuração de profissionais do setor, num registo especificamente informado pelo trabalho de pesquisa efetuado a partir do estaleiro e fundamentado no modelo teórico previamente apresentado na Figura 1.1. As categorias e distribuição dos entrevistados são as seguintes:

(1) Empresários, administradores e quadros superiores – 19;
(2) Quadros técnicos e encarregados (enquadramento da produção) – 17;

(3) Chefes de equipa, oficiais, serventes e trabalhadores independentes (produção) – 46;

(4) Informantes privilegiados – 28 (afetos a 17 entidades distintas).

Foi, assim, possível reunir um número significativo de opiniões, experiências e memórias de trabalhadores, empresários e informantes privilegiados diretamente implicados no setor, dados estes que costumam ser pouco valorizados em restituições de análises estruturais sobre a respetiva configuração (Jounin, 2006; Monteiro, 2014b; Pinto & Queiroz, 1996a).

Além desta abordagem, mais situada e orientada para contextos de polarização sociabilitárias e laboral dos agentes envolvidos na atividade do setor, graças aos contatos estabelecidos com vários informantes privilegiados, a equipa pôde visitar obras em curso de maneira mais formal: realizou-se o acompanhamento de uma visita com inspetores da ACT, que permitiu observações significativas; fez-se o acompanhamento de uma visita de estaleiro organizada pelo Ordem do Engenheiros, que permitiu estabelecer contatos que foram, por sua vez, ativados no observatório da Grande Lisboa. Foi ainda possível complementar estas incursões de terreno com a participação em eventos públicos – organizados por uma grande empresa portuguesa do setor da Construção – dirigidos a estudantes e profissionais da área, o que permitiu situar problemáticas e prioridades dos atores, ligando-as à estrutura das empresas e à importância da respetiva imagem. Uma tal participação gerou oportunidades para a realização de entrevistas a quadros técnicos; dinâmicas de conhecimento e oportunidades de contacto semelhantes foram gizadas pela participação no 7º Fórum Estratégico, organizado pela Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (PTPC), onde foi apresentado o "Plano Estratégico de Inovação e Competitividade 2030 para o setor AEC". Todas estas visitas foram consignadas em diários de campo. Esta abordagem permitiu a produção de um vasto corpo de registos etnográficos das condições e práticas de trabalho no setor.

Metodologicamente, e em suma, a fim de capturar o quotidiano e as diversas modalidades de constituição das relações contratuais entre trabalhadores e empresas do setor, usámos, como vimos, as conversas e as entrevistas gravadas. Em complemento, recorremos também a um aparelho metodológico mais complexo. Como nem todos os aspetos das experiências vividas do trabalho são acessíveis em termos escritos, procedeu-se, como já mencionado, à recolha de materiais visuais, recorrendo, especificamente, às fotografias de natureza etnográfica (Harper, 2003). Para cada estaleiro visitado, foram elaborados registos de observações numa grelha de observação e em cadernos de campo. Sempre que se revelou possível, tiraram-se fotografias ao ambiente onde a equipa se encontrava e procedeu-se à gravação do ambiente sonoro. Nos locais de lazer e encontro, foram igualmente registadas interações no diário de campo e efetuadas fotogra-

fias. Foram, assim, elaboradas 11 grelhas de observação de estaleiros, cujas visitas foram proporcionadas por empresários ou trabalhadores: três na região do Vale de Sousa, duas no Porto, duas em Lisboa, duas em Bruxelas e duas em Bordéus. Foi compilado ainda um álbum fotográfico para cada observatório com as respetivas legendas, organizando-se, assim, um arquivo, devidamente referenciado, com cerca de 1000 fotografias.

O reconhecimento das potencialidades da manutenção de um registo sistemático das atividades de pesquisa no terreno, assim como o de que a presença e a posição dos investigadores no terreno não serão inócuas, esteve na base da opção de se proceder à sistematização das observações em diários de campo, evitando assim a dispersão das inúmeras reflexões elaboradas. Esses registos compilam, dessa forma, impressões, considerações e descrições relativas às incursões nos diferentes observatórios, tanto sobre as condições de trabalho, estratégias empresariais, condições de vivência dos trabalhadores, sociabilidades e apropriação dos espaços, como sobre as dinâmicas preponderantes do setor da Construção nesses locais, não dispensando a articulação com preocupações de natureza teórica que norteiam toda a investigação. Estes diários permitem, assim, não só uma reflexão sobre diferentes elementos da pesquisa etnográfica dirigida ao objeto da investigação, mas abrem também portas a uma reflexão objetiva sobre aspetos subjetivos da própria pesquisa empírica: neste caso, as ações dos investigadores no terreno e as relações sociais de observação (Pinto, 2010).

Vários desafios se foram colocando ao longo da permanência no terreno, nomeadamente ao nível da programação das atividades, do acesso aos locais (estaleiros, instituições, empresas, habitações…), da conquista de confiança através da presença continuada, da dinâmica comunicacional exigida pela dimensão e complexidade das entrevistas, da garantia do anonimato daqueles que participaram neste estudo. A criação da reciprocidade necessária para o bom desenvolvimento de todos os passos inerentes a estes procedimentos constituiu-se como um elemento central da operacionalização das mesmas. Desde a tentativa de não criar qualquer tipo de retração por parte dos trabalhadores, agentes institucionais e empresários relativamente à abordagem inicial da equipa, à procura duma recetividade não condicionada pelo uso do gravador, da máquina fotográfica, do bloco de notas, do termo de consentimento, as estratégias levadas a cabo foram sendo objeto de ajustamentos e de adaptações ao território, aos indivíduos, ao contexto de interação, de forma a garantir a qualidade das informações obtidas.

A divisão do trabalho de terreno em cinco observatórios territoriais permitiu um enquadramento regional/nacional das dinâmicas observadas, contudo, dada a grande mobilidade que está associada ao setor da Construção, foi importante não compartimentar o olhar nem as reflexões, e procurar compreender as relações que se estabelecem em perímetros espaciais de geometria relativamente variável, de

resto, evidentes em muitas das trajetórias profissionais recolhidas. Igualmente importante, dada a natureza cíclica da evolução da produtividade e do recrutamento de mão de obra, foi procurar compreender sociologicamente a relação dos agentes com o passado e com o futuro, assim como procurar evidenciar alguns dos laços que se estabelecem nos planos sincrónico e diacrónico.

Justifica-se, por fim, dada a centralidade do trabalho realizado em torno do *corpus* oral constituído no âmbito do projeto, uma reflexão sobre a natureza das operações desenvolvidas a propósito deste. A transcrição do *corpus* realizada no âmbito do presente trabalho teve em conta as normas do sistema de notação de transcrição ortográfica utilizado na recolha do *corpus* oral do Português Fundamental, com as sistematizações e alargamentos realizados no âmbito da recolha do *corpus* de materiais orais (Firth, 1995, p.10, p.23, p.58; Heritage, 1984, p. 300; Nascimento, 1987). O sistema de notação usado mantém grande parte dos sinais ortográficos, tendo a principal vantagem da inteligibilidade, dada a proximidade com a ortografia vigente. Tendo como objeto de estudo a enunciação, as notações aqui utilizadas visam também a marcação de aspetos como a entoação suspensiva e o prolongamento enfático, bem como as notações situacionais ou comportamentais – risos, e outros sons vocais. As transcrições realizadas foram todas revistas no sentido de procurar observar com rigor os critérios seguidos na transcrição dos enunciados pelo primeiro transcritor; nesse sentido, cada transcrição foi sistematicamente revista por um segundo e, não raro, por um terceiro transcritor, com base no conhecimento do *corpus* e das convenções do sistema de notação. A transcrição das produções destes interactantes foi, nesse sentido, o mais fidedigna possível, realizando-se a transcrição ortográfica de palavras inventadas pelos participantes ("criatividade lexical") e de outros vocábulos, característicos do discurso interativo oral, como a forma "inda", o verbo "tar", entre outros, e procedendo-se à transcrição de outros registos que se afastam da chamada "norma linguística". Notámos formas de criação individual, formas truncadas e estabelecemos grafias para representar onomatopeias, interjeições e outras formas que não só representassem a realidade fónica, mas também se adequassem ao sistema de transcrição adotado.

Uma síntese

Ao longo deste capítulo procurámos enunciar as coordenadas teóricas principais que estiveram subjacentes à definição do objeto de pesquisa construído no âmbito do projeto "Novos Terrenos para a Construção". Em articulação com um tal desígnio, procedemos à identificação dos passos metodológicos principais que foram dados para concretizar os propósitos da pesquisa assim definida. A proposta teórica e a estratégia metodológica formuladas compreendem a possibilidade

de organizar a produção de conhecimento sociológico sobre a configuração da ação das empresas e da experiência dos agentes que as compõem e que com estas se relacionam no domínio da indústria da Construção portuguesa. O caminho teórico-metodológico traçado a partir deste quadro de trabalho convoca questionamentos alternativos e resultados de pesquisa complementares que ajudam a afinar coordenadas de investigação. São os resultados principais da investigação realizada e as convocatórias analíticas diferenciadas que estes geraram que se discutirão nos capítulos que se seguem.

Referências Bibliográficas

Almeida, C. A. (2019). Discourse strategies of mitigation in an oral corpus of narratives of life experience collected in interviews. In K. Roulston (Ed.), *Interactional Studies of Qualitative Research Interviews* (pp.239-268). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

Almeida, C. A. (2012). "Que eu já nasci em Riba de Ave. [...] Sempre me conheci aqui em Riba de Ave (risos)": A coconstrução do sentido em *narrativas de experiência de vida* no Vale do Ave. In V. B. Pereira (Ed.), *Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave* (pp.417-445). Porto: Afrontamento.

Almeida, J. F. (1986). *Classes sociais nos campos: Camponeses parciais numa região do noroeste*. Lisboa: ICS.

Baganha, M. I., Marques, J. C. & Góis, P. (2002). Sector da Construção e Obras Públicas em Portugal: 1999-2000. *Oficinas do CES*, *173*, 1-35.

Banco de Portugal (2014). *Análise do setor da Construção: Estudos da Central de Balanços*, 15, 1-45.

Banco de Portugal (2016). *Nota de informação estatística: Análise do setor da construção 2011-2016*, 126, 1-6.

Beaud, S. & Pialoux, M. (1999). *Retour sur la condition ouvrière : Enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*. Paris : Fayard.

Bourdieu, P. (1979). *La Distinction : Critique sociale du jugement*. Paris : Minuit.

Bourdieu, P. (1989). *La Noblesse d'État : Grandes écoles et esprit de corps*. Paris : Minuit.

Bourdieu, P. (1993). Comprendre. In P. Bourdieu (Ed.), *La Misère du monde* (pp. 903-939). Paris: Seuil.

Bourdieu, P. (1994). Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la recherche en sciences sociales*, *105*, 3-12.

Bourdieu, P. (1997). Le champ économique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 119, 48-66.

Bourdieu, P. (2000). *Les Structures Sociales de l'Économie*. Paris: Seuil.

Bourdieu, P. (2017). *Anthropologie Économique : Cours au Collège de France 1992-1993*. Paris : Seuil.

Burawoy, M. (2009). *The extended case method: Four countries, four decades, four great transformations and one theoretical tradition*. Berkeley: University of California Press.

Cremers, J., & Janssen, J. (2006). *Shifting employment: Undeclared labour in construction industry*. Rotterdam: Antenna.

Cusin, F. & Lefebvre, H. (2018). La financiarisation de l'immobilier résidentiel aux États-Unis: genèse et consequences socio-spatiales de la crise des *subprimes*. *Espaces et sociétés*, *174*, 105-122.

Desrosières, A. & Thévenot, L. (2002). *Les catégories socio-professionelles*. Paris: La Découverte.

Dubois, V. (2014). Ordem institucional, ordem interaccional e ordem social: administrando o bem-estar, disciplinando os pobres, *Cadernos de Ciências Sociais*, *27*, 53-66.

Elias, N. (2001). *The Society of Individuals*. New York: Continuum.

Firth, A. (Ed.) (1995). *The discourse of negotiation: Studies of language in the workplace*. Oxford: Pergamon.

Fligstein, N. (2002). *The architecture of markets: An economic sociology of twenty-first-century capitalist societies*. Princeton: Princeton University Press.

Fligstein, N. & McAdam, D. (2015). *A Theory of Fields*. New York: Oxford University Press.

Fournier, P., Hatzfeld, N., Lomba, C., & Muller, S. (2008). Introduction: étudier le travail en situation. In A.-M. Arborio, Y. Cohen, P. Fournier, N. Hatzfeld, C. Lomba, & S. Muller (Eds.), *Observer le Travail: Histoire, ethnographie, approches combinées* (pp.7-27). Paris: La Découverte.

Goffman, E. (1981). *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Pennsylvannia Press.

Goffman, E. (1983). The Interaction Order: American Sociological Association, 1982 Presidential Address. *American Sociological Review*, *48*, 1-17.

Gumperz, J. (1989). *Engager la conversation: Introduction à la sociolinguistique interactionnelle*. Paris : Minuit

Harper, D. (2003). Framing ethnographic photography. *Ethnography*, *4*(2), 241–266.

Heritage, J. (1984). A change-of-state token and aspects of its sequential placement. In J. M. Atkinson & J. C. Heritage (Eds.), *Structures of social action: Studies in conversation analysis* (pp. 299-345). Cambridge: Cambridge University Press.

Heritage, J. (1989). Current developments in conversation analysis. In D. Roger, & P. Bull (Eds.), *Conversation: an interdisciplinary perspective* (pp. 21-47). Clevedon: Multilingual Matters.

Jounin, N. (2006). La sécurité au travail accaparée par les directions. *Actes de la recherche en sciences sociales*, *165*, 2-19.

Jounin, N. (2008). *Chantier interdit au public: Enquête parmi les travailleurs du bâtiment*. Paris: La Découverte.

Lebaron, F. (1997). La dénégation du pouvoir. Le champ des économistes français au milieu des années 1990. *Actes de la recherche em sciences sociales*, *119*, 3-26.

Levitt, P. & Glick-Schiller, N. (2004). Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society. *International Migration Review*, 38(145), 595-629.

Monteiro, B. (2014a). *Frágil como o Mundo: Etnografia do quotidiano operário*. Porto: Afrontamento.

Monteiro, B. (2014b). Portuguese construction workers in Spain: situated practices and transnational connections in the European field of construction (2003-2013). *Construction Labour Research News*, 2, 8-32.

Nascimento, M. F. B. (1987). *Contribuição para um dicionário de verbos do português: Novas perspectivas metodológicas*. Lisboa: INIC, CLUL.

Nascimento, M. F. B. (1996). Aspectos da sintaxe do português falado (repetições lexicais e de estruturas sintácticas em produções orais: fenómenos de deslocação). In *Actas do Congresso Internacional sobre o Português, vol. I* (pp. 203-221). Lisboa: APL/Edições Colibri.

Nascimento, M. F. B, Marques, M. L. G. & Cruz, M. L. S. (1987). *Português Fundamental, Vol. II – Métodos e documentos. Tomo I – Inquérito de frequência*. Lisboa: INIC, CLUL.

Pereira, V. B. (2010). Formação de classes sociais, trabalho e território ou sobre como continuar a compreender Berlim. In J. M. Pinto & J. Queirós (Eds.), *Ir e Voltar: Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007)* (pp.327-355). Porto: Afrontamento.

Pereira, V. B. (2012) (Ed.). *Ao Cair do Pano: Sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave*. Porto: Afrontamento.

Pink, S., Tutt, D. & Dainty, A. (2014). Introducing ethnographic research in the construction industry. In S. Pink, D. Tutt, & A. Dainty (Eds.), *Ethnographic research in the construction industry* (pp. 1–22). New York: Routledge.

Pinto, J. M. (1985). *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos: Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Afrontamento.

Pinto, J. M. (2010). Reavaliando fundamentos e grandes orientações metodológicas das pesquisas sobre Fonte Arcada. In J. M. Pinto & J. Queirós (Eds.), *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007)* (pp.17-44). Porto: Afrontamento.

Pinto, J. M., & Queiroz, M. C. (1993). *Trabalho, Emprego e Qualificações na Construção Civil*. Porto.

Pinto, J. M. & Queiroz, M. C. (1996a). Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na Construção Civil. *Sociologia. Problemas e Práticas*, *19*, 9-29.

Queirós, J. & Monteiro, B. (2019). Entre ici et là-bas: Notes de recherche sur l'émigration en Espagne d'ouvriers portugais du bâtiment". In V. B. Pereira & Y. Siblot (Eds.), *Classes sociales et politique au Portugal: Pratiques du métier de sociologue* (pp. 155-189). Vulaines-sur-Seine: Ed. du Croquant.

Queirós, J. & Monteiro, B. (Eds.) (2016). *Trabalhos em Curso : Etnografia de operários portugueses da construção civil em Espanha*. Porto : Deriva/Le Monde diplomatique, edição portuguesa.

Queiroz, M. C. (1999). *Trabalho e trabalhadores na Construção Civil e Obras Públicas. Contributos para a análise dos lugares e das identidades de classe*. (Tese de doutoramento não publicada), FLUP, Porto, Portugal.

Rabinow, P. & Marcus, G. (2008). *Designs for an anthropology of the contemporary*. Duke: Duke University Press.

Ramilo, M. C., & Freitas, T. (2002). Transcrição ortográfica de textos orais: problemas e perspectivas. In I. Duarte, J. Barbosa, S. Matos & T. Hüsgen (Eds.), *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto* (vol. 2) (pp. 55-67). Porto: CLUP.

Rosa, E. (2012). *Os grupos económicos e o desenvolvimento em Portugal no contexto da globalização*. (Tese de doutoramento não publicada), ISEG- UTL, Lisboa, Portugal.

Savage, M. & Miles, A. (1994). *The Remaking of British Working Class 1840-1940*. London: Routledge.

Sykes, A. J. M. (1969a). Navvies: Their social relations. *Sociology*, (3), 157–172.

Sykes, A. J. M. (1969b). Navvies: Their work attitudes. *Sociology*, (3), 21–35.

Thiel, D. (2007). Class in construction: London building workers, dirty work and physical cultures, *British Journal of Sociology*, *58*(2), 227-251.

Thompson, E. P. (1991). *The Making of the English Working Class*. Harmondsworth: Penguin Books.

Wacquant, L. (2014). Poder simbólico e constituição de grupos. Como Bourdieu reformula a questão das classes. *Cadernos de Ciências Sociais*, *27*, 145-165.

Wagner, I. (2018). *Workers without borders: Posted work and precarity in the EU*. Ithaca: Cornell University Press.

Capítulo 2

Quatro princípios transversais para mobilizar Bourdieu na pesquisa

Loïc Wacquant

Dedicado a Mathieu Hilgers, com carinho e admiração.

Há muitas maneiras de "dividir e segmentar" ("*slice and dice*") Bourdieu para uso em qualquer domínio de investigação, e já existem inúmeras introduções padronizadas e visões gerais rotinizadas dos seus principais escritos destinados a estudantes de tópicos especializados, abrangendo educação, organização, religião e intelectuais, tal como apresentado no *The Oxford Handbook of Pierre Bourdieu* (Medvetz & Sallaz, no prelo), bem como o estudo do espaço e da cidade como última grande fronteira para a investigação académica inspirada em Bourdieu (Fogle, 2011; Lippuner, 2012; Webster, 2010; ver Wacquant, 2017a para uma avaliação e uma agenda diferente)[1]. Estas cápsulas pedagógicas das suas principais teorias (sempre limitadas a algumas publicações importantes traduzidas na própria língua do autor) tipicamente negligenciam a maioria do *corpus* de Bourdieu, sofrem de vieses disciplinares previsíveis e cegos, e dificilmente indicam como traduzir essas teorias em projetos e operações de pesquisa prática. O propósito deste trabalho passa por enfrentar este problema.

Forneci noutro lugar uma discussão detalhada sobre como implementar e distribuir *habitus*, espaço social, campo burocrático e poder simbólico numa investigação comparativa do nexo triádico "Marginalidade, etnia e penalização na cidade neoliberal" (Wacquant, 2014). Desenhei uma cartografia da divisão de trabalho analítico entre estes conceitos e indiquei como podem servir para esclarecer categorias deixadas vagas (como gueto) e forjar novos conceitos (estigmatização

[1] Publicado em *Anthropological Theory*, *18*, março de 2018, pp.3-17. Texto traduzido do original em Inglês por Virgílio Borges Pereira e revisto pelo autor.

territorial e marginalidade avançada, contenção punitiva e paternalismo liberal, hiperincarceração e sociodiceia negativa) como ferramentas para a sociologia comparativa da génese inacabada do precariado pós-industrial, da regulação penal da pobreza na era da insegurança social difusa e da construção do Leviatã neoliberal. Neste caso, pretendo construir sobre este argumento a propósito da estrutura urbana e da experiência para destacar quatro princípios transversais que sustentam e animam a prática de pesquisa de Bourdieu.

Estes princípios são suscetíveis de escapar ao ponto de vista do leitor apressado e do investigador atarefado ansioso por colocar Bourdieu na frente urbana, mas tais princípios podem guiar mais proveitosamente a investigação sobre a cidade, ou de qualquer outro domínio, do que a exegese deste ou daquele escrito de Bourdieu ostensivamente pertinente para ela. Isto é especialmente importante porque o sociólogo francês rejeitou expressamente as demarcações convencionais entre disciplinas e entre as subespecialidades dentro delas; de facto, ele viu essas demarcações, padronizadas de acordo com objetos concretos de relevância fenomenológica ou preocupação cívica, como um grande obstáculo ao desenvolvimento de uma ciência social histórica unificada (Bourdieu, 1986, pp. 13-52). Para efeitos de compressão mnemotécnica, anexo estes princípios a cinco autores que formam pilares centrais do pensamento de Bourdieu: Bachelard, Weber, Leibniz e Durkheim, e Cassirer. Que estes não sejam os "suspeitos habituais" mencionados em apresentações padrão ou discussões influentes sobre Bourdieu é indicativo da enorme distância entre a inspiração atual e a composição interna da sua obra e da sua imagem académica, formada pelas camadas acumuladas de décadas de leituras truncadas, ou mistificadas, guiadas por um teoricismo deslocado[2]. Também sinalizo três armadilhas correlativas que os exploradores bourdieusianos deste ou daquele setor do mundo social devem ter especial cuidado para evitar: a fetichização de conceitos (que interrompe a investigação onde ela deve começar), as seduções de "Falar Bourdieusiano" porque é a linguagem académica do dia, e a forçada imposição do seu quadro teórico em bloco quando este é utilizado de forma mais produtiva em *kit* através de transposição.

[2] Uma amostra de conveniência produz o seguinte: Bourdieu foi amarrado a Marcel Mauss e Claude Lévi-Strauss por Collins (1994) e Moore (1999), mas elencado como um marxista de armário por Alexander (1995); emparelhado com John Austin por Judith Butler (1997) e atirado para a papa retórica granulosa da "teoria da prática" juntamente com Marshall Sahlins e Anthony Giddens por Ortner (2006); escoriado como um estruturalista não arrependido por Sewell (2005) e exaltado como uma alma gémea de Garfinkel por Lemert (2016); conectado a Wittgenstein (Schatzki, 2008) e ligado ao pragmatismo americano (Shusterman, 1999); e trocistamente retratado "primeiro e acima de tudo como um empirista" por Joas e Knobl (2009, p.371) no seu resumo das principais vertentes da teorização. A maioria dos exegetas, além disso, vê Bourdieu como autor de uma teoria social "crítica" – um adjetivo que ele expressamente rejeitou como guarnição retórica redundante e pretensiosa de que nenhuma ciência precisa.

O momento Bachelard

Romper com o senso comum (que vem em três variedades: ordinária, política e académica) para questionar categorias de análise aceites, desconstruir problemas pré-fabricados, e forjar conceitos analíticos robustos, projetados pela e para a empiria, que englobam, mas também se afastam acentuadamente de noções populares (Wacquant, 2002). Esta é uma aplicação direta do imperativo da rutura e vigilância epistemológicas, o ensino mais importante da ''epistemologia histórica", a filosofia da ciência desenvolvida pelos mentores de Bourdieu, Gaston Bachelard e Georges Canguilhem, que Bourdieu transplantou das ciências naturais e da vida para as ciências sociais (Bourdieu, 2001; Bourdieu et al., 1968; ver Rheinberger, 2010, para um perfil compacto desta corrente).

Um esclarecimento deve ser feito aqui: a rutura ("*rupture*") epistemológica de Bachelard (a palavra é a mesma em francês e inglês) não é a *coupure* epistemológica de Althusser (quebra, corte), embora este último aparentemente derivasse a sua noção da primeira. Para Bachelard, e Bourdieu depois dele, a ciência rompe com o senso comum ao constantemente confrontar o real, não se refugiando no reino purificado de uma tautegórica "prática teórica" (Althusser et al., 1965). Além disso, a rutura é uma atividade prática reiterada sem fim, levada a cabo através de uma concatenação fundamentada de operações de pesquisa técnica (elaboração conceitual, seleção de local ou arquivo, desenho de questionário, codificação, etc.), não um ato mental inaugural ou pivô histórico em que a ciência se separa para sempre da ideologia, de repente e magicamente – tal como na interpretação de Althusser da epifania epistémica de Marx de 1845 em *Para Marx*[3]. Foi para manter o foco de Bachelard no ''papel primordial da instrumentação no conhecimento aproximativo" produzido pela atividade científica que Bourdieu batizou a revista interdisciplinar que fundou em 1975 e editou até à sua morte com o nome estranho de *Atos de Pesquisa nas Ciências Sociais* (Wacquant, 1999). Por último, ruturas (plural) acontecem dentro da própria ciência e alimentam o motor do progresso: "o progresso científico exprime sempre uma rutura, ruturas perpétuas, entre o conhecimento comum e o conhecimento científico, assim que lidamos com uma ciência evoluída, uma ciência que, devido a estas próprias ruturas, tem a marca da modernidade" (Bachelard, 1953, p.17).

[3] Em *The Rationalist Activity of Contemporary Physics*, Bachelard (1951) chama a estas operações fenomenotécnicas, o desenvolvimento coletivo dos meios da construção experimental de um fenómeno: quando "as duas sociedades, a sociedade científica e a sociedade técnica, tocam uma na outra e cooperam", então "deixamos o mundo da natureza para entrar no fabrico de fenómenos... Objetividade racional, objetividade técnica e objetividade social são doravante três características fortemente ligadas" (pp.9-10). Para uma abordagem diferente sobre a relação de Althusser com Bachelard, leia-se Balibar (1991).

A rutura é um momento de consulta repetida multiplicada, muitas vezes ignorada ou omitida como questão de curso: vastos setores da pesquisa urbana, por exemplo, aceitam a terminologia, consultas e preocupações propostas por gestores urbanos, formuladores de políticas, jornalistas, ou moda académica (presa hoje em dia aos fenómenos geminados de gentrificação, segregação étnica e ao florescimento das indústrias culturais no núcleo metropolitano), quando deveriam, em vez disso, detetar e neutralizar os preconceitos históricos inconscientes e sociais neles incorporados, incluindo-os no seu objeto de análise. Como adverte Bachelard (1938): "a mente científica proíbe-nos de ter uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos como formular claramente. Acima de tudo, é preciso saber colocar problemas" (p. 26).

O momento Weber

Efetuar a tríplice historicização do agente (com o conceito de *habitus*), do mundo (através da noção de espaço social, cujo campo é apenas um subtipo), e as categorias e métodos do analista (reflexividade epistémica). Este princípio expressa a visão radicalmente historicista e agonista que Bourdieu tem da ação social, da estrutura, e do conhecimento, que é mais condizente em espírito e método com o trabalho de Max Weber – mesmo que este último fosse associado a um individualismo analítico completamente estranho ao relacionalismo de Bourdieu (1968, 1986, pp. 147-166). Para ambos os autores, a investigação social deve proceder de um sentido agudo do seu caráter distintivo enquanto *Wissenchaftslehre*, uma ''teoria da ciência" reflexiva que, juntamente com a sociologia materialista da religião de Weber, foi a entrada inicial de Bourdieu no *corpus* weberiano durante a sua juventude, e que decisivamente moldou a sua conversão da filosofia à ciência social (Bourdieu, [2000] 2011). Para ambos os autores, a dominação penetra na vida social, mas assume uma multiplicidade de formas, que são irredutíveis a uma base económica e implicam sempre a intercessão de uma autoridade simbólica que enquadra a relação em questão, o que leva Weber (1958) a focar-se na legitimidade e Bourdieu (1997) na produção social da *doxa* e no funcionamento do falso reconhecimento.

É por isso que Weber e não Marx é a âncora de Bourdieu aqui (apesar da abordagem histórica e relacional do último): tal como o autor de *Wirtschaft und Gesellschaft*, Bourdieu rejeita o determinismo económico, a busca de fundamentos e o neoliberalismo. A noção hegeliana de que a história é dotada de uma lógica direcional[4]. Ele coloca-se diretamente na linhagem neo-Kantiana que interpreta

[4] A rejeição de Bourdieu da teoria marxista da história e das suas imagens de infra/superestrutura é clara e definitiva nesta passagem do seu livro inacabado sobre Manet: "A busca de um

a filosofia como um dever vinculado a começar e a terminar com "o facto da ciência" (para citar Bachelard novamente) e envolve uma conceção genética do conhecimento como um processo sintético perpetuamente inacabado. Esta visão antimetafísica de Kant foi consagrada pela Escola de Marburg, onde Cassirer foi treinado a conselho de Georg Simmel e que influenciou Weber através das obras de Windelband e Rickert, líderes da escola rival neo-Kantiana de Baden[5].

Assim, deve compreender-se as constelações, categorias e práticas urbanas (ou quaisquer outras) como produtos, armas e apostas de lutas travadas em múltiplas temporalidades, desde a longa duração ("*longe durée*") das macroestruturas seculares até aos tempos médios dos ciclos políticos e rotações institucionais e ao horizonte fenomenológico de curto prazo das pessoas ao nível do terreno. Este mandamento desmente o velho relato académico sobre Bourdieu como "o teórico da reprodução", que continua a ser contado mesmo por especialistas urbanos simpatizantes da sua abordagem (por exemplo, Harding e Blokland, 2014, pp. 129-130), mas capta com precisão tanto as suas instruções explícitas como a sua prática científica existente (Wacquant, 2017b).

O momento Leibniziano-Durkheimiano

Implantar o modo topológico de raciocínio para rastrear as correspondências mútuas, transposições e distorções entre o espaço simbólico (a grelha de classificações mentais que orienta as pessoas na sua construção cognitiva e conativa do mundo), espaço social (a distribuição flutuante de bens ou capitais socialmente efetivos), e espaço físico (o ambiente construído resultante de esforços rivais para apropriar bens materiais e ideais no espaço e através do espaço). Esta forma de pensar é indispensável porque:

> O espaço social tende a retraduzir-se, de forma mais ou menos deformada, sob a forma de um arranjo definido de agentes e propriedades. Segue-se que todas as divisões e as distinções de espaço social (alto/baixo, esquerda/direita, etc.) são real e simbolica-

---

fator explicativo da mudança social, um problema central nas ciências sociais, é tornada difícil pela persistência, dentro das nossas mentes, de um marxismo esgotado de que é muito difícil livrarmo-nos. Não porque seja dominante (na verdade nunca foi), mas porque é desenfreado, rasteja num estado de banalidades de senso comum em discussões pretensiosas. A *doxa* intelectual é habitada por conceitos marxistas que «fomentam o reducionismo» e alimentam um materialismo simplista e mutilado" (Bourdieu, 2013, pp.577-578).

[5] Bourdieu familiarizou-se profundamente com esta tradição alemã de filosofia histórica na década de 1960, através da sua ligação quase-filial a Raymond Aron, que tinha ele próprio introduzido esta corrente de pensamento na França em livros influentes publicados no anos 1930 (Aron, 1935, 1938) e patrocinado academicamente Bourdieu depois de este último ter sido forçado a fugir da Argélia em 1960, na véspera do golpe pró-colonial dos generais de Argel (Bourdieu, 2002, pp. 47-50).

> mente expressas no espaço físico apropriado como espaço social reificado. (Bourdieu, 1997, p.162)

Este princípio está na confluência da componente geométrica do pensamento de Bourdieu, baseado na sua leitura ávida de Gottfried Wilhelm Leibniz (cuja *analysis situs*, desenvolvida em reação à geometria da perspetiva de Pascal, exemplifica o racionalismo monista que Bourdieu deseja ampliar) e na sua vertente *morfológica* derivada de Durkheim e Mauss (1901), a formulação arrojada da correspondência entre o substrato físico e a disposição dos grupos sociais e as "formas de classificação" através das quais eles se veem a si próprios e ao mundo. Elke Weik (2010) tem razão ao apontar as semelhanças e afinidades entre Leibniz e Bourdieu: a força criadora que constitui o mundo é Deus para o primeiro e a própria história para o segundo. Mas ele concentra-se principalmente no *habitus* quando a ligação mais forte entre os dois pensadores é a partilha da sua filosofia relacional (ver De Risi, 2007, de acordo com a visão de Leibniz). Cabe aqui notar, a título de transição para o quarto princípio, que o primeiro livro de Cassirer (1902) foi uma dissecação do pensamento de Leibniz no seu contexto científico.

Quanto ao feixe Durkheimiano, apoia, nomeadamente, o esforço objetivista de Bourdieu para dissecar a anatomia dos vários universos sociais sob investigação. O mapeamento da "forma externa" das teias de posições de compromisso mútuo é indispensável porque "o substrato social é diferenciado em mil maneiras sob as mãos dos homens e estas diferenças têm um grande significado sociológico, quer para as causas de que dependem, quer para os efeitos que delas resultam" (Durkheim, [1900] 1975, p.21). Em sentido concreto e abstrato, o "âmbito do território" ocupado por agentes (sejam eles camponeses argelinos, pequeno-burgueses franceses, residentes de bairros de habitação social difamados, artistas, intelectuais ou decisores políticos), "a sua situação geográfica" relativamente a outros espaços de ação, "a forma das suas fronteiras", bem como a massa total da população e sua densidade nas diferentes regiões são variáveis-chave que devem ser apreendidas tanto na análise sincrónica quanto na diacrónica, pois "a própria estrutura é encontrada apenas no seu desenvolvimento. (...) Ele é continuamente formado e decomposto, é vida quando atingiu um grau de consolidação definido" (Durkheim, [1900] 1975, p.20 e p.22).

Bourdieu atribui um lugar central a este processo de diferenciação que, efetivamente, dá origem à pluralidade de capitais e, mais à frente no caminho da história, ao peculiar meta-campo que ele chama de "campo de poder". A diversificação de capitais e o seu grau de objetividade (podem existir num "estado prático como mecanismos" ou ser "codificados sob a forma de normas ou regras explícitas"), por sua vez, é "um dos grandes princípios de distinção entre os diferentes tipos

de sociedades" (Bourdieu, 2016, pp.446-449, pp.207-211)[6]. Além disso, os fatores morfológicos e a sua interação dentro e fora das fronteiras de microcosmos distintos ou zonas do espaço social são causas primárias de conflitos categóricos, choques cognitivos e desequilíbrios estruturais que dão origem à mudança social e desencadeiam a transformação revolucionária, como indicado na análise de Bourdieu sobre a "crise" de Maio de 1968 em França e na invenção do romance moderno de Flaubert e dos seus companheiros (ver, respetivamente, Bourdieu, 1984, 1992).

O momento Cassirer

Reconhecer a eficácia constitutiva das estruturas simbólicas e anatomizar as marcas das suas duas vertentes, nos complexos subjetivos das disposições (categorias, habilidades e desejos) que compõem o *habitus*, por um lado, e sobre a malha objetiva de posições (distribuições de recursos eficientes) que compõem as instituições, por outro. A "filosofia das formas simbólicas" genética de Ernst Cassirer (1944) é a inspiração principal para o potente conceito de poder simbólico de Bourdieu que se ergue como epicentro e ápice do seu trabalho – e ainda assim tipicamente negligenciada pelos usos e leituras convencionais de Bourdieu ossificadas no incompleto e redundante tríptico de "*habitus*, capital e campo" (Wacquant, 2017b, pp.63-64). Porque o animal humano encontra o universo físico não como realidade bruta, mas pelo meio de símbolos (materializado, na taxonomia de Cassirer, como linguagem, mito, religião, arte e ciência, cinco tópicos que Bourdieu minerava com entusiasmo)[7], a mais objetivista ciência da cidade deve, por necessidade, abrir espaço para o esquema classificatório rival através do qual os agentes dão padrão e significado ao mundo urbano. E porque o cosmos social pode sem-

[6] Aqui Bourdieu relaciona explicitamente a visão de Durkheim da diferenciação como uma tendência principal e característica da modernidade à concepção de Weber da multiplicidade de *Lebensordnungen*: "Pode-se estender a análise de Durkheim" sobre a purificação e intensificação de funções distintas permitidas pela diferenciação estrutural "com uma análise weberiana" da emergência de esferas distintas de vida e valores "expressas pela emergência de «como» (*als*): a economia como economia, a arte como arte, a lei como lei" (Bourdieu, 2016, pp.1005-1006).

[7] Na verdade, Bourdieu dedicou monografias completas ou artigos de tamanho de livro a cada um desses tópicos: *Language and Symbolic Power* (1982, ampliado em 1991); *The Demon of Analogy* (em *The Logic of Practice*, 1980, Livro II) e *Masculine Domination* (1998); *Genesis and Structure of the Religious Field* (1971) e *The Holy family: The French episcopate in the Field of Power* (Bourdieu & De Saint-Martin, 1982) que, juntos, fariam um livro pesado (de fato, eles ancoram uma coleção de 280 páginas das publicações de Bourdieu sobre religião em Alemão, volume 5 do seu *Schriften zur Kultursoziologie*, organizado para a Suhrkamp Verlag por Franz Schultheis e Stephan Egger, 2011), *The Love of Art* (Bourdieu e Darbel, 1966) e *The Rules of Art* (1992); e *Science of Science and Reflexivity* (2001), revisitando e atualizando *The Craft of Sociology* (Bourdieu et al., 1968).

pre ser experimentado e construído através de uma pluralidade de pontos de vista, estes sistemas simbólicos concorrentes constituem outras tantas armas na "luta para produzir e impor a visão dominante do mundo" (Bourdieu, [1982] 1990, p.159) e assim moldam-no materialmente, impulsionando a alquimia histórica da *concretização de categorias* que é o enigma no núcleo do trabalho vital de Bourdieu (Wacquant, 2013).

Trazer Cassirer de volta destaca o sentido criativo e agonístico da ação sociossimbólica que anima o pensamento de Bourdieu: "O homem, como os animais, submete-se às regras da sociedade, mas, além disso, ele tem uma participação ativa para trazer, e um poder ativo de mudar, as formas de vida social" (Cassirer, 1944, p.224). Na medida em que não pode viver essa vida sem a expressar, o agente social é o portador – no duplo sentido de portador e de vítima – de uma "polaridade fundamental" ou "uma tensão entre a estabilização e a evolução", a perpetuação das formas existentes e a criação de novas formas. Os sistemas simbólicos são, portanto, os meios, o lugar e a aposta de "uma luta incessante entre a tradição e a inovação, entre a reprodução e forças criativas" (Cassirer, 1944, p.224). Injetado no quadro analítico de Bourdieu, o poder simbólico como capacidade socialmente reconhecida de forjar e inculcar esquemas classificatórios (Bourdieu, [1982] 1990, p.156), que ordenam, celebram ou denigrem determinadas populações e localizações no espaço social e físico, pode ser mobilizado tanto para solidificar como para modificar a ordem social e a sua materialização.

Aplicado ao espaço urbano, este princípio implica prestar atenção não só à fenomenologia da vida na cidade como realidade vivida, situada em lugares específicos, mas também às palavras através das quais as pessoas, objetos, atividades e lugares na cidade são nomeados, porque a *categorização consequente* é um vetor especialmente poderoso de conservação ou transformação da realidade, dada a concentração de autoridades simbólicas (religiosa, política, jurídica, jornalística, artística, académica e científica) na Metrópole. A gravação material da realidade urbana através da sua composição simbólica assume uma forma paradigmática e paroxística com a estigmatização territorial, cujos locais e circuitos de produção, difusão e consumo permeiam a cidade e o mundo e impactam em todos os seus moradores, mesmo quando esta se prende em distritos de perdição sociomoral nas bordas e no fundo do espaço urbano (Wacquant, no prelo).

Três advertências

O racionalismo retificado em ação; a historicização radical das formas sociais arbitrárias e seus depósitos em instituições e organismos socializados; o rastreamento da trialética do espaço simbólico, social e físico; a investigação da concretização das construções mentais: juntos, esses princípios informam uma visão

científica fortemente divergente daquelas que são promovidas pelo positivismo, realismo e hermenêutica, as epistemologias alternativas que reinam nas ciências sociais. Esta postura comanda investigações centradas sobre a ampla e ativa "construção do objeto", que evita tanto o formalismo vazio como o empirismo cego para entrar nas especificidades dos casos históricos com o benefício de uma análise generalizante (Bourdieu, 2001). Junto com estes princípios, pode-se extrair da prática científica de Bourdieu três advertências gerais que irão beneficiar os estudantes da cidade (ou de qualquer outro tópico concreto de investigação) que desejem apropriar-se do seu trabalho, em substância ou à letra.

Primeiro, *evitar a fetichização dos conceitos*: Bourdieu é frequentemente mal interpretado como um "teórico" quando era um detrator da "teorização conspícua". Ele interpretou a teoria não como o mestre altivo, mas como o humilde servo do empírico e nunca avançou com um domínio, a não ser através do desenvolvimento do outro (Bourdieu & Wacquant, 1992, pp. 29-35 e passim). A correção a esta distorção escolar comum, exemplificada em estudos urbanos por muitos artigos recentemente publicados em *Progress in Human Geography* (omito referências aqui como ato de misericórdia intelectual), passa por fundamentar a definição textual dos conceitos e prestar especial atenção à forma como Bourdieu os converte em operações de investigação concretas para moldar os seus objetos empíricos. Há menos a ganhar com a análise de umas quantas dúzias de críticas escolásticas ou defesas teóricas do *habitus*, por mais inteligentes que sejam, do que com o acompanhamento das variáveis que Bourdieu desenterra e interliga para mapear a criação e o *modus operandi* de um determinado conjunto de agentes ou de um figura histórica inovadora[8]. Em *As Estruturas Sociais da Economia*, por exemplo, ele combina observação etnográfica, análise de conversação e análise de correspondências múltiplas para reconstruir a "génese social do sistema de preferências" dos compradores de casas e para detetar as condições em que o seu tácito "sentido de propriedade" se torna ativado ou não (Bourdieu, 2000, pp.40-59). Da mesma forma, a exploração programática realizada por Bourdieu (2013, pp.648-673) da sobreposição das "disposições de Manet", ilumina concretamente como a "segurança e aristocratismo" da sua *hexis*, combinada com o seu "espírito de desafio e competição", forma o "*habitus* fendido de um artista burguês que

[8] Para ilustrações recentes, ver Croce (2015), Decoteau (2016), Mead (2016) e Strand & Lizardo (2017), que ou propõem como novos argumentos já contidos em Bourdieu ou pretendem corrigir falhas que eles próprios acabam por inserir através de uma compreensão truncada dos usos de *habitus* propostos por Bourdieu; e o conjunto de cinco artigos reunidos por Silva (2016) que, curiosamente, alega estender "além da sociologia" um conceito que tem origem na psicologia moral e ensaia aplicações de *habitus* que, para quatro em cinco, ignoram alegremente o trabalho empírico de Bourdieu sobre as questões que abordam (ver a advertência proléptica em Wacquant, 2016).

realiza uma espécie de síntese de opostos", com o seu lado "conformista" alimentado por uma família abastada acomodada na *haute société* parisiense e um "lado rebelde" que alimenta a sua "dupla recusa visceral", tanto da pintura académica como da pintura boémia.

Segundo, e relacionado, *cuidado com a armadilha retórica*: inúmeros autores pintam as suas indagações na cor de Bourdieu quando, na realidade, as noções deste último não desempenham qualquer papel na sua análise. As palavras estão lá, mas os conceitos não teriam prova é que os seus resultados e argumentos não são diferentes daqueles que teriam sido obtidos a partir de um qualquer outro número de abordagens alternativas (que geralmente eram). O conceito de campo é talvez o mais abusado desta maneira, como quando é invocado como um brando sinónimo de domínio ou arena de "ação estratégica", não exibindo nenhuma das propriedades altamente distintivas que caracterizam um campo de acordo com Bourdieu (diferenciação, autonomia, monopolização, organização quiasmática, efeitos prismáticos, etc.). Ao "falar Bourdieusiano" sem autoridade, estes autores não apenas confundem retórica com análise, também ocultam os benefícios teóricos e empíricos que uma utilização eficaz das ferramentas de Bourdieu proporcionaria[9].

Esses sons estéreis facilmente degeneram em jogos de palavras sem sentido, como ilustrado pela multiplicação cómica de *habitus* urbano-infletidos na investigação académica recente: o "*habitus* metropolitano", o "*habitus* suburbano", o "*habitus* gentrificado", o "dot.com *habitus*", já para não falar do absurdo "mini--*habitus*" (talvez abrindo o caminho para a iminente unção do nano-*habitus*), todos indicando que os seus inventores não compreendem o significado básico e a composição do *habitus* (Wacquant, 2016). É constitutivo da metrópole que ela contém uma diversidade de populações e categorias, uma grande variedade de condições sociais, e uma pluralidade de microcosmos sociais limitados, cada um promovendo esquemas rivais de perceção e apreciação. Segue-se logicamente que esta gera uma grande diversidade de conjuntos de disposições concorrentes (correspondentes a classes amplas de posições e trajetórias) e não um *habitus* unificado singular característico da cidade enquanto tal. Falar de um "habitus" metropolitano (suburbano, etc.) é sonoro mas é usar Bourdieu para conversa fiada e vazia.

Em terceiro lugar, não só é possível, como é geralmente desejável, *dissociar os conceitos de Bourdieu uns dos outros*, para garantir que haja uma compensação real para a sua utilização individual antes de serem eventualmente recombinados,

[9] Isto é particularmente evidente no caso de dois conceitos amplamente populares entre macro--sociólogos anglófonos, "campo organizacional" (Powell & DiMaggio, 1991) e "campo de ação estratégica" (Fligstein & McAdam, 2012), ambos derivações livres ou ecos semânticos do *campo* de Bourdieu que ofuscam a distinção do último.

como necessário, para enquadrar e resolver o *puzzle* empírico à mão. Estou bem ciente de que Bourdieu e eu argumentámos a favor do oposto em *An Invitation to Reflexive Sociology*, enfatizando que "noções como *habitus*, campo e capital podem ser definidas apenas dentro do sistema teórico que constituem, não isoladamente" (Bourdieu & Wacquant, 1992, p.96). Mas, já em 1992, a prioridade era fornecer uma visão global da arquitetura e da lógica interna do quadro de Bourdieu e explicar a sinergia entre os seus vários conceitos a leitores não familiarizados com eles. Nas duas décadas que se seguiram, a maioria das obras que, frutiferamente, se inspirou em Bourdieu, implantou elementos desse quadro, enquanto os autores que o procuraram aproveitar na sua totalidade, com demasiada frequência, fracassaram. Devemos ouvir, então, o ensinamento de Bachelard de que a epistemologia é histórica, e taticamente alterar a sua prescrição em reação à maior ameaça imediata ao conhecimento.

Além disso, a leitura teológica das escrituras bourdieusianas estipula que um implemento *omni et simul* das suas noções centrais está em tensão, se não em contradição, com a pragmática de qualquer projeto de pesquisa e que choca com a forma como o próprio Bourdieu as empregou. Por exemplo, o sociólogo francês explora *habitus* e poder simbólico sem qualquer menção a campo em toda a sua obra argelina (Bourdieu, 1972, 1977, 1980, 2008), pela simples razão de que não existe qualquer campo nas comunidades agrárias das áreas rurais da Cabília. Esta estratégia cautelosa é especialmente indicada para os investigadores que ainda estão a tentar ultrapassar uma compreensão elementar do modo de pensar de Bourdieu: é melhor aplicar bem um conceito de uma forma analítica adequada do que invocar cinco para fins cruzados ou para mero efeito declamatório.

Para ilustrar, a recapitulação efetuada por Nathan Marom (2014) de ''Cem anos de distinção espacial em Tel Aviv" oferece um caso modelo económico, eficiente e um uso frutífero de Bourdieu que valida estas três recomendações. Para fazer sentido da trajetória das oposições socioespaciais ao longo de todo o curso de vida desta cidade disputada, Marom concentra-se numa única operação, "a tradução do espaço social no espaço físico". Ele desenha-a elegantemente em apenas dois conceitos, espaço social e poder simbólico (cuja dupla é o pivô do pensamento de Bourdieu); envolve-os para romper com a problemática naturalizante da segregação herdada da ecologia urbana, bem como para superar a cegueira das abordagens da economia política à potência performativa das classificações simbólicas e das lutas de classificação. Bourdieu incita Marom para formular uma nova pergunta, para historicizar os seus termos, e desenterrar dados que lhe permitam documentar novas facetas empíricas do fenómeno e, em última análise, para produzir uma interpretação original da mudança dos princípios de visão espacial e de divisão de Tel Aviv através de múltiplas escalas que outras perspetivas teóricas não poderiam ter gerado.

O artigo de Marom confirma que, embora cada um dos sete principais conceitos que organizam o trabalho de Bourdieu (*habitus*, capital, espaço social, campo, poder simbólico, *doxa* e reflexividade epistémica) possa ser mobilizado frutuosamente pelos investigadores de constelações urbanas, o mais potente e generativo do lote é indiscutivelmente o de espaço social. Não só porque se encontra ancorado numa metáfora geográfica, mas também porque é a "categoria mãe" de onde saem os conceitos mais restritos de campo, corpo (*body*) e aparelho como tipos específicos de configurações nas quais a ação social se enraíza e flui (Wacquant, 2017b, pp. 62-63) e porque é um "ajuste natural" para a cidade como um meio que promove a incubação, diferenciação, proliferação e acumulação de formas concorrentes de capital. Na verdade, o espaço social é a única categoria que mais decisivamente distingue Bourdieu e preenche um vazio lacunar no centro de todas as vertentes existentes da teoria urbana: ecologia ao estilo de Chicago e etnografia, economia política, urbanismo pós-colonial, teoria da "*assemblage*", urbanismo planetário e a abordagem do nexo entre terra e urbano (Storper & Scott, 2016).

Para concluir, mobilizar Bourdieu para o trabalho de investigação implica não recitar escrituras com admiração ou desdém, replicar ou refutar conclusões necessariamente ligadas a um determinado momento e lugar, ou ainda lançar para a disquisição teórica com ou contra o mestre-pensador, mas investir, em operações de investigação concretas, os princípios da construção do objeto que ele usou e exemplificou na sua prática científica. Rutura epistemológica, tripla historicização, o modo topológico de pensar, e o reconhecimento da eficácia constitutiva das estruturas simbólicas não são *slogans* teóricos a adjudicar no papel, mas planos práticos para o fabrico concreto de projetos de investigação sociológica. Isto significa que a exegese, e não a mimese, deve guiar os cientistas sociais que desejam construir, ampliar ou genuinamente desafiar a maquinaria científica e o legado de Pierre Bourdieu.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos estudantes e colegas que sofreram com o meu "Bourdieu Boot Camp", em Berkeley, nas últimas duas décadas, e especialmente ao último grupo a quem fui incapaz de transmitir com fluidez a minha nova compreensão da infraestrutura teórica de Bourdieu. Eles incitaram-me a continuar a escavar e salvaram-me da ilusão reconfortante de que é possível assegurar uma compreensão definitiva do pensamento de Bourdieu. Estou grato também pelos comentários produtivos apontados por Rogers Brubaker, Megan Comfort, Chris Herring, Victor Lund Shammas e David Showalter em versões sucessivas deste texto.

Referências Bibliográficas

Alexander, J.C. (1999). *Fin-de-siècle social theory: Relativism, reduction and the problem of reason*. London: Verso.

Althusser, L., Balibar, É., Roger, E. et al. (1965). *Lire Le Capital* [Reading Capital], Tomo 1 e 2. Paris: Maspéro.

Aron, R. (1935). *La sociologie allemande contemporaine*. Paris: PUF.

Aron, R. (1938). *Essai sur la théorie de l'histoire dans l'Allemagne contemporaine*: *La philosophie critique de l'histoire*. Paris: Vrin.

Bachelard, G. (1938). *La formation de l'esprit scientifique: Contribution a` une psychanalyse de la connaissance objective* [Formation of the Scientific Mind]. Paris: Vrin.

Bachelard, G. (1951). *L'activité rationaliste de la physique contemporaine*. Paris: PUF.

Bachelard, G. (1953). *Le matérialisme rationnel*. Paris: PUF.

Balibar, É. (1991). Le concept de coupure épistémologique de Gaston Bachelard à Louis Althusser. In É. Balibar, Écrits pour Althusser (pp. 9-57). Paris: La Découverte.

Bourdieu, P. (1968). Structuralism and theory of sociological knowledge. *Social Research*, *35* (4), 681–706.

Bourdieu, P., Chamboredon, J-C. & Passeron, J-C. (1968). *Le métier de sociologue : Préalables épistémologiques*. Paris e The Hague: Mouton (English: *The Craft of Sociology*. New York: Walter De Gruyter, 1991).

Bourdieu, P. (1971). Genèse et structure du champ religieux. *Revue française de sociologie*, *12*(3), 295-334 (English: Genesis and structure of the religious field. *Comparative Social Research*, *13*(1), 1–44).

Bourdieu, P. (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédée de trois essais d'ethnologie Kabyle*. Geneva: Droz (English modified tr. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977).

Bourdieu, P. (1977). *Algérie 60 : Structures temporelles et structures sociales*. Paris: Minuit. (English: *Algeria 1960*, Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1979).

Bourdieu, P. (1980). *Le sens pratique*. Paris: Minuit (English: *The logic of practice*. Cambridge, UK: Polity Press, 1990).

Bourdieu, P. ([1982] 1990). *Language and Symbolic Power*. Cambridge: Harvard University Press.

Bourdieu, P. (1984). *Homo academicus*. Paris: Minuit (English: *Homo academicus*. Cambridge, UK: Polity Press, 1988).

Bourdieu, P. (1986). *Choses dites*. Paris: Minuit (English: *In other words: Toward a reflexive sociology*. Cambridge, UK: Polity Press, 1990).

Bourdieu, P. (1992). *Les règles de l'art : Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Le Seuil (English: *The rules of art: Genesis and structure of the literary field*. Cambridge, UK: Polity Press, 1996).

Bourdieu, P. (1998). *La domination masculine*. Paris: Le Seuil (English: *Masculine domination*. Cambridge, UK: Polity Press, 2002).

Bourdieu, P. (1997). *Méditations pascaliennes*. Paris: Le Seuil (English: *Pascalian meditations*. Cambridge, UK: Polity Press, 2000).

Bourdieu, P. (2000). *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Le Seuil (English: *The social structures of the economy*. Cambridge, UK: Polity Press, 2005).

Bourdieu, P. ([2000]. 2011). With Weber, against Weber. In S. Simon & B.S. Turner (Eds.), *The legacy of Pierre Bourdieu: Critical Essays* (pp. 111 – 124). London: Anthem Press.

Bourdieu, P. (2001). *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'agir (English: *Science of science and reflexivity*. Cambridge, UK: Polity Press, 2004).

Bourdieu, P. (2002). *Esquisse pour une auto-analyse*. Paris: Raisons d'agir (English: *Sketch for a self-analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 2008).

Bourdieu, P. (2008). *Esquisses Algériennes*. Paris: Le Seuil (English: *Algerian sketches*. Cambridge: Polity Press, 2013).

Bourdieu, P. (2013). *Manet : Une révolution symbolique*. Paris: Raisons d'agir and Le Seuil.

Bourdieu, P. (2016). *Sociologie Générale*. Vol. 2: Cours au Collège de France, 1983-1986. Paris: Raisons d'agir and Le Seuil.

Bourdieu, P. and Wacquant, L. (1992). *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.

Bourdieu, P. and Darbel, A. (1966). *L'amour de l'art : Les musées européens et leurs publics*. Paris: Minuit (English: *The love of art: European museums and their public*. Cambridge, UK: Polity Press, 1990).

Bourdieu, P. & de Saint Martin, M. (1982). La sainte famille. L'épiscopat français dans le champ du pouvoir. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *44*, 2–53.

Butler, J. (1997). *Excitable speech: A politics of the performative*. New York: Routledge.

Cassirer, E. (1902). *Leibniz' System in seinen wissenschaftlichen Grundlagen*. Marburg: Elwert.

Cassirer, E. (1944). *An essay on man: An introduction to a philosophy of human culture*. New Haven, CT: Yale University Press.

Collins, R. (1994). *Four Sociological Traditions*. New York: Oxford University Press.

Croce, M. (2015). The *habitus* and the critique of the present: A wittgensteinian reading of Bourdieu's social theory. *Sociological Theory*, *33*(4), 327–346.

Decoteau, C. (2016). The reflexive *habitus*: Critical realist and bourdieusian social action. *European Journal of Social Theory*, *19*(3), 303–321.

De Risi, V. (2007). *Geometry and monadology: Leibniz's analysis situs and philosophy of space*. Basel: Birkhauser.

Durkheim, É. ([1900] 1975). La sociologie et son domaine scientifique. In: *Textes. Volume 1: Éléments de Théorie Sociale* (pp.13–36). Paris: Minuit.

Durkheim, E. and Mauss, M. (1901). De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives. *L'Année Sociologique*, *6*, 1–72.

Fligstein, N. & McAdam, D. (2012). *A theory of fields*. New York: Oxford University Press.

Fogle, N. (2011). *The spatial logic of social struggle: A bourdieuian topology*. Lexington, MA: Lexington Books.

Harding, A. & Blokland, T. (2014). *Urban theory: A critical introduction to power, cities and urbanism in the 21st century*. London: SAGE.

Joas, H. & Knobl, W. (2009). *Social theory: Twenty introductory Lectures*. Cambridge: Cambridge University Press.

Lemert, C. (Ed.) (2016). *Social theory: The multicultural, global, and classic readings*. Boulder, CO: Westview Press.

Lippuner, R. (2012). Pierre Bourdieu. In F. Eckardt (Ed.), *Handbuch stadtsoziologie* (pp. 125 –143). Berlin: VSA Verlag.

Marom, N. (2014). Relating a city's history and geography with Bourdieu: One hundred years of spatial distinction in Tel Aviv. *International Journal of Urban and Regional Research*, *38*(4), 1344–1362.

Mead, G. (2016). Bourdieu and conscious deliberation: An anti-mechanistic solution. *European Journal of Social Theory*, *19*(1), 57–73.

Medvetz, T. and Sallaz, J. (Eds.) (Forthcoming). *The Oxford handbook of Pierre Bourdieu*. New York: Oxford University Press.

Moore, HL. (Ed.) (1999). *Anthropological theory today*. Cambridge: Polity Press.

Ortner, S.B. (2006). *Anthropology and social theory: Culture, power, and the acting subject*. Durham, NC: Duke University Press.

Powell, W.W. & DiMaggio, P.J. (Eds.) (1991). *The new institutionalism in organizational analysis*. New York: Cambridge University Press.

Rheinberger, H-J. (2010). *On historicizing epistemology: An essay*. Stanford, CA: Stanford University Press.

Schatzki, T.R. (2008). *Social practices: A wittgensteinian approach to human activity and the social*. Cambridge: Cambridge University Press.

Sewell Jr, W.H. (2005). *Logics of history: Social theory and social transformation*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Shusterman, R. (Ed.) (1999). *Bourdieu: A critical reader*. Cambridge, MA: Blackwell.

Silva, E.B. (Ed.) (2016). *Habitus*: Beyond sociology. *The Sociological Review*, *64*(1), 73–92.

Storper, M. & Scott, A.J. (2016). Current debates in urban theory: A critical assessment. *Urban Studies*, *53*(6), 1114–1136.

Strand, M. & Lizardo, O. (2017). The hysteresis effect: Theorizing mismatch in action. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, *47*(2), 164–194.

Wacquant, L. (1999). A sociological workshop in action. Actes de la recherche en sciences sociales. In L.D Kritzman. (Ed.), *The Columbia History of Twentieth--Century French Though* (pp. 683–685). New York: Columbia University Press.

Wacquant, L. (2002). Scrutinizing the street: Poverty, morality, and the pitfalls of urban ethnography. *American Journal of Sociology*, *107*(6), 1468–1532.

Wacquant, L. (2013). Symbolic power and group-making: On Bourdieu's reframing of class. *Journal of Classical Sociology*, *13*(2), 274–291 (Português: Poder simbólico e constituição de grupos. *Cadernos de Ciências Sociais*, *27*, 2014, 145-165).

Wacquant, L. (2014). Marginality, ethnicity and penality in the neoliberal city: An analytic cartography. *Ethnic & Racial Studies*, 37(10), 1687–1711.

Wacquant, L. (2016). A concise genealogy and anatomy of habitus. *The Sociological Review*, *64*(1), 64–72.

Wacquant, L. (2018). Taking Bourdieu to town. *International Journal of Urban and Regional Research* (Winter), *42*(1), 90-105.

Wacquant, L. (2017). Practice and symbolic power in Bourdieu: The view from Berkeley. *Journal of Classical Sociology*, *17*(1), 55–69.

Wacquant, L. (Forthcoming). *The two faces of the ghetto*. Cambridge: Polity Press.

Weber, M. (1958). *From Max Weber: Essays in sociology*. New York: Oxford University Press.

Webster, H. (2010). *Bourdieu for architects*. London: Routledge.

Weik, E. (2010). Research note: Bourdieu and Leibniz: Mediated dualisms. *The Sociological Review*, *58*(3), 486–496.

Capítulo 3

Como estudar as classes populares contemporâneas? Da análise estatística de um espaço social a uma pesquisa monográfica a agregados familiares

Thomas Amossé, Lise Bernard, Marie Cartier, Marie-Hélène Lechien, Olivier Masclet, Olivier Schwartz & Yasmine Siblot

Embora o uso da noção de "classes populares" seja comum na sociologia francesa das classes sociais, a sua imprecisão deve ser notada quando se tenta definir os seus contornos, clivagens ou diferenciações internas[1]. A nossa pesquisa coletiva[2], centrada na França contemporânea, estabeleceu como objetivo enfrentar estas questões. Partindo da observação de que as desigualdades estão a aumentar e, ao mesmo tempo, que a questão do "povo" está a emergir politicamente, pretendemos analisar a recomposição social e as condições concretas de vida das classes populares. As nossas questões iniciais centraram-se em três aspetos tradicionalmente associados às classes populares, tomando por referência várias obras dos anos de 1970 (nomeadamente: Bourdieu, 1979; Hoggart, 1970) – o hedonismo, a divisão de papéis em função do género e o estar em conjunto ("*entre soi*") – que queríamos voltar a rever. Finalmente, decidimos concentrar-nos numa fração, subestudada ainda que grande, das classes populares: o seu "meio". Colocávamos a hipótese de que esta fração mediana era distinta tanto de um "fundo" composto por agregados familiares mais privados de recursos económicos, inscrições sociais

[1] Texto traduzido do original em francês por Virgílio Borges Pereira e revisto por Yasmine Siblot. A primeira versão deste trabalho, em língua francesa, foi publicada em *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, número temático de 2019.

[2] Esta pesquisa intitulada "Le «populaire» aujourd'hui", financiada pela Agence Nationale de la Recherche, é coordenada por Olivier Masclet. Levada a cabo pelos centros CERLIS (Université Paris Descartes, CNRS), CENS (Université de Nantes, CNRS), CMH (EHESS, ENS, CNRS) e GRESCO (Université de Limoges, Université de Poitiers), reúne 27 investigadores. Os autores deste texto coordenaram a pesquisa a partir de um "*comité de direção*".

protetoras e capital cultural, como de um "topo" que, pela sua estabilidade de emprego, pela sua participação em práticas socialmente seletivas, estava próximo das classes médias.

Definir no papel o que se chama classes populares, ou uma das suas frações, desta forma não é evidente. As categorias sociais não existem em si mesmas, a sua existência e as suas fronteiras são um desafio à luta (Bourdieu, 1984) – o movimento dos "*Gilets jaunes*" ("coletes amarelos") no inverno e na primavera de 2018-2019 lembrou-nos novamente disso. As nossas reflexões preliminares permitiram identificar, pelo menos sob a forma de hipótese, uma característica central esperada destas famílias: a estabilidade. Estabilidade profissional e residencial, mas também estabilidade familiar, garantia de relativa segurança económica, que revela, indiretamente, a precariedade das famílias monoparentais. Esta estabilidade foi também vista como suscetível de permitir uma forma de autonomia cultural, ou seja, uma capacidade de veicular normas, ou pelo menos de manter uma relação específica com as que são veiculadas por outras classes.

Visando a fração mediana e estabilizada das classes populares, a nossa pesquisa não incidiu sobre um grupo particular, mais ou menos dotado de capital. Tomando por referência algumas pesquisas recentes realizadas em França, não se tratava de concentrar a nossa atenção nos "*petits-moyens*" ("*Little-Middles*") que vivem nos subúrbios (Cartier et al., 2008, 2019), nos "agregados familiares modestos suburbanos" (Girard, 2017) ou na "pequena burguesia rural" (Bruneau et al., 2018). E também escolhemos deliberadamente não tomar como nossa entrada as famílias com dívidas em "áreas urbanas sensíveis" (Perrin-Heredia, 2013), "jovens rurais" (Coquard, 2016) ou o "outro mundo popular" dos empregados dos serviços ao domicílio (Avril, 2014). Mas focar essas "classes populares do meio" significava que nem os grupos populares em pequena ascensão social, mais próximos das classes médias, nem as famílias mais pobres ou mais precárias deveriam ser excluídas da análise. Ao contrário de muitos estudos, favorecemos sempre a hipótese de uma continuidade no interior das classes populares, vendo-as como um conjunto de grupos com características comuns para além das desigualdades e diferenças, e não marcadas por uma forte descontinuidade entre, por exemplo, estáveis e precários, ou "*Traditional Working Class*" (classe trabalhadora tradicional) e "*Precariat*" (*precariado*), para retomar a distinção destacada na importante pesquisa coordenada por Mike Savage na Grã-Bretanha (*Great British Class Survey*, realizada com a BBC; ver Savage, 2015).

É precisamente para se poder ter em conta as ligações entre as famílias estáveis das classes populares e as frações próximas, mais dotadas ou mais precárias, dos meios populares, bem como outras classes sociais, que se fez rapidamente a escolha de produzir coletivamente um material de tipo etnográfico: um dispositivo de análise em termos de monografias de famílias localizadas e contextualizadas foi

assim concebido para mostrar os estilos de vida e as condições de diferentes famílias e as suas relações com outros grupos sociais.

Ao mesmo tempo, pareceu-nos essencial testar a relevância da hipótese de uma estruturação das classes populares em torno do seu "meio", tentando objetivar as características desta fração mediana ou estável com base em dados estatísticos relativos a operários e empregados e tornando possível ir além de uma abordagem individual para descrever a situação das famílias. Embora não haja escassez de pesquisas sobre classes sociais e desigualdades baseadas em dados quantitativos, há poucas publicações recentes que descrevam a morfologia das classes populares. De facto, o trabalho estatístico aqui realizado visa responder a uma tripla necessidade: compensar a ausência de trabalho sociográfico recente sobre as classes populares apreendidas com base nas categorias socioprofissionais das estatísticas oficiais; explorar a relevância da hipótese de um espaço organizado das classes populares e analisar a sua estruturação interna, perguntando-nos o que caracteriza a sua zona central; localizar as famílias que inquirimos através de monografias aprofundadas neste espaço das classes populares.

Para estudar as recomposições das condições e estilos de vida das classes populares, privilegiou-se uma abordagem baseada em agregados familiares – definidos pelo INSEE como todas as pessoas que vivem na mesma habitação, casadas ou não – em detrimento dos indivíduos, tanto para as análises estatísticas como para a pesquisa monográfica. Esta abordagem é tanto mais importante hoje em dia quanto as mulheres dos meios populares têm mais probabilidades do que nos anos de 1960 e 1970 de ter um emprego remunerado e, sobretudo, de trabalhar em profissões que são diferentes das dos seus cônjuges, devido à forte divisão de género das profissões subalternas. Partir dos agregados familiares, convida-nos a examinar o "emaranhamento de género e classe" (Hamel & Siméant, 2006), uma vez que o emprego das mulheres tende a multiplicar as suas interações com outros grupos sociais, através dos ofícios nos serviços que elas ocupam de modo numeroso (no comércio, na saúde, na primeira infância, etc.). Uma tal experiência pode transformar a forma como as famílias das classes populares dividem o trabalho doméstico, concordam ou se opõem sobre normas educativas e se situam no espaço social, particularmente em relação à clivagem evidenciada por Richard Hoggart entre "eles / nós".

Após esta recordação dos desafios da investigação, propomos neste estudo uma síntese dos resultados do trabalho estatístico realizado, ou seja, uma sociografia das classes populares contemporâneas em França e, em seguida, uma apresentação do dispositivo de pesquisa por monografias de agregados familiares cujo objetivo é esclarecer os estilos de vida das frações medianas das classes populares.

Analisando estatisticamente o espaço das classes populares: que "meio"?

Nunca é simples "colocar um grupo social em estatísticas"[3]. A noção de "classes populares", tal como a utilizamos na esteira de Olivier Schwartz e de vários estudos recentes[4], está apenas parcialmente em linha com a lógica da nomenclatura socioprofissional do INSEE, principal instrumento de identificação das posições socioeconómicas proposto pelas estatísticas oficiais em França: este é profissional antes de ser social ou cultural (Desrosières & Thévenot, 2002). No entanto, decidimos concentrar-nos em dois grandes grupos socioprofissionais, o de "operário" e o de "empregado", e levar em conta todas as categorias agrupadas dentro deles (Figura 3.1.).

5	**Empregados**
52	Empregados civis e funcionários públicos
53	Polícias e militares
54	Funcionários administrativos de empresa
55	Empregados comerciais
56	Serviços pessoais diretos a particulares
6	**Operários**
62	Operários qualificados da indústria
63	Operários qualificados de tipo artesanal
64	Motoristas
65	Operários qualificados da manutenção, armazenagem e transporte
67	Operários industriais não qualificados
68	Trabalhadores artesanais não qualificados
69	Operários agrícolas

Figura 3.1. Categorias Socioprofissionais ("PCS" – "Professions et catégories socioprofessionnelles") de empregados e operários (desde 1982)

Esta escolha tem várias limitações, e gostaríamos de mencionar duas delas. Em primeiro lugar, exclui os trabalhadores independentes. No entanto, algumas das

[3] Este texto é baseado em elementos provenientes do trabalho de Amossé (2015).
[4] Ver em particular Alonzo & Hugrée (2010); Béroud et al. (2016); Delay et al. (2009); Schwartz (1998 e 2011); Mauger (2006) e Siblot et al. (2015).

pessoas categorizadas como "artesãos, comerciantes e empresários" ou "exploradores agrícolas" podem ser consideradas como pertencentes às classes populares (Bessière & Gollac, 2014), assim como alguns dos trabalhadores que trabalham sob o estatuto legal de "autoempreendedores" (Abdelnour & Lambert, 2014). No entanto, essas categorias são muito heterogéneas e as frações que se enquadram nas categorias populares no seu interior não são facilmente identificáveis. Optámos, assim, por as deixar de fora. Em contrapartida, certos empregados e empregados qualificados, em particular alguns dos que pertencem à categoria "empregados administrativos de empresa", cujos diplomas e níveis de rendimento os colocam perto de profissões intermédias, ou entre os "funcionários públicos civis", cujo estatuto é protetor, poderiam ser excluídos. Esta foi a escolha feita numa investigação sobre classes sociais na Europa (Hugrée, Penissat & Spire, 2017), porque, nesta escala, as diferenças são ainda mais acentuadas entre estes empregados e os operários ou empregados não qualificados. No caso francês, uma vez que tal descontinuidade não se destaca nitidamente, colocou-se a hipótese de estes empregados qualificados constituírem os polos mais dotados no espaço das classes populares.

Uma outra precisão é importante: centrámo-nos sobre o conjunto dos "ativos" (com emprego ou desempregados), mas deixámos de fora os "inativos" e, em particular, os reformados (exceto para algumas análises relativas a casais).

Quais são, então, as características das classes populares assim definidas na França de hoje? Como é que as suas situações mudaram nos últimos trinta anos? Podemos considerar o conjunto dos grupos populares como formando um espaço social? Uma leitura ternária que destaque um "meio" ou uma fração mediana é suportada por uma objetivação estatística? As análises, baseadas principalmente nos *Inquéritos ao Emprego* do INSEE de 1982 até 2012, fornecem algumas respostas.

A diversidade dos operários e dos empregados hoje em dia

Entre o declínio e a recomposição dos mundos profissionais

Composta pelo conjunto dos operários e empregados, as classes populares em França tinham mais de 14 milhões de ativos em 2012, ou seja, 52% destes (Figura 3.2.). Esta percentagem diminuiu gradualmente nos últimos trinta anos, visto que era de 59% em 1982, enquanto a percentagem de quadros e profissões intermédias aumentou fortemente (de 26% para 41%), com o declínio dos trabalhadores independentes e dos agricultores a parecer ter estabilizado (em torno de 8%).

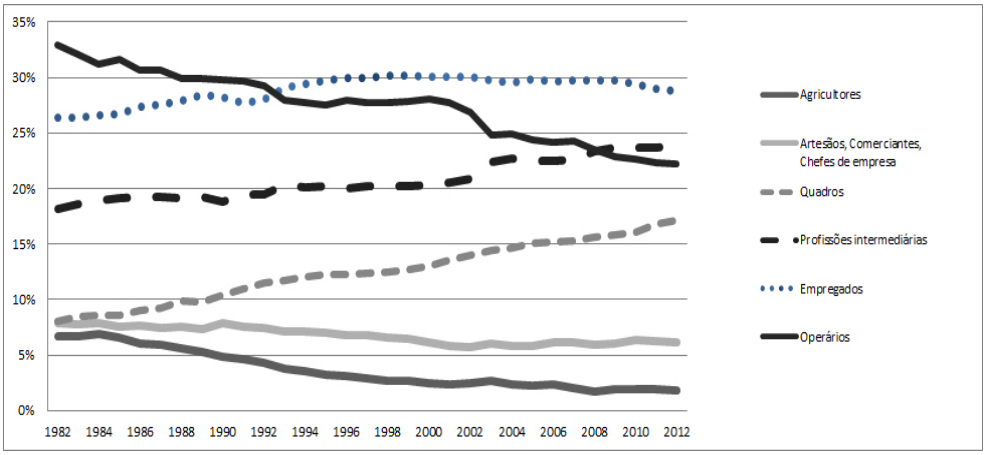


Figura 3.2. Evolução do número de efetivos dos diferentes grupos socioprofissionais [em percentagem da população ativa (1982-2012)]

Fonte: INSEE. *Inquéritos ao Emprego*, 1982-2012: Nota: Domínio – ativos (empregado ou desempregado).

Autoria: Paul Hobeika.

Dentro em breve, o conjunto de operários e de empregados terá deixado de representar mais de metade do mundo do trabalho, apesar do forte dinamismo do grupo dos empregados e das muitas criações de emprego ocupado por mulheres em atividades terciárias, que mais do que compensaram o declínio do emprego dos operários. Esta evolução confirma o declínio relativo, mas simbolicamente importante, do peso das classes populares na sociedade francesa. A evolução em causa é acompanhada por uma profunda reestruturação do seu mundo profissional e social.

Primeiro, o lugar do universo operário e industrial não cessou de declinar. Sem dúvida sobrestimado no passado, era, no entanto, de importância primordial: os trabalhadores da indústria representavam assim metade do grupo dos trabalhadores em 1982. Em 2012, representam menos de quatro em cada dez trabalhadores. Embora o trabalho na linha de montagem não tenha desaparecido, a imagem do operário especializado colocado na fábrica e integrado em coletivos estruturados está longe de ser a norma atualmente e a percentagem de trabalhadores não qualificados diminuiu na indústria (mais de 800 000 empregos deste tipo desapareceram em trinta anos). No mundo industrial, os operários são cada vez mais qualificados, supervisionando equipas ou dirigindo instalações pesadas. Acima de tudo, os operários trabalham agora mais frequentemente no seio de pequenas equipas

artesanais ou em médias empresas, na Construção ou na Alimentação, ou mesmo sós, na maior parte do tempo, como motoristas de camiões, de táxis ou condutores de autocarros. Duas categorias de operários apresentam, por fim, uma estabilidade numérica bastante elevada durante o período considerado: os operários de manutenção e dos transportes (8% do total em 2012) e os trabalhadores agrícolas (5% em 2012).

Em segundo lugar, dentro do grupo dos empregados, várias modificações redesenharam os principais reservatórios de emprego. O desenvolvimento de atividades de distribuição em detrimento das atividades de produção não afetou apenas o mundo operário. Contribuiu mais amplamente para a reestruturação dos postos de trabalho nas classes populares, apoiando o forte crescimento do número de empregados do sector comercial (500 000 postos de trabalho criados em trinta anos). Ao mesmo tempo, observou-se um processo de racionalização administrativa, especialmente nas empresas privadas: algumas das tarefas anteriormente delegadas em secretários e funcionários administrativos estão agora a ser executadas diretamente por funcionários de nível superior, graças à informatização. Embora continue a ser muito importante, o número de empregados administrativos das empresas foi reduzido em mais de meio milhão durante o período. Uma tendência semelhante foi observada na Função Pública, que foi mais do que compensada pelo dinamismo do emprego nos serviços. As atividades relacionadas com a Saúde e a Ação Social, em articulação com as Autarquias Locais, que gradualmente adquiriram a sua própria administração, contribuíram assim para o aumento do número de funcionários públicos (+630 000 entre 1982 e 2012). No entanto, é nos Serviços diretos aos indivíduos e com o desenvolvimento de atividades relacionadas com a Assistência Social em sentido lato (em especial o acolhimento de crianças ou o trabalho com idosos) que o aumento tem sido mais importante, com mais de um milhão de empregos adicionais em trinta anos (correspondendo em parte ao trabalho realizado informalmente no passado). O início da década de 2000 marcou assim um ponto de viragem na morfologia social dos trabalhadores: a percentagem de empregados pouco qualificados e pouco diplomados aumentou, enquanto a dos empregados mais diplomados e a dos mais próximos das profissões intermédias diminuiu.

Uma posição ainda dominada no trabalho

É importante sublinhar a permanência de uma posição dominada no trabalho, tanto para os operários como para os empregados, no mercado de trabalho e nas hierarquias profissionais. Em 2012, 12% dos membros das classes populares estavam desempregados, 15% eram sazonais, com contratos subsidiados, a termo ou temporários, 39% com contratos estáveis (contratos sem termo ou funcionários

públicos) mas com um rendimento mensal inferior a 1,4 Smic [salário mínimo] (ou 1.560 euros líquidos). Além disso, as condições de emprego deterioraram-se com um aumento especificamente acentuado dos níveis de desemprego e precariedade das classes populares, em formas que afetam os operários e os empregados de modo diferente: os operários são ligeiramente mais afetados por situações de emprego de curta duração (19% em 2012) do que os empregados (16%), mas os empregados são de longe os mais afetados pelo emprego a tempo parcial (32% em 2012, contra apenas 11% dos trabalhadores).

Esta evolução acentuou as divisões internas das classes populares, com os operários não qualificados a serem caracterizados por uma exposição muito clara ao desemprego e à precariedade do emprego (em 2012, quase um em cada dois está desempregado ou com contratos de curta duração), e os empregados não qualificados por níveis salariais mensais muito frequentemente baixos (devido, em particular, à elevada proporção de trabalhadores a tempo parcial). Como mostram Claire-Lise Dubost e Lucas Tranchant (2019), a oposição entre os assalariados expostos ao risco de uma saída prolongada do emprego e aqueles que mantêm os seus empregos reforça esta divisão. A "imobilidade" profissional (no sentido de se manter na mesma posição) revela um polo estabilizado das classes populares, dois terços do qual é constituído por operários e empregados qualificados, que se distingue fortemente de um polo de instabilidade precária onde os empregados e operários pouco qualificados estão sobrerrepresentados. Mas a linha divisória entre qualificado e não qualificado não é a única que atravessa as classes populares, como veremos.

A permanência de linhas de clivagem e de diferenciação interna

Os grupos de empregados e operários continuam a ser, de longe, os mais segregados por género na nomenclatura socioprofissional, enquanto os outros dois grupos de assalariados – profissões intermédias e quadros -, no mesmo período, se feminizaram significativamente. De 1982 a 2012, contam-se, assim, aproximadamente 80% de mulheres entre os empregados e 80% de homens entre os operários. Para além desta taxa média, é a diversidade do grau de feminização dos mundos profissionais que impressiona. O alcance é muito amplo, variando entre cerca de uma mulher em cada dez entre motoristas, artesãos qualificados, polícias e militares até à proporção oposta entre os trabalhadores de serviços pessoais. Este elevado grau de segregação entre homens e mulheres nos universos do trabalho e nas profissões tem implicações diretas na composição dos casais e dos agregados familiares, como se indica a seguir.

A presença de estrangeiros ainda é maior nesses grupos de empregados e de operários do que nas demais classes: é de 8% em 2012, duas vezes maior do que

para quadros e profissões intermediárias. Esta presença é quase a mesma de há trinta anos atrás, mas representa uma estabilidade ligeiramente enganadora, uma vez que resulta de uma convergência entre operários e empregados: a percentagem de estrangeiros diminui ligeiramente em todas as categorias de operários, enquanto aumenta significativamente em algumas ocupações dos empregados, tais como seguranças e empregados comerciais, e permanece num nível elevado para os empregados dos serviços pessoais. Os assalariados estrangeiros continuam fortemente concentrados nos trabalhadores artesanais não qualificados (22%) ou qualificados (13%), os empregados dos serviços pessoais (13%), os operários agrícolas (10%) e os operários industriais não qualificados (9%) situando-se abaixo. Por outro lado, apenas 3% dos empregados do sector público são estrangeiros e entre 5 e 7% para as outras categorias de operários e empregados.

O nível de escolaridade constitui, sem surpresa, um traço que distingue fortemente as classes populares das outras classes sociais (Figura 3.3.): em 2012, 25% dos operários e dos empregados possuem no máximo um *certificat d'*études (5° ano completo), 10% o *brevet des collèges* (9° ano completo) e 34% um *certificat d'aptitude professionnelle* ou um *brevet d'*études *professionnelles* (CAP e BEP: diplomas profissionais, 7° ou 9° ano); no total, as classes populares têm apenas 32% de detentores do *baccalauréat* [ensino secundário completo, 12° ano], contra 75% entre as profissões intermediárias e 91% entre os quadros. No entanto, também elas registaram um aumento dos níveis de formação. A proporção de operários e empregados com, no máximo, um *certificat d'*études diminuiu acentuadamente em trinta anos: de 66% para 33% e de 45% para 19%, respetivamente. Em contrapartida, a percentagem de diplomados com o ensino secundário aumentou acentuadamente, de 11% para 24% para os empregados e de 2% para 15% para os operários, como é o caso dos diplomados do ensino superior (de 3% para 17% para os empregados; de menos de 1% para 5% para os operários). A posse de um CAP, BEP ou diplomas equivalentes é agora a situação mais comum, o que acontece a 39% dos operários e 30% dos empregados.

Verifica-se uma disparidade interna nos níveis de formação, com os empregados ainda, em média, significativamente acima dos operários em termos de diploma. Dentro do grupo de empregados, as diferenças entre categorias foram mantidas ou mesmo acentuadas, com o pessoal administrativo das empresas que é mais (e cada vez mais) qualificado e o pessoal dos serviços a particulares que permanece muito menos qualificado. Os empregados de comércio registaram um aumento particularmente elevado da percentagem de diplomados do ensino superior (de 2% para 19%), refletindo em parte um fenómeno de despromoção. Entre os operários, existe uma distinção muito clara entre trabalhadores qualificados e não qualificados.

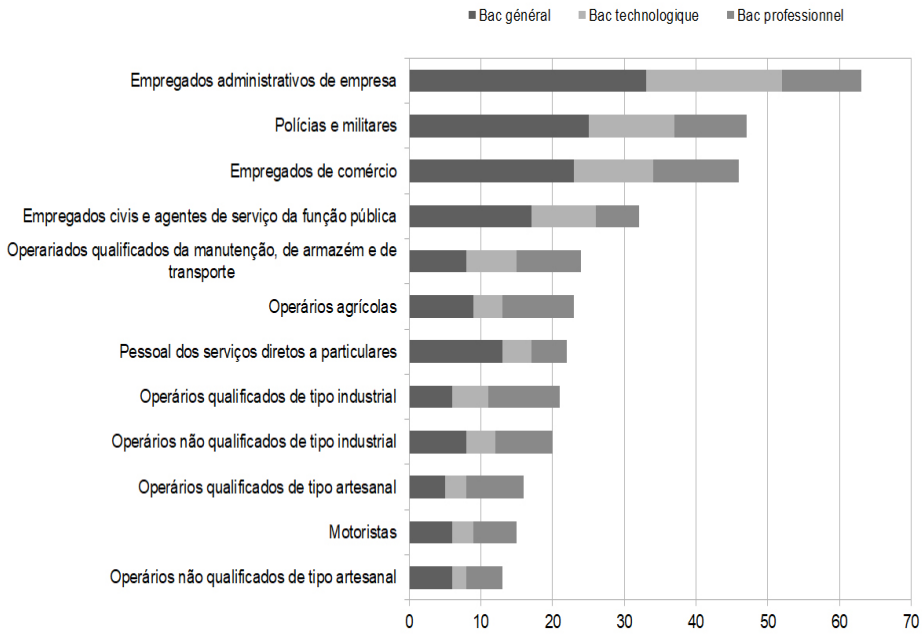


Figura 3.3. Uma grande dispersão das taxas de finalização do ensino secundário (baccalauréat geral, tecnológico e profissional) [em percentagem de cada categoria de trabalhadores e colaboradores em 2012]

Fonte: INSEE. Inquérito *ao Emprego*, 2012.

Notas: Domínio – ativo (empregado ou desempregado) nos grupos socioprofissionais de empregados e trabalhadores. Esta figura mostra o diploma mais elevado obtido no ensino secundário geral e no ensino técnico ou profissional. Por conseguinte, não é o grau mais elevado obtido, que pode ser um grau de ensino superior.

Autoria: Tristan Poullaouec.

Em trinta anos, o aumento global muito acentuado dos níveis de educação reduziu apenas ligeiramente as disparidades entre as diferentes categorias de operários e empregados, apesar de a massificação escolar ter alterado profundamente a relação entre as classes populares e a escola. Estas diferenças significativas referem-se a diferenças de género (os empregados são maioritariamente mulheres) e entre gerações. Mas também se referem ao peso das socializações familiares, o que nos convida a ir além da escala individual.

Origens sociais e formação de casais: Dos indivíduos aos meios sociais

As classes trabalhadoras distinguem-se muito claramente dos outros grupos sociais pelas suas origens sociais (Figura 3.4.): 46% dos operários e empregados são compostos por filhos de operários, uma proporção três vezes superior à dos quadros. A força da ancoragem operária é menos pronunciada para os empregados (41%) do que para os operários (52%), e as diferenças entre categorias devem ser destacadas, tendo os empregados administrativos de empresa e os empregados comerciais origens mais elevadas. No entanto, estas origens operárias constituem uma importante linha divisória entre as classes populares, as classes médias e as superiores. Além disso, esta especificidade não se desmente: a proporção das origens operárias permaneceu praticamente igual à de há trinta anos atrás, com o ligeiro aumento da proporção de filhos de quadros ou de detentores de profissões intermediárias no seio das classes populares (16% em 2012 contra 10% em 1982) sendo compensado pelo declínio das origens agrícolas (de 14% para 7%).

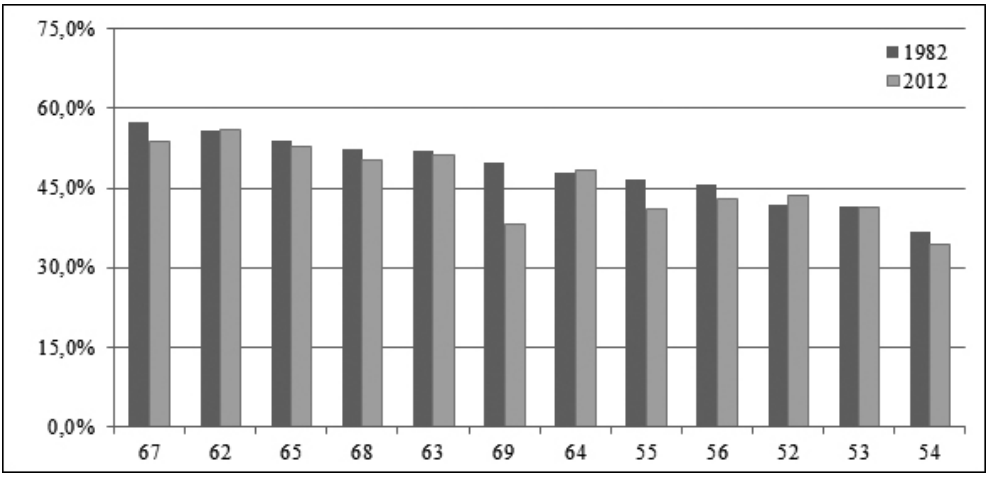


Figura 3.4. Origens operárias que permanecem fortes [em percentagem de cada categoria de operários e de empregados em 2012 e 1982]

Fonte: INSEE. *Inquérito ao Emprego*, 1982-2012.

Notas: Domínio – ativo (empregado ou desempregado) nos grupos socioprofissionais de empregados e operários. Proporção de pessoas cujo pai era operário quando pararam os estudos iniciais (ou aos 16 anos).

Autoria: Thomas Amossé.

Esta predominância das origens operárias convida, para além das diferenças existentes entre empregados e operários, a não ocultar o peso ainda atual do grupo de operários na dinâmica de recomposição social que caracteriza as classes populares e que também estrutura a constituição de casais e agregados familiares.

Em 2012, as classes populares são caracterizadas por uma elevada proporção de pessoas que vivem sozinhas (37%, contra 29% das profissões intermédias e 25% dos quadros). Durante o período estudado, a distância à vida conjugal aumentou em França para uma grande parte da população ativa[5]. Mas esta distância à vida conjugal varia de acordo com o género e o meio social. As pessoas que vivem sós (solteiras, separadas ou viúvas sem filhos) estão assim sobrerrepresentadas entre os homens empregados e operários com mais de 30 anos (22% e 18%, contra 16% e 14% nas profissões intermédias e nos quadros). As mulheres oriundas da classe operária são mais afetadas pela monoparentalidade do que as mulheres de outros meios sociais: em 2012, esta configuração familiar afeta 14% das operárias, 13% das empregadas e 23% das desempregadas que nunca trabalharam (contra 8% dos quadros e 9% das profissões intermédias).

A composição dos casais também mudou ao longo do período. Em 1982, o modelo de especialização conjugal (um homem que trabalha e uma dona de casa) era dominante entre os ativos operários: 43% viviam num casal com uma mulher inativa, 32% com uma empregada e 18% com uma operária. Desde então, essa especialização diminuiu drasticamente entre os operários, onde a proporção de casais composta por um homem ativo e uma dona de casa caiu para 23% em 2012 (15% para quadros, 13% para profissões intermediárias, 18% para empregados).

Entre 1982 e 2012, a homogamia (no sentido estrito de uma aliança conjugal dentro do mesmo grupo socioprofissional) declinou em todos as categorias socioprofissionais, sinal de uma maior mistura social na composição dos casais. Mas as alianças homogéneas permanecem frequentes e, entre casais compostos por mulheres e homens pertencentes a empregados e operários, a heterogeneidade é explicada principalmente pela segregação de género desses dois grupos. Revela também a sua proximidade desigual com outros grupos sociais. Assim, com o aumento da atividade feminina e a diminuição do modelo de dona de casa, a proporção de homens operários (em casal) que vivem com uma mulher empregada aumentou acentuadamente entre 1982 e 2012 (de 32 para 46%), assim como a proporção de homens operários em casais com uma mulher exercendo uma profissão intermédia (de 5 para 13%). Inversamente, a proporção de operárias que vivem num casal com um operário diminuiu, mas continua a ser maioritária (de 68% para

[5] Esta passagem é baseada em elementos de Bernard & Giraud (2018).

54%). Quando são empregados, os homens são sempre mais propensos a ter uma relação com uma mulher empregada (43-47%) e uma mulher numa profissão intermédia (11-20%). As alianças das mulheres empregadas também se alteraram, embora de forma menos acentuada: a percentagem das que têm cônjuge operário ou empregado diminuiu (de 44 para 37% e de 16 para 13%, respetivamente), ao contrário das mulheres empregadas que vivem com um cônjuge profissional intermédio (estável em 22%) ou quadro (de 3 para 10%). Em ambos os extremos das classes populares, os operários não qualificados (menos de 10% são casais com quadros, profissões intermédias, artesãos, comerciantes ou dirigentes de empresas) e as categorias de empregados administrativos de empresas (34% neste caso) opõem-se.

O espaço das famílias populares contemporâneas

Que linhas de segmentação interna emergem mais precisamente nas classes populares? O trabalho estatístico para compreender melhor a diversidade das classes populares foi realizado através de análises fatoriais e classificações hierárquicas ascendentes. Este trabalho prolonga pesquisas recentes que aprofundaram a análise estatística da estrutura social, desenvolvendo cartografias do espaço social contemporâneo (Amossé, 2011; Bernard, 2017; Caveng et al., 2018; Robette & Roueff, 2017) e começando a explorar a heterogeneidade das classes populares (Cayouette-Remblière, 2015; Peugny, 2015).

Como dissemos, uma das singularidades da nossa abordagem é prestar especial atenção às famílias. Mas a definição da posição social de um agregado familiar pela categoria socioprofissional da sua "pessoa de referência" (que é o homem quando o agregado inclui um casal heterossexual, de acordo com a definição utilizada no *Inquérito ao Emprego* do INSEE) tem limitações que são ainda mais importantes porque as mulheres já entraram em grande medida no mercado de trabalho. Por conseguinte, foram envidados esforços para realizar análises estatísticas que tivessem em conta a situação profissional de ambos os cônjuges.

A fim de esclarecer a diversidade das famílias populares, várias tipologias foram desenvolvidas[6]. Uma primeira tipologia (Bernard & Giraud, 2018) centra-se nas uniões formadas por mulheres inativas com menos de 60 anos de idade a viver em casal com um empregado ou um operário, e nas uniões formadas por mulheres ativas empregadas ou operárias. A tipologia analisa a heterogeneidade interna das mulheres dos meios populares em relação às suas alianças matrimoniais. Uma segunda tipologia (Amossé, 2019a) diz respeito a casais compostos por pelo menos

[6] Para mais detalhes sobre as metodologias utilizadas, ver Amossé (2019a; 2019b); Bernard & Giraud (2018).

um/a operário/a ou empregado/a e evidencia a diversidade dos meios populares a partir da posição profissional de seis membros da família próxima (os dois membros do casal, os pais e os sogros). Finalmente, uma terceira análise (Amossé, 2019b) foi realizada, por um lado, sobre todos os agregados familiares[7] e, por outro, sobre casais em que ambos os membros são operários/as, empregados/as, ou inativos/as, não reformados/as, resumindo a diversidade das suas posições sociais e mostrando como se articula a posse de diferentes recursos (rendimento, diploma, origem social, tipo de proteção relacionada com o emprego, trajetória geográfica, localização territorial e status residencial).

As tipologias desenvolvidas fornecem ensinamentos complementares. Destacam polos que formam, na sua maioria, um *continuum* hierárquico, desde os mais precários até aos mais afluentes e próximos das classes médias. Assim, elas revelam primeiro a existência de um "topo" e de uma "parte inferior" dentro das populações estudadas. As categorias do "topo" caracterizam-se pela proximidade económica, cultural, social e conjugal com as classes médias: são compostas em particular pelas mulheres e homens mais qualificados, que têm os salários mais substanciais, cuja origem social é a mais elevada, etc. Encontramos aqui principalmente casais com um/a empregado/a administrativo/a de empresa ou um/a polícia e militar. Os agregados familiares da "parte inferior" caracterizam-se por um nível fraco de recursos económicos, educacionais, sociais, profissionais, geográficos e familiares. A sua situação profissional é particularmente marcada pela precariedade, desemprego ou inatividade. Os operários não qualificados e os empregados de limpeza, cargos mais frequentemente ocupados por trabalhadores migrantes, estão sobrerrepresentados. Entre este "topo" e esta "parte inferior", as tipologias também destacam a existência de uma feição mediana. Há famílias cujos cônjuges têm um nível intermédio de recursos (em termos de rendimento, qualificações, etc.) e casais em que existe uma certa assimetria entre os dois parceiros, sendo um mais bem integrado no mercado de trabalho do que o outro. Este resultado está ligado a outro: "estabelecer-se como um casal" ("*faire couple*") é um recurso decisivo para os operários e empregados em matéria de posição social. As famílias com apenas um/a empregado/a ou operário/a, particularmente como solteiro/a ou família monoparental, encontram-se numa posição muito mais fraca do que os casais de operários e empregados em termos de recursos (especialmente os seus recursos económicos). Este ponto é tanto mais digno de nota quanto não é o caso das famílias compostas exclusivamente por um/a quadro, um/a detentor/a de uma profissão intermédia ou trabalhador/a por conta própria.

[7] Limitando-se aos chamados agregados "não complexos", ou seja, agregados que incluem um ou dois adultos, o que exclui, por exemplo, os agregados intergeracionais e os agregados partilhados.

Último resultado importante: as tipologias não são apenas adequadas para uma leitura estratificada, mas também sublinham que as classes populares "do meio" são plurais. Mais precisamente, sublinham a existência de dois tipos principais de frações medianas, que diferem, em especial, pelos seus universos profissionais e localização geográfica: o primeiro é marcado pelo universo da grande empresa (encontramos aí, nomeadamente, os operários industriais qualificados) e está particularmente presente nas zonas rurais, escassamente povoadas ou periféricas; o segundo inclui as famílias que residem mais frequentemente em grandes centros urbanos e que trabalham mais frequentemente em pequenas empresas (em especial serviços diretos a particulares). Estas análises sugerem, portanto, a existência, no universo das famílias populares, de um topo, de uma parte inferior e também de frações medianas, estas últimas diferindo em termos de universos profissionais e situações geográficas.

A pesquisa monográfica sobre agregados familiares: captar, numa lógica etnográfica, as recomposições de estilos de vida

Em paralelo com as análises estatísticas, foram produzidas monografias dos agregados familiares de 2014 a 2017. Estas monografias foram concebidas para recolher dados sobre múltiplas dimensões dos estilos de vida: económica, residencial, familiar, política e profissional. O dispositivo coletivo de produção destas monografias, que visava mobilizar os sociólogos envolvidos na pesquisa "O «popular» hoje" em torno da produção de um material de pesquisa original e comum, é inspirado pela abordagem etnográfica. Com base em pelo menos três entrevistas em profundidade, na maioria das vezes distribuídas ao longo do tempo, numa observação do quadro material da existência e numa contextualização dos agregados familiares baseada nas características do seu espaço residencial, estas monografias foram realizadas maioritariamente com casais heterossexuais – sendo os cônjuges geralmente entrevistados separadamente e depois em conjunto – e, por vezes, com os seus filhos. Elaborado coletivamente, o guião de entrevista[8] explorou as trajetórias sociais dos entrevistados e as suas práticas quotidianas: lazer (dos pais e filhos), distribuição do trabalho doméstico e familiar, relações com a escola, trabalho, férias, gestão do orçamento, práticas alimentares e relacionamento com o corpo, saúde e usos das instituições de saúde e modos de inscrição no espaço social local (sociabilidade, compromissos voluntários, práticas eleitorais, etc.).

[8] Este guia de entrevista está disponível *online*, bem como a folha de resumo que foi utilizada para partilhar os dados: https://journals.openedition.org/sociologie/4839.

Concebidas como um instrumento sintético capaz de superar, por um lado, uma compreensão individual da condição social e, por outro, uma fragmentação do "popular" numa multiplicidade de objetos especializados ou terrenos etnográficos circunscritos, estas monografias permitem analisar as famílias como grupos domésticos onde estão em jogo relações de poder, mas também de solidariedade e de socialização entre mulheres e homens e entre gerações, bem como locais de refração das transformações que afetam a condição das classes populares, nomeadamente o crescente isolamento cultural e o reforço da dominação económica.

Os contornos do *corpus* de agregados familiares inquiridos foram definidos de forma dinâmica. Assim, durante a primeira série de monografias, os casais compostos por empregados/as ou operários/as com pelo menos um filho em idade escolar foram inicialmente visados, uma situação familiar que tende a expor a toda uma série de instituições e às normas que estas disseminam (de saúde, de escolaridade, de forma mais ampla, de educação e moral). No que se refere ao retrato das classes populares fornecido pelo tratamento estatístico do *Inquérito* ao *Emprego*, este primeiro *corpus* caracterizou-se por uma sobrerrepresentação dos operários e empregados do sector público que viviam em aglomerações de grande ou média dimensão. Assim, foi feita uma "correção" para as monografias seguintes, a fim de privilegiar os inquiridos que viviam em zonas periurbanas e rurais, que trabalhavam no sector privado (agentes de segurança, empregados comerciais, motoristas de camiões) ou desempregados, bem como os homens que viviam sozinhos.

Os registos efetuados não são o único material recolhido. Foram também utilizadas observações no seio do agregado familiar (por exemplo, sobre a decoração de interiores ou refeições para as quais foram convidados sociólogos) e em locais públicos, como festas escolares ou clubes desportivos, mas também fotografias (do bairro e da habitação, por vezes do trabalho e dos momentos de lazer), documentos privados (como cartas trocadas com um professor do ensino primário lamentando o comportamento do filho de um inquirido), trocas de correio eletrónico ou elementos de sítios na internet (*Facebook* ou "*Copains d'avant*", associações desportivas, fóruns de consumidores ou doentes, etc.).

A natureza "total" do questionamento e a dimensão privada de certos temas levaram à escolha de entrevistados/as previamente identificados/as pelas suas "disposições para falar", que pressupõem disposições reflexivas e recursos de linguagem, bem como um hábito de interações com membros de outras classes sociais e/ou relações de confiança construídas ao longo do tempo com sociólogos. De facto, os agregados familiares foram amplamente "recrutados" através da ativação de redes diretas ou indiretas de interconhecimento: relações familiares, de amizade, profissionais ou interpessoais forjadas na frequência de uma mesma escola, no caso dos pais de crianças em idade escolar. Em alguns casos, uma proximidade

geográfica estreita reúne inquiridos e sociólogos que vivem em locais de residência diversificados: a região de Paris, outras grandes zonas urbanas, cidades de média dimensão, zonas periurbanas ou rurais. Os entrevistados também foram solicitados por terem participado em pesquisas ou trabalhos de tese anteriores. Uma distribuição geracional foi observada: os sociólogos titulares encontraram-se geralmente com entrevistados mais antigos, estudantes e doutorandos com entrevistados mais jovens. A contextualização e a confiança específicas da etnografia não estão, portanto, ausentes do dispositivo de pesquisa, já que as monografias se basearam, mais frequentemente, na ativação de relações de proximidade relativa e mais ou menos duradouras entre entrevistados e sociólogos. Embora demonstrem pouca boa vontade cultural, os entrevistados estão, por outro lado, equipados com a capacidade de falar sobre a sua experiência de acompanhamento terapêutico por profissionais de psicologia. O próprio cenário das entrevistas, o espaço privado, tende a favorecer a fala, uma vez que ela se encontra "relativamente protegida das relações de dominação e confronto entre classes sociais" (Gilbert, 2016) – mesmo que a entrevista com um sociólogo reative uma forma de dominação cultural e mesmo que as mulheres possam estar mais confortáveis do que os homens em questões sobre a formação quotidiana do estilo de vida[9].

A variedade de métodos de acesso aos inquiridos produziu um *corpus* diversificado de 27 monografias[10]. As instruções relativas às propriedades sociais dos agregados familiares a contactar não resultaram na imposição de critérios que excluíssem estritamente uma determinada situação. Os casais compostos por uma empregada e um operário, eles próprios de origem operária, titulares de um CAP ou BEP, proprietários em zonas periurbanas ou rurais estão sobrerrepresentados, mas o *corpus* também inclui outras situações familiares (mulheres que vivem sozinhas com os seus filhos, homens solteiros, homens que vivem em casal homossexual), profissionais (reformados/as, donas de casa e desempregados/as, profissões intermédias e artesãos), culturais (sem diploma e, inversamente, posse de diploma do ensino superior) e residenciais (arrendatários de habitações sociais, na região de Paris ou em grandes zonas urbanas). De forma a objetivar, ou pelo menos controlar, as especificidades dos inquiridos que foram objeto de uma monografia, uma análise fatorial, realizada em todas as famílias com pelo menos um ativo e um trabalhador ou empregado no *Inquérito ao Emprego*, permitiu localizar estas

[9] Sobre todos estes pontos, veja-se o artigo de Gérard Mauger e Marie-Pierre Pouly (2019) que analisa a relação de pesquisa como "um caso especial de relações face-a-face entre indivíduos socialmente hierarquizados" e, portanto, como "uma situação que se presta ao estudo de trocas simbólicas entre classes sociais."

[10] Uma apresentação das características sociais de todos os agregados familiares entrevistados para a elaboração de monografias pode ser consultada *online*: http://journals.openedition.org/sociologie/docannexe/image/4749/img-1.jpg.

famílias no espaço assim constituído (Figura 3.5.): o corpo das famílias inquiridas está bem localizado, na sua maioria, na mediana e na fração estabilizada das classes populares.

No entanto, o *corpus* não é representativo no sentido estatístico do termo, ou seja, a sua diversidade não reflete com exatidão a das classes populares no seu conjunto, ou mesmo a das classes populares medianas estabilizadas. No entanto, reflete um vasto leque de situações em termos de género, posição residencial, ocupações e estrutura do agregado familiar dentro das frações medianas estabilizadas das classes populares, ao mesmo tempo que fornece, secundariamente, um contraponto das famílias pobres ou ao contrário próximas das classes médias. As famílias de menor rendimento são compostas por mulheres que vivem sozinhas com os seus filhos e casais onde as mulheres estão em casa ou em empregos com baixa remuneração e a tempo parcial. As famílias com rendimentos próximos dos das classes médias referem-se a duas situações: a dos casais relativamente idosos, que têm acumulado gradualmente recursos de estabilidade (mesmo que as suas trajetórias não sejam lineares), e a dos casais relativamente jovens e mais diplomados. O *corpus* é assim suficientemente diverso para identificar certas constantes no modo de vida das classes populares médias estabilizadas, em contraste com outras frações das classes populares, mas também certos princípios de variação interna tanto em termos do processo de estabilização social como das relações de género no lar e formas de relações "eles/nós".

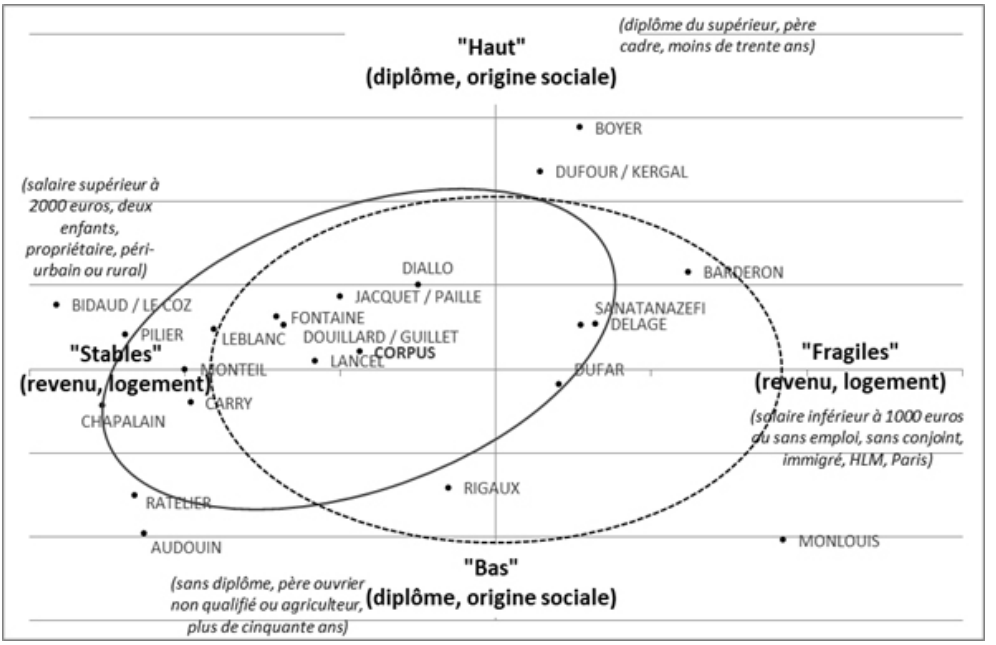


Figura 3.5. Uma cartografia fatorial dos agregados familiares no corpus

Fonte: INSEE, Inquérito *ao Emprego*, 2014; *Corpus* de monografias do projeto "O 'popular' hoje". Nota: Âmbito – agregados familiares com pelo menos uma pessoa ativa e um empregado ou trabalhador (empregado ou desempregado).

Método: primeiro plano fatorial de uma análise de correspondências múltiplas realizada em dados individuais do *Inquérito ao Emprego* (variáveis de sexo, idade, número de filhos, posição social do cônjuge (se aplicável), rendimento, diploma, origem social e situação residencial), onde os agregados familiares do corpus estavam posicionados (em MAIÚSCULAS) de acordo com as coordenadas médias dos seus membros;

Leitura: as duas elipses representam a dispersão de nuvens de pontos na amostra do inquérito e no corpus.

Autoria: Thomas Amossé.

No âmbito deste capítulo, não nos é possível desenvolver as análises realizadas sobre estes materiais, que são apresentadas noutras publicações[11]. Mencionemos os pontos principais. A nossa investigação teve como objetivo estudar as frações

[11] Estas análises resultaram em números de revistas (Amossé & Cartier, 2018; Bernard, Masclet & Schwartz, 2019; Lechien & Siblot, 2019) e num livro baseado num conjunto de retratos (a publicar em 2020).

medianas das classes trabalhadoras e a recomposição dos seus estilos de vida, partindo dos agregados familiares e não dos indivíduos. O objetivo era destacar os casais e as famílias em que ambos os cônjuges trabalham mais frequentemente e que, devido ao seu rendimento, não pertencem aos grupos mais pobres com os quais todas as classes populares são geralmente identificadas. O trabalho estatístico e monográfico permitiu dar alguma consistência a esta hipótese de um "meio", demonstrando a variedade interna deste estrato. Um primeiro eixo de análise focado nas modalidades de acesso à estabilidade social em meio popular, com particular ênfase nos recursos de estabilização relacionados ao estar numa relação. A combinação de análises estatísticas da mobilidade social e profissional e de monografias dá acesso à complexidade do processo de estabilização social, que nunca se baseia num único fator explicativo, mas numa combinação de propriedades biográficas individuais, efeitos contextuais e padrões de relações conjugais e familiares. O segundo eixo de análise centra a atenção na divisão sexuada da organização doméstica e nas relações de género no lar. Destacou um vasto leque de situações familiares, relacionadas com o nível, decisivo, mas frágil, de participação das mulheres no mercado de trabalho. Se a igualdade na divisão do trabalho doméstico continuar a ser uma perspetiva distante para a maioria das famílias, isso não é alheio aos constrangimentos profissionais enfrentados pelos seus membros. Entre a superação e a perpetuação de funcionamentos sexuados, a resignação e as exigências de maior partilha entre os cônjuges, as monografias e os dados estatísticos sobre os empregos do tempo mostram as classes populares com um funcionamento muito diversificado na cena doméstica. O terceiro tema centra-se nas formas de relacionamento com outras classes sociais, na clivagem entre "eles" e "nós", tanto em termos de como estas famílias representam a sua própria posição social e as suas relações com outros grupos sociais, como através de práticas concretas de sociabilidade e contactos sociais mantidos em diferentes cenas (família, vizinhança, profissionais, institucionais, etc.). Reflete a prevalência de uma "consciência social triangular" (Collovald & Schwartz, 2006; Schwartz, 2011) (enfraquecimento do "nós" coletivo da classe, rejeição da figura do "assistido") e a intensidade variável da penetração das normas escolares e educativas, de saúde e económicas, etc..

Referências Bibliográficas

Abdelnour, S. & Lambert, A. (2014). «L'entreprise de soi». Un nouveau mode de gestion politique des classes populaires ? Analyse croisée de l'accession à la propriété et de l'auto-emploi (1977-2012). *Genèses*, *95*, 27-48.

Alonzo, P. & Hugrée, C. (2010). *Sociologie des classes populaires*. Paris : Armand Colin.

Amossé, T. (2011). Cadres/non cadres : Une frontière toujours persistante » In P. Bouffartigue, C. Gadéa & S. Pochic (Dir.), *Cadres, classes moyennes : Vers l'éclatement ?* (pp. 32-45). Paris: Armand Colin.

Amossé, T. (2015). Portrait statistique des classes populaires contemporaines. *Savoir/agir*, *4*, 13-20.

Amossé, T. (2019a). Diversité et dynamique des couples populaires au regard de leur milieu social familial. Une analyse statistique à partir des enquêtes *Emploi* (2011-2014) et *Formation et qualification professionnelle* (1993 et 2014/2015). *Sociologie*, *1*, 10.

Amossé, T. (2019b). Quelle classification socio-professionnelle des ménages populaires ?. *Sociétés contemporaines, 114*.

Amossé, T. & Cartier, M. (Dir.) (2018). Ménages populaires. *Travail, genre et sociétés*, *39*.

Avril, C. (2014). *Les aides à domicile : Un autre monde populair*e. Paris : La Dispute.

Bernard, L. (2017). *La précarité en col blanc : Une enquête sur les agents immobiliers*. Paris : Presses universitaires de France.

Bernard, L. & Giraud, C. (2018). Avec qui les ouvrières et les employées vivent-elles en couple ?. *Travail, genre et sociétés*, *39*, 41-61.

Bernard, L., Masclet, O. & Schwartz, O. (Dir.) (2019). Les «classes populaires du milieu» : Position, condition, styles de vie. *Sociétés contemporaines*, *114*.

Bessière, C. & Gollac, S (2014). Travailleur indépendant In P-M. Chauvin, M. Grossetti & P-P. Zalio (Dir.), *Dictionnaire sociologique de l'entrepreneuriat* (pp. 537-550). Paris : Presses de Science Po.

Bourdieu, P. (1984). Espace social et genèse des classes. *Actes de la recherche en sciences sociales*, *52-53*, 3-12.

Bourdieu, P. (1979), *La Distinction : Critique sociale du jugement*, Paris, Minuit.

Bruneau, I., Laferte, G., Mischi, J., Renahy, N. (Dir.) (2018). *Mondes ruraux et classes sociales*. Paris: EHESS.

Cartier, M., Coutant, I., Masclet, O., Siblot, Y. (2008). *La France des «petits-moyens»: Enquête sur la banlieue pavillonnaire*. Paris: La Découverte (English: [2019]. *The France of the «Litte-Middles». A Suburban Housing Development in Greater Paris*. New York-Oxford: Berghahn Books).

Caveng, R., Darbus, F., Denord, F., Serre, D. & Thine, S. (2018). Des morales de classe ? Dispositions éthiques et positions sociales dans la France contemporaine. *Actes de la recherche en sciences sociales*, *224*, 76-101.

Cayouette-Remblière, J. (2015). De l'hétérogénéité des classes populaires (et de ce que l'on peut en faire). *Sociologie*, *6*(4), 377-400.

Collovald, A. & Schwartz, O. (2006). Haut, bas, fragile : Sociologies du populaire. *Vacarme*, *37,* 50-55.

Coquard, B. (2016). «Nos volets transparents» : Les potes, le couple et les sociabilités populaires au foyer. *Actes de la recherche en sciences sociales*, *215*, 90-101.

Delay, C., Frauenfelder, A., Pigot, N. & Schultheis, F. (Dir.) (2009). *Les classes populaires aujourd'hui : Portraits de familles, cadres sociologiques*. Paris : L'Harmattan.

Desrosières, A. & Thévenot, L. (2002). *Les catégories socioprofessionnelles*. Paris : La Découverte.

Dubost, C-L. & Tranchant, L. (2019). Les mobilités discrètes : quand les ouvriers et les employés changent d'emploi sans changer de position sociale. *Sociétés contemporaines*, *114*.

Gilbert, P. (2016). Classes, genre et styles de vie dans l'espace domestique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, *215*, 4-15.

Girard, V. (2017). *Le vote FN au village : Trajectoires de ménages populaires du périurbain*. Vulaines-sur-Seine : Éditions du Croquant.

Hamel, C. & Siméant, J. (2006). Genre et classes populaires. *Genèses*, *64*, 2-4.

Hoggart, R. (1970 [1957]). *La culture du pauvre : Étude sur le style de vie des classes populaires en Angleterre* (traduzido por F. Garcias, J-C. Garcias & J-C. Passeron). Paris: Minuit.

Hugrée, C., Penissat, É. & Spire, A. (2017). *Les classes sociales en Europe : Tableau des nouvelles inégalités sur le vieux continent*. Marseille: Agone.

Lechien, M-H. & Siblot, Y. (Dir.) (2019). «Eux/nous/ils» ? Sociabilités et contacts sociaux en milieu populaire. *Sociologie*, *10*.

Mauger, G. (2006). Les transformations des classes populaires en France depuis 30 ans. In J. Lojkine, P. Cours-Salies & M. Vakaloulis (Dir.), *Nouvelles luttes de classes* (pp. 29-42) Paris: PUF.

Mauger, G. Pouly, M-P. (2019). Enquêter en milieu populaire: Une étude des échanges symboliques entre classes sociales. *Sociologie*, *10*(1), 37-54.

Perrin-Heredia, A. (2013). Le «choix» en économie : Le cas des consommateurs pauvres. *Actes de la recherche en sciences sociales*, *4*(199), 46-67.

Peugny, C. (2015). Pour une prise en compte des clivages au sein des classes populaires : La participation politique des ouvriers et des employés. *Revue française de science politique*, *65*(5-6), 735-759.

Robette, N. & Roueff, O. (2017). L'espace contemporain des goûts culturels : Homologies structurales entre domaines de pratiques et entre classes sociales. *Sociologie*, *8*(4), 369-394.

Savage, M. (Dir.) (2015). *Social class in the 21st century*. London: Pelican (Penguin Books).

Schwartz, O. (1998). *La notion de "classes populaires" : Habilitation à diriger des recherches en sociologie*. Versailles : Université de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines.

Schwartz, O. (2011). *Peut-on parler des classes populaires ?*. Disponível em : https://laviedesidées.fr.

Siblot, Y., Cartier, M., Coutant, I., Masclet, O. & Renahy, N. (2015). *Sociologie des classes populaires contemporaines*. Paris: Armand Colin.

Capítulo 4

Esclarecendo a Teoria de Neil Smith sobre o diferencial de renda no processo de gentrificação

Tom Slater

Capacidade de recuperar ["Bounceback-ability"]

Em setembro de 2016, a Câmara Municipal de Glasgow lançou a sua "Estratégia de Resiliência"[1]. Apoiada pela competição *100 Resilient Cities* da *Fundação Rockefeller*, que concede subsídios generosos às 100 cidades em todo o mundo que, segundo ela, demonstraram "um compromisso dedicado a construir as suas próprias capacidades para se prepararem, resistirem e recuperarem ["*bounce back*"] rapidamente de choques e tensões", a estratégia é um documento cintilante que define como Glasgow irá "manter funções essenciais em face de choques fortes e tensões crónicas, mas também crescer e prosperar através delas" (Glasgow City Council, 2016, p.8). Aparentemente baseada em "conversas face-a-face", *workshops* e pesquisas *on-line* com milhares de residentes de Glasgow, incluindo crianças, a estratégia identifica quatro "pilares" em torno dos quais a resiliência deve ser construída: "capacitar os habitantes de Glasgow", "desbloquear soluções de base local", "crescimento económico justo" e "promover a participação cívica". Ao anunciar o lançamento do documento, Frank McAveety, Líder da Câmara Municipal de Glasgow, comentou o seguinte:

[1] O presente texto retoma parte da conferência proferida pelo autor no âmbito da Conferência Internacional "Breaking Ground for Construction: changes in the field of construction in Portugal and their impact on working conditions in the 21st Century", ocorrida a 4 e 5 de Julho de 2019 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e levada a cabo no âmbito do projeto "Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no campo da construção em Portugal e seus impactos nas condições de trabalho no século XXI" (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), com o apoio da FCT, da Reitoria da Universidade do Porto e do Santander. Texto traduzido do original em inglês por Virgílio Borges Pereira.

> O documento de estratégia é um ponto de encontro na conversa entre os cidadãos de Glasgow e as suas instituições sobre resiliência. A estratégia aponta para o caminho a seguir e não tenho dúvidas de que a viagem será acompanhada por um debate robusto – Glasgow não o teria de outra forma. Este diálogo em curso reforçará a nossa resiliência e permitir-nos-á encarar o futuro com confiança. (Glasgow City Council, 2016)[2]

No espírito de um "debate robusto", a primeira coisa que gostaria de argumentar sobre este documento é que ele é apresentado de uma forma que é verdadeiramente excruciante. Por exemplo:

> Durante as nossas conversas com os habitantes de Glasgow sobre o que torna Glasgow uma cidade resiliente, descobrimos que eles gostam de falar do seu factor de "capacidade de recuperação" ("*bounceback-ability*") – uma capacidade de enfrentar e até mesmo prosperar em tempos difíceis. (Glasgow City Council, 2016, p.18)

Estou certo de que quem visitasse uma zona pertencente à classe trabalhadora de Glasgow e proferisse o neologismo "bounceback-ability" ["capacidade de recuperação"] seria encorajado a sair. Da mesma forma, eu arriscaria que é altamente improvável que crianças em idade escolar, em qualquer lugar da cidade, aceitem ser "jovens embaixadores da resiliência para desenvolver capacidades de liderança, compartilhar aprendizagem e defender novas ideias criativas de resiliência" (Glasgow City Council, 2016, p.75) e encontrar uma reação entusiasta dos seus colegas. Isso deve-se em parte ao facto de, como o documento reconhece, muitas áreas de Glasgow já serem locais extremamente resilientes: "As comunidades no norte de Glasgow são incrivelmente resilientes diante de uma série de tensões desproporcionais que estão intimamente relacionadas com o legado pós-industrial da região" (Glasgow City Council, 2016, p.52).

Este excerto levanta a questão de saber por que é necessária uma grande estratégia de resiliência e de como as pessoas em Glasgow se sentiriam em relação à sua imposição. Mas é na discussão do segundo pilar, "desbloquear soluções baseadas no local", que podemos ver mais da intenção político-económica subjacente a esta estratégia de resiliência, e a sua relevância para as questões da gentrificação. Os autores do documento estão convencidos de que o chamado "*placemaking*" é uma abordagem de *design* maravilhosa, pois "contribui para a criação de lugares bem-sucedidos e resilientes, baseados no equilíbrio da relação entre as características físicas, sociais e económicas da área" (Glasgow City Council, 2016, p.50) – sem demorar um momento para refletir sobre como as pessoas, vivendo onde já existem lugares feitos, se podem sentir sobre outra visão de lugar que lhes

[2] Ver com maior detalhe em http://www.100resilientcities.org/blog/entry/glasgow-unveils-uks-first-city-resilience-strategy#/-_/

é imposta. A abordagem com recurso ao "*placemaking*" é provavelmente expectável, uma vez que o Governo escocês, nos últimos anos, tem aderido incondicionalmente ao *ethos* e métodos do "Novo Urbanismo" de Andres Duany (ver MacLeod, 2013), que tem o "*placemaking*" e o "envolvimento comunitário" pós-político como núcleo (absorvendo-o literalmente, ao pagar a Duany, em 2010, £250,000 por um trabalho de consultoria de uma semana).

Mas um objetivo central do pilar "desbloquear soluções baseadas no local" é "criar um modelo integrado de resiliência no norte da cidade" (Câmara Municipal de Glasgow, 2016, p.52). Tal é considerado necessário visto que "padrões de investimento, falta de viagens ativas e redes de transporte público para áreas vizinhas, e baixa disponibilidade de oportunidades de emprego local" resultaram em "tensões" de "pobreza e privação com altas proporções de jovens sem educação ou emprego e questões significativas relacionadas com vícios e saúde mental" (Glasgow City Council, 2016, p.52). Alega-se que:

> A alta concentração de terras vazias e abandonadas no norte de Glasgow também se tornou uma barreira física e social à conetividade. Muitas vezes, pode resultar num ambiente que não inspira orgulho no local e desmotiva os habitantes de Glasgow a tirarem partido das redes de transporte ativas. (Glasgow City Council, 2016, pp.52-53)

Com os problemas colocados dessa forma, a solução – escrita sob o título "Valor de Resiliência" – é previsível:

> A comunidade, o potencial ambiental e económico dos sítios abandonados e vagos em Glasgow serão desbloqueados. Usando modelagem 3D para mapear terrenos vagos e abandonados, seremos capazes de reduzir o risco de desenvolvimento, identificando novas oportunidades acima e abaixo do solo. Isso irá promover oportunidades de desenvolvimento associadas a lugares, a fim de atrair investidores e promover a regeneração económica, desenvolvimento urbano compacto e serviços apropriados. (Glasgow City Council, 2016, p.53)

Perturbadoramente, o modelo para desbloquear tal "potencial" em terras urbanas é a Vila de Atletas dos Jogos da Commonwealth de 2014, apresentada neste documento como "uma das maiores histórias de sucesso", onde "agências parceiras consultaram intensamente as comunidades locais para desenvolver os pontos fortes da comunidade e maximizar os benefícios sociais" (Glasgow City Council, 2016, p.56). Esta situação está em desacordo com o que realmente aconteceu na construção do megaevento de 2014: a ampliação do estigma territorial que já afetava o *East End* da cidade (Paton, McCall & Mooney, 2017) e que justificou o despejo forçado de moradores cujas casas foram adquiridas por compra obrigatória antes de uma demolição insensível para dar lugar à Vila dos Atletas

(Porter, 2009). A visão do planeador sobre a classe trabalhadora de Glasgow pode ser lida na declaração de que "os Jogos foram uma oportunidade para trazer vitalidade às áreas da cidade" (Glasgow City Council, 2016, p.55). Como apontou Ley (1996), o discurso da revitalização é "censurável, implicando um sentido de superioridade moral no processo de sucessão residencial, e dando um manto de menor vitalidade aos usos e utilizadores anteriores do solo" (pp.33-34).

Este resumo de abertura da estratégia de resiliência de Glasgow aponta para a contínua relevância da teoria do "diferencial de renda" ("*rent gap*") em estudos de gentrificação. No caso de Glasgow, a teoria é útil para identificar e desafiar uma estratégia que, vestida com a aparência positiva de construir resiliência, torna aceitáveis e palatáveis as alegações de "desbloquear o potencial económico" e "desenvolvimento sem risco" para criar "oportunidades associadas a sítios a fim de atrair promotores". Como pretendo demonstrar, a teoria ajuda a explicar como são criadas condições político-económicas propícias para a extração de lucro dos mercados de terras urbanas e, longe de ser economicista ou determinista (como é frequentemente criticada ou descartada), esta é uma teoria crucial para entender como parte de uma resposta crítica e/ou resistente à gentrificação, e como uma crítica à lógica que sustenta o processo. Continua a ser muito necessário esclarecer a teoria, já que mal-entendidos, erros de interpretação e, às vezes, críticas preguiçosas ainda circulam amplamente e distorcem não apenas o debate sobre a teoria, mas o campo dos estudos da gentrificação em geral.

Perturbando a Soberania do Consumidor

> Onde quer que algo novo esteja a ser criado e, portanto, também em ordenamento do território e planeamento, as leis reveladas pela teoria são o único guia económico para o que *deve* acontecer. (Losch, 1954, p.359)

A teoria do diferencial de renda, reduzida ao essencial na sua formulação original, é uma crítica marxista aos altamente influentes modelos neoclássicos de uso económico do solo da Escola de Chicago. A economia neoclássica continua a desempenhar um poderoso papel ideológico nas sociedades de hoje e, em muitos casos, constitui a lógica subjacente à condução da política urbana, pelo que continua a ser importante compreender a batalha de ideias em que Smith mergulhou ao longo da sua carreira. Essa carreira começou cedo; notavelmente, o estudo empírico que levou à geração da teoria foi uma dissertação de graduação em geografia concluída por Smith na Universidade de St. Andrews em 1977 (Smith, 1977). Smith passou um ano como estudante de intercâmbio em Filadélfia, onde ficou cativado pelas profundas mudanças observadas no bairro de Society Hill. Tendo notado pela

primeira vez a gentrificação no início de 1972, na Rose Street, em Edimburgo, quando um novo bar da moda chamado *The Galloping Major* se distinguiu dos *pubs* vizinhos ao servir "almoços bastante apetitosos adornados com salada" (Smith, 1996, p. xviii), ele sentiu que os modelos de uso do solo urbano existentes e as previsões sobre o destino miserável dos centros das cidades eram inadequados em termos de explicação da gentrificação que tinha visto em Edimburgo e em Filadélfia.

Smith era muito cético em relação aos modelos e previsões neoclássicos por causa do paradigma da soberania do consumidor que os sustentava, o qual considerava que as escolhas racionais dos consumidores individuais de terra e habitação determinavam a morfologia das cidades. A procura de espaço por parte dos consumidores de classe média, prosseguia o argumento neoclássico, explicava a suburbanização – um processo visto por muitos, dentro e fora da academia, como sendo o único futuro para todos os lugares urbanos. Mas a realidade empírica de Society Hill – gentrificação – parecia colocar esse paradigma em questão. Smith não podia aceitar que os consumidores estivessem subitamente a exigir em massa o contrário do que tinha sido previsto, e a "escolher", em vez disso, gentrificar áreas centrais das cidades. Em Society Hill, ele foi à procura de dados para mostrar que a maioria das pessoas de classe média nunca tinha partido para os subúrbios da Filadélfia *porque o espaço estava a ser produzido para elas* através do desenvolvimento do setor privado patrocinado pelo Estado. Isto criou lucros generosos para os promotores à custa de pessoas da classe trabalhadora que foram deslocadas do espaço central da cidade. A sua dissertação de licenciatura foi elaborada e publicada na revista *Antipode* em 1979 (Smith, 1979a), e nesse mesmo ano foi aperfeiçoada no *Journal of the American Planning Association* (Smith, 1979b), onde a teoria central do diferencial de renda foi apresentada pela primeira vez.

Um ponto de partida para Smith foi que, nos mercados imobiliários capitalistas, a "preferência do consumidor" decisiva (com prejuízo característico, ele adotou a linguagem neoclássica) é "a preferência pelo lucro, ou, mais precisamente, um investimento financeiro sólido" (1979, p.540). À medida que o desinvestimento num determinado distrito se intensifica, como aconteceu em Society Hill, ele cria oportunidades rentáveis de lucro para promotores, investidores, compradores de casas e governo local. Se quiséssemos entender o muito elogiado "renascimento urbano" americano dos anos de 1970, o argumento e o título do ensaio sobre o diferencial de renda prosseguiam, era muito mais importante acompanhar o movimento de capitais do que o movimento de pessoas (este último movimento era o foco exclusivo da retórica de "regresso à cidade" da época, e da investigação sobre ele). Crucial para o argumento de Smith foi o fenómeno sempre flutuante da *renda do solo*: simplesmente a taxa que os proprietários são capazes de exigir (via direitos de propriedade privada) pelo direito de usar a terra e seus acessórios (os edifícios nela colocados e os recursos nela incorporados),

geralmente recebidos como um fluxo de pagamentos dos inquilinos, mas também via qualquer valorização de ativos capturada na revenda. Os proprietários dos bairros mais pobres dos centros das cidades muitas vezes têm investimentos em edifícios que representam o que os economistas e planeadores urbanos chamam de "maior e melhor uso" há mais de um século; gastar dinheiro para manter esses ativos como unidades de arrendamento de baixo custo torna-se cada vez mais difícil de justificar a cada ano que passa, já que os investimentos serão difíceis de recuperar a partir dos inquilinos com baixo rendimento. Torna-se racional e lógico para os proprietários "ordenhar" a propriedade, extraindo o arrendamento dos inquilinos e gastando o mínimo absoluto para manter a estrutura. Com o passar do tempo, a manutenção diferida torna-se visível: as pessoas com dinheiro para o fazer deixarão o bairro, e as instituições financeiras traçam uma "linha vermelha" neste, tratando-o como sendo demasiado arriscado para fazer empréstimos. O declínio físico acelera, e os residentes de rendimento moderado e as empresas que se afastam são substituídos por inquilinos sucessivamente mais pobres que se mudam para lá – simplesmente não têm acesso à habitação em mais lado nenhum.

No final da década de 1920, em Chicago, Hoyt identificou um:

> Vale na curva de valor do terreno entre o *Loop* e as áreas residenciais externas... [que] indica a localização dessas seções, onde os edifícios têm na maioria quarenta anos de idade e onde os moradores estão mais abaixo em capacidade de pagamento de arrendamento. (Hoyt 1933, pp. 356-368)

Para Smith (1979b), essa "depreciação do capital no centro da cidade" (p. 543) significou que seria provável que houvesse uma divergência crescente entre o arrendamento capitalizado do terreno (a quantidade real de arrendamento do terreno que é apropriada pelo proprietário da terra, dado o atual uso da terra) e o potencial arrendamento do terreno (o máximo que poderia ser apropriado sob "mais elevado e melhor uso" da terra). Assim, o vale do valor da terra de Hoyt, radicalmente analisado e reconceptualizado, "pode agora ser entendido em grande parte como o diferencial de renda" (Smith, 1979b, p.545). O mesmo autor defende:

> A gentrificação ocorre quando a diferença é suficientemente grande para que os promotores possam comprar esqueletos de edifícios baratos, pagar os custos e lucros dos construtores para a reabilitação, pagar juros sobre hipotecas e empréstimos para construção e depois vender o produto final por um preço de venda que deixe um retorno satisfatório ao promotor. Toda a renda do terreno, ou grande parte dela, é agora capitalizada: o bairro foi 'reciclado' e começa um novo ciclo de uso. (Smith, 1979b, p.545)

A elegância da teoria do diferencial de renda não reside apenas no que Ley (1996), um dos interlocutores mais astuciosos de Smith, designou como a sua

"engenhosa simplicidade" (p. 42), mas na sua vertente crítica. A fuga de capitais para longe de certas áreas da cidade – depreciação e desinvestimento – tem implicações devastadoras para as pessoas que vivem no fundo da estrutura de classe urbana. Os "esqueletos de edifícios" mencionados anteriormente não aparecem simplesmente como parte da "decadência" de um bairro que ocorre naturalmente – eles são ativamente produzidos por meio de toda a espécie de táticas e instrumentos legais, tais como o assédio de proprietários, os aumentos maciços de renda, o estabelecimento de linhas vermelhas (*redlining*), fogo posto, a retirada dos serviços públicos e ordens de compra obrigatórias/de declaração de interesse público. Colmatar o diferencial de renda requer, decisivamente, a separação das pessoas que atualmente obtêm valores de uso do solo, disponibilizando esses valores de uso – a fim de capitalizar a terra para um uso considerado "mais elevado e melhor". O diferencial de renda, portanto, destaca interesses de classe específicos, onde a busca pelo lucro tem precedência sobre a necessidade humana de abrigo.

Três esclarecimentos

Numa excelente discussão sobre o diferencial de renda no livro *Gentrification*, Elvin Wyly observou a etimologia da palavra "diferença" (*gap*) – do Nórdico Antigo para "abismo", denotando uma quebra ou muro ou cerca, uma quebra nas defesas, uma quebra na continuidade, ou grande diferença nas ideias ou opiniões. Ele continuava:

> O diferencial de renda é parte de um assalto para romper o muro defensivo dos principais estudos urbanos, desafiando a suposição de que as paisagens urbanas podem ser explicadas em grande parte como resultado das preferências dos consumidores, e a noção de que a mudança de bairro pode ser entendida em termos de quem entra e quem sai. Os estudiosos, portanto, levam as suas implicações muito a sério. (Lees, Slater & Wyly, 2008, p.55)

Não é de surpreender que a teoria do diferencial de renda tenha sido objeto de intenso debate durante quase quarenta anos. Porém, tais debates, muitas vezes atravessados por confrontos ideológicos intratáveis e disputas mesquinhas, tornaram-se bastante frustrantes para muitos, levando a muitos resumos superficiais e desdenhosos. Seria enfadonho recitar e resumir com grande detalhe os debates sobre o diferencial de renda, e essa tarefa foi realizada por outros autores (por exemplo, Lees, Slater & Wyly, 2008, pp.39-86). Muito mais útil nesta conjuntura é considerar o que se pode aprender ao contemplar, enquanto corpo académico, as lições mais valiosas de estudos que compreenderam a importância do impulso político do diferencial de renda desde o início e compreenderam as suas premissas teóricas para conduzir testes empíricos detalhados (por exemplo, Clark, 1987;

Darling, 2005; Engels, 1994; Hammel, 1999; Kary, 1988; O'Sullivan, 2002; Yung & King, 1998). Dada a intensa investigação empírica que implica – não existem variáveis prontamente disponíveis para medir a renda do terreno capitalizada e potencial, pelo que os investigadores têm de investigar arquivos de planeamento e registos fundiários de várias décadas para construir os seus próprios indicadores de substituição – existem poucos estudos empíricos aprofundados sobre esta matéria. Aqueles que o fazem, no entanto, considerados como um coletivo, são todos valiosos como parte de um esforço académico mais amplo para compreender a transformação classista do espaço, onde quer que e sob qualquer que seja a condição em que essa transformação possa estar a acontecer. De todos esses estudos, e dos escritos originais de Neil Smith, três coisas, acima de tudo, tornam-se claras sobre a teoria do diferencial de renda.

A teoria do diferencial da renda não é estritamente economicista, mas sim uma teoria sobre o papel do Estado na criação das condições económicas para a gentrificação

Possivelmente, entre as acusações mais frequentemente apontadas à teoria do diferencial de renda é a de que se trata de puro determinismo económico (Hamnett, 1991), que "ignora contextos regulatórios que podem disciplinar a liberdade de expressão do capital" (Ley, 1996, p.42), que não tem lugar para uma consideração do papel da "força extraeconómica", para usar a linguagem dos argumentos recentes apresentados por Ghertner (2014, 2015). Nunca entendi tais críticas. Certamente, os diferenciais de renda são produzidos por agentes e atores económicos (proprietários, banqueiros, promotores e corretores de imóveis), e a teoria foi formulada como parte de uma crítica mais ampla ao desenvolvimento desigual sob o capitalismo, mas o papel do Estado na teoria está longe do *laissez-faire* ou ausente, tratando-se antes de um facilitador ativo, como Smith tinha encontrado em Society Hill: "O Estado teve um papel político na realização de Society Hill e um papel económico na produção deste novo espaço urbano" (1979a, p. 28). Tem sido demonstrado, várias vezes, em contextos onde a gentrificação está a acontecer (particularmente nos últimos anos enquanto gentrificação – embora nunca usada pelo nome pelas autoridades políticas – tornou-se uma visão estratégica de desenvolvimento urbano em muitos contextos) que o papel do Estado na produção de diferenciais de renda é direto e fundamental, a ponto de que esses diferenciais simplesmente não existiriam sem o Estado (por exemplo, Glynn, 2008; Hodkinson, 2012; Kallin & Slater, 2014; Paton, 2010; Uitermark, Duyvendak & Kleinhans, 2007). Como Kallin (2017) apontou num estudo de uma estratégia fracassada de gentrificação orientada pelo Estado no distrito de Edimburgo, em Granton, "se as pretensões à diferença estão fundamentadas na noção de que a força extraeconómica é estranha à gentrificação no «Ocidente», então estas são pretensões fracas à

diferença" (p.1). Também vale a pena notar que a dissertação de graduação de Neil Smith tinha mesmo o subtítulo "State Involvement in Society Hill, Philadelphia". Bernt (2016) queixa-se da "corrente subjacente essencialmente universalizante que está no centro da teoria do diferencial de renda" e argumenta que "minimizar as instâncias não económicas está profundamente enraizado na arquitetura conceptual reducionista da teoria do diferencial de renda e que integrar diferentes constelações institucionais, sociais, culturais e políticas tem permanecido um problema duradouro" (pp.641-642). Na minha opinião, tais acusações são simplesmente desvios numa época de estratégias de acumulação viciosas conduzidas pelo Estado e da sempre sofisticada mutação do urbanismo neoliberal (Brenner, Peck & Theodore, 2010; Harvey 2010). Talvez as acusações continuem a aparecer porque o artigo original sobre o diferencial de renda era bastante silencioso sobre o papel do Estado, já que a principal missão do seu autor era criticar os pressupostos sobre a soberania do consumidor que sustentavam os modelos neoclássicos de uso da terra, mesmo quando a peça de pesquisa empírica que informou a teoria tinha o Estado como núcleo para a explicação de como a gentrificação estava a desenvolver-se. Mas a questão permanece: não se deve tirar conclusões sobre a teoria do diferencial de renda sem a preocupação de ler todos os estudos originais de forma aprofundada.

A teoria do diferencial da renda ajuda-nos a compreender a circulação do capital remunerado nos mercados de terrenos urbanos e os interesses especulativos dos promotores fundiários

Escrevendo no rescaldo imediato da crise financeira de 2008, David Harvey (2010) observou que os interesses especulativos dos promotores fundiários são "um poder principal singular que ainda necessita de ser reconhecido no nosso entendimento não só da geografia histórica do capitalismo, mas também da evolução geral do poder da classe capitalista" (p.180). O autor prosseguia:

> Os investimentos em rendas sobre a terra, propriedade, minas e matérias-primas tornam-se assim uma proposta atraente para todos os capitalistas. A especulação sobre estes valores torna-se abundante. A produção da geografia do capitalismo é impulsionada pela necessidade de realizar ganhos especulativos sobre esses ativos. (Harvey, 2010, p.181)

Em muitas economias capitalistas, devido à retração de décadas do setor manufatureiro, o capital mudou do seu circuito primário de produção industrial para o circuito secundário de acumulação, os mercados urbanos de terras e imóveis, que corre paralelamente ao circuito primário. Mas o setor secundário suplantou o primário em termos de importância geral, representando muitas vezes mais de

40% de toda a atividade económica. Uma ilustração: 76% de todos os empréstimos bancários na Grã-Bretanha vão para a propriedade (e 64% disso para hipotecas residenciais), e 87% de toda a dívida das famílias está vinculada a hipotecas. Para enfrentar a crise de crescimento composto contínuo sob longos ciclos de acumulação, o capital tem de desvalorizar o capital existente fixado na terra, entre outras coisas, para reinventar oportunidades de investimento para a absorção de um excedente (Harvey, 2014). Em tempos de crise, a especulação na terra que está a ser desvalorizada torna-se generalizada. Na Grã-Bretanha, os arranjos institucionais por trás da distribuição de habitação incentivam a especulação imobiliária desenfreada: o mercado imobiliário urbano no Reino Unido (especialmente em Londres) tornou-se agora um lugar para pessoas muito ricas – especialmente investidores estrangeiros – estacionarem o seu dinheiro a uma taxa anual de retorno de cerca de 10%. Especulação significa que cada vez mais capital está a ser investido em busca de rendas, juros e ganhos futuros, em vez de ser investido na atividade produtiva – uma tendência para uma forma de capitalismo rentista: uma economia parasitária caracterizada pela acentuada escalada do *rendimento não auferido extraído*. Os rentistas fazem fortunas espantosas simplesmente com a posse de bens ou recursos de que todos nós precisamos. Os rentistas têm tudo a ganhar com a circulação global do capital remunerado nos mercados de terras urbanas e com a absorção municipal do capital excedente através de todos os tipos de projetos de urbanização financiados pela dívida. Sayer (2015) escreveu uma notável exposição do grave problema da extração de rendimento não auferido, e argumenta convincentemente que um dos mitos mais perigosos das sociedades capitalistas avançadas é que o rendimento não auferido dos super-ricos é apenas justo, dado o seu "trabalho duro" (fictício) e supostos talentos como "criadores de riqueza" (ainda que eles só criem riqueza para si mesmos).

A relevância da teoria do diferencial de renda para campanhas e lutas contra os interesses especulativos dos promotores fundiários é que, como originalmente pretendido, ela ajuda a:

> Redirecionar o nosso foco teórico para a esfera da circulação... [onde] podemos traçar o poder do capital financeiro sobre o processo de urbanização, e o padrão do espaço urbano de acordo com padrões de investimento lucrativo. (Smith, 1979b, p.24)

A função da renda num modo de produção capitalista é apoiar o investimento e as oportunidades de reinvestimento. Um exemplo recente da classe rentista especulativa que tentou explorar a diferença de renda em Londres foi a luta pelo conjunto habitacional New Era, construído por um fundo de caridade na década de 1930 para oferecer aos londrinos da classe trabalhadora casas de renda acessível, mas por muitos anos sujeito a desinvestimento. A Westbrook Partners é uma empresa

de investimentos sediada em Nova Iorque, que faz os seus biliões investindo poupanças de pensões americanas em negócios imobiliários em Londres. Westbrook comprou a propriedade New Era em março de 2014 (inicialmente um acordo de parceria com a Benyon Estates, propriedade do deputado conservador Richard Benyon, até que este teve que desistir devido à vergonha pública), e imediatamente notificou os inquilinos que os valores das rendas aumentariam para valores de mercado: de £600 por mês para um apartamento de duas camas para £2400 por mês (Chakrabortty, 2014). O valor da terra não é criado a partir da propriedade da terra – ele é criado a partir de investimentos sociais coletivos em terras, que os proprietários de terras então extraem como renda não auferida através de direitos de propriedade privada. A exploração do diferencial de renda requer a *expropriação de valores de uso socialmente criados*: uma forma de violência estrutural exercida sobre a classe trabalhadora em contextos que são geralmente descritos como "regeneradores" ou "revitalizantes". Em vez de construir abrigo para as pessoas necessitadas, o sistema incentiva os capitalistas rentistas a ver quem melhor pode usar as suas competências na banca de terrenos para antecipar a próxima bolha imobiliária e sobreviver à última. Em dezembro de 2014, no entanto, houve uma vitória significativa para os moradores do bairro New Era quando Westbrook, sob enorme pressão pública por causa de uma campanha contra os seus motivos de lucro (liderada por jovens mães no bairro), vendeu o terreno à Dolphin Square Charitable Foundation, uma instituição de caridade de habitação acessível comprometida em apresentar rendas de baixo custo aos londrinos de rendimentos baixos a médios. O desfecho dos diferenciais de renda não é inevitável.

Os diferenciais de renda são produzidos através da ativação do estigma territorial

Uma das principais contribuições da teoria do diferencial de renda foi mostrar que, em primeiro lugar, as preferências individuais, pessoais e racionais no mercado imobiliário, muito apreciadas pelos economistas neoclássicos e, em segundo lugar, as disposições da "nova classe média" relativamente a uma vibrante cidade central (e rejeições associadas de brandos e patriarcais subúrbios), que intrigou os geógrafos liberais-humanistas e feministas, estão intimamente ligadas a relações sociais e investimentos coletivos maiores (no cerne do conceito de diferencial de renda considera-se que a renda proveniente do solo é produzida pela força de trabalho investida na terra e que as preferências dos consumidores não são "exógenas" às estruturas de terra, propriedade, crédito e habitação). Ao contrário da absurda intervenção recente de um distinto redator científico que recorre a uma fonte duvidosa (Ball, 2014), as preferências e gostos dos consumidores visíveis em bairros gentrificantes não são fenómenos "naturais" – são deliberadamente feitos por agentes que procuram extrair lucro do solo urbano e, normalmente, em relação

a um conjunto de imagens negativas sobre o que os lugares se poderiam tornar, ou como poderiam permanecer, se não experimentassem uma trajetória económica ascendente. Uma acusação cansativa contra a teoria do diferencial de renda é que ela falha em prever que bairros se vão gentrificar e quais não vão (ignorando por completo o facto de que nunca foi concebida como um modelo preditivo). Mas há um *puzzle* analítico não resolvido: porque é que, aparentemente, a gentrificação raramente parece ocorrer primeiro nas partes mais severamente desinvestidas de uma cidade ou região – onde o potencial de lucro substancial é maior – mas sim em áreas desvalorizadas, da classe trabalhadora, que são certamente desinvestidas, mas de modo algum as mais pobres ou que oferecem o máximo lucro aos promotores? Hammel ajudou a oferecer uma pista:

> As áreas internas das cidades têm muitos locais com potencial de desenvolvimento que poderiam devolver altos níveis de renda. Esse desenvolvimento nunca ocorre, no entanto, porque a perceção de um bairro empobrecido impede que grandes quantidades de capital sejam aplicadas à terra. (Hammel, 1999, p.1290)

O desafio continua a ser aliciante – considerar a disparidade entre a renda do solo potencial e capitalizada no contexto de como os moradores urbanos na base da estrutura de classes são desacreditados e desvalorizados por causa dos lugares a que estão associados. A forma negativa como certas partes das cidades são retratadas (sobretudo por jornalistas, políticos e grupos de reflexão) tornou-se de importância crítica para as políticas orientadas para o seu futuro. Um corpo crescente de trabalho aponta para uma relação direta entre a estigmatização territorial e o processo de gentrificação (August 2014; Gray & Mooney, 2011; Kallin & Slater, 2014; Lees, 2014; Slater & Anderson, 2012; Thörn. & Holgersson; Wacquant, 2007), onde a "mancha" do bairro se torna um alvo e uma razão para "fixar" uma área através da sua reincorporação no circuito secundário de acumulação – mas, às vezes, os contornos da "perceção", como destaca Hammel, são tão negativos e enraizados que funcionam como uma barreira ou desvio simbólico para a circulação de capital. Em suma, à medida que a estigmatização territorial se intensifica, há grandes consequências para os mercados de terrenos urbanos e, portanto, implicações para a teoria do diferencial de renda. Esse estigma serve para fins económicos, mas também vice-versa: os exemplos abundam sob regimes urbanos autoritários em que a economia da competição interurbana – com estratégias de gentrificação no centro – serve as políticas brutais e punitivas dirigidas a minorias das classes trabalhadoras, e, particularmente, aos lugares onde elas vivem (por exemplo, Kuymulu, 2013; Sakizlioglu, 2014).

Diferenciais de renda planetários?

Até meados dos anos 2000, quase não havia estudos de gentrificação para além dos "suspeitos habituais" (Lees, Shin & López-Morales, 2015). Quase tudo o que os estudiosos sabiam sobre o processo, e o rico corpo de teoria desenvolvido para compreendê-lo, veio das (predominantemente grandes) cidades do Norte Global. Mas a escala e o ritmo do desenvolvimento urbano no Sul Global (e a extensão do desalojamento), e a ascensão da teoria urbana pós-colonial, levaram a fascinantes intervenções empíricas e teóricas recentes, e mudaram a paisagem da investigação sobre gentrificação de uma forma que é estimulante e altamente instrutiva para os urbanistas, independentemente de onde estes estejam localizados. Três desdobramentos específicos da teoria do diferencial de renda no Sul Global são particularmente impressionantes, pois estendem a teoria de modo imaginativo e criativo. Whitehead & More (2007) examinaram as mudanças maciças observadas nos distritos centrais de Mumbai no contexto da informalização e descentralização (para os subúrbios) da indústria têxtil naquela cidade nos anos de 1980. Ajudados por uma organização não-governamental que apoiava ativamente a "realocação" de moradores de bairros degradados desses distritos nas periferias de Mumbai, proprietários de fábricas e promotores multinacionais em busca de oportunidades para imóveis comerciais perceberam que a terra (ativamente desinvestida) na qual as fábricas trabalhavam não estava no seu "mais elevado e melhor uso" e, para obter o máximo lucro da terra, promoveram, com sucesso, mudanças nas regulamentações de desenvolvimento (que estipulavam que apenas um terço das terras da fábrica poderia ser usado para desenvolvimento de imóveis). O resultado foi um desenvolvimento exclusivo de apartamentos e *shopping centers* numa cidade onde mais de 70% dos moradores vivem oficialmente em condições de "bairro degradado" (Whitehead & More, 2007). Fiel à formulação original da tese do diferencial de renda, o papel do Estado estava longe de ser um *laissez-faire*:

> O governo estatal mudou para se tornar uma organização que atrai investimento *off-shore* e doméstico para a cidade insular, enquanto a prestação de serviços se torna secundária. Foi remodelado para permitir, facilitar e promover os fluxos internacionais de capital financeiro, imobiliário e produtivo, e a lógica das suas políticas pode ser lida quase diretamente através de cálculos dos diferenciais de renda que surgem em vários pontos da cidade. (Whitehead & More, 2007, p.2434)

O papel propício do Estado na criação da disparidade entre a renda fundiária capitalizada e a renda fundiária potencial também foi ilustrado por López-Morales (2010, 2011), em dois artigos impressionantes sobre "gentrificação pela desapropriação da renda fundiária" em Santiago do Chile. Após o retorno à democra-

cia no Chile em 1990 (após 17 anos de ditadura militar), várias políticas estatais foram concebidas com o objetivo de atrair as classes médias profissionais para partes profundamente desinvestidas do centro de Santiago, com diferentes graus de sucesso. A partir da década de 2000, no entanto, uma segunda fase de muito maior reconversão empresarial patrocinada pelo Estado vem ocorrendo em antigas áreas industriais e em pequenos lotes ocupados pelos proprietários em áreas tradicionalmente operárias pericentrais conhecidas localmente como *poblaciones*, as quais apresentam grandes diferenciais de renda no contexto de uma cidade que se posicionou como uma das potências económicas da América Latina. López-Morales traçou e mapeou a produção orientada por políticas e a acumulação de potenciais rendas fundiárias em Santiago, juntamente com a desvalorização de terras produzida por rígidas normas nacionais de construção e a subexecução de programas anteriores de modernização do Estado. Tal como no caso de Mumbai, o Estado foi extremamente importante na abertura e fechamento de diferenciais de renda, e também na criação de condições para a especulação nacional e estrangeira nos mercados de terras urbanas:

> A forma como os promotores podem adquirir e acumular grandes porções de terra habitada passa por comprar, a preços relativamente baixos, a proprietários-ocupantes do centro da cidade, e eles muitas vezes mantêm-na [à terra] vazia enquanto esperam passivamente (ou fazem *lobby* ativamente) para obter regulamentos de construção mais flexíveis. (López-Morales, 2010, p.147)

Um terceiro desenvolvimento recente da tese do diferencial de renda foi uma análise notável de Wright (2014) sobre a gentrificação do centro histórico de *Ciudad Juarez* na fronteira entre o México e os Estados Unidos da América (EUA), na sequência da carnificina e devastação causadas por uma guerra transcontinental de drogas (2006-2012) instigada pelos governos de ambos os países. Wright descobriu que a teoria do diferencial de renda é altamente aplicável para explicar uma situação em que "para resgatar o centro e aumentar o seu valor económico, a cidade precisava primeiro de ser económica e socialmente destruída. Em suma, o antigo centro vibrante da cidade precisava de ser morto antes de poder ser resgatado" (2014, p. 2).

Wright alia abordagens feministas e marxistas sobre a acumulação por despossessão para explicar uma luta de classes entre, por um lado, as elites dominantes que pretendem uma estratégia para denegrir as vidas e os espaços das mulheres da classe trabalhadora e dos seus filhos que vivem no *centro*, a fim de expandir a diferença de renda e, finalmente, "limpar" a área e "restabelecê-la" como um lugar para famílias exemplares, e, por outro, ativistas que chamam a atenção pública para a exploração (nas fábricas *maquiladoras* e no trabalho sexual) de mulheres

trabalhadoras pobres e especialmente para o feminicídio (assassinato de mulheres com impunidade):

> Os ativistas usaram a linguagem do feminicídio para lançar uma contraofensiva contra as elites políticas e empresariais que minimizaram a violência, declarando que as vítimas não valiam a pena ser lembradas. Ao fazer isso, desafiaram a história que equiparava o desaparecimento de mulheres do espaço público, seja através das suas mortes ou através de projetos municipais de limpeza social, com valor. E, como tal, desativaram uma tecnologia chave para ampliar o diferencial de renda entre os lugares conhecidos pelas mulheres pobres e os lugares conhecidos pelo seu desaparecimento. (Wright, 2014, p. 9)

Embora os planos de gentrificação tenham sido interrompidos por ativistas por algum tempo, tal não durou muito, pois essas mesmas elites políticas e empresariais visaram, então, os jovens envolvidos na violência da guerra das drogas:

> Em vez de se referir à população jovem masculina que domina a contagem de corpos como a população residente das famílias pobres da classe trabalhadora da cidade, o presidente da câmara da cidade referiu-se a eles como 'vermes venenosos' que tinham descido sobre a cidade... Tais representações... procuravam branquear a memória pública desses jovens que estavam a ser abatidos a tiro nas mesmas ruas que os tinham criado. (Wright, 2014, p.11)

Esta "política de esquecimento" oficial está agora a operar para fechar o diferencial de renda e extrair lucros de espaços maciçamente desvalorizados: "Os líderes empresariais que estão a engolir os negócios fechados e a supervisionar a reconstrução física maciça da cidade que tem as suas ruas e edifícios em escombros declaram que tudo é oficialmente melhor enquanto nos esquecermos do passado" (Wright, 2014, p.11).

Assim, pelo menos nestes três contextos, a teoria do diferencial de renda foi útil para explicar a gentrificação. Isto parece realmente incomodar alguns urbanistas que trabalham com a teoria pós-colonial, nomeadamente Ghertner (2015), que publicou uma peça intitulada "Why gentrification theory fails in much of the world" [Porque falha a teoria da gentrificação em grande parte do mundo]. O autor argumenta que o termo "gentrificação" tem sido imposto por estudiosos em lugares onde não se encaixa, ou onde faz pouco sentido para as lutas que ocorrem ao nível do solo; que não reconhece a diversidade de atividades que ocorrem onde "a propriedade pública da terra, propriedade comum, posse mista ou informalidade" (Ghertner, 2015, p. 552) perduram; que é "agnóstico sobre a questão da força extra-económica" (Ghertner, 2015, p.553) (uma afirmação altamente questionável, ver acima); que os estudiosos "ocidentais" da gentrificação

"vêem como capitalistas" (Ghertner, 2015, p.553) no pressuposto de que a posse da terra privada/urbanização capitalista está em toda parte; e que esses estudiosos não estão alerta para formas de desalojamento que são impulsionadas por outros processos que estão para além da gentrificação (tais como as violentas remoções ocorridas na privatização de terras não-privadas)[3].

Não há espaço aqui para um envolvimento total com estes argumentos interessantes – nem quero envolver-me no que se está a tornar uma divisão enfadonha nos estudos urbanos entre os teóricos urbanos pós-coloniais/provinciais e marxistas/político-económicos (contraproducente, dado que, politicamente, estes teóricos geralmente compartilham as mesmas preocupações sobre as injustiças sociais nas cidades). No entanto, uma breve observação em relação à lógica da formação de conceitos e da construção de teorias parece necessária. É praticamente escusado dizer que é muito importante fazer perguntas teóricas sobre a pertinência de certos conceitos e se eles são úteis ou não para dissecar processos urbanos que ultrapassam os locais onde foram formados. Sei que uma peça recente que escrevi, "Planetary Rent Gaps" (2017), aborreceu alguns urbanistas pós-coloniais na medida em que argumentei – com base em estudos disponíveis, como o descrito acima – que o facto de a teoria do diferencial de renda ter sido desenvolvida nos EUA nos anos de 1970 não é uma razão válida para a ignorar, nem mesmo para a "desaprender" e depois "reaprendê-la", em contextos muito diferentes quatro décadas depois. O desafio, certamente, é apenas levá-la a sério, e se ela não for útil num determinado contexto ou luta: então, não se a use! Teorias e conceitos são talvez mais bem compreendidos como nossos servidores – nós empregamo-los, eles estão lá para nos serem úteis se necessário, para nos trazer coisas que não tínhamos ou vimos antes, e para ajudar a explicar fenómenos que requerem uma análise cuidada. Parece-me anti-intelectual abdicar de toda uma teoria ou conceito para uma região inteira (ou "grande parte do mundo") simplesmente porque não é útil para um analista específico que trabalha num contexto particular. Os teóricos pós-coloniais argumentariam que, se há anti-intelectualismo, é daqueles investigadores urbanos que disparam generalizações essencialistas sem a devida consideração por contextos particulares e geografias históricas. Mas Vivek Chibber formula um aviso poderoso:

> A teoria social envolve essencialmente a generalização de um caso para outro. Se não se pode generalizar de um caso para outro, não se tem uma teoria. O que se tem

[3] Uma reação imediata que tive a este argumento foi que a privatização da posse de terras não-privadas podia ser analisada como uma estratégia de gentrificação, quando a gentrificação é definida apropriadamente como a transformação de classe do espaço, e não como, segundo Ghertner, "nada mais do que um ambiente de renda crescente e formas associadas de deslocação induzida pelo mercado" (p.552).

> é uma descrição muito espessa de eventos particulares. A não ser que se possa dizer que o que está a acontecer neste evento tem uma semelhança com os eventos noutros contextos e é impulsionado pelas mesmas forças, não se tem uma teoria social. Assim sendo, não se pode ter uma teoria social cujo conceito central é a diferença, porque depois deixa de ser uma teoria. Ela acaba por ser apenas descrições intermináveis ou eventos particulares. (Chibber, 2016)[4]

Além disso, como Jamie Peck (2015) destacou recentemente, muito poucas pessoas estão realmente a *fazer* o trabalho comparativo sistemático que os novos urbanistas comparativos estão a pedir.

Mas, pelo menos a partir da pesquisa que está disponível, e ainda a emergir, parece ser o caso que a teoria do diferencial de renda tem muito para nos ensinar sobre a gentrificação no Sul Global, e está longe de ser "menos do que adequada em grande parte do mundo" (Ghertner, 2015, p.554). No seu livro *Planetary Gentrification*, Lees, Shin & López-Morales (2016) argumentam que o termo "gentrificação" não foi excessivamente alargado (contra Maloutas, 2011) – está a desenvolver-se a uma escala planetária, mesmo que as condições e circunstâncias locais sejam enormemente importantes. Mesmo onde os processos não são chamados de "gentrificação" localmente, ou onde não há um termo equivalente, a reabilitação urbana orientada por classes é um processo incorporado em múltiplos contextos do Sul. Finalmente, a sua síntese das evidências de pesquisa disponíveis aponta para a crescente importância dos circuitos secundários de acumulação e da mudança planetária para a extração de rendas e o que poderia ser chamado de *roubo* de valor, em vez de produção de valor. A procura e a remoção de ativos, por meio da apropriação de terras e despejos, são marcas distintivas da urbanização contemporânea e esta mostra poucos sinais de recuo à escala planetária. Não é "ver como um capitalista" considerar a teoria do diferencial de renda em contextos radicalmente diferentes, nem é um ato de imperialismo intelectual fazê-lo, desde que uma teoria não exclua a possibilidade de desenvolver novas teorias que possam ensinar-nos ainda mais (Wyly, 2015).

As lutas de classe precisam da teoria do diferencial de renda

É fascinante verificar a encantadora malandrice de que se reveste o surgimento do artigo na revista em que foi publicado – uma revista de planeamento dominante, enquanto parte de um número especial sobre "revitalização" de bairros, um termo que fez Neil Smith estremecer: "É também frequentemente verdade que comunidades muito vitais da classe trabalhadora são culturalmente desvitalizadas pela gentrificação, uma vez que a nova classe média despreza as ruas em favor da

[4] Ver com maior detalhe em: https://thecriticaltheoryworkshop.wordpress.com/2016/02/06/3/

sala de jantar e do quarto" (1996, pp. 32-33). As diferenças de renda, levadas a sério, obrigam os analistas a confrontar a luta de classes, e a violência estrutural que atinge tantas pessoas da classe trabalhadora em contextos que, hoje em dia, são geralmente descritos como "regeneradores" ou "revitalizantes". Ao contrário dos retratos jornalísticos contemporâneos de "*hipsters*" brancos que bebem *latte* versus pessoas de cor da classe trabalhadora, a luta de classes na gentrificação está entre aqueles em risco de deslocamento e os agentes do capital (os financiadores, os corretores imobiliários, as elites políticas e os promotores) que produzem e exploram os diferenciais nas rendas. A própria habitação é uma luta de classes sobre os direitos de reprodução social – o direito a ter uma existência. Esta é uma luta de classes que se desenrola no âmbito da circulação, em grande parte entre, por um lado, aqueles que vivem em precariedade habitacional e, por outro, o capital financeiro e todos os seus muitos tentáculos.

O programa *Rockefeller 100 Resilient Cities* mencionado no início deste ensaio é efetivamente uma competição urbanística neoliberal, onde prémios em dinheiro são oferecidos às cidades que voltam o mais rapidamente possível, após "choques e tensões", ao *status quo* desejado de acumulação de capital e à captura de riqueza pela elite. Que há um forte desejo entre os gestores urbanos de competir é evidente no facto de que mais de 1000 cidades se registaram para participar no programa, e quase 400 candidataram-se formalmente à inclusão. "Resiliência", para os planeadores de Glasgow e para as elites políticas, significa preparar-se para catástrofes económicas e ambientais, pois tudo acabará por correr bem no final. Não é uma estratégia que nos leve a questionar as condições estruturais e institucionais que estão a forçar as pessoas a serem "resilientes" em primeiro lugar. Diprose fez uma crítica particularmente forte da lógica e do discurso da resiliência:

> É hora de nos livrarmos da resiliência: renunciar à responsabilidade pela crise económica; deixar de censurar as pessoas que lutam; recusar submeter-se ao *stress*; reconhecer limites saudáveis e fazer todo o possível para os sustentar... A reforma política e a resistência popular só podem trabalhar para a recuperação se trabalharmos para os fracos e para os fortes; se promovermos uma cultura em que as pessoas não apenas sobrevivam, mas também prosperem. ... Imagine se o tempo e o esforço investidos para nos prepararmos para o futuro fosse dado para ocupar completamente o presente, e para realizar com mais determinação a mudança que queremos ver. (Diprose, 2015, pp.54-55)

Imagine-se, também, se aqueles por trás da estratégia de resiliência de Glasgow tivessem perguntado aos participantes: "Você preferiria «recuperar» de tempos difíceis, ou resistir e eliminar tempos difíceis?" A teoria do diferencial de renda ajuda a formular questões de resistência e empurra a conversa na direção de como as cidades poderiam ser se as forças estruturais e institucionais que produzem a gentrificação fossem sistematicamente desmanteladas.

Referências Bibliográficas

August, M. (2014). Challenging the rhetoric of stigmatization: the benefits of concentrated poverty in Toronto's Regent Park. *Environment and Planning A*, *46*(6), 1317-1333.

Ball, P. (2014). In *Gentrification is a natural evolution*. Retrieved from: http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/nov/19/gentrification-evolution-cities-brixton-battersea

Bernt, M. (2016). Very particular, or rather universal? Gentrification through the lenses of Ghertner and López-Morales. *CITY, 20*(4), 637-644.

Brenner, N., Peck, J. & Theodore, N. (2010). Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways. *Global Networks, 10*(2), 1-41.

Chakrabortty, A. (2014). In *New Era estate scandal: families at the mercy of international speculators*. Retrieved from: http://www.theguardian.com/society/2014/nov/19/new-era-estate-scandal-london-families-international-speculators

Clark, E. (1987). *The Rent Gap and Urban Change: Case Studies in Malmö 1860-1985*. Lund: Lund University Press.

Darling, E. (2005). The city in the country: wilderness gentrification and the rent-gap. *Environment and Planning A, 37*(6), 1015-1032.

Diprose, K. (2015). Resilience is futile. *Soundings*, *58*(5), 44-56.

Engels, B. (1994). Capital flows, redlining and gentrification: the pattern of mortgage lending and social change in Glebe, Sydney, 1960–1984. *International Journal of Urban and Regional Research*, *18*(4), 628–657.

Ghertner, D. A. (2014). India's urban revolution: geographies of displacement beyond Gentrification, *Environment and Planning A, 46*(7), 1554-1571.

Ghertner, D. A. (2015). Why gentrification theory fails in 'much of the world'". *CITY, 19*(4), 552 – 563.

Glasgow City Council (2016). *Our Resilient Glasgow,* available from: http://100resilientcities.org/strategies/city/glasgow#/-_/

Glynn, S. (2008). Soft-selling gentrification?. *Urban Research & Practice, 1*, 164-180.

Gray, N. & Mooney, G. (2011). Glasgow's new urban frontier: "Civilising" the population of "Glasgow East". *CITY*, *15*, 1-24.

Hammel, D. (1999). Re-establishing the rent gap: an alternative view of capitalised land rent. *Urban Studies, 36*, 1283-1293.

Hamnett, C. (1991). The blind men and the elephant: the explanation of gentrification. *Transactions of the Institute of British Geographers, 17*, 173-189.

Harvey, D. (2010). *The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism*. London: Profile Books.

Harvey, D. (2014). *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. London: Verso.

Hodkinson, S. (2012). The new urban enclosures. *CITY*, *16*(5), 500-518.

Hoyt, H. (1933). *One Hundred Years of Land Values in Chicago*. Chicago: University of Chicago Press.

Kallin, H. (2017). The state of gentrification has always been extra-economic In N. Benach & A. Albet (Eds.), *Gentrification as a Global Strategy: Neil Smith and Beyond*. London: Routledge, forthcoming.

Kallin, H. & Slater, T. (2014). Activating territorial stigma: gentrifying marginality on Edinburgh's periphery. *Environment and Planning A, 46*(6),1351-1368.

Kary, K. (1988). The gentrification of Toronto and the rent gap theory In T. Bunting & P. Filion (Eds.), *The Changing Canadian Inner City* (pp. 53-72). [Dept of Geography Publication Series] University of Ontario, Waterloo, Canada.

Kuymulu, M.B. (2013). Reclaiming the right to the city: Reflections on the urban uprisings in Turkey. *CITY, 17*(3), 274-278.

Lees, L. (2014). The urban injustices of New Labour's "New Urban Renewal": the case of the Aylesbury Estate in London. *Antipode, 46*(4), 921-947.

Lees, L., Slater, T. & Wyly, E. (2008). *Gentrification*. New York: Routledge.

Lees, L., Shin, H. & López-Morales, E. (Eds) (2015). *Global Gentrifications*. Bristol: Policy Press.

Lees, L., Shin, H. & López-Morales, E. (2016). *Planetary Gentrification*. Cambridge: Polity Press.

Ley, D. (1996). *The New Middle Class and the Remaking of the Central City.* Oxford: Oxford University Press.

López-Morales, E. (2010). Real estate market, state entrepreneurialism and urban policy in the gentrification by ground rent dispossession of Santiago de Chile. *Journal of Latin American Geography, 9*(1), 145-173.

López-Morales, E. (2011). Gentrification by ground rent dispossession: the shadows cast by large scale urban renewal in Santiago de Chile. *International Journal of Urban and Regional Research*, *35*(2), 330-357.

Losch, A. (1954). *The Economics of Location*. New Haven: Yale University Press.

MacLeod, G. (2013). New Urbanism/Smart Growth in the Scottish Highlands: Mobile Policies and Post-politics in Local Development Planning. *Urban Studies, 50*, 2196-2221.

Maloutas, T. (2011). Contextual Diversity in Gentrification Research. *Critical Sociology, 38*, 33-48

O'Sullivan, D. (2002). Toward micro-scale spatial modelling of gentrification. *Journal of Geographical Systems, 4*(3), 251-274.

Paton K., McCall, V. & Mooney, G. (2017). Place revisited: class, stigma and urban restructuring in the case of Glasgow's Commonwealth Games. *The Sociological Review*, *65*(4), 578-594.

Paton, K. (2010). Creating the neoliberal city and citizen: the use of gentrification as urban policy in Glasgow" In Davidson, N., McCafferty, P. & Miller, D. (Eds.) *Neoliberal Scotland: Class and Society in a Stateless Nation* (pp.203-224). Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.

Peck, J. (2015). Cities beyond Compare?. *Regional Studies*, *49*(1), 160-182.

Porter, L. (2009). Planning displacement: the real legacy of major sporting events. *Planning Theory & Practice, 10* (3), 395-418.

Sayer, A. (2015). *Why We Can't Afford The Rich*. Bristol: Policy Press.

Slater, T. & Anderson, N. (2012). The reputational ghetto: territorial stigmatisation in St. Paul's, Bristol. *Transactions of the Institute of British Geographers. 37*(4), 530-546.

Smith, N. (1977). *The Return from the Suburbs and the Structuring of Urban Space: State Involvement on Society Hill, Philadelphia*. (BSc Dissertation), Department of Geography, University of St. Andrews, St. Andrews, Scotland). Available from: http://www.geos.ed.ac.uk/homes/tslater/NeilSmithugraddiss.pdf

Smith, N. (1979a). Gentrification and capital: practice and ideology in Society Hill. *Antipode, 11*, 24-35.

Smith, N. (1979b). Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not people. *Journal of the American Planning Association, 45*(4), 538-548.

Smith, N. (1996). *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*. New York: Routledge.

Thörn, C. & Holgersson, H. (2016). Revisiting the urban frontier through the case of New Kvillebäcken, Gothenburg. *CITY, 20*(5), 663-684.

Uitermark, J., Duyvendak, J. & Kleinhans, R. (2007). Gentrification as a governmental strategy: social control and social cohesion in Hoogvliet, Rotterdam. *Environment and Planning A, 39*, 125-141.

Wacquant, L. (2007). Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. *Thesis Eleven, 91*(1), 66–77.

Whitehead, J. & More, N. (2007). Revanchism in Mumbai? Political economy of rent gaps and urban restructuring in a global city. *Economic and Political Weekly*, June 23rd, 2428-2434.

Wright, M. (2014). Gentrification, assassination and forgetting in Mexico: a feminist Marxist tale. *Gender, Place & Culture, 21*(1), 1-16.

Wyly, E. (2015). Gentrification on the planetary urban frontier: the evolution of Turner's noosphere. *Urban Studies, 52*(14), 2515–2550.

Yung, C-F. & King, R. (1998). Some tests for the rent gap theory. *Environment and Planning A, 30*, 523-542.

Capítulo 5

Política social e mobilidade laboral na Europa: O fosso entre a lei e a sua aplicação

Jan Cremers

O mercado interno proporciona à União Europeia (UE) um quadro jurídico para uma legislação substancial, também no domínio social, se houver consequências sociais que só possam ser abordadas numa perspetiva europeia (artigo 3º do TFUE)[1]. No entanto, um aspeto crucial do processo legislativo da UE é a ausência de um mecanismo de conformidade e de sanções eficaz e dissuasivo a nível comunitário. Além disso, a transposição para o direito nacional conduz frequentemente a regras e regulamentações divergentes. Em consequência, o controlo e a execução da política social no local de trabalho são fracos e fragmentados. Isto leva a práticas de controlo e de aplicação da lei aleatórias, com instituições de cumprimento com um mandato fraco e poucas competências transnacionais.

Como consequência, os trabalhadores transfronteiriços de várias indústrias com grande intensidade de mão de obra, como a Construção, são confrontados com violações e abusos difíceis de combater numa circunscrição estrangeira. Isto conduz facilmente a situações em que os trabalhadores móveis são privados do seu direito a um tratamento justo e equitativo. Consequentemente, as normas laborais são postas em risco. A instalação da Autoridade Europeia do Trabalho, concluída na primavera de 2019, visa colmatar parte desta lacuna.

[1] Texto traduzido do original em inglês por Virgílio Borges Pereira. A primeira versão deste trabalho, em língua inglesa, foi publicada em *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, número temático de 2019.

Mobilidade dos trabalhadores na União Europeia: Uma breve revisão da política da UE

Nas discussões do Conselho Europeu, no final dos anos de 1980, em vésperas da introdução do Mercado Único e da União Económica e Monetária (UEM), os Chefes de Estado e de Governo dos 12 Estados-membros da Comunidade Económica Europeia (CEE) definiram várias áreas políticas inter-relacionadas que eram relevantes para a realização do Mercado Único. Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, foi mandatado para estudar e propor etapas concretas conducentes à UEM. Propôs a introdução de uma política de concorrência e outras medidas destinadas a reforçar os mecanismos de mercado; políticas comuns para melhorar o processo de afetação de recursos nos sectores económicos e zonas geográficas em que o funcionamento das forças de mercado precisavam de ser reforçados ou complementados; coordenação macroeconómica, incluindo regras vinculativas no domínio orçamental; e outras disposições destinadas a limitar o âmbito das divergências entre os países membros e a conceber um quadro global de política económica para a CEE no seu conjunto. Na opinião de Delors, eram necessárias medidas para reforçar a mobilidade dos fatores de produção e a mobilidade da mão de obra na Europa para eliminar os desequilíbrios económicos e as diferenças de competitividade nas diferentes regiões e países da CEE[2].

A noção de que a mobilidade laboral teria um impacto positivo na vida dos cidadãos na Europa não era nova. Já o Tratado de Roma de 1957, que institui a CEE, incluía a livre circulação de cidadãos e trabalhadores entre as liberdades fundamentais que a CEE traria (Tratado de Roma, 1957, artigos 48º-51º). O Tratado conferiu aos cidadãos europeus o direito de permanecer e trabalhar noutro Estado-Membro da CEE. O que era novo na filosofia do mercado único era a ligação que foi criada entre a mobilidade laboral, como método de "afetação de recursos", e a competitividade. Até meados da década de 1980, isto não tinha sido formulado de forma tão explícita. Para Delors, o facto de as disposições institucionais mais intervencionistas da Europa, caracterizadas por um certo grau de redistribuição dos rendimentos e pela noção comum de "modelo social europeu", terem tido um efeito positivo na qualidade da vida ativa de milhões de homens e mulheres nos segmentos mais baixos do mercado de trabalho continuava a ser um dos pontos de partida fundamentais. Neste contexto, chamou à dimensão social e ao justo equilíbrio entre os objetivos sociais e os fundamentos económicos pilares do que era necessário para a realização do mercado interno. Isto resultou num protocolo social (com um pacto social de acompanhamento) e num programa de ação com iniciativas sociais legislativas que acompanharam o Tratado de Maastricht (1992). O programa de ação incluiu várias iniciativas (como a diretiva relativa

[2] Ver, por exemplo, em http://aei.pitt.edu/1007/1/monetary_delors.pdf

ao destacamento de trabalhadores – ver infra) que foram concluídas na primeira metade da década de 1990.

Esta visão política desapareceu depois de Delors ter deixado a Comissão e de os fetichistas do mercado livre terem assumido a liderança da unificação europeia. Em meados da década de 1990, a maré política tinha mudado e uma agenda neoliberal que dominou nos decénios seguintes os procedimentos legislativos nacionais e europeus levou a uma onda de privatização e de desregulamentação. Esta política de prioridade absoluta dada à "competitividade" e ao "comércio livre" não foi seriamente posta em causa. Além disso, o alargamento da UE a Leste, que ditou a agenda política durante bastante tempo, levou à adesão de países com pouca tradição de "modelização social" das relações laborais. A livre prestação de serviços e as operações transnacionais do mundo empresarial das finanças e das empresas tornaram-se de extrema importância e a política social da UE não acompanhou o ritmo; praticamente nenhuma peça substancial da legislação de política social da UE foi apresentada ou adotada entre meados dos anos de 1990 e finais dos anos 2000. Na busca de mão de obra barata, a regulação decente da mobilidade laboral foi vista apenas como uma coisa pesada (Cremers, 2011).

O acervo da UE relevante para a mobilidade dos trabalhadores

No início da cooperação europeia, o princípio básico no domínio das relações laborais era o respeito pelo quadro regulamentar equilibrado da política social, incluindo a segurança social e as normas laborais que existiam nos Estados-Membros da UE, a chamada *lex loci laboris*. Este quadro regulamentar caracterizou-se por uma mistura de legislação laboral e de negociação coletiva e esta mistura era diferente em cada país. A política social europeia era sobre como viver e lidar com essa diversidade. A criação do mercado único no final da década de 1980 deu primazia a várias liberdades económicas com impacto na situação socioeconómica dos cidadãos e dos trabalhadores na União Europeia. Estas liberdades económicas estão, entretanto, consagradas no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). O TFUE reconhece explicitamente a livre circulação de trabalhadores, a liberdade de estabelecimento das empresas e a liberdade de prestação de serviços em toda a UE. Consequentemente, a mobilidade dos trabalhadores e das empresas é promovida e garantida.

Ao longo dos anos, a evolução do acervo comunitário alterou a aplicação da mobilidade baseada nos direitos, que é atualmente sustentada por um conjunto de disposições comunitárias e nacionais. Os trabalhadores móveis da UE28 deslocam-se no âmbito da prestação transfronteiriça temporária de serviços ou com base no direito de livre circulação dos cidadãos da UE. Esta mobilidade da mão de obra ocorre principalmente por razões relacionadas com o emprego.

A livre prestação de serviços, combinada com o livre estabelecimento de entidades empresariais, conduziu a uma crescente mobilidade das empresas que destacam trabalhadores temporários para outro Estado-Membro. E a livre circulação de trabalhadores acelerou a mobilidade laboral dos trabalhadores de países com baixos salários e/ou elevado desemprego para países com condições de trabalho e salários mais atrativos. Nos últimos anos, esta mobilidade aumentou rapidamente. Em 2013, cerca de 7 milhões de cidadãos da UE trabalhavam e/ou residiam noutro país da UE; cerca de 1,1 milhões viviam num país mas trabalhavam noutro (trabalhadores fronteiriços ou transfronteiriços) e cerca de 1,2 milhões eram anualmente destacados para outro país[3]. Na documentação que foi preparada para a Autoridade Europeia do Trabalho em 2018, a Comissão Europeia utiliza o número total de 17 milhões de cidadãos que vivem ou trabalham noutro Estado-Membro da UE[4].

Mobilidade laboral na Europa: Evolução socioeconómica

Nas primeiras seções, observou-se que a elaboração de uma política social de acompanhamento, que deveria e poderia mitigar os efeitos colaterais não intencionais do Mercado Único, ficou presa após a conclusão do programa de ação do início da década de 1990. As sucessivas Comissões Europeias ficaram mais obcecadas pela desregulamentação e pela simplificação, os Estados-Membros bloquearam no Conselho qualquer nova iniciativa com o argumento de que a política social era uma competência nacional e o Parlamento Europeu era demasiado fraco para assumir a liderança. Consequentemente, o quadro regulamentar e legislativo para combater os abusos da mobilidade transfronteiriça ficou muito aquém da realidade socioeconómica. A política social de acompanhamento que foi desenvolvida no início dos anos de 1990 numa Comunidade Europeia com 12, mais tarde com 15 Estados-Membros, não teve resposta para pelo menos três desenvolvimentos importantes nas décadas seguintes. Neste contexto, apenas afloramos brevemente estes três desenvolvimentos.

O crescimento maciço da subcontratação e da externalização do trabalho

Durante as sucessivas crises económicas (início de 1990, seguido da bolha das TI e de um colapso em 2000), tornou-se muito claro que a globalização e a liberalização do mercado europeu tiveram um impacto sério, não só nos atores e

[3] Comunicado de imprensa da Comissão Europeia 2014: http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-14-541_en.htm

[4] Comunicado de imprensa da Comissão Europeia 2018: http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-18-1622_en.htm

empresas "globais", mas também em todos os outros atores do mercado. O paradigma da estratégia empresarial nestes anos turbulentos de expansão e contração mudou da "economia de escala" para atividades de mercado caracterizadas por operadores "elegantes e magros" ("*slim and lean*"). No setor da Construção, por exemplo, este foi o período em que os empreiteiros dominantes transformaram a sua política numa política de "gestão da contratação" (Cremers, 2009). Grandes segmentos do trabalho operacional e da execução passaram a ser subcontratados, e partes importantes do recrutamento foram externalizadas. Ao fazê-lo, os riscos sociais foram transferidos para entidades situadas a jusante da cadeia que não tinham outra especialização que não fosse o recrutamento de mão de obra barata.

Em resultado desta subcontratação e externalização do recrutamento, a fixação de preços e a alocação de mão de obra deixaram de ser regidas pelo quadro regulamentar aplicável ao trabalho direto. Para a Construção, isto levou a cadeias de produção fragmentadas lideradas por grandes empresas de Construção transnacionais que envolveram um grande número de pequenas empresas, bem como indivíduos, na realização de tarefas específicas dentro de uma cadeia de dependência. Noutras indústrias, uma situação semelhante surgiu, com cadeias de aprovisionamento fragmentadas envolvendo uma miríade de complexas relações de contratação e subcontratação multinível (Miller, 2009).

No segmento da Construção ativo na área das obras públicas, a liberalização dos contratos públicos com forte enfoque na redução de custos, mesmo em detrimento da qualidade e dos efeitos sociais das obras adjudicadas, contribuiu para estes processos de externalização e de subcontratação. Resultou frequentemente numa transferência dos riscos sociais para níveis inferiores da cadeia de subcontratação e na minimização dos custos laborais através de concursos anormalmente baixos. Em 2013, os parceiros sociais europeus da Construção, a organização patronal European Construction Industry Federation (FIEC) e a federação sindical europeia European Federation of Building and Woodworkers (EFBWW), assinalaram numa posição comum que a prática generalizada de adjudicar contratos públicos com base no "preço mais baixo" e de aceitar "propostas anormalmente baixas" estava na origem de várias formas de concorrência desleal e de fraude social.[5]

A flexibilização dos contratos de trabalho e o regresso do "trabalhador diarista"

A primazia dos princípios da liberdade económica e a flexibilização da mobilidade das empresas transformaram a organização da produção e dos serviços e

[5] Ver a declaração conjunta: http://www.fiec.eu/en/cust/documentview.aspx?UID=d504f8ca-44c7-4c78-8c75-1df9487663c9

intensificaram a pressão sobre os custos salariais. Isto teve um impacto substancial nas práticas de recrutamento utilizadas. O modelo tradicional de empresas com trabalhadores qualificados e não qualificados que contribuem com o seu trabalho sob a supervisão e o controlo disciplinar de um empregador deixou de ser o modelo normal. As estratégias de redução de custos que conduziram à externalização, à redução, à subcontratação, à utilização de agências para o fornecimento de mão de obra e à prática generalizada do falso trabalho por conta própria criaram um novo palco à escala europeia para tipos de contratos que não se enquadram no modelo tradicional. Em alguns setores com um processo de produção cíclico, o "trabalhador diarista" regressou. A relação de trabalho direto com a empresa principal (utilizadora) é quebrada. A relação de trabalho alternativa, formada por agências de trabalho temporário, corretores e intermediários de trabalho, subcontratantes especializados apenas em fornecimento de mão de obra, opera com contratos flexíveis, temporários e de curta duração. Isto enquadra-se na ideologia do "novo" trabalhador, um "trabalhador individual" que opera de forma flexível e móvel no mercado de trabalho.

Já numa fase anterior, com a importante passagem da Indústria Transformadora para os serviços como o maior setor económico (os Serviços constituem atualmente 70% da economia europeia) e a emergência de agências temporárias, tornou-se evidente que a voz dos trabalhadores através do movimento sindical tinha sérias dificuldades em acompanhar esta evolução. Em alguns países, os sindicatos começaram a defender os direitos dos trabalhadores em relações de trabalho não convencionais e conseguiram uma certa regulação dos segmentos mais flexíveis do mercado de trabalho, resultando em acordos coletivos e legislação laboral para o setor das agências de trabalho temporário e iniciativas para proteger os direitos laborais e sociais dos trabalhadores independentes (Countouris & De Stefano, 2019). No entanto, a adesão nestes segmentos permanece muito baixa e, como consequência, a implementação de uma voz mais estável dos trabalhadores a nível da fábrica ou da empresa não se concretiza. O escalão mais baixo de trabalhadores temporários, em grande medida trabalhadores migrantes, não figura nas estatísticas oficiais dos trabalhadores ou é simplesmente ignorado devido ao carácter temporário do seu trabalho. Estes trabalhadores são invisíveis e não estão representados.

O alargamento da União Europeia

Foi já referido que os princípios básicos do mercado único decorrem de um período e de uma época em que era inconcebível que a União Europeia se alargasse a países do *bloco Comecon* ainda existente. A principal referência para a Comissão Europeia na modelização da dimensão social de acompanhamento foi o mercado

de trabalho e o sistema de relações laborais que os "antigos" Estados-Membros tinham em comum e esta definição de políticas não foi interrompida pelo anterior alargamento para 15 Estados-Membros (assim que a Suécia, a Áustria e a Finlândia entraram). No entanto, num período de 15 anos após a publicação dos *relatórios Cecchini* que previam o futuro de uma Comunidade Europeia mais unificada (publicados em 1987/1988[6]), teve lugar um alargamento sem precedentes. Isto conduziu a uma União Europeia com 28 Estados-Membros, caracterizada por um amplo e divergente espectro de relações laborais e tradições socioeconómicas. Mesmo no início da década de 1990, após a queda do Muro, a referência não mudou. Isto pode ser ilustrado pelos primeiros "documentos informais" que circularam no início de 1990 como documentos consultivos para a regulamentação da questão do destacamento de trabalhadores, no que mais tarde se tornou a Diretiva relativa ao Destacamento de Trabalhadores (DDT). O documento oficioso pressupõe que a livre circulação de serviços, capitais, bens e pessoas aumentará consideravelmente com a realização do mercado único. O desrespeito das normas laborais nos países de acolhimento, onde os trabalhadores são temporariamente destacados, pode facilmente conduzir a distorções da concorrência, a par de desvantagens para os trabalhadores em causa. A fim de evitar esta situação, as empresas que prestam serviços transfronteiriços com trabalhadores destacados devem respeitar a aplicação da legislação nacional em matéria de ordem pública e o respeito pelas convenções coletivas geralmente vinculativas (Comissão Europeia, 1990). Os primeiros projetos públicos da DDT referiam que o direito comunitário:

> Não se opõem a que os Estados-Membros apliquem a sua legislação ou as convenções coletivas de trabalho celebradas pelos parceiros sociais, relativas aos salários, ao tempo de trabalho e a outras matérias, a qualquer pessoa empregada, mesmo temporariamente, no seu território, mesmo que o empregador esteja estabelecido noutro Estado. (European Commission, 1991, p.11)

A realidade socioeconómica nos países da Europa Central e Oriental que aderiram à UE depois de 2004 era completamente diferente. Por mais de uma razão, os dois pilares básicos da dimensão social estavam subdesenvolvidos nos novos Estados-Membros. A legislação laboral teve de ser construída a partir do zero (antigamente, os *países do Comecon* ratificavam sempre as normas da OIT, mas faltava a transposição e a aplicação para a legislação nacional) e a parceria social dificilmente existia. Uma vez que a dimensão social do mercado único foi concluída no início da década de 1990, as consequências do alargamento de 2004 não eram previsíveis, com uma elevada proporção de novos Estados-Membros

[6] Consultar com maior detalhe em http://aei.pitt.edu/3813/1/3813.pdf

que dificilmente se poderiam comprometer com a negociação coletiva como meio de regulamentação das normas laborais. Consequentemente, revelou-se muito complicado integrar na legislação da UE as disparidades salariais e de condições de trabalho entre os Estados-Membros da UE, agravadas pela adesão de novos Estados-Membros. Concludentemente, surgiu o risco de os modelos sociais nacionais baseados na legalidade das regulamentações (e ações) coletivas poderem ser anulados pelo efeito direto do direito da UE em situações relacionadas com as liberdades económicas com um elemento transfronteiriço (Bercusson, 2007).

O alargamento conduziu a uma enorme reserva de mão de obra, com trabalhadores provenientes de países com uma tradição de baixas normas laborais e baixos salários. Combinada com a externalização e a flexibilização, esta medida serviu de terreno fértil para o recrutamento de mão de obra barata numa dimensão que era difícil de imaginar quando o mercado único foi criado[7]. Mesmo durante a crise económica, com o aumento do desemprego, o recrutamento transfronteiriço aumentou e, certamente no início da recuperação, à custa dos candidatos a emprego locais. Não existe uma investigação sistemática disponível a este respeito, mas, por exemplo, um relatório dedicado ao setor da Construção na Bélgica revela que o destacamento intracomunitário para este país se tornou sobretudo evidente neste setor. Em 2015, o destacamento intra-UE representou um terço do emprego no setor da Construção belga. Enquanto o número de trabalhadores locais empregados diminuiu 7% entre 2011 e 2015, a percentagem de destacamento intra-UE do emprego total no setor da Construção aumentou 19 pontos percentuais entre 2011 e 2015 (De Wispelaere & Pacolet, 2017).

Controlo e execução da mobilidade genuína

A liberdade de estabelecimento e a livre prestação de serviços proporcionam uma entrada sem restrições nos mercados de trabalho nacionais. A criação do mercado único deu primazia às liberdades económicas vinculativas em toda a UE, enquanto o controlo (e a aplicação) da legislação laboral e das condições de trabalho se baseia num mandato que normalmente termina nas fronteiras nacionais. Isto conduziu a uma evidente incoerência com o princípio estabelecido da livre circulação de trabalhadores. Os trabalhadores que se deslocam para outros Estados-Membros têm direito à igualdade de tratamento. Em várias publicações constata-se que, logo que uma dimensão transnacional é introduzida nas relações com o mercado de trabalho, o controlo do cumprimento é dificultado. O quadro

[7] Para dar apenas um número: o tamanho da força de trabalho total proveniente da Europa Central e Oriental na Alemanha multiplicou-se por seis no período de 2010 a meados de 2019, de 257.000 para 1.620.000 trabalhadores (Bundesagentur für Arbeit, 2019).

regulamentar para uma mobilidade laboral justa é estabelecido, por um lado, pelo legislador e, por outro, pelos parceiros na negociação coletiva. Em alguns Estados-Membros, os parceiros sociais criaram instituições setoriais ou interprofissionais de conformidade e aconselhamento, mandatadas para agir em caso de litígio industrial ou de irregularidades. Estes órgãos comuns, frequentemente compostos por representantes dos parceiros sociais, têm por missão a prevenção, a resolução e a resolução de litígios. Mas também neste domínio as competências terminam nas fronteiras nacionais e as sanções administrativas são difíceis de executar num contexto transfronteiriço.

Numa série de projetos de investigação, avaliei o funcionamento prático dos mecanismos de controlo e execução relacionados com a verdadeira mobilidade laboral e o destacamento de trabalhadores (Cremers, 2018a, 2018b). Os resultados revelaram-se representativos das experiências dos serviços de conformidade e aplicação e da inspeção do trabalho. A noção de que o uso fraudulento da mobilidade laboral é muitas vezes moldado como uma forma de contornar o quadro regulamentar nacional de normas salariais, de segurança social e laborais no Estado de acolhimento foi confirmada. Esta evasão ocorreu através do recrutamento transfronteiriço através de agências (temporárias); do falso trabalho independente nos casos em que as diferenças entre um contrato comercial (para a prestação de serviços) e um contrato de trabalho foram esbatidas; do falso destacamento porque o controlo era (e é) inadequado ou facilmente contornado; da transferência para outras indústrias (regime de compras) e da manipulação com o livre estabelecimento (empresas e acordos fictícios) e do país de residência. Além disso, diretamente relacionado com o destacamento, o abuso dos direitos garantidos pelas regras de destacamento (tempo de trabalho, salário mínimo, escala de remunerações não consentânea com o nível de qualificação, deduções absurdas) poderia ser assinalado. Num projeto de cooperação a longo prazo, gerido pela organização francesa de inspeção do trabalho Institut National du Travail, de l'Emploi et de la Formation Professionnelle (INTEFP), foram confirmados os problemas de conformidade, a falta de cooperação, nomeadamente neste domínio, as dificuldades em detetar o incumprimento em situações transfronteiriças e a debilidade do mecanismo sancionatório existente. Uma frustração comum fundamental para as instituições competentes e, de facto, para todas as partes interessadas, é a dificuldade de levar os casos de violação a um fim justo[8].

[8] A missão do INTEFP é a formação da Inspeção do Trabalho, tal como consagrada na lei francesa (decreto 2005-1555, Dezembro de 2005). O INTEFP também tem a tarefa de iniciar parcerias nacionais e internacionais entre a inspeção. Para uma síntese do projeto, consultar: http://www.eurodetachement-travail.eu/datas/files/EUR/synthesegenerale_2013EN.pdf

Consequências para os setores com grande intensidade do fator trabalho, como a Construção

Nas indústrias de mão de obra intensiva, como a Construção, a Indústria Transformadora, a Construção Naval, os Transportes e a Logística, mas também em todos os tipos de serviços, a utilização de uma entidade estrangeira (artificial) num contexto transfronteiriço pode levar à introdução de formas questionáveis de recrutamento de mão de obra, com relações laborais pouco claras, à evasão aos pagamentos à segurança social e à evasão fiscal. A mão de obra móvel recrutada, quer através da utilização direta da livre circulação de trabalhadores, quer através da prestação de serviços com o trabalhador destacado, torna-se uma mercadoria. A ênfase nos métodos de redução dos custos do trabalho conduz a poupanças nos custos salariais diretos resultantes do incumprimento parcial ou não cumprimento das condições salariais e de trabalho acordadas coletivamente; do pagamento insuficiente; de uma escala salarial demasiado baixa (com, consequentemente, uma inadequação das qualificações e do nível salarial); do incumprimento da harmonização salarial acordada entre indústrias (por exemplo, o princípio da igualdade de remuneração dos trabalhadores temporários); de horários de trabalho demasiado longos; do não pagamento de horas extraordinárias e de outros bónus relacionados com a remuneração e de deduções injustificadas. Mas também foram observadas outras formas de evasão, que vão desde as obrigações financeiras/fiscais relacionadas com salários; salários não declarados de parte das componentes salariais e subsídios; manipulação das prestações obrigatórias da segurança social num país de origem e/ou de acolhimento; a procura de quadros convencionais mais baratos (acordos não vinculativos) e a compra de regimes (com acordos coletivos que têm um regime mais suave de contribuições dos empregadores) e o contorno das contribuições (obrigatórias) do empregador para as provisões e fundos do sector (formação profissional, SST ou outros fundos de política social/proteção), para a sinalização ou a conversão do trabalho temporário em prestação de serviços (sem "custos salariais", apenas "faturas").

Os recrutadores entram frequentemente no mercado a pretexto da prestação de serviços transfronteiriços, embora, de facto, a única atividade principal do fornecedor seja o recrutamento de mão de obra. No citado relatório belga, os autores davam conta de que o principal método é a subcontratação através do destacamento, em vez de uma empresa estrangeira que (ganhou e) realiza atividades de construção para um cliente belga com base num contrato comercial (De Wispelaere & Pacolet, 2017). O recrutamento de trabalhadores estrangeiros serve para fazer face à escassez de mão de obra e para encontrar trabalhadores para trabalho repetitivo, mal pago e sujo. Trata-se, de facto, de um trabalho que tem de ser realizado com base na aplicação da igualdade de tratamento dos trabalhadores

ao abrigo da livre circulação de trabalhadores baseada nos direitos. No entanto, o pretexto da prestação de serviços ajuda a manter baixos os salários em alguns setores com grande intensidade do fator trabalho. As incubadoras deste método sabem muito bem que o controlo é impedido, que a referência ao destacamento conduz a uma investigação morosa (verificação do registo, dos contratos e das folhas de vencimento, verificação do carácter genuíno dos formulários A1 e da legalidade das empresas e agências), também porque é necessária a consulta dos colegas no estrangeiro e porque faltam competências para combater eficazmente as infrações. Em suma, invocar a prestação transfronteiriça de serviços com trabalhadores destacados constitui, nessas situações, um bom álibi para dificultar ou mesmo pôr termo às investigações.

Evolução recente e perspetivas

As irregularidades assinaladas foram confirmadas pela Comissão Europeia nos seus documentos que serviram de base à proposta de criação de uma Autoridade Europeia do Trabalho (Comissão Europeia, 2018). O Presidente Juncker anunciou, em setembro de 2017, planos para uma autoridade (AET) que deve assegurar de forma justa, simples e eficaz a aplicação das regras da UE em matéria de mobilidade laboral. A proposta da Comissão, formulada em março de 2018, abordou o desfasamento entre a teoria jurídica e a prática de cumprimento e aplicação dos direitos sociais. O projeto de regulamento, que foi publicado juntamente com uma avaliação de impacto e um relatório de síntese que resume os resultados de uma consulta às partes interessadas, afirma que o objetivo é ajudar a reforçar a equidade e a confiança no mercado único. Para o efeito, a AET deve apoiar os Estados-Membros e a Comissão no reforço do acesso à informação sobre direitos e obrigações em situações de mobilidade laboral transfronteiriça e na facilitação da resolução de litígios ou irregularidades no mercado de trabalho transfronteiriço. A Comissão reconhece o facto de que, em várias indústrias, as indústrias com grande intensidade do fator trabalho, como a Construção, a Indústria Transformadora, a Construção Naval, os Transportes e a Logística, são prejudicadas, logo que é introduzida uma dimensão transnacional nos mercados de trabalho locais. A avaliação das práticas de execução efetuada pela Comissão confirma a maior parte das deficiências assinaladas na investigação pertinente. As disposições nacionais de conformidade que protegem os interesses dos trabalhadores não estão equipadas nem adaptadas aos desafios da aplicação da legislação no mercado único. A avaliação identifica a capacidade insuficiente das autoridades nacionais para organizar a cooperação transfronteiriça com as autoridades, embora tal seja essencial para um tratamento eficaz e eficiente das questões transfronteiriças. Além disso, a avaliação assinala a existência ou não de mecanismos fracos para atividades

transfronteiriças conjuntas de execução ou mediação. No essencial e indiretamente, a avaliação ilustra que o acervo comunitário e nacional (aplicação operacional) não acompanhou o desenvolvimento do mercado único.

É demasiado cedo para uma revisão do funcionamento da AET; foi concluído um compromisso entre o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu na primavera de 2019 e o seu início está previsto para o outono do mesmo ano. Mas algumas interrogações, baseadas em parte no texto do compromisso, já podem ser formuladas. A fim de reforçar a capacidade jurídica dos organismos nacionais de execução em investigações conjuntas e à escala da UE, em casos de infrações ou irregularidades relacionadas com a mobilidade laboral transfronteiriça, é necessário alargar as suas competências a outras partes do acervo da União, como o controlo do caráter "genuíno" do prestador de serviços. Deve ser dada especial atenção às práticas de subcontratação duvidosas. Os parceiros sociais reportam em vários estudos o aparecimento de pessoas jurídicas artificiais, como as empresas de fachada com recurso a caixas postais ("*letterbox companies*"), que são criadas com o único objetivo de subcontratar trabalho para um ou mais países. Os trabalhadores trabalham frequentemente sob a supervisão direta da empresa utilizadora, criando assim uma situação de subcontratação fictícia ou de fornecimento ilícito de mão de obra. Por conseguinte, as tarefas combinadas previstas relativas à mobilidade laboral transfronteiras e à coordenação da segurança social devem ser complementadas com domínios legislativos ainda não abrangidos, como a resolução de litígios artificiais (ou seja, empresas de fachada) e a cooperação transnacional e a luta contra os prestadores de serviços fraudulentos.

A AET deve trabalhar no sentido de uma política de sanções eficaz e dissuasiva, comparável às sanções existentes a nível da UE noutros domínios. De facto, é uma oportunidade perdida que o Regulamento da AET não estabeleça as principais regras para uma política de multas a nível da UE e para procedimentos de sanção adequados em caso de violação da lei. São necessárias medidas eficazes para promover operações genuínas e prevenir abusos. As entidades falsas devem ser impedidas de entrar no mercado (como a retirada de licenças e certificados ou a exclusão das propostas de contratos públicos). A sanção final deve consistir na suspensão ou cessação das atividades fraudulentas, com um efeito à escala da UE, a fim de evitar que intervenientes não genuínos recomecem de novo noutras circunscrições.

As competências para decidir e controlar o cumprimento do quadro regulamentar em matéria de remuneração e de condições de trabalho, tal como consagrado nas convenções coletivas e na legislação laboral, devem estar mais alocadas ao país de emprego. Isto pede um restabelecimento do princípio *lex loci laboris*. A livre circulação de trabalhadores só se manterá correta se esta livre circulação se basear no princípio da igualdade de tratamento no território onde o trabalho é

realizado. A competência para verificar a fiabilidade dos documentos, que estão na base da atividade transfronteiriça, e, se necessário, para retirar esses documentos em sectores de alto risco, deve tornar-se uma competência que pode ser exercida a nível da UE pelas autoridades responsáveis pela conformidade e pela aplicação da lei, tanto no país de origem como no país de destino.

Referências Bibliográficas

Bercusson, B. (2007). The Trade Union Movement and the European Union: Judgement Day. *European Law Journal, 13* (3), 279-308.

Bundesagentur für Arbeirt (2019). Auswirkungen der Migration auf den deutschen Arbeitsmarkt. Satistik/Arbeitsmarktberichterstattung. Nuremberg.

Comissão Europeia (1990). *Proposta de instrumento comunitário relativo às condições de trabalho aplicáveis aos trabalhadores de outro Estado que trabalham no país de acolhimento no âmbito da livre prestação de serviços, nomeadamente por conta de uma empresa subcontratante*. (não publicado, arquivo do autor).

Committee for the Study of Economic and Monetary Union (1989). *Report on Economic and Monetary Union*. Brussels: European Commission.

Countouris, N. & De Stefano, V. (2019). *New trade union strategies for new forms of employment*. Brussels: ETUC.

Cremers, J. (2009). Changing employment patterns and collective bargaining: The case of construction. *International Journal of Labour Research*, *1*(2), 201-217.

Cremers, J. (2011). *In search of cheap labour in Europe: Working and living conditions of posted workers*. Brussels/Utrecht: International Books, CLR-Studies 6.

Cremers, J. (2018a). *The European Labour Authority and Enhanced Enforcement*. Brussels: European parliament.

Cremers, J. (2018b). *Posting of workers in practice: INT-AR Paper 8*. Web publication/site, Tilburg: Tilburg Law School.

De Wispelaere, F. & Pacolet, J. (2017). *The size and impact of intra-EU posting on the Belgian economy*. Louvain: HIVA.

European Commission (2018). *Impact Assessment: Accompanying the document Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council establishing a European Labour Authority*. Brussels: Commission Staff Working Document.

European Commission (1991). *Proposal for a Council Directive Concerning the Posting of Workers in the Framework of the Provision of Services*. COM(91) 230 final-SYN 346.

Parte II

Elementos para uma Sociologia dos Modos de Dominação e dos Sistemas de Mecanismos de Reprodução na Indústria da Construção

Capítulo 6

Estrutura económico-produtiva, sistema de emprego e qualificações na Construção: Uma breve leitura sobre tendências e mudanças recentes

José Madureira Pinto, Vanessa Rodrigues & Maria Inês Coelho

É frequente afirmar-se que são escassos, lacunares e pouco aprofundados os estudos que, no âmbito das Ciências Económicas e Sociais, se têm ocupado, em Portugal, do setor da Construção. Sugere-se ainda que tal retraimento no plano da pesquisa é tão mais surpreendente e incompreensível quanto, paralelamente, se tornam patentes, através de observação direta, de contactos pessoais informais ou do acompanhamento meramente circunstancial dos *media*, múltiplos indícios de que a Construção é um domínio da vida económica e social do país cujos problemas afetam, com regularidade e intensidade assinaláveis, estruturas de oportunidades, condições de existência, horizontes de possíveis e aspirações de um número muito significativo de cidadãos. Embora correndo o risco de, a partir de uma seleção restrita de indicadores, nem sempre ultrapassar um nível de análise predominantemente descritivo, o presente capítulo visa constituir-se como um contributo para atenuar, no que diz respeito à evolução das dimensões produtivas e do sistema de emprego nas últimas décadas, a alegada insuficiência e alguma desatualização dos estudos em causa[1].

[1] O trabalho agora apresentado foi desenvolvido no âmbito do projeto "Novos terrenos para a construção: Mudanças no campo da construção em Portugal e seus impactos nas condições de trabalho no século XXI" (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade. O texto retoma linhas de interpretação teórica e hipóteses de análise propostas em Pinto (2018), pretendendo ainda chamar a atenção para o tipo de tarefas de recolha e tratamento de informação empírica que é indispensável concretizar para poder explorar umas e outras. Uma primeira versão deste traba-

Num primeiro momento, analisaremos, à luz dos principais movimentos de reconfiguração do campo europeu, alguns traços da estrutura e das dinâmicas económico-produtivas e empresariais que enquadram e têm determinado as principais transformações do setor nas duas últimas décadas. Com enfoque na reconstituição de séries estatísticas relativas à evolução da economia e da sociedade portuguesas no mesmo período, centrar-nos-emos, num segundo momento, na dimensão do trabalho e do emprego. Invocaremos, a tal propósito, questões relativas às mutações da relação salarial, à reestruturação do mercado de trabalho, arriscando, ainda que por vezes a título exploratório, algumas linhas de interpretação sobre as modalidades específicas segundo as quais essas mutações se têm concretizado no campo da Construção.

Algumas notas sobre a reconfiguração do campo da Construção

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, e, já na década de 1990, na sequência da reunificação alemã, do alargamento do mercado único e da entrada em vigor do Acordo de Schengen (pontos de viragem socioinstitucional críticos a que se associaram a liberdade de circulação de pessoas no espaço europeu e a emergência de novos fluxos migratórios diretamente relacionados com o trabalho), alteraram-se significativamente as estratégias económicas e as políticas de recrutamento de mão de obra das empresas portuguesas da Construção.

Para perceber o alcance de tais transformações, importa ter em conta que, na década de 1990, os processos de mundialização, liberalização e terciarização da economia e do emprego foram acompanhados no espaço europeu por uma profunda reconfiguração dos centros urbanos e pela amplificação do papel das grandes metrópoles, bem como, concomitantemente, pela expansão das lógicas de mercado no domínio da provisão de habitação. Com isso, foram mudando também, globalmente, as condições de desenvolvimento do campo da Construção.

Uma das novas estratégias empresariais, adotada sobretudo por unidades e grupos económicos competindo por posições dominantes na produção para o mercado imobiliário, passou pela diversificação de atividades e pela associação de empresas. Tratou-se, nos dois casos, de tentar compatibilizar o objetivo de alargamento de quotas de mercado num espaço crescentemente internacionalizado com o de redução dos riscos inerentes às oscilações da procura, ela própria fortemente condicionada pela indefinição das orientações do Estado em matéria de habitação

---

lho foi originalmente publicada, sob o formato de artigo, em *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, número temático de 2019.

e urbanismo. A diversificação operou-se: por integração vertical, com alargamento das atividades de produção convencionais tanto a montante (conceção arquitetónica, engenharia, produção de materiais e equipamentos, gestão económico-financeira dos projetos, etc.), como a jusante (promoção e comercialização dos imóveis, por exemplo); ou então por alargamento das atividades, ora a segmentos novos ou menos explorados do mercado (conservação e recuperação de edifícios, habitação unifamiliar, etc.), ora a domínios sem ligação direta à produção de edificado (banca e seguros, águas, tratamento de lixos, etc.). Já as estratégias baseadas na associação de empresas incluíram a constituição de consórcios, *joint ventures* e parcerias, envolvendo empresas privadas, mas também entidades da administração pública central e local (Campagnac, 1992).

Em Portugal, com a intensificação do processo de urbanização e o significativo recuo das políticas públicas de habitação que caracterizaram a década de 1980, a oferta de alojamento foi-se orientando cada vez mais para um mercado alargado, solvente e desejavelmente estável, em detrimento da satisfação das necessidades das populações com menos recursos. Só na aparência pode tal inflexão assimilar-se a uma concludente afirmação de forças de mercado entregues a si mesmas. De facto, foi a ação do Estado (central e local) que, também entre nós, contribuiu fortemente, no período em causa, para o revigoramento e consolidação do mercado da habitação, através da concessão de subsídios ao arrendamento e bonificações no acesso ao crédito, garantindo isenções e facilidades fiscais, congelando administrativamente alugueres, estimulando a gestão e venda às autarquias ou aos moradores dos fogos construídos pela administração central, intervindo ao nível do planeamento territorial, legislando em matéria de despejos, de apoio à reabilitação, etc. As características dos processos de litoralização, de bipolarização metropolitana e de suburbanização em torno das duas maiores cidades do país confirmaram, noutra escala, o efeito estrutural das medidas políticas acima enunciadas[2].

O movimento de reestruturação do campo da Construção Civil e Obras Públicas a que aludimos não se traduziu necessariamente por um aumento da dimensão das empresas (medida em número de assalariados ao serviço), assentando, antes, na conjugação de duas orientações estratégicas de algum modo contrárias a essa concentração: por um lado, a consolidação da chamada empresa geral, reduzida a um núcleo de coordenação de atividades dispersas por unidades juridicamente autónomas; e, por outro, o recurso generalizado à subempreitada, uma prática enraizada desde sempre no setor como resposta à variabilidade da procura que o

[2] Sobre as mudanças do sistema económico-empresarial da Construção Civil e Obras Públicas que acompanharam a referida alteração de tónica na estrutura global de provisão de habitação, ver Pinto (1996, 2012), Pinto & Queiroz (1996a), Pinto & Queiroz (1996b) e Queiroz (1999).

caracteriza, mas que, além disso, se revelou bem ajustada aos objetivos de externalização de riscos e de custos que passaram a inspirar os modelos dominantes de gestão empresarial.

Uma análise comparada dos modos como, à escala europeia, se estava a processar nos anos de 1990 a reestruturação do campo da Construção revelava, ainda assim, contrastes significativos quanto ao papel que neles era reservado à subempreitada (Campinos-Dubernet, 1992). Assim, no segmento do campo em que se incluíam em plano destacado o caso italiano, mas também, com os seus particularismos, o britânico ou o português, a intervenção da empresa geral estava fortemente ligada a redes de subcontratação densas e numerosas, recorrendo-se, nos processos produtivos concretos, ora a unidades ou profissionais independentes ligados a especialidades exteriores, ora a equipas de composição variável constituídas por trabalhadores ocasionais ou por assalariados de empresas por vezes quase fictícias. O recrutamento e o controlo da mão de obra baseavam-se frequentemente, aqui, em redes informais de contactos e conhecimentos (Ball, 1992; Giallocosta & Maccolini, 1992). No polo oposto, paradigmaticamente representado pelo caso alemão, predominavam, por sua vez, unidades empresariais que, concentrando-se na realização de obras por meios próprios, tendiam a internalizar a variabilidade e a prescindir normalmente do recurso à subempreitada. Mas já então se percebia que, com a generalizada intensificação dos processos de desregulação da economia e dos mercados de trabalho (que o princípio da livre circulação de trabalhadores no espaço comunitário vinha a seu modo aprofundando), era o próprio campo alemão da Construção a recorrer cada vez mais à subcontratação, não sem envolver nas obras um número crescente de pequenos empreiteiros e assalariados não nacionais.

Tal inflexão não deveria surpreender. Afinal, os estudos sobre modalidades flexíveis de recrutamento de mão de obra realizados nos anos de 1980 (por exemplo, Bresnen et al., 1985) tinham demonstrado já cabalmente que a perda de controlo formal e burocrático sobre a força de trabalho mobilizada em regime de subempreitada não implica necessariamente a redução do poder efetivo dos responsáveis dos estaleiros da Construção. Daí a atratividade que, em estádios sociais de generalização de processos de flexibilização da relação salarial, tal figura pode alcançar, mesmo nos quadrantes mais regulados do campo económico em causa.

Novas formas de emigração limitada aos espaços e tempos de realização das obras, incluindo migrações pendulares transnacionais de raio alargado, permitiram concretizar, no plano da mobilidade geográfica e profissional, as estratégias empresariais em causa. As características do processo legislativo que conduziu à publicação da diretiva europeia sobre trabalho deslocado (96/71/CE), bem como o debate político e analítico posteriormente desenvolvido a propósito das respeti-

vas adequação, efetiva aplicação e consistência com outra legislação comunitária foram revelando, entretanto, toda a delicadeza e as dificuldades de regulação das questões colocadas por regimes de mobilização de força de trabalho que, continuando a ser muito permeáveis à informalidade, deixaram claramente de se confinar às fronteiras nacionais (Amorim et al., 2015; Cremers, 2005; Morrison et al., 2014).

Mais adiante, teremos oportunidade de analisar algumas incidências dos processos de recomposição económica agora enunciados no sistema de emprego, tendo por base os contributos teóricos de Rodrigues (1996). Mas, para avaliar as consequências que os mesmos tiveram no perfil de variação da produção e na composição do próprio universo de empresas da Construção, reservaremos, desde já, o ponto subsequente.

Uma perspetiva sobre a dimensão económico-produtiva do setor da Construção em Portugal

Lugar na economia e perfil de variação do setor nas últimas décadas

A análise da evolução dos níveis de produção da indústria portuguesa da Construção ao longo das duas últimas décadas revela, numa primeira aproximação, que, após um período de expansão que se prolongou até 2001, o setor entrou numa fase de recuo tendencial, pontuada, em certos anos, por quebras do valor do produto muito acentuadas.

Bem antes, portanto, da eclosão da crise económico-financeira global de 2008 – a qual, noutros países, marcou o início de um ciclo de perturbações nas dinâmicas produtivas em causa –, já a indústria da Construção revelava, em Portugal, sinais de contração. Mas é sobretudo a partir de 2008, e com particular dramatismo, mais tarde, no quadriénio que vai de 2011 a 2014, que entre nós se vai consumar e acentuar esse declínio. As taxas de variação da produção no setor atingiram, nos anos mais agudos da crise, os impressionantes valores de -10,6, -23,4 e -11,9%, enquanto as taxas de variação anual do Valor Acrescentado Bruto (VAB), sempre negativas entre 2009 e 2014, chegaram a descer até -15,3% em 2012.

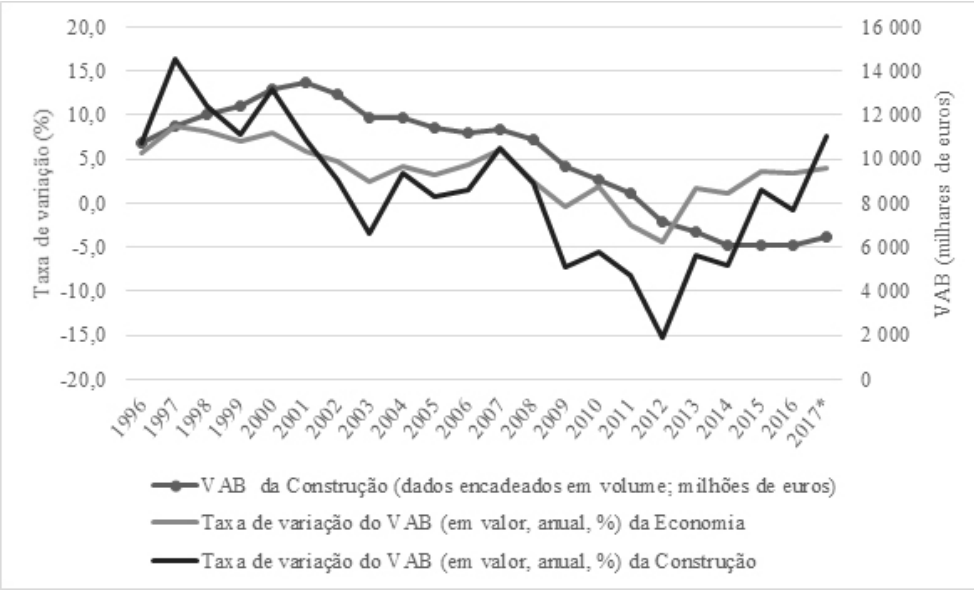


Figura 6.1. Evolução do Valor Acrescentado Bruto da Economia e da Construção (1996-2017)

Fonte: INE. *Contas Nacionais*, base: 2011, 1996-2017.

Nota: * Valores provisórios.

Como pode depreender-se da leitura da Figura 6.1., este recuo da atividade da Construção coincide no tempo com uma quebra da produção, igualmente forte e persistente, no conjunto das atividades económicas do país. Acontece, porém, que as taxas de variação anual da Produção e do VAB no caso da Construção assumiram sempre, no período considerado, valores bem mais desfavoráveis do que os obtidos pelos indicadores homólogos representativos do conjunto da economia. Situação simétrica desta ocorrera, por sua vez, nos anos de relativa prosperidade que antecederam o início deste século; nessa altura, com efeito, a uma sequência de taxas de variação do produto e do VAB totais relativamente elevadas corresponderam, no setor da Construção, incrementos ainda mais acentuados.

É precisamente o facto de a Construção ser uma atividade caracterizada por crescimentos normalmente mais acentuados do que os da economia global, em fases positivas do ciclo, assim como por retrações relativamente mais profundas, em fases negativas deste último, aquilo que se procura assinalar quando se alude

à tendência *pró-cíclica* da Construção ou quando desta se diz ser um bom "*barómetro*" do "*clima económico*" do país[3].

Para poder representar mais do que a mera constatação de uma sugestiva regularidade estatística entre grandezas económicas bem definidas, tal afirmação deve, porém, ser complementada com a ponderação de outras especificidades da Construção. Uma delas, relativa ao lugar e funções que esta atividade ocupa na estrutura setorial da economia, prende-se com o impacto que ela tem – desde logo ao nível da criação de emprego, mas também na reconfiguração de importantes estratégias e dinâmicas técnico-organizacionais – quer a montante, em ramos ligados à produção de materiais e equipamentos para a Construção (cimento, aço, tintas, maquinaria, pré-fabricados diversos, etc.), quer a jusante (produção de mobiliário e equipamentos domésticos, decorações, seguros, serviços relacionados com comercialização de imóveis, etc.). Acontece que, como adiante especificaremos, na sequência de mudanças decorrentes dos processos de internacionalização e liberalização da economia e do emprego, as estratégias das grandes corporações da Construção reorientaram-se, desde a década de 1990, no sentido da diversificação de atividades, do recurso a associações de empresas e da própria intensificação da colaboração com organismos do estado na definição e concretização das políticas de urbanização e de provisão de habitação mais influentes. As ligações económicas com a banca e o sistema financeiro tornaram-se entretanto mais densas e cada vez mais estreitas. Em suma, aumentou de forma significativa a extensão e complexidade da rede de relações económico-empresariais da Construção com outros setores de atividade económica e com o próprio aparelho técnico-burocrático do Estado.

Identificados, em termos genéricos, o sentido e o ritmo de variação da produção da Construção nas duas últimas décadas, e tendo já em conta o que acabámos de dizer sobre a natureza e densidade de relações que ela estabelece com o conjunto da economia, vale a pena prosseguir a caracterização do setor, avaliando sinteticamente o modo como, no mesmo período, foram evoluindo o lugar e o peso específico que lhe cabem no processo de produção e de criação de valor no país.

[3] A propósito de uma breve panorâmica sobre a evolução e o estado do setor da Construção (e sua possível evolução no curto e médio prazo) durante a década de 1990 e início da década de 2000, ver Baganha et al. (2002).

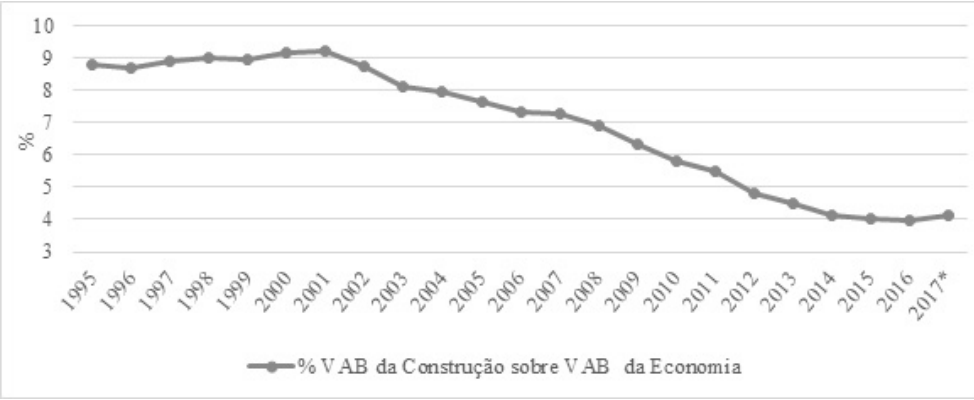


Figura 6.2. Evolução do peso específico do setor da Construção na Economia (1995-2017)

Fonte: INE. *Contas Nacionais,* base: 2011, 1995-2017.

Nota: * Valores provisórios.

Ora, o que a observação da evolução da participação percentual da Construção no conjunto das atividades económicas nacionais (Figura 6.2.) permite concluir é que, no horizonte de vinte anos aqui considerado, se desenhou uma clivagem notória entre uma primeira fase (1995-2008), na qual a participação da Construção na produção de valor foi sempre superior ou igual a 7% (à volta dos 9% entre 1995 e 2001), e outra, que se iniciou em 2008 e prosseguiu até pelo menos 2017, em que, ao invés, essa participação foi sempre inferior a 7%, chegando mesmo a situar-se consecutivamente, após 2012, no patamar dos 4%.

Os dados até agora compulsados denotam pois, de forma consistente, que o declínio da indústria da Construção, que se vem desenhando no país desde o início dos anos 2000, sofreu na última década um notório agravamento. Para tanto, muito terão contribuído, quer a redução do investimento privado no setor induzida pelo ambiente de incerteza e pela deterioração das condições de financiamento decorrentes da crise económica e financeira global de 2008, quer, mais especificamente, depois disso, o conjunto de restrições ao investimento público em Construção acordadas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal de 2011 – as quais só lentamente vêm sendo ultrapassadas. Algumas das mais dramáticas consequências desta prolongada crise da Construção incidiram no âmbito das dinâmicas do emprego/desemprego. Estudá-las-emos mais à frente. Tudo indica, entretanto, que, sendo este, como vimos, um setor com fortes ligações económico-funcionais a múltiplos domínios da criação de riqueza e de promoção do desenvolvimento, a forte e persistente redução da sua

participação no conjunto das atividades produtivas tenha coincidido com importantes reestruturações, se não mesmo inflexões qualitativas e desestruturações notáveis, no conjunto da economia e sociedade portuguesas.

Estrutura empresarial: algumas tendências

Passando a analisar as incidências das transformações do setor na respetiva estrutura empresarial, o primeiro traço a destacar (Figura 6.3.) é o do acentuado crescimento do número de empresas do setor da Construção na segunda metade da década de 1990, tendência que se manteve até ao ano de 2002. Após uma ligeira quebra até 2004, o crescimento foi retomado, agora mais timidamente, sendo que, em 2009, se inicia, em contraste claro com anteriores fases, um caminho descendente que apenas dará sinais de inversão em 2015.

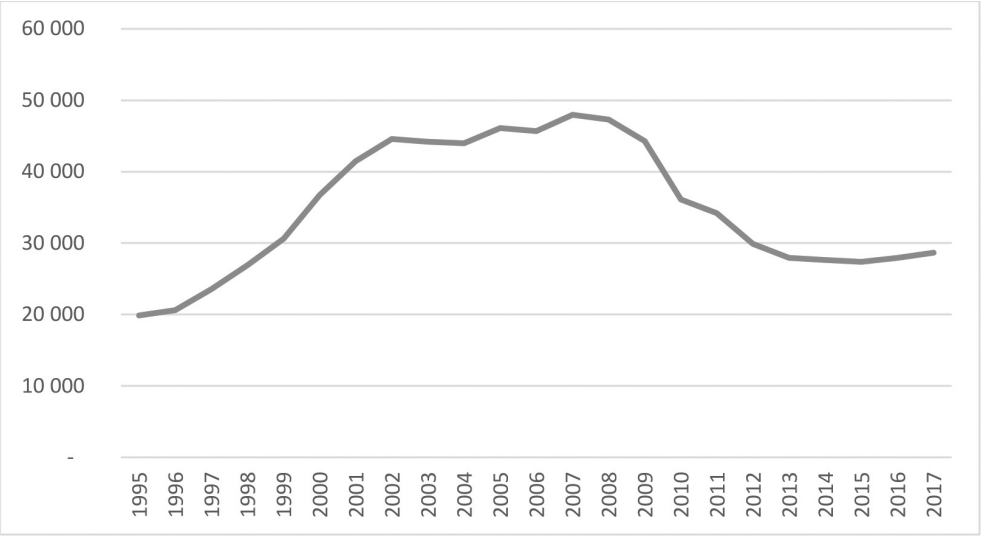


Figura 6.3. Evolução do número de empresas do setor da Construção (1995-2017)

Fonte: GEP-MTSSS. *Quadros de Pessoal*, 1995-2017.

Nota: Os dados apresentados referem-se apenas ao Continente e ao mês de outubro de cada ano em análise.

O comportamento da taxa de variação anual do número de empresas, por sua vez, permite identificar as tendências de contração ou de crescimento setorial, comparando-as com o universo empresarial do continente no seu conjunto (Figura 6.4.). O ano de 2001 marca o início de um percurso descendente nas referidas

taxas, o qual, contrariado apenas em 2005 e 2007, regista valores particularmente negativos em 2010 (-18,5%). Esta tendência de contração só recentemente parece estar a estabilizar, ao começarem a registar-se taxas de variação anual positivas do número de empresas a partir de 2016. Se se considerar os cinco anos entre 2005 e 2010, observa-se que a taxa de variação é de – 40,5%, valor que revela o impacto da crise financeira no tecido empresarial da Construção, também evidente na taxa de sobrevivência das empresas, a qual, no mesmo período, foi de apenas 60,6%, enquanto que para o total da economia foi de 84%[4]. Embora com desfasamentos não despiciendos, este foi, ainda assim, um perfil evolutivo não qualitativamente diferente do que caracterizou o universo empresarial do Continente no seu conjunto.

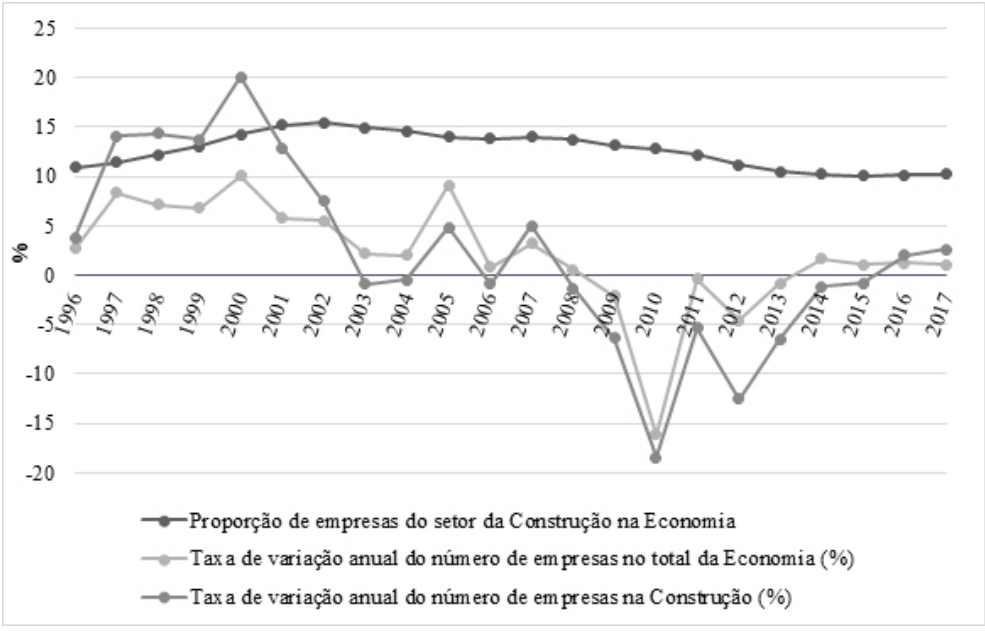


Figura 6.4. Proporção de empresas da Construção na Economia e evolução da taxa de variação anual do número de empresas (1996-2017)

Fonte: GEP-MTSSS. *Quadros de Pessoal*, 1996-2017.

Nota: Os dados apresentados referem-se apenas ao Continente e ao mês de outubro de cada ano em análise.

[4] Cálculo efetuado com base nos dados dos Quadros de Pessoal, de acordo com a seguinte fórmula: (nº de empresas em 2010 / nº de empresas em 2005) x 100.

Se, entretanto, centrarmos a atenção não no número absoluto, mas na proporção de empresas da Construção no total da Economia, a qual, no início do período pouco ultrapassava os 10%, mas que em anos intermédios chegou repetidamente a patamares situados entre 13 e 15% do total, verificar-se-á que ela regressou no último quinquénio ao patamar inicial dos 10%. Nada de especialmente surpreendente, tendo em conta o que já foi dito sobre o declínio tendencial e as crises que têm caracterizado o setor.

Comparando agora a curva que, ainda na Figura 6.4., representa a proporção de empresas da Construção no total de empresas do Continente, por um lado, com a que anteriormente utilizámos (Figura 6.2.) para dar conta da participação do setor no conjunto da Economia (% VAB da Construção no VAB total), por outro, verificar-se-á que a primeira se situa regularmente num patamar mais elevado do que a segunda – o que parece patentear, antes de mais, problemas específicos crónicos de produtividade na Construção.

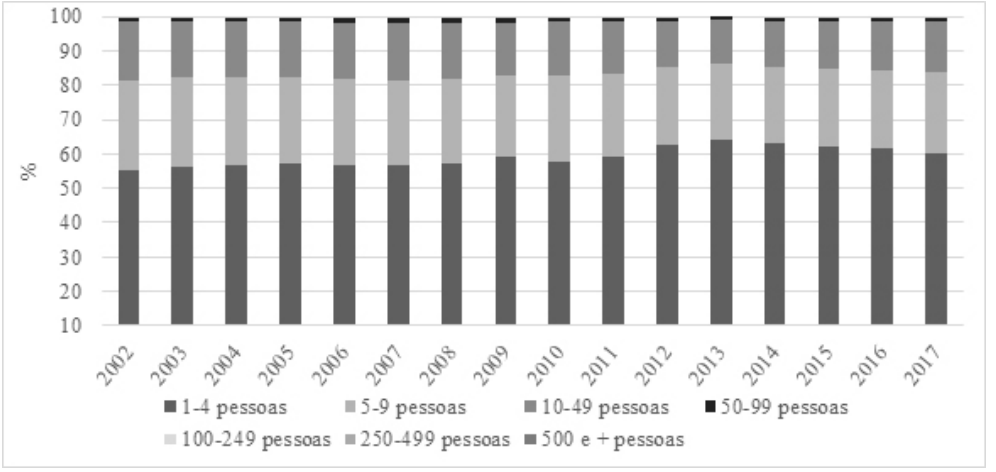


Figura 6.5. Evolução do tecido empresarial do setor da Construção, segundo o escalão de dimensão (2002-2017)

Fonte: GEP-MTSSS. *Quadros de Pessoal*, 2002-2017.

Nota: Os dados apresentados referem-se apenas ao Continente e ao mês de outubro de cada ano em análise.

A observação do gráfico representativo da evolução da estrutura do setor da Construção por escalões de dimensão (Figura 6.5.) revela, entretanto, alguns detalhes acerca da segmentação do tecido empresarial em causa. A percentagem de empresas com 9 trabalhadores ou menos esteve sempre, entre 2002 e 2017, acima

dos 80%[5]. Se comparamos diretamente os anos de 2008 e de 2017, verificamos que as empresas com 1 a 4 trabalhadores foram as que tiveram a taxa de sobrevivência mais elevada (ainda que de apenas 67%) e que a mais baixa taxa de sobrevivência foi registada nas empresas com 250 a 499 trabalhadores (46%) – sendo que algumas delas se terão redimensionado. Neste último escalão de dimensão, no total das atividades económicas em Portugal, a taxa de sobrevivência, no mesmo período, foi de 86,1%, valor que, comparado com o da indústria da Construção, denuncia o grande impacto que a crise financeira teve ao nível da estrutura empresarial deste setor.

Uma leitura desagregada dos ganhos médios mensais[6] segundo a dimensão das empresas, indicador que, na nossa ótica, pode constituir um bom revelador da especificidade da estrutura empresarial do setor, permite-nos concluir que são as pequenas que concentram as remunerações mais baixas, em contraste com o que se verifica nas de maior dimensão (mais nitidamente ainda do que acontece no total da economia). Exibindo diferenças notórias em termos técnico-organizacionais – mais concretamente, em matéria de regularidade e/ou concentração de projetos, de capacidade tecnológica, de maleabilidade em termos de oferta de postos de trabalho e até de permeabilidade à entrada e saída de pequenas unidades de produção (Matos, 2001) –, a dimensão das empresas da Construção em termos de força de trabalho parece, na realidade, estar correlacionada com o volume dos ganhos salariais.

Em 2017, as remunerações médias das pequenas empresas variavam entre os 742,8 euros e os 906,8 euros, ao passo que, nas empresas com 500 ou mais trabalhadores, se situavam nos 1537,4 euros. Ainda que se verifique uma existência de uma distância, muitas vezes significativa, entre o rendimento declarado e o rendimento efetivamente auferido[7], não é irrelevante registar a desigualdade salarial existente no segmento formal no setor da Construção.

Estratégias empresariais de resistência, sobrevivência e inovação: produtividade e qualificações

Sabendo-se que a indústria da Construção em Portugal, além de declinante praticamente desde o início do atual século, tem enfrentado ultimamente anos de acentuada crise económica, faz sentido interrogarmo-nos – o que é raro fazer-se,

[5] Em termos absolutos, todos os escalões de dimensão viram o respetivo número de empresas aumentar entre os anos 2005 e 2008, seguindo-se um movimento generalizado de redução desse número.

[6] O ganho médio mensal contabilizado nos Quadros de Pessoal corresponde ao montante que inclui a remuneração base, os prémios e subsídios regulares e a remuneração por trabalho suplementar. Os dados relativos ao período em apreço referem-se apenas ao Continente, à exceção dos anos de 2007, 2008 e 2009 em que foram consideradas também as Ilhas.

[7] Tal como se tem vindo a constatar no decurso do trabalho etnográfico conduzido no âmbito do projeto de investigação em que esta pesquisa se inscreve.

mas que, numa perspetiva de análise do sistema económico enquanto articulação de campos específicos de relações sociais, parece inteiramente pertinente – sobre as estratégias de resistência e sobrevivência desenvolvidas pelas empresas do setor[8]. Até que ponto, perguntar-se-á, têm os atores envolvidos sido capazes de promover estratégias de criação de valor que, além de garantirem a sobrevivência das empresas, permitem uma deslocação de atividades de baixo valor acrescentado para outras de valor mais elevado ("*upgrading*")?

Uma análise consistente do problema obrigaria a responder a questões como as seguintes. Segundo que objetivos e lógicas se pautaram as atividades empresariais em causa: redução de custos, diferenciação do produto, reposicionamento das empresas no mercado? Que repercussões terão tido elas na perspetiva da criação de valor, da reestruturação das relações de mercado, dos níveis salariais praticados, da quantidade e qualidade do emprego existente, das condições materiais de trabalho?

A questão da localização e eventual deslocação na cadeia de valor das atividades económicas no âmbito de um setor produtivo específico (*upgrading* intraindustrial) tem sido analisada tomando em consideração três grandes tipos de estratégias empresariais[9]: (i) produção de bens com maior valor unitário (*upgrading* centrado no *produto*); (ii) aumento da produtividade através de ganhos de eficiência na utilização dos fatores produtivos e da reorganização das atividades (*upgrading* centrado no *processo*); (iii) integração de novas funções, mais exigentes em termos de competências e qualificações dos trabalhadores, com eventual abandono de funções antigas (*upgrading organizacional/funcional*). Incidiremos a nossa atenção nas duas últimas.

No que diz respeito à avaliação de eventuais melhorias imputáveis a uma utilização mais eficiente dos fatores produtivos e/ou à reorganização das atividades de produção (inovações a nível do *processo*), faz sentido recorrer, entre outros, aos critérios produtividade do trabalho e intensidade no uso de capital físico. Ora, o que os dados sugerem a este respeito é que não só se verificou, desde 1995, uma quebra tendencial da produtividade do trabalho quando medida pela relação entre o VAB e o número de horas de trabalho (Figura 6.6.), como o mesmo sucedeu, a partir da viragem do século, com a intensidade de uso do capital fixo (medida pela taxa de investimento: FBCF/VAB) (Figura 6.7.).

---

[8] A interpretação sobre esta questão que a seguir propomos foi sugerida pela comunicação de Ester Gomes da Silva ("A construção num contexto de crise: uma trajetória económica e social descendente?") apresentada no Encontro *Building Europe: Portuguese Migration and the European Construction Space in the 21st century*, realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a 4 dezembro 2014.

[9] Ver, entre outros, Ponte & Ewert (2009).

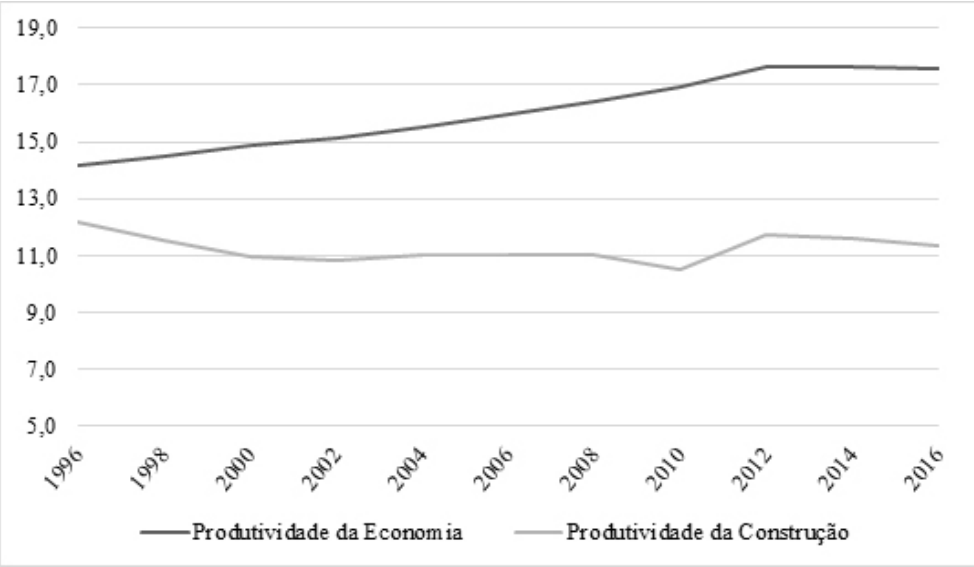


Figura 6.6. Evolução da produtividade da Economia e da Construção (1996-2016)

Fonte: INE. *Contas Nacionais*, base: 2011, 1996-2016.

Nota: VAB – dados encadeados em volume, milhões de euros.

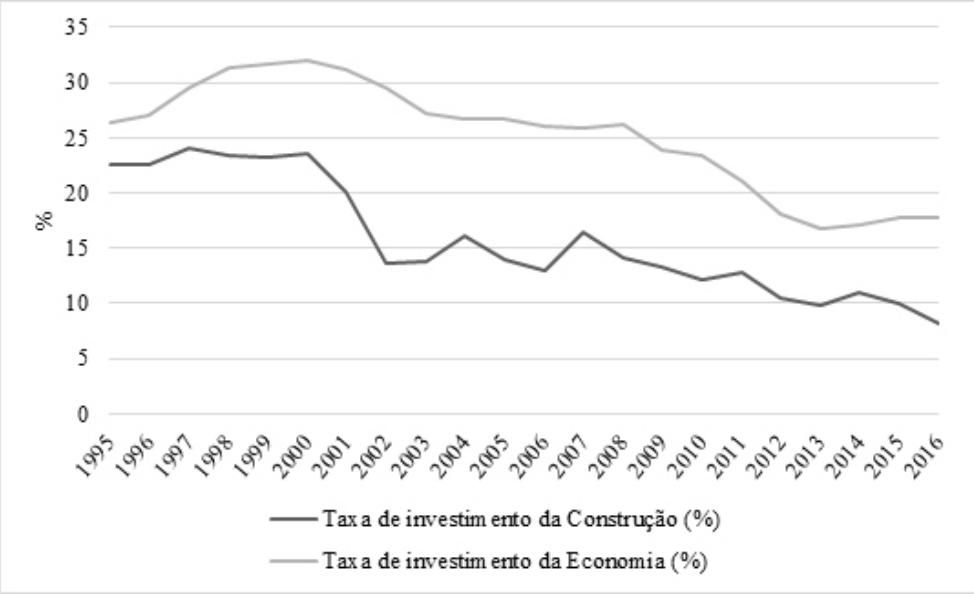
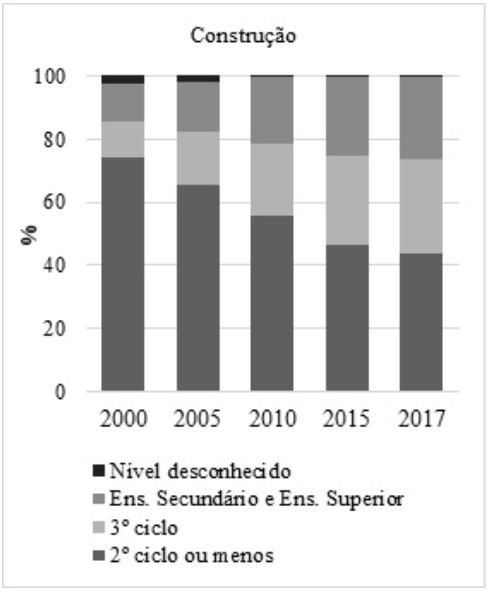


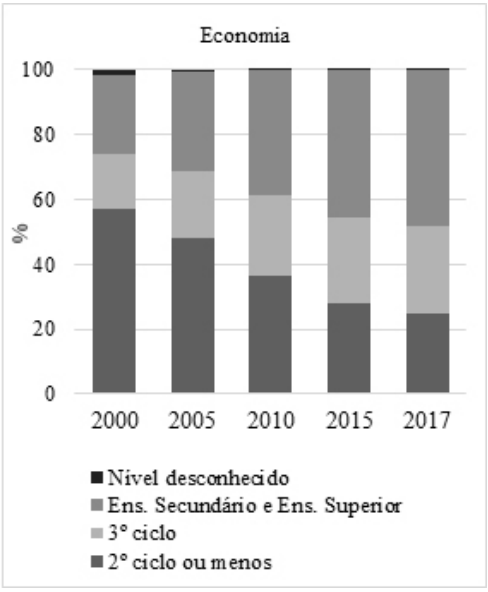
Figura 6.7. Evolução da taxa de investimento da Economia e da Construção (1995-2016)

Fonte: INE. *Contas Nacionais*, base: 2011 1995-2016.

Nota: VAB e FBCF a preços correntes, milhões de euros.

A observação do processo de recomposição da força de trabalho segundo os respetivos níveis de qualificação escolar (Figuras 6.8. e 6.9.) sugere, por seu turno, que, também no plano *organizacional/funcional* das empresas, o setor não terá globalmente conseguido concretizar, no período considerado, uma estratégia consistente e eficaz de criação de valor. Com efeito, não obstante ter vindo a aumentar a proporção dos que dispõem de qualificações de nível médio e elevado entre os trabalhadores da Construção, continua a ser muito forte – sobretudo quando comparada com a generalidade das outras atividades económicas – a presença no setor de ativos com baixas/muito baixas qualificações.





Figuras 6.8. e 6.9. Evolução das habilitações escolares entre trabalhadores por conta de outrem – Construção e Total da Economia (2000-2017)

Fonte: GEP-MTSSS. *Quadros de Pessoal*, 2000-2017.

Dado que as estratégias de valorização das condições de produção pressupõem, sobretudo nos dois primeiros tipos de *upgrading* económico considerados, abertura à inovação e, por acréscimo, em princípio, utilização de mão de obra com novas e mais elaboradas qualificações, percebe-se que as limitações neste último plano possam tornar-se particularmente críticas e preocupantes quando se perspetiva o desenvolvimento futuro do setor. O problema ganha aliás relevância adicional se aceitarmos que, na ausência de outras transformações nas estruturas económico-laborais, mesmo mudanças positivas ao nível das qualificações nem

sempre implicam uma valorização generalizada das condições de trabalho ou melhorias efetivas nos direitos sociais dos trabalhadores. Por outras palavras, não é seguro que, na eventualidade de ocorrer uma transição do sistema produtivo para patamares de maior exigência no plano técnico-organizacional e/ou no da qualificação da força de trabalho, essa transição se traduza sempre, e/ou de forma linear, numa melhoria de bem-estar social e em formas de efetivo reconhecimento de competências por parte das organizações económicas e de realização pessoal dos trabalhadores. Ora, sendo certo, como adiante veremos, que os indicadores utilizados para avaliar a qualidade do trabalho e os níveis de integração da mão de obra da Construção sugerem que o prolongado declínio do setor tem coincidido com alguma degradação das condições socio-laborais, então é de presumir que o ceticismo por vezes manifestado quanto ao efeito necessariamente progressivo e emancipador de um recurso acrescido a mão de obra qualificada na Construção nada tenha de irrealista. Esta é, contudo, uma impressão que a visão otimista sobre as potencialidades da formação e da inovação tecnológica na modernização do setor, muito presente no discurso de alguns empresários e outros protagonistas institucionais, claramente contraria – uma divergência que valerá a pena explorar em termos sociológicos noutra oportunidade.

Trabalho e emprego na Construção

Diferenciação da produção, variabilidade dos processos de trabalho, precarização profissional

O conjunto de considerações sobre a dimensão económico-produtiva da indústria da Construção que anteriormente enunciámos permite concluir que esta se caracteriza, entre outros aspetos, pela diversidade de relações que estabelece com empresas, grupos económicos e atores institucionais ligados a outros setores de atividade. Daí decorre, desde logo, que, no leque de clientes potenciais das empresas da Construção se incluam quer o Estado, as Autarquias ou grandes empresas industriais e do terciário, quer, no polo oposto do campo económico, uma grande variedade de pequenos promotores imobiliários ou simples particulares. Os projetos, produtos e serviços desenvolvidos no setor caracterizam-se, também eles, por grande diversidade, já que podem envolver a produção, a manutenção ou a recuperação tanto de casas individuais como de grandes edifícios habitacionais, industriais ou de serviços, bem como, noutra esfera, a realização de obras públicas muito variadas. Em cada uma destas atividades, a indústria da Construção mobiliza tecnologias e procedimentos baseados na colaboração entre empresas que, nalguns casos, dispõem de meios e capacidades bastante sofisticados, noutros, se

limitam ao uso intensivo de mão de obra pouco qualificada e, noutros ainda, mal se distinguem de redes pessoais de carácter eminentemente informal. Com a crescente internacionalização do setor, a diversidade de soluções técnico-produtivas com que os coletivos de trabalho se deparam nos estaleiros da Construção tem vindo, aliás, a ampliar-se, obrigando a sucessivos, e muitas vezes relutantes, ajustamentos de rotinas quer no planeamento dos trabalhos quer no decurso da sua execução prática.

Nestas condições, os estaleiros da Construção constituem uma espécie de pontos de condensação (aliás, efémeros) de lógicas económico-sociais protagonizadas por um conjunto diversificado e eminentemente mutável de agentes, bem como por ligações pessoais e interempresariais com elevado grau de informalidade e de imprecisão nos seus contornos legais.

Mas há um conjunto de vulnerabilidades que neles emerge por efeito da própria especificidade técnico-material dos processos de trabalho envolvidos. Além de se desenvolverem ao ar livre, com as contingências e penosidades que daí decorrem, tais processos manifestam uma grande variabilidade, quer quanto à natureza e local de realização dos produtos (que são imóveis e elaborados no ponto de consumo), quer quanto à quantidade, qualidade e ritmo de trabalho exigidos. A instabilidade, não repetibilidade e imprevisibilidade parcial das tarefas realizadas no estaleiro conferem aos produtores diretos uma certa margem de autonomia e de iniciativa, ao mesmo tempo que limitam as possibilidades de controlo do trabalho segundo prescrições estritas. Desenvolvendo-se em espaços técnico-organizativos e de sociabilidade fugazes, em relação aos quais a noção de coletivo de trabalhadores e as lógicas de socialização imputáveis à ordem produtiva convencional perdem parte do seu alcance, compreende-se que a organização do trabalho se tenha orientado aqui segundo princípios algo distantes dos da racionalização de tipo taylorista.

É certo que, ao longo do tempo, as tarefas foram apelando cada vez mais a uma especialização que o trabalho de ofício, outrora predominante no setor, desconhecia; e também se sabe que alguns objetivos da chamada "organização científica do trabalho" puderam ser indiretamente alcançados com a transferência da produção de certos materiais padronizados para montante dos estaleiros. Verificaram-se ainda importantes mudanças no sentido da tecnicização dos sistemas de trabalho, com a generalização do emprego de cimento armado e dos sistemas de cofragem e o uso ampliado de máquinas e processos mecânicos (Freire, 1991, p. 150). Ainda assim, pode afirmar-se que as atividades de Construção continuam a ser predominantemente trabalho-intensivas e a privilegiar processos produtivos refratários à racionalização. Terá sido aliás por isso, segundo Marcelle Duc, que o investimento na taylorização dos processos de trabalho no setor, muito incentivado no período posterior à II Grande Guerra, acabou por abrandar e dar lugar a uma redescoberta

quer da especificidade técnico-organizacional dos estaleiros – mais precisamente a que neles decorre do "duplo constrangimento da variabilidade" (diversidade de produtos e mercados e variação da quantidade de trabalho a fornecer ao longo da construção) –, quer, complementarmente, das virtualidades da cooperação e da *prescription floue* como modalidades de coordenação e enquadramento mais ajustadas ao contexto real da produção (Duc, 2002 [Cap. II]). O recurso ao trabalho de equipas flexíveis e polivalentes, devidamente enquadradas no plano técnico e disciplinar, terá permitido concretizar esta orientação, garantindo ainda condições para a reprodução de modelos de aprendizagem "*sur le tas*". A figura do encarregado, com papel decisivo na constituição, organização e controle de tais equipas, na resolução quotidiana de problemas e incidentes da produção ou mesmo na promoção do pessoal operário, manteve, assim, até hoje, grande centralidade na vida dos estaleiros (Freire, 1991).

Informalidade, precariedade dos vínculos laborais, desemprego

Serge Paugam (2000) propõe que se aborde a precariedade profissional tendo em conta duas dimensões: a relação com o trabalho e a relação com o emprego. De acordo com a primeira dimensão, que pretende captar o grau de satisfação dos assalariados no exercício da sua função, estes serão considerados precários, sempre que o seu trabalho se revele penoso ou desinteressante, mal remunerado e pouco reconhecido na empresa (precariedade do trabalho). Já na segunda dimensão, serão precários os assalariados que têm um emprego incerto e cujo futuro profissional se tornou imprevisível – o que implica grande vulnerabilidade económica e risco de perdas de direitos sociais (precariedade do emprego).

Ainda segundo o autor, só na situação em que estejam garantidos quer o reconhecimento material e simbólico do trabalho realizado, quer a proteção social decorrente da estabilidade do emprego poderá verificar-se uma integração profissional plena. Os outros três grandes tipos corresponderão a situações profissionais em que estão ausentes um ou dois dos atributos considerados. A integração incerta (satisfação no trabalho com insegurança no emprego) e a integração desqualificante (insatisfação no trabalho associada a precariedade de emprego) são, de acordo com Paugam, formas de integração que emergiram e têm vindo a disseminar-se desde o fim dos "trinta gloriosos" anos do pós-guerra. Já a integração *laborieuse* (condições de trabalho precárias, mas com segurança de emprego), não sendo nova, corresponderá a formas de insatisfação no trabalho que têm vindo a sofrer evoluções significativas.

		Relação com o Emprego	
		+	-
Relação com o Trabalho	+	Integração Plena	Integração Incerta
	-	Integração *Laborieuse*	Integração Desqualificante

Figura 6.10. Tipos de integração profissional

Nota: Esquema baseado em Paugam (2000).

A elevada incidência de acidentes de trabalho nos estaleiros da Construção pode ser lida como sinal expressivo da *precariedade das condições de trabalho* no setor. Não obstante a queda verificada nas últimas décadas no número de acidentes de trabalho mortais e não mortais, as taxas de sinistralidade no seu conjunto continuam a ser, em termos relativos, muito elevadas. Mais precisamente, em 2000, o número de acidentes de trabalho por cada 100 mil trabalhadores foi de 8688 trabalhadores e em 2016 de 8728, o que denota até um ligeiro aumento (GEP-MTSSS, 2000-2016).

Já em termos de *precariedade de emprego*, um indicador que poderemos considerar como igualmente expressivo da especificidade do setor, é a ausência de vínculos contratuais formais entre os trabalhadores e os empregadores. Aceitar participar nas tarefas produtivas sem aceder ao mínimo de direitos e garantias que definem a própria condição salarial aponta, de facto, para patamares máximos de desproteção e insegurança dos trabalhadores no emprego. Para tentar aferir o nível de incidência do trabalho informal nas atividades produtivas, tem-se recorrido ao cálculo da proporção do "trabalho não-declarado" no conjunto da força de trabalho mobilizada no setor (taxa de não-declaração). Ora, a avaliar pelos cálculos realizados a partir do Inquérito ao Emprego e dos Quadros de Pessoal, a informalidade na Construção, com mais ou menos oscilações, tem vindo a diminuir significativamente desde os inícios dos anos 2000 até à atualidade.

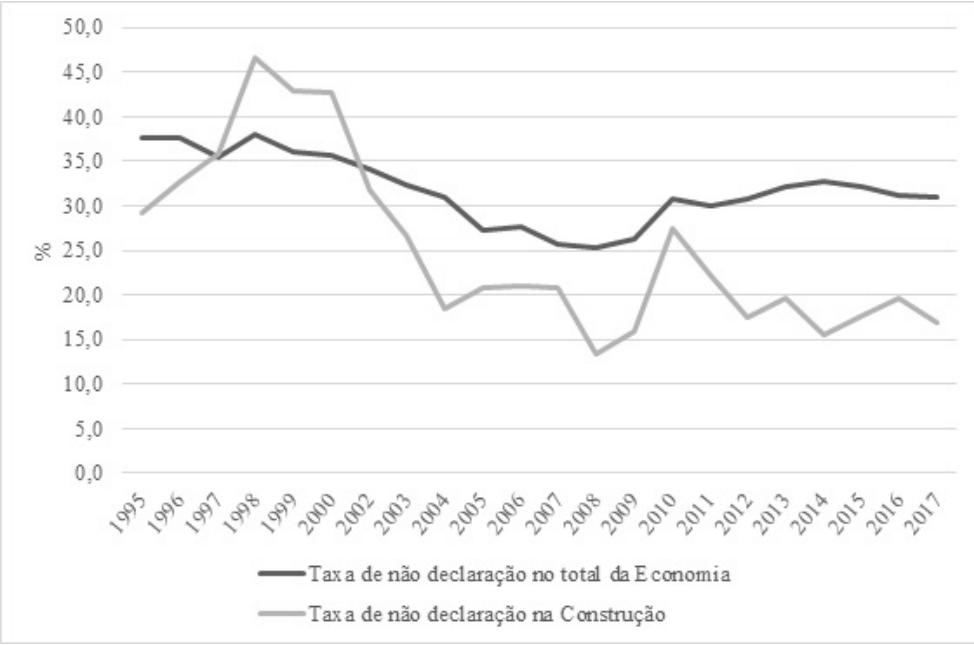


Figura 6.11. Evolução da taxa de não-declaração do total da Economia e da Construção (1995-2017)

Fontes: INE. *Estatísticas de Emprego*, 1991-2017 (4º trimestre) (com base no *Inquérito ao Emprego*); GEP/MTSSS. *Quadros de Pessoal*, 1995-2017.

Nota: TND = [(Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo Censos e Inquérito ao Emprego – Pessoal ao Serviço, segundo Quadros de Pessoal) / Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo Censos e Inquérito ao Emprego] x 100.

Como pode observar-se na Figura 6.11., a taxa de não-declaração apresenta em anos recentes uma incidência tendencialmente bem mais baixa do que a verificada na década anterior. De valores que, nos anos de 1990, se situavam entre os 32 e os 47%, passou-se, após uma queda acentuada na transição para os anos 2000, para um patamar próximo de 20%. Eis um elemento indiciador de que, apesar da permeabilidade à informalidade que se reconhece persistir no setor, esta parece ser uma tendência em queda, à semelhança, aliás, do que acontece com a taxa de sinistralidade mortal[10]. Trata-se, possivelmente, do resultado de uma intensificação do controlo e regulação estatais, pressionada, ela própria, em parte, pelas exigências

[10] A este respeito, registe-se que a taxa de sinistralidade relativa a acidentes de trabalho mortais, entre 2002 e 2016, sofreu uma ligeira diminuição de 18 para 13 acidentes por cada 100 mil trabalhadores.

de transposição para o direito português de diretivas comunitárias respeitantes a este setor de atividade.

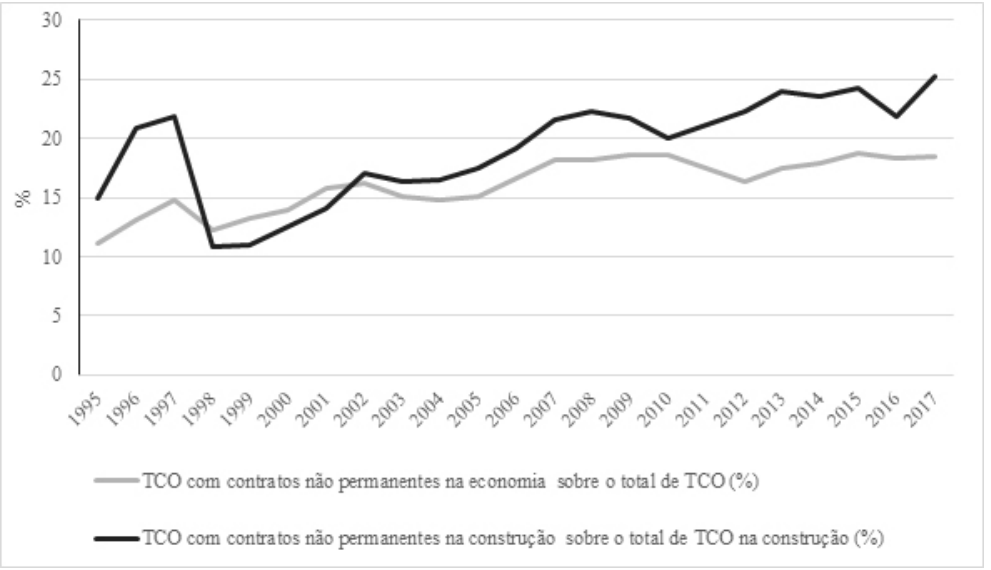


Figura 6.12. Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contratos não permanentes no total da população empregada por conta de outrem – Total da Economia e Construção (1995-2017)

Fontes: INE. *Estatísticas de Emprego*, 1995-2017 (4º trimestre) (com base no *Inquérito ao Emprego*); GEP/MTSSS. *Quadros de Pessoal*, 1995-2017.

Um olhar sobre a evolução da população empregada por conta de outrem segundo o tipo de contrato (Figura 6.12.) permite-nos verificar que, desde os anos de 1990, se observa, no conjunto da economia portuguesa, um aumento expressivo da proporção de assalariados que laboram com contrato a prazo – o que não surpreende face ao que se conhece sobre as tendências em matéria de contratação de força de trabalho e de desregulação dos vínculos laborais que se têm vindo a impor e generalizar nas últimas décadas.

Perante a informação contida na Figura 6.12., importa ainda salientar que, na Construção, o incremento deste segmento da população empregada tem sido (com grande evidência a partir de 2005, e de forma ainda mais notória desde 2012) particularmente acentuado. Como consequência, a proporção de trabalhadores com contratos não permanentes no total de trabalhadores por conta de outrem vem ascendendo, desde 2007, a valores que se situam entre 20 e 25% – o que dá a entender que as estratégias de sobrevivência e/ou resistência levadas a cabo pelas

empresas do setor (a que anteriormente nos referimos) terão passado, frequentemente, por processos de gestão precarizante da mão de obra.

A Figura 6.13. dá conta do modo como o conjunto da economia e a indústria da Construção, em particular, foram afetados pelo desemprego nas duas últimas décadas. Não pode deixar de se salientar, perante a informação retida, que, já desde os primeiros anos da década de 2000, mas sobretudo após 2008, período que reiteradamente associámos, ao longo destas páginas, a um processo de crise económica acentuada, as taxas de desemprego aumentaram de forma acentuada.

Figura 6.13. Evolução da taxa de desemprego da Economia e do setor da Construção (1995-2018)

Fonte: INE. *Estatísticas de Emprego*, 1995-2017 (4º trimestre) (com base no *Inquérito ao Emprego*).

Nota: Cálculo (População desempregada à procura de novo emprego/População ativa) x100.

O facto é particularmente notório no âmbito específico da Construção, com a proporção de desempregados a atingir em 2012 um pico que ultrapassa os 30%, valor bem superior à taxa de desemprego, já de si elevada, que se registou no conjunto da economia portuguesa. Consequência da forte diminuição da atividade do setor em território nacional, aqui já ilustrada através da evolução dos indicadores da estrutura económico-produtiva, tão elevada taxa de desemprego na Construção remete para um conjunto de fenómenos com inequívoca relevância sociológica. Nele cabem, para além do dramatismo do próprio despedimento, a destruição dos ofícios e a desagregação de estatutos profissionais ou, ainda, a desregulação do modelo salarial e a precariedade das condições de trabalho (Queiroz, 2005),

bem como, noutro plano, a inevitabilidade da emigração (frequentemente vivida como disponibilidade ou mesmo vontade para explorar novas oportunidades), a suspensão de progressão na carreira e a dissolução de relações sociais criadas em volta do emprego – em suma, um vasto conjunto de modalidades de sujeição a situações cada vez mais distanciadas da "*integração profissional plena*".

Conclusões

Procurámos, com o presente estudo, identificar algumas das principais mudanças verificadas ao longo das últimas décadas no setor da Construção em Portugal. Sem perder de vista os grandes enquadramentos internacionais que estão subjacentes à realidade económica do setor, progressivamente marcados pela generalização de práticas de desregulação da economia e do mercado de trabalho, a análise empreendida reconstituiu séries estatísticas temporais e procurou formular, ainda que a título exploratório, linhas interpretativas sobre as mutações da estrutura económico-empresarial e do emprego identificadas.

Foi possível sublinhar, relativamente às duas últimas décadas, o movimento inicial de expansão do número de empresas da Construção em Portugal e, depois de meados da década de 2000, um movimento global fortemente descendente, que apenas em 2015 dá alguns sinais de abrandamento. Não tendo sido possível analisar em profundidade nesta altura as determinantes desta evolução imputáveis à forte presença da figura de subcontratação no setor, vale a pena não perder de vista a relevância deste fenómeno, o qual, aliás, será objeto de significativo aprofundamento no projeto de pesquisa em que o presente texto se integra.

Num tecido empresarial definido por grandes desigualdades, desde logo, em matéria de dimensão das unidades empresariais, mas também de práticas salariais, foi possível verificar que a crise financeira vivida no país depois de 2008 teve impacto significativo na estrutura empresarial do setor da Construção, na dinâmica de formação de valor neste gerado e, dada a relevância deste no país, na economia no seu conjunto. Mais especificamente, foi ainda possível assinalar, em domínios como a produtividade do trabalho ou a intensidade de uso do capital fixo, que as tendências de queda se inscreviam em quadros de reprodução com significado e que o processo de qualificação dos ativos não acompanhava o ritmo que é possível documentar nos restantes setores da economia.

Sem deixar de reconhecer as vulnerabilidades que decorrem da especificidade material e técnica das atividades desenvolvidas na Construção, que acentuam a intensidade do trabalho e uma certa resistência à racionalização, a análise empreendida sublinhou, à luz dos trabalhos de Paugam (2000), a importância de se consagrar uma atenção específica, através do estudo da relação com o trabalho e da relação com o emprego, à génese e reprodução dos processos de precarização/

integração profissional no setor. Nesse sentido, e procurando medir as incidências da informalidade, da precariedade e do desemprego no setor da Construção e na economia no seu todo, foi possível verificar que, não obstante alguns progressos específicos no domínio da incidência da informalidade na Construção, os horizontes de *integração profissional plena* estão ainda muito longe de constituir o quadro modal de referência da relação com o trabalho e o emprego no setor.

Referências Bibliográficas

Amorim, J. et al. (2015). *Mobilidade transnacional de trabalhadores e empresas*. Lisboa: ACT.

Baganha, M. I., Marques, J. C. & Góis, P. (2002). Sector da Construção e Obras Públicas em Portugal: 1999-2000. *Oficinas do CES*, *173*, 1-35.

Ball, M. (1992). Les marchés de la Construction et les entreprises de bâtiment britanniques In E. Campagnac (Ed.), *Les Grands groupes de la construction: De nouveaux acteurs urbains?* (pp.109-122). Paris: L'Harmattan.

Bresnen, M. J. et al. (1985). The flexibility of recruitment in the construction industry: Formalisation or re-casualisation. *Sociology*, *19*(1), 108-124.

Campinos-Dubernet, M. (1992). La diversité des bâtiments européens: l`incidence des modèles nationaux In E. Campagnac (Ed.), *Les Grands groupes de la construction: De nouveaux acteurs urbains?* (pp. 155-165). Paris: L'Harmattan.

Cremers, J. (2005). Free movement revisited. *CRL News*, *2*/2005, 3-9.

Duc, M. (2002). *Le Travail en chantier.* Toulouse: OCTARES Éditions.

Freire, J. (1991). Imigrantes, capatazes e segurança no trabalho da Construção Civil. *Organizações e Trabalho*, *5*/6, 147-153.

Giallocosta, G. & Maccolini, M. (1992). Entreprises générales et éclatement de la production: Les problèmes non-résolus du cas italien In E. Campagnac (Ed.), *Les Grands groupes de la construction: De nouveaux acteurs urbains?* (pp. 123-133). Paris: L'Harmattan.

Matos, F. L. (2001). *A habitação no Grande Porto. Uma perspetiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*. (Tese de doutoramento não publicada), FLUP, Porto, Portugal.

Morrison, C., Sachetto, D. & Cretu, O. (2014). Labour mobility in construction: Migrant workers' strategies between integration and turnover. *Construction Labour research – CLR News*, *2*/2014, 33-49.

Paugam, S. (2000). *Le Salarié de la Précarité*. Paris : PUF.

Pinto, J. M. (1996). Contributos para uma análise dos acidentes de trabalho na Construção Civil. *Cadernos de Ciências Sociais*, *15/16*, 87-119.

Pinto, J. M. & Queiroz, M. C. (1996a). Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na Construção Civil. *Sociologia. Problemas e Práticas*, *19*, 9-29.

Pinto, J. M. & Queiroz, M. C. (1996b). Qualificação profissional e desqualificação social na construção civil. *Cadernos de Ciências Sociais*, *19-20*, 41-85.

Pinto, J. M. (2012). Instituições, disposições e práticas: O caso da produção de habitação In L. Veloso & R. M. Carmo (Orgs.), *A Constituição Social da Economia* (pp.81-122). Lisboa: Mundos Sociais.

Pinto, J. M. (2018). Trabalho e trabalhadores da Construção Civil: Recapitulação de resultados e novas hipóteses de investigação In S. Gomes et al (Eds.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas* – Homenagem a Manuel Carlos Silva (pp. 391-413). Famalicão: Humus.

Ponte, S., & Ewert, J. (2009). Which way is "up" in upgrading? Trajectories of change in the value chain for South African wine. *World Development*, *37*, 1637-1650.

Queiroz, M. C. (1999). *Trabalho e trabalhadores na Construção Civil e Obras Públicas. Contributos para a análise dos lugares e das identidades de classe*. (Tese de doutoramento não publicada), FLUP, Porto, Portugal.

Queiroz, M. C. (2005). *Classes, identidades e transformações sociais: Para ler as evoluções da estrutura social portuguesa*. Porto: Campo das Letras.

Rodrigues, M. J. (1996). *O Sistema de Emprego em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.

Legislação

Diretiva Comunitária n.º 96/71/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro.

Outras Fontes:

GEP/MTSSS (1995-2017). *Quadros de Pessoal*. Lisboa.

GEP/MTSSS (2000-2017). *Séries Cronológicas sobre os Acidentes de Trabalho em Portugal*. Lisboa.

INE (1991-2011). *XIII, XIV, XV Recenseamentos Gerais da População*. Lisboa.

INE (1992-2017). *Estatísticas de Emprego*, (4ºtrimeste), (com base no *Inquérito ao Emprego*). Lisboa.

Anexo 6.1 – Sinistralidade laboral no setor da construção em Portugal: Alguns elementos caracterizadores

José Madureira Pinto,
Vanessa Rodrigues & Maria Inês Coelho

Controvérsias em torno da caracterização e da medida da sinistralidade laboral

A informação estatística recolhida no âmbito de estudos sobre a Construção realizados nos anos de 1990[11] indicava que, no período entre 1985 e 1993, nenhum segmento de atividade económica ultrapassara aquele setor em termos de perigosidade objetiva associada aos respetivos processos produtivos (taxas de sinistralidade). A análise das mortes nos locais de trabalho reforçava essa ideia: envolvendo menos de 10% dos assalariados portugueses, a ocorrência de acidentes fatais nos estaleiros da construção revelava-se consistentemente superior a um quinto do total, tendo chegado mesmo a quase um terço no ano de 1991.

A polémica que, nessa altura, surgiu na imprensa portuguesa a propósito da discrepância entre fontes de informação e da falta de fiabilidade dos dados estatísticos disponíveis sobre acidentes de trabalho não deixava dúvidas quanto ao potencial de politização que o tema encerra. Os porta-vozes do movimento sindical cedo identificaram o facto como sintoma da inépcia governamental para intervir eficazmente no domínio das condições de segurança dos trabalhadores; por outro lado, multiplicaram-se declarações de responsáveis políticos sobre medidas, já tomadas ou iminentes, visando afinar os procedimentos de recolha de dados oficiais sobre sinistralidade laboral; lembraram ainda alguns intervenientes que grande parte dos enviesamentos da informação – e das fatídicas ocorrências, elas próprias – teria sido evitada se importantes diretivas comunitárias neste domínio houvessem sido transpostas, em devido tempo, para a legislação nacional; finalmente, não faltaram textos de opinião procurando entrever, para além das polémicas sobre números, os "verdadeiros" fatores da forte incidência de desastres entre os trabalhadores da Construção.

Na sequência da polémica – e presumivelmente também por causa dela –, conseguiram-se aperfeiçoamentos na legislação, nos métodos de contabilização, na organização dos serviços de inspeção e nas próprias práticas de prevenção de acidentes nos locais de trabalho. Destaque especial deve ser dado ao facto de,

[11] Ver, entre outros, os resultados do projeto "Trabalho e Trabalhadores na Construção Civil", financiado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, que deu origem, mais tarde, às publicações de Pinto & Queiroz (1996a, 1996b).

em 1991, o direito português ter incorporado a Diretiva-Quadro n.º 89/391/CEE (de 1989), a qual, visando em última análise garantir preceitos mínimos de regulação e proteção no trabalho em toda a União Europeia, ampliava o âmbito da obrigação de prevenção do empregador, através da adoção de medidas de promoção da melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no local de trabalho, numa perspetiva que pressupunha uma abordagem global e integrada com o envolvimento de todos os atores implicados.

Segundo vários informantes institucionais, os avanços que entre nós se realizaram no sentido de integrar esta visão na agenda das entidades oficiais que em Portugal cumprem funções na área da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho só terá sido possível graças ao trabalho de articulação estratégica entre sindicatos, empresas e organismos do Estado com responsabilidades na matéria. Grande relevo é atribuído ao papel que neste processo teve a mobilização de um conjunto de técnicos da Inspeção do Trabalho em defesa da transposição urgente para a legislação e práticas de intervenção profissional a nível nacional quer de diretivas comunitárias quer de outros princípios e orientações sobre a questão que já então integravam a agenda de trabalhos da Comissão e do Parlamento Europeus.

Para quem descreia por princípio das potencialidades emancipatórias ao alcance da burocracia do Estado, tratou-se de uma mobilização surpreendente, tanto mais quanto se saiba nela ter reemergido, em contradição com a tendência de despolitização / normalização / tecnicização / taylorização da Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho, o princípio de responsabilização objetiva dos detentores do capital e do processo técnico-organizacional de exploração propriamente capitalista, que, ao findar o século XIX, havia inspirado a legislação pioneira sobre causas e reparação de acidentes laborais[12].

[12] Sobre a história, nada linear, mas teoricamente muito inspiradora, da construção e erosão sociais da noção e do enquadramento jurídico do acidente de trabalho enquanto falha objetivamente imputável às lógicas económicas (e ao arbítrio) da ordem produtiva e da relação salarial instauradas pelo capitalismo industrial, ver, entre outros, Duclos (1984 [Cap. 1]); Ewald (1976, 1981); Lenoir (1980); Mattéi (1976) e Voirin (1977, pp.95-98). Pinto (1996 [Cap. 3]) faz uma reflexão desenvolvida sobre este tipo de problematização, à qual, mais recentemente, Jounin (2006) também alude. Fraga de Oliveira (2008) propõe uma abordagem crítica às orientações e práticas correntes em Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho, que, tendo a particularidade de se inspirar na longa experiência profissional de alguém ligado à Inspeção do Trabalho, recoloca as questões da segurança laboral à luz da natureza específica e transformações recentes da relação salarial, lembrando que o que nelas está em causa "é a degeneração do conceito de flexibilidade no sentido da precarização da condição profissional (e, consequentemente, pessoal e social) determinada por um (…) trabalho quotidianamente marcado pela insegurança e pelo medo do desemprego e consequente sujeição à intensificação do trabalho e a condições de trabalho degradadas" (Fraga Oliveira, 2008, p. 248).

Algumas considerações sobre a evolução, incidência relativa e especificidades da sinistralidade laboral na Construção

Não obstante a queda do número de acidentes de trabalho no setor da Construção que se registou nas últimas décadas, facto certamente não alheio à própria quebra tendencial do dinamismo económico e da capacidade empregadora que, no mesmo período, o caracterizou, as taxas de sinistralidade em causa continuam a ser, em termos relativos, muito elevadas.

Se considerarmos os extremos do período que temos privilegiado na análise, podemos observar, seguindo a Tabela 6.1, que o número total de acidentes de trabalho por 100 mil trabalhadores foi de 8688, em 2000, e de 8728, em 2016, o que, não tendo em conta as oscilações intermédias, denota até um ligeiro aumento. Já a taxa de sinistralidade referente a acidentes de trabalho mortais registou, entre 2002 e 2016, uma diminuição de 18 para 13 acidentes por cada 100 mil trabalhadores. Acontece, porém, que o distanciamento das tendências do setor em relação às tendências homólogas do conjunto das atividades económicas continua a ser, neste domínio, muito acentuado. Estamos perante uma atividade económico-produtiva com taxas de incidência de acidentes de trabalho persistentemente superiores às que caracterizam o conjunto da economia, principalmente no que diz respeito a acidentes fatais.

Tabela 6.1

Evolução da taxa de incidência de acidentes de trabalho (não mortais e mortais) do setor da Construção e da Economia (2000-2016)

	Taxa de incidência dos acidentes de trabalho		Taxa de incidência dos acidentes de trabalho mortais	
	da Construção	da Economia	da Construção	da Economia
2000	8687,6	5546,9	n.d.	8,7
2001	9623,1	5599,8	n.d.	8,3
2002	9231,5	5644,1	17,6	8,1
2003	9250,0	5431,9	19,0	7,1
2004	9845,3	5393,1	20,1	7,0
2005	9302,0	5311,9	20,0	7,0
2006	9364,8	5474,5	15,0	5,8
2007	8290,3	5422,2	18,0	6,3
2008	8471,8	5478,1	14,1	5,3
2009	8923,5	5148,5	15,0	5,1
2010	9183,6	5202,0	13,9	5,0
2011	8759,9	5241,8	12,9	4,9
2012	8189,3	5198,8	16,0	4,7
2013	9168,1	4415,5	14,6	3,6
2014	9902,3	4523,8	15,6	3,6
2015	10302,0	4582,8	17,3	3,5
2016	8728,7	4507,2	12,8	3,0

Fonte: GEP-MTSSS. *Acidentes de trabalho*, 2000-2016.

Taxa de incidência = (N.º de acidentes de trabalho / N.º de pessoas expostas ao risco) x 100 000.

Nota: No cálculo desta taxa, o denominador tem por base os dados do Inquérito ao Emprego do INE. N.d.: Dado não disponível.

A informação estatística reunida na Tabela 6.2, respeitante aos setores de atividade que, nos anos de 2002 e 2016, registaram em Portugal as mais elevadas taxas de sinistralidade laboral, confirma a existência do referido diferencial. Em 2002, a Construção foi o terceiro setor com maior incidência relativa de acidentes de trabalho, a qual, situando-se bem acima do valor homólogo nacional, só foi superada, nesse ano, pela dos setores das Indústrias Extrativas (com o valor mais ele-

vado), seguida pela das Pescas. Não obstante a subsequente diminuição das taxas de sinistralidade (correspondentes quer ao total de acidentes quer a acidentes mortais), pode observar-se na mesma tabela que, decorridos 14 anos, a Construção continua a evidenciar-se como um domínio de atividade particularmente vulnerável a este respeito – num cenário em que apenas o setor da Captação, Tratamento e Distribuição de Água (no caso de acidentes mortais) e o das Indústrias Extrativas (quanto ao total de acidentes) apresentam taxas de incidência superiores.

Tabela 6.2

Taxas de incidência de acidentes de trabalho (total e mortais) nos setores de atividade mais afetados (2002 e 2016)

CAE/ Rev.2	2002		CAE/Rev.3	2016	
	Total	Mortais		Total	Mortais
Total	**5644,1**	**8,1**	**Total**	**4507,2**	**3,0**
Pesca	**9791,1**	**28,7**	**Agricul., prod. animal, caça, floresta e pesca**	2478,8	6,6
Indústrias extrativas	**16440,1**	**28,8**	**Indústrias extrativas**	7194,1	**41,4**
Indústrias transformadoras	8515,3	7,1	**Indústrias transformadoras**	6538,8	3,3
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	2562,3	10,0	**Capt., trat. distrib. água, saneam., gestão de resíd. e despoluição**	**10254,7**	6,5
Construção	**9131,5**	**17,6**	**Construção**	**8728,7**	**12,8**
Transportes, armazenagem e comunicações	5079,1	18,6	**Transportes e armazenagem**	5873,6	8,0
Alojamento e restauração	3396,5	1,5	**Alojamento, restauração e similares**	4959,0	0,7
Ativ. imobiliárias, alug. serv. prest. empresas	4893,9	9,1	**Atividades imobiliárias**	2349,1	0,0
Outras ativ. serv. colet., sociais e pessois	3001,9	4,3	**Atividades de saúde humana e apoio social**	4646,2	0,0

Fonte: DGEEP-MTSS. *Estatísticas em Síntese 2002. Acidentes de trabalho,* 2006*;* GEP-MTSSS. *Estatísticas em Síntese 2016. Acidentes de trabalho,* 2018.

Das tabelas apresentadas conclui-se então que a perigosidade objetiva do setor da Construção, medida por referência ao número de trabalhadores expostos ao risco de acidente, não parece estar a dar sinais de recuos significativos, o que poderá indiciar a existência de problemas crónicos associados a modalidades produtivas cuja especificidade passa, em grande medida, pelo carácter efémero e mutável de que se revestem. A acentuada variabilidade (espacial e diacrónica) dos locais

e processos de trabalho tem sido, aliás, apontada como um dos fatores responsáveis pela elevada propensão à sinistralidade que caracteriza a Construção (Pinto, 1996).

A esse respeito, algumas sugestões teóricas oriundas da psicologia da perceção revelam-se pertinentes. É o caso das que assinalam o facto de as descontinuidades frequentes e imprevisíveis no sistema de estímulos do mundo físico induzirem perdas de conformidade e de adaptabilidade, quer no nível de vigilância e expectativas pré-percetivas, quer no dos mecanismos de identificação, diferenciação e discriminação fundadores das condutas percetivas, quer, consequentemente, no do próprio manuseamento de objetos e instrumentos de trabalho. Dir-se-ia, seguindo James Gibson, que, diferentemente do que ocorre noutros processos de trabalho industrial, o "mundo visível" tende a ser, no caso dos estaleiros da Construção, eminentemente mutável… e, por isso, potencialmente funesto[13].

A informação estatística disponível sobre a distribuição dos acidentes de trabalho segundo as causas, tomadas estas como diferentes tipos de desvios em relação ao processo normal de execução do trabalho que terão estado na origem dos sinistros, parece corroborar, em linhas gerais, as sugestões teóricas agora esboçadas. De acordo com a Figura 6.14., cujos valores se reportam a 2016[14], é o "movimento do corpo sujeito a constrangimento físico" o desvio que mais frequentemente está na origem dos acidentes de trabalho não mortais neste setor, com 29,3% do total registado (não há referência a sinistros fatais decorrentes desta causa). Em proporção menor, mas igualmente relevantes, seguem-se a "perda de controlo de máquinas, meio de transporte, equipamento manuseado, ferramenta manual, objeto, animal", com 19,8% das ocorrências, e o "escorregamento ou hesitação com queda, queda da pessoa", com 18,8%. Por sua vez, os acidentes de trabalho mortais mais frequentes surgem, segundo os dados constantes da mesma Figura, associados ao desvio designado como "rutura, arrombamento, rebentamento, resvalamento, queda, desmoronamento", com 35,1% dos casos, cabendo especificamente ao item "queda de pessoa" a significativa percentagem de 29,7%.

[13] Para uma abordagem panorâmica das teses em confronto na teoria e análise psicológicas da perceção, incluindo a de James Gibson, ver Gleitman, 1999, Cap. 6.

[14] Segundo a metodologia das Estatísticas Europeias de Acidentes de Trabalho (EEAT), a informação estatística sobre os acidentes de trabalho ocorridos num determinado ano apenas é disponibilizada dois anos depois. O ano de 2016 é, pois, no momento da redação deste texto, a última referência temporal acessível.

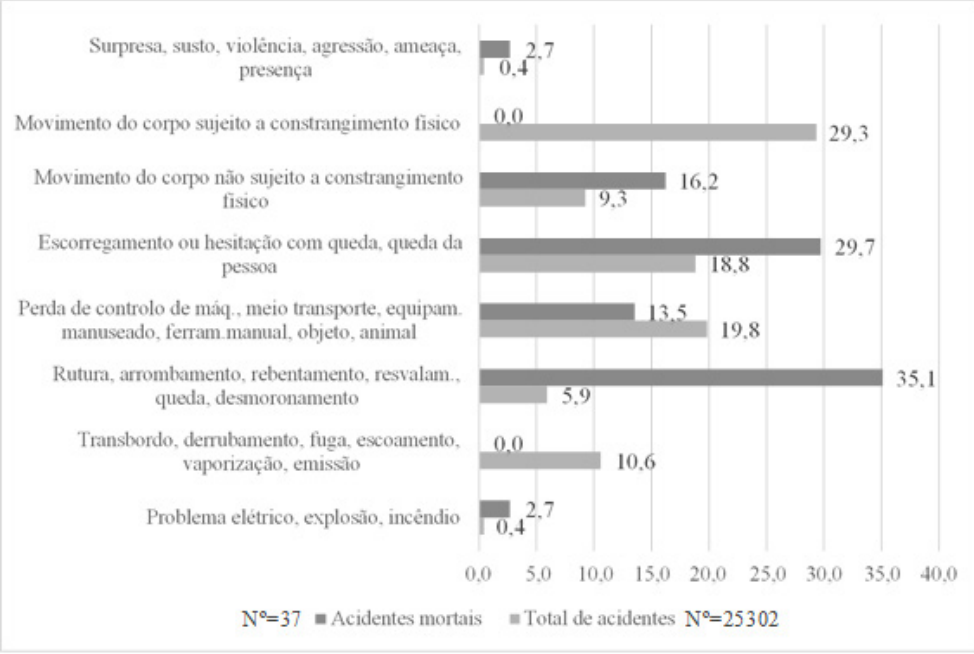


Figura 6.14. Distribuição percentual dos acidentes de trabalho (total e mortais) na Construção segundo o desvio (2016)*

Fonte: GEP/MTSS. *Acidentes de trabalho. Coleção Estatísticas,* 2016.

Nota:* Descrição do desvio do processo normal de execução do trabalho que provoca o acidente.

A análise dos fenómenos de insegurança e sinistralidade na Construção obriga, contudo, a que, além da especificidade técnico-material dos processos e situações de trabalho, se invoque a incidência, que, como se sabe, é especialmente marcante no setor, de estratégias patronais de externalização e flexibilização da gestão de mão de obra, especialmente as que se baseiam na subcontratação e no recurso a trabalho temporário. Apoiando-se em redes de relações pessoais onde se cruzam e mutuamente se reforçam informalidade, interconhecimento e confiança recíproca, os mecanismos de coordenação flexível e de gestão e controle de mão de obra ao alcance da subempreitada não deixam, em certos casos, de propiciar soluções pontuais e individualizadas que garantem, informalmente, alguma "proteção" no emprego – daí parte da sua atratividade e razão de ser. No entanto, ao fomentarem e legitimarem a liberdade patronal de discriminar, concretizada através do direito dos empregadores situados nos diversos pontos da cadeia de subcontratação (incluindo agências privadas de colocação de mão de obra temporária) a cooptarem o pessoal ao serviço, as redes de recrutamento aqui em causa tendem a multiplicar

segmentações arbitrárias dos coletivos de trabalho, fatores de risco e insegurança, pretextos para o incumprimento de direitos sociais, multiplicação e metamorfose de empregos precários[15]. São, pois, formas de mobilização de força de trabalho que geram muitos problemas de coordenação funcional e comunicacional, ao induzirem não apenas a coexistência, num mesmo espaço físico, de equipas com origem e composição variáveis e grande heterogeneidade quanto a competências prático-profissionais e rotinas interiorizadas dos seus membros, como ainda alguma tendência para a indefinição das tarefas prescritas e a diluição em cadeia de responsabilidades.

Num quadro de crescente internacionalização do setor da Construção, é frequente a presença nos estaleiros de um número crescente de "trabalhadores deslocados", os quais, como a sua própria designação sugere, tendem a manter com as condições de trabalho e as modalidades produtivas em uso nos países de destino (tecnologias, organização espacial dos estaleiros, métodos de produção, formas de comunicação, rotinas profissionais, etc.) uma distância feita de desconhecimento, estranhamento e inadaptação disposicional. Compreende-se que por eles e pelas suas condições de existência laboral passem, com incidência particularmente acentuada, alguns dos elementos indutores da corrente de sinistralidade de que temos estado a falar. Sem termos elementos suficientes para dar consistência a esta conjetura, vale a pena, ainda assim, chamar a atenção para o número de ocorrências que, segundo o registo estatístico relativo à distribuição dos acidentes na Construção segundo a localização geográfica, se verificou, em 2016, no trabalho realizado no estrangeiro.

[15] Para uma análise teórica e empiricamente muito fundamentada e inspiradora destes processos, ver o estudo de Jounin (2008), baseado em prolongada observação participante em estaleiros da Construção em França.

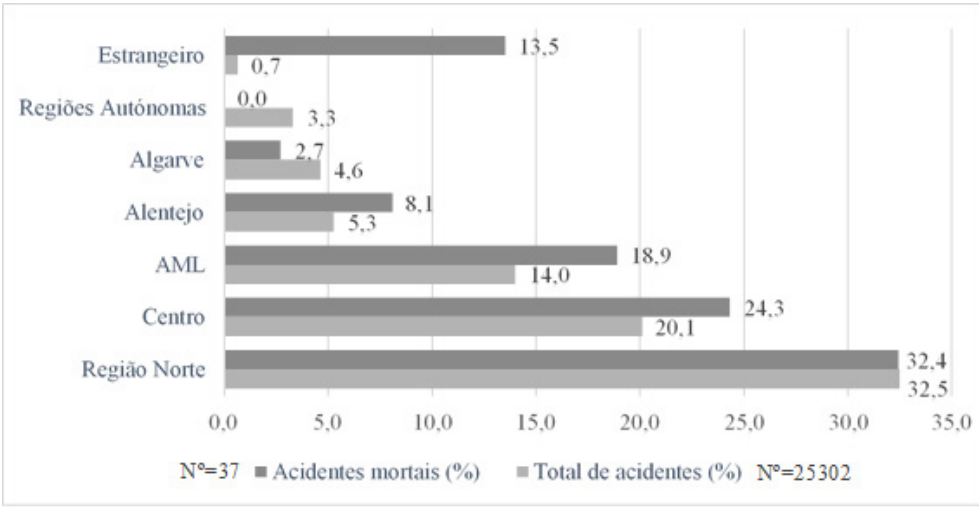


Figura 6.15. Distribuição percentual dos acidentes de trabalho (total e mortais) na Construção segundo a localização geográfica (2016)

Fontes: GEP/MTSS. *Acidentes de trabalho. Coleção Estatísticas*, 2016.

Nota: O âmbito geográfico dos dados corresponde a Portugal (Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira) e Estrangeiro (envolvendo acidentes de trabalho participados aos seguradores com trabalhadores deslocados no estrangeiro).

Sendo a Região Norte aquela que, de acordo com a referida fonte, concentra a maior proporção de acidentes (Figura 6.15.), a verdade é que, se isolarmos a sinistralidade mortal, verifica-se que é fora do país que o fenómeno apresenta contornos mais preocupantes: 5 dos 37 acidentes mortais atingiram trabalhadores portugueses destacados ao serviço de empresas, cuja maior parte da atividade decorre em Portugal e cujo tratamento legal dos processos de reparação está a cargo das seguradoras e tribunais portugueses[16].

Sendo certo que "qualquer perceção visual com uma certa duração supõe uma exploração óculo-motriz do campo, desencadeada pelo estímulo", a verdade é que – são ainda os psicólogos a reconhecê-lo – essa mesma exploração não deixa de poder "diferenciar-se e afinar-se quer com a maturação do organismo, quer com a prática concertada introduzida por uma educação especializada" (Francès, 1992, p. 70).

[16] Relembre-se que os acidentes que ocorram no percurso para o local de trabalho ou no regresso deste (acidentes de trajeto) não estão contabilizados nesta seriação do GEP-MTSSS.

Faz sentido que, nestes processos de adequação percetiva "concertada", se inclua a interiorização, por parte dos operários de execução, do que Nicolas Jounin, na sequência de Christophe Desjours, designa como "ideologia defensiva de ofício" face aos perigos de acidente – um misto de propensão disposicional e de jogo calculado para lidar com o risco, só alcançável através da participação no trabalho em grupos com ligação a um mesmo local e com uma prática de repartição prudentemente assumida de tarefas e responsabilidades recíprocas entre os seus membros (Desjours, 1993, pp. 87-92; Jounin, 2006, p. 86). Ora, não é isso o que em princípio ocorre em contextos de trabalho dominados simultaneamente, de um lado, pelas lógicas da subcontratação e da precarização dos vínculos laborais e, de outro, pelas exigências de ritmo e urgência no desenvolvimento das tarefas. Colocados entre as pressões produtivistas de cadência e as prescrições sobre segurança – formalmente instituídas pelo Estado em nome da defesa da integridade física de quem trabalha, mas de facto assumidas pela direção das empresas –, muitos trabalhadores ver-se-ão constrangidos a assumir riscos e a esconder que os assumem, contribuindo com tal cedência, só na aparência consentida ou cúmplice, para agravar a probabilidade de ocorrência de acidentes.

Note-se que, só com recurso a informação estatística devidamente especificada (nomeadamente a distribuição por grupos etários, por escalão de dimensão das empresas, etc.), ela própria articulada com resultados decorrentes da pesquisa etnográfica multi-situada, será possível ensaiar uma reflexão sociológica suficientemente robusta sobre as hipóteses agora levantadas.

Nota final

Admite-se que, com as transformações em curso no campo da Construção – algumas das quais têm, aliás, contribuído para atenuar os níveis de sinistralidade laboral nos estaleiros – novos riscos associados ao trabalho e, consequentemente, novas exigências em matéria de prevenção e reparação de danos pessoais estejam emergindo. Será, nomeadamente, o caso das que se prendem com o tratamento jurídico a dar às deslocações de e para os locais de trabalho. Nas atuais circunstâncias de internacionalização do setor (as quais, como já vimos, não prescindem, bem pelo contrário, do recurso a subcontratações, agora de âmbito mais alargado e com incidências mais dificilmente reguláveis, desde logo pelos desajustamentos entre as ordens legais por que se regem), a questão dos acidentes verificados "na ida para o local de trabalho ou no regresso deste" há-de continuar a suscitar indefinições e controvérsia no plano jurídico-normativo e no da proteção efetiva dos interesses dos trabalhadores e suas famílias. Apesar da legislação portuguesa englobar, desde 1965, através da Lei n.º 2127, de 3 de agosto de 1965 (cujo conceito de acidente de trajeto viria a estender-se a mais situações com a legislação mais

recente), os acidentes de trajeto – na definição de acidente de trabalho, pelas suas características e atendendo à metodologia do projeto europeu no qual Portugal está integrado – estão excluídos do tratamento estatístico do Estado português levado a cabo ao longo das últimas décadas[17], o que se revela, à partida, como uma limitação considerável para o apuramento real do fenómeno em todas as suas vertentes. O elevado número de acidentes de viação nas estradas europeias envolvendo operários da Construção portugueses (uma espécie particularmente funesta dos efeitos da externalização e subcontratação das atividades económicas empresariais características das novas condições da relação salarial flexível) dá uma ideia da renovada importância da questão[18]. E assinala, com ênfase, de que modo o "nomadismo" dos operários da Construção, para além de todos os efeitos que produz no plano identitário, contribui para reforçar a "corrente de sinistralidade" que, com a aparência de destino ou segunda natureza, continua a pairar, como punição classista *sui generis*, sobre a vida de quem tem de trabalhar nas obras.

Referências Bibliográficas

Amorim, J. et al. (2015). *Mobilidade transnacional de trabalhadores e empresas*. Lisboa: ACT.

Desjours, C. (1993). *Travail usure mentale*. Paris : Bayard.

Duclos, D. (1984). *La santé et le travail*. Paris: La Découverte.

Ewald, F. (1981). Formation de la notion d'accident du travail. *Sociologie du Travail*, *1/8*, 3-13.

Fraga de Oliveira, J. (2008). Riscos psicossociais; o lado lu(n)ar da Gestão da SST? (da precariedade como causa à precariedade da prevenção). *Cadernos de Ciências Sociais*, *25-26*, 247-284.

Francès, R. (1992). *La perception*. Paris: PUF.

Freire, J. (1991). Imigrantes, capatazes e segurança no trabalho da Construção Civil. *Organizações e Trabalho*, *5/6*, 147-153.

Gleitman, H. (1999). *Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Jounin, N. (2006). La sécurité au travail accaparée par les directions. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *165*, 73-91.

Jounin, N. (2008). *Chantier interdit au public : Enquête parmi les travailleurs du bâtiment*. Paris: La Découverte.

[17] Compilações do Gabinete de Estratégia e Estudos, do Ministério da Economia e do Gabinete de Estratégia, e Planeamento, Do Ministério do Trabalho, Solidariedade de Segurança Social.

[18] Que esta não é uma hipótese meramente académica, eis o que pode depreender-se da referência que, em documento elaborado no âmbito da Autoridade para as Condições de Trabalho sobre trabalho destacado e, em particular, transfronteiriço, é feita ao "custo, tempo despendido e cansaço associado às viagens efetuadas entre a residência e o local de trabalho" como potenciadores de acidentes (Amorim et al., 2015, p. 28).

Lenoir, R. (1980). La notion d'accidents du travail: un enjeu de luttes. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *32/33*, 77-88.
Pinto, J. M. (1996). Contributos para uma análise dos acidentes de trabalho na Construção Civil. *Cadernos de Ciências Sociais*, *15/16*, 87-119.
Voirin, M. (1977). Accidents du travail. *Encyclopaedia Universalis*, I, 95-98.

Outras Fontes:

GEP/MTSSS (1995-2017). *Quadros de Pessoal*. Lisboa.
GEP/MTSSS (2000-2017). *Séries Cronológicas sobre os Acidentes de Trabalho em Portugal*. Lisboa.
INE (1991-2011). *XIII, XIV, XV Recenseamentos Gerais da População*. Lisboa.
INE (1992-2017). *Estatísticas de Emprego*, (4ºtrimeste), (com base no *Inquérito ao Emprego*). Lisboa.

Capítulo 7

O campo das grandes empresas da Construção: Perspetiva teórica e análise relacional sobre o caso português (em 2012)

Virgílio Borges Pereira

O presente capítulo apresenta e discute resultados provenientes de um projeto de investigação sociológica dedicado ao estudo de processos significativos de transformação social ocorridos durante as duas últimas décadas no setor da Construção em Portugal[1]. Procurando contribuir para uma problematização com alcance sociológico alargado sobre os impactos destas transformações nas condições de trabalho e nas estratégias de reprodução dos agentes envolvidos na

[1] O presente trabalho foi elaborado no âmbito das atividades do projeto de investigação "Novos terrenos para a construção: mudanças no campo da construção em Portugal e seu impacto nas condições de trabalho no século XXI" (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), desenvolvido no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, entre 2016 e 2019, e financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade. Beneficiando do quadro de discussão entre a equipa dos investigadores do projeto, uma primeira versão deste estudo foi discutida no colóquio internacional "Rising Inequalities", realizado nas instalações do CNRS – Pouchet, na cidade de Paris, França, em outubro de 2018, com a participação de Bruno Monteiro. Aprofundamentos analíticos suplementares foram possibilitados pela licença sabática de que o autor beneficiou durante o primeiro semestre do ano letivo de 2018/2019. A colaboração dos bolseiros de investigação do projeto em que se enquadra o estudo foi igualmente relevante para a recolha da informação estatística oficial que nele é utilizada; agradece-se, em particular, a colaboração dos Mestres Gonçalo Barbosa e Vanessa Carvalhosa Rodrigues neste processo. O exercício de análise aqui realizado beneficiou de um protocolo com o Gabinete de Estudos e de Estratégia (GEE) do Ministério da Economia do Governo da República Portuguesa. Para a concretização deste último, agradece-se a colaboração da Professora Doutora Anabela Carneiro, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Ao autor cabem todas as responsabilidades relativas quer à análise produzida quer ao tratamento e leitura efetuados da informação apresentada, não sendo, por isso, o GEE responsável pelos resultados e pela sua interpretação. Este trabalho foi originalmente publicado, sob o formato de artigo, em *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, número temático de 2019.

atividade económica na construção, o capítulo explora a possibilidade de informar tal entendimento por um retrato prévio sobre a configuração das forças exercidas entre as maiores empresas do setor. Para esse efeito, o estudo efetuado retoma argumentos analíticos centrais sobre a sociologia do campo económico, partindo do modo como estes foram formulados na obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu, e mobiliza-os para uma investigação sobre a composição das empresas do setor da Construção em Portugal. Para além de reconstituir, sinteticamente, as principais propriedades sociais da evolução económica recente no setor da Construção no país, este trabalho destaca a importância de informar um tal exercício a partir de preocupações relacionais. Nesse sentido, o estudo apresentado inventaria dados estatísticos oficiais provenientes das 200 maiores empresas do país do setor no ano de 2012 e ensaia uma definição da configuração das respetivas relações com recurso a análise geométrica de dados. Para os efeitos pretendidos e à luz da estratégia analítica proposta, o estudo define a configuração da estrutura do campo das maiores empresas do setor e a natureza das respetivas propriedades sociais. Em complemento, procede-se ainda a um exercício de classificação das empresas estudadas, com objetivos de identificação sintética das lógicas de poder que marcam o setor no ano em apreço. O capítulo termina com uma breve tentativa de interpretação sociológica dos processos identificados.

Coordenadas para uma sociologia do campo económico

Sistematizando uma linha de investigação dedicada aos princípios de uma antropologia económica, num dos últimos livros publicados em vida, Pierre Bourdieu regressava ao estudo de um tema que conhecia bem, desde que convertera o seu olhar à disciplina sociológica. Incorria, neste caso e tomando por referência as investigações que vinha conduzindo há vários anos sobre a problemática do acesso à propriedade da casa individual, nas implicações sociológicas do estudo do campo económico (Bourdieu, 2000), que fora, anos antes, também objeto de um dos seus seminários académicos e que, entretanto, foi publicado (Bourdieu, 2017). Para além do valor intrínseco que possuem no quadro geral da teorização da prática social empreendida pelo autor, os escritos de Bourdieu sobre estas problemáticas encerram pistas específicas que podem ser de grande heurisiticidade para o desenvolvimento de análise sociológica sobre os fundamentos sociais da economia e a que é pertinente regressar para efeitos de dinamização de pesquisa empírica. São várias e multifacetadas, como procuraremos demonstrar, as implicações decorrentes de uma tal abordagem.

Para efeitos de dinamização de pesquisa empírica, na sua incansável luta, também no domínio da análise sociológica da economia, contra as (falsas) alternativas entre holismo e individualismo, Bourdieu estabelece uma leitura estrutural do campo económico como condição de possibilidade do projeto de conhecimento

sociológico que procura definir, ressalvando, neste caso, o significado específico de que se revestem as relações de força entre os agentes do campo, i.e., entre as empresas. Salienta, na definição estrutural do campo económico que propõe, e para a compreensão do quadro concorrencial que este último suporta, a importância da relação entre o volume e a composição específica do capital das empresas – a saber, capital financeiro, capital cultural, sob as modalidades específicas de capital tecnológico, de capital jurídico e de capital organizacional, e também capital comercial, capital social e capital simbólico (Bourdieu, 2000, p. 236). É a detenção, por uma determinada empresa, de um volume global de capital significativo que lhe confere capacidade de ação no campo económico, atribuindo-lhe uma posição neste último e as correspondentes margens de lucro.

As diferentes espécies de capital reunidas numa empresa conferem-lhe uma posição relativa precisa no campo que ajudam a formar e é a configuração das relações de força no campo que, em suma, forma os preços de que as empresas dependem, ainda que, pela posição que ocupam no campo, estas também contribuam, em função da inércia que concentram, para a respetiva formação (Bourdieu, 2000, p. 240). Neste sentido, o campo económico é um campo de lutas, formado por empresas que concorrem entre si para definir e estabelecer as condições mais favoráveis na distribuição das relações de força em que se inscrevem. Não obstante o dinamismo do campo económico, estas lutas envolvem empresas dotadas de volumes globais e de combinações específicas de capitais diferenciados, materializando a (re)produção de posicionamentos de empresas dominantes e de outras que são dominadas, em diferentes modalidades, relativamente a estas.

À luz destas propriedades, as empresas dispõem de capacidade de ação estratégica. As empresas dominantes orientam as suas estratégias para "a melhoria da posição global *do* campo, tentando fazer crescer a procura global, ou então defender ou aumentar as posições adquiridas *no* campo (…) " (Bourdieu, 2000, p.247, tradução própria). Nas estratégias em apreço destacam-se a inovação permanente nos mais variados domínios de ação e a baixa de preços praticados, em matéria de custos e de produtos. Se a inércia própria à definição dos posicionamentos no campo contribui para a reprodução da respetiva estrutura, a dinâmica das lutas não torna esta última imune à mudança:

> A aparição de um novo agente eficiente modifica a estrutura do campo. De igual modo, a adoção de uma nova tecnologia, a aquisição de uma parte maior do mercado modifica as posições relativas e o rendimento de todas as espécies de capital detidas pelas outras firmas (Bourdieu, 2000, p.248).

Com efeito, para que a reconfiguração do campo económico se produza são particularmente relevantes os efeitos das relações entre o capital tecnológico e as

outras espécies de capital. De igual modo, o redesenho das fronteiras do campo, em particular o que decorre da internalização de dinâmicas externas nos domínios da demografia ou dos estilos de vida, e a relação com o Estado, especificamente, a competição das empresas "*pelo poder sobre o poder do Estado*" (Bourdieu, 2000, pp.250-251), são também elementos ativos da reconfiguração do campo económico.

A empresa é, sob este ponto de vista, suscetível de ser encarada também como um campo, dotada do respetivo espaço de posições de poder interno, com uma configuração sensível ao volume e às espécies dos capitais de que os seus dirigentes são dotados. Por sua vez, as estratégias destes dirigentes empresariais não poderão deixar de ser lidas à luz de uma tal configuração de capitais, o que permite abrir igualmente a análise aos processos de formação dos respetivos habitus (Bourdieu, 2000, pp. 252-264).

Para ilustrar empiricamente o argumento construído, Bourdieu estabelecia uma empresa produtora de cimentos como ponto focal da análise, demonstrando como as estratégias do seu desenvolvimento eram sensíveis à composição específica dos capitais e dos *habitus* dos seus dirigentes (Bourdieu, 2000, pp. 267-270). Para além disso, o argumento sociológico sobre a dinâmica do campo económico desenvolvia-se com base na estabilização de um conjunto de argumentos decorrentes da construção e análise do campo dos produtores de casas individuais em França (Bourdieu, 2000, pp. 59-76). Demonstrava-se, assim, a pertinência de encarar o potencial analítico subjacente à aplicação da teorização estabelecida a domínios específicos da realidade económica e social.

Com objetivos de dinamização de pesquisa empírica, procurámos estabelecer a perspetiva analítica assim constituída como referencial aproximado de conhecimento sociológico sobre a realidade económica e social da Construção em Portugal. São os procedimentos subjacentes a um tal propósito que serão objeto dos pontos seguintes deste estudo.

Uma metodologia relacional

Inspirado, como vimos, na obra de Pierre Bourdieu (1999, 2000) sobre a estruturação das atividades económicas, este trabalho procura apresentar um retrato sistemático das forças que estruturam as relações entre as principais empresas do setor da Construção que operam em Portugal. Inscrita num quadro de pesquisa que articula o estudo das estratégias de reprodução dos trabalhadores da Construção com o exame dos mecanismos de reprodução das empresas e instituições (Bourdieu, 1994), a presente análise deve ser tomada como uma primeira tentativa de identificação das principiais propriedades destas empresas e das relações que as compõem. O estudo baseia-se numa reconstituição das estatísticas oficiais com recurso a séries cronológicas sobre a atividade económica e industrial no país.

Esta reconstituição permitiu a preparação de duas grandes leituras das transformações do setor em Portugal, uma baseada numa abordagem diacrónica, que regista informação sobre o último meio século e que, no presente capítulo, retém grandes linhas interpretativas relativas ao período compreendido entre 1996 e 2012, e outra dedicada a uma leitura detalhada e sincrónica da situação económica e social do setor. Possuindo a pesquisa decorrente do presente artigo um estatuto organizador no quadro geral da investigação realizada, optou-se por tratar, no que concerne ao ponto de vista privilegiado na análise sincrónica, o ano de 2012. No período do lançamento da pesquisa, este tratava-se do ano mais recente com informação atualizada.

Para a produção do presente capítulo, a análise reúne informação específica obtida a partir do tratamento da principal base de dados oficial do setor privado do país, a base de dados Quadros de Pessoal. Trata-se de um conjunto de dados administrativos recolhidos numa base anual (os resultados são válidos para o mês de outubro de cada ano) pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS) e baseados nas respostas dadas pelas empresas nacionais. As respostas têm valor legal, sendo avaliadas pelas autoridades estatais. Para além da informação sobre as empresas do país (do capital económico à geografia e setor de atividade), a base de dados reúne informação muito significativa sobre a composição social e económica da população ativa, incluindo os empregadores.

Dada a complexidade do universo de referência, a leitura relacional aqui apresentada procura estabelecer um conjunto de coordenadas analíticas sobre a configuração das relações de força que caracterizam as 200 maiores empresas do setor da Construção do país. Para além da inspiração teórica no trabalho de Bourdieu, a investigação disponível sublinha, há já muito tempo, o interesse em investigar o conjunto de atividades desenvolvido pelas grandes empresas e grupos da Construção europeus (ver, por exemplo, Campagnac, 1992). Com tais objetivos em perspetiva, e após uma exploração do conjunto de dados oficiais, foi preparada a informação sobre a composição das empresas da Construção do país. Esse procedimento envolveu o tratamento de mais de 80 variáveis, organizadas de acordo com quatro domínios analíticos: a morfologia das empresas, a respetiva inscrição social, o capital económico das empresas e o capital cultural e técnico do pessoal das empresas. Para destacar as estruturas sociais da economia (Bourdieu, 2000), ou as forças da física social envolvidas na estruturação das atividades económicas no setor da Construção, foram selecionadas, como já afirmado, as 200 maiores empresas, tomando como primeira referência o volume de negócios anual de cada uma. Importa reter que toda a informação usada na presente análise é originalmente anonimizada nos Quadros de Pessoal. Para além disso, toda a informação relativa às empresas foi previamente categorizada nominal e ordinalmente. Como veremos seguidamente, a informação reunida foi submetida a um procedimento de análise relacional com recurso à técnica de análise de correspondências

múltiplas e ao abrigo das propostas interpretativas desenvolvidas por Le Roux & Rouanet (2010).

As grandes empresas da Construção em Portugal em 2012: Propriedades de uma análise relacional

Em Portugal, ainda que habitualmente presente na discussão pública, a atividade económica na Construção é um daqueles domínios da realidade social que carece de conhecimento científico e de documentação sistemáticos. As dinâmicas do desenvolvimento da atividade económica no setor estão, de modo regular, envoltas em pelo menos alguma opacidade. A uma tal opacidade não serão alheias as vicissitudes decorrentes de uma estrutura produtiva historicamente marcada por grande atomização e complexidade e definida por relações empresariais configuradas em torno de intrincadas práticas de subcontratação e de informalidade, que os aparelhos estatísticos oficiais têm dificuldade em conhecer com pormenor (Baganha et al., 2002). Tem sido possível, contudo, reunir informação pertinente sobre tal matéria, que permite completar leituras e aprofundar coordenadas interpretativas. José Madureira Pinto, num importante conjunto de trabalhos, deu contributos significativos para o avanço do conhecimento sociológico neste domínio, identificando propriedades estruturais de relevo na atividade económica desenvolvida na Construção em Portugal (ver, entre outros, Pinto, 1996a, 1996b; ver também Queiroz, 1999). No seu mais recente diagnóstico (Pinto, 2018), o autor considera que, entre outros processos, e na sequência da recomposição das modalidades do acesso à habitação no país, se tem vindo a assistir, num quadro habitualmente definido como pró-cíclico, a uma reconfiguração da atividade económica na Construção. Para além da articulação entre movimentos de abertura e de encerramento de empresas sensíveis ao efeito de ciclo económico mencionado, a atividade económica na Construção tem sido marcada por um quadro de ação em que a diversificação das atividades e a associação de empresas assumem significado relevante. Comportando a consolidação de um núcleo agregador de empresas constituído pelas chamadas "empresas gerais", sabe-se que este processo se tem também tornado possível pelo recurso à "subempreitada", que se conjuga, por sua vez, com a desregulação e precarização da economia e do mercado de trabalho. Num quadro de trabalho marcado pela variabilidade de processos, de locais e pela sensibilidade ao risco, contraditoriamente condensados nas atividades desenvolvidas no estaleiro, as redes informais assumem grande relevo na estruturação da atividade económica na Construção, sendo estas sensíveis às novas formas de emigração[2].

[2] Para desenvolvimentos suplementares sobre os processos sociais, económicos e migratórios subjacentes a estas realidades, ver Monteiro (2018), Pereira (2010) e Queirós & Monteiro

A informação reunida na Tabela 7.1 permite registar, ainda que apenas parcialmente, algumas das dimensões dos processos anteriormente elencados. Genericamente, nela pode verificar-se como o setor da Construção cresceu significativamente entre meados da década de 1990 e 2008, tanto em termos de número de empresas, de pessoas ao serviço e de assalariados, e como a fase posterior a 2008 – e à crise que gerou[3] – foi marcada por uma muito relevante perda de empresas e de postos de trabalho. Pode igualmente verificar-se que, enquanto cresceu, a morfologia das empresas – atomizada – praticamente não se transformou e que, com 2008 e a crise que se lhe seguiu, esta atomização se intensificou, aumentando de modo relevante o efetivo de empresas com 1 a 4 pessoas. Tudo indica, por outro lado, que, com 2008, se reconfiguram outras propriedades sociais das empresas e do emprego do setor: diminui a especialização das empresas na construção de edifícios; diminui a presença das relações de emprego a termo certo, ainda que pelo menos um quinto da mão de obra se defina deste modo; diminui o recurso a mão de obra estrangeira; aumenta a idade média do pessoal ao serviço. Não se alterando de modo significativo as grandes tendências de inscrição regional das empresas, habitualmente mais relevantes, primeiro, na Grande Lisboa e, depois, no Grande Porto, é certo que a preponderância relativa das empresas da Construção nestas regiões diminuiu. Por outro lado, se, no período em estudo, o significado relativo das empresas com volume de negócios até 2000 milhares de euros se manteve, com pequenas oscilações, em torno dos 96%, em matéria de configuração legal das empresas, assistiu-se ao crescimento e, no período mais recente, à diminuição da importância relativa das sociedades por quotas e a uma diminuição intensa dos empresários em nome individual, dando-se assim conta dos intensos movimentos de recomposição do tecido empresarial do setor. Por sua vez, no que diz respeito ao capital cultural dos assalariados das empresas, cresceu, ainda que este esteja longe de ser preponderante, o efetivo daqueles que possuem as respetivas modalidades mais elevadas e que só nesta década ultrapassou os 10%; em todo o caso, e se o crescimento das qualificações escolares se verifica ao longo de todo o período em análise, em 2012, para cerca de um quarto dos assalariados a escolaridade detida é ainda o primeiro ciclo do ensino básico. Atente-se, por fim, que o recurso a mão de obra não qualificada tende a diminuir.

(2019). Para uma investigação sociológica de fundo sobre a atividade económica e social na Construção, ver Jounin (2009).

[3] Para uma leitura sobre os fundamentos económicos e urbanos da crise do *subprime* de 2007 nos EUA, na génese da crise vivida a partir de 2008 na Europa, ver Cusin & Lefebvre (2018).

Tabela 7.1

Algumas propriedades sociais das empresas e do pessoal ao serviço no setor da Construção, 1996, 2002, 2008 e 2016

	1996	2002	2008	2012
Morfologia das empresas e do setor				
Número de empresas	21312	46081	49111	30581
Pessoas ao serviço do setor	221534	380193	406522	221231
Assalariados ao serviço das empresas	202276	337434	367433	199410
Dimensão das empresas em trabalhadores (em %)				
1-4 pessoas	55,31	54,8	56,83	62,52
5-9 pessoas	24,62	26,18	24,59	22,62
10-49 pessoas	17,5	17,47	16,74	13,36
500 e mais pessoas	0,14	0,1	0,04	0,05
Contratados com termo certo (%)	n.d.	28,83	36,67	20,68
Empresas do setor da Construção segundo CAE (%)				
Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	72,63[(a)]	68,53[(a)]	54,43	50,67
Instalação elétrica, de canalizações, de climatização e outras instalações	14,48	15,34	16,82	20,27
Atividades de acabamento em edifícios	10,71	13,73	16,04	15,5
Inscrição social das empresas e do pessoal ao serviço				
Pessoal estrangeiro ao serviço no setor	n.d.	9,69	9,71	5,35
Algumas regiões do país (NUTS III) das empresas (%)				
Cávado	5,24	4,98	5,39	6,09
Ave	5,03	4,93	4,86	5,45
Tâmega	3,83	6,72	6,98	7,85

Grande Lisboa	17,43	14,94	15,63	14,16
Grande Porto	11,81	9,06	9,29	9,73
Pinhal Litoral	4,27	4,78	4,46	4,63
Península de Setúbal	5,5	6,4	5,96	4,97
Algarve	4,71	6,36	7,5	5,83
Idade média do pessoal ao serviço	32	35	42	42
Capital económico e financeiro				
Capital social da empresa multinacional (% em média)	1,46	0,51	1,99	2,94
Volume de negócios da empresa (%)				
Até 2000 milhares de euros [número absoluto]	97,13 [20700]	96,03 [44252]	95,79 [47043]	96,67 [29485]
Mais de 50000 milhares de euros [número absoluto]	0,1 [21]	0,1 [46]	0,12 [59]	0,13 [40]
Configuração legal do capital económico das empresas (%)				
Sociedade Anónima	1,41	1,43	2,76	3,08
Sociedade por Quotas	52,13	63,99	69,12	54
Empresário em nome individual	45,1	33,51	26,93	19,41
Capital cultural e técnico dos assalariados das empresas do setor				
Assalariados com capital cultural qualificado (com educação superior ao secundário: > 12 anos escolaridade) (%)	3,11	4,82	8,54	11,21
Assalariados com 1º ciclo do ensino básico	54,42	40,51	31,05	24,65
Quadros superiores e médios (%)	4,29	5,84	8,79	11,8
Trabalhadores não qualificados (%)	18,19	18,43	15,12	11,77

Fonte: GEP-MTSSS. *Quadros de Pessoal*, 1996, 2002, 2008 e 2012.

[a] As designações das categorias foram objeto de pequenas oscilações nos anos em apreço.

Em 2012, o conjunto de dados reunidos nos Quadros de Pessoal regista informação sobre 268.026 empresas e 2.559.732 pessoas ao serviço, das quais 2.387.386 são trabalhadores por conta de outrem. No mesmo ano, o conjunto de dados mencionado regista 30.581 empresas, 221.231 pessoas ao serviço e 199.410 trabalhadores por conta de outrem em empresas do setor da Construção[4]. No seu conjunto, as 200 maiores empresas do setor da Construção representam 17% da mão de obra do setor e têm um volume de negócios anual superior a 10 mil milhões de euros, confirmando-se, deste modo, as tendências de concentração documentadas em estudos mais detalhados sobre as dinâmicas económicas dos grupos dominantes do setor (Rosa, 2012, p. 303). Apenas 6 destas empresas têm um volume de negócios anual inferior a 10 milhões de euros.

Não obstante a concentração de poder económico aqui envolvida e o interesse decorrente de uma análise que pudesse aferir sociologicamente a atividade dos grupos dominantes do setor, com este procedimento procurou-se aprofundar o conhecimento das potenciais diferenciações existentes entre estas empresas, com o objetivo de compreender melhor a configuração dos poderes por estas detidos. Com recurso à técnica de Análise de Correspondências Múltiplas "específica" (SpeMCA) (Le Roux & Rouanet, 2010), foi feita uma leitura das relações entre as principais propriedades sociais das 200 maiores empresas, visando verificar, à luz do programa teórico promovido por Bourdieu, se é possível definir eixos significativos e autónomos de estruturação de poder entre um segmento particularmente seletivo das empresas da Construção do país, as maiores e habitualmente lidas, no quadro de alguma uniformidade, enquanto "grandes empresas". As informações apresentadas na Tabela 7.2 identificam os títulos, as variáveis e o número de modalidades das informações sobre as empresas utilizadas na SpeMCA[5]. Elaborada com recurso ao programa de tratamento e análise de dados SPAD, versão 9.1., depois de um procedimento iterativo, a SpeMCA dinamizada usou 12 variáveis ativas com 51 modalidades ativas[6]. A interpretação retém os três primeiros eixos da análise, com uma taxa modificada acumulada de 78,8% (Tabela 7.3).

---

[4] Importa ter presente que o efetivo de empresas, geral e sectorial, seria muito superior caso considerássemos os números disponibilizados pelo INE a este propósito. Em todo o caso, as tendências no interior do setor da Construção não são afetadas pela diferença de números. Para uma análise sobre tais tendências com recurso a dados do INE, ver, por exemplo, Rosa (2012, p. 303 e seguintes).

[5] As empresas são a unidade de análise utilizada neste procedimento. O exercício compreende a identificação das propriedades específicas da força de trabalho de cada empresa, que foram utilizadas para aperfeiçoar o estudo das características económicas e institucionais de cada unidade empresarial analisada.

[6] Originalmente, consideravam-se 12 variáveis com 55 modalidades. Quatro destas modalidades foram transformadas em categorias *passivas*.

Tabela 7.2

Domínios, variáveis e número de modalidades

Domínios e Variáveis	Número de modalidades
Morfologia	
Dimensão da empresa – número de assalariados	4
Número de estabelecimentos da empresa	4
Significado de contratados a prazo	4
Total	12
Inscrição social da empresa	
Presença de assalariados estrangeiros	4
Região do país	8
Total	12
Capital económico e financeiro	
Capital nacional ou multinacional	2
Volume de negócios da empresa	4
Capital social da empresa	4
Configuração legal do capital económico da empresa	3
Total	13
Capital cultural e técnico	
Relevância de profissionais científicos	5
Relevância de modalidades qualificadas de capital cultural	5
Significado de trabalhadores não qualificados	4
Total	14

Tabela 7.3

Variâncias dos eixos (valores próprios)

Eixos	Valores próprios	% de variância explicada	% de variância explicada acumulada	Taxas modificadas de Benzécri (%)
1	0,286	8,8	8,8	39,0
2	0,242	7,4	16,2	24,2
3	0,209	6,4	22,6	15,5
4	0,159	4,9	27,5	6,0
5	0,142	4,3	31,8	3,7

Variância da nuvem: 3,261

Tabela 7.3 (cont.)

Contribuições das 12 variáveis ativas

Domínios e Variáveis	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3
Morfologia			
Dimensão da empresa – número de assalariados	12,1	10,7	6,7
Número de estabelecimentos da empresa	7,7	0,3	6,4
Significado de contratados a prazo	5,7	6,0	8,9
Inscrição social da empresa			
Presença de assalariados estrangeiros	8,9	4,1	11,9
Região do país	3,8	5,0	13,7
Capital económico			
Capital nacional ou multinacional	0,4	1,0	5,0
Volume de negócios da empresa	10,1	1,3	10,5
"Capital social" da empresa	15,6	1,7	11,8
Configuração legal do capital económico da empresa	9,1	2,8	10,1
Capital cultural e técnico			
Relevância de quadros médios e superiores	8,2	24,8	6,8
Relevância de modalidades qualificadas de capital cultural	9,9	26,4	5,7
Significado de trabalhadores não qualificados	8,5	15,8	2,5

A informação relativa ao capital económico das empresas é a principal contribuição para o primeiro eixo. O capital cultural e técnico e a morfologia das empresas também têm uma contribuição relevante para a respetiva variância. Nesse sentido, o primeiro eixo pode ser lido como dizendo respeito ao capital económico e à capacidade institucional das empresas. O segundo eixo é informado pelas contribuições do capital cultural e técnico dos assalariados ao serviço das empresas. O capital económico das empresas e a sua inscrição social são os constituintes principais do terceiro eixo (Tabela 7.3).

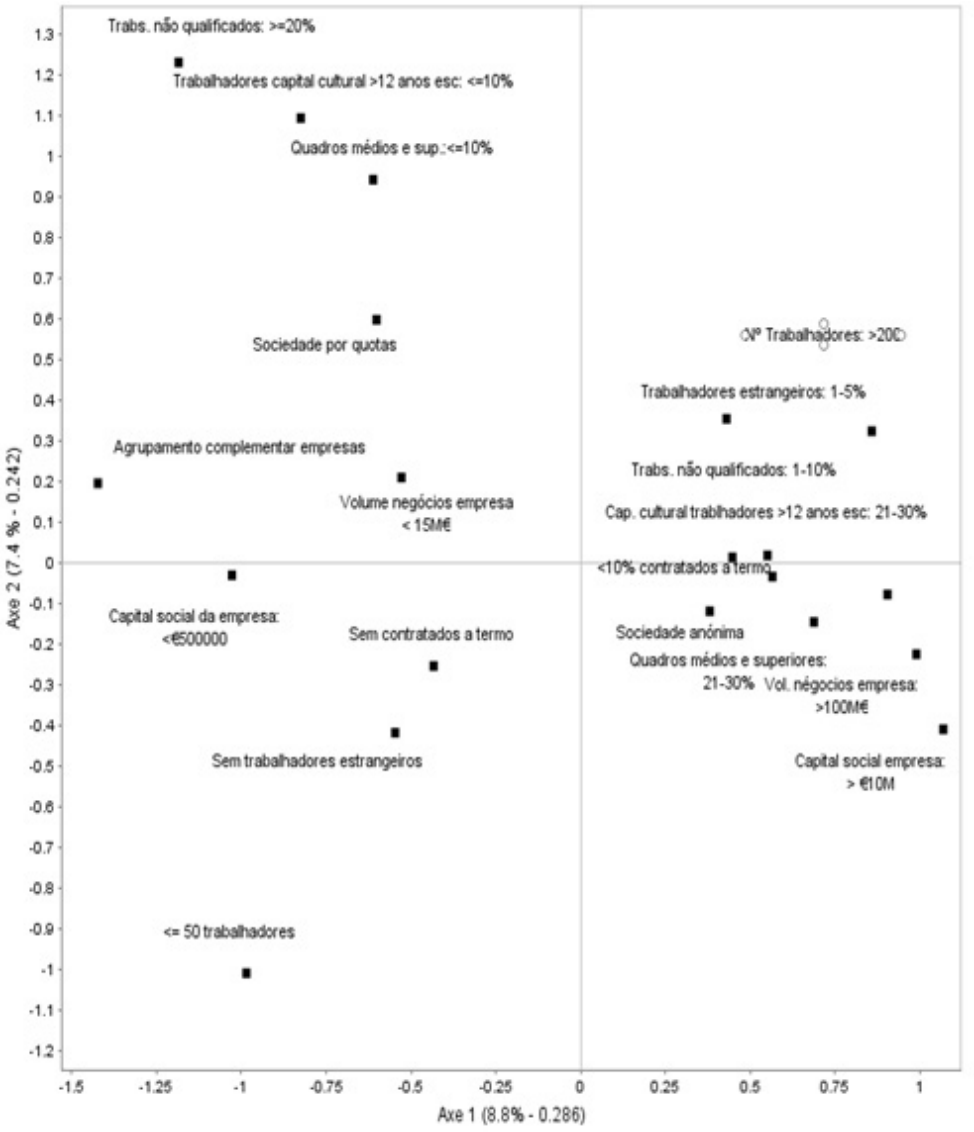


Figura 7.1. 18 modalidades selecionadas para a interpretação do primeiro eixo específico, no plano específico 1-2

Tal como podemos verificar na Figura 7.1., o primeiro eixo demonstra uma clara divisão entre as empresas de Construção em termos de volume de capital económico e de capacidade institucional. No lado direito, e em termos relativos, podemos identificar empresas com mais capital económico e capacidade institucional, medidas pela associação entre empresas que têm um capital social de mais de €10 milhões, que têm um volume de negócios superior a €100 milhões e que têm organizações complexas – i.e., sociedades anónimas, com quatro estabelecimentos ou mais e pelo menos 200 trabalhadores[7]. O significado dos quadros profissionais médios e superiores não é o mais relevante nestas empresas, mas estes constituem entre 21% e 30% da força de trabalho. O capital cultural, aqui medido pela presença relativa de assalariados com mais de 12 anos de escolaridade, tem um significado similar. Os trabalhadores não qualificados estão presentes nestas empresas, mas não são mais do que 10% dos assalariados. O mesmo se aplica aos assalariados com contratos a prazo. Em suma, a região do espaço aqui em questão define-se pela presença de empresas económica e institucionalmente poderosas que constituem um posicionamento dominante no interior do espaço social que ajudam a formar. Em contraste, no lado esquerdo, podemos encontrar empresas com menor capital económico e menor complexidade organizacional. Estas empresas têm um capital social inferior a €500000 e um volume de negócios anual inferior a €15 milhões; são sociedades anónimas, ou organizadas sob a forma de "agrupamento complementar de empresas". Para além de terem um estabelecimento, as empresas aqui posicionadas têm menos de 50 assalariados e são constituídas por um corpo significativo de trabalhadores não qualificados (mais de 20% da respetiva força de trabalho), assim como por presenças limitadas de quadros profissionais médios e superiores (10% ou menos) e de pessoal qualificado cultural e tecnicamente (10% ou menos). Em síntese, e em termos relativos, esta região do espaço corresponde a um posicionamento económica e institucionalmente dominado das empresas dominantes da Construção.

[7] A atividade económica na Construção no país é dominada por um grupo muito restrito de empresas - empresas que concentram um elevado volume de negócios. Como demonstra Rosa (2012, pp. 303-304), para o ano de 2010, nove das maiores empresas da construção do país têm um volume de negócios anual superior a €200 milhões. No exercício efetuado, é particularmente significativo que a introdução de um limiar máximo um pouco mais aberto revele um padrão relacional como aquele que foi identificado.

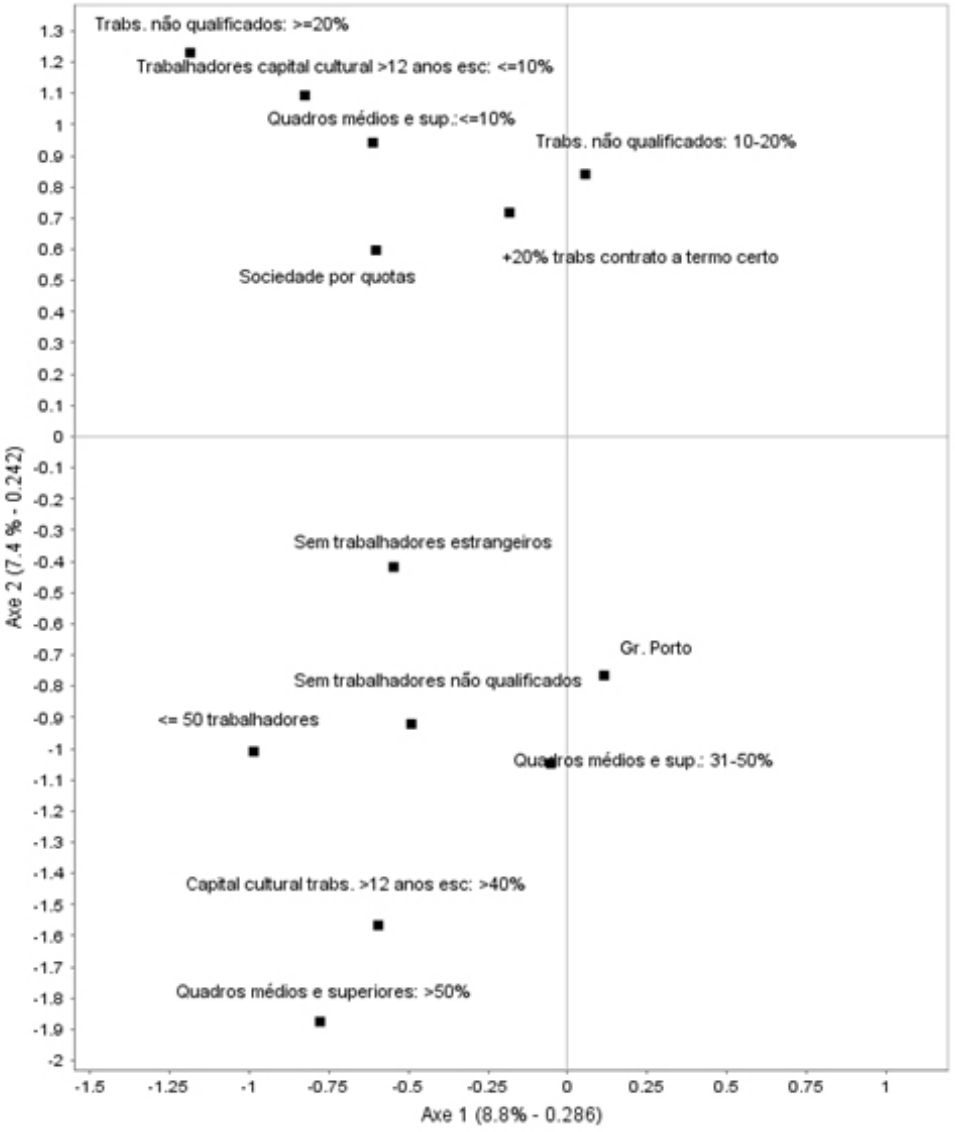


Figura 7.2. 13 modalidades selecionadas para a interpretação do eixo específico 2, no plano 1-2

A Figura 7.2. contém informação sobre o segundo eixo da SpeMCA. Este é um eixo informado por contribuições sensíveis a diferenças em capital cultural e técnico dos assalariados. As propriedades sociais e económicas das empresas que se posicionam nos dois polos do eixo são bem demarcadas. No lado superior, o pessoal das empresas aqui reunidas não é investido por capital cultural e técnico

significativo: a escolaridade superior a 12 anos é uma característica de 10% ou menos dos trabalhadores; quadros profissionais médios e superiores constituem 10% ou menos do pessoal das empresas; trabalhadores não qualificados e trabalhadores com contratos a termo desempenham um papel importante no trabalho das empresas: mais de 20% dos trabalhadores são oficialmente definidos como não qualificados; contratos instáveis são típicos de mais de 20% dos trabalhadores reunidos nestas empresas. Esta região do espaço é, assim, informada por sociedades anónimas que se caracterizam por uma maior instabilidade das forças de trabalho e cujo pessoal é sensível ao significado de capitais culturais e técnicos restritos. No lado inferior podemos identificar empresas investidas pela presença de assalariados com modalidades mais significativas de capital cultural e por quadros profissionais médios e superiores: mais de 40% dos assalariados destas empresas têm mais de 12 anos de escolaridade; os quadros profissionais médios e superiores representam mais de 50% da força de trabalho. Com uma mão de obra reduzida (menos de 50 assalariados), estas empresas são típicas da região do Grande Porto. Em suma, se este eixo implica a relevância do capital cultural e técnico, esta região do espaço corresponde a pequenas empresas nacionais altamente qualificadas.

A Figura 7.3. apresenta os resultados do terceiro eixo da SpeMCA. Estes são marcados pelas contribuições das inscrições sociais das empresas e pelo respetivo capital económico. Na região superior da figura em causa podemos identificar associações entre empresas que pertencem à área da Grande Lisboa e que atuam no quadro de grupos complementares de empresas. Com quatro estabelecimentos ou mais, estas empresas possuem os volumes de negócios anuais mais elevados (mais de €100 milhões), trabalham com capitais económicos multinacionais e têm um considerável número de assalariados com nacionalidade estrangeira (mais de 10%; ou entre 5% e 10%). Empregando frequentemente mais de 200 assalariados, a presença de trabalhadores com contratos a termo certo está longe de ser irrelevante (as relações salariais instáveis são características de mais de 20% dos assalariados). Em síntese, esta região do espaço envolve companhias multinacionais com volumes de negócios muito elevados, força de trabalho em número significativo, mas nem sempre permanente, e um recrutamento não negligenciável de mão de obra estrangeira. Em contraste, a região inferior da Figura 7.3. apresenta um quadro muito diferente de associações. Com efeito, as empresas aqui posicionadas pertencem à região do Vale do Ave, no noroeste do país, são companhias de capitais económicos nacionais com apenas um estabelecimento e com posicionamentos económicos estáveis: um capital acionista entre os €500 mil e os €2 milhões; um volume de negócios anual entre os €15 milhões e os €20 milhões, ou menos de €15 milhões. Sem trabalhadores estrangeiros nos seus registos, estas empresas têm entre 51 e 100 assalariados. O capital cultural mais denso do respetivo pessoal ao serviço e as competências profissionais hierarquicamente superiores, ainda que

significativas, representam entre 21 e 30% da força de trabalho. Esta é, pois, uma região do espaço investida por empresas economicamente bem estabelecidas com uma retaguarda regional de relevo.

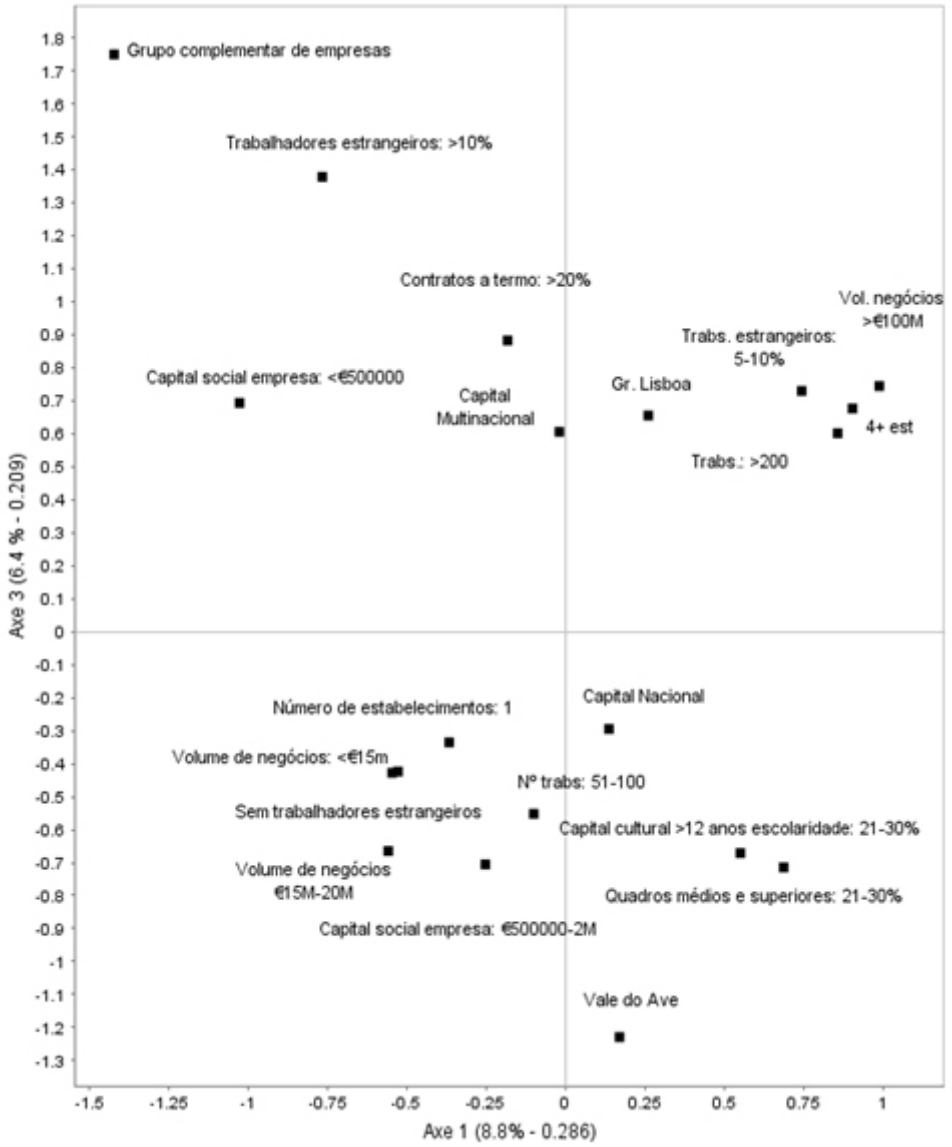


Figura 7.3. 20 modalidades selecionadas para a interpretação do eixo específico 3, no plano específico 1-3

A leitura relacional das forças sociais inscritas no campo da indústria da Construção que identificámos pode ser descrita com a ajuda de variáveis suplementa-

res. A Figura 7.4. apresenta informações sobre algumas características específicas da força de trabalho, em concreto, sobre a relação com o sexo dos assalariados, a idade média dos assalariados, a remuneração média dos assalariados, a idade das empresas, assim como o significado da presença dos encarregados e mestres de obras nas empresas, todas estas projetadas no plano 1-2 da nuvem de indivíduos. Assim, as empresas dominantes (no lado direito) têm uma forte presença de homens (80 a 95% da força de trabalho é feita de homens), em contraste com as empresas menos poderosas (no lado esquerdo), que têm proporções alternativas de homens na composição do seu pessoal.

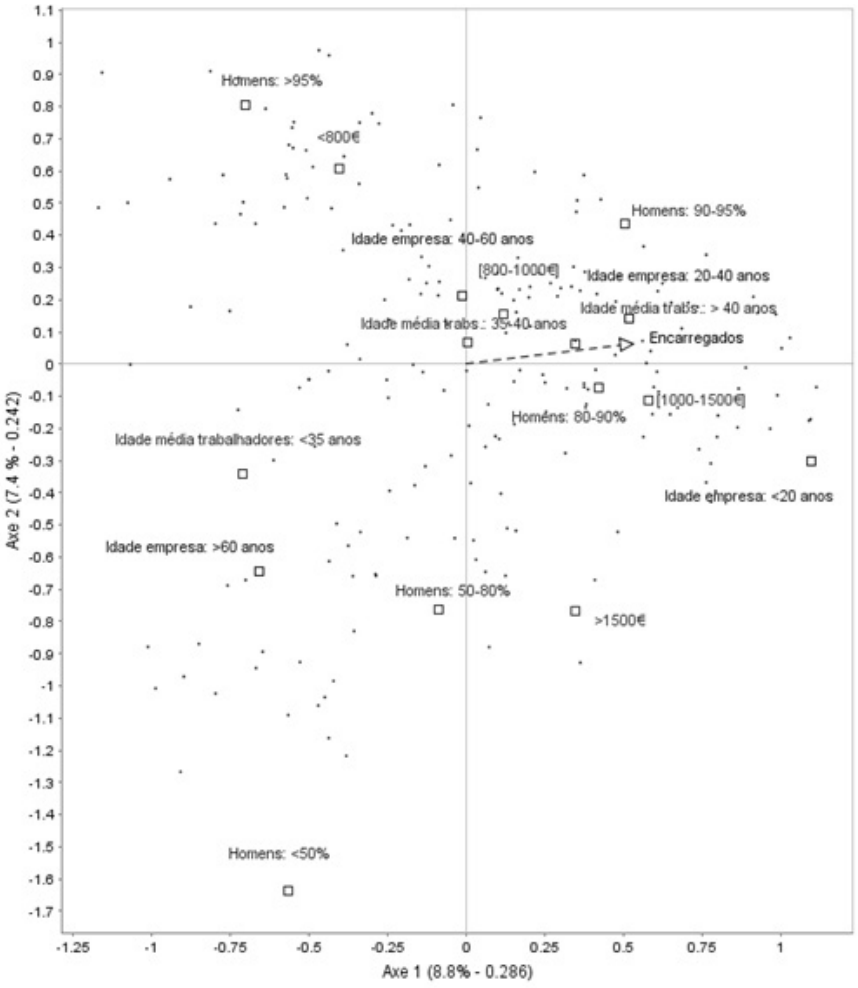


Figura 7.4. Variáveis suplementares projetadas no plano específico 1-2 da nuvem dos indivíduos: significado do sexo masculino dos trabalhadores, idade média dos trabalhadores, remuneração média dos trabalhadores, remuneração média dos trabalhadores, idade da empresa e relevância dos encarregados no quadro das empresas

Na mesma linha de raciocínio, as empresas dominantes têm trabalhadores mais velhos, em contraste com os trabalhadores mais jovens das empresas menos poderosas. Os encarregados e mestres de obras também podem ser significativamente associados às empresas dominantes, testemunhando a complexidade das suas organizações e, ao mesmo tempo, a relevância assumida por esta categoria socioprofissional na estruturação das relações de trabalho que são próprias destas empresas. Em contraste, a oposição entre as pequenas empresas qualificadas (lado inferior) e as sociedades por quotas com capacidade técnica mais restrita (lado superior) é informada por um grande desvio em relação à presença de homens: as pequenas empresas qualificadas têm menos de 50% de homens; as sociedades por quotas com capacidade técnica restrita têm mais de 95% de homens.

A Figura 7.4. apresenta também informações complementares de relevo, neste caso, sobre a idade das empresas. As empresas dominantes são, em termos relativos, mais jovens e as empresas menos poderosas são mais velhas, processo que não poderá deixar de ser associado aos processos de recomposição que o campo da Construção, em Portugal, tem atravessado nas últimas décadas. Além disso, apresenta informações significativas sobre a remuneração média mensal da força de trabalho das empresas. Os trabalhadores das empresas dominantes têm uma remuneração mensal média de 1000-1500€, em contraste com a remuneração inferior a 800€, que encontramos nas empresas da região oposta do primeiro eixo. Em alternativa, as pequenas empresas qualificadas pagam aos seus trabalhadores, em média e por mês, mais de 1500€, e as empresas posicionadas na região oposta do segundo eixo pagam, globalmente, menos de 1000€ por mês.

Por sua vez, o eixo 3[8], estruturado em torno da divisão entre empresas multinacionais e empresas regionais economicamente bem estabelecidas, é informado por um "notável" desvio da remuneração média mensal dos trabalhadores: as empresas multinacionais pagam mais de 1500€, as empresas regionais pagam entre 800 e 1000€ por mês.

Os resultados do exercício de análise geométrica de dados assim produzidos dão-nos já uma noção clara do tipo de forças sociais que se inscrevem na estruturação do que poderemos, assim, qualificar como campo das grandes empresas da indústria da Construção em Portugal no ano em apreço. É, contudo, possível aperfeiçoar a leitura sociológica relacional das respetivas propriedades. Esse será o tema do próximo ponto.

[8] Por razões de espaço, optámos por não representar graficamente o presente eixo.

Uma classificação das grandes empresas do campo da Construção em Portugal no ano de 2012

De forma a sintetizar as operações aqui desenvolvidas e a promover uma leitura integrada dos exercícios produzidos, realizámos um exercício extra de classificação hierárquica ascendente (Le Roux, 2014, pp. 321-344) com a informação existente da SpeMCA realizada e com recurso ao mesmo programa de análise de dados usado na secção anterior desta investigação. Em resultado do desenvolvimento da análise de classificação, uma partição de quatro classes introduz perspetivas adicionais ao estudo que merecem destaque (Figura 7.5.). A Classe 1 representa um tipo morfológica e economicamente dominante de empresas, envolvendo 16% delas; a classe 2 destaca um grupo de empresas que concorre diretamente com estas últimas, envolvendo 43% dos efetivos; a classe 3 reúne um grupo de empresas regionais sólidas, agregando 21% do efetivo; por fim, a classe 4 agrega um grupo de pequenas empresas qualificadas que envolve 20% do conjunto estudado.

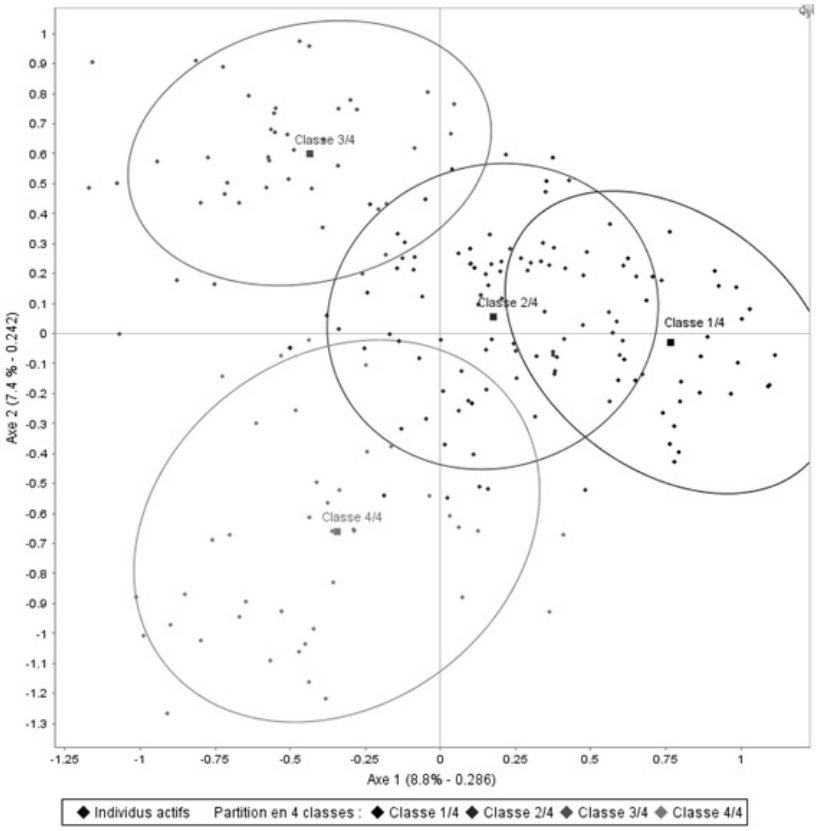


Figura 7.5. Partição em quatro classes em resultado da Análise de Classificação Hierárquica Ascendente e respetivas elipses de concentração projetadas no plano específico 1-2

A primeira classe, envolvendo 16% das empresas, tem um perfil economicamente dominante e o correspondente quadro institucional: são as empresas com maior volume de negócios anual (93,8% das empresas têm mais de €100 milhões de volume de negócios anual), mão de obra significativa (84,4% têm mais de 200 trabalhadores), capital social relevante (71,9% têm mais de €10M) e quatro ou mais estabelecimentos (65,6% destas empresas têm esta configuração). São também sociedades anónimas (93,8%) cujas forças de trabalho combinam a presença de grupos de trabalhadores estrangeiros (65,6% das empresas têm 1-5% de trabalhadores estrangeiros; 25% têm 5-10%), a que não é a alheia a presença de trabalhadores com contratos a termo (10-20%). Embora com uma presença densa de mão de obra dotada de capital cultural significativo (28,1% das empresas têm 31-40% dos trabalhadores com mais de 12 anos de escolaridade), os trabalhadores não qualificados não estão ausentes destas empresas (68,8% das empresas têm 1-10% de trabalhadores deste tipo). Em termos relativos, estas empresas caracterizam-se por serem jovens (28,1% têm menos de 20 anos), mas com mão de obra masculina e mais velha (53,1% têm 90-95% de homens; 71,9% das empresas têm trabalhadores com uma idade média superior a 40 anos). A remuneração média mensal dos trabalhadores das empresas varia entre 1000 e 1500€. Em síntese, integrando propriedades características das chamadas "empresas gerais" (Giallocosta & Maccolini, 1992), estas são empresas relativamente jovens e que assumem um posicionamento económica, social e institucionalmente dominante.

A segunda classe, como já visto, inclui 43% das empresas. Em comparação com a primeira classe, as empresas aqui reunidas também são definidas globalmente pela importância do capital económico e pela respetiva configuração institucional. No entanto, neste caso e comparativamente, as suas características tendem a ter propriedades ligeiramente mais elementares: o capital social varia entre €2 milhões e €10 milhões (em 45,3% dos casos reunidos na classe), o volume de negócios anual situa-se entre €20 milhões e €50 milhões (em 48,8% dos casos); a força de trabalho inclui um número relevante de trabalhadores com as formas mais elevadas de capital cultural, mas estes não constituem uma maioria (45,3% das empresas têm 21-30% dos trabalhadores com mais de 12 anos de escolaridade); estão também presentes quadros profissionais médios e superiores de modo significativo, mas estes não se encontram sobrerrepresentados (37,2% das empresas incluem 21-30% destes profissionais; 38,4% incluem 11-20%). Embora não sejam grandes, são sociedades anónimas (82,6%) com um número já significativo de trabalhadores (51-100 trabalhadores em 38,4% dos casos; 101-200 em 37,2%), e em que a presença de trabalhadores não qualificados e instáveis tende a ser limitada (66,3% das empresas têm uma quota de trabalhadores não qualificados de 1-10%; 45,3% têm uma proporção de contratos a prazo inferior a 10%). Estas empresas também podem ser caracterizadas com a ajuda de variáveis

suplementares. Neste caso, as propriedades significativas incluem uma presença menos forte de homens (53,5% das empresas têm 80-90% dos homens) e uma maior presença de empresas com maior longevidade (58,5% das empresas têm entre 40 a 60 anos). Poderemos classificar a classe destas empresas como a que mais diretamente concorre com as empresas dominantes. Tratam-se, em suma, de empresas que integram o campo das empresas dominantes, mas que são por estas dominadas, o que faz delas empresas dominantes dominadas.

A terceira classe inclui 21% das empresas. Estas correspondem a uma configuração alternativa, muito definida pela limitada incidência de capital cultural e técnico na força de trabalho e por um claro contexto regional. Nas empresas aqui reunidas, a presença de trabalhadores mais qualificados cultural e tecnicamente tende a ter um impacto organizacional restrito (para 83,3% das empresas aqui reunidas, 10% ou menos dos trabalhadores têm mais de 12 anos de escolaridade; quadros profissionais médios e superiores, em 88,1% dos casos, significam 10% ou menos da força de trabalho das empresas). Em contrapartida, os trabalhadores não qualificados e instáveis têm uma presença de relevo (38,1% das empresas têm uma mão de obra com mais de 20% dos trabalhadores não qualificados; 45,2% das empresas têm mais de 20% da mão de obra com contratos a prazo). Com capital económico limitado (50% das empresas têm um capital social inferior a €500 mil e 52,4% um volume de negócios anual inferior a €15 milhões), estas são normalmente sociedades anónimas (40,5%) das regiões do Tâmega (23,8%) ou do Norte Interior (14,3%) do país. Variáveis suplementares podem também ser utilmente mobilizadas para caracterizar esta classe de empresas. Estas empresas são constituídas por homens (59,5% têm mais de 95% de homens) e a sua remuneração média mensal é inferior a 800 euros. Além disso, estamos perante empresas comparativamente antigas (35,7% das empresas operam há mais de seis décadas). Estamos, em suma, perante empresas da Construção com passado, dotadas de um perfil com uma clara matriz regional, de trabalho intensivo e marcadas por relações laborais sensíveis às poucas qualificações dos assalariados, ao recurso a mão de obra mais instável e a salários relativamente mais baixos.

A quarta classe inclui 20% das empresas. Estas são pequenas empresas altamente qualificadas e especializadas. Além de pequenas (77,5% têm 50 trabalhadores ou menos), são empresas com trabalhadores técnica e culturalmente qualificados (os trabalhadores com mais de 12 anos de escolaridade constituem mais de 40% da força de trabalho em 67,5% das empresas) e, tendencialmente, sem mão de obra não qualificada (72,5% das empresas aqui reunidas estão nesta condição). Os quadros profissionais médios e superiores têm uma presença significativa nestas empresas (32,5% das empresas têm mais de 50% destes profissionais; 50% têm entre 31-50%). São também empresas sem trabalhadores estrangeiros (70% das empresas não têm trabalhadores estrangeiros) e sem trabalhadores contrata-

dos a termo certo (55% destas empresas têm mão de obra totalmente estável). Dotadas, em termos relativos, de um pequeno capital social (40% têm menos de 500 mil euros), estas são empresas com um volume de negócios anual não negligenciável (30% têm um volume de negócios anual entre €15 milhões e €20 milhões). As variáveis suplementares que mais significativamente, neste caso, ajudam a caracterizar o respetivo posicionamento dizem respeito a uma proporção relativamente reduzida, face à realidade do setor, de homens no quadro de pessoal (25% das empresas têm menos de 50% de homens; 40% das empresas têm uma proporção de homens entre 50-80%), assim como a uma remuneração mensal dos trabalhadores superior a €1500 (42,5%); tratam-se, por fim, de empresas que operam há mais de 60 anos (em 47,5% dos casos). Em síntese, estamos perante empresas com passado que são relativamente pequenas em termos morfológicos, mas que concentram, sobretudo, elevado capital cultural e especialização técnica.

A Figura 7.5. projeta as elipses de concentração das quatro classes na nuvem dos indivíduos (plano 1-2). Como se pode verificar através da análise desta figura, os centros das classes e as respetivas elipses possuem posicionamentos relevantes nas diferentes regiões da configuração relacional identificada, demonstrando demarcações estatisticamente significativas das classes de empresas em presença e das regiões que ocupam no espaço construído.

Conclusão

Pierre Bourdieu, nos escritos que dedicou à conceptualização da ação das empresas, referia como era importante encará-las, sociologicamente, como entidades competitivas, destacando como, em campos geralmente definidos por preços, eram transparentes as estratégias dos atores que as definiam (Bourdieu, 2000, p. 245). No caso do campo das grandes empresas da Construção aqui analisado, o significado das posições identificadas não poderia ser, de facto, mais transparente, revelando a pertinência do ponto de vista teórico de Bourdieu e, igualmente importante, o significado de que se pode revestir a estratégia metodológica mais diretamente inspirada no seu trabalho para o aprofundamento de conhecimento neste domínio, confirmando, em suma, o interesse que a sua obra tem suscitado para o estudo da estruturação do campo económico num conjunto alargado e teoricamente diversificado de trabalhos (Boyer, 2017; Fligstein, 2002; Fligstein & McAdam, 2012; Smelser & Swedberg, 2005).

O conceito de campo e o recurso à análise geométrica de dados provaram, neste caso, ser pertinentes para a promoção do conhecimento sociológico sobre a estrutura das relações de poder entre as 200 maiores empresas da Construção em Portugal. Especificamente, foi possível verificar que, num quadro de recomposição significativa da atividade económica no setor da Construção no país, no ano

de 2012, as 200 maiores empresas do setor possuem um conjunto de propriedades sociais claro e uma configuração bem demarcada de eixos de estruturação de poder. Um primeiro eixo define-se em torno de divisões entre empresas dotadas de propriedades sociais, económicas e institucionais dominantes, que concentram elevado volume global de capital e empresas que concorrem diretamente com estas e que possuem um menor volume global de capital. Um segundo eixo destaca o significado das divisões em matéria de capital cultural e técnico dos assalariados das empresas e permite distinguir empresas altamente qualificadas, morfologicamente pequenas, e empresas que funcionam como "sociedades por quotas", de âmbito mais "tradicional" e menos qualificadas. Um terceiro eixo salienta divisões em matéria de composição multinacional e nacional do capital económico das empresas e distintas inscrições territoriais. As quatro classes de empresas identificadas complementarmente através da análise de classificação hierárquica ascendente confirmam a importância dos eixos de estruturação das relações de poder entre as empresas analisadas. Grandes "empresas gerais" dominantes, grandes empresas concorrentes e dominadas por aquelas, empresas regionais de trabalho intensivo e pequenas empresas altamente qualificadas constituem, assim, quatro posicionamentos que contribuem para estruturar as relações de poder entre as maiores empresas da Construção do país e que dão conta do modo como, não obstante as dinâmicas de concentração de poder económico, se verificam processos de diversificação do exercício da atividade económica no setor (Hillebrandt, 1992).

Como se sabe, o intrincado universo de relações que se estabelece na Construção é, contudo, dotado de grande complexidade, tanto por força do modo como a subcontratação se inscreve nos processos em apreço como pelas próprias inserções intersectoriais e internacionais que se cruzam com as empresas do setor, desde logo, com as maiores. A demarcação das regularidades identificadas no presente estudo sobre o campo das grandes empresas da Construção constitui, nesse sentido, um ponto de partida heurístico para a prossecução de investigação na base de coordenadas renovadas.

Referências Bibliográficas

Baganha, M. I., Marques, J. C. & Góis, P. (2002). Sector da Construção e Obras Públicas em Portugal: 1999-2000. *Oficinas do CES*, *173*, 1-35.

Boyer, R. (2017). Postface. Économie et sciences sociales: Une alternative à l'impuissance des théories économiques? *In* P. Bourdieu, *Anthropologie Économique. Cours au Collège de France 1992-1993* (pp. 293-323). Paris: Seuil.

Bourdieu, P. (1994). Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la recherche en sciences sociales*, *105*, 3-12.

Bourdieu, P. (1999). Une révolution conservatrice dans l'édition. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *126-127*, 3-28.

Bourdieu, P. (2000). *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil.

Bourdieu, P. (2017). *Anthropologie économique : Cours au Collège de France 1992-1993*. Paris: Seuil.

Campagnac, E. (Ed.) (1992). *Les Grands groupes de la construction: De nouveaux acteurs urbains?*. Paris : L'Harmattan.

Cusin, F. & Lefebvre, H. (2018). La financiarisation de l'immobilier résidentiel aux États-Unis: Genèse et conséquences socio-spatiales de la crise des *subprimes*. *Espaces et sociétés*, *174*, 105-122.

Fligstein, N. (2002). *The architecture of markets: An economic sociology of twenty-first-century capitalist societies*. Princeton: Princeton University Press.

Fligstein, N. & McAdam, D. (2012). *A theory of fields*. New York: Oxford University Press.

Giallocosta, G. & Maccolini, M. (1992). Entreprises générales et éclatement de la production: Les problèmes non-résolus du cas italien. In E. Campagnac (Ed.), *Les Grands groupes de la construction: De nouveaux acteurs urbains?* (pp. 123-133). Paris: L'Harmattan.

Hillebrandt, P. M. (1992). La diversification des entreprises de construction en Europe. In E. Campagnac (Ed.), *Les Grands groupes de la construction: De nouveaux acteurs urbains?* (pp. 49-59). Paris: L'Harmattan.

Jounin, N. (2009). *Chantier interdit au public: Enquête parmi les travailleurs du bâtiment*. Paris: La Découverte.

Le Roux, B. & Rouanet, H. (2010). *Multiple correspondence analysis*. Thousand Oaks: SAGE.

Le Roux, B. (2014). *Analyse géométrique des données multidimensionnelles*, Paris, Dunod.

Monteiro, B. (2018). On 'race', racism and 'class racism': Research notes on portuguese migrants in the construction industry. *The Social and Spatial Inclusion of International Migrants Paper Series, SSIIM UNESCO Chair*, *18*, 113-127.

Pereira, V. B. (2010). Formação de classes sociais, trabalho e território ou sobre como continuar a compreender Berlim. In J. M. Pinto & J. Queirós (Eds.), *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007)* (pp. 327-355). Porto: Afrontamento.

Pinto, J. M. & Queiroz, M. C. (1996a). Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na Construção Civil. *Sociologia. Problemas e Práticas*, *19*, 9-29.

Pinto, J. M. & Queiroz, M. C. (1996b). Qualificação profissional e desqualificação social na Construção Civil. *Cadernos de Ciências Sociais*, *19-20*, 41-85.

Pinto, J. M. & Queirós, J. (2010). Relação com a escola e modelo de desenvolvimento. In J. M. Pinto & J. Queirós (Eds.), *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007)* (pp. 275-318). Porto: Afrontamento.

Pinto, J. M. (2018). Trabalho e trabalhadores da Construção Civil: Recapitulação de resultados e novas hipóteses de investigação. In S. Gomes et al (Eds.), *Desigual-*

dades Sociais e Políticas Públicas – Homenagem a Manuel Carlos Silva (pp. 391-413). Famalicão: Humus.

Queirós, J. & Monteiro, B. (2019). Entre ici et là-bas: Notes de recherche sur l'émigration en Espagne d'ouvriers portugais du bâtiment. In V. B. Pereira & Y. Siblot (Eds.), *Classes sociales et politique au Portugal: Pratiques du métier de sociologue* (pp. 155-189). Vulaines-sur-Seine: Ed. du Croquant.

Queiroz, M. C. (1999). *Trabalho e trabalhadores na Construção Civil e Obras Públicas. Contributos para a análise dos lugares e das identidades de classe*. (Tese de doutoramento não publicada), FLUP, Porto, Portugal.

Rosa, E. (2012). *Os grupos económicos e o desenvolvimento em Portugal no contexto da globalização*. (Tese de doutoramento não publicada), ISEG- UTL, Lisboa, Portugal.

Smelser, N. J. & Swedberg, R. (Eds.) (2005). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press.

Capítulo 8

A crise da Construção sob múltiplos pontos de vista: (des)regulação da atividade económica e recomposição do trabalho na perspetiva dos atores institucionais do setor no período posterior a 2008

João Queirós, Laura Galhano & Virgílio Borges Pereira

Organizações de representação, agentes eficientes e tomadas de posição entre atores institucionais do setor da Construção

Procurando resistir à individualização das explicações dos fenómenos económicos e à naturalização da compreensão das relações sociais no mercado, a sociologia sublinha, há muito, a pertinência de pontos de vista que sejam capazes de restituir a dimensão social e institucionalmente construída da atividade económica[1]. Para além do trabalho de regulação efetuado pelo Estado, um dos aspetos da ação no mercado – que é particularmente visado na investigação sociológica sobre tais problemas – passa pelo reconhecimento da importância do trabalho de representação de interesses e, em particular, pelo significado da sua expressão organizada.

[1] O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto "Novos terrenos para a construção: Mudanças no campo da construção em Portugal e seus impactos nas condições de trabalho no século XXI" (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade. Sob o formato de artigo, este trabalho foi publicado originalmente em *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, número temático de 2019.

Não obstante a crise de representação a que a ação de movimentos e de organizações sindicais tem estado sujeita ao longo das últimas décadas na generalidade das sociedades ocidentais, a investigação sociológica não tem deixado de lhe consagrar atenção (Silva, 2009). De igual modo, e tal como já salientado, as preocupações com a ação do Estado – e, em particular, o trabalho de regulação por este promovido e ativamente desenvolvido – constituem um domínio de investigação sociológica consolidado (Dornelas, 2008). Nem sempre, contudo, a atenção sociológica à ação das organizações de representação de interesses patronais é igualmente sistemática (Offerlé, 2009). De algum modo, e não obstante os prometedores resultados de investigação sociológica recente (Laurens, 2015; Medvetz, 2012), o mesmo se poderá dizer de uma tentativa de leitura que procure potenciar os efeitos de uma análise relacional que se revele capaz de estudar os processos de disputa de interesses desenvolvidos pelos atores que se posicionam em domínios específicos da atividade económica.

Procurando potenciar o conhecimento sociológico disponível e contribuir para a superação de eventuais lacunas, com a presente pesquisa, para além da mobilização de um segmento do património acumulado de conhecimento sociológico sobre as relações sociais na economia, desenvolvemos uma análise centrada sobre agentes eficientes (Bourdieu, 2000), sobre as respetivas tomadas de posição (Bourdieu, 1979) em torno da evolução do quadro de regulação (Boyer, 2004) e, especificamente, sobre o modo como, na sequência da crise económica, social e política vivida em Portugal no período posterior a 2008, tais agentes elegeram preocupações e prioridades de ação específicas, que permitem identificar repertórios de ação coletiva com significado (Tilly, 1986, 2006). Em concreto, foi o significado do modo como diferentes atores institucionais, comprometidos com a atividade económica na Construção, tomam posição perante o quadro de regulação e os desafios estabelecidos na sequência da crise social e política (Dobry, 2014) que se colocam ao setor que procurámos conhecer com o presente trabalho. Veremos, seguidamente, os procedimentos metodológicos desenvolvidos para viabilizar um tal propósito de pesquisa; a esta nota metodológica suceder-se-á, primeiro, um excurso breve pelas principais transformações do quadro legal-normativo responsável, em Portugal, pela organização e mobilização dos esforços regulatórios da atividade no setor e, depois, a exploração – parcial e preliminar – de pontos de vista apresentados pelos atores institucionais do campo da Construção a propósito desta temática.

Nota metodológica

A estratégia metodológica desenvolvida no presente trabalho organizou-se em três fases que passaram, sem perder de vista enquadramentos europeus pertinentes,

(i) pela constituição de um mapa de organizações de representação de interesses no setor da Construção a nível nacional, (ii) pela sistematização do quadro regulatório e legislativo deste mesmo setor e (iii) pela realização de entrevistas individuais e coletivas a informantes privilegiados, assim como pelo desenvolvimento de um programa específico de entrevistas a "grupos focais" constituídos entre os agentes eficientes previamente identificados.

A constituição do mapa dos agentes que intervêm no setor passou pela respetiva identificação no quadro nacional e europeu. Para esse efeito, procedeu-se à realização de fichas de caracterização institucionais com um conjunto de dimensões relevantes para a compreensão da história, propriedades e competências de cada um destes intervenientes. Uma vez sistematizada essa informação, selecionou-se, para o caso português, um primeiro conjunto de informantes privilegiados ligados a plataformas institucionais relevantes do setor da Construção, incluindo grupos de interesse, associações empresariais, sindicatos de trabalhadores e institutos públicos.

Tendo sido possível obter, desta forma, uma visão mais nítida da constelação dos agentes intervenientes no setor e das suas tomadas de posição, procedeu-se seguidamente à identificação de interesses em disputa, através do exame de temas relevantes nas produções legislativas e nas respetivas discussões públicas. Visando definir o quadro de regulação próprio do setor, avançou-se, então, para uma fase mais sistemática de elaboração de um catálogo de leis nacionais e diretivas europeias relevantes, o que implicou o respetivo arquivo digital e a ordenação da legislação levantada. Critérios adicionais pertinentes para a definição do quadro de regulação do setor passaram ainda pela procura de informação legal específica sobre: (1) a regulação geral sobre a atividade de construir, que abrange toda a regulamentação associada à atividade e as relações entre parceiros de construção[2]; (2) o domínio ambiental, onde se incluíram as referências a regulação sobre o ruído, impacto ambiental e eficiência energética; (3) os mercados públicos e as modificações ocorridas na organização da instituição que os regula, atualmente o Instituto de Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC); (4) a área da gestão patrimonial e da reabilitação urbana, com foco na legislação ligada ao regime do arrendamento e ao mercado social de arrendamento; (5) a área da subcontratação e das relações interempresas, que engloba os diplomas que regulamentam as relações de enquadramento da obra e de assinaturas de projeto; (6) o trabalho temporário, que abrange o licenciamento de agências de colocação de pessoal; (7) a formação profissional; (8) a normalização das técnicas

[2] Encontramos aqui o Código Civil, o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de construção (Lei n.º 41/2015, de 3 de junho) e o regime jurídico da urbanização e edificação (Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro e respetivas alterações).

de construção; (9) as relações salariais, a propósito das quais se procedeu a uma leitura integrada do Código Civil, do Código de Processo do Trabalho, do Código do Trabalho, das regulações coletivas de trabalho, das regulações relativas à segurança e saúde no trabalho e do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

A elaboração decorrente deste último conjunto de procedimentos permitiu contextualizar a evolução legislativa que enquadra a ação no setor. A esta contextualização sucedeu uma terceira fase da pesquisa, no quadro da qual foram realizadas entrevistas individuais e coletivas a informantes privilegiados, bem como um conjunto adicional de entrevistas com recurso à técnica do "grupo focal". Os "grupos focais" constituem uma técnica eficaz para identificar os registos morais prevalecentes em grupos institucionais com interesses comuns (Bloor et al., 2001). Abrindo portas à compreensão das tomadas de posição e das interpretações de quadros contextuais realizadas pelos indivíduos que integram esses grupos – neste caso, visou-se os marcos legislativos e políticos associados ao setor da Construção –, a sua análise permite ler tópicos consensuais, mas também eventuais clivagens e variações dentro de um mesmo grupo. As primeiras entrevistas foram iniciadas com a expectativa de perceber o impacto que as mudanças nos regimes de regulação institucional e nas normas políticas e legais que enquadram o setor da Construção tiveram nas práticas dos agentes. Foi, por isso, realizada uma série de oito entrevistas a agentes com conhecimento aprofundado das dinâmicas do setor, complementadas com um conjunto de quatro "grupos focais". Privilegiou-se, neste último caso, os agentes eficientes previamente identificados, dando voz a interlocutores institucionais provenientes do IMPIC, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP), da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), de grupos empresariais da Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços (AECOPS) e da Associação dos Industriais da Construção civil e Obras Públicas (AICCOPN) e, por fim, de sindicatos, designadamente da Federação dos Sindicatos da Construção (FEVICCOM).

As entrevistas e grupos focais obedeceram a uma mesma estrutura, organizada em torno de um guião semidiretivo com três momentos e tópicos principais: a evolução, o estado atual, e os desafios e perspetivas futuras para o setor. A análise que aqui é proposta procura documentar a leitura das relações que as organizações de representação dos interesses do setor estabelecem entre a respetiva evolução económica e social e a perceção do quadro de regulação que a caracteriza, utilizando a vivência da última grande crise como "revelador social" e "cenário perspicaz" (Ogien, 2011), ou seja, como elemento que permite objetivar tomadas de posição que, em circunstâncias "normais", passariam, possivelmente, despercebidas.

O quadro de regulação do setor da Construção em Portugal: Uma breve leitura sobre os seus principais marcos nas três últimas décadas

Nos anos de 1990 e início dos anos 2000, o setor da Construção conhece, em Portugal, um período de muita atividade, que se traduz na difusão pelo país de estaleiros com grande envergadura, nomeadamente no domínio das obras públicas. A intensificação da atividade económica no setor da Construção e a necessidade de transpor os resultados da atividade legislativa europeia para a legislação nacional, decorrente do processo de integração europeia em que Portugal participa desde 1986, traduzem-se numa transformação com algum relevo da regulação da atividade económica no setor. O incremento da atividade legislativa será particularmente notado até ao final da primeira década de 2000, reduzindo-se depois de 2009. No período mais intenso de produção legislativa, que se estende precisamente até 2009, é possível demarcar alguns domínios de maior significado em matéria de regulação.

Um primeiro domínio dirá respeito à regulação geral da atividade no setor. Esta envolverá duas modificações significativas. Uma primeira modificação data de 1999, com a adoção do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), que vem simplificar os processos de licenciamento de obras no setor, e com a ratificação do Decreto-Lei n.º 61/99, de 2 de março, que regula o acesso e permanência na atividade de construção. Neste último, repensa-se a atribuição de alvarás, adaptando, entre outros procedimentos, as regras que decorrem do alargamento do espaço económico europeu. Uma segunda modificação terá lugar em 2004, com a publicação do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, e o estabelecimento de novas condições de entrada e permanência nesta atividade. Reconhecendo-se, na nota introdutória do Decreto-Lei em apreço, que as medidas adotadas no diploma de 1999 não tinham sido suficientes para regular de maneira eficiente o setor, destaca-se ainda "a preocupante situação atual em matéria de quadros técnicos" e reconhece-se o "indispensável" avanço a fazer em matéria digital. A leitura assim formulada abre caminho para uma "atitude de simplificação" de procedimentos, que "implica também uma responsabilização dos agentes que operam no mercado da Construção, perspetivando também uma partilha de responsabilidades entre o Estado e as associações que representam as empresas de construção, sem que o primeiro abdique da sua função de regulador" (p.114). Em articulação com tais preocupações, elevam-se as exigências em matéria de capacitação em quadros técnicos das empresas com alvarás superiores, nomeadamente no que diz respeito à gestão da segurança e higiene no trabalho, e aceitam-se quadros técnicos "provindos dos sistemas nacionais de aprendizagem e de certificação profissional, e não apenas da via formal de ensino, para as classes de obras de mais baixo valor, desde

que o conhecimento detido seja adequado aos tipos de trabalhos pretendidos" (DL n.º 12/2004, de 9 de janeiro, p.114).

Um segundo domínio de atividade legislativa mais intensa dirá respeito à contratação pública. Em 1999, sob o impulso de obrigações comunitárias, é criado o Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI). Reorganizado em 2007, por impulso do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), este é rebatizado como Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI). Uns meses mais tarde, em 2008, é ratificado o novo Código dos Contratos Públicos (o anterior era de 1999), transpondo uma série importante de diretivas europeias que evocam a necessidade de uma simplificação e modernização administrativas.

Um terceiro domínio de atividade legislativa envolve a área da saúde e segurança no trabalho. Em 2003, é revista a regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis: o Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, vem reforçar um diploma de 1995[3] (Decreto-Lei n.º 155/1995, de 1 de julho, revogado com este), que transpunha para a legislação nacional a Diretiva Europeia 92/57/CEE sobre a implementação de normas mínimas de segurança e saúde em estaleiros móveis ou temporários. Com esta legislação, reforça-se a coordenação de segurança designada pelo dono da obra e define-se a "responsabilidade solidária" da entidade executante[4] e respetivas empresas subcontratadas perante o plano de segurança e saúde estabelecido. Na introdução deste diploma, podemos ler que a revisão do diploma de 1995 – que originou o diploma de 2003 – é o resultado de um acordo de 2001 "sobre condições de trabalho, higiene e segurança no trabalho e combate à sinistralidade" celebrado "entre o Governo e os parceiros sociais" (DL n.º 273/2003, de 29 de outubro, p.7199), para regular setores onde se observavam altos índices de sinistralidade. Contudo, só em 2005 o Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro, transpõe para a legislação nacional a Diretiva Europeia 2001/45/CE, relativa aos requisitos mínimos de segurança e saúde para o uso de equipamentos de trabalho pelos trabalhadores. Neste diploma, é dado enfoque à questão dos riscos decorrentes do trabalho em altura e aos materiais utilizados neste (andaimes, cordas, escadas). Será ainda necessário esperar pelo ano de 2007 para ver regulada, em Portugal – com o Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de julho (mais uma transposição de diretivas europeias, aqui a Diretiva 2003/18/CE) –, a remoção e exposição ao amianto. No domínio de segurança e saúde no trabalho, destaca-se ainda,

[3] É de notar que, antes desta modificação da legislação, em 1995, o principal diploma que regulava – e ainda regula – a segurança no trabalho no setor da construção datava de 1958 (Decreto n.º 41821/1958, de 11 de agosto).

[4] A entidade executante deve ser aqui entendida como a responsável pela organização e direção global do estaleiro.

neste período, o Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de junho, relativo à colocação no mercado de máquinas e respetivos acessórios, material imprescindível na indústria construtiva. Este diploma transpõe igualmente uma diretiva europeia, a Diretiva 2006/42/CE.

Um quarto domínio onde é possível encontrar atividade legislativa relevante para o setor diz respeito às relações salariais. Neste caso, registam-se duas importantes alterações, uma decorrente da publicação do novo Código do Trabalho, a outra relativa à assinatura de um novo contrato coletivo para o setor da Construção. Na Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto – o agora revogado Código do Trabalho –, é de salientar o conjunto muito significativo de diplomas relevantes sobre a regulação das relações laborais que é alterado, assim como o importante conjunto de diretivas europeias que o diploma em causa transpõe, das quais se salienta a Diretiva 96/71/CE, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços. Em 2008, importa evidenciar a assinatura de um contrato coletivo para o setor – a última vez, até hoje, que os sindicatos federados na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) aceitaram fazê-lo.

Em 2009, a produção legislativa relevante para o setor da Construção conhece um auge, com o reforço de um conjunto significativo de leis, que acertam e recompõem o trabalho até então efetuado: estabelecimento do regime jurídico da reabilitação urbana (RJRU); regulação da qualificação profissional dos técnicos autorizados a assinar projetos; nova regulação de domínios diretamente ligados às relações salariais com a revisão do Código do Trabalho; a publicação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social; o regime jurídico da promoção da segurança e da saúde no trabalho (ainda em atualização) e o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

Ainda no ano de 2009, a promulgação do regime jurídico do exercício e licenciamento das empresas de trabalho temporário reconhece, pela primeira vez, a distinção entre o licenciamento das agências de trabalho temporário e a regulação das relações de trabalho nessa configuração salarial, que passam a ser abrangidas exclusivamente pelo Código do Trabalho. Com o Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro, são reguladas as questões respeitantes ao licenciamento da atividade de cedência de trabalhadores e clarificados os tipos e relações salariais, sendo dada ainda atenção às questões da segurança e da saúde no trabalho. É ainda de salientar que a mudança legislativa em apreço ocorre no quadro da convenção assinada com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1997, sendo estabelecido, pela primeira vez na lei portuguesa, o princípio da gratuitidade dos serviços para os trabalhadores cedidos.

Depois de 2009, a produção legislativa nacional com relevância para o setor abranda. Ainda assim, é possível destacar alguns marcos legislativos adicionais.

Com a adoção da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que regula a atividade no setor (e revoga o Decreto-Lei n.º 12/2004, de 22 de janeiro), o licenciamento de obras muda de maneira significativa; distinguem-se, agora, dois tipos de alvará: o de obras públicas e o de obras privadas (com requisitos de ordem técnica e financeira menos exigentes). Passa também a ser permitida a emissão de certificados e de alvarás "na hora". Por outro lado, a Lei n.º 19/2014, de 14 de abril, define as bases das políticas ambientais para Portugal e, em 2015, a Diretiva Europeia 2012/27/UE, relativa à eficiência energética, é transposta para a legislação nacional, com a publicação do Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril.

No que diz respeito às obras públicas, 2015 é também um ano a destacar. Depois de se ter assistido, em 2007, a uma primeira redução de certos serviços do Estado, com a implementação do PRACE, e de, em 2012, com o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), um tal movimento ter prosseguido, várias instituições públicas ligadas à regulação do setor da Construção serão novamente reorganizadas. Assim, em 2015, o Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI) passa a Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC). Em 2017, o Código dos Contratos Públicos é igualmente atualizado, por questões de simplificação administrativa e modernização, salientando-se a aposta na digitalização: os procedimentos inerentes à contratação pública passam doravante a ser realizados exclusivamente por meios e canais digitais. Assiste-se igualmente neste período, por esta e outras vias, à transposição para a legislação nacional de diversas diretivas europeias.

No plano da regulação do trabalho temporário é simplificado, em 2014, o acesso à atividade, com a publicação da Lei n.º 5/2014, de 12 de fevereiro, que resulta igualmente, ainda que de modo indireto, de uma transposição da Diretiva 2006/123/CE. Em 2016, para combater "as formas modernas do trabalho forçado", a Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto, declara as agências de trabalho temporário subsidiariamente responsáveis por montantes devidos a trabalhadores e solidariamente responsáveis pela aplicação da legislação e pagamento de coimas.

Importa, por fim, salientar um novo conjunto de mudanças respeitante a relações salariais. Em 2016, é assinado o novo contrato coletivo para o setor, estendido em 2017 com a Portaria n.º 332/2017, de 3 de novembro, para Portugal Continental. No entanto, a Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro (FEVICCOM), filiada na CGTP, recusou-se a subscrever este contrato coletivo, pelo que ainda hoje os associados de sindicatos filiados nesta central sindical podem exigir legalmente as condições estabelecidas no contrato de 2008. É também de notar que, em 2017, com a Lei n.º 29/2017, de 30 de maio, é transposta a Diretiva Europeia 2014/67/UE, relativa ao destacamento de trabalhadores, com a respetiva atualização.

Em síntese, ao longo das três últimas décadas, assistiu-se, em Portugal, a um reforço do enquadramento legislativo, sobretudo por impulso do dinamismo da discussão e da produção legislativa europeia neste domínio. Até 2009, é dada especial ênfase às questões da segurança e da saúde no trabalho, na medida em que estas se encontravam pouco reguladas e sujeitas a legislação datada de finais dos anos de 1950. Para além destas questões, a intensificação da atividade legislativa traduziu-se num reforço do aparelho técnico-organizativo da obra, na liberalização do mercado privado, na simplificação administrativa, na reorganização de serviços e entidades públicas que enquadram a atividade do setor (IMPIC, ACT) e na padronização das prestações de serviço ligadas à cedência de trabalhadores.

Crise, (des)regulação da atividade económica e recomposição do trabalho na Construção: Perspetivas dos atores institucionais do setor

Procurando concretizar uma leitura sintética dos principais *enjeux* e do conjunto de tomadas de posição mais relevantes apresentados pelos representantes institucionais auscultados no âmbito desta pesquisa, propõe-se a organização da análise em torno de cinco temas ou tópicos fundamentais: dois remetendo para reflexões panorâmicas sobre o quadro regulatório característico do setor e sobre a respetiva integração no espaço alargado que à escala europeia vem sendo constituído; dois orientados para a discussão dos impactos da, e das reações à, crise dos anos de 2008-2010 e seguintes – funcionando aqui a "crise" como "revelador social" inusitado, em virtude da sua relevância enquanto operador simbólico fundamental dos atores institucionais ouvidos; e um último respeitante aos desafios percebidos como fundamentais num cenário perpassado, de acordo com a caracterização genérica daqueles protagonistas, por significativos e inevitáveis processos de transformação técnico-económica, tecnológica e operacional.

Densificação e diversificação do quadro regulatório vigente, num cenário de genérica e persistente "inconsistência institucional"

A generalidade dos atores entrevistados concorda que as três últimas décadas assistiram a uma significativa densificação e diversificação do quadro legal-normativo vigente e, enfim, dos esforços regulatórios de iniciativa pública dirigidos à atividade desenvolvida no setor. Em especial nas décadas de 1990 e 2000, a legislação portuguesa – assim como o leque de instituições com responsabilidades na regulação desta atividade – sofreu diversas adaptações, extensões e reformulações, facto não alheio quer à alteração regular das opções e orientações políticas e administrativas registada no país ao longo deste período, quer, e sobretudo, às implicações em matéria de concertação e uniformização legislativa e institucional

associadas à participação de Portugal no projeto de integração económica e política representado pela Comunidade Económica Europeia (CEE), primeiro, e pela União Europeia (UE), depois.

Aceitando vários dos protagonistas ouvidos a ideia de que este processo de densificação e diversificação do quadro regulatório vigente contribuiu para suprir lacunas importantes num cenário legislativo e institucional, até ao início dos anos de 1990, relativamente pouco preenchido, não deixam os mesmos atores de sublinhar que um tal processo nem sempre veio a encontrar tradução direta no universo das práticas regulatórias que efetivamente caracterizam a atividade diariamente desenvolvida dentro e fora dos estaleiros. Com efeito, não obstante as alterações, por vezes contraditórias, que com relativa regularidade têm sido introduzidas em muitos aspetos da legislação e do quadro institucional existentes, a atividade regulatória neste setor tem sido realizada frequentemente na ausência dos meios financeiros e humanos adequados, prejudicando a aplicação efetiva das leis e regulamentos vigentes, que assim aparecem, aos olhos dos atores institucionais entrevistados, não raras vezes, como resultados da mera observância formal do princípio de transposição na legislação nacional dos imperativos associados à publicação de legislação europeia mais ou menos recente. Ainda assim, a tónica geral aponta para a consolidação de um percurso de formalização de estruturas, processos e relações no seio do setor, mesmo se, também neste caso, a atividade regulatória tantas vezes desenvolvida possa ser caracterizada por aquilo que Pinto & Pereira (2006) identificariam como sintomas da "inconsistência institucional" característica do funcionamento do Estado português. Isto porque parecem persistir no setor incompletudes na interligação entre normas e papéis das diferentes instituições presentes, descoincidências entre comportamentos prescritos e comportamentos efetivados e articulações interinstitucionais relativamente débeis, em especial depois da crise dos anos 2008-2010 (ver desenvolvimentos sobre esta questão mais à frente na presente secção; ver ainda Pinto & Pereira, 2006, pp. 144-145).

A crise que depois de 2008 abalou a economia e a sociedade portuguesas – e que afetou muito em particular o setor da Construção –, sendo referente analítico na apreciação de múltiplas mudanças, como notaram os atores ouvidos e este capítulo seguidamente detalha, é também apontada como elemento explicativo relevante para a alteração no ritmo e conteúdo da evolução verificada no quadro regulatório vigente. Não foram só as alterações nos meios disponíveis e na organização da administração pública decorrentes da aplicação das medidas inerentes ao "programa de ajustamento" negociado depois de 2011 com a chamada "*Troika*"[5];

[5] Para uma identificação do conteúdo do memorando subjacente ao "programa de ajustamento" e uma leitura da respetiva implementação, ver Brito et al. (s.d.).

terão sido também o desvio do foco político-legislativo relativamente a um setor de atividade "em crise" e, enfim, a diminuição de algum do seu poder de influência a reforçar tendências de limitação do esforço regulatório à simples transposição para a legislação nacional de regulamentos e diretivas europeias e a suscitar uma quebra geral da proatividade na resposta regulatória direcionada às transformações em curso no setor e aos novos desafios inerentes à recuperação pós-crise.

> "[H]ouve grandes alterações com a *Troika* e houve a lei da regulação das contratações públicas e depois também… (…) E, portanto, isto numa altura em que fomos forçados a ficar com menos cargos dirigentes, nós temos cinco diretores, basicamente, para todas estas áreas, portanto, nós fazemos estas áreas todas e, além disso, fazemos licenciamento, inspeção, sancionamento, apoiamos, emitimos pareceres técnicos, fazemos análise, basicamente é isto. Não temos possibilidade de recrutar pessoas, temos tentado no âmbito das… Não somos um instituto de regime especial, éramos antes do PREMAC [Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado] e isso (…) permitia-nos recrutar pessoas com… Por exemplo, na área das tecnologias de informação e, portanto, o quadro em que nós nos movemos é muito limitativo (…), o contexto em que nós nos estamos a mexer é igual ou pior do que era em 2009. Os mesmos recursos, nós não temos mais pessoas este ano, não temos… (…) E, portanto, complexificou muito a situação. (…) [A]umentámos as competências em termos de regulação, estão-nos a transferir competências (…). Portanto, [a situação] é mais complexa hoje, hoje é mais difícil, é, de facto, é francamente mais difícil. (…) Externamente não é sentido. Mas, internamente, deparamo-nos com muitas, muitas dificuldades e, provavelmente, não fazemos melhor porque não temos nem tempo nem os meios. (…) [É] muito mais difícil hoje fazer aquilo que fazemos, que temos que fazer, com as condições também para fazer aquilo que tínhamos que fazer à data [antes de 2009]."
>
> (Excerto de entrevista realizada a representante do IMPIC, março de 2017)

A consolidação de um "campo europeu da Construção" posta em causa pelos impasses e dificuldades da "integração europeia"

Se é certo que o enquadramento legal-normativo e institucional que hoje caracteriza a realidade do setor da Construção em Portugal não pode deixar de ser interpretado à luz do guião fornecido pelo histórico de produção legislativa emanado das instâncias europeias, não é menos verdade que o processo de transposição de tais normativos para o quadro nacional tem vindo a processar-se não sem significativas dificuldades e atrasos. Para além de razões imputáveis à tramitação demorada destes processos e, enfim, ao sempre custoso *aggiornamento* institucional que alterações legais e regulamentares deste tipo impõem, há que sublinhar, com alguns dos protagonistas institucionais entrevistados, a dupla contradição associada ao facto de i) o processo de integração político-legislativa no espaço

europeu ocorrer sem que as "fronteiras" legais e os quadros regulatórios nacionais deixem de vigorar – e até prevalecer – em muitos domínios relevantes para o desenvolvimento de esta e de outras atividades económicas; e de ii) a este esforço de integração faltar o suporte das estratégias e mecanismos, com efetivo alcance transnacional, indispensáveis à aplicação e garantia do cumprimento dos preceitos oriundos das instâncias da UE.

Na verdade, para além dos impasses que certamente resultam da tensão – desde sempre muito evidente no seio da UE – entre a vontade e o esforço de aposta na regulação das atividades industriais, comerciais e outras desenvolvidas no espaço económico europeu e as pressões para a desregulação que as forças do mercado ali procuram promover, o que se vai verificando é que as brechas, as distâncias e as divergências que entre a legislação de âmbito europeu e os quadros regulatórios dos diferentes países persistem são exploradas – de formas ora mais conscientes e organizadas, ora mais espontâneas – por múltiplos operadores económicos do setor, ao mesmo tempo que obstaculizam a ação consequente das diferentes entidades nacionais responsáveis pela aplicação das leis e regulamentos – entidades que, de resto, só mais recentemente têm vindo a dar passos consistentes no sentido da coordenação e conjugação de esforços[6].

> "Eu fiz parte de um (…) comité europeu dos profissionais de segurança e de saúde, em que estava uma associação italiana, uma associação francesa, uma associação espanhola, estava um inspetor inglês, porque lá não havia associação, mas ele considerava que representava os colegas, ou parte dos colegas, e estava também uma associação alemã, e… quer dizer, foi em 2000, 2001, em Turim, e uma coisa que nós discutimos foi, de facto, [a criação da figura d]o inspetor de trabalho europeu, o inspetor de trabalho europeu, ou seja, referências comuns na Europa para a inspeção do trabalho, o que se liga muito à questão da, digamos, à dissociação, agora, [entre] globalização económica e globalização social. Quer dizer, há, de facto, do ponto de vista económico, globalização, ela existe, mas a abordagem comum, portanto, a globalização (…) da regulação das condições de trabalho não existe, não é? E, portanto, há bloqueios, há diferenças de abordagem, até organizacionais, de capacidade, e tudo isso, não é? E eu penso que isso é que iria de facto… (…) As condições de trabalho como um foco comum, a abarcar, de facto… uma abordagem efetivamente europeia, não é?"
>
> (Excerto de entrevista de grupo focal realizada a representantes da ACT, novembro de 2017)

[6] Vale a pena sublinhar, neste sentido, e entre outros possíveis exemplos, o trabalho desenvolvido com o apoio da Comissão Europeia que redundou na recente criação de uma "Autoridade Europeia do Trabalho" (https://ela.europa.eu/). Para uma análise detalhada sobre as incidências deste problema à escala europeia, com uma reflexão especificamente dedicada ao caso da Construção, ver o Capítulo 5 da presente obra.

O impacto profundo da "crise" no negócio, no trabalho e no enquadramento legal e institucional da atividade

As reflexões panorâmicas apresentadas pelos protagonistas institucionais auscultados acerca do quadro regulatório que em Portugal caracteriza o setor e acerca do modo como se vem desenrolando a sua articulação e integração com os impulsos – e impasses – da regulação europeia, configurando tópicos autonomizáveis no âmbito do exercício analítico em curso, não deixam de evidenciar, como nos pontos anteriores se procurou adiantar, a relevância que a "crise" assume na generalidade dos discursos recolhidos. Verdadeiro "terramoto", a crise dos anos 2008-2010, cujas repercussões são bem identificáveis dez anos volvidos, não obstante a relativa retoma, imporá mudanças estruturais no setor, com implicações situadas bem para lá dos aspetos associados ao quadro legal-normativo e institucional vigente no país ou na UE.

> "O setor viveu um verdadeiro terramoto que se traduziu, por exemplo, no tecido empresarial. O tecido empresarial, uma parte significativa, enfim, vamos admitir que metade, desapareceu. Portanto, foi um *tsunami*. (…) Naturalmente, é um terramoto do ponto de vista do emprego, porque um conjunto de pessoas tiveram que sair, (…) uns foram enquadrados em empresas, outros foram individualmente, e isso traduziu-se (…), para algumas pessoas, em desemprego, mas essencialmente em emigração… Com as condições que daí advêm: eram pessoas muitas delas pouco qualificadas e muitas delas envelhecidas, mas que tiveram a capacidade de fazer isto. Ou seja, vale a pena ter esta ideia de que isto foi de facto um terramoto (…) Mas se quiser há uma parte significativa dos empresários e dos trabalhadores que mudaram completamente a sua vida. E hoje, no processo de recuperação, é interessante, porque as coisas, quando começam a dinamizar, já não têm trabalhadores, ou seja, hoje têm um problema de falta de trabalhadores, (…) porque passaram a fazer as obras na Europa, para outras empresas ou noutros continentes. Portanto, isso foi uma transformação significativa. Evidentemente que perante um terramoto, ou um *tsunami*, as ondas de choque também se fizeram sentir na associação e aqui, portanto, no fundo, se vir o número de trabalhadores, nós somos como o setor, portanto, tivemos uma redução de… Chegámos a ser mais de cem pessoas…"
>
> (Excerto de entrevista de grupo focal realizada a representantes da AECOPS, outubro de 2017)

Procurando sintetizar as principais transformações decorrentes da crise, tal como surgem evidenciadas nos discursos dos diferentes representantes institucionais ouvidos sobre este tema, sublinham-se quatro domínios de impacto referenciados pela generalidade destes protagonistas: i) no *tecido empresarial e organiza-*

ção da atividade, com a falência de um número muito significativo de empresas, a concentração e a fusão de entidades empresariais, o esmagamento dos preços e das margens de lucro e a aposta no negócio internacional; ii) no *emprego e remunerações*, com a diminuição drástica dos efetivos ligados ao trabalho na Construção e a redução dos ganhos médios associados a esta atividade; iii) nos *padrões de mobilidade da força de trabalho*, com a emigração de milhares de trabalhadores e o reforço de tendências para a participação em percursos de mobilidade circular, implicando também o alargamento do raio das deslocações; e iv) na *configuração e regulação das relações laborais*, com a precarização dos vínculos, a instabilização dos coletivos de trabalho, a atomização dos trabalhadores e o reforço das dificuldades no respetivo enquadramento, organização e suporte por parte das instâncias estatais e das associações profissionais e organizações sindicais.

A "recuperação" pós-crise e os desafios de um setor complexo e em reestruturação

Profundamente transformado pelos impactos da crise, o setor observa em Portugal sinais de recuperação a partir de meados da segunda década do presente século. De acordo com vários entrevistados, tal recuperação está intimamente ligada à performance globalmente positiva da economia e, em especial, ao dinamismo evidenciado pelo mercado imobiliário, cujos indicadores refletem os efeitos da retoma da construção nova para habitação e, sobretudo, o crescimento da aposta na reabilitação urbana, cujo reforço muito relevante da importância absoluta e relativa decorre, em grande medida, do impulso providenciado pelos investimentos associados ao *boom* turístico nas principais cidades portuguesas.

A amplitude da recuperação parece, entretanto, poder ser limitada pelos efeitos persistentes da crise em planos como os da capacidade empresarial instalada, mão de obra disponível e *expertise* mobilizável. Com efeito, para diversos dos protagonistas ouvidos, a saída do país de muitos profissionais qualificados, por um lado, e o desaparecimento de muitas empresas com significativo *know-how* e créditos firmados no mercado, por outro, condicionam a capacidade de resposta às recentes demandas do mercado, promovem o surgimento de operadores menos preparados e experimentados e colocam em causa a qualidade do produto, bem como as garantias de aplicação e verificação e, portanto, de consecução de padrões elevados de segurança. O predomínio das obras privadas – a recuperação acontece num quadro caracterizado por níveis relativamente baixos de investimento público – desfavorece, de resto, este propósito; em número reduzido e de pequena dimensão, as obras públicas oferecem pouco espaço à experimentação e indução de novos mecanismos de regulação da atividade dos estaleiros e ao estabelecimento de *standards* progressivamente mais elevados de qualidade e segurança (que por

essa via se esperaria que pudessem, a prazo, disseminar-se pela generalidade dos operadores do setor).

> "Bom, de facto, agora existem muitas obras privadas, os intervenientes são empresas de pequena dimensão, são novas empresas, muitas delas resultaram do desmembramento de empresas existentes, fruto da crise, e verifica-se, atualmente, falta de mão de obra qualificada, falta de operários, e julgo (…) que as boas práticas que existiam associadas à qualidade, aos procedimentos de execução e de controlo se perderam. Com a saída das grandes empresas, com a saída de muitos trabalhadores e engenheiros para fora, eu acho que se perderam, perdeu-se muito a nível de qualidade e a nível de bons procedimentos, da regra da boa arte. E, portanto, aí temos um desafio."
>
> (Excerto de entrevista de grupo focal realizada a representantes do IMPIC, novembro de 2017)

No "pós-crise" ganha também destaque o desafio do enquadramento legal e da regulação efetiva do trabalho destacado. Perante a intensificação e diversificação dos movimentos associados ao desempenho da atividade profissional na construção, e face à complexificação e distensão das cadeias de contratação e subcontratação, bem como dos "fenómenos" de contraversão das imposições inerentes a cada quadro regulatório nacional, um dos fulcros das preocupações dos protagonistas institucionais auscultados, em especial entre sindicalistas e inspetores do trabalho, refere-se à regulação dos destacamentos – tanto dos que envolvem trabalhadores portugueses no estrangeiro, como dos que respeitam aos trabalhadores estrangeiros que, a prazo, como noutros momentos de forte dinamismo do setor, e na ausência de mão de obra local, poderão afluir ao país. Trata-se de um assunto premente desde pelo menos o final dos anos 1990, mas que durante e depois da crise de 2008-2010 adquiriu renovada importância, em especial por representar um dos aspetos desta atividade em que mais é visível a distância entre a letra da lei e a sua efetiva implementação.

> "Está-se a sentir necessidade de mão de obra em Portugal na Construção, mão de obra qualificada. Há aí números que apontam para os 100 mil trabalhadores… (…) E nós temos aqui fenómenos que é… foram os trabalhadores que emigraram, e temos um conjunto de empresas deste mercado global a operar noutros países da União Europeia, com um conjunto de trabalhadores destacados… Lá está: entram aqui os destacamentos. Ou seja, há aí números e notícias que falam que são necessários 70, entre 75 a 100 mil trabalhadores na Construção, para cá, para Portugal, atualmente, nos próximos um, dois anos, são necessários trabalhadores qualificados nisso…"
>
> (Excerto de entrevista realizada a representante da FEVICCOM, março de 2018)

"A certa [altura], os franceses fecharam a torneira, digamos assim, e então obrigaram claramente as empresas portuguesas (…) no setor da Construção a passar pelas empresas francesas, senão não entra[va]m sequer no estaleiro. O que é que aconteceu? As empresas portuguesas muito facilmente criaram empresas de trabalho temporário, porque já não é empresa da construção, já não está sujeita à legislação da construção e, portanto, meteu os trabalhadores todos para a empresa de trabalho temporário portuguesa, e depois criou uma empresa francesa, já que tinham que a criar, e meteu lá os trabalhadores emigrantes que lá estavam. Estava o problema resolvido. Ou seja, há aqui uma adaptação muito fácil, entre aspas, não é? Do trabalhador, neste caso, da empresa portuguesa que se consegue adaptar a qualquer realidade… E as inspeções hão-de andar sempre atrás disto, não é? A noção que eu tenho – já ando há alguns anos nesta matéria –, nós vamos sempre chegar atrasados, porque os fenómenos são tão rápidos e tão – como é que hei-de dizer – bem estruturados, que, quando a inspeção percebe o fenómeno…"

(Excerto de entrevista de grupo focal realizada a representantes da ACT, novembro de 2017)

Estandardização, automação, digitalização: novos desafios à regulação da atividade

Aos desafios mais diretamente decorrentes dos impactos da crise na organização e exercício da atividade da construção civil adicionam-se outros apenas em parte relacionados com aqueles. São os que se referem a experiências de atualização e mudança técnico-económica, tecnológica e operacional que vários protagonistas auscultados consideram que decorrem ou decorrerão, por um lado, da adoção de processos orientados para a estandardização, automação e digitalização do trabalho e da produção no setor e, por outro lado, do reforço das preocupações com a eficiência energética, a sustentabilidade das matérias-primas, processos e produtos e, enfim, a adesão ao paradigma da chamada "economia circular".

"Um outro desafio que temos tem a ver com a mudança do paradigma: mudámos da obra nova para a obra existente e para as atividades de manutenção, exploração e, depois, a desconstrução, que implica a reutilização, a reciclagem, a reabilitação e a demolição (…) Ora bem, esta é uma nova realidade que impõe também desafios aos agentes, a todos. Desde logo, quem projeta tem que se preocupar com, por um lado, a satisfação das necessidades do seu cliente, mas, por outro lado, o que é que vai ser a obra ao longo do ciclo de vida e, portanto, [é necessário] condicionar a escolha das soluções em função do ciclo de vida, em particular da fase de utilização e de manutenção. Ou seja, não decidir em função do investimento inicial, do custo da construção, e, portanto, da minimização desse valor, mas sim decidir em função da minimização do valor do custo ao longo do ciclo de vida. Isto já vai implicar alterações, já tem o reflexo na legislação e vai implicar alterações na prática e nos agentes. Bom, outra alteração que se perspetiva tem a ver com a tecnologia. A tecnologia já começou a entrar e tem que entrar definitivamente na Construção. Nós já temos o BIM, que é o *Build Information*

Modelling, que já existem agentes que têm contacto e que concorrem a concursos em que é exigido a elaboração desse modelo, mas diria que, enfim, cá em Portugal obviamente isto ainda não está generalizado. Ainda temos muito, muito que trilhar… Não só a nível de conhecimento, mas também a nível de legislação. (…) Mas a tecnologia tem que entrar e em particular também tem que entrar nos estaleiros, na Construção…"

(Excerto de entrevista de grupo focal realizada a representantes do IMPIC, novembro de 2017)

Reconhecendo embora que algumas destas transformações estão já a produzir efeitos – e que tais efeitos imporão esforços regulatórios novos, designadamente em matéria ambiental e laboral, bem como investimentos significativos na qualificação e requalificação da força de trabalho –, os representantes institucionais ouvidos tendem a apresentar-se moderadamente confiantes quanto à capacidade do país para acompanhar as mudanças em causa. Os baixos níveis de investimento privado em I&D+i; a prioridade dada à contenção de custos por via da moderação salarial; a reduzida dimensão e massa crítica do tecido empresarial; a impreparação da força de trabalho e a insuficiente prontidão e flexibilidade dos sistemas de educação e de formação estarão entre os potenciais obstáculos a uma consolidação destas tendências no seio da construção civil portuguesa.

Conclusões

No presente capítulo procurámos identificar as organizações de representação de interesses do setor da Construção em Portugal e o quadro de regulação que informa a ação neste domínio da atividade económica no país. Para esse efeito, procedemos a um trabalho de inventário de marcos legislativos significativos e a um programa de entrevistas a atores institucionais. No âmbito da análise dos resultados do trabalho efetuado foi possível identificar um conjunto de coordenadas de leitura sobre as transformações vividas no setor e sobre as prioridades de ação perspetivadas pelas entidades entrevistadas. É, assim, possível destacar o significado de um processo de densificação e de diversificação do quadro regulatório, que se revela, contudo, amplamente marcado por processos de "inconsistência institucional" em matéria de implementação. A análise permite destacar ainda a importância da consolidação de um "campo europeu da Construção", de que aquele primeiro processo é largamente tributário, e revelar o modo como uma tal consolidação é posta em causa pelos impasses e pelas dificuldades da "integração europeia". Salienta-se, de igual modo, a centralidade do impacto profundo da "crise" no negócio, no trabalho e no enquadramento legal e institucional da atividade económica na Construção. Atentando, por fim, nos desenvolvimentos mais

recentes a que a atividade económica no setor tem estado sujeita no país, é também possível identificar o processo de "recuperação" pós-crise, doravante marcado por desafios complexos e sensíveis a processos de reestruturação da atividade económica significativos. Em concreto, destacam-se os desafios em matéria de regulação que a estandardização, a automação e a digitalização poderão comportar para o futuro do setor. Efeito da erosão provocada pela crise económica vivida no setor no período posterior a 2008, não deixaremos – ainda e para terminar – de salientar o relativo consenso em matéria de diagnóstico sobre o setor que predomina nas tomadas de posição dos diferentes representantes das instituições entrevistadas no âmbito deste trabalho. Será questão, num desenvolvimento futuro, de verificar a resistência de um tal posicionamento global à medida que se estruturem, no setor, respostas mais ou menos adaptadas aos desafios aqui expostos.

Referências Bibliográficas

Bloor, M. et al. (2001). *Focus groups in social research*. London: SAGE.

Bourdieu, P. (1979). *La distinction : Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.

Bourdieu, P. (2000). *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil.

Boyer, R. (2004). *Théorie de la régulation : Les fondamentaux*. Paris: La Découverte.

Brito, A. et al. (s.d.). Memorando da troika anotado in *Público*, versão online [Consult. A 12.08.2019]. Disponível em : https://acervo.publico.pt/economia/memorando-da-troika-anotado.

Dobry, M. (2014). *Sociologie des crises politiques : La dynamique des mobilisations multisectorielles*. Paris : Presses de Sciences Po.

Dornelas, A. (2008). Desregulamentação ou novas formas de regulação? A reforma do modelo social europeu e a flexigurança. In J. M. Pinto & V. B. Pereira (Orgs.), *Desigualdades, desregulação e riscos nas sociedades contemporâneas* (pp. 20-40). Porto: Afrontamento.

Laurens, S. (2015). *Les courtiers du capitalisme : Milieux d'affaires et bureaucrates à Bruxelles*. Marseille: Agone.

Medvetz, T. (2012). *Think tanks in America*. Chicago: University of Chicago Press.

Offerlé, M. (2009). *Sociologie des organisations patronales*. Paris: La Découverte.

Ogien, A. (2011). Créativité de l'objet, inventivité des données: L'imagination sociologique *dans et pour* l'enquête de terrain. In B. Olszewska, M. Barthélémy & S. Laugier (Dir.), *Les données de l'enquête* (pp. 109-123), Paris: PUF.

Pinto, J. M. & Pereira, V. B. (2006). Trinta anos de democracia: mudanças sociais e inconsistência institucional. In M. Loff & M. C. M. Pereira (Coords.), *Portugal: 30 Anos de Democracia (1974-2004)* (pp. 133-151). Porto: Editora da Universidade do Porto.

Silva, M. C. (2009). *Trabalho e sindicalismo em tempo de globalização*. Lisboa: Temas e Debates.

Tilly, C. (1986). *La France contestée : De 1600 à nos jours*. Paris: Fayard.
Tilly, C. (2006). *Regimes and Repertoires*. Chicago: University of Chicago Press.

Legislação:

Decreto n° 41821/1958, de 11 de Agosto, Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil.
Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro, Código Civil.
Decreto-Lei n°155/1995, de 1 de julho, Prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis.
Decreto-Lei nº 60/99, de 2 de março, Criação do Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI).
Decreto-Lei 61/99, de 2 de março, Acesso e permanência na atividade de empreiteiro de obras públicas e industrial de construção civil.
Decreto-Lei n° 555/99, de 16 de dezembro, Regime jurídico da urbanização e edificação.
Lei 99/2003, de 27 de agosto, Código do Trabalho.
Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, Revisão da regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis.
Decreto-Lei n°12/2004, de 9 de janeiro, Regime jurídico de ingresso e permanência na atividade da construção.
Decreto-Lei n° 50/2005, de 25 de fevereiro, Prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho.
Decreto-Lei n.º 144/2007, de 27 de abril, Aprovação da orgânica do Instituto da Construção e do Imobiliário (InCi).
Decreto-Lei n° 266/2007, de 24 de julho, Proteção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho.
Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, Código dos Contratos Públicos.
Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de junho, Regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e respetivos acessórios.
Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, Código do Trabalho.
Lei n°31/2009, de 3 de julho, Regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra.
Lei n°110/2009, de 16 de setembro, Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social
Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro, Regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário.
Decreto-Lei n° 307/2009, de 23 de outubro, Regime jurídico da reabilitação urbana.
Lei n.º 5/2014, de 12 de fevereiro, Simplificação do regime de acesso e exercício da atividade das agências privadas de colocação de candidatos a empregos.
Lei n.º 19/2014, de 14 de abril, Bases da política de ambiente.

Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril, Disposições em matéria de eficiência energética e produção em cogeração.
Lei n°41/2015, de 3 de junho, Regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de construção.
Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro, Aprova a orgânica do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC).
Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto, Combate as formas modernas de trabalho forçado.
Lei n.º 29/2017, de 30 de maio, Destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços.
Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, Nona alteração ao Código dos Contratos Públicos.
Portaria n.º 332/2017, de 3 de novembro, Portaria de extensão do contrato coletivo entre a AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços e outras e a Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços – FETESE e outros.

Regulação coletiva de trabalho:

Contrato coletivo entre a AECOPS — Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços e outras e a FEVICCOM — Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro e outros — Alteração salarial e outras, publicado no *Boletim do Trabalho e do Emprego* n°20, vol. 75, de 29 de maio de 2008.
Contrato coletivo entre a AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços e outras e a Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços – FETESE e outros – Revisão global, publicado no *Boletim do Trabalho e do Emprego* n°30, vol. 83, de 15 de Agosto de 2016.

Diretivas europeias:

Diretiva n.º 92/57/CEE, de 24 de Junho, Prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis.
Diretiva n.º 96/71/CE, de 16 de dezembro, Destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços.
Diretiva n.º 2001/45/CE, de 27 de junho, Prescrições mínimas de segurança e saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho.
Diretiva n.º 2003/18/CE, de 27 de março, Proteção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho.
Diretiva n.º 2006/42/CE, de 17 de maio, Máquinas.
Diretiva n.º 2006/123/CE, 12 de dezembro, Serviços no mercado interno.
Diretiva n.º 2012/27/UE, de 25 de outubro, Eficiência energética.
Diretiva n.º 2014/67/UE, e 15 de maio, Destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços.

Capítulo 9

Azares, riscos e culpas: Representações sobre os acidentes de trabalho da Construção na imprensa portuguesa (1996-2017)

Bruno Monteiro & Carla Aurélia de Almeida

No presente texto[1], analisamos o modo como em notícias da imprensa portuguesa se constroem e transformam as representações sobre os acidentes de trabalho na Construção. A partir da sua vinculação a uma pluralidade de perspetivas (representantes patronais e empresários, sindicalistas, colegas de trabalho ou familiares, inspetores de trabalho e técnicos de segurança, entre outros), procurar-se-á compreender as estratégias discursivas aqui mobilizadas. Tendo por base um *corpus* de 1218 notícias recolhidas no arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção e Madeiras, Mármores e Pedreiras, Cerâmicas e Materiais de Construção de Portugal, num período temporal entre 1996 e 2017, procedemos a uma crítica sociológica em combinação com uma análise semântica e pragmática dos discursos produzidos a respeito de casos singulares de acidentes

[1] O presente capítulo foi elaborado no âmbito das atividades do projeto de investigação "Novos terrenos para a construção: mudanças no campo da construção em Portugal e seu impacto nas condições de trabalho no século XXI" (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), desenvolvido no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, entre 2016 e 2019, e financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade. Beneficiando do quadro de discussão entre a equipa dos investigadores do projeto, uma primeira versão deste estudo foi discutida no colóquio internacional "Classes sociales, comparaisons et migrations Portugal / France", realizado nas instalações do CNRS – Pouchet, na cidade de Paris, França, em 20 de junho de 2019 e no colóquio internacional, "Breaking Ground for Construction: Changes in the Field of Construction in Portugal and their Impact on Working Conditions in the 21st Century", realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 4 e 5 de julho de 2019. O presente trabalho foi originalmente publicado, sob o formato de artigo, em *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, número temático de 2019.

de trabalho. A descrição da construção dos eventos relatados permite destacar a *heterogeneidade enunciativa* que decorre não só da *intersubjetividade* inscrita no discurso (Fonseca, 1992, p. 263), consubstanciada na dimensão acional e enunciativa do ato de dizer instituído entre locutor e alocutário, mas também a que resulta da ocorrência de diferentes vozes citadas ou *deixis interdiscursiva* (Fonseca, 1992, p. 264) com a integração de uma "dimensão citacional, por inscreverem no discurso de um locutor o discurso, real ou fictício, de um outro locutor – individual ou colectivo" (Fonseca, 1992, p. 269)[2]. No âmbito da sociolinguística, adotámos como enfoque analítico a descrição, do ponto de vista semântico e pragmático, dos objetivos ilocutórios visados no discurso de um conjunto de notícias e que têm como ato perlocutório convencer o leitor. Procuraremos assim realizar uma análise da *discursivização* (Fonseca, 1992, p. 316) do que é dito, levantando, na materialidade da escrita, os valores ideológicos subjacentes ao discurso produzido[3].

Do mesmo passo, os contributos da sócio-antropologia permitem situar as estratégias discursivas que são usadas para enquadrar o acidente ocorrido, designadamente o processo de alegação das responsabilidades e a interpretação das sequências causais do acontecimento, como arena de luta para o sistema de agentes ocupados com a representação legítima das causas de acidentes de trabalho (Lenoir, 1980, p. 81). Por via das "mediações" operadas por estes agentes ao longo do processo desencadeado com este acontecimento, a noção de acidente de trabalho surge como "uma categoria de construção da realidade social", que tem o seu conteúdo dependente das lutas em torno do seu sentido mais do que do simples registo dos dados imediatos dos sentidos (Lenoir, 1980, pp. 82 e 77). Por outras palavras, os relatos de acidente são engendrados situacionalmente num determinado contexto socio-histórico por agentes sociais que têm pretensões a impor uma definição legítima do acidente a partir do seu ponto de vista particular, dotados portanto de distintos "interesses expressivos" e desiguais "capacidades de expressão" (Bourdieu, 1981, p. 4). Do ponto de vista metodológico, no presente texto, a atenção dada aos argumentos desenvolvidos por uma pluralidade de locutores, com o objetivo de descrever e explicar o mundo do trabalho da Construção e os acidentes de trabalho que aqui ocorrem, alterna com a objetivação sociológica dos lugares ocupados por locutores que se investem e se orientam dentro do sistema de enquadramento ideológico e institucional deste setor de atividade.

---

[2] Para uma análise mais detalhada, ver "A heterogeneidade na língua e no discurso" (Fonseca, 1992, pp. 249-292).

[3] A este propósito, consultar "'Elogio do Sucesso': A força da palavra / O poder do discurso" (Fonseca, 1992, pp. 315-375).

Programa de pesquisa: Estratégias discursivas e interesses expressivos num arquivo sindical de notícias sobre a Construção

Na análise da construção do sentido no texto escrito é conhecida a importância da estruturação do discurso, ou *discursivização*, que permite a abertura a diferentes *rumos discursivos* (Fonseca, 1992, p. 316) e possibilita o desenvolvimento de estratégias discursivas que concedem ao texto uma coerência interpretada em função da competência enciclopédica do leitor (ou alocutário) do texto escrito. A atribuição de coerência ao discurso é, assim, feita com base nas *convenções de uso* e na interpretação das sequências discursivas que são interacionalmente situadas no co(n)texto das notícias de jornais. Assim, procedemos ao levantamento de regularidades discursivas que permitem, a nível local, estudar a seleção, operada pelos participantes, das *estratégias comunicativas* (Gumperz, 1982) desenvolvidas no discurso *institucional*[4] de imprensa escrita sobre os acidentes de trabalho e, a nível global ou macroestrutural, analisar a coerência pragmático-funcional do discurso que diz respeito fundamentalmente às dimensões sequenciais dos atos ilocutórios (Fonseca, 1992, p. 269). Os acidentes de trabalho, em especial, como episódios de paroxismo que são, salientam as tensões subsumidas dentro deste setor de atividade: porquanto solicitam uma enunciação pública que permite situar acima do indiferenciado uma certa tomada de posição, tornando-a não só explícita mas distintiva, os referidos acidentes de trabalho obrigam a uma demarcação das mundivisões e, por isso, criam condições para uma enunciação de oposições latentes e dos princípios discriminantes a seu respeito, inclusive nos termos característicos da acusação, da denúncia ou da indignação (Boltanski & Schiltz, 1984). A interpretação das causas ou a atribuição de responsabilidades dos acidentes relatados nestes artigos de imprensa, correspondendo a estratégias de enunciação de pontos de vista singulares e distintos sobre esse mesmo acontecimento, não chocam, antes se inscrevem como casos exemplificativos da lógica de enunciação do sistema de intervenientes que estão apostados ou mandatados para o trabalho de representação do acidente de trabalho, unidos entre eles por relações que podem ser de colusão, concorrência ou colaboração.

No quadro do trabalho desenvolvido no arquivo sindical estudado, foi possível compilar um *corpus* de 1218 notícias publicadas entre 1996 e 2017, tendo como critérios de inclusão o relato de eventos do universo da Construção. A inspeção deste vasto repositório de notícias jornalísticas sobre o setor da Construção em Portugal permitiu a seleção de casos particulares para a aplicação de um programa de pesquisa orientado para conhecer as tomadas de posição dos intervenientes a

[4] Sobre a distinção entre discurso "institucional" e discurso "mundano", ver Boden & Zimmerman (1993).

respeito das causas e das responsabilidades dos acidentes narrados. Aplicar uma perspetiva de análise discursiva e socioantropológica a um arquivo sindical específico implica ter em conta que este último se encontra definido pela aplicação de categorias de perceção derivadas de um ponto de vista particular e interessado sobre o universo da Construção, i.e., o ponto de vista do sindicato. Explorar analiticamente as consequências nascidas da aplicação das categorias do entendimento sindical na Construção a um tal acervo implicaria interrogar especificamente os esquemas de pensamento e de ação que informaram as operações de triagem e retenção de umas notícias em detrimento de outras; por isso, vamos sinalizar que temos consciência de que o modo de produção do arquivo constitui um expediente indispensável a este nosso exercício, ainda que essa crítica da fonte possa ser desenvolvida de maneira mais intensiva (Ginzburg, 2016). Dadas as circunstâncias de produção do acervo, optámos por circunscrever a nossa análise ao estudo das estratégias discursivas e das "expectativas partilhadas" que estão associadas a *esquemas interativos* (Gumperz, 1980, pp. 103-104) transplantados para a escrita da notícia a partir do aparelho citacional e que permitem abranger uma pluralidade de discursos distintos, ainda que montados pelas regras próprias da intervenção jornalística. No presente texto, por essa mesma razão, não procuraremos consolidar uma análise dos *media* em geral, explorando as variações entre concorrentes dentro do campo mediático ou, em sentido inverso, observando as convenções partilhadas nos relatos jornalísticos de acidentes de trabalho ou nas apresentações dos intervenientes (Florea & Rabatel, 2011). Nem iremos, por outro lado, proceder ao levantamento das mudanças históricas relatadas no setor da Construção ao longo deste hiato temporal, em que o setor conheceu alterações muito drásticas que se plasmaram seguramente sobre a hierarquia de temas «noticiáveis» dentro do campo mediático (Greer, 2007). Vamos, isso sim, incidir sobre relatos de imprensa de casos particulares que nos permitam pensar, dada a simultaneidade e a concorrência dos múltiplos discursos presentes, sobre as distintas estratégias mobilizadas para propor, sustentar e impor uma definição do acidente de trabalho. "Pensar por caso" ("*penser par cas*") sugere que, por meio da "exploração e aprofundamento de uma singularidade acessível à observação", é possível "extrair uma argumentação de alcance mais geral" (Passeron & Revel, 2005, p. 8), o que significa, neste contexto, encontrar o espaço das tomadas de posição acessíveis e aplicáveis por esta pluralidade de *especialistas da representação* dos acidentes de trabalho.

Caixa 9.1. O lugar do acidente: as publicações e a importância dos acidentes de trabalho no acervo sindical analisado

O arquivo em análise, pertencente ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção e Madeiras, Mármores e Pedreiras, Cerâmicas e Materiais de Construção de Portugal, reúne uma diversidade de notícias, publicadas entre 1996 e 2017, provenientes de diferentes tipos de jornais, que dizem respeito ao setor da Construção. Salvo exceções, podemos organizar as publicações em quatro tipos: i) jornais generalistas com cobertura nacional, como *24 horas, Diário de Notícias, Expresso, Correio da Manhã, Sol, Público, Meia Hora, Semanário, Jornal Global*; ii) jornais generalistas com ênfase sobre a região do Porto, como o *Jornal de Notícias, Comércio do Porto, O Primeiro de Janeiro; iii) jornais regionais como Tribuna de Amarante, Nordeste, Matosinhos Hoje, A verdade* (jornal regional da região do Tâmega e Sousa), *Regional de Viseu, Imediato* (jornal de Paços de Ferreira), *Repórter do Marão, Tribuna de Amarante, O Progresso* (jornal de Paredes), *Nordeste*; iv) jornais, de diferente recorte, onde avultam discussões especializadas em temas do trabalho e da economia, como *Negócios, Novas, Jornal da Construção, Jornal de Negócios, Meia Hora, Dinheiro Vivo, Diário Económico, Dinheiro Digital e Avante*.

As notícias são, na sua maioria, analisadas nas páginas do caderno local dos jornais nacionais e, regularmente, a referência ao local constitui uma identidade para as notícias sobre a Construção nos jornais especializados do mundo do trabalho. Para além das referências à sinistralidade nas estradas e da análise de temas relacionados com o setor, há um conjunto significativo de relatos relacionados com acidentes de trabalho no setor em análise, sendo a região ou o local a marca de identificação que permite narrar o acontecimento ocorrido. Diante de uma imensa massa de materiais empíricos, que certamente suportariam um tratamento em linha com outras opções metodológicas mais orientadas pela estatística ou pela análise de conteúdo, optámos por privilegiar a seleção de casos particulares que estivessem em consonância com o nosso programa de pesquisa sobre a discursividade. Vamos, assim, "pensar por caso" ("penser par cas") na aplicação do nosso programa de investigação, o que levou a que procedêssemos "pela exploração e pelo aprofundamento de uma singularidade" (Passeron & Revel, 2005, p. 9). Nesse sentido, apostámos numa visão da notícia como arena de luta entre interpretações concorrentes sobre os acidentes de trabalho, em que especialistas da representação (vulgo, porta-vozes) competem não só pela imposição de interpretação da causalidade e da responsabilidade envolvidas naquele acidente de trabalho, mas também, ao mesmo tempo, pela posse e afirmação da autoridade sobre o setor da Construção, em particular sobre a definição legítima de acidente de trabalho. Esta visão contribuiu para que privilegiássemos uma descrição minuciosa das opções linguísticas de espaços de enunciação em que estivessem copresentes os principais intervenientes do sistema de enquadramentos do setor da Construção.

Deste modo, nas notícias sobre acidentes na Construção, verifica-se a materialização no discurso de uma multiplicidade de pontos de vista e de lutas em torno dos limites da definição legítima de "acidente de trabalho" e de "vítimas de desastres" (Lenoir, 1980, p. 81). Tratar-se-á, pois, de fazer uma análise interpretativa das estratégias discursivas que permitem aos participantes criar uma relação na situação da comunicação (Gumperz, 1989, 2001), o que Erving Goffman via como "um jogo de influência recíproca" (Goffman, 1973, p. 23). Verificaremos que o discurso da imprensa, que é nosso objeto de investigação, se torna um lugar de representação de uma multiplicidade de pontos de vista, por prolação transferida para o texto da notícia, mediante o uso de aspas de citação ou o mecanismo jornalístico do contraditório (por exemplo, complementando a opinião do sindicato com a opinião do patronato ou, em termos mais gerais, ouvindo a "resposta" a "queixas" ou "acusações"), tornando-se o texto assim construído num terreno de lutas que tem a sua própria autonomia e a sua própria consistência em virtude da convergência de interesses (descoincidentes e contraditórios, por vezes) que existe entre todos esses protagonistas a respeito da importância, ou necessidade, de se pronunciarem sobre a causalidade e a responsabilidade do acidente.

Neste sentido, vamos ao encontro de uma "antropologia da causalidade e da responsabilidade", encontrando nestes artigos de imprensa uma outra via de acesso a essa modalidade de pesquisa invocada por Nicolas Dodier (1994). Pelas mútuas implicações existentes entre a "economia cognitiva" e a "economia moral" dos acidentes de trabalho, em que as interpretações, aparentemente mais lógicas, convocadas pela primeira se entrelaçam com as apreciações, sejam louvores, sejam estigmas, que a segunda inscreve, encontramos um plano de argumentação para estes locutores em que os limites dessa distinção se tornam imprecisos e, por conseguinte, em objeto de intensas disputas. Nos acidentes de trabalho, "a imputação da responsabilidade caracteriza-se pelo fechamento do julgamento sobre uma causa preponderante: a causa do acidente" (Dodier, 1994, p. 257), o que torna especialmente relevante ler a atribuição de causas decisivas em conjunto com a imputação de responsabilidades. Em virtude dessa tendência de derivação da responsabilidade moral a partir da causalidade basilar, "toda a pragmática dos julgamentos de responsabilidade é guiada pelo esforço dos atores para sublinhar certas cadeias causais e para aligeirar outras" (Dodier, 1994, p. 266). Por esse motivo, têm especial relevância as estratégias discursivas dos locutores evidenciadas no texto da notícia a respeito das causas do acidente, o que levou a submeter a informação reunida a um procedimento de análise semântica e pragmática com recurso à análise interpretativa desenvolvida por John Gumperz (2001) que se centre nas elocuções reportadas dos agentes em questão.

O estudo da construção dos acontecimentos relatados permite destacar as diferentes vozes citadas que dão a esses discursos uma heterogeneidade enunciativa

e possibilitam o levantamento dos locutores que constituem vozes autorizadas para proferir o discurso. Todo o discurso é produzido a partir de um *lugar interacional* (Kerbrat-Orecchioni, 1988, p. 186) – ou posição (Goffman, 1973) – que condiciona o *quadro de participação* (Goffman, 1981) e as estratégias discursivas específicas que aí são realizadas. Nestes contextos interativos e interlocutivos, os participantes acionam um sistema de práticas, de convenções sociais e de regras de procedimento discursivo que organizam o fluxo temático (Goffman, 1974, p. 32) do discurso. No desenvolvimento dos eixos de sentido, o locutor é considerado uma voz autorizada para produzir o que diz no texto ou discurso. Com efeito, a autoridade do locutor é uma condição de validade e de eficácia para que o ato se realize, constituindo-se uma autoridade que "tem os mesmos limites que a delegação da instituição", ou seja, de uma autoridade que se prende sempre com a "posição social" (Bourdieu, 1982, p. 107) do locutor e com a adequação do seu discurso às condições da enunciação. Enfim, a análise aqui proposta envolve a construção do sentido em torno do acidente de trabalho, suas causas e consequências, só que considerando não apenas a dimensão enunciativa mais restrita, mas também as questões pragmáticas, relacionais e simbólicas configuradas nestes discursos.

Daqui se impõe uma precisão sobre o acesso ao discurso, logo à representação. Nos artigos de imprensa em análise, os locutores carecem de ser reconhecidos como possuindo as competências necessárias para concretizar uma elocução autorizada e verídica sobre o acidente de trabalho, desde logo de acordo com os termos requeridos pelo aparelho de recolha e de registo usado pela imprensa. A importância de uma asserção depende aqui de um empréstimo ou caução de natureza social da parte do locutor, por outras palavras, da concessão de um crédito que possui e que, portanto, transmite ao que afirma como uma espécie de garantia. São, portanto, os próprios processos de coconstrução do sentido que são visados pela descrição das vozes no discurso de imprensa: a voz do jornalista, do sindicato, dos patrões, dos inspetores do trabalho e os indícios da voz dos trabalhadores da Construção através do discurso indireto do jornalista que assina o artigo do jornal. Nas palavras de Pierre Bourdieu:

> O poder das palavras não é outra coisa senão o *poder delegado* do porta-voz, e as suas palavras – quer dizer, indissociavelmente, a matéria do seu discurso e a sua maneira de falar são, quanto muito, um testemunho e um testemunho entre outros da *garantia de delegação* de que ele está investido. (Bourdieu, 1982, p.105; tradução nossa)

Os atos de discurso dependem assim do *valor simbólico-institucional* (Pinto, 1985) que lhes é imputado pelos interlocutores e procurar-se-á analisar a estruturação do sentido nestes discursos de imprensa escrita, remetendo para os diver-

sos atos de discurso proferidos pelos agentes convocados nos textos e analisando assim as "lógicas sociais diversas" (Pinto, 1985, p. 51) que esses agentes sociais mobilizam para legitimar um ponto de vista. Pois, nas palavras do mesmo José Madureira Pinto, "não há uma lógica absoluta e intemporal, um pensamento, ou uma estética, ou uma ética universais e abstratos remetendo para uma pretensa natureza humana, há lógicas (ideo-lógicas) sociais diversas" (Pinto, 1985, p. 51).

«Pôr em causa»: Pontos de vista sobre acidentes situados

Desde Paul Fauconnet, pelo menos a partir de 1928, considerados como "factos sociais", os "julgamentos de responsabilidade" sobre um acontecimento não resultam automaticamente, nem se esgotam na simples constatação dos seus fatores materiais e suas consequências diretas, "eles traduzem o sentimento que aqueles que os pronunciam têm do que é justo, moral ou juridicamente obrigatório" (Fauconnet, 2008, p. 34). Ao contrário do que sucede com a pesquisa científica das causas dos fenómenos naturais, sucede ocorrer uma articulação entre julgamento de facto e julgamento de valor nas circunstâncias precisas da indagação dos acidentes de trabalho[5].

Diante da atribuição de uma responsabilidade, deparamo-nos com operações de "pôr em causa" (Dodier, 1994). No uso que lhe damos, esta expressão tem o duplo sentido de *encontrar causas* e de *aplicar culpas*: se existe um modo de conversão de causas em culpas, a sua relação de proporção precisa de ser estabelecida no decurso das disputas entre interlocutores sobre a natureza do acidente de trabalho, dependendo da competência e da capacidade que tenham para impor a definição mais favorável aos seus interesses ou para deslegitimar e, assim, repudiar as imputações trazidas pelos outros participantes da disputa. Por isso, um dos artigos em análise equipara o debate entre interlocutores sobre as causas de um acidente a um "jogo do empurra" entre técnicos de segurança, patrões ou trabalhadores (*Jornal de Notícias*, "Obra fatídica já soava a desgraça", 10.09.2008). Numa aplicação especialmente apropriada de uma expressão tantas vezes abu-

[5] Este colapsar entre domínios usualmente tratados de maneira estanque (como a oposição entre razão e sentimentos, ou entre causa e autoria) surge claramente expresso nesta obra de Paul Fauconnet, escrita há praticamente cem anos: "Quando o homem procura a causa dos fenómenos da natureza, é por curiosidade especulativa ou antes, e sobretudo, para alargar o seu império sobre as coisas. Mas a procura dos autores, das pessoas concebidas como causas, responde a outras necessidades: ela é sempre suscitada, em última análise, pelo desejo de aplicar uma sanção ou, pelo menos, de atribuir uma remuneração. (…) Se a noção de causalidade científica pode tornar-se puramente intelectual, vazia de todo o conteúdo emocional, o julgamento que atribui um resultado a um autor parece ser sempre, em certa medida, um julgamento de valor, implicando uma apreciação ou uma depreciação, uma atitude de aprovação ou desaprovação, em suma, sentimentos". (Fauconnet, 2008, pp. 260-261; tradução nossa)

sada, em última instância, resta ao tribunal aplicar uma "definição jurídica" que interrompa o mecanismo de circularidade entre causas e culpas, operando "pela lei" uma imputação de responsabilidades e de obrigações que, pese embora a alegação de neutralidade e de universalidade, aparentemente se encontra distante ou "invisibiliza" as noções de "acidente acontecido" e da experiência "vivida" do sinistrado (Lima, 2016, p. 246).

A luta pela imputação da culpa torna as representações do acidente de trabalho, sobretudo quando a sua configuração de causalidade permanece em aberto, especialmente sensíveis aos âmbitos de intervenção, logo às suas bases de autoridade e de legitimidade, e aos interesses específicos que caracterizam todos os agentes implicados nessa disputa em torno da "construção social dos acontecimentos corporais" (Dodier, 1986). O poder de nomeação do acidente vai ser, assim, disputado entre os interlocutores reportados pelas notícias, sugerindo eles versões concorrentes que mobilizam esquemas causais e responsabilidades morais distintas entre si. Dada a necessidade de concisão expositiva, reteremos apenas a constelação de agentes autorizados que compreende os dirigentes sindicais, os técnicos de segurança e os representantes patronais, três importantes pontos de apoio usados pela imprensa para delimitar o perímetro do debate público sobre os acidentes de trabalho.

No conjunto de casos reportados, tomemos três em consideração. No dia 12 de dezembro de 2001, a queda de um viaduto causa a morte a cinco operários perto de Almodôvar (*Jornal de Notícias*, "Queda de viaduto mata cinco operários", 13.12.2001). Para o gestor da empresa, cumpridos que estavam os controlos da obra, "nada indiciava" e "nada previa" o acidente. Para o dirigente sindical, os alertas que tinham realizado meses atrás tinham sido infrutíferos: "As nossas denúncias caíram em saco roto, quando era tempo de agir. Estas mortes podiam ser evitadas", explicava o sindicalista. Por causa de uma derrocada, em 2016, seriam dois operários a perder a vida em Lisboa (*Jornal de Notícias*, "Derrocada em prédio de luxo mata dois pedreiros", 29.11.2016). O dono da empresa em que trabalhavam as vítimas articula o cumprimento de obrigações com a influência do acaso: "Está tudo seguro, mas estas coisas são imprevisíveis". A respeito deste acidente, o sindicato lançava publicamente o vaticínio pessimista de que "muitos [trabalhadores] irão morrer em obras de reabilitação urbana". Para o sindicato, a razão prende-se com a relevância de "empresas clandestinas" nestas iniciativas, dado que elas descartam a disponibilização de "meios de proteção individuais e coletivos" aos trabalhadores. Para contrariar esta situação, o sindicato ativou uma "campanha" de sensibilização contra os acidentes de trabalho, alegando que não contou com o apoio dos serviços públicos de inspeção do trabalho. Por sua vez, o inspetor de trabalho admitia que "não existem acidentes por acaso". Neste caso, salienta a "instabilidade", um critério material que se prende com o respeito pelas

"normas de segurança" indispensáveis. No início do novo século, a queda de um andaime provocara a morte de um operário durante a construção de uma ponte (*O Primeiro de Janeiro*, "Detetadas falhas de segurança", 14.08.2002). O inspetor de trabalho destaca os desvios às normas de segurança: "Não há condições de segurança nem no acesso à obra, nem no local de trabalho". Para o representante sindical, o acidente "podia ter sido evitado", sendo que o "trabalho precário" contribui para provocar estas situações.

Recusando uma essencialização das vozes em presença, nestes relatos encontramos reportórios discursivos que, embora veiculados de maneira privilegiada por determinados interlocutores, servem sobretudo para estabelecer categorias de entendimento dos acidentes, todas elas com os seus princípios de explicação e as suas implicações de culpabilidade. Nestes relatos, a natureza das causas destacadas para caracterizar um acidente é solidária da modalidade de responsabilidade que se pretende indiciar, consolidando uma vinculação entre as causas situadas e os juízos de valor. Nos acidentes "imprevisíveis", como os acima percecionados pelos representantes patronais, encontramos o destaque concedido ao acaso e ao azar, em combinação com tentativas de neutralização da culpa pela alegação do cumprimento das obrigações. Para os acidentes "evitáveis", temos o concurso de riscos técnicos ou desvios aos planos de segurança, como ocorre nos relatos de técnicos e inspetores de segurança e, num outro patamar, entre os relatos de sindicalistas, que optam por destacar sobretudo a precariedade e a clandestinidade. Noutras situações, podemos encontrar alegações de "assassinato" na argumentação dos agentes sindicais: a existência de dolo, pelo reiterado incumprimento das regras de segurança, privação de condições de trabalho ou exploração desmesurada dos trabalhadores, torna estes acidentes em atos de vontade homicida (por exemplo: "Sindicato denuncia 'autênticos trapezistas' nas obras", *Jornal de Notícias*, 06.09.2000), com destaque concedido a "pseudo-empresas" e "engajadores" que sobrevivem nas franjas da legalidade e da regulação.

Detetámos, assim, três importantes operadores de explicação e imputação dos acidentes de trabalho: o azar, o risco e a culpa. Embora trazidos com prioridade por distintos interlocutores, estas noções concentram uma nuvem de significados que pode ser perspetivada com mais detalhe mediante a análise linguística. Podemos complexificar esta nossa análise, acrescentando esta descrição dos usos possíveis dessas noções.

Uma análise semântica do termo "azar" revela que este tem uma causa indeterminada do evento, remetendo para o acidente que ocorre, tendo o sujeito do evento os traços semânticos [- Intencional] e [- Ativo].

Já a noção de "risco" assinala a possibilidade de acidente e a causa provável de algo mau poder acontecer e, por isso, o sujeito que corre o risco é [+ Ativo] e [+/- Intencional].

Relativamente à noção de "culpa", verificamos que há a deteção de uma causa explícita do acidente e o acidente ocorreu. O papel temático é de Agente e é [+ Ativo] e [+ Intencional] ou [+ Vontade].

Deste modo, nas marcas do discurso de imprensa, e no contexto das estratégias discursivas, encontramos a semântica do "azar", do "risco" (na voz dos patrões) e a noção implícita de "culpa" atribuída não só aos patrões e responsáveis pela obra (na voz do sindicato), mas também encontramos pistas ou indícios para a "culpa" que é atribuída aos trabalhadores da Construção (na voz dos patrões), assistindo-se ao " (...) entrecruzar de discursos algo contraditórios (...) e outras visões parciais sobre desastres e mortes nos locais de trabalho" (Pinto, 2007, p. 29).

Pôr o acidente no seu sítio: O acontecimento linguístico no acidente relatado

Ter em conta as condições locais da atividade narrativa no discurso de imprensa requer uma dupla referência: ao ambiente sequencial do discurso e às questões interativas, negociadas à medida que a troca avança, o que é descrito no discurso relatado. A narrativa sobre o acidente de trabalho é contada através do número de mortos e da descrição das causas prováveis que são atribuídas às culpas e aos agentes culpados. Remi Lenoir (1980) explica-nos que, "legalmente definido pela sua natureza súbita (na sua ocorrência) e imediata (na lesão que causa), um acidente de trabalho raramente é considerado como parte de uma história" (Lenoir, 1980, p. 22). A história da vítima não é contada na maioria dos relatos de imprensa do *corpus* estudado, salvo exceções. No presente texto, de maneira a potenciar a legibilidade das estratégias discursivas, optámos por selecionar de maneira privilegiada notícias que insistissem em casos concretos que apelassem a uma coexistência de múltiplas perspetivas, como acima explicámos, e que se inscrevessem sobre locais de trabalho circunscritos, como os estaleiros de Construção.

Para uma exposição minuciosa de um caso concreto, em cumprimento da nossa opção por uma atenção aos marcadores linguísticos usados nas descrições dos acidentes de trabalho, selecionamos uma notícia que versa sobre um dia repleto de acidentes de trabalho no distrito de Viseu (*Jornal de Notícias*, "Viseu. Sete operários feridos em trabalho. Muitos acidentes registados ontem no distrito", 18.8.2000). O evento é relatado numa narrativa e a *morte* é relatada na terceira pessoa, ou seja, a morte do Outro[6]. Estamos assim perante o constante uso da terceira pessoa em expressões indefinidas: "Ontem o dia não podia ser mais azarento, no distrito de Viseu, em matéria de acidentes de trabalho. Às primeiras horas da manhã, em Silgueiros, cinco operários da construção civil viram abater-se, sobre

[6] Sobre o uso ritual da terceira pessoa nas notícias dos *media*, ver a este propósito Florea & Rabatel (2011, p. 9).

si, a placa da casa que estavam a construir. No final da tarde, praticamente ao mesmo tempo, *um jovem* era eletrocutado na Barragem de Varosa, em Lamego".

Este uso de uma terceira pessoa destaca a falta de definição da identidade dos trabalhadores: "*Os acidentados* residiam nas imediações de Viseu".

Com efeito, a notícia é encerrada com uma declaração sem a determinação da identidade dos "acidentados": "Fonte do hospital admitiu que a situação era grave, embora não tenham sido adiantados mais pormenores, tão pouco as identidades dos trabalhadores acidentados".

Por outro lado, a definição de causas do acidente não é clara, havendo um constante uso de "amaciadores rituais" (Kerbrat-Orecchioni, 2005, p. 210; tradução nossa) ou mitigadores, que constituem, segundo Fraser (1980), "uma forma mais suave de afirmar" (Fraser, 1980, p. 349; tradução nossa): "Os operários procediam na altura ao enchimento da placa, que *alegadamente* não terá aguentado com o peso do cimento". O advérbio de modo "alegadamente" constitui um "amaciador ritual" ou atenuador do valor ilocutório do ato de discurso de asserção, permitindo o enfraquecimento dos direitos e deveres associados ao valor ilocutório deste ato ("juridismo ilocutório", segundo Ducrot, 1972), reduzindo assim as obrigações epistémicas da pessoa que produz a afirmação (Caffi, 2000, pp. 92-93). Este procedimento discursivo cria assim um *efeito de distanciamento* em relação ao que é dito, permitindo que o acidente relatado seja descrito através do uso de asserções com uma modalidade epistémica no domínio do incerto.

O trabalho no plural: os "imaginários sociais" sobre os contextos e os trabalhadores da Construção

Não existem acidentes sem acidentados, nem sem cenários de ocorrência. As atitudes tomadas diante do sinistro acompanham de perto as valorizações dos contextos de trabalho da Construção e, de maneira solidária por vezes, do próprio carácter das vítimas reais ou potenciais. Olhando para a pluralidade de valorizações avançadas sobre os contextos em que decorre o trabalho de construção e, por vezes de maneira consubstancial, sobre o carácter dos trabalhadores que o realizam, conseguimos insinuar-nos por entre os "imaginários sociais" (Taylor, 2010) criados a respeito da Construção. Abdicando de considerar a massa de registos da cultura popular sobre o "trolha" e sobre "andar nas obras", os relatos registados nestas notícias permitem perceber que os termos usados para valorar os contextos e os trabalhadores da Construção correspondem a uma "polinomásia" que, como salientava Leo Spitzer (1955), ao mesmo tempo que deriva, acentua a pluralidade de pontos de vista tidos pelos agentes sociais que aspiram a uma tutela prática, ideológica ou institucional sobre o setor da Construção. Por aplicação desta visão do perspetivismo ao universo da Construção, a "instabilidade e variedade dos

nomes" – e a "variedade de explicações" convocadas para eles – corresponde a esta simultânea transposição para o artigo de imprensa de relatos que "destacam os diferentes aspetos sob os quais pode aparecer a personagem em questão às demais [personagens implicadas]" (Spitzer, 1955, p. 135; tradução nossa). Aliás, se tais relatos evidenciam que "o mundo pode aparecer distinto aos distintos personagens", é unicamente porque variam "as perspetivas sob as quais [eles] veem o mundo" (Spitzer, 1955, p. 144; tradução nossa)[7].

Podemos destacar duas notícias retiradas de momentos distintos da incidência de acidentes de trabalho em Portugal. No zénite do setor da Construção, em 2000, as caracterizações sobre a natureza do trabalho da Construção permitiam sinalizar a existência de distintos princípios de interpretação dos acidentes entre os principais interlocutores, a saber: inspetores de trabalho, empresários do setor e representantes sindicais (*O Comércio do Porto*, "Tristes recordes", 23.08.2000). Depois de um inventário das causas dos acidentes a partir das suas circunstâncias imediatas ("quedas em altura", "soterramentos", …), abre-se um espaço de enunciação em que os interlocutores exprimem as suas interpretações a respeito do crescimento dos acidentes de trabalho. Para os inspetores do trabalho, "ainda não entrou na mente dos construtores que a atividade é perigosa", "encara-se a prevenção como uma chatice e vai havendo esperança de que não aconteça nada de mal". Apesar das coimas, prevalece um "deixa andar" em termos de normas de segurança, que permanecem estranhas aos modos de gestão vigentes das empresas e que chegam a ser vistas pelos empresários como um custo suplementar. São destacados os riscos inerentes a esta atividade, os procedimentos técnicos desadequados e uma cultura de administração sustentada em negligência e credulidade. Ouvindo o dirigente sindical, além da sua suspeição de que os números reais dos acidentes estão subavaliados nas estatísticas oficiais, vemos que a informalidade e a clandestinidade contribuem decisivamente para o desfecho negativo do setor da Construção: "Há pessoas que dizem ser patrões e nem alvará têm, ou seja, há uma invasão de patrões clandestinos nacionais que trabalham sem ter sequer a carteira profissional do sindicato". Por via desta distinção de "patrões clandestinos" (ou, noutros momentos, "pseudo-patrões"), o sindicalista estabelece um contraste com os "empresários", "penalizados" em termos concorrenciais: "Há quem diga que para se ser trabalhador da construção civil basta ter músculo, mas é preciso muito mais", acrescenta em contraste com estigmas muito disseminados sobre o trabalhador da Construção e sugerindo uma revalorização social e simbólica desta ocupação. Por outro lado, as transformações do setor significaram a dissolução dos modos de recrutamento e de reprodução da mão-de-obra anteriormente prevalecentes, com a consequência da cooptação de "serventes que trabalham sem

[7] Ver mais aprofundadamente em "Linguistica e historia literária" (Spitzer, 1955, pp. 135-187)

saber as técnicas", o que chegar a acarretar que as crianças se tornem "presas fáceis" destas redes de recrutamento. Da dupla ausência de regulação sobre os protagonistas empresariais e o sistema de treino e contratação de mão de obra, um papel que o sindicato aparentemente poderia cumprir enquanto instância de mediação e de certificação, decorre um vazio de responsabilização alargado para os acidentes de trabalho. Por seu turno, o dirigente empresarial salienta um reverso das interpretações que apenas responsabilizam os patrões. Para ele, "muitas vezes são os próprios trabalhadores a desrespeitar as regras". Por isso, os acidentes, "independentemente de haver todo o cuidado", são inevitáveis para tais protagonistas. As características inerentes do trabalhador da Construção atuam como pré-condições do incumprimento que explicam a ocorrência de acidentes: são ignorantes e inconscientes ("não têm a noção do risco", "não é raro vermos andaimes, que cumprem com as regras, e os homens optam por descer como os macacos"), são temerários para demonstrar a sua masculinidade ("há uma vontade de afirmar o machismo, mostrar que são homens de barba rija"), realizam uma sobrestimação das competências profissionais ("estavam convencidos que percebiam muito disso, desafiaram o risco"), são propensos aos consumo do álcool em excesso e marcados por deficiências biológicas ("muitas vezes, os trabalhadores têm desordens psíquicas e físicas por virem de famílias de pais alcoólicos").

Encontraremos mais tarde, em 2006, o abaixamento do número de acidentes ser explicado por motivos que apelam a ordens de valor que parecem permanecer em consonância com os pontos de vista dos distintos protagonistas (*Jornal de Notícias*, "Acidentes mortais na construção estão a diminuir", 23.06.2006), ainda que agora em sentido positivo para explicar essa diminuição dos sinistros. Numa altura em que a conjuntura económica do setor dava sinais de uma desaceleração, que viria a desencadear, pouco depois, uma situação dita de "crise", vemos os inspetores de trabalho a servirem-se de um "vocabulário de motivos" – i.e. um modo de expressão e gestão da experiência usado por um grupo para estruturar e apresentar discursivamente certos comportamentos (Mills, 1940, p. 904) – que exibe sinais de estabilidade da sua interpretação da realidade dos acidentes de trabalho ainda que agora com um tom otimista. Para explicar a evolução positiva, encontramos, primeiro, "a mudança de perceção que os trabalhadores e os empregadores têm sobre o problema". Depois, vemos salientadas as virtudes da técnica e das suas personificações, designadamente as que derivam de "uma melhoria dos equipamentos de segurança" e da "profissionalização de um conjunto de técnicos que trabalham nas empresas e com os trabalhadores". Para os dirigentes sindicais, uma larga medida dos acidentes que resistem a desaparecer acoitam-se em "estaleiros com empreiteiros sem formação para trabalhar no setor". O sucesso explica-se, por sua vez, pelo desenvolvimento das "ações pedagógicas" que o sindicato conduziu em cooperação com entidades públicas e com "empresas

idóneas". Permanece, portanto, a visão que cinde o universo empresarial entre "empresas cumpridoras" e "pseudo-empresas" que, "não possu[indo] estrutura, nem formação", escapam ao regime de regulação do setor. Da parte do sindicato, permanece ainda a pressão sobre a inspeção do trabalho, sobre quem repousa o ónus de cumprir com o seu papel fiscalizador junto de empresas renitentes a adotar os padrões de segurança exigidos. Ao otimismo tecnicista dos inspetores do trabalho soma-se, assim, a economia moral do sindicato que destrinça as práticas empresariais; ambas, porém, convergem num consenso iluminista sobre as vantagens das soluções pedagógicas.

Notas finais: Uma composição polifónica e um silêncio muito notado

A leitura das notícias selecionadas permitiu-nos perspetivar os modos de construção e gestão do sentido nos discursos sobre os acidentes de trabalho, considerando os eixos argumentativos delineados. As marcas linguístico-discursivas enunciadas tomam o seu valor pleno assim que as lemos em articulação com o sistema de intervenientes que compete em torno da definição legítima de acidente de trabalho. Estas práticas discursivas consubstanciam-se em estratégias discursivas que veiculam interesses expressivos distintos e que insistem nas modelações da representação do acidente mais consentâneas com os pontos de vista adotados por tais intervenientes. Nos termos de Pierre Bourdieu:

> A palavra ou, *a fortiori*, o dito popular, o provérbio e todas as formas de expressão estereotipadas ou rituais são programas de perceção e as diferentes estratégias, mais ou menos ritualizadas, da luta simbólica de todos os dias (…) contêm uma certa pretensão à autoridade como poder simbolicamente reconhecido de impor uma certa visão do mundo social, quer dizer, das divisões do mundo social. (Bourdieu, 2001, p. 156)

Enquanto expressões de lutas pela autoridade de designação e determinação de um acidente de trabalho, as intervenções registadas pelas notícias correspondem a tomadas de posição de um conjunto de intervenientes sobre os acidentes de trabalho que, por via da sua representação do mundo do trabalho da Construção, visam questionar ou conservar a própria realidade assim representada no que concerne às hierarquias de estatutos, às convenções de apreciação moral ou às sequências de acontecimentos do setor da Construção.

Nestas notícias, encontramos vocabulários de motivos que são articulados pelas distintas estratégias discursivas que, trazidas pela imprensa ao espaço público, exprimem a perspetiva e o posicionamento de uma pluralidade de intervenientes apostados (porque interessados) em controlar o desfecho da interpretação do acidente de trabalho. Num sentido livre, estes artigos são composições polifónicas

– com vozes ao desafio e dissonantes, acrescentamos. Dentro do tema que nos ocupa, a imposição de uma mundividência em detrimento de uma outra, ou contra ela, a respeito da ocorrência de um acidente de trabalho sugere a necessidade de olhar para as arenas em que se disputam interpretações propostas por diversos porta-vozes, apoiados em competências e posições que os habilitam a assumirem essa atitude ou que são, pelo menos, implicitamente consagrados pelo destaque concedido pelo acesso ao espaço público da imprensa. Vimos, neste texto, como as notícias de imprensa analisadas são precisamente espaços de luta em que as definições engendradas por esses intervenientes autorizados ou mandatados concorrem entre elas para se imporem como legítimas e verídicas e, em contrapartida, deslegitimar e contestar as versões alternativas do acidente de trabalho. Em sentido inverso, os atores que estão destituídos de poder de representação, a começar pelas próprias vítimas dos acidentes, são usualmente marginalizadas, senão totalmente silenciadas, dentro dos mecanismos de produção de sentido sobre o acidente de trabalho. De novo, vemos repetido o princípio que Patrick Champagne encontrava para explicar por que a produção da imagem pública das classes populares surgia tantas vezes por meio de uma delegação, quando observava que a massa "anónima, diversa, heteróclita, atrapalhada e contraditória" não suscitava o interesse da imprensa escrita por contraposição com os porta-vozes, sempre acessíveis aos contatos dos jornalistas e sempre disponíveis a comunicar nos termos requeridos (Champagne, 1984, p. 41; tradução nossa).

Do longo percurso de especialização que marcou a história das ciências sociais tirou-se muitas vezes a constatação de uma crescente incomunicabilidade ou incompreensão entre as disciplinas originadas, entretanto, dentro desse universo científico. Sem que as disciplinas tenham que abdicar do património de conhecimento e dos instrumentos de pesquisa que desenvolveram, entretanto, pela constituição de problemáticas específicas, existem oportunidades para um diálogo crítico mais intenso que permita separar desses progressos epistemológicos e metodológicos o lastro de sofisticação técnica e convenções artificiais que impedem uma frutuosa interdisciplinaridade. Neste texto, por trás do palco concedido à análise sobre as representações dos acidentes de trabalho, tivemos todo um outro enredo a desenrolar-se nos bastidores: as oportunidades para a estimulação intelectual entre a sociologia e a sociolinguística.

Referências Bibliográficas

Boden, D. & Zimmerman, D. (Eds.) (1993). *Talk and social structure: Studies in ethnomethodology and conversation analysis*. Oxford: Blackwell Publishers.

Boltanski, L. Y. D. & Schiltz, M-A. (1984). La dénonciation. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *51*, 3-40.

Bourdieu, P. (1981). La représentation politique : Éléments pour une théorie du champ politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *36-37*, 3-24.

Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques*. Paris : Fayard.

Bourdieu, P. (2001). *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Fayard/Seuil.

Caffi, C. (2000). Aspects du calibrage des distances émotives entre rhétorique et psychologie, In C. Plantin, M. Doury & V. Traverso (Éds.), *Les émotions dans les interactions* (pp. 89-104). Lyon : Presses Universitaires de Lyon.

Champagne, P. (1984). La manifestation: La production de l'événement politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *52-53*, 19-41.

Dodier, N. (1986). Corps fragiles: La construction sociale des événements corporels dans les activités quotidiennes du travail. *Revue française de sociologie*, *27*(4), pp. 603-628.

Dodier, N. (1994). Causes et mises en cause: Innovation sociotechnique et jugement moral face aux accidents du travail. *Revue française de sociologie*, *35*(2), 251-281.

Ducrot, O. (1972). *Dire et ne pas dire*. Paris : Hermann.

Fauconnet, P. (2008 [1928]). La responsabilité. Étude de Sociologie. Versão digital disponibilizada pela coleção *Les classiques de sciences sociales* (Université du Quebeque à Chicoutimi), acessível em http://classiques.uqac.ca/classiques/fauconnet_paul/la_responsabilite/fauconnet_responsabilite.pdf (consultado a 7 de julho de 2019).

Florea, M-L. & Rabatel, A. (2011). Media representations of death and the issues involved in the construction of the event. *Questions de communication*, *20*, 1-11.

Fonseca, J. (1992). *Linguística e texto: Discurso – teoria, descrição, aplicação*. Lisboa: Ministério da Educação / Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Fraser, B. (1980). Conversational Mitigation. *Journal of Pragmatics*, *4*(4), 341-350.

Ginzburg, C. (2016). *Morelli, Freud e Sherlock Holmes: Indícios e método científico*. Porto: Deriva Editores.

Goffman, E. (1973). *La mise en scène de la vie quotidienne*. Vols. 1 e 2, Paris: Minuit.

Goffman, E. (1974). *Frame analysis*. New York: Harper and Row.

Goffman, E. (1981). *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvannia Press.

Greer, C. (2007). News media, victims and crime. In P. Davies, P. Francis & C. Greer (Eds.), *Victims, crime and society* (pp.20-49). London: Sage.

Gumperz, J. (1980). The sociolinguistic basis of speech act theory. *Versus, Quaderni di Studi Semiotici*, *26/27*, 101-121.

Gumperz, J. (1982). *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.

Gumperz, J. (1989). *Sociolinguistique interactionnelle : Une approche interprétative*. La Réunion. Paris: L'Harmattan.

Gumperz, J. (2001). Interactional sociolinguistics: A personal perspective. In D. Schiffrin et al. (Eds.), *The handbook of discourse analysis* (pp. 215-228). Oxford/ Massachusetts: Blackwell.

Kerbrat-Orecchioni, C. (1988). La notion de 'place' interactionnelle ou les taxèmes qu'est que c'est que ça ? In J. Cosnier, N. Gelas & C. Kerbrat-Orecchioni (Éds.), *Échanges sur la conversation* (pp. 185-198). Paris: CNRS.

Kerbrat-Orecchioni, C. (2005). *Le discours en interaction*. Paris : Armand Colin.

Lenoir, R. (1980). La notion d'accident du travail: Un enjeu de luttes. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *32-33*, 77-88.

Lima, T. (2016). *O que a lei não vê e o trabalhador sente: O modelo de reparação dos acidentes de trabalho em Portugal*, (Tese de doutoramento não publicada), FEUC, Coimbra, Portugal.

Mills, C. W. (1940). Situated actions and vocabularies of motive. *American Sociological Review, 6*, 904-913.

Passeron, J-C. & Revel, J. (2005). Penser par cas : Raisonner à partir de singularités. In J-C. Passeron & J. Revel, (Éds.) *Penser par cas* (pp.9-43). Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Pinto, J. M. (1985). *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos: Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Afrontamento.

Pinto, J. M. (2007). *Indagação científica, aprendizagens escolares, reflexividade social*. Porto: Afrontamento.

Spitzer, L. (1955). *Perspetivismo linguístico en el Quijote*. Madrid: Gredos.

Taylor, C. (2010). *Imaginários sociais modernos*. Lisboa: Texto & Grafia.

Outras Fontes:

Jornal de Notícias (2000). Viseu. Sete operários feridos em trabalho. Muitos acidentes registados ontem no distrito. [18 de agosto].

Jornal de Notícias (2000). Sindicato denuncia 'autênticos trapezistas' nas obras. [06 de setembro].

Jornal de Notícias (2001). Queda de viaduto mata cinco operários. [13 de dezembro].

Jornal de Notícias (2006). Acidentes mortais na construção estão a diminuir. [23 de junho].

Jornal de Notícias (2008). Obra fatídica já soava a desgraça. [10 de setembro].

Jornal de Notícias (2016). Derrocada em prédio de luxo mata dois pedreiros. [29 de novembro]

Jornal *O Comércio do Porto* (2000). Tristes recordes. [23 de agosto].

Jornal *O Primeiro de Janeiro* (2002). Detetadas falhas de segurança. [14 de agosto].

Capítulo 10

Que "novos terrenos" para as condições de trabalho na Construção? Que olhar de um inspector do trabalho?[1]

João Fraga de Oliveira

"(...) Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário. (...) "
(Moraes, 2005)

Novos terrenos para a Construção? Esta designação de um projecto académico de estudo da actividade da Construção não podia ser mais pertinente para quem, há dezenas de anos, veio a acompanhar (observar) de perto e regularmente o trabalho que se realiza nesta actividade económica.

Mais pertinente ainda se torna para quem, nessa observação-acção regular da actividade da Construção, assumia a condição de inspector do trabalho, tanto mais que, ainda por cima, se (lhe) especifica nesse título como tendo por objectivo estudar as *mudanças no campo português da construção e os seus impactos sobre as condições de trabalho no século XXI*.

De facto, pela óptica que esta qualidade profissional implica, as mudanças que se têm verificado neste sector suscitam a mesma pergunta que, embora em circunstâncias e por razões muito diferentes, há mais de meio século, formulou (e respondeu) Georges Friedmann: "Para onde vai o trabalho humano?" (1963).

Sim, importante questão para um inspector do trabalho: "para onde vai o trabalho humano" no século XXI? Na Construção e não só.

Mas, centrando-nos na Construção, deste ponto de vista profissional, importa referir que até há cerca de mais ou menos trinta anos atrás, em muitos países da União Europeia (UE) e especialmente em Portugal, a abordagem das condições de trabalho na Construção tinha referenciais completamente diferentes daqueles que se passou a ter a partir do início dos anos noventa do século passado.

---

[1] O presente texto não foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.

Subjacentes a isto estiveram muito as referências legais comunitárias no domínio das condições de trabalho em geral e, especificamente, no sector da Construção. O qual, aliás, foi o primeiro dos sectores de actividade económica a merecer a específica atenção de uma directiva comunitária neste domínio.

Relevante, determinante, nessa *nova abordagem* do sistema de controle público (Inspecção do Trabalho e não só) das condições de trabalho na Construção (e não só) foi passar-se a ter por referência, por ponto de partida, (também) a natureza e o contexto (técnico, tecnológico, organizacional, económico, social...) do trabalho propriamente dito como suporte da compreensão (e, tanto quanto possível, transformação, melhoria) das condições em que os trabalhadores o realizam. E não, "meramente", a inerente legislação (in)existente de que, estatutariamente, se imporia (impõe) controlar a aplicação.

Claro que este outro (novo) enfoque das condições de trabalho implicou passarem a colocar-se à Inspecção do Trabalho várias outras questões que não apenas "que leis?".

E isto porque, antes desta, passou então a surgir como referência uma outra que, por sua vez, coerente com o título deste estudo, desencadeou (como desencadeia) várias outras.

Essa questão é, precisamente: Que trabalho? Que trabalho é o da e na Construção?

Ora, é justamente por esta questão, partindo dela para algumas de outras que na óptica de um inspector do trabalho tendo como objecto (e objectivo) as condições de trabalho se consideram mais especificamente pertinentes, que se inicia este texto.

É um modesto contributo (limitado ponto de partida ainda para a procura de respostas do que ponto de chegada na assumpção destas...) para este estudo, em cuja participação foi dada a honra (e o proveito) ao autor de participar.

Que trabalho?

Esta é, em qualquer actividade, uma questão central na reflexão das condições de trabalho. E mormente no controle público das (para as) condições de trabalho.

Conhecer e, mais do que isso, reconhecer as condições em que o trabalho é realizado pelas pessoas depende, necessariamente, de se compreender o seu contexto (técnico, tecnológico, organizacional, social, económico), isto é, no sentido geral e abrangente, o trabalho do qual essas condições resultam e de que também são factor.

Portanto, a questão "que trabalho?" é, em qualquer actividade e com mais acuidade na Construção, uma questão fulcral na reflexão (e, ainda mais, na acção) sobre (para) as condições de trabalho.

É já um lugar-comum afirmar-se que a Construção é, directa ou indirectamente, efectiva ou potencialmente, uma actividade determinante na economia e no emprego e, portanto, de grande importância económica e social.

Contudo, a Construção continua a ser o sector com maior sinistralidade profissional e, sobretudo, com maior sinistralidade mortal no trabalho.

Dir-se-á então, com razão, que a Construção, se pelo emprego que possibilita e que arrasta garante uma vida com trabalho, paradoxalmente, pelo menos em Portugal, não tem garantido um trabalho com vida.

E daí, pelo menos daí, justificar-se-ia (justificar-se-á), desde logo, o questionamento sobre as condições de trabalho neste sector.

Mas a questão que, recorrentemente, se tem vindo a colocar é, (ainda) muito "apenas": que prevenção dos acidentes de trabalho na Construção?

Assim, os acidentes de trabalho (quantos, quantas vítimas, que tipo, onde, quando...) têm sido muito o (único) factor predominante de análise das condições de trabalho na Construção (aliás, não só).

É nessas questões que, habitualmente, se concentram as estatísticas, os *media*, os governos, os políticos e a gestão das empresas.

Controlar e, sobretudo, analisar os acidentes de trabalho é uma abordagem importante, imprescindível na prevenção dos riscos que lhes subjazem.

Mas para compreender os acidentes de trabalho, é preciso considerá-los nas condições de trabalho (e até nas relações de trabalho) em geral. E estas, por sua vez, nas situações e processos de trabalho, porque determinantes das condições de trabalho.

É a análise do trabalho (e não apenas a análise dos acidentes, em si) que, (também) na Construção, nos permitirá compreender as condições em que esse trabalho é realizado e, daí, mais profunda, estrutural e permanentemente, transformar um trabalho penoso e perigoso não apenas num trabalho seguro mas, tanto quanto possível, num *trabalho digno*[2].

Contudo, tal implica sair do estereótipo de uma concepção simplista, linear e redutora do trabalho, estritamente técnica e individual(izada). O que, nesta actividade é especialmente premente, dadas as suas características notoriamente diferenciadas, seja qual for a óptica de análise (económica, social, organizacional, técnica, administrativa...).

Como especialmente significativas, para além dos equipamentos, materiais e processos de trabalho próprios desta actividade, destacam-se, porque mais se

[2] Ancorando-nos num conceito (*decent work*, com a formulação adoptada em Portugal de "trabalho digno") que é central na missão e ação da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

projectam nas condições de trabalho, as seguintes características do trabalho na Construção:

- o facto de esta actividade se desenvolver mais em torno de um processo do que, tendo como referência o resultado, estritamente, em volta de um (ou mais) produto;
- a constante mobilidade dos locais de trabalho, o que muito distingue a Construção de (quase) todas as outras atividades industriais. Como referido nos trabalhos de Trinquet (1996), trata-se de uma atividade em que o produto fixo é fabricado a partir de uma "fábrica móvel", ao contrário da actividade industrial convencional que, mais frequentemente, se caracteriza pela fabricação de produtos móveis num local de trabalho fixo ou num ambiente definido e relativamente estável. Acresce que "uma obra de construção é mais um projecto do que um produto". Estas características de mobilidade permanente dificultam a gestão do processo construtivo propriamente dito, induzindo a improvisação e a precarização do planeamento, o que se repercute na execução da obra e, por implicação, na permanência das condições de trabalho exigíveis;
- o ambiente envolvente dos locais de trabalho (tráfego, redes técnicas aéreas e subterrâneas, construções vizinhas, exiguidade de espaços, etc.);
- a desorganização permanente dos locais de trabalho;
- a complexidade e a acrescida penosidade (física e mental) e o risco da execução de algumas opções arquitectónicas e construtivas;
- a diversidade das situações de trabalho no espaço e no tempo (as situações podem parecer repetitivas e habituais mas nunca são idênticas, visto que são constituídas por uma multiplicidade de componentes que nunca se relacionam de modo e forma idêntica);
- a sobreposição de operações e de actividades, muitas vezes incompatíveis do ponto de vista da adequabilidade e suficiência preventiva, bem como da permanência das condições de trabalho;

Depois, se há sector onde é marcante a influência dos condicionalismos de ordem económica, social e política (sobretudo quando estão em causa obras públicas) nas condições de trabalho, é o da Construção. São frequentes as sucessivas modificações dos projectos, dos planos e dos programas, acentuando as consequências para as condições de trabalho da competição económica.

Acresce que a Construção é, talvez, o sector de actividade em que a organização da produção e do trabalho mais "embrulhada" é na/pela sub(sub,sub,sub...) contratação em cascata. Ora, a subcontratação, se é certo que é um dado adquirido, inelutável já, neste sector (e não só), para além de dificultar a coorde-

nação, dilui a noção de responsabilidades inerentes à garantia de condições de trabalho.

Mais ainda, ao nível de organização da produção e do trabalho, é especialmente na Construção que se verificam situações de trabalho marcadas pela precariedade (e até pela clandestinidade), bem como pela (sobre)intensificação do trabalho (em termos de ritmo e de duração).

Nestes condicionalismos de subcontratação e de (des)organização do trabalho, sobre os quais paira grande competição económica, as relações de dominação entre empresas são ainda, em regra, pautadas pelo estrangulamento de custos e prazos. E daí que, nisso, as condições de trabalho sejam frequentemente consideradas (e tratadas) como uma "atrapalhação".

Que condições de trabalho?

A esta questão não pode deixar de estar subjacente a natureza dos riscos profissionais a que os trabalhadores deste sector de actividade estão sujeitos.

Algo a ter em conta do ponto de vista de condições de trabalho é que, por esta actividade ser "motor" económico de muitas outras actividades que lhe ficam a montante e a jusante, a Construção, para além de riscos profissionais próprios e dela (nela) especiais, suscita riscos profissionais também próprios de muitas outras actividades.

Quedas (em altura e ao mesmo nível), atropelamentos, capotamentos de máquinas de estaleiro, soterramentos, electrização, explosões, queimaduras, exposição a substâncias, preparações e produtos perigosos são alguns dos riscos profissionais que, sem se ser exaustivo, se podem referir.

Algo que importa relevar, até porque muito escamoteado ("ângulo morto"[3]) tem sido da análise das condições de trabalho (na Construção e não só) são os factores de risco de doença profissional em si (exposição a substâncias químicas e poeiras e processos, tarefas, processos e situações de trabalho indutores de doenças profissionais, nomeadamente, músculo esqueléticas, respiratórias, etc.). Os quais, aliás, muito se relacionam com os factores de risco de acidentes de trabalho estritamente considerados, porque, em última análise, um trabalhador doente (por exemplo, apenas cansado, deprimido, stressado) é um sinistrado no trabalho (e não só) em potência, da mesma forma que um trabalhador sujeito ao risco de acidente no trabalho é um doente em potência.

Prescindindo aqui de mais profunda especificação destes riscos, pressupõe-se como de mais interesse frisar alguns aspectos mais enquadradores, relacionados

[3] Para usar a expressão utilizada no seguinte artigo do jornal *Público*, publicado a 2 de agosto de 2010: «O Trabalho, "ângulo morto" da saúde pública» (Fraga de Oliveira, 2010).

com a (im)percepção e, sobretudo, (a falta de) reconhecimento (mais do que conhecimento) das condições de trabalho na Construção:

- sendo este um sector de actividade em que o trabalho é, por regra, penoso e os riscos se acumulam e estão quotidianamente presentes, há uma certa tendência para a "naturalização" dos riscos (e, até, dos acidentes), levando a uma subvalorização (ainda que inconsciente) da degradação das condições de trabalho;
- outra tendência que é especialmente característica da (im)percepção das condições de trabalho é a individualização da análise destas, conduzindo a uma perspectiva de gestão em que prepondera o controlo dos trabalhadores face à degradação das condições de trabalho em vez do controlo da degradação das condições de trabalho face aos trabalhadores;
- o isolamento dos riscos é outro dos equívocos que, por regra, caracterizam a análise, o controle e a ação sobre (para) as condições de trabalho na Construção. Este equívoco carece de ser especialmente tido em conta neste sector de actividade, em virtude de ser, como já se referiu, tão marcado por condicionalismos organizacionais, económicos e sociais. O isolamento destes elementos contextualizadores das situações de trabalho pode ser importante para, no momento da execução concreta do trabalho (fase da obra operação, suboperação ou processo de trabalho em curso), melhor caracterizar os riscos e, concreta e circunstancialmente, delinear as condições de trabalho a garantir. Contudo, se bem que tal seja imprescindível, é frequente que isso iniba ou desvalorize (também) a sua compreensão, ponderação e o reconhecimento integrado (dos pontos de vista técnico, organizacional e social), isto é, o seu relacionamento no modo, espaço e tempo. Sendo tal omissão que, em regra, leva à permanência e mesmo à potenciação dos riscos e ao efeito degradador das condições do / no trabalho real e concreto em execução.
- outro aspecto relacionado com o precedente é, como já foi aflorado, a "invisibilidade" (ou, pelo menos, a subvalorização) do efeito nas condições de trabalho de factores de ordem essencialmente económica e até política, designadamente, cortes financeiros nos domínios técnicos e organizacionais e de meios, com repercussões não apenas de ordem construtiva propriamente dita mas naqueles domínios mais directa ou indirectamente inerentes às condições de trabalho. Sendo muitas vezes flagrante, como também já se assinalou, que é a concorrência desleal e o *dumping* social (quer do ponto de vista da qualidade da obra, quer do ponto de vista das condições de trabalho) que permitem "ganhar a obra";

– o encurtamento de prazos de realização da obra ou de determinada operação também se insere de algum modo na conclusão do aspecto anterior, na medida em que é frequente deixar de ser garantido o prazo que exigem quer a qualidade e segurança do processo construtivo, em si, quer a manutenção das condições de trabalho. Frise-se que, muitas vezes, o encurtamento dos prazos é implicado por precedente alargamento de datas-limite (incumprimento do cronograma), para o que podem contribuir vários outros factores (o clima, a falta de financiamento atempado, etc.). Contudo, demasiado por regra, subjaz-lhe sobretudo, por um lado, a pressão económica dos prémios e multas estabelecidos nos contratos de (sub)empreitada e, por outro, as deficiências de (re)planeamento.

Este "estrangulamento" dos prazos do cronograma das obras merece especial destaque sob o enfoque das condições de trabalho, não só pela frequência com que se verifica (e que muito transparece dos inquéritos de acidentes de trabalho) mas porque, pelo menos subjectivamente, está camuflada por (mais) um equívoco: o de que, no trabalho (e isso tem especial acuidade no da Construção), acelerar é "apenas" fazer a mesma coisa mais depressa. Ora, em qualquer trabalho, acelerar acaba sempre por ser fazer de outro modo, com outro processo, com "outras" pessoas (apesar de fisicamente poderem ser as mesmas), com outra organização, enfim, acelerar é já, de facto, fazer outra coisa. Em regra, com degradação das condições de trabalho.

Que desenvolvimento organizacional?

Voltando ao início, à questão "que trabalho?", em qualquer sector de actividade, (ainda) se mantém muito o equívoco da separação entre condições de trabalho e condições de produção (neste caso, de construção) propriamente dita. Porém, importa atentar em que quando se "mexe" (por acção ou omissão) na produção, aqui estritamente no processo construtivo (matérias primas, equipamentos, organização e processos construtivos, tecnologia, prazos de execução, etc.), "mexe-se" nas condições de trabalho. E reciprocamente, quando se "mexe" nas relações ou condições de trabalho (relações de trabalho, organização e duração do trabalho, remuneração, formação, participação, meios e organização da segurança e saúde do trabalho, etc.), "mexe-se" nas condições de construção, na produtividade e na qualidade da obra propriamente dita.

Um exemplo comezinho que ilustra bem isso é o do exercício de uma profissão das mais vulgares (o que não quer dizer menos digna ou importante), na Construção, a de estucador (trolha). Qual é a produtividade e a qualidade do resultado (produto) do trabalho de um trolha, trabalhando ele em cima de um andaime

a 30 metros de altura a revestir a parede exterior de um edifício em construção, sem a necessária protecção (guarda-corpos) contra quedas em altura no andaime que o suporta? Nestas circunstâncias, em que é que o trabalhador pensa: em trabalhar bem e depressa, preocupado com a produtividade e qualidade da tarefa de que está incumbido ou em agarrar-se para não cair? Para onde é que vai a produtividade e a qualidade do revestimento da parede?

Se se quiser – este banal exemplo ilustra-o bem –, quanto às condições de trabalho neste sector, simplificando (demasiado?), o trabalho *da* Construção depende do trabalho *na* Construção. E vice-versa.

Neste sentido, a questão que se coloca neste sector é a de até que ponto as condições de trabalho se integram nas decisões sobre opções arquitectónicas, processos de trabalho, equipamentos, materiais, preços, prazos, subcontratação, gestão de recursos humanos (recrutamento, integração, formação, enquadramento, etc.) e organização do trabalho. Enfim, até que ponto as condições de trabalho se integram na gestão das empresas empregadoras e, mais especificamente, das obras.

Depois, a complexidade (mas também a pertinência) desta questão aumenta se a colocarmos a todos os níveis de reflexão da actividade: da operação, da obra, da empresa, do sector, de sectores afins (v.g. o de fornecimento e a manutenção de equipamentos e materiais, o imobiliário, o segurador, etc.).

Daí que, em termos mais gerais, a reflexão sobre o desenvolvimento (e, concretamente, a melhoria) das condições de trabalho na Construção não possa dissociar-se do desenvolvimento organizacional (no sentido lato) do sector.

Que desenvolvimento profissional?

Se a existência de condições trabalho depende essencialmente do desenvolvimento organizacional das empresas do sector, depende, necessariamente, do desenvolvimento profissional dos trabalhadores, operários, técnicos e gestores.

Quanto a este aspecto, julga-se de interesse destacar o desenvolvimento das competências próprias do sector e a participação dos trabalhadores.

No que respeita ao desenvolvimento das competências próprias do sector, há que realçar o papel e responsabilidade(s) dos técnicos. Não sendo, como já se referiu, as condições de trabalho dissociáveis da dimensão, componentes, natureza, oportunidade, organização e desenvolvimento do respectivo e específico processo construtivo em causa, há no planeamento e na concretização das condições de trabalho uma grande preponderância da ascendência técnica e decisória dos técnicos (e não apenas dos engenheiros civis).

Por outro lado, essa preponderância dos técnicos no que respeita às condições de trabalho no sector decorre também de que, em regra, assumem, para além de outras (como, por exemplo, de fiscalização por conta do Dono da Obra), respon-

sabilidades de direcção e gestão das empresas e até, mais especificamente relacionadas com as condições de trabalho, as de técnicos de segurança e saúde do trabalho e de coordenadores de segurança e saúde (em projecto e em obra).

Neste domínio, importa também destacar, pela sua ligação mais concreta ao trabalho real nos locais de trabalho quotidianamente realizado, o papel dos técnicos intermédios, nomeadamente, pela sua a assumpção mais directa e permanente do enquadramento hierárquico e técnico-organizacional da realização das operações em obra (função cuja omissão ou aligeiramento tantas vezes tem sido causa próxima de muitos acidentes de trabalho), o dos encarregados.

Contudo, do ponto de vista da responsabilização empresarial (e até do próprio Estado, em certas qualidades deste na Construção, como adiante se verá), é importante não se omitir o quanto esta acrescida importância e responsabilidade (deontológica, cível, disciplinar, contraordenacional e, mesmo, criminal) dos técnicos nas condições de trabalho no e do sector requer respostas que lhes permitam dispor de meios, bem como do desenvolvimento de competências, capacidades e sensibilidades necessárias para assumirem aquele papel e responsabilidades.

Afirmar-se isto é, então, também afirmar-se que têm aqui (também) especiais responsabilidades, para além, naturalmente, da gerência ou administração de topo das próprias empresas do sector que contratam esses técnicos, os sistemas públicos e privados de Ensino e de Formação Profissional, bem como as respectivas ordens e associações patronais e sindicais.

No que concerne aos níveis, domínios, sedes e oportunidades da participação dos trabalhadores (que, aliás, é um indicador do nível de desenvolvimento organizacional de qualquer empresa ou empreendimento), como actores das condições de trabalho (e não apenas como a elas sujeitos), há que reconhecer que, também quanto a este aspecto, (ainda) se mantém um certo anátema sobre a desqualificação e a incapacidade dos trabalhadores para, sequer, adoptarem, comportamentos seguros, quanto mais para contribuírem (informarem, proporem, exigirem...) a colocação em prática e o desenvolvimento das condições de trabalho nos locais de trabalho.

Este estereótipo está associado, por um lado, à recusa, omissão ou incapacidade de reparar no "saber- fazer" que os trabalhadores podem ir (re)construindo com a experiência na profissão, mormente, no quanto, em regra, essa experiência, esses *saber–fazer de prudência* (Cru, 2014), ou seja, gestos, estratégias, antecipações (se não constrangidos pela organização do trabalho), assumem o carácter de medidas preventivas já (quase) reflexas dos riscos a que os próprios trabalhadores estão sujeitos. Ainda que só em sede e oportunidade de inerente participação colectiva nos locais de trabalho deles possam tomar consciência e expressá-los.

De qualquer modo, conclui-se então que, numa óptica de contributo efetivo dos trabalhadores para a melhoria das condições de trabalho no sector, interessará

que estes, individual e (sobretudo) colectivamente, tenham condições para pensar, debater e, minimamente, agir sobre o trabalho real que executam, consciencializando-se da natureza das suas condições de trabalho e, daí, capitalizar e projectar isso para o colectivo de trabalho e, tanto quanto possível, para as empresas empregadoras envolvidas.

Contudo, para quem em Portugal está regularmente "no terreno" (e esta expressão aqui até é literal), nas obras, importa afirmar que, em regra (haverá poucas excepções), se constata a (quase) inexistência de aproveitamento do contributo dos trabalhadores para a melhoria das condições de trabalho no sector, limitando-se, em regra, as medidas neste domínio a reuniões de comissões de segurança (se existirem) meramente formais e restritamente participadas ou a acções de formação de cunho disciplinar ou regulamentar, abstractas, meramente prescriptivas, alheias ao trabalho real realizado e a realizar.

E, todavia, algo mais pode(ria) ser feito neste domínio, por exemplo:

- aproveitar as reuniões de estaleiro para envolver grupos de trabalhadores pertinentes na análise de operações realizadas e das futuras operações a realizar em obra;
- envolver grupos de trabalhadores na actualização do plano de segurança;
- explorar, eventualmente pela estrutura de segurança e de direcção de obra, de imagens vídeo respeitantes àquela obra concreta e ao trabalho que nela se tem desenvolvido e há a desenvolver, com discussão orientada para a análise do trabalho, dos riscos e das condições de trabalho a adoptar. Opção bem mais frutífera que as acções de formação estandardizadas e impostas por razões meramente legais;
- capitalizar tanto quanto possível, por via da participação dos trabalhadores, para cada obra e para as pessoas e empresas nela intervenientes, a experiência, os tais "saber-fazer" técnicos e de condições de trabalho que os trabalhadores foram (re)construindo na sua vida profissional noutras obras;
- fomentar transversalmente, como meio de incentivação e alimentação da efectiva participação dos trabalhadores, sem prejuízo de uma organização disciplinada e rigorosa, um clima de cooperação no que respeita às condições de trabalho e não, como é habitual, criando resistências com meras imposições disciplinares não compreendidas (e, muitas vezes, até contraditórias), do tipo "policial", em que a "gestão" das condições de trabalho se baseia apenas no poder hierárquico discricionário com base no controlo disciplinar, sem ter em conta o trabalho real e a específica condição neste de cada trabalhador.

É um facto que condicionalismos de ordem política, social e económica, relacionados, designadamente, com as condições de formação e qualificação, com a imigração e emigração, com a precaridade, com a subcontratação em cascata, tornam difícil, no sector, construir em obra (e mesmo na Empresa), um colectivo de trabalho.

Contudo, tais condicionalismos, não obstante serem reais, mais do que entendidos como um obstáculo intransponível à participação dos trabalhadores na melhoria das condições de trabalho no (do) sector, são, afinal, mais uma razão para se colocar essa reflexão quanto a "novos terrenos" para as condições de trabalho na Construção.

De qualquer modo, se o desenvolvimento profissional é, por si só, um factor de desenvolvimento das empresas que, de algum modo, intervém na Construção, há que garantir a sua idoneidade ética, técnica e de gestão, aspecto no qual são relevantes as responsabilidades das associações patronais e mesmo das inerentes ordens, ao nível da disponibilização de apoio técnico, informação, formação e sensibilização às empresas do sector. Mas também importa chamar a responsabilidade do Estado quer no que concerne aos relacionados estímulos que propicia, quer, sobretudo (até por razões de prevenir a concorrência desleal e o *dumping* social), no que respeita à regulamentação e regulação efectiva do acesso e permanência no exercício da actividade de Industrial de Construção Civil (ICC) e Empreiteiro de Obras Públicas (EOP)[4].

Que quadro normativo?

Tal como noutros sectores, é atribuída determinante importância à legislação e regulamentação em matéria de condições de trabalho na Construção.

E absurdo seria da parte do autor deste texto, dada a sua condição profissional, negar ou diminuir a importância das normas legais neste domínio.

Contudo, não obstante possa parecer paradoxal ser um inspector do trabalho a afirmar isto, na Construção e não só, no que respeita a condições de trabalho, cumprir a legislação e a regulamentação é condição necessária mas não é condição suficiente.

Dito de outro modo, não é o ("mero") cumprimento da Lei que, por si só, poderá garantir a (efectiva) existência de condições de trabalho. É, sim, a (efectiva) existência de condições de trabalho que poderá garantir o cumprimento da Lei.

É que a regulamentação, não obstante seja efectivamente importante, apenas abarca uma pequena parte da realidade concreta do trabalho em execução.

[4] Actualmente, Lei 41/2015, de 6 de Junho e sua regulamentação.

A noção regulamentar de condições de trabalho, ainda que actualizada (o que sempre será difícil, não só pelas já referidas características organizacionais do contexto do trabalho mas também pelo crescente nível de inovação tecnológica), é necessariamente definida a montante do trabalho concreto e, por isso, não pode ponderar a degradação das condições de trabalho face aos riscos que se (re)constrói à medida que o trabalho se desenvolve. Não pondera, portanto, (todo) o trabalho, tal como ele é realmente executado. Acresce que, em determinadas circunstâncias e quanto à natureza de certos trabalhos (e seus circunstanciais contextos), a legislação, concebida por especialistas sem o devido e actualizado conhecimento do trabalho real, pode não só não ser eficaz na garantia de condições de trabalho como, mesmo, nalguns casos, se não adequadamente interpretada a essas (novas) circunstâncias, poder lhe ser contraproducente.

De qualquer modo, não obstante a garantia de condições de trabalho deva ser entendida muito mais como direito inalienável dos trabalhadores e como condição estruturante da (boa) gestão (da obra e da empresa), do que como mera obrigação legal, há que referir que, neste domínio, existe um quadro normativo diversificado que, directa ou indirectamente, é aplicável às condições de trabalho, sendo que também a sua eficácia depende da uma perspectiva integrada do trabalho *da* e *na* Construção.

Sem se pretender ser exaustivo, esse quadro normativo é constituído por:

- normas programáticas de Segurança e Saúde do Trabalho (SST)[5];
- normas enquadradoras da SST em geral[6];
- regulamentação específica de S.S.T. na Construção[7];
- regulamentação específica de SST aplicável a domínios que, não obstante não serem específicos da Construção, são (também) aplicáveis ao trabalho neste sector[8];
- regulamentação relativa ao exercício da actividade de industrial de construção civil e do empreiteiro de obras públicas (já referida);
- regulamentação relativa ao licenciamento (municipal) de obras (públicas e particulares);

[5] Por exemplo, as disposições da Constituição da República Portuguesa e do Código do Trabalho.

[6] Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho – Lei Nº 102/2009, de 10 de Setembro, na sua redação actual.

[7] Esta regulamentação (Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil – aprovado pelo Decreto 41821, de 11/8/58) merece uma (negativa) referência especial, na medida em que está, e há muito, manifestamente desactualizada face às actuais características técnicas, tecnológicas e organizacionais do trabalho na construção.

[8] Por exemplo, legislação e regulamentação respeitante a equipamentos de trabalho, equipamentos de protecção individual, exposição a substâncias e preparações perigosas ou insalubres.

- regime de contratação pública;
- regulamentação específica dos técnicos[9];
- regulamentação e Normas Técnicas de Segurança e Qualidade da Construção[10];
- normas sancionatórias (contraordenacionais e criminais).

Uma referência especial a fazer é à transposição da Directiva *Estaleiros Temporários ou Móveis*[11], da qual resultou a instituição (também) em Portugal de novos princípios (de informação, de planeamento e de coordenação), novos instrumentos ("comunicação prévia", "plano de segurança e saúde" e "compilação técnica") e novos responsáveis (dono da obra e coordenadores de segurança) no domínio das condições de trabalho na construção, mais especificamente, em matéria de segurança e saúde do trabalho.

A transposição da Directiva *Estaleiros* veio, do ponto de vista normativo, responder à necessidade de diversificação de previsões e prescrições regulamentares coerentes com a diversificação técnica, organizacional, económica e social de factores que, neste sector de actividade, como já se viu, influenciam as condições de trabalho.

Contudo, a consequência efectiva da aplicação concreta, no "terreno", de tais respostas (ainda) normativas (ainda) carece, não só de outros complementos regulamentares[12] mas, sobretudo, para além da capacidade e oportunidade do controlo público (Autoridade para as Condições do Trabalho – ACT – e não só), da sua suficiente e oportuna (auto)regulação, o que muito depende do desenvolvimento organizacional e profissional do sector e coerente assumpção de direitos, obrigações e responsabilidades em matéria de condições de trabalho por parte de quem no sector intervém. Seja em que condição for, mas principalmente na de trabalhador e na de empregador.

---

[9] Por exemplo, a referente à certificação da sua aptidão profissional e ao seu código deontológico.

[10] Por exemplo, o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, O Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta e Média Tensão, etc.

[11] Directiva 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de Junho, cuja transposição para o direito interno foi inicialmente regulamentada pelo Decreto-Lei 155/95, de 1/7, depois substituído (revogado) pelo Decreto-Lei 273/2003, de 29 de Outubro.

[12] Um dos exemplos flagrantes disso é a actualização do referido Regulamento de SST na Construção de 1958. Mas, também, a necessidade de regulamentação de certificação de aptidão profissional e de exercício de determinadas actividades empresariais que, directa ou indirectamente, concorrem para o processo construtivo e que muito têm que ver (também) com as condições de trabalho.

Que responsabilidades?

A concepção de inerentes responsabilidades no domínio das condições de trabalho (na Construção e não só) tem (também) assentado muito na sua individualização e isolamento. Ora, a resposta a esta questão não pode deixar de ser da mesma forma coerente com a linha de reflexão integrada que precede.

Assim, e de acordo com este pendor de raciocínio, reconhecer-se-á que, em matéria de condições de trabalho na Construção, estão implicadas:

- Responsabilidades *micro* e, nestas, poder-se-á falar em:
  – responsabilidades "horizontais", isto é, do ponto de vista dos direitos e valores em causa, poder-se-á falar em responsabilidades humanas, sociais, económicas, técnicas, éticas, deontológicas, disciplinares, cíveis, contraordenacionais e criminais;
  – responsabilidades "verticais", no sentido de considerar o papel dos decisores e intervenientes no próprio processo construtivo, ainda que estes se situem para além não só da relação de trabalho mas, mesmo, da situação de trabalho, da Empresa e da Obra. E assim ter-se-ão em conta responsabilidades do dono da obra, empresa adjudicatária / entidade executante, empregadores, técnicos e trabalhadores. E, destacando-as, as responsabilidades do empregador, as quais relevam em relação às outras e independentemente de (cumulativamente com) as outras[13];
  – responsabilidades "cumulativas", significando isto que existe uma relação (directa ou indirecta) entre todas as decisões e acções (ou omissões) envolvidas na actividade. E daí que as responsabilidades com implicação nas condições de trabalho devam, de facto (ainda que nem todas o sejam de direito), ser entendidas como cumulativas (e não alternativas, no sentido de que umas responsabilidades não anulam as outras), independentemente do diferente tipo de relacionamento e contractualização formal que possa, ou não, existir entre essas pessoas ou entidades envolvidas.

- Responsabilidades *meso*:
  Referimo-nos aqui às responsabilidades institucionais, de entidades do enquadramento institucional do sector, nomeadamente, no domínio da informação, formação, qualificação, apoio técnico e investigação. Ou seja, estão aqui em causa responsabilidades das associações patronais, associa-

[13] "O empregador deve assegurar aos trabalhadores condições de segurança e saúde em todos os aspectos relacionados com o trabalho..." (nº 2 do Art.º 281º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei Nº 7/2009, de 12 de Fevereiro, na sua redação actual);

ções profissionais, associações sindicais, comunidade técnica e comunidade científica;

- Responsabilidades *macro*:
  O Estado, directa ou indirectamente, assume importantes responsabilidades com repercussões nas condições de trabalho. E em diversas qualidades: para além de, mais directamente, nas de promotor, dono de obra e mesmo empregador (o que tem mais que ver com as referidas responsabilidades *micro*), nas de licenciador (de obras e do exercício, em si, da própria actividade), bem como, evidentemente, nas de legislador e regulador (às quais, mais destacadamente, nos referiremos mais adiante).
  Tais responsabilidades do Estado suscitam o questionamento da organização, meios, eficácia, eficiência e oportunidade da ação dos inerentes sistemas públicos de algum modo relacionados com a actividade da Construção: sistemas de licenciamento (municipal) de obras particulares; sistema de licenciamento do exercício de actividades económicas (aqui, já referido, o de acesso e permanência na actividade EOP e ICC) e, associadamente, sistemas de certificação de qualificações, produtos, processos e equipamentos envolvidos no sector; sistema de formação profissional; e sistemas de ensino e investigação.
  Isto implica a necessidade de reflectir sobre até que ponto as condições de trabalho (na Construção e não só), efectivamente, se integram, para além de, a nível governamental, nas decisões políticas (legislativas, de regulamentação), nos diferentes domínios e níveis da administração pública, designadamente:
  – Administração Central e Local;
  – Administração do Trabalho;
  – Administração da Saúde;
  – Administração do Ensino;
  – Administração do Emprego e da Formação Profissional;
  – Administração da Economia (que inclui o sistema de Qualidade e de licenciamento das actividades económicas, nomeadamente, das actividades de ICC e de EOP).

Que Inspecção do Trabalho?

Mas se responsabilidades *macro*, ao nível do Estado, há a considerar em matéria de condições de trabalho e especialmente em matéria de condições do trabalho na Construção, essas são as responsabilidades (públicas) de legislador e as de regulador.

Ao, atrás, nos referirmos ao quadro normativo, abordámos o questionamento das responsabilidades do Estado como legislador. Resta, então, reflectir um pouco quanto à sua qualidade de regulador nesta matéria.

Quanto a esta qualidade e ao papel do Estado, há uma tendência para o confinar ao da Inspecção do Trabalho. E, em Portugal, pelo modelo institucional que a Inspecção do Trabalho (agora) assume (e até por mera por mera designação), ao da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT).

Ora, por um lado, como já se viu, a regulação da actividade (a nível da empresa e do sector) nesta matéria depende também, e muito, da acção de outras áreas da administração, das quais relevam, para além das da Saúde, sobretudo, da Economia.

Quanto a esta segunda área da administração pública referida, estão em causa as condições (e o controle da sua aplicação) do acesso e permanência na actividade de ICC e EOP[14], eixo de intervenção do Estado que não é, pelas razões já aduzidas, dissociável do desenvolvimento organizacional do sector da Construção e, logo, como já se fundamentou, das condições em que lá se realiza o trabalho.

Quanto a isto, sintetizando (ainda que eventualmente em excesso), no que respeita a condições de trabalho na Construção: se quem não sabe construir não sabe prevenir, quem não pode (por falta de meios, organização ou conhecimento) prevenir não pode construir. Muito menos quem não quer prevenir pode (deve poder) construir.

Significa isto que, independentemente do rigor e exemplaridade que é exigível à sua acção pelos valores fundamentais que estão em causa, a acção pública *para* as condições de trabalho na Construção não pode ser entendida como reduzida à ação da ACT e, muito menos, ao estereótipo do mero controlo de conformidade normativa.

Isto não significa a admissibilidade de qualquer quebra no alto nível de exigibilidade, de rigor e de exemplaridade que no domínio das condições de trabalho, mormente na Construção pelo alto nível de sinistralidade e de (pelo menos indiciada) morbilidade neste sector, deva ser mantido por parte da ACT.

Todavia, em matéria de condições de trabalho, tal como não há um absoluto determinismo técnico-tecnológico ou normativo, muito menos há, sequer se deve pressupor que há, um determinismo inspectivo e sancionatório na sua garantia.

A acção da ACT é, neste como noutros domínios, imprescindível e central. Mas, sob pena de a sua ação não ser optimizada em termos de eficácia e eficiência (apesar do empenho e profissionalismo em tal colocado pelos inspectores do tra-

[14] Se bem que nesta específica matéria a administração local (mormente as câmaras municipais) e outras áreas da administração pública, como licenciadores e até donos de obras particulares, tenham competências conexas, ainda que indirectamente.

balho), não pode nem deve ser dissociado da acção articulada e integrada com os outros inerentes eixos da administração pública já referidos.

Acresce que, mesmo centrando-nos na acção da ACT, é necessário esclarecer o equívoco de que nesta se incluem, se devem incluir, procedimentos de definição, de preconização ou, mais (menos) ainda, de organização e concretização de meios, de processos e de medidas (técnicas ou organizacionais) concretas tendentes a garantir as condições de trabalho nos locais de trabalho do sector.

Isso seria, com implicações contraproducentes de desresponsabilização e de (não) desenvolvimento organizacional e profissional, tornar a ACT na responsável directa por essas obrigações, substituindo-se, designadamente, ao dono de obra e, sobretudo, ao(s) empregador(es).

Mais, muito mais do que *fazer*, neste domínio, a ACT, sem prejuízo de poder (dever) *fazer com* (como já se referiu, articulando-se com os outros eixos públicos de acção directa ou indirectamente relacionados com este domínio), deve *fazer-fazer*.

Para além disso, sendo mais conclusivo a este propósito, por mais que se intensifique a ação da ACT (o limite será ter permanentemente um inspector do trabalho em cada obra, desde o início ao fim da obra?), não haverá uma melhoria consolidada das condições de trabalho no sector se não se tiver em conta quem (que trabalhadores e, sobretudo, que técnicos, mais ainda, que empresas) é quem relativamente às condições de trabalho na Construção.

Enfim, como já se escreveu noutro local (Fraga de Oliveira, 2006), se não se garantir, promovendo-as e controlando-as, as capacidades (técnica, económica, organizativa e de gestão), a qualificação e o profissionalismo, a deontologia e a idoneidade ética, de quem, da concepção à execução (dono de obra, empregadores e técnicos), directa ou indirectamente, concebendo, decidindo, organizando ou executando, é interveniente na actividade da Construção.

O Estado não se pode limitar a controlar a (in)conformidade com o quadro normativo estrito das condições de trabalho, tendo também que promover (eventualmente, apoiando, mas também controlando, noutros níveis e domínios públicos) o desenvolvimento organizacional e a qualificação profissional, com vista a que, efectivamente, se avance na integração das condições de trabalho, na gestão das empresas (e administração pública) e intervenientes na Construção e, daí, concretamente, nos locais de trabalho deste sector.

Concluindo, reflectir, estudar os "novos terrenos para a construção" implica, ainda que se prescinda da especificação expressa nesse sentido que esta frase (título) literalmente contém, reflectir "novos terrenos" para as condições de trabalho nesta actividade.

E, mais, dados os valores humanos, sociais e económicos aqui implicados, é, de algum modo, reflectir "novos terrenos" para as condições de desenvolvimento or-

ganizacional das empresas do sector e, sobretudo, para as condições de vida para quem trabalha neste sector. Com as implicações na sociedade que elas projectam.

Presume-se, então, virem talvez aqui ainda a propósito aqueles dois versos do "Operário em Construção" com que se iniciou este texto. Se bem que, assentando no que precede, agora, com o devido respeito a Vinicius de Moraes, com uma com uma ligeira adaptação: *Que o operário faz a "casa" E a "casa" faz o operário*.

Referências Bibliográficas

Cru, D. (2014). *Le risque et la règle*. Toulouse: Eres

Friedmann, G. (1963). *Où va le travail humain?*. Paris: Gallimard.

Moraes, V. de (2005). *O Operário em Construção*. Amadora: Publicações D. Quixote.

Trinquet, P. (1996). *Maitriser les risques du travail*. Paris: PUF.

Fraga de Oliveira, J. (2006). O vivido de um inspector do trabalho em Portugal. *Laboreal, II*(1),18-23.

Fraga de Oliveira, J. (2010). *O Trabalho, "ângulo morto" da saúde pública*. Disponível em https://www.publico.pt/2010/08/02/jornal/o-trabalho-angulo-morto-da-saude-publica-19940755

Parte III

Elementos para uma Sociologia da (Re)Construção do Espaço

Capítulo 11

Gandra, Ermesinde: Sobre a construção de um lugar no processo de expansão (sub)urbana do Grande Porto

Maria Inês Coelho

Indicado como um dos espaços da envolvente suburbana do município do Porto onde mais precocemente se acelerou o ritmo de expansão da produção de habitação (em densidade) e onde o padrão residencial se alterou profundamente ao longo da segunda metade do século XX, a freguesia de Ermesinde, no município de Valongo, constitui um caso exemplar dos efeitos da mudança operada pelos movimentos de descentralização e de suporte residenciais da região do Grande Porto e um observatório privilegiado das transformações do setor da Construção, confirmando, a uma outra escala, o efeito estrutural das medidas políticas do Estado (central e local) em matéria de alojamento. A nossa análise[1] pretende, com base no estudo do lugar da Gandra –, um importante espaço de investimento residencial –, compreender os efeitos socio-territoriais de tais transformações, relacionando a intensidade destes processos com as condições (institucionais, políticas e históricas) que lhe serviram de apoio, mas também com a configuração adotada pelo "campo de produção da habitação" local (Bourdieu, 2001), tentando aprofundar, ainda que de forma sucinta, a reflexão sobre as relações entre morfologia urbana/territorial e transformação social (Cartier et al., 2008; Tissot, 2011). O estudo de uma parte do mercado local de habitação obrigou-nos, deste

[1] O texto apresentado retoma algumas das reflexões desenvolvidas nos capítulos III e V e nas conclusões da tese de doutoramento em sociologia (Coelho, 2017), com o título «Recomposição do Território e Estruturação do Quotidiano no Grande Porto. Sociologia de um lugar de Ermesinde: Gandra (1950-2014)» [financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (ref.ª SFRH/BD/80297/2011), com verbas do POPH/QREN – Tipologia 4.1 – Formação Avançada, comparticipadas pelo Fundo Social Europeu, e fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência], apresentada pela autora na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e desenvolvida sob a supervisão científica de Virgílio Borges Pereira.

modo, a analisar (parcialmente) o setor económico local e regional – tendo sido aqui importante, por exemplo, conhecer alguns dos contornos da evolução local do setor da Construção – e, conjuntamente, forçou-nos a examinar o tipo e grau de participação de um conjunto considerável de instituições e agentes envolvidos nesse mercado, já que estes, em última instância, determinaram as condições de oferta e de procura habitacional e delimitaram (diferencialmente) as estratégias das famílias residentes na escolha do alojamento ou de um dado regime de propriedade.

O caso de Ermesinde no contexto dos processos de expansão (sub)urbana e de densificação habitacional da região do Grande Porto

Apontada pela literatura como um dos exemplos paradigmáticos de transformação do subúrbio no sentido convencional do conceito na área do Grande Porto (Portas et al., 2007), a freguesia de Ermesinde conheceu desde a primeira década do século passado até aos dias de hoje, uma evolução socio-territorial marcante, a que não é alheio um primeiro movimento precoce de dinamismo periférico ocorrido na região, em resultado da primeira "explosão urbana" sentida a partir dos finais do século XIX no território nacional (Portas et al., 2007). Apesar de ser ainda marcadamente rural, o nosso país assiste, a partir deste período, em que o crescimento urbano se vai tornando mais vigoroso, à introdução de grandes mudanças. Por um lado, observa-se um progressivo incremento da população em contexto rural, e, por outro, os principais centros populacionais começam-se a densificar-se, em especial ao longo dos primeiros 50 anos do século XX. Nesse quadro de transformação, e não constituindo a cidade do Porto uma exceção à mudança, dois outros grandes processos estavam também a desenrolar-se: aumentava o número de efetivos populacionais nos seus limites administrativos e começavam a alterar-se igualmente, de forma decisiva, os respetivos traçados morfológicos (Salgueiro, 1992, 2001). Se tivermos em conta que, desde os anos de 1950, o cenário de desenvolvimento urbano na região é, particularmente, pautado pelo incremento e densificação do número de lugares nos arredores da cidade e do município portuense, e que estavam, assim, reunidas condições favoráveis a uma assinalável densificação dos concelhos envolventes (suburbanização), algo que confirmaremos nas décadas seguintes, a conclusão só pode ser a de que, à semelhança de outras áreas localizadas na coroa suburbana do município do Porto, Ermesinde começa a ser influenciada, em grande medida, por estas mutações. Além do mais, sabendo-se que o perfil demográfico dos municípios do Grande Porto esteve sujeito a profundas reconfigurações estruturais, e que a consolidação de alguns destes núcleos da coroa suburbana, como o de Ermesinde, se sustentou

numa relativa estabilidade e posterior dinâmica demográfica[2], não surpreende que o aumento do peso relativo da população não tenha tido, no período em análise, correspondência à escala da cidade e concelho do Porto. No caso concreto desta freguesia, não só o território conhece valores particularmente elevados desde o princípio do século XX, como os próprios ritmos de crescimento da população nas décadas subsequentes, inclusivamente no conjunto dos concelhos periféricos da região, vão sendo muito significativos. Contudo, é de admitir, embora não de forma linear, que, pelo menos até à primeira metade do século passado, os processos de transferência populacional do centro urbano para a periferia envolvente são ainda fracos e limitados, condicionando, por isso, o seu papel de mediação residencial (Vázquez, 1992, p.55).

Ainda assim, verificadas as tendências para algum dinamismo natural da sua população autóctone, numa primeira fase, e para uma acumulação migratória positiva prolongada no tempo, há que equacionar que o crescimento da periferia (na região) também foi suportado endogenamente. Assente, em grande parte, na industrialização rural difusa e na pequena exploração agrícola (Vázquez, 1992, pp.56-57), até à primeira metade do século XX, a base produtiva dos concelhos periféricos foi sendo, neste período, especialmente pautada pelo impulso dos setores tradicionais e por importantes processos de dinamização industrial local, não obstante a sua reduzida dimensão (quer em densidade, quer em intensidade) quando comparados com a estrutura industrial portuense.

Nessa medida, não será arriscado afirmar que a atração exercida por estes núcleos locais de emprego permitiu, em certa medida, condicionar os primeiros moldes de fixação residencial periférica. Veja-se o próprio caso da freguesia em apreço, cujos pequenos núcleos industriais – algumas unidades fabris locais de referência (ligadas à cerâmica/olaria e à indústria têxtil, por exemplo) e pequenas unidades do tipo artesanal ou manufatureiro (de produção de jugos e cangas, associados à atividade agrícola; de fiação e tecelagem do linho; de fabrico do couro, do vidro e da cutelaria, de ferramentas e ferragens ou, ainda, da escovaria e de fabricação de brinquedo) (Beça, 1921; Dias & Pereira, 2001; Matos, 2001; Soares, 2008) – foram conseguindo atrair uma fatia considerável dos seus ativos, acrescentando uma certa dinamização no seu crescimento e determinando, de certo modo, algumas das primeiras manchas de espaço construído.

Sendo certo, por outro lado, que, numa fase antecedente, este território viu também o seu perfil de crescimento e de povoamento apoiar-se num padrão difuso

[2] Nesse sentido, muito dificilmente deixará de se concordar que o processo de (sub)urbanização desta região vai apoiar-se, num primeiro momento, na autonomia relativa de cada um dos seus municípios (e dos seus núcleos populacionais) em matéria de descentralização da população e consequente produção habitacional (Vázquez, 1992, pp.48-51)

e disperso de área construída junto aos alinhamentos dos principais recursos hídricos locais, destacando-se em particular a bacia hidrográfica do rio Leça, área que é drenada por este rio e pelos seus afluentes, e limitada a norte e a nordeste pela bacia do rio Ave e a sul e sudoeste pela bacia do rio Douro, reconhece-se igualmente que parte da pressão habitacional inicialmente verificada não deixou de apoiar-se nestes núcleos de povoamento pré-existentes. Convém até acrescentar que o rio, para além de ter sido um recurso de atratividade lúdica para o território, desempenhou um papel relevante de condicionamento do sistema local de culturas, em especial quando, até à primeira metade do século XX, a atividade agrícola em pequenas explorações ainda se traduzia com algum peso na paisagem da freguesia e na sua envolvente. No entanto, apesar de ser sensível ao processo de expansão urbana que se começava a avizinhar, Ermesinde permaneceu um território, pelo menos até esta fase, igualmente marcado por traços evidentes de ruralidade que foram coexistindo e articulando-se com o processo mais geral de industrialização difusa da região. Por isso, não será de admirar que uma parte essencial dos processos de produção, de reprodução e conservação dos alojamentos criados respeitasse ainda o peso da parcelarização rural do solo e as dimensões socioculturais que lhe estavam associadas. Além do mais, tais características terão sido configuradas, em matéria de provisão e funcionalidade habitacionais, por um conjunto primário de condições endógenas essenciais, que, de resto, se estendiam por toda a coroa suburbana da cidade do Porto, ligadas sobretudo à presença da estrutura minifundiária e à ausência de rendas fundiárias de localização (Vázquez, 1992, pp.50-51).

De um modo geral, aceita-se que só a partir dos anos de 1950 a autonomia relativa do processo de descentralização da população na região passa a estar mais condicionada por lógicas centrais de recomposição socio-territorial (Vázquez, 1992, pp.48-51) pois, de facto, todos os indícios apontam para a importância do reforço do processo de industrialização e, em paralelo, da progressiva terciarização da cidade do Porto como fatores de impulso de descentralização direta da população, com efeitos no domínio da produção de habitação[3]. Será bom ter em linha de conta que, desde esta década, Ermesinde vai conhecer, de forma mais vincada, uma expansão do espaço urbano dominada pela localização intra-urbana da indústria, dos serviços e do comércio, muito embora se identifique a fortíssima ligação que a sua população foi tendo com o mercado de trabalho portuense ao longo do tempo, tornando-o num caso notável, no interior da região, de emissão e atração extra-concelhia de força de trabalho.

[3] Se é certo que, até então, uma parte não menos significativa do tecido económico permanecia ligada a uma pequena agricultura camponesa complementar e de subsistência (e que incluía, ainda que forma limitada, a criação animal), também há que contar com a relevância de um terciário de proximidade que foi assegurando uma destacada rede de trocas com o exterior, permitindo a progressiva densificação urbanística no tecido rural pré-existente.

A verdade, porém, é que, às profundas alterações socioeconómicas que se começam a registar no Grande Porto, surgiram associados importantes movimentos migratórios internos que foram traduzindo a relevância do papel de atratividade dos concelhos periféricos para localização residencial e, ainda mais, o de retraimento seletivo do centro urbano portuense. Dado que, na região, a partir deste período, a inserção residencial da população se vai processando por força de condicionantes essenciais como a saturação das formas de habitação de baixo custo na cidade do Porto (e consequente ausência de soluções de intervenção local) e, por outro lado, as transformações da sua propriedade fundiária (com a limitação da densificação construtiva) (Vázquez, 1992, p.155), fica claro até que ponto estavam reunidas novas condições de favorecimento de exteriorização residencial na envolvente concelhia regional.

Além disso, há que insistir igualmente no papel muito significativo de reforço dessa exteriorização por parte da rede de transportes públicos na medida em que, para um conjunto de freguesias dos concelhos periféricos mais próximos do município do Porto – e, em particular, aquelas que beneficiavam de um traçado alargado e relativamente denso dessa rede – a evolução dos transportes foi determinante na alteração da sua posição no sistema de lugares. Por isso, não será por acaso que os núcleos da coroa suburbana onde se registaram maiores incrementos em matéria de transporte serão aqueles que conhecem um grande impulso demográfico. Ao ser marcadamente moldada pela importância quer dos alinhamentos das estradas principais, quer das vias de transporte, e em especial da linha de caminho-de-ferro (Vázquez, 1992, p.153 e p.156), dificilmente se poderá negligenciar o facto da rede de transportes públicos (em termos de dotação infraestrutural e incidência espacial) ter contribuído em moldes substanciais, para o fortalecimento do movimento de descentralização residencial, por um lado, e conduzido, por outro, ao nível local e regional, ao reforço do modelo de migração pendular (fluxos casa-trabalho) nesta freguesia. Sem querer descurar a importância do valor do solo enquanto fator de descentralização das várias atividades (industriais e terciárias) no território, há um certo consenso entre os especialistas que, no caso de Ermesinde, o caminho-de-ferro foi efetivamente um ponto fulcral de aglomeração populacional, cujo peso vai persistir ao longo do tempo, e um elemento de partida marcante na orientação do desenho da sua mancha urbana (Portas et al., 2007; Matos, 2001; Vázquez, 1992) pois reconhece-se que é em torno das linhas férreas que se vai organizar e estabelecer, em termos de concentração inicial, uma parte essencial do edificado local, e que a sua consequente expansão se vai fazendo sentir mais acentuadamente ao longo da segunda metade do século XX. Além disso, quando se considera a área de extensão e cobertura territorial das principais linhas, situadas a norte do Rio Douro, afetas à freguesia – a linha do Minho e a do Douro – percebe-se a profunda recomposição a que o território foi estando sujeito e, mais

precisamente, os efeitos da rede de relações interterritoriais gerada em termos de mobilidade de pessoas e mercadorias.

Aceite a ideia de que a atração desta região urbano-industrial se foi estendendo sobre a população oriunda do interior Norte do país e dos municípios envolventes da região do Grande Porto mais ruralizados, e que existiram condições propícias (em matéria fundiária e de gestão de alojamento) para que concelhos periféricos passassem a assumir a principal função de acolhimento e suporte residencial direto do fluxo migratório canalizado para a região, indiciando, portanto, a maior importância do centro urbano portuense como mercado de trabalho, importa não perder de vista as alterações profundas que tal movimento provocou no padrão territorial e habitacional dessas áreas periféricas e neste território em particular. Acontece, na verdade, que, a partir dos anos de 1960, a procura residencial, que já se vinha a desenvolver na região, de um modo genérico, veio a consolidar-se e a intensificar-se de uma forma muito significativa, ajudando a ampliar os índices de expansão e pressão habitacional neste espaço e que a própria freguesia acabaria por sofrer um conjunto de transformações decorrentes de fatores-chave que, em última instância, permitem perceber melhor as características do mercado habitacional local. A extrema parcelarização da propriedade fundiária e a elevada densidade da rede viária não fundamental (de caminhos rurais) (Matos, 2001, p.305; Salgueiro, 1992, p. 242; Vázquez, 1992, p.199; pp.224-225) foram, por um lado, decisivos para um cenário de larga oferta de solo potencialmente edificável e a custos acessíveis. Por força da conversão do uso do solo agrícola, sabe-se que o aumento da procura de terreno para fins urbanísticos, e mais propriamente para a construção de habitações, ajudou claramente, a uma expansão de crescimento com privilégio para certos eixos dotados de maior acessibilidade, garantindo, deste modo, no território em análise, fenómenos como o da especulação fundiária. Mas a concentração urbanística, a que vamos assistindo durante esta fase, não deixou de se estruturar, para além da ferrovia, em torno de outros eixos centrais. Os próprios alinhamentos da rede viária fundamental foram assumindo grande eficácia no movimento geral de fixação da população e de residência no quadro local, pois, não obstante o peso relativo que cumpriam ainda numa fase inicial, interessa perceber também que estes alinhamentos se vão tornando cada vez mais significantes na adição de espaço construído a partir do momento em que, em paralelo, se começa a desenvolver um serviço de transporte público com boa capacidade de cobertura. Na realidade, percebe-se que o impacto gerado pela política de transporte e pela construção e melhoria das infraestruturas viárias no mercado de solos passa a ser muito significativo, induzindo uma valorização crescente dos terrenos adjacentes e uma forte pressão urbanística, dado alterarem, em grande medida, as suas condições de acesso. E se a este dado somarmos, por outro lado, outros fatores, como a fraca regulamentação do uso do solo e a ausência de controlo urbanístico municipal (Matos, 2001, p.305; Salgueiro, 1992,

p. 242; Vázquez, 1992, p.199; pp.224-225), cuja relevância se vai tornar, além disso, mais considerável num contexto evidente de menor procura de solos para outros usos alternativos ao residencial, como aquele que se vive a partir deste período, compreendemos melhor os efeitos que irão ser produzidos em matéria de produção e gestão do parque habitacional local, sobretudo em determinadas áreas e/ou lugares da freguesia.

Transformações socio-habitacionais num contexto residencial do núcleo da coroa (sub)urbana da cidade do Porto – Ermesinde

Os efeitos socio-territoriais da expansão do edificado local e o perfil de promotores no lugar da Gandra (Ermesinde) (1950-2013)

Procurando retratar um exemplo significativo do que foi, na freguesia em estudo, a alteração paisagística decorrente do peso da edificação por iniciativa privada e a forte especialização residencial do território, tomando por referência o cenário local de expansão urbana anteriormente traçado, valerá a pena invocar os grandes traços de transformação ocorridos no lugar da Gandra, visto que se tratou de uma das áreas da freguesia que conhece, durante a segunda metade do século XX, um importante investimento habitacional. Olhando, num primeiro momento, mais cuidadosamente para o mapa da distribuição dos edifícios segundo a época de conclusão (Figura 11.1), fica muito evidente o peso esmagador que os edifícios concluídos entre os anos de 1960 e de 1980 reúnem no conjunto do parque habitacional local[4]. Tudo indica que, num cenário de forte disponibilidade fundiária e de uma estruturação do mercado local de alojamento ainda relativamente incipiente, é sobretudo, a partir de 1950, que o solo passa a ter um significado económico mais expressivo, gerando-se uma grande pressão sobre os terrenos rurais adjacentes ao aglomerado principal da freguesia e sobre os seus valores. E é também por esta altura que o lugar começa a ser alvo, a nível urbanístico, da intervenção de uma fileira diversa de promotores, cujas ações crescentes ajudarão a transformar inegavelmente o território.

Contudo, para se avaliar com maior acuidade a intensidade de tais processos de transmutação no lugar – que apresenta até então um perfil essencialmente rural – e dos procedimentos construtivos executados, teremos que nos confrontar com

[4] E, mais, relacionando os dados referentes às épocas de maiores pedidos de licenças de construção com as de conclusão dos edifícios neste espaço, verifica-se igualmente que, desde finais da década de 1960, e com maior acentuação entre as duas décadas seguintes, o aumento da densificação habitacional se torna muito significativo, período esse, aliás, coincidente com o acelerar do crescimento migratório verificado em Ermesinde e, a nível mais geral, na coroa suburbana do Grande Porto.

aquilo que era a situação pré-existente. Na verdade, apontada pelas monografias locais como uma área profundamente marcada por uma matriz agro-rural, o lugar da Gandra é amplamente caracterizado pelo peso que a atividade agrícola em explorações familiares colhia no passado. Por isso, não é de surpreender que uma análise mais atenta dos dados acerca do peso relativo dos pedidos de licenciamento e dos edifícios concluídos até finais dos anos de 1950 traduza, com alguma clarividência, a escassez de elementos construídos que ainda caracterizava a área aquando da fase de arranque da dinamização residencial[5]. Contudo, à medida que a pressão urbanística se foi fazendo sentir, e a gestão do "urbano" se foi privatizando no lugar da Gandra, permitindo a reconversão do solo agrícola e florestal em solo urbanizável, o papel de influência da atividade agrícola acaba por perder impacto, começando-se a dar o consumo relativamente rápido de terrenos (florestais) livres, indispensáveis para o equilíbrio ecológico do território. Os registos mostram mesmo a presença de algumas quintas no lugar e a influência dos seus proprietários, reconhecidos pelo peso económico das suas explorações e pela manutenção da configuração tradicional da estrutura fundiária da região, daí que a abertura à urbanização tenha conduzido à perda de alguns dos marcos mais importantes do carácter ruralizante do território.

> "Eu nasci aqui ao lado, isto há 64 anos… Aqui onde eu estou com a farmácia era uma casa da eira… fazia parte (…) da casa dos meus pais. [Servia para] guardar (…) cereais (…) e onde [se faziam] os cortes do gado, de campos… (…) Depois isto levou uma evolução muito grande. (…) Os meus pais começaram a sentir-se cansados… e, claro, ninguém dava continuidade [à atividade] e surgiu a oportunidade. Começou o tal desenvolvimento urbanístico. (…) O meu pai [Francisco Xavier Moutinho de Ascensão] era uma pessoa muito conhecida, talvez pela antiguidade da freguesia, por ser uma família, pronto, conceituada…Exerceu o cargo de regedor. Também era muito ligado à Igreja. (…) Colaborou bastante com a Câmara nessa altura, porque deu o terreno todo para a Escola Primária [da Gandra]. (…) Com a contrapartida de fazerem pelo

[5] Associado ao facto de ser atravessada por diversos cursos de água, entre os quais se destaca a ribeira da Gandra, pequeno afluente do rio Leça, esta coletividade não deixou, portanto, de colher, de forma perdurável no tempo, os inúmeros benefícios deste recurso natural, apostando na terra enquanto capital de subsistência e de exploração, sendo particularmente importante a utilização direta do solo para efeitos de cultivo do milho e do linho, tal como para a vinha e para a produção agrícola (Beça, 1921; Dias & Pereira, 2001; Soares, 2008). Como indicam as monografias locais, o grande parcelamento da propriedade rústica e o peso da pequena exploração agrícola – que, no caso concreto desta freguesia, se destinava principalmente à produção frutícola, hortícola e vinícola, mas similarmente ao cultivo do milho e do linho (para uso doméstico) (Soares, 2008, p. 73 e p. 84) – eram preponderantes entre as manchas de solos florestados da freguesia (sobretudo pinhal) (Beça, 1921, p. 16 e p. 28). Por outro lado, as relativas boas condições de cultivo, a rede de vias de comunicação implementada e a proximidade ao mercado portuense permitiram que este arrabalde desempenhasse a função, não menos importante, de abastecimento de produtos hortícolas (e outros) à cidade portuense durante este período de tempo (Matos, 2001, p. 308).

menos os arruamentos. (…) Entretanto, claro, começaram a lotear. O meu pai começou a vender e as pessoas (…) começaram a construir. (…) Foi, nessa altura, que os meus pais construíram os prédios e foi um garante. (…) Na altura, a lavoura não dava para construir. Embora também um preço irrisório… (…) Isto há 50 anos."

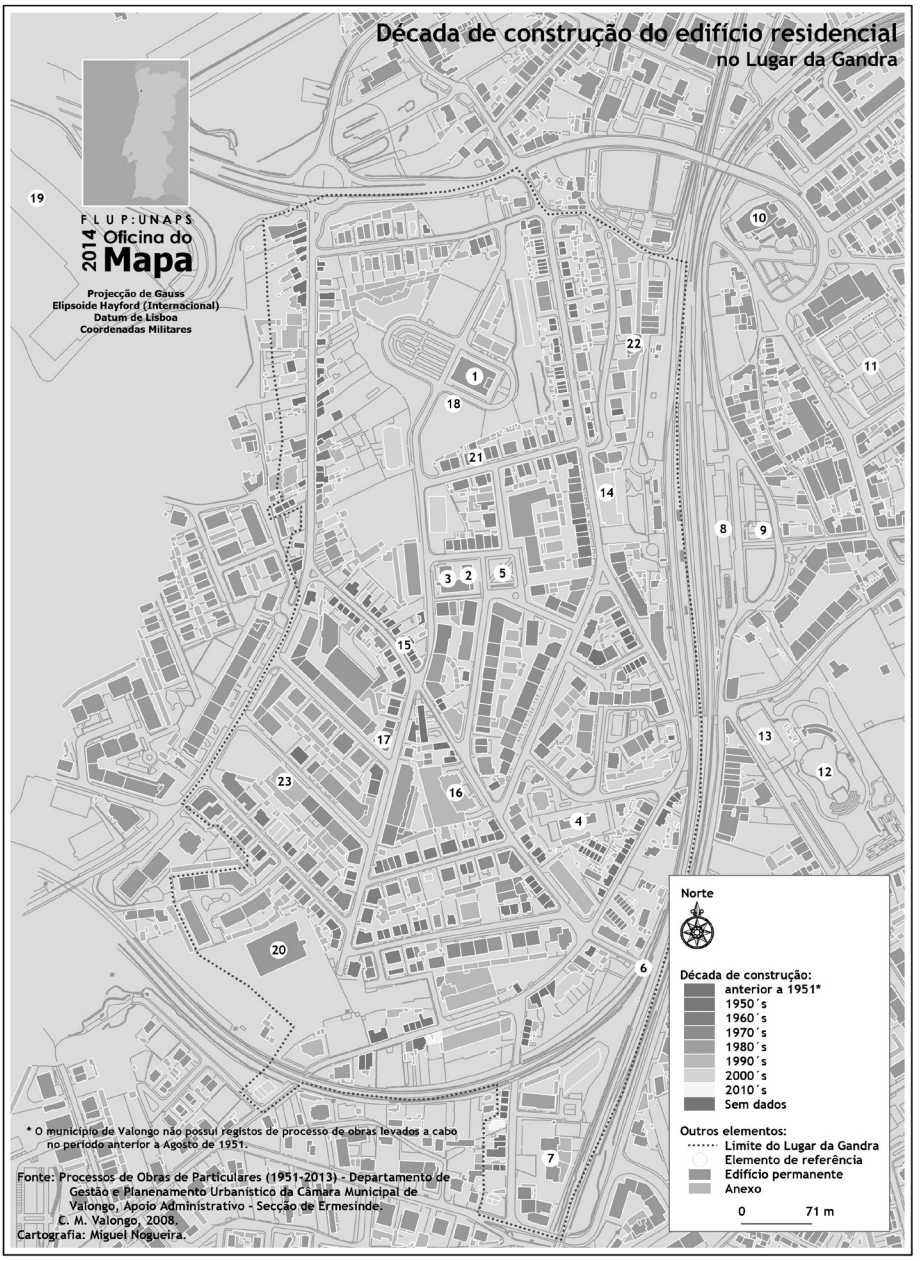
(Grupo doméstico 15, residente na habitação há 6 anos[6])

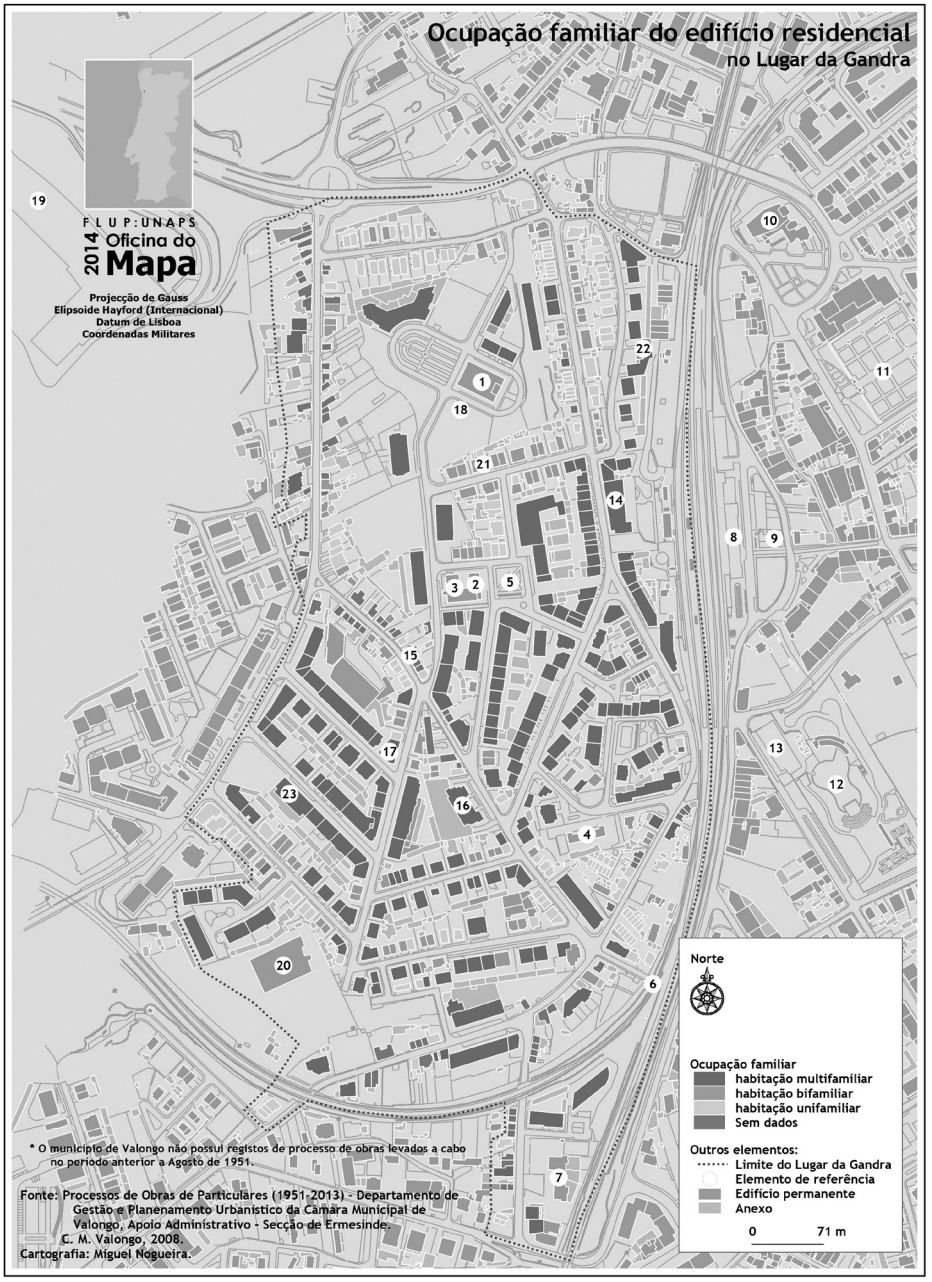
Num cenário de promoção habitacional (pública) muitíssimo limitada como a que se verificava, não deixa de ser significante observar que os próprios proprietários e/ou agricultores implementados no lugar (alguns até notáveis locais) iriam ser determinantes no processo de loteamento de antigos terrenos cultivados, abrindo-se uma nova via à especulação fundiária e imobiliária e até mesmo à dotação de certos equipamentos no território[7]. Apesar de não ser um produto de uma ação planeada mas antes o resultado da divisão de vários terrenos, característica aliás mais recorrente na Região Norte, (Salgueiro, 1992, p.205), o que é facto é que, por via da configuração do loteamento, o processo construtivo local passou a adotar um carácter mais difuso. No entanto, também há que admitir que a rede de relações sociais locais vigente deu um importante auxílio. No nosso entender, não será apenas o lado mais ou menos anárquico de crescimento urbano que aqui deve ser equacionado, e que será, alvo de críticas de muitos residentes do lugar, mas sim a importância que, numa primeira fase, o próprio "campo dos poderes locais" (Bourdieu, 2001, p.157; Lambert, 2012) assumiu nos arranjos territoriais do lugar. Pois, seja pelas competências de negociação na compra e venda de terrenos, pelo poder de influência na sua cedência ou seja pelas disposições de carácter técnico, estes agentes asseguraram, de facto, vantagens competitivas e permeáveis

[6] A datação referenciada neste e nos depoimentos que se seguem toma por referência a data de conclusão do trabalho de campo e da análise que o suporta, especificamente, o ano de 2014.

[7] Apesar de ser difícil deixar de evidenciar aquele que foi o legado visível de uma expansão "desordenada" (e preponderantemente privada) do edificado local, e que culminou na forte restrição de terrenos públicos para fins não urbanísticos, pudemos, verificar que, à medida que foram aumentando as necessidades de resposta em áreas cruciais como a saúde, a educação e a ação social no território, a reivindicação por parte das autoridades locais na instalação de equipamentos e serviços estratégicos de apoio à freguesia e à sua população foi também ampliando. Até sensivelmente 1974, altura a partir da qual se verifica mais acentuadamente o investimento (e reformulação) no plano dos equipamentos sociais e outras formas de socialização urbana, vários foram os estímulos do poder municipal nesta matéria. No entanto, e embora se reconheça a sua importância no território, é necessário chamar a atenção para o facto de que a maioria das iniciativas de carácter estatal, se manteve, pelo menos na sua génese, quase sempre dependente da iniciativa privada. Os casos mais exemplificativos são precisamente a transferência da Casa do Povo de Ermesinde e dos serviços de Previdência Social para o lugar da Gandra e a conclusão do primeiro Posto Médico da freguesia num dos seus eixos centrais (ainda durante os anos de 1960) e, ainda, a construção de edifício escolar primário próximo das linhas de caminho-de-ferro, nos finais da década de 1970.

a uma maior eficácia e rentabilidade, contribuindo direta ou indiretamente nos esquemas de decisão fundiária, através de uma rede de relações relativamente alargada e mobilizadora de capitais de ordem económica e socio-simbólica com o poder administrativo e político, envolvendo extensivamente a esfera da reprodução social no âmbito comunitário (Bourdieu, 2001, pp.238-239 e p.245).





Figuras 11.1 e 11.2. Época de conclusão dos edifícios e tipo de edifício – Lugar da Gandra (Ermesinde) – 1951-2011

Fonte: Processos de Obras de Particulares (1951-2013) – Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo – Apoio Administrativo – Secção de Ermesinde. Consulta e tratamento da informação realizados pela autora. Cartografia: Miguel Nogueira.

"Aqui era uma zona essencialmente agrícola e ali onde é a feira agora era uma parte muito, muito húmida, que a «ciganada» ia lá buscar aqueles vimes para fazer as cestas. Aquilo era (…) do [*Santos*] *Rasteiro* [Manuel Joaquim Fernandes dos Santos]. Foi ele que deu o terreno onde está a Casa do Povo e o Centro de Saúde. Embora fosse uma pessoa, vá lá, de poucos princípios, (…) pugnou muito por Ermesinde, mercê, na altura, das amizades que tinha na Assembleia da República [entre outos cargos que desempenhou, foi Procurador da Câmara Corporativa, Presidente do Grémio da Lavoura de Valongo e Diretor da Corporação da Lavoura e Federação dos Comerciantes]. (…) E aqui, deste lado, era uma zona formidável para vinho, batatas… (…). Chamavam-lhe a quinta do *Matraca*. (…) É claro, quando se abriu esta rua, e se começou a vender os terrenos desse lado e deste lado, isto começou a tomar estas proporções. (…) O lavrador espreitou o furo (…) e foi a grande evolução disto tudo. (…) Eu fui um dos "testas de ferro" na urbanização disto. O senhor M. M. A. comprou isto, éramos próximos, e depois urbanizou-se esta parte. Eu tinha os terrenos, tinha o projeto, tinha licenças da Câmara. (…) Tinha o projeto dos cálculos de betão armado, chamei mais do que um trolha, chamei mais do que um pedreiro, e assim foi…"

(Grupo doméstico 16, residente na habitação há 39 anos)

Quando nos deparamos com um novo quadro de urbanização, que, como vimos, vai beneficiar em grande parte da implementação gradual do processo de loteamento urbano, verificamos que o lugar conhece também profundas alterações nos modelos de tipologia habitacional construídos[8].

Observando a informação disponível por tipo de edifício, conclui-se que a expansão do edificado local se foi desenrolando segundo dois grandes cenários. O primeiro, mais característico até aos anos de 1960, embora não seja de excluir a sua presença em períodos recentes, corresponde ao da disseminação do "habitat" individual – veja-se, a propósito, o peso relativo que os edifícios de cariz unifamiliar ou bifamiliar assumem no padrão de ocupação do solo (Figura 11.2). Grosso modo, estamos em crer que este cenário se deveu, basicamente, às características associadas ao modelo de povoamento e de propriedade do território, muito pulve-

[8] De acordo com o que pudemos recolher, uma parte significativa das habitações produzidas naquele lugar, até ao momento de obrigatoriedade de registo de processos de obras no município (Agosto de 1951) detinha uma feição marcadamente rural tanto no que respeita aos materiais de construção, como à planta criada (Fotografia 11.3). Contudo, além destas habitações, outras (em menor proporção), e com um tipo de planta e de fachada distintas, foram sendo desenvolvidas. Falamos das casas térreas em banda, destinadas à população operária local levadas a cabo pelas entidades de transporte público (no caso, a ferrovia) ou decorrentes de iniciativas de paternalismo industrial (Fotografias 11.1, 11.2, 11.4 e 11.5). Ao longo dessa década e da seguinte, há também registo de (muito poucas) habitações resultantes da ação de algumas cooperativas de construção e habitação (Fotografia 11.6).

rizado, que permitiu a construção de moradias por iniciativa familiar e em regime de autopromoção (legal ou clandestina), recorrendo-se, com grande frequência, a empresas de construção de dimensão reduzida e a trabalho de origem familiar e/ou local (Matos, 2001, p.172). O segundo cenário, praticamente modal nas décadas subsequentes, emerge com a difusão dos edifícios multifamiliares, valorizando-se largamente o modelo da construção em altura, sendo que, com o aumento da dimensão dos edifícios (neste caso, uma tendência claramente evidente nos anos de 1980 e de 1990) se verificam mudanças no tipo de promoção habitacional (Figura 11.3). Em virtude de uma participação crescente das empresas na promoção da habitação, cuja aposta nos modelos construtivos se afasta dos regimes de construção e de promoção anteriores, uma fração do edificado construído vai sendo progressivamente "consumido" pelos edifícios novos, aumentando a oferta de edifícios coletivos. Note-se que o pressuposto (economicista) era o de construir o mais possível na menor área possível com o objetivo de otimizar os loteamentos disponíveis. Por sua vez, percebe-se que, com a construção em altura, a procura de uma economia de escala distinta e de maior potenciação, decorrente tanto do aumento das exigências das necessidades habitacionais, como da larga oferta de terrenos, vai beneficiar igualmente com a vulgarização da propriedade horizontal, instituição que permite o desenvolvimento de um mercado de novos fogos para rendimento através do aluguer ou para habitação própria, alargando-se exponencialmente os potenciais compradores através de regimes de crédito (Matos, 2001, p. 142).

Fotografias 11.1, 11.2 e 11.3. Edificado local promovido pela ferrovia (anterior a Agosto de 1951) e edificado de matriz rural (anos 30 e 40 do século XX) – Lugar da Gandra (Ermesinde)

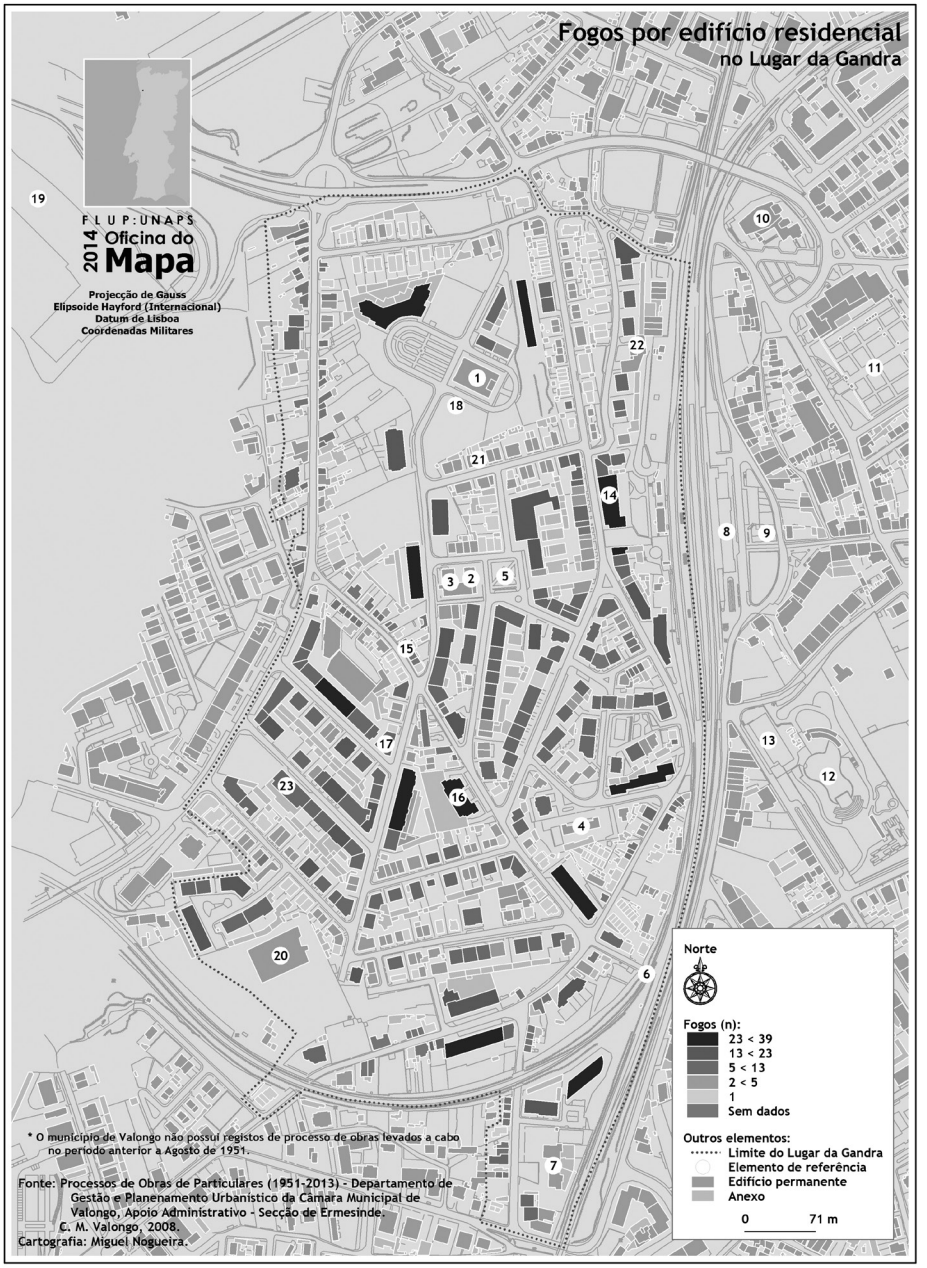
Casas térreas em banda na Rua da Gandra (esquerda e centro). Exemplo de habitação de feição marcadamente rural na Rua PortoCarreiro (direita) (Ermesinde). Data: Agosto de 2014. Autoria: Maria Inês Coelho (SFRH/BD/80297/2011).

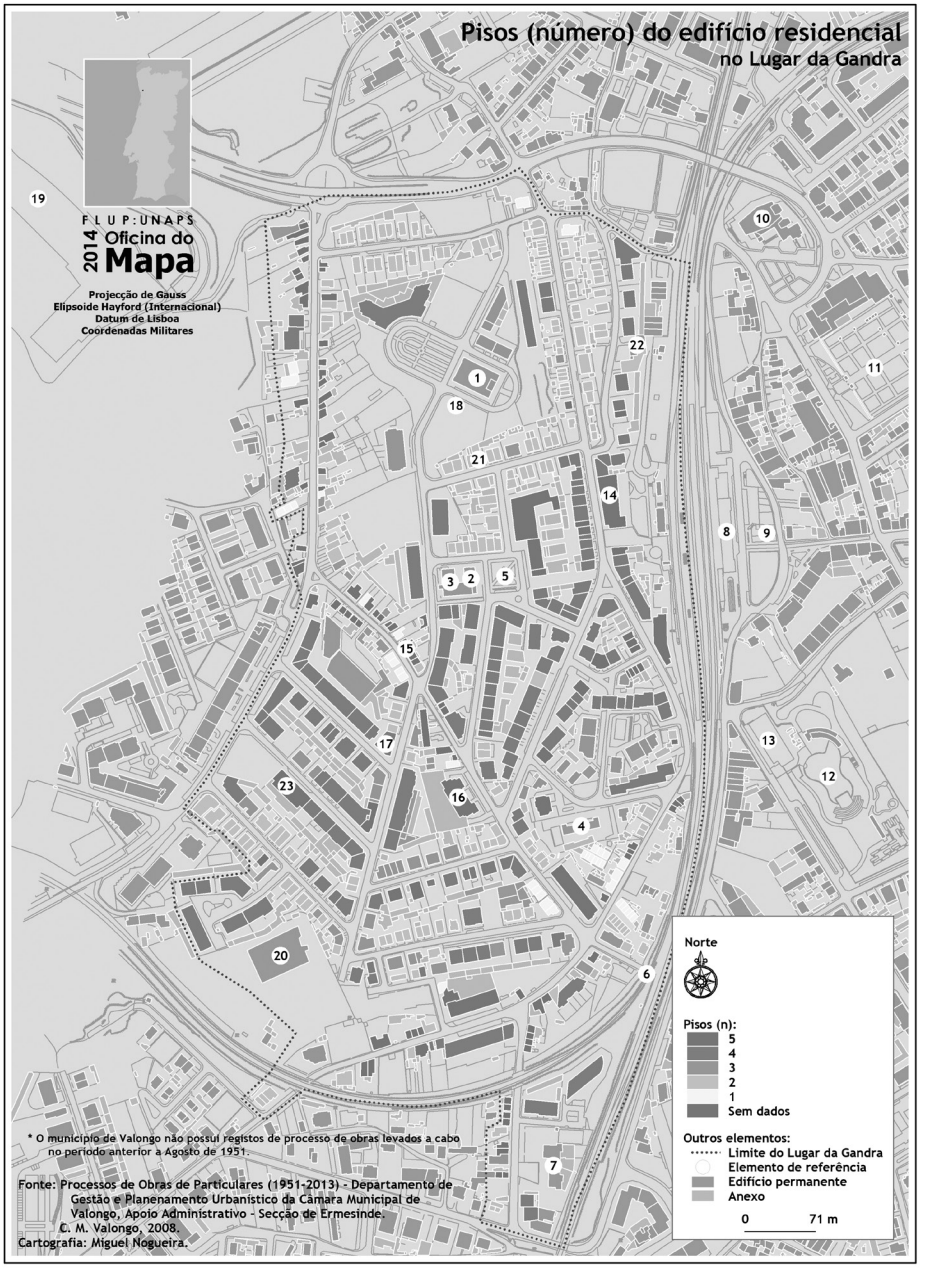
Fotografias 11.4, 11.5 e 11.6. Edificado decorrente das iniciativas locais de paternalismo industrial (anos 50 e 60 do século XX) e edificado local resultante das ações de cooperativas da habitação e de construção (anos 60 do século XX) – Lugar da Gandra (Ermesinde)

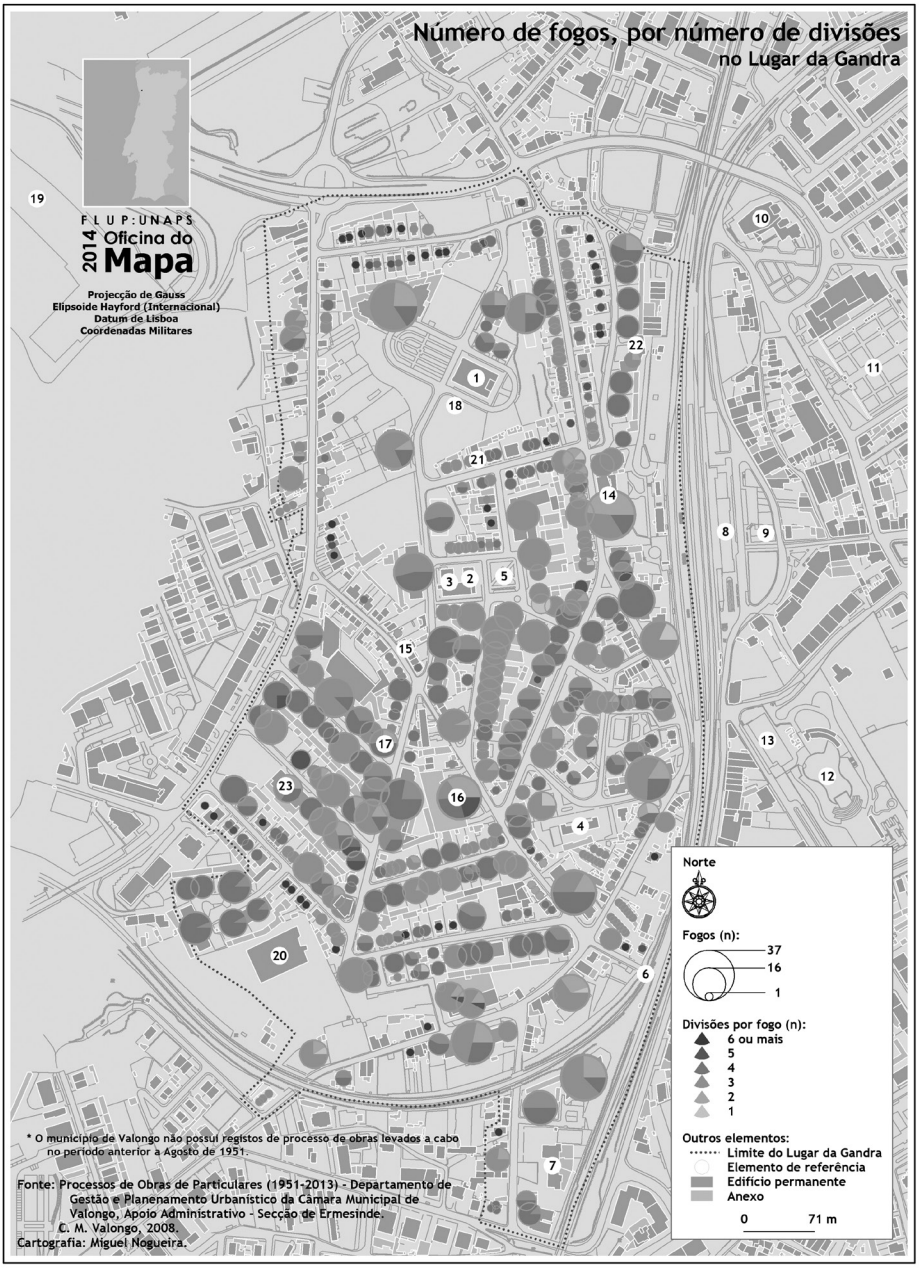
Bairro operário (presença de "ilhas" nas traseiras) na Rua PortoCarreiro (esquerda e centro). Exemplo de edifício promovido por uma cooperativa na Rua de Angola (direita) (Ermesinde). Data: Agosto de 2014. Autoria: Maria Inês Coelho (SFRH/BD/80297/2011).

Fotografias 11.7 e 11.8. Edificado bifamiliar e multifamiliar (década de 60, século XX) – Lugar da Gandra (Ermesinde)

Rua Eng.º Armando de Magalhães (Ermesinde). Data: Agosto de 2014. Autoria: Maria Inês Coelho (SFRH/BD/80297/2011).


Fogos por edifício residencial
no Lugar da Gandra
F L U P : U N A P S
2014 Oficina do
Mapa
Projecção de Gauss
Elipsoide Hayford (Internacional)
Datum de Lisboa
Coordenadas Militares
Norte
Fogos (n):
23 < 39
13 < 23
5 < 13
2 < 5
1
Sem dados
Outros elementos:
Limite do Lugar da Gandra
Elemento de referência
Edifício permanente
Anexo
0
71 m
* O município de Valongo não possui registos de processo de obras levados a cabo no período anterior a Agosto de 1951.
Fonte: Processos de Obras de Particulares (1951-2013) - Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo, Apoio Administrativo - Secção de Ermesinde.
C. M. Valongo, 2008.
Cartografia: Miguel Nogueira.


Pisos (número) do edifício residencial
no Lugar da Gandra
FLUP:UNAPS
2014 Oficina do
Mapa
Projecção de Gauss
Elipsoide Hayford (Internacional)
Datum de Lisboa
Coordenadas Militares
Norte
Pisos (n):
5
4
3
2
1
Sem dados
Outros elementos:
Limite do Lugar da Gandra
Elemento de referência
Edifício permanente
Anexo
0
71 m
* O município de Valongo não possui registos de processo de obras levados a cabo no período anterior a Agosto de 1951.
Fonte: Processos de Obras de Particulares (1951-2013) - Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo, Apoio Administrativo - Secção de Ermesinde.
C. M. Valongo, 2008.
Cartografia: Miguel Nogueira.



Figuras 11.3, 11.4 e 11.5. Número de fogos e de pisos por edifício residencial e Número de divisões por fogo – Lugar da Gandra (Ermesinde) -1951-2011

Fonte: Processos de Obras de Particulares (1951-2013) – Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo – Apoio Administrativo – Secção de Ermesinde. Consulta e tratamento da informação realizados pela autora. Cartografia: Miguel Nogueira.

Fotografias 11.9, 11.10 e 11.11. Edificado multifamiliar e bifamiliar (década de 70, século XX) – Lugar da Gandra (Ermesinde)

Rua de Cabo Verde (esquerda), Rua de Luanda (centro) e Rua de Bissau (direita) (Ermesinde). Data: Agosto de 2014. Autoria: Maria Inês Coelho (SFRH/BD/80297/2011).

Analisando a intensidade deste movimento, e a das mudanças verificadas no parque habitacional local, observamos também que os modelos de desenvolvimento, entretanto criados, se foram apoiando, essencialmente, em mais alojamentos mas também em mais pavimentos por edifício. Repare-se que, globalmente, no conjunto de edifícios de cariz multifamiliar do lugar existe um maior número de fogos (entre 5 e 39), mais pisos (de 3 ou mais) e pisos com maior superfície, contrariamente ao restante grupo de edifícios (Figuras 11.3 e 11.4), sendo que uma visão ainda mais detalhada nos leva a concluir que, no segmento de edifícios unifamiliares e bifamiliares, predominam os 2 pisos, ao passo que nos edifícios multifamiliares dominam os 4 pisos. Quanto ao número médio de divisões existentes por alojamento, vemos que este se concentra entre 3 a 4 divisões, tornando visível o significado do aumento da dimensão média dos alojamentos na periferia com o progressivo afastamento face ao centro metropolitano (Figura 11.5). A verdade é que, quer nos reportemos à tipologia dos edifícios, quer às características dos alojamentos, reconhece-se que estes traços de transformação são fundamentais porque tanto colocam a tónica na questão da diferenciação espacial e social do mercado de alojamento local e da sua relação com a estrutura fundiária, como na definição dos organogramas funcionais do espaço doméstico. Mais, eles podem ser um indicador do tipo de resposta ou de ação dos promotores no processo de distinção e de reorganização seletiva da oferta de habitação e nos critérios utilizados para a modelação dos vários tipos habitacionais (Conceição, 1999, p. 9; Pereira, 2016, pp.52-62) (Fotografias 11.7 a 11.19).

Fotografias 11.12, 11.13 e 11.14. Edificado multifamiliar e bifamiliar (década de 80, século XX) – Lugar da Gandra (Ermesinde)

Rua de Diu (esquerda), Rua Engenheiro Armando Magalhães (centro), Rua de Cabinda (direita) (Ermesinde). Data: Agosto de 2014. Autoria: Maria Inês Coelho (SFRH/BD/80297/2011).

Fotografias 11.15, 11.16 e 11.17. Edificado unifamiliar e multifamiliar (década de 90, século XX) – Lugar da Gandra (Ermesinde)

Rua Mário Pais de Sousa (esquerda e direita) e Rua da Gandra (centro) (Ermesinde). Data: Agosto de 2014. Autoria: Maria Inês Coelho (SFRH/BD/80297/2011).

Fotografias 11.18 e 11.19. Edificado unifamiliar e multifamiliar (anos 2000) – Lugar da Gandra (Ermesinde)

Rua de Moçambique (esquerda) e Rua Portocarreiro (direita) (Ermesinde). Data: Agosto de 2014. Autoria: Maria Inês Coelho (SFRH/BD/80297/2011).

À medida que, no lugar da Gandra e da sua envolvente, se foi acentuando uma notória tendência de especialização do uso do solo para finalidades predominantemente residenciais, com marcas territoriais claras de alteração na relação entre antigos núcleos de cariz urbano e espaços rurais, é possível verificar que a estrutura do negócio da habitação e da sua promoção também se foi modificando e que aspetos estruturais de mudança, como os que, mais tarde, iriam figurar no setor imobiliário privado português, começam aqui a moldar-se a partir dos anos 50 e 60 do século XX. De acordo com Sandra Marques Pereira, nestas décadas dão-se os passos determinantes no processo de "modernização da casa" oferecida pelo setor privado, por via da sua progressiva profissionalização e do arranque da multiplicação de procedimentos regulamentares e legislativos. E, em paralelo, acrescem importantes mudanças na redefinição morfológica dos edifícios e dos fogos (2016, p.87)[9].

De acordo com os dados disponíveis, fica claro que uma promoção feita quase exclusivamente por iniciativa particular – realizada, em grande medida, por pequenas e médias empresas de âmbito local, mas igualmente por alguns independentes – participou ativamente no processo de ordenamento e produção deste território, tendo, como se percebe, implicações na ordem urbana e na estrutura da propriedade local[10]. As transformações mais evidentes residiram, como vimos, na passagem de um mercado de habitação do tipo artesanal para uma produção mais "industrial" do alojamento em série (numa estratégia de evidente reforço da "mercantilização" do setor imobiliário), mas também na aposta na coletivização e na concentração da área habitável.

[9] Vejam -se, a propósito, as reflexões sobre a generalização da casa moderna na sociedade portuguesa, a partir dos anos 50 do século XX, em Pereira (2016, pp.64-72).

[10] Não só se verificou um fraco peso das cooperativas de habitação – destacando-se apenas a intervenção local da Cooperativa Construtora de Ermesinde (fundada em 1953), da Cooperativa "O Problema da Habitação" (1926) e do "Lar Ferroviário" (criada em 1954) – como foi praticamente nula a intervenção estatal em matéria de investimento habitacional.

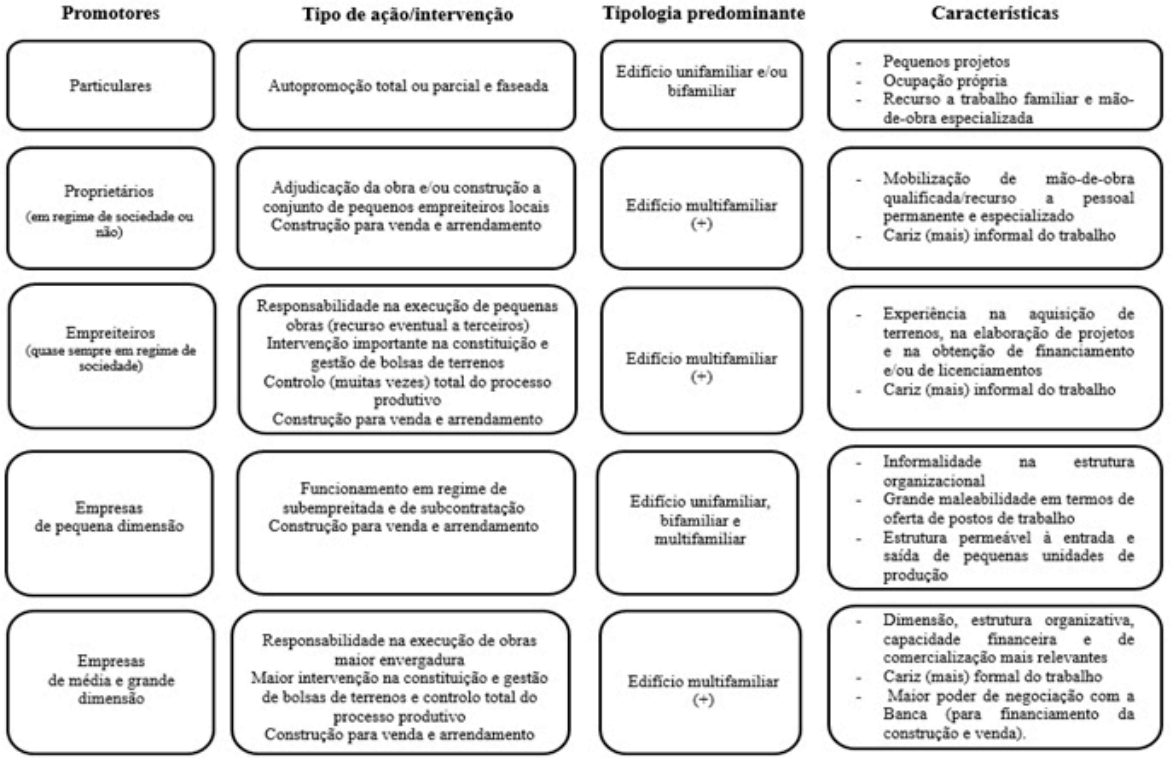


Figura 11.7. Grandes traços do perfil de promotores de habitação local

Quadro elaborado a partir do cruzamento da informação disponível sobre os requerentes dos processos de obras do lugar da Gandra (Ermesinde) e das tipologias desenvolvidas por Matos (2001, p.68, p.489, p.493 e p.500)

Fontes: Processos de Obras de Particulares (1951-2013) – Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo – Apoio Administrativo – Secção de Ermesinde. Entrevistas exploratórias ao Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo (2013) e Entrevistas de Terreno (2014).

Apesar de tudo, num quadro local definido pela preponderância deste perfil de promotores, importa salientar a diversidade de agentes envolvidos, dado que o "campo" de produção da habitação local não deixou de ser dotado de uma estrutura em que foram coexistindo promotores de maior envergadura com outros de menor peso, cujos procedimentos de construção se iam distinguindo (Figura 11.7). Marcada por algum dinamismo, esta estrutura foi fruto de várias lutas desencadeadas pelos vários agentes em torno da conservação e/ou transformação das suas posições na esfera do mercado da habitação (Bourdieu, 1984, p. 10), sendo impossível deixar de olhar para o seu espaço de atuação como um "espaço de poder" e de "configuração relacional" (Elias, 2005, pp.140-143; Mazeres, 1978, pp. 235), face à existência de diferentes estratégias de intervenção associadas a cada tipo de entidade investidora e à sua posição no campo da produção da habitação. Para além das diferenças de interesses entre estes grupos e o tipo e volume de capital detido ou o seu modo de funcionamento e produção, também existiam, entre outras, dissemelhanças claras na sua situação jurídico-técnica, na intensidade tecnológica e nas estratégias de comercialização utilizadas.

Certo é que, de uma forma transversal, este conjunto de agentes se viu amplamente envolvido na aceleração do processo produtivo e nas raízes da promoção do parque habitacional local, em especial durante os anos de 1960 e de 1980, incrementando a construção e canalizando um segmento dos seus investimentos numa área, à partida, mais bem servida em termos infraestruturais e de acessibilidades (perante a boa cobertura de transportes públicos e da rede viária), como é o caso do aglomerado principal da freguesia, constituindo-se um espaço privilegiado de fixação residencial e de outras importantes atividades[11].

Se, a partir dos finais dos anos de 1980, a retoma do processo de mercantilização do setor privado acabou por se complexificar e conduzir a alterações da habitação mais radicais no que diz respeito à composição dos edifícios (acabamentos,

[11] Em matéria de efeitos no edificado, muitos dos atuais arruamentos do lugar seguem a extensão das duas linhas de caminho-de-ferro, o que, do ponto de vista de mobilidade, foi fundamental na transformação do lugar. Mas também se pode confirmar que a rede viária local constituiu, ela própria, um elemento de estruturação do espaço e de limitação urbana (morfológica e administrativamente). Nota-se, de facto, que, em contiguidade com o concelho da Maia, duas das principais artérias do lugar – a Rua D. Afonso Henriques e a Rua Elias Garcia – foram concentrando os aglomerados populacionais mais antigos, tendo a Rua da Gandra, eixo que atravessa área em estudo, e outrora caminho rural, servido como um dos primeiros suportes da iniciativa habitacional, favorecendo o seu povoamento. Além disso, os dois eixos rodoviários principais, juntamente com a Rua Rodrigues de Freitas, formaram um sustentáculo central à rede de transportes públicos, beneficiando nitidamente o desenvolvimento do lugar. Apesar do comboio, numa primeira fase, ter favorecido em muito as deslocações da população local, julga-se que, posteriormente, e perante a ausência do alargamento da rede de caminho-de-ferro, a rede de transportes coletivos rodoviários (Sociedade de Transportes Coletivos do Porto – STCP) terá dado um contributo necessário ao incremento populacional no território.

materiais…) e à própria estrutura do processo produtivo do setor da construção (Pereira, 2016, pp. 90-91) (Fotografias 11.12 a 11.19), interessa, no entanto, não perder de vista nem desvalorizar o valor das especificidades locais na leitura do envolvimento dos promotores de habitação no lugar. Ou seja, é importante ter presente a origem local dos vários agentes em causa – em especial dos empreiteiros e das pequenas e médias empresas – quando pretendemos aferir melhor as efetivas condições de possibilidade de atuação e os efeitos sociais e simbólicos gerados na transformação do território.

Com efeito, segundo a informação coligida (Tabela 11.1), verifica-se uma evidente tendência de enraizamento dos agentes no meio social local – mais de metade dos requerentes dos processos de obras levados a cabo no lugar tinham residência ou sede da sua empresa/sociedade na freguesia de Ermesinde (52,5%). Se, a este dado, adicionarmos aqueles que declaravam ter alguma ligação a outras freguesias do município, como as de Alfena e de Valongo (9,3%), rapidamente se compreende o peso concelhio na distribuição das entidades promotoras (61,8%). Merecedora de atenção será também a circunstância de, no lugar da Gandra, ser relativamente significativa a proporção de agentes que pertencem ao concelho da Maia (18,8%), admitindo-se, nesta matéria, o papel decisivo de fatores como a contiguidade territorial ou até mesmo os limites administrativos[12]. Tudo sugere que, por outro lado, o processo de produção e oferta local de habitação foi sendo muito marcado pela interdependência territorial – repare-se que os requerentes com algum vínculo aos municípios do Porto, de Gondomar e de Matosinhos, no seu conjunto, ainda detinham algum peso na área em análise (14,6%).

[12] É necessário relembrar que, do ponto de vista administrativo, o lugar da Gandra pertence atualmente a duas freguesias contíguas, embora de dois distintos concelhos – a freguesia de Ermesinde (concelho de Valongo) e a de Águas Santas (concelho da Maia). Historicamente, sabe-se que as terras de S. Lourenço de Asmes (designação anterior da freguesia de Ermesinde) estiveram ligadas a este último município e repartiam-se, no passado, pelos mosteiros de Santo Tirso e de Águas Santas.

Tabela 11.1

Localidade dos requerentes associados aos processos de obras – Lugar da Gandra (Ermesinde) – (1951-2011) – (Nº e %)

Localidade	Nº	%
Ermesinde (Valongo)	209	52,5
Maia	75	18,8
Porto	36	9,0
Alfena (Valongo)	33	8,3
Gondomar	15	3,8
Matosinhos	7	1,8
Santo Tirso	5	1,3
Valongo	4	1,0
Vila Nova de Gaia	3	0,8
Melgaço	3	0,8
Marco de Canaveses	2	0,5
Braga	2	0,5
Paredes	1	0,3
Guimarães	1	0,3
Lisboa	1	0,3
Sem informação	1	0,3
Total – Processos de Obras	**398**	**100**

Fonte: Processos de Obras de Particulares (1951-2011), Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo, Apoio Administrativo – Secção de Ermesinde. Tratamento da informação realizado pela autora.

Nota: A presente informação refere-se à localidade registada em cada processo de obra consultado. Esta tanto pode corresponder ao local de residência dos particulares (em regime de sociedade ou não), como à sede da empresa e/ou sociedade (quando tal se verifica).

Sendo certo que a estruturação da fileira destes construtores/promotores levou a que, de uma forma durável, se assistisse à difusão do "habitat em massa", parece-nos ser essencial considerar os efeitos locais na produção da habitação e na determinação do funcionamento do mercado de alojamento. Se o território se torna, gradualmente, um lugar de fixação de vários investimentos, não podemos deixar de observar o papel de ligação destes intervenientes ao local para melhor compreender a forma como o processo de urbanização se foi estruturando ao longo do tempo. Dito isto, e em jeito de contextualização, percebe-se que o forte crescimento da malha habitacional a que assistimos deve ser lido tanto à luz de lógicas institucionais e políticas, como de condições históricas verificadas a nível nacional,

pois estas permitiram, localmente, uma configuração territorial determinada que está muito longe da imagem de "periferia espontânea", tantas vezes amplamente divulgada nos discursos mediático, político e até científico.

A importância das relações locais no lugar da Gandra (1969-2014) num quadro geral de transformação na relação com a habitação

Breves elementos sobre a inserção residencial dos grupos domésticos à luz das mudanças no mercado habitacional português

Ainda que o nosso trabalho tenha procurado promover uma abordagem sociológica que apostasse no estudo do alojamento enquanto espaço essencial à estruturação da vida quotidiana, isto porque não podemos ignorar o seu papel no suporte da análise dos processos socio-espaciais em curso, nem o que este representa, de igual modo, enquanto elemento decisivo na estruturação da relação dos indivíduos com diferentes universos, como o mercado de trabalho, a escola, a vizinhança, o território, etc. (Bonvalet & Bringé, 2010; Cartier et al., 2008; Juan et al., 1997), houve similarmente, entre outros objetivos, a preocupação de perceber o que levou um conjunto de residentes deste lugar[13] a selecionar esta envolvente territorial em particular como espaço de residência – e onde, além do mais, se verificaram importantes alterações no mercado habitacional, na atividade económica e na rede de acessibilidades. Ora, para entendermos estas transições e relações tivemos que examinar quais eram, no passado, as condições de mercado residencial disponíveis.

Se tomarmos por referência o quadro de domínio quase absoluto do arrendamento privado nas duas áreas metropolitanas do país até meados dos anos de 1970, fenómeno que, combinado com o aumento crescente da inflação, provocou modificações significativas neste mercado, percebemos melhor o modo como evoluía, nessa altura, a oferta habitacional local e qual seria o cenário de acesso para muitas destas famílias. Na verdade, contribuindo para a diminuição da oferta habitacional e para o incremento gradual de novas rendas, o domínio deste regime na cidade do Porto permitiu, que, durante uma primeira fase, a descentralização da habitação arrendada ganhasse maior dinamismo nos concelhos periféricos da

[13] De uma incursão intensiva no terreno iniciada em Maio e concluída em Novembro de 2014, foram realizadas 30 entrevistas em profundidade a 31 grupos domésticos. A ideia consistia, de facto, em abarcar um maior leque possível de trajetórias socio-residenciais, precisando, entre os grupos sociais abrangidos, elementos de proximidade e/ou oposição na vivência social local, tendo-se em linha de conta variáveis-chave como a família, a classe social e o grupo socioprofissional, com relevância na entendimento da reconfiguração dos espaços urbanos e na reestruturação dos modos de habitar (Pereira, 2016, p.137).

região do Grande Porto – espaços onde, aliás, a partir da década de 1970, o acréscimo da procura habitacional começa a ser, como sabemos, particularmente evidente (Matos, 2001, p.174). Por isso, e conhecidos os investimentos feitos ao nível das infraestruturas viárias e na rede pública de transportes, é certo que espaços como Ermesinde e, mais concretamente, o lugar da Gandra tenham beneficiado em parte desta tendência de investimento no mercado da construção.

É necessário ter presente que a generalidade dos elementos dos grupos domésticos inquiridos no quadro do trabalho de campo levado a cabo localmente veio residir para esta área durante os anos de 1970 e de 1980, justamente, numa fase em que o regime de arrendamento ainda tinha relevância no mercado de oferta habitacional. Por outro lado, sendo o acesso ao empréstimo bancário, até a esta altura, relativamente difícil, tornar-se proprietário antes dos anos de 1980 era ainda um risco que muitos não queriam, nem podiam correr (Conceição, 2002; Lambert, 2012; Matos, 2001; Melo, 1993; Nunes, 2001). Afirmam os residentes que, num cenário local de forte estímulo à venda, o regime de arrendamento era ainda frequente e generalizado e a ele se associavam vantagens comparativas, que resultavam, desde logo, da prática de valores de renda mais reduzidos (quando comparados com os praticados no centro portuense) e da relação favorável de renda-qualidade que os empreendimentos apresentavam relativamente à promoção feita localmente.

Além do mais, há que atender também ao facto de que, sendo o mercado privado o maior responsável pela oferta habitacional no território em estudo e na sua envolvente, e a representatividade do edificado para a ocupação própria ainda menos significativa do que na atualidade, o próprio panorama de fraca flutuação das rendas, verificado durante muito tempo na região, acabou por servir de garantia a uma certa folga orçamental para algumas destas famílias que vieram residir para o lugar. No entanto, acompanhada, ao longo do tempo, por transformações no plano legislativo, nem sempre suficientes para inverter a tendência de declínio deste mercado, a política geral de arrendamento foi sendo, progressivamente, alvo de um menor investimento na região, tendo o prolongamento do congelamento das rendas originado uma situação de relativa estagnação na relação entre proprietários e locatários. Não obstante continuar a revelar algum peso no mercado habitacional local – uma vez que, de acordo com os residentes, a oferta subsiste, apesar de tudo, moderadamente ativa na atualidade – pode-se dizer que, face à dinâmica do passado, a retração do mercado de arrendamento é, neste contexto residencial, um processo inegável.

O certo é que, sob um cenário que se altera substancialmente a partir das últimas três décadas do século passado – uma vez que a facilitação do tipo de acesso ao empréstimo bancário alcança desde aí maior impacto –, assiste-se, como consequência, a uma política de habitação cada vez mais orientada para a

aquisição de casa própria, assumindo o setor financeiro uma posição-chave nesta matéria.

Além disso, num quadro de alteração das condições de financiamento (e de acesso), e de prevalência da propriedade enquanto regime de ocupação do alojamento e de institucionalização da figura do ocupante proprietário, interessa não descurar o modo como, para lá da banca, vários intervenientes foram interagindo e participando ativamente nesse processo – designadamente, o Estado e as políticas públicas de financiamento e as próprias instituições de seguros e de registo e mediação imobiliária (Magri & Topalov, 1987; Nunes, 2001, pp.83-84). Até porque, num panorama local em que, como é sabido, a política urbana foi quase exclusivamente administrada por agentes da área e atores privados, e não foi igualmente imune às transformações socioeconómicas e institucionais em curso, o entendimento de parte da interseção existente entre os vários participantes põe a descoberto muito do que localmente se sucedeu (e ainda hoje se sucede) na reconfiguração da estrutura económica, urbanística e social do território. Assim, devido ao impacto das políticas de acesso ao crédito habitacional promovidas pelo Estado português desde meados dos anos de 1980, e num contexto posterior de grande dinamismo do crédito habitacional (privado), a maioria das famílias em estudo acaba por beneficiar de condições de (relativo) incentivo ao consumo e à aquisição da habitação.

É preciso, todavia, salientar que este processo tem vindo a ser marcado, no decorrer do tempo, por fortes contradições e desequilíbrios, embora com especial evidência desde a viragem para o século XXI, fase de reconhecido abrandamento na regulação do sistema financeiro, e que culminou numa série de efeitos negativos, em todo o mundo, e, em particular, no período de 2007-2008, devido à chamada crise do *subprime* (Cordeiro Santos et al., 2013, p.8). Perante o facto do segmento de crédito de risco estar sobretudo relacionado com empréstimos para a compra de habitação, a gravidade e extensão desses efeitos serviram de alerta para a tendência visível de insolvência de muitas famílias, e, por isso, alguns entrevistados não deixaram mesmo de sublinhar as dificuldades crescentes com que hoje muitas delas se confrontam no suporte dos encargos com o alojamento, destacando inclusivamente a cada vez menor e enfraquecida capacidade de amortização das suas dívidas. A avaliar pelos depoimentos recolhidos, os residentes acabaram inclusive por assinalar como, nas últimas décadas, tem sido forte o incremento na comunicação das instituições financeiras dos seus vários produtos bancários e da prestação de uma série de serviços.

"Vieram muitos problemas. Endividamento a mais. Também houve muitas famílias que… Os créditos eram muito fáceis de fazer, antigamente. E então aproveitavam e faziam créditos para tudo e mais alguma coisa. (…) Quando foi do [meu] crédito, o banco também perguntou se eu queria fazer mais, que o IRS dava. Podia ter pedido. E, em vez dos 12 ou 13 500 [contos], podia pedir 20 ou 25 000 [contos] e assim, para comprar carro e tudo. Para quê? E depois os juros? E depois a prestação ia para quanto?"

(Grupo Doméstico 1, residente na habitação há 15 anos)

Por outro lado, lendo outros testemunhos, há também indicações de que muitos destes desequilíbrios se fizeram sentir em vários setores da atividade económica, como é o caso do setor da Construção. Depois de uma fase de apogeu, e até de incentivos públicos e privados ao setor, facto que conduziu à própria reestruturação do setor imobiliário, com uma participação forte dos bancos, através da criação do crédito à aquisição, promoção e construção de habitação, existe o reconhecimento de que, no plano económico português, os efeitos da recente conjuntura, particularmente penosa para o setor da Construção, afetaram de forma muito negativa o volume de emprego gerado e o volume de negócios criado pelas empresas, e que as consequências se viram ampliadas em virtude do grande peso que este assumiu historicamente sobre a economia nacional (Matos, 2001, pp. 495). Logo, não é de espantar que alguns dos entrevistados, alguns até com posições privilegiadas nestes campos, enunciassem o notório contraste entre um passado, marcadamente caracterizado por um clima favorável de penetração do capital financeiro da Banca e das seguradoras no setor imobiliário e no financiamento ao setor da Construção, e que até permitiu cobrir algumas das necessidades habitacionais locais diagnosticadas, e um presente representado pela degradação do dinamismo industrial local, da recessão socioeconómica generalizada e da supressão considerável de postos de trabalho, fenómenos também eles associados à própria desvitalização do setor.

"A certa altura, o poder de compra era de tal ordem grande que as pessoas, mesmo sem dinheiro, faziam prédios. Mais tarde, começaram a aparecer muitos construtores que trabalhavam com o dinheiro do banco. (…) E acontece o quê? Agora houve esta triagem, desde que houve isto [o *crash* financeiro], pois, claro, ninguém compra, ninguém vende e a maior parte deles foram todos «por água abaixo». (…) Olhe, um deles até está, que eu fiquei admirado, numa situação bastante periclitante. É, claro, troca-se de carro como quem troca de camisa. Compra-se isto, faz-se aquilo e tal, porque naquele tempo era assim. Destapa aqui, cobre aqui, destapa aqui, cobre aqui. Tudo com o dinheiro dos bancos. (…) Os bancos foram culpados de muita coisa! Eu fiz diversas escrituras em que o próprio empregado bancário dizia: «Mas o senhor não quer levar

mais dinheiro? Veja lá, se quer levar mais. Não quer montar uma cozinha moderna? O senhor não quer comprar um carro?» Era assim que eles falavam. Agora dizem que há muito crédito malparado. Eles é que foram os culpados!"

(Grupo doméstico 16, residente na habitação há 39 anos)

Num cenário geral de transformação na relação com a habitação, com notórios impactos locais, e em que se assistiu a uma política de habitação cada vez mais orientada para a aquisição de casa própria, vimos que o acesso à propriedade habitacional (apesar de concretizado de modo diferenciado) acabou por se generalizar, de forma visível, para a grande maioria das famílias inquiridas. No entanto, é importante destacar que a leitura (breve) de alguns dos principais traços de relação entre elas e a habitação nos permite balizar, de forma concludente, a diversidade de tomadas de posição adotadas pelos seus elementos relativamente aos regimes de propriedade e ao significado que a residência tem tido na estruturação das suas trajetórias (pessoais e coletivas). Ao encararmos várias das determinantes sociais elementares de cada grupo – analisáveis quer pelo quadro valorativo em torno da propriedade, quer pelo conjunto de normas e/ou estratégias de consumo e/ou sua transmissão – identificam-se também os modos de (di)visão que se foram delineando relativamente à posição residencial efetiva no momento da inquirição (Authier et al., 2010, pp.45-46). Entre os grupos mais bem posicionados no espaço social notou-se, globalmente, um percurso residencial mais qualificado ou, então, a presença de determinadas vantagens nos "contornos de acesso" ao regime de propriedade habitacional. Referimo-nos, em particular, aos grupos da *burguesia*, da *pequena burguesia intelectual e científica* e *pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédio*. Por oposição, entre aqueles menos favorecidos, nomeadamente os da *pequena burguesia de execução* e do *operariado*, o acesso foi ora mais tardio, ora mais difícil.

Em todo o caso, tal como tivemos oportunidade de observar, sob esse pano de fundo de alteração de mercado de habitação, e de configuração distintiva dos grupos domésticos no espaço social local, boa parte das circunstâncias contextuais que (no conjunto) estruturaram as tomadas de decisão dos seus vários elementos (em matéria residencial) permaneceu, no período em análise, relativamente transversal em todos eles, assumindo a esfera das relações familiares e a herança das experiências residenciais passadas um papel não negligenciável. Na realidade, a ajuda da família (tanto de origem, como a mais alargada) contribuiu de forma notória para a definição e reorientação de grande parte das trajetórias habitacionais e que, por sua vez, também as redes de relações sociais locais e de sociabilidade (mais ou menos próxima) tiveram uma função muito relevante na respetiva

inserção dos entrevistados no lugar de residência. É, por isso, aconselhável aprofundar o nosso olhar sobre as modalidades de relacionamento e de troca entre as famílias e os promotores, bem como sobre as condições de inclusão destes últimos, de forma a melhor aferirmos as circunstâncias concretas de atuação e os efeitos sociais e simbólicos que daí decorreram na transformação do território[14].

Perante a densidade da estrutura de promoção imobiliária local e da diversidade encontradas – uma vez que ela cobre, na sua composição, elementos que vão desde os particulares, aos empreiteiros locais, às empresas imobiliárias e às empresas privadas de construção – o que é facto é que, cingindo-nos apenas à situação dos grupos domésticos inquiridos, torna-se possível testemunhar que, na sua grande maioria, foram os particulares (proprietários de terrenos em regime de autoconstrução e em regime de sociedade) aqueles que obtiveram maior representatividade no investimento realizado (61,2%), apesar ser apreciável também o peso das empresas privadas locais neste domínio (22,6%) (Tabela 11.2)[15].

[14] Elas merecem, aliás, ser duplamente contextualizadas – de um lado, há que ter presente as condições socio-históricas que permitiram uma dada configuração do mercado de alojamento local e perceber como é que ela é composta; e, do outro, o significado da multiplicidade de práticas e lógicas existentes, quer no "campo da produção imobiliária" local, quer na relação entre este e os grupos domésticos (Lambert, 2012, p.177 e p.208).

[15] Chamamos a atenção que, estando limitados a um corpo de entrevistas reduzido, não quisemos fazer qualquer tipo de generalização. Além disso, estando cientes da diversidade local de fileiras de promoção existentes, consideramos que esta informação (que não esgota a realidade observada) constituiu, apesar de tudo, um ponto de partida importante para identificarmos (com maior acuidade) alguns dos processos de estruturação socio-territorial mais significativos associados à transformação do lugar e percebermos, igualmente, os reais contornos do papel da iniciativa privada na modelação das trajetórias residenciais das famílias inquiridas.

Tabela 11.2

Descrição do perfil dos promotores de habitação (grupos domésticos) – (Lugar da Gandra – Ermesinde) – 2014 – (Nº e %)

Promotores	Nº	%
Particulares proprietários dos terrenos (vários):	9	29,0
Particular (proprietário/a de terreno) [(a)] – (adjudica obra/construção a empreiteiro; recorre a empreiteiro para execução da obra)	7	22,6
Particular (proprietário/a de terreno) – sem mais informação	1	3,2
Particular (proprietário/a de terreno e responsável pela obra) – sem mais informação	1	3,2
Particular (em regime de autoconstrução) (vários):	5	16,1
Particular (em regime de autoconstrução)	4	12,9
Particular (em regime de autoconstrução) – com recurso a terceiros	1	3,2
Particulares (em regime de sociedade) (vários):	5	16,1
Particulares em regime de sociedade (adjudicam obra/construção a empreiteiro)	4	12,9
Particular (em regime de sociedade) – pequena sociedade de construção	1	3,2
Empreiteiro(s) local(ais):	3	9,7
Empreiteiro(s) local(ais) em regime de sociedade – (com recurso a terceiros para execução da obra)	3	9,7
Empresas imobiliárias:	1	3,2
Empresa imobiliária (em regime de sociedade) com entrega de obra a particular	1	3,2
Empresas privadas de construção (várias):	7	22,6
Empresas locais de pequena dimensão [(b)]	**4**	**12,9**
Empresas locais de construção de pequena dimensão	1	3,2
Empresas locais de construção de pequena dimensão (obra adjudicada a terceiros)	3	9,7
Empresas locais de construção de média dimensão [(c)]	**1**	**3,2**
Empresas locais de construção de grande dimensão [(c)]	**2**	**6,5**
Sem informação	1	3,2
Total	**31**	**100**

Fonte: Processos de Obras de Particulares (1951-2013) – Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo – Apoio Administrativo – Secção de Ermesinde; Entrevistas de Terreno (2014); Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31.

[(a)] Incluem-se neste perfil também os particulares que são proprietários do terreno após a compra a terceiro e aqueles que optaram pelo regime de cedência do seu terreno;

[(b)] Correspondem às empresas que, localmente, se dedicam a pequenos projetos ou trabalham em regime de subempreitada;

[(c)] Correspondem às empresas cuja envergadura dos projetos é substancialmente maior (e o número de trabalhadores também), assim como a sua capacidade de comercialização.

Porém, lendo de modo desagregado os dados disponíveis sobre os diferentes perfis em estudo, conclui-se, similarmente, que entre os particulares[16] e os pequenos empreiteiros locais existiu uma relação muito estreita (e até ambígua). É, pois, notória a lógica de interpenetração na prestação (e recurso) de serviços em ambos os intervenientes – algo que entra (totalmente) em consonância com o que sabemos acerca das mudanças que o setor da Construção foi atravessando ao nível regional e das variações de perfis de promoção implementadas, ao longo do tempo, no lugar da Gandra. Um segmento importante deste espaço construído – executado, maioritariamente, entre os anos de 1970 e de 1980 – corresponde, precisamente, ao período em que o mercado habitacional, (tradicionalmente) ancorado no arrendamento do imóvel ou na compra (total e/ou fracionada) e já com algum apoio do crédito bancário[17], se sustentava na realização de contratos realizados ora diretamente com os promotores (também eles frequentemente construtores), ora com os particulares que mobilizavam mão de obra local qualificada e confiavam o trabalho a pessoal permanente e especializado.

O que significa que, não estando perante um conjunto de agentes com uma grande envergadura, sobretudo se compararmos a sua capacidade de resposta (técnica e financeira) relativamente às grandes construtoras ou grandes grupos implementados na região (e, em particular, nas suas áreas mais centrais), ainda assim, daquilo que pudemos apurar, é verosímil afirmar que eles conservaram uma latitude determinante na conduta local de urbanização, mesmo durante uma fase importante reestruturação do setor da Construção. Não é por acaso, aliás, que atendendo às tipologias executadas e às épocas de conclusão do edificado, o regime de trocas de serviços entre particulares e empreiteiros era muito mais notório nas décadas de 1970 e de 1980. Além de que, tendo sido o próprio movimento de expansão da habitação na região, ao longo do tempo, muito suscetível ao espoletar do regime de autoconstrução (legal e/ou clandestina) (Matos, 2001, p. 173), não admira também que, no conjunto de casos analisados, este regime atinja alguma importância em épocas mais distanciadas do que as do período mais intenso de pressão residencial.

> "*Entrevistado:* A Gandra tinha necessidade de crescer porque as pessoas queriam ficar muito próximas da estação de caminho-de-ferro. (…) É a causa que leva à construção em altura. Mais fácil para quem compra, mais económico para quem compra. E os loteamentos passam a andar mais na envolvente à Gandra. (…) Mas também era o custo do solo. O custo era muito mais pequeno, depois tornou-se mais caro,

[16] Tanto os proprietários dos terrenos, como os particulares que investiram em regime de sociedade.

[17] Situação essa que, mais tarde, se generalizou ainda mais com a venda por frações e com entrada de capital financeiro no apoio ao setor.

passou até a haver um bocadinho mais de construção em altura, porque é muito mais rentável. E tem os serviços todos, no fundo, tudo se movimenta na envolvente à estação onde começam a aparecer as primeiras lojas, onde há as lojas de ferragem, há as lojas de vestuário…Está ali tudo. Como a Rua 5 de Outubro… em que começa a aparecer a farmácia, (…)… os médicos, os colégios… Tudo nessa envolvência. No fundo, a Gandra é um ponto de expansão, começa a ser o ponto de expansão da construção… (…)

Entrevistadora: Tem noção de como era o perfil de promotores [de construção] … Mudou muito, entretanto?

Entrevistado: A imobiliária é algo recente, ali era o construtor… era aquele que fazia…tudo. Comprava, construía e vendia. Não havia mais ninguém, não havia intermediários."

(Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística – Câmara Municipal de Valongo – Fevereiro de 2014)

No entanto, e na medida em que, como se sabe, o mercado habitacional local envolve mecanismos de encontro da procura e da oferta sensíveis aos vínculos existentes com o território, entre os vários aspetos de caracterização, interessa não perder de vista a origem local dos vários agentes em causa. À semelhança do que tinha já ficado elucidado anteriormente, a distribuição da residência ou da sede da empresa/sociedade destes agentes foi-se concentrando, em grande medida, no espaço em estudo – o concelho de Valongo (e, especificamente, nas freguesias de Ermesinde e de Alfena) – assim como noutros municípios do Grande Porto, como foi o caso do concelho da Maia (Tabela 11.3). O que permite reforçar a ideia de que, na região, se deu um certo afastamento das pequenas e médias empresas (juntamente com os particulares) face ao centro da cidade do Porto, ficando estas mais remetidas para lotes isolados (do interior e da periferia) do seu tecido urbano e para áreas "artificialmente" desvalorizadas e potencialmente "urbanizáveis" da periferia (Matos, 2001, p.161) [18].

[18] Por outro lado, quando se verifica que, no total de casos observados, existe uma certa diferenciação territorial no perfil de promoção, esta última tendência observada ganha, ainda, maior consistência. Refira-se, por exemplo, que aqueles promotores que declaravam ter alguma ligação com os municípios de Matosinhos e do Porto, na realidade, corporizaram um tipo de configuração promocional menos consentâneo com as características tradicionais do quadro local em questão, preferentemente retratado tanto pela ação intensa dos particulares proprietários dos terrenos, como pela intervenção dos empreiteiros locais ou das empresas privadas locais de construção.

Tabela 11.3

Localidade dos promotores de habitação (grupos domésticos) – (Lugar da Gandra -Ermesinde) – 2014 – (Nº e %)

Localidade [a]	**Nº**	**%**
Valongo	13	41,9
Ermesinde (VLG)	8	25,8
Alfena (VLG)	5	16,1
Grande Porto	11	35,5
Gondomar	2	6,5
Maia	7	22,6
Matosinhos	1	3,2
Porto	1	3,2
Sem informação [b]	7	22,6
Total	31	100

Fontes: Entrevistas de Terreno (2014); Processos de Obras de Particulares (1951-2011), Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo, Apoio Administrativo – Secção de Ermesinde (2013).

[a] A localidade pode referir-se à sede da empresa de construção ou à freguesia/concelho de residência do requerente da obra (particular, construtor; empreiteiro, empresa…).

[b] Os dados relativos à localidade que não têm qualquer informação devem ser lidos cum cuidado pois, mesmo estando quase certos que a origem estará muito vinculada ao território, o facto de se reportarem quase exclusivamente a construções anteriores a Agosto de 1951 – momento a partir do qual o município de Valongo passa a registar todo o tipo de edificação realizada por particulares – não nos permite assegurar com rigor a origem do promotor.

Em complemento, um entendimento mais esclarecido sobre os arranjos socio-territoriais em curso deve passar por focar também as circunstâncias de atuação destes promotores. Para delimitar aqueles que nos parecem ser aspetos decisivos no processo de expansão urbana – e que nem sempre são suficientemente examinados quando se tenta discutir a complexidade subjacente às respetivas logicas (institucionais e informais) – será pertinente enunciar, brevemente, alguns elementos adicionais sobre o estado de oferta imobiliária local e das ingerências a que esta tem estado sujeita.

Um dos aspetos a evidenciar diz respeito, desde logo, às margens de manobra institucionais que estes agentes, em concreto, foram granjeando no decurso do tempo. É necessário, pois, estar atento às "micro-hierarquias" que estabeleceram no processo de gerência do crescimento urbano local e às suas influências na concretização de determinadas operações imobiliárias. Isto porque, num cenário de grande aceleração do setor da Construção – e em que, como é sabido, sobre a

freguesia de Ermesinde recaiu um incremento populacional verdadeiramente notável, ao qual foi preciso dar resposta – a relação de proximidade destes agentes com a autarquia (e com seus técnicos) foi, efetivamente, dominante num quadro de expansão imobiliária que se queria ver desenvolvido. Ao contrário da noção de "periferia espontânea" tão frequentemente divulgada a respeito da avaliação feita destes espaços, parece-nos ser decisivo reconhecer o papel dos efeitos locais em matéria de urbanismo e de "gestão dos assuntos urbanos" e as características das várias fileiras de produção (e a sua importância) de acordo com as épocas em que elas se foram organizando (Lambert, 2012, pp. 85-90).

Aliás, alguns dos relatos recolhidos apontam, exatamente, para o entendimento generalizado, entre residentes e não só, de que o espaço residencial em estudo cresceu à custa das negociações informais entre os vários intervenientes e das assimetrias presentes nas relações de força entre as várias fileiras. Apesar de se manifestarem numa escala micro, tornou-se visível que estas negociações, quase sempre traduzidas no "contorno" dos procedimentos regulamentares embrionários ou ainda por circunscrever – designadamente, na definição de dimensão máxima e mínima dos imóveis e no seu alinhamento; no recuo da construção em relação aos arruamentos; na emissão de licenças de utilização comercial do espaço e na realização de vistorias das condições de habitabilidade; etc. –, tiveram influência nas condições de habitar e de viver o lugar por parte dos seus moradores.

> "Nós vamos ver, a Rua de Bento Jesus Caraça, prédios que tem um estabelecimento por baixo, que entrou como garagem…mas já estão ao nível da rua. Esses tais em frente ao centro de saúde, esses estabelecimentos estão como garagens e eles têm quatro andares. Seria rés-do-chão e três. Mas (…) o projeto entrou como garagem com uns compadrios na Câmara e fizeram aquilo. (…) Isto está assassinado. Isto porque obrigava a ter elevador e o projeto entrou como rés-do-chão e três na Câmara… A minha irmã vive num apartamento que é um segundo andar, mas que se formos a ver equivale a um terceiro…E ela tem já muitas dificuldades com as escadas."
>
> (Grupo doméstico 11, residente na habitação há 25 anos)

> " *Entrevistada*: (…) Acho que mais a partir dos anos [de 19]90 é que começaram mesmo [a vir] aquelas grandes firmas… Até então, eram, digamos, os pequenos sócios. Pequenas firmas que, às vezes, se juntavam… (…) Pessoas que, às vezes, juntavam um ou outro amigo, faziam uma sociedade e mandavam construir o prédio. Que eles nem sequer… eles não tinham os alvarás. E os particulares com as suas moradias. (…) Mas trabalhou-se sempre muito. Todos os dias havia muitos processos que tinham que ir para Valongo (…) muitos processos com a informação técnica, para passar alvarás de construção, (…) de utilização, propriedades horizontais, quer dizer, isso… Alguns anos (…) foi-se acentuando mais e as pessoas que trabalhavam cá eram as mesmas. (…) Às vezes, os construtores estavam aflitos, precisavam da licença de obras para começar a

obra e a gente até fazia, pronto, andávamos a correr para que eles tivessem a licença mais cedo. (…) Fazíamos todos os possíveis, mas também se não fosse possível não era… (…) Antigamente, bastava ter um técnico a assinar um projeto e uma memória descritiva e um desenhozinho de arquitetura, ou como eles chamavam, um risco… Que era assim que era chamado, um risco de arquitetura e pouco mais.… Depois, nos anos [de 19]80,..., já começou a existir o projeto de águas, saneamento e … águas pluviais, pronto, finais de [19]80..., já começou a haver o projeto contra incêndio… O [controlo] térmico… pronto, foram evoluindo até hoje… Hoje, um processo tem várias pastas, não é? (…)

Entrevistadora: O processo foi sendo mais burocrático, então?

Entrevistada: Há mais, muito mais! Muito mais! Antigamente, não. Antigamente, por exemplo, a pessoa pedia para construir, construía e… depois não vinha pedir a licença de utilização, ninguém controlava isso. Por isso é que existem tantos processos sem licenças de utilização."

(Secção de Apoio Administrativo de Ermesinde – Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Valongo – Dezembro de 2013)

Num lugar onde a articulação público-privado se fez de modo desigual, e onde nem sempre se acautelaram dimensões como o equilíbrio ambiental, a qualidade funcional habitacional ou o respeito pela envolvente (Portas, 1997, pp. 258-260), parece-nos inevitável atender às repercussões que as políticas de planeamento (ou a ausência delas) provocaram na configuração real (mas também construída) da paisagem em meio urbano. Tomando em linha de conta a avaliação geral feita acerca do espaço, e em particular acerca do processo de expansão do edificado local, não é fácil deixar de evidenciar aquele que foi visto como o legado de um modelo "desordenado" de intervenção no território e que preocupou (e ainda preocupa) os seus moradores. A referência predominante dos moradores é, então, a de uma imagem passada globalmente mais positiva (e significante) da área de residência, tomando, atualmente, a discussão sobre o lugar, a cidade e a sua organização sócio-espacial um carácter de algum inconformismo, pois aspetos como a sobreocupação do território, a desordem do tecido urbano ou a degradação do parque habitacional e das vias são, praticamente, lidos como características irredutíveis do espaço.

Entre o período que mediou o arranque da expansão imobiliária e a fase de saturação de edificado local, como vimos, existe a noção, entre os moradores (e não só), de que, num panorama de procura habitacional como aquele a que se assistiu, o papel do poder municipal foi, realmente, ténue face a uma estratégia primordial

de obtenção de lucro e de (consequente) viabilização dos investimentos realizados pelos promotores (globalmente beneficiados pela fraca regulamentação geral existente nessa altura) (Bourdieu & Christin, 1990, p. 65).

Ao mesmo tempo, e retomando a avaliação das condições de acesso ao alojamento, a informação recolhida sobre o cenário residencial permite-nos ressaltar um outro aspeto relevante, que se prende com o facto de a própria família (de origem e alargada) e as redes de sociabilidade jogarem um papel não negligenciável na mediação com o campo da produção da habitação – e, como veremos, com o próprio quadro social local, mais sensível, no passado, à influência das relações de interconhecimento no território. Tal como pudemos constatar, muitos dos trajetos habitacionais e de aquisição e/ou acesso à residência destes agentes mostraram-se quase "inseparáveis" da matriz de relações de parentesco estabelecidas, sendo este tipo de entreajuda possível, em grande medida, graças, por um lado, aos investimentos familiares feitos em capital económico e patrimonial, à angariação de bens fundiários por parte dos ascendentes ou à cedência de imóveis; e, por outro, à inserção privilegiada da família de origem no campo local de construção. Em algumas situações, os promotores pertencem (ou pertenciam) às próprias redes familiares ou às redes de interconhecimento familiar, circunstância que nos ajudou a compreender algumas das "escolhas" residenciais feitas pelos grupos domésticos. Nestes casos, os laços existentes foram-se consubstanciando, ao longo do seu ciclo de vida, em meios eficazes na transmissão intergeracional de vários recursos sociais.

Por outro lado, não podemos perder de vista, similarmente, os conhecimentos e as competências relacionais demonstrados pelos amigos ou até outros elementos das redes sociabilitárias no contexto local. A própria circulação de informações acerca do edificado (como as condições construtivas, os aspetos arquitetónicos e custos associados) foi, juntamente com o peso simbólico dos referenciais antecedentes ligados à casa, ao terreno e ao espaço das sociabilidades de proximidade, essencial no processo hierarquização do acesso. Os esforços ocorrem no sentido de se evitarem perdas e, de algum modo, se salvaguardarem as oportunidades (socialmente construídas) de acesso, retirando determinado benefício. Além de que essa mesma solidariedade (ou relação de "confiança") resulta da própria situação de proximidade (social) muitas vezes existente ou de uma afinidade valorativa no espaço das relações de interconhecimento. Os laços de amizade e vicinalidade, ao exercerem o seu peso na "entrada" dos agentes no contexto residencial, não deixaram de refletir, portanto, a relevância das lógicas locais nos contextos de distribuição do mercado de alojamento. E, em paralelo, acabam por dizer muito do relevo que, enquanto estratégias de mobilização e amplificação de trocas, as modalidades (de maior menor extensão) de capital social assumem na relação prática dos diversos grupos com a habitação (Bourdieu, 1980, p.3 e p.6).

"*Filha:* A venda deste apartamento [onde a mãe se encontra atualmente], por acaso, foi por intermédio, por conhecimentos… Por acaso, o dono dele, filho único, na mesma como eu, o pai dele também era ferroviário, era colega do meu pai.

Mãe: Colega também. (…)

Filha: E nós viemos a saber. Foi-nos… deram-nos a conhecer este negócio e depois viemos a ver que tinha elos de ligação e que conhecíamos o proprietário.

Mãe: Já a outra casa foi igual."

(Grupo Doméstico 7, residente na habitação há 2 anos)

"*Pai:* Eu comprei aqui apartamento, porque este edifício foi construído pelo meu pai, juntamente com outros sócios. Foi esse o motivo de eu comprar cá porque eu não tinha dinheiro. (…) (…) Este foi o primeiro edifício que a sociedade construiu. Então o meu pai era: «Não queres comprar um apartamento lá [em Portugal]?» Eu disse: «Com que dinheiro?» E ele assim: «Compra e depois vê-se.» Como quem diz: «Se não puderes pagar, depois eu assumo e depois ou vende-se ou qualquer coisa do género.» (…) Optámos por vir para cá. Passados uns dias de eu ter comprado cá, o meu sogro, também não era burro, disse assim: «Ainda há algum apartamento lá?» E eu disse: «Olhe, há um, só que é um T4, não é um T3, é um T4.» (…) E ele comprou este apartamento [onde se realizou a entrevista]. O meu é o de cima. Este é o de baixo. (…) […] A minha irmã também comprou, por cima do meu. Quer dizer… (…) Cada um fez o seu investimento. Por isso, é que comprámos aqui nesta zona."

(Grupo doméstico 23, residente na habitação há 28 anos)

Mas, quando nos deparamos com o tipo de mediação mais formalizada, isto é, menos dependente ou mesmo ausente de relações de parentesco, de amizade ou de conhecimento (essencialmente, por via de gestão imobiliária ou contacto direto com proprietário/empreiteiro), ainda assim, convém reforçar a ideia de que, quer por força das práticas de trabalho rotinizadas no território e do enraizamento dos requerentes/promotores de construção – que durante um período de alargado de tempo foram dinamizando o mercado de alojamento –, quer mesmo pelo papel seletivo do agente imobiliário ou do "intermediário", cuja mobilização foi também ela sendo realizada em torno das disposições e das aspirações dos agentes em relação à habitação (Bourdieu, 2001), não podemos deixar dar importância, na definição dos sistemas de relações sociais locais, ao jogo de "sedução" que se

estabeleceu entre ambas as partes (e que lhe confere um carácter de flexibilidade e incerteza).

> " (…) Não era muito fácil arranjar uma casa para alugar porque as pessoas… estes prédios novos que os construtores estavam a fazer, a maior parte deles era tudo para venda. Mas foi fácil da parte do banco, claro. Tudo tranquilo. (…) Eles eram dois irmãos [empreiteiros] a trabalhar e mais dois ou três empregados, não tinham mais ninguém. Levantaram isto tudo. (…) Falei com eles (…): «Olhe, existe algum?», Porque eles estavam a começar a pensar fazer já outro para aqui, tinham acabado o de lá. E eles: «Já, já estão todos cheios, só temos aqui um para venda.» Eu estava interessado em comprar um e foi logo: "Olhe, se puder comprar, a gente trata disso, dos papéis e coisa…» E, então, comecei logo a falar com eles. Atenderam-me logo. Entretanto: «Olhe, então, marque…» Um deles tinha que vir na segunda-feira ao banco, no *Totta*, eu trabalhava aqui no *Totta & Açores*, que ficava ali ao pé dos Bombeiros. E assim foi."
>
> (Grupo doméstico 26, residente na habitação há 38 anos)

> "Ora bem, os meus pais (…) são retornados…Quando vieram para Portugal, estabeleceram-se em Pinheiro da Cruz, fica à beira de Santiago de Cacém…. (…) Ainda ficaram lá algum tempo e em setenta e oito vêm para cá. A minha mãe era enfermeira e veio para o Hospital de São João. (…) Inicialmente, o meu pai era para ir… e graças a Deus que… Ele, inicialmente, era para ir para as Saibreiras [lugar onde se encontra um bairro social, muito próximo do contexto residencial] e graças a Deus não foi lá morar. Gostou muito lá da casa, sim, era baratinha, mas a minha mãe disse: «Ah, C., não gosto muito desse sítio.» Depois houve um agente imobiliário que o aconselhou a vir para a praceta [de Moçambique], porque na praceta [de Moçambique] antigamente só havia dois, três prédios e era um zona de árvores, de… Era uma zona bem vista… Um lugar para se fazer piqueniques, as pessoas ainda faziam lá piqueniques, veja lá [risos] …"
>
> (Grupo Doméstico 21, residente na habitação há 2 anos)

Embora possamos reconhecer sempre o poder discricionário da mediação de acordo com o perfil do interessado – na medida em que, tendencialmente, se verifica que o acesso é mais favorecido, quanto maior for a dotação financeira e o conhecimento técnico do possível adquirente (Lambert, 2012, pp.354-357) – no quadro da estrutura de probabilidades, notamos que as estratégias de mobilização acabaram por estar confinadas a índices de negociação (circunstancialmente) delimitados, de forma a dar resposta aos vários interesses.

Notas conclusivas

Tomando o caso de Ermesinde no contexto dos processos de expansão (sub) urbana e de densificação habitacional da região do Grande Porto, sob o cenário nacional de transformação na relação com a habitação – em que, como vimos, a evolução do mercado de arrendamento e a generalização progressiva do acesso à propriedade marcaram, de forma inevitável, o quadro de redistribuição das estratégias de inserção, consumo e usos residenciais dos grupos domésticos inquiridos –, quisemos, com este exercício de análise sobre a recomposição socioterritorial do lugar da Gandra, aceder às diferentes práticas e lógicas existentes, quer no "campo da produção imobiliária" local, quer na relação entre este e os grupos domésticos à luz das condições socio-históricas que permitiram uma dada configuração/composição do mercado de alojamento local (Lambert, 2012).

Julgamos ser fundamental, a partir do caso concreto deste contexto residencial, não omitir aquele que foi o papel pouco ativo de atuação institucional do Estado na resolução do défice habitacional, dando destaque ao peso da matriz de edificação privada no processo de urbanização. Reconhecendo-se o grande peso na transformação do espaço rural periférico e na promoção da habitação (quase integralmente) por parte da iniciativa privada, verificou-se que o papel do Estado (central e local) se traduziu essencialmente, no decurso do tempo, nas funções de regulação ou de orientação de particulares e de técnicos responsáveis pelo licenciamento do edificado urbano e, mesmo assim, o desempenho de tais tarefas nem sempre se revelou particularmente fácil, deixando antever o alcance limitado da sua atuação.

Ao procurar desenvolver um olhar mais afinado acerca dos arranjos territoriais locais, identificando-se, de um lado, as "micro-hierarquias" que estabeleceram no processo de gestão do crescimento urbano local e, do outro, as principais competências relacionais demonstradas pelos familiares e outros elementos das redes sociabilitárias no acesso ao alojamento, o presente capítulo tentou ao mesmo tempo, e sem perder de vista as próprias transformações sentidas no setor da Construção (em especial até aos anos de 1990), suscitar alguma reflexão sobre a importância da relação entre os próprios moldes de processo de expansão urbana e os de configuração das relações sociais locais (Tissot, 2008 e 2011).

Referências Bibliográficas

Authier J., Bonvalet, C. & Lévy, J. (2010). *Élire domicile: La construction sociale des choix résidentiels*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.

Beça, H. (1921). *Ermesinde: Monografia histórico-rural*. Porto: Companhia Portugueza Editora.

Bonvalet, C. & Bringé, A. (2010). Les trajectoires socio-spatiales des Franciliens depuis leur départ de chez parents. *Temporalités*, *11*.

Bourdieu, P. & Christin, R. (1990). La construction du marché [le champ administratif et la production de la «politique du logement»]. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *81-82*, mars, L`économie de la maison, 65-85.

Bourdieu, P. (1980). Le capital social. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *31*, jan., 2-3.

Bourdieu, P. (1984). Espace social e genèse des «classes». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 53-53*, juin, 3-14.

Bourdieu, P. (2001). *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget.

Cartier, M., Coutant, I., Masclet, O. & Siblot, Y. (2008). *La France des 'petits-moyens': Enquête sur la banlieue pavillonnaire*. Paris: La Découverte.

Coelho, M. I. (2017). *Recomposição do Território e Estruturação do Quotidiano no Grande Porto. Sociologia de um lugar de Ermesinde: Gandra (1950-2014)* (Tese de doutoramento não publicada), FLUP, Porto, Portugal.

Conceição, P. (1999). O licenciamento da habitação na Área Metropolitana do Porto (1994-1997). *Estatísticas e Estudos Regionais*, *19*, 15-30.

Conceição, P. (2002). Dinâmicas de expansão da habitação na região Norte: Uma análise dos resultados preliminares dos Censos 2001. *Revista de Estudos Regionais*, *23*, 31-49.

Cordeiro Santos, A., Costa, V. & Teles, N. (2013). A economia política do consumo e do crédito às famílias: Um contributo interdisciplinar. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *101*, 9-38.

Dias, M.A. & Pereira, M.C. (2001). *Ermesinde: Registos monográficos*. Volumes I e II. Valongo: Câmara Municipal de Valongo.

Elias, N. (2005). *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70.

Juan, S., Largo-Poirier, A., Orain, H. & Poltorak, J. (1997). *Les sentiers du quotidien: Rigidité, fluidité des espaces sociaux et trajets routiniers en ville*. Paris: L`Harmattan.

Lambert, A. (2012). «Tous *propriétaires!» Politiques urbaines et parcours d`accédants dans les lotissements périurbains (1970-2010)* (Tese de doutoramento não publicada), EHESS, ENS de Paris, França.

Magri, S. & Topalov, C. (1987). De la cité-jardin à la ville rationalisée: Un tournant du projet réformateur. Étude comparative France, Grande-Bretagne, Italie, Etats-Unis. *Revue française de sociologie*, *28*, 3 (Juillet-Septembre), 417-451.

Matos, F. L. (2001). *A habitação no Grande Porto: Uma perspetiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*. (Tese de doutoramento não publicada), FLUP, Porto, Portugal.

Mazeres, J. (1978). La région: espace de pouvoir ou espace des pouvoirs? In J. Chevallier et al., *Centre, périphérie, territoire* (pp.229-290). Paris: Presses Universitaires de France.

Melo, C. (1993). *Habitação na Região Norte (1981-1991)*. Lisboa: INE, DRN.

Nunes, J. P. L. O. (2001). *Florestas de cimento armado: Os grandes conjuntos residenciais e a constituição da metrópole Lisboa: 1955-1981* (Tese de doutoramento não publicada), FCSH-UNL, Lisboa, Portugal.

Paddison, R. (org.) (2000). *Handbook of urban studies*. London: Sage Publications.

Pereira, S. M. (2016). *Casa e mudança Social: Uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa*. (2ª edição). Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Portas, N., Domingues, A. & Cabral, J. (2007). *Políticas urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Salgueiro, T. B. (1992). *A cidade em Portugal: Uma geografia urbana*. Porto: Afrontamento.

Salgueiro, T. B. (2001). *Lisboa: Periferia e centralidades*. Oeiras: Celta Editora.

Soares, J. (2008). *Ermesinde: Memórias da nossa terra*. Ermesinde: Junta de Freguesia de Ermesinde.

Tissot, S. (2008). French Suburbs: A New Problem or a New Approach to Social Exclusion?. *Working Paper Series*, *160*, 2-10. Strasbourg: Center for European Studies.

Tissot, S. (2011). *De bons voisins: Enquête dans un quartier de la bourgeoisie progressiste*. Paris: Raisons d'agir.

Vázquez, I. (1992). *O processo de suburbanização no Grande Porto: A evolução da cidade do Porto e estruturação territorial nos concelhos periféricos* (Tese de doutoramento não publicada), FEP, Porto, Portugal.

Capítulo 12

O Estado em dois estados. Ação administrativa e ação económica na formação dum mercado imobiliário em Matosinhos: O caso da comissão de 1 de março de 1996

Tiago Lemos

A génese de *Matosinhos Sul* (MS), enquanto 'realidade' territorial, social e simbólica, está amplamente associada à formação de um mercado imobiliário à sua escala geográfica[1]. Neste capítulo, apresenta-se uma leitura sociológica sobre uma estratégia muito específica colocada em prática por aquele que defendo ser o ator central na organização deste espaço de trocas imobiliárias: o Estado, em particular à escala do poder local. A estratégia em análise diz respeito à realização duma 'comissão', que permitiu o arranque da trans-formação de *Matosinhos Sul*, ao ajustar os regulamentos dos planos de urbanização às *disposições* de diferentes agentes. Os dados recolhidos a este propósito mostram que a 'flexibilização' dos regulamentos construtivos não foi uma conquista do universo privado sobre o Estado, mas uma *possibilidade* concedida pelo Estado ao universo privado. É este processo de gestão política e administrativa associado à consolidação de um mercado imobiliário em MS que se analisa neste texto.

[1] Este trabalho resulta da reescrita de um dos subcapítulos da tese de doutoramento intitulada "L'espace comme croyance. La formation du quartier de Matosinhos Sul", que defendi a 26/11/2018 na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Este trabalho foi resultado de uma cotutela entre a faculdade francesa e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em que os professores Christian Topalov e Virgílio Borges Pereira orientaram, respetivamente, a pesquisa nestas instituições. A realização deste doutoramento foi financiada pela FCT através da bolsa com a referência SFRH/BD/79771/2011. Uma primeira versão deste texto foi publicada em *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, número temático de 2019.

Terá sido por volta de 1992 que a Câmara Municipal de Matosinhos (CMM) publicou um dos primeiros documentos oficiais[2] onde se pode ler a toponímia "Matosinhos Sul"[3] e observar o primeiro recorte geográfico a que se referiam estas palavras. Neste texto oficial inaugurou-se MS como *categoria de ação* (Roncayolo, 1990; Topalov, 2008) política e lançaram-se as primeiras condições burocráticas para uma reforma urbanística a realizar sobre esta circunscrição. Lê-se no documento que MS ocupa uma área de cerca de 100 hectares e se situa no extremo sudoeste do concelho de Matosinhos. Este posicionamento geográfico coloca MS numa frente marítima e na fronteira com a cidade do Porto (Figura 12.1).

Algumas propriedades desta parcela justificaram uma proposta de renovação urbana. Neste início de 1990, o panorama social, simbólico e construtivo desta *nova* área está próxima desta imagem: antigas fábricas de conservas encerradas e em estado de degradação preenchem muitos dos seus quarteirões; as poucas indústrias ainda em atividade no local são poluentes e lançam maus odores; a prostituição tem o seu espaço nas ruas; sobrevivem, contudo, alguns espaços com funções de armazenagem, assim como algumas oficinas de automóveis; contam-se, ainda, algumas habitações unifamiliares e um pequeno número de edifícios de apartamentos. Peças jornalísticas, crónicas, monografias, registos fotográficos e as memórias de alguns entrevistados atestam este retrato[4].

[2] Trata-se do Plano de Urbanização de Matosinhos, publicado nesta data e sob a alçada do município.

[3] Esta toponímia aparece recorrentemente com a configuração 'Matosinhos-Sul'.

[4] No âmbito desta pesquisa foram entrevistados cerca de 90 indivíduos com diferentes regimes de ocupação em MS: habitantes, ex-habitantes, habitantes-comerciantes, comerciantes e empregados comerciais.

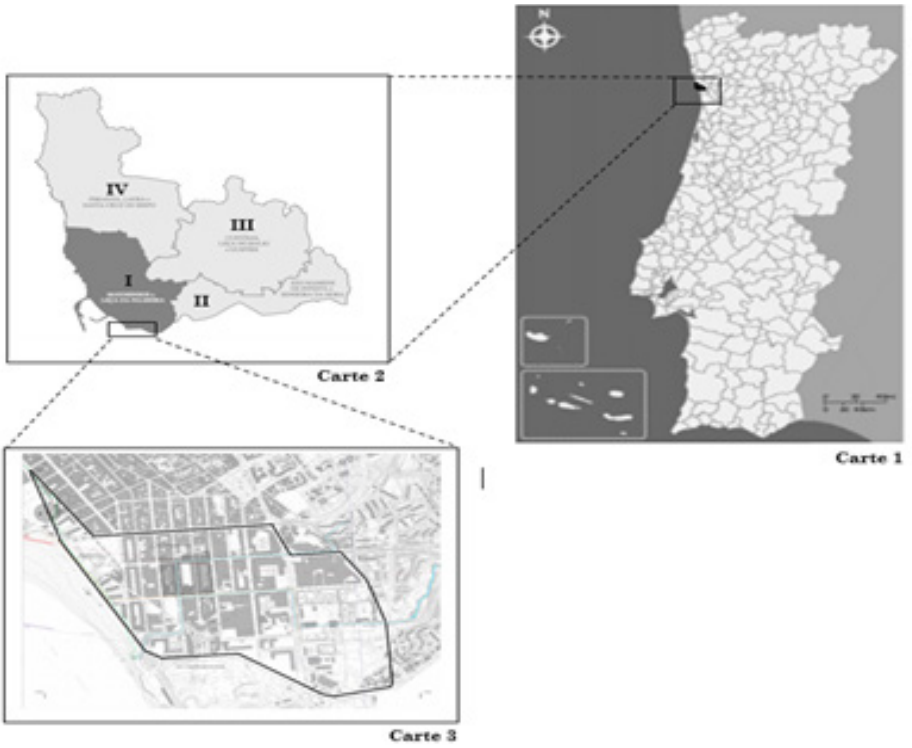


Figura 12.1 Posições geográficas do Município de Matosinhos, da União das Freguesias de Matosinhos e de Leça da Palmeira e da circunscrição administrativa de Matosinhos Sul

Legenda: `Carte 1´ – Posição geográfica do Município de Matosinhos em Portugal. Fonte: https://www.visitarportugal.pt/distritos/d-porto/c-matosinhos; `Carte 2´ – Uniões de Freguesias (UF) que dividem o Município de Matosinhos [I.UF de Matosinhos e Leça da Palmeira; II. UF de São Mamede de Infesta e da Senhora da Hora; III. UF de Custóias, Leça do Balio e de Guifões; IV. UF de Perafita, de Lavra e de Santa Cruz do Bispo]. Fonte: http://www.jf-matosinhoslecapalmeira.pt/pages/155; `Carte 3´ – Circunscrição administrativa de Matosinhos Sul (aproximação) [contempla dois planos de gestão do solo (Plano de Pormenor da Gist Brocades/2006 e Plano de Urbanização de Matosinhos Sul/2011)]. Fonte: http://ssaigt.dgterritorio.gov.pt/i/Planta_de_condicionantes_28744_1.jpg (adaptado)

Outras fontes, da mesma natureza das anteriores, e às quais se podem juntar alguns artigos científicos, defendem que esta imagem representa o culminar do instável contexto político e económico sobre o qual assentou o setor das indústrias conserveiras nacionais (ver Amaro, 1982; Madureira, 1998; Reis, 1984). A área agora denominada por MS representou uma grande parte do parque industrial conserveiro de Matosinhos, que terá começado nos últimos anos do século XIX e encontrado os últimos momentos em redor dos anos de 1970 (Cordeiro, 1989; Nunes, 2003; Tato, 2008) (Figura 12.2 e Fotografia 12.1).

Figura 12.2 Vista aérea da primeira linha e segunda linhas costeiras da área hoje nomeada Matosinhos Sul

Na primeira linha, unidades fabris ainda em funcionamento; na segunda linha, alguns edifícios já em ruínas (imagem retirada de artigo de jornal, sem datação). Estima-se que a foto terá sido obtida nos últimos anos da década de 1980. Fonte: *Jornal Matosinhos Hoje*, 1997.

Fotografia 12.1 Imagem dos novos condomínios instalados na primeira linha costeira

Fotografia obtida a partir do areal da praia de Matosinhos. Ano: 2014. Autoria: Tiago Lemos (SFRH/BD/79771/2011).

As condições encontradas pela autarquia por volta do final da década de 1980 e início da de 1990 nesta zona abrem espaço para a sua redefinição urbana, sociográfica, simbólica e linguística. O poder local dá os primeiros passos neste processo de trans-formação: circunscreve administrativamente a área, nomeia-a e redefine o seu carácter funcional e urbanístico através de planos. Mas, dada a amplitude do projeto, a sua realização não pode ficar exclusivamente a cargo do poder local. A promoção privada é chamada a participar.

O recrutamento de investidores não é fácil, contudo. O primeiro plano realizado à escala de MS, que data de 1993, apresenta uma série de constrangimentos ao olhar de promotores imobiliários, arquitetos e urbanistas. Nos anos que seguem a apresentação deste plano, é impossível encontrar as condições necessárias à formação do 'espaço de produção de oferta imobiliária': a construção do mercado imobiliário que transformaria aquela área torna-se assim inviável.

No entanto, o Estado sabe contornar o impasse. À escala local, o aparelho estatal coloca em prática uma série de estratégias políticas e burocráticas que, simultaneamente, desbloqueiam o avanço da reforma e gerem a consolidação e a reprodução dum mercado de imóveis em MS. Nos parágrafos que se seguem, apresento e discuto uma das estratégias que julgo ter sido fundamental em todo este processo, repito: a realização de uma (proto) *comissão*. Através dela, e num primeiro momento, a autarquia neutraliza as divergências que resultam das diferentes disposições dos atores engajados na produção da oferta imobiliária de MS – executivo e técnicos municipais, arquitetos, urbanistas e, evidentemente, promotores.

Num contexto onde a 'flexibilização' dos regulamentos de urbanização se revelou como a estratégia acordada pela maioria das partes implicadas na produção de oferta imobiliária, é, com alguma surpresa, o Estado, sobretudo à escala local, que a autoriza, aplica e arbitra.

Dois tipos de fontes foram mobilizadas na definição do ponto de vista que aqui apresento: documentos oficiais e peças jornalísticas. Os primeiros encontram-se na Biblioteca Municipal de Matosinhos e/ou em suporte digital na internet; as segundas, também estão disponíveis na internet ou nas estantes e arquivos da mesma biblioteca. Quanto às datas dos documentos analisados: para a tese que suporta este capítulo, entre os finais dos anos de 1990 e 2016; para o que aqui se discute, o final é encurtado até ao ano de 1996.

Caixa 12.1: Uma nota conceptual. O campo de produção de oferta imobiliária de *Matosinhos Sul*

Quando nos deparamos com universos altamente autonomizados e/ou historicamente sedimentados (*e.g.* poder, académico e artístico), o recurso ao conceito bourdieusiano de *campo* é mais 'evidente'. No caso dos intervenientes no processo de reconversão urbanística de MS, e das relações que estabeleceram entre eles, a utilização do conceito não foi imediata. Só após a análise de diferentes documentos é que observei que a definição das condições da oferta eram o resultado do confronto e da concorrência de diferentes agentes num determinado momento e sobre um determinado aspeto da realidade social, e não da cumulatividade das tomadas de posição isoladas dos sujeitos e instituições envolvidos na reconversão de MS.

Na análise a alguns momentos centrais na definição do futuro de MS observou-se, por um lado que as tomadas de posição de agentes, cuja *ethos* nem sempre era concordante (política, económica, arquitetónica e urbanística), eram dependentes umas das outras – a definição dos princípios de ação que a cada momento orientaram as diferentes operações urbanísticas resultou de negociações entre as diferentes esferas sociais. Por outro lado, tornou-se evidente que todos os agentes, cuja presença foi possível averiguar, partilhavam um "certo número de interesses fundamentais" (Bourdieu, 2002, p.115), por exemplo, o 'lucro' (seja ele, como se económico, simbólico ou burocrático). A estes dois factos é preciso juntar o relevante inventário de alguns capitais que foram mobilizados pelos agentes deste campo de produção de oferta de imóveis em MS no decurso desta reforma (e.g. capital económico, burocrático e jurídico, técnico e simbólico).

É nestas condições teóricas e empíricas que a cartografia das relações estabelecidas no interior do *campo de produção de oferta de imóveis* auxilia a compreender o porquê de uma série de tomadas de posição por parte de agentes vindos de áreas tão diferentes como a burocracia, a banca, o investimento, a arquitetura ou o urbanismo, no curso da reforma territorial de MS, e, em particular, no momento da realização da *comissão*.

Primeiro passo: definir política e administrativamente um problema.

Nos dias 16 e 21 de novembro do ano de 1988, a Câmara Municipal de Matosinhos (CMM) e a sua Assembleia Municipal (AM) decidem, respetivamente, desenhar o Plano Diretor Municipal da Matosinhos (PDMM). Entre 1989 e 1991 tem lugar a sua redação. Esta foi levada a cabo por um grupo de 54 indivíduos (entre eles o presidente da Câmara, vereadores, técnicos municipais, arquitetos, desenhadores, engenheiros civis, geógrafos, topógrafos, um economista, um geólogo, um arqueólogo e um historiador). O trabalho desta equipa resulta num manuscrito final com 85 páginas onde, a par de um conjunto de diagnósticos e propostas para o concelho, se define um regulamento que gere a aplicação do plano. Trata-se de um "suporte lógico de decisão" que tinha "por um lado, uma

capacidade de adaptação à evolução da realidade, e, por outro, que corresponda a um consenso mínimo, mesmo que datado, entre os diversos agentes envolvidos."[5] (PDMM, 1992)

A transformação de MS é equacionada pela primeira vez neste documento. Primeiro, de forma muito genérica e indireta: no "modelo sócio-económico para o Concelho" lê-se que há vontade na autarquia para "incentivar a reconversão de espaços industriais obsoletos e abandonados e a instalação de empresas de produção industrial de tecnologia avançada", assim como para "suster o aumento do factor 'dormitório'" (PDMM, 1992)[6]. Mais adiante, agora de forma direta, lê-se a proposta que consta na lista das estratégias gerais "para o novo ordenamento do concelho": "Reconversão da Zona Industrial de Matosinhos-Sul em zona plurifuncional central da Cidade" (PDMM, 1992). Definiam-se assim um projeto reformista e uma toponímia.

Ainda impressas no mesmo documento, leem-se as linhas onde se detalham as propriedades de MS: "a área industrial antiga do centro urbano de Matosinhos [que] apresenta, sobretudo com a falência do sector conserveiro, características urbanas típicas de áreas sujeitas a um forte processo de desindustrialização." (PDMM, 1992). Este diagnóstico sustenta a primeira pré-definição político-administrativa de MS:

> Fomentar a recuperação e a reconversão da área industrial antiga do centro de Matosinhos e estabelecer medidas de iniciativa pública que facilitem a sua nova utilização. A requalificação urbanística desta área, a cargo da Câmara e de outras entidades públicas e privadas, demonstrando as diversificadas potencialidades que os edifícios aí localizados podem oferecer, potencializará uma acção mais interveniente da autarquia no meio produtivo. Relativamente à actividade industrial, esta proposta pode criar condições de instalação local de actividades fortemente inovadoras, criando espaços produtivos acessíveis a jovens empresários e a pequenas e médias empresas que apostem na modernização e qualificação do tecido industrial existente. Esta acção poderá articular no mesmo espaço, estas indústrias e serviços de apoio à actividade produtiva, comércio,

[5] Nesta pesquisa foi possível constatar que se é verdade que o PDM estabelece uma série de princípios de uso do solo que se pretendiam minimamente extensos no tempo e no espaço, e, por isso, consequentes na transformação do território, a sua certa 'abertura' e 'generalização' tornam-no, pelo menos no caso de MS, num documento passível de ser ajustado às condições político-partidárias e económicas encontradas no decurso da reforma territorial, em particular até à aprovação do *Plano de Urbanização de Matosinhos Sul* no final de 2009. Neste sentido, a ideia de "consenso mínimo" formulada neste plano foi, na prática, substituída pela ideia mais praxeológica daquilo a que se pode chamar "consenso necessário", este negociado, por seu turno, no interior do *campo de produção de oferta imobiliária*.

[6] Em MS, note-se, que o que aconteceu não só foi inverso desta proposta, como este facto se tornou numa das suas marcas simbólicas e funcionais.

> instituições de formação, pequenos centros de saúde, equipamentos de lazer, criando condições à integração de diferentes atividades. (PDMM, 1992, página desconhecida)[7]

Lançada a proposta, não há, agora, obrigatoriedade de elaboração prévia de 'planos de urbanização' ou 'planos de pormenor' para 'Zonas Urbanas e Urbanizáveis' (a tipologia na qual se insere a área de MS). No entanto, a CMM, sob a alçada da Direção-Geral do Ordenamento do Território e da Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN), pede a formação de uma equipa que se dedique ao desenho de um plano de escala inferior ao PDM. O objetivo deste novo desenho é definir com maior detalhe os pressupostos que orientam a transformação de MS. A sua realização fica a cargo dum grupo de trabalho constituído por técnicos municipais do Gabinete Técnico Local (GTL), liderado pela arquiteta Paula Santos[8]. O resultado do esforço desta equipa é apresentado publicamente a 14 de julho de 1993, momento que conta com a participação de vários arquitetos portuenses, entre eles Álvaro Siza Vieira, Nuno Portas, Fernando Távora, Manuel Fernandes de Sá, António Menéres e Alexandre Alves Costa. O GTL apresenta o documento que resume as propostas da autarquia para a área: um plano de pormenor: o *Plano de Reconversão de Matosinhos/Sul* (PRMS).

À semelhança do PDM, este documento define MS como uma *categoria da ação*. Institui MS como um objeto social, com determinadas propriedades e onde é, por isso, possível agir *nele* e *sobre ele*. Na primeira página do documento, MS é apresentado pelo então responsável da autarquia, Narciso Miranda[9], a par-

---

[7] A consulta da cartografia do PDMM permite observar a proposta da autarquia quanto à espacialização destas diferentes funções por MS: a franja litoral seria ocupada predominantemente por serviços, assim como algumas áreas a sul, enquanto o interior da área albergaria sobretudo edifícios de habitação. A distribuição funcional final seguiu muito parcialmente esta proposta.

[8] Paula Santos licenciou-se pela Faculdade de Arquitetura na Universidade do Porto. Entre os anos 1985 e de 1986 trabalhou nos gabinetes dos arquitetos Carlos Guimarães e Eduardo Souto de Moura. Entre 1986 e 1988 trabalhou como assessora na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e, mais tarde, de 1990 a 1996 foi assessora da Câmara Municipal de Matosinhos e Diretora do Gabinete Técnico Local (GTL) desta mesma instituição. Atualmente é sócia-gerente da empresa 'Paula Santos – Arqª. Lda'.

[9] Desde 1977 que Narciso Miranda (n.1949) foi continuamente presidente da Câmara Municipal de Matosinhos (CMM) durante 29 anos, tempo durante a maioria do qual foi apoiado pelo Partido Socialista (PS). Após o abandono das suas funções como responsável principal da autarquia de Matosinhos, manteve-se no executivo local com cargo de vereador. Miranda comunicou a sua candidatura à presidência da CMM nas últimas eleições autárquicas, em outubro de 2017, como independente, através do "Movimento Narciso Miranda por Matosinhos" (ver Gomes, 2017). O candidato perdeu as eleições e foi Luísa Salgueiro (n.1968), do Partido Socialista, e deputada da Assembleia da República, que tomou os comandos da autarquia. O ex-autarca já havia tentado a reconquista do lugar de presidente da CMM, mas perdeu as eleições para Guilherme Pinto (1957-2017), que esteve no comando do executivo municipal entre 2005

tir do seu estado material e da sua história: "Foi no passado e é hoje ainda um território deprimido, fortemente condicionado por intervenções ao acaso, vítima de expansão industrial desordenada dos anos 40, mas não obstante, apresenta características que lhe conferem um enorme potencial de desenvolvimento". O autarca continua e apresenta as futuras funções de MS: "No curto prazo possibilitaremos o crescimento de uma área onde podem conviver a habitação e os serviços de grande qualidade, a indústria de ponta e o novo e mais moderno pólo universitário do país." (PRMS, 1993). Nas restantes páginas do documento, como se pode observar pelo seu índice (Figura 12.3), justifica-se a definição de MS como *problema* urbanístico e propõe-se, com o apoio de pequenos textos, imagens e cartografia, uma *solução*. Esta passa pela adoção de uma série de *prescrições* que dizem respeito à distribuição funcional dos edifícios e aos seus limites construtivos.

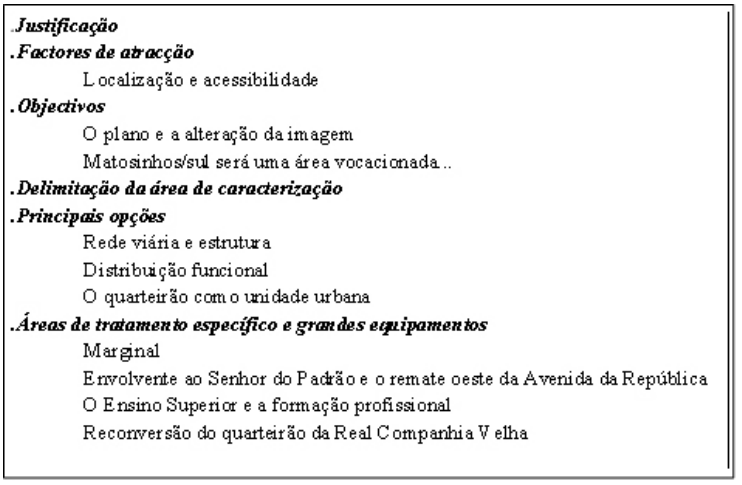

Justificação
.Factores de atracção
Localização e acessibilidade
.Objectivos
O plano e a alteração da imagem
Matosinhos/sul será uma área vocacionada..
.Delimitação da área de caracterização
.Principais opções
Rede viária e estrutura
Distribuição funcional
O quarteirão como unidade urbana
.Áreas de tratamento específico e grandes equipamentos
Marginal
Envolvente ao Senhor do Padrão e o remate oeste da Avenida da República
O Ensino Superior e a formação profissional
Reconversão do quarteirão da Real Companhia Velha

Figura 12.3 Índice do Plano de Reconversão de Matosinhos Sul

Fonte: *Plano de Reconversão de Matosinhos Sul*, Matosinhos, GTL, 1993. (adaptado)

No dia 2 de fevereiro daquele ano uma notícia intitulada "Plano de Matosinhos-Sul é para arrancar este ano. Reconversão urbanística a médio prazo para uma área de 105 hectares" é publicada pelo diário *Público*. Aqui, apresentam-se algumas das condições sob as quais deverá avançar a aplicação do PRMS:

e 2017. Este edil, durante os dois primeiros mandatos, contou com o apoio do PS, para no último, iniciado em 2013, candidatar-se como independente com o "Grupo de Cidadãos Eleitores Guilherme Pinto por Matosinhos". Após o seu falecimento, a presidência autárquica ficou a cargo do então vice-presidente da Câmara, Eduardo Pinheiro (n.1979).

a prossecução do projeto partirá de um conjunto de medidas lançadas pelo poder local, com o intuito de facilitar o processo de reconversão. Segundo o vereador Manuel Seabra, as medidas a tomar representam uma "primeira fase" que deverá ser marcada pela realização de alguns "projectos-âncora". Estes contemplam: i) o arranjo da orla marítima através da construção de um passeio na marginal entre a 'Praia de Matosinhos' e o 'Porto de Leixões', ii) a organização da área envolvente do monumento nacional do 'Senhor do Padrão' e iii) a transformação do edifício da Real Vinícola num espaço museológico e científico. Além destes projetos, a autarquia propõem a recuperação dos quarteirões mais degradados, a demolição de ruínas de antigas fábricas, a transferência do 'parque das gasolineiras', a desativação de algumas indústrias – em particular daquelas que produzam cheiros desagradáveis e que sejam mais poluentes -, mas também o encerramento de pequenas oficinas que ponham em causa a modernização de MS: tal como havia sido vaticinado no PRMS, "são unidades que inibem o investimento de qualidade pretendido nesta zona." No artigo avança-se, também, que o financiamento desta primeira fase será suportado, por um lado, pelo investimento camarário ao nível de infraestruturas e equipamentos, por fundos comunitários e pela "ação da administração central através da instalação de diversos organismos públicos naquela área" (PRMS, 1993) e, por outro, com recurso ao investimento privado. Este discurso, particularmente maximalista e otimista, que marca o 'arranque' da reforma em MS, ganha mais forma com a definição qualitativa da área porvir, local que poderá contar com uma "superior qualidade da habitação, comércio e indústrias e equipamentos, a par da dinamização de pólos desportivos, culturais, espaços públicos de lazer e zonas verdes." (PRMS, 1993)

Das parcas novidades disponíveis relativamente ao desenrolar da reconversão de MS, entre o final do ano de 1994 e o início de 1996[10], encontram-se algumas

[10] Apesar de grande parte das informações publicadas na época se referirem às expectativas e desilusões que aconteciam no decorrer das diferentes operações em torno do PRMS, é importante recuar até ao período que precedeu o desenho do plano que acabou por substituí-lo para sublinhar que, apesar da insatisfação de uma parte do executivo municipal quanto ao andamento do processo de reconversão, as transformações em MS não foram inexistentes. A vontade de alguns responsáveis autárquicos em dinamizar construtivamente e economicamente aquela parcela de território levou a que, mesmo num contexto de escasso investimento na área, a Câmara Municipal permitisse a abertura de algumas *boîtes*, discotecas, bares e restaurantes em velhos casarões ou armazéns encerrados. Como foi possível ler, durante esta época a CMM emitiu alvarás que permitiram a sua implementação. Estes locais contribuíram para que, num dado momento, MS se tornasse "num espaço de referência da vida nocturna, ao ponto de muitos críticos já considerarem Matosinhos como um lugar 'mais in' da noite, muito mais do que o Porto" (Jornal *Matosinhos Hoje*, s/d). Contudo, algumas das dinâmicas da área começaram a ser alvo de críticas. O excesso de ruído e trânsito, ou a continuação da prostituição que, apesar de algumas medidas levadas a cabo pela autarquia, não abandonou as ruas, marcaram a discussão. Como resposta a estes problemas, relata-se que a autarquia terá desacelerado o

respeitantes às dinâmicas sobre aquele que poderá ser considerado o "projecto-ância" de maior investidura da autarquia, o passeio da Marginal de MS. O discurso dos atores municipais que acompanha o relato dos acontecimentos associados a esta obra sublinha o seu relevo na reforma urbanística de MS. A configuração da marginal de então deverá ser totalmente transformada dando lugar a um espaço enquadrado na visão política para MS. Narciso Miranda, referindo-se ao estado deste espaço costeiro, afirma que "tudo o que lá existe será arrasado, custe o que custar, porque são equipamentos ultrapassados e sem a qualidade exigida nos objetivos propostos" (*Público*, 1994). Da mesma forma, tal como a marginal deverá sofrer uma ampla transformação ao nível estético e do uso, veicula-se que a poluição provocada por certas indústrias ainda em funcionamento no espaço agora denominado como Matosinhos Sul – como a 'Sociedade Produtora de Óleos e Farinhas de Peixe' (SPOFP) ou a 'Gist-Brocades' (uma fábrica de produção de fermentos) – deverá alterar as suas emissões de forma a enquadrarem-se no novo panorama urbanístico: uma nova ordem sócio-territorial implica, também, uma nova ordem higienista.

De acordo com a autarquia, o encerramento dos espaços que até agora ocuparam a marginal implicará diligências fáceis, na medida que, no ano em curso, expirarão as concessões estabelecidas com a autarquia, e no único caso em que o contrato tem validade posterior, a medida passa pela indeminização ou pela reconversão do estabelecimento. Colocadas de parte possíveis incompatibilidades entre o uso do solo em curso e o uso do solo projetado, é escolhido um arquiteto para desenhar a reconversão da marginal: Eduardo Souto de Moura (ESM). As ideias do arquiteto para este projeto são abrangentes. Elas passam não só pelo nascimento de um largo passeio, mas também pela construção de pistas de *skate* e de patinagem, de zonas ajardinadas, de esplanadas, de dois restaurantes e dum centro de formação náutica. Esta obra, que na atualidade só oferece uma pequena parte das infraestruturas inicialmente propostas, deveria ter sido inaugurada a curto prazo: em 1995 anunciava-se a sua conclusão para 1999 – a obra acabou por terminar só em 2002.

À semelhança do lento avanço na construção deste "projecto-ancora", a reconversão de MS está sob uma grande estagnação quase três anos após a apresentação pública do PRMS. Algo não está a funcionar e o projeto da reforma territorial corre o risco de não ser colocado em marcha. É neste contexto que, nos primeiros meses do ano de 1996, os responsáveis pelo poder local constituem uma *comissão* onde se discutirá o futuro de MS.

---

processo de concessão de permissões de ocupação de espaços para estas funções, evitando, assim, a disseminação de uma lógica de ocupação do solo que divergia das 'aspirações político-urbanísticas' do poder local para MS.

Uma *Comissão*?

Uma consulta pública de interesses privados

A "letargia" que plana sobre o processo de reconversão de MS é uma preocupação para o executivo local. No primeiro dia do mês de fevereiro de 1996, o diário *Público* relata este aspeto e anuncia algumas das estratégias que os responsáveis da autarquia propõem para ultrapassar o impasse. É pela voz do vereador do urbanismo, que lamenta a ausência de propostas e de pedidos de licenciamento para novas construções, que se conhece o diagnóstico do poder local relativamente ao não avanço da reconversão de MS. Em entrevista, Manuel Seabra afirma que o "aspecto desolador" do espaço construído poderia estar a contribuir para a falta de investimento no projeto autárquico. Por outro lado, um dos princípios de edificação propostos no PRMS poderia estar a dificultar a atração de possíveis investidores. Tratava-se duma proposta do GTL, em que o espaço interior dos quarteirões estaria destinado ao uso público e/ou de estacionamento (Figura 12.4).

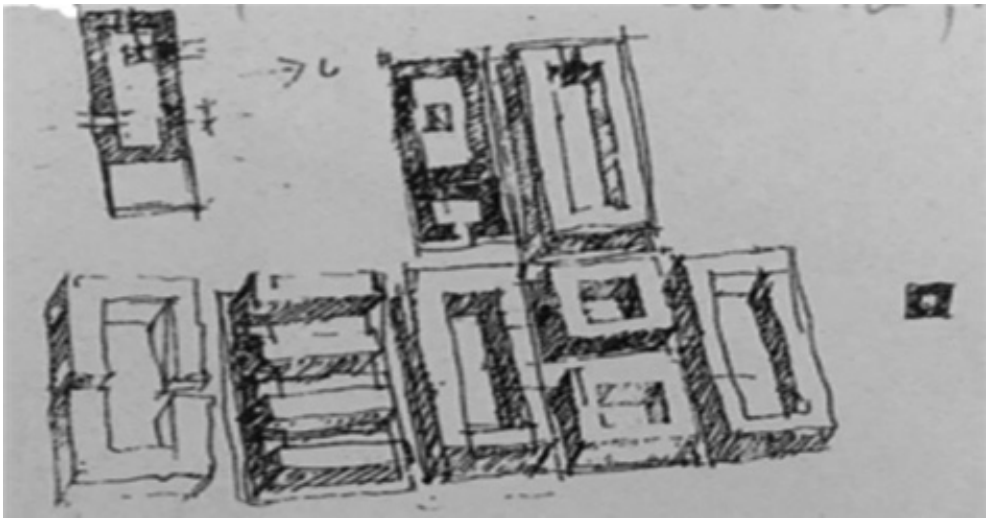


Figura 12.4. Estudos de ocupação dos quarteirões em MS

Fonte: *Plano de Reconversão de Matosinhos/Sul*, GTL/CMM, 1993

Contudo, o executivo municipal parece não querer desistir desta reforma. O vereador Manuel Seabra relembra: "*Matosinhos/Sul é carne da perna*" (*Matosinhos Hoje*, 1996). Não tarda, então, a apresentação de novas propostas por parte da autarquia para atrair potencias interessados em construir em MS. Entre outras

propostas, Seabra assinala a concessão de benefícios fiscais aos primeiros investidores em construções ou a anulação do princípio que obriga a abertura do interior dos quarteirões ao uso público. Por sua vez, no mesmo momento da divulgação destas medidas, sabe-se que dali a um mês decorrerá um encontro que vai reunir os diferentes interessados e intervenientes nas dinâmicas de reconversão de MS.

Figura 12.5 O Vereador do Urbanismo Manuel Seabra apresenta o PRMS na Comissão de 1 de março de 1996

Fonte: "`Sinal Amarelo' para Matosinhos/Sul", Jornal *Matosinhos Hoje*, 02/03/1996

Sob uma cobertura mediática assinalável, pelo menos ao nível da imprensa, realiza-se no dia 1 de março de 1996 uma reunião no Salão Nobre da CMM, onde são auscultados diversos arquitetos, urbanistas, construtores e potenciais investidores na reconversão de MS. Neste encontro, os responsáveis municipais pretendem conhecer as razões associadas à não prossecução das ideias planificadas no PRMS para, a partir daqui, colocarem em prática algumas medidas que funcionem como uma alavanca no início das construções.

A descrição quer de alguns dos argumentos defendidos pelos participantes nesta reunião, quer dos acontecimentos que a precedem, são suficientes para mostrar como é que este encontro, entre diferentes esferas do universo social, foi central na consolidação do mercado imobiliário de MS, em particular no que diz respeito ao espaço da 'oferta'. Contudo, é possível afinar a análise deste encontro se o observarmos à luz do mecanismo burocrático que ela parece representar: a *comissão*.

Apesar das possíveis diferenças relativamente à configuração formal de uma 'comissão' tal como ela é discutida em alguns textos (Bourdieu, 2000, 2012), um conjunto de princípios e efeitos práticos semelhantes justificam a sua convocação para melhor compreender as estratégias e os efeitos associados ao encontro do dia

1 de março. Se é verdade que em termos de organização e de duração o caso aqui apresentado se pauta por um certo carácter auto-constitutivo e por uma grande efemeridade, sem dúvida que são delimitáveis algumas das propriedades associadas à estrutura de uma *comissão*.

Após a definição de um 'problema público' (aqui, a falta de investimento num espaço degradado, mas com potencial de reconversão), este é alvo de discussão por um grupo que se ocupa da sua resolução. Por sua vez, no final da discussão, o resultado é oficializado através de um relatório final [*rapport final*] (neste caso, um artigo escrito pelo vereador e publicado na imprensa, que dá conta das transformações a instituir relativamente ao PRMS, vai preencher o espaço do relatório) redigido por um *rapporteur* (aqui, é legítimo encontrar no vereador do urbanismo Manuel Seabra esta posição). No final, é levada a cabo uma re-formulação legislativa: o abandono do PRMS e a proposta de definição de um novo plano – o *Plano de Urbanização de Matosinhos Sul* [PUMS] –, reformulação essa totalmente concordante com uma das 'funções' associadas à comissão: a reconfiguração das lógicas de ação do grupo envolvido.

Como se verifica, o conjunto de agentes reunidos no Salão Nobre da CMM constituiu-se, na época, como "*uma forma de grupo de pressão*" (Bourdieu, 2000, p.146), onde os interesses específicos particulares aos (sub-)campos representados por diferentes agentes alcançaram, no final, um certo nível de concertação. Depois de uma discussão marcada por críticas e divergências entre as diferentes partes presentes relativamente ao PRMS, os aspetos de convergências fundamentais foram-se consolidando e, numa fase posterior, estabilizados em regulamentos.

A originalidade do mecanismo burocrático que é a *comissão* repousa na dimensão teatral que é posta em prática. Na verdade, o poder local, nas figuras do seu presidente e do seu vereador do urbanismo, com a comparência de outras hierarquias do Estado, lança-se numa aparente abertura ao exterior que dissimula momentaneamente a nunca interrompida luta pela prossecução dos interesses específicos inscritos no interior da esfera estatal, em particular na posição ocupada pelo poder local. Este dispositivo burocrático, que legitima e normaliza a relação entre universos sociais relativamente autónomos e distantes entre si no espaço social, permitiu ao executivo municipal re-orientar a sua prática propriamente burocrática – neste caso tratou-se, aliás, unicamente de confirmar algumas das propostas previamente lançadas pelo edil Manuel Seabra – e avançar, definitivamente, para a reconversão de MS. Assim, e à semelhança do que alguma bibliografia aponta (Bourdieu, 2012), e em última análise, esta comissão serviu, também, para levar a cabo uma reestruturação burocrática ao nível da regulamentação que gere a ocupação do solo – o abandono do PRMS, a mobilização estratégica do PDM e o desenho do PUMS. Com isto, e no mesmo movimento, sedimentaram-se as condições necessárias para a entrada em jogo da promoção imobiliária. Encerrado um

ciclo neste processo, começaram a configurar-se as primeiras estruturas do mercado imobiliário de MS, nesta primeira fase, através da consolidação do *campo de produção de oferta de imóveis*.

Confronto de disposições

Na Figura 12.6 são apresentados alguns dos agentes cuja presença no encontro foi possível averiguar. Ao responsável da autarquia e àquele que chegaram a nomear como 'o pai de Matosinhos-Sul', o vereador Manuel Seabra, juntam-se banqueiros, construtores, arquitetos, urbanistas e representantes de outras instituições estatais. A discussão entre os participantes desenrola-se ao longo de cinco horas.

Os arquitetos criticam o PRMS pelo excesso de regulamentação, os investidores e os construtores lamentam os rígidos limites de construção impostos, os responsáveis pelo planeamento urbano alertam para o fechamento regulamentar do plano. É este o registo argumentativo sob o qual se desenrola a comissão de 1 de março.

Participante	Atividade	Esfera de ação
Alcino Soutinho	Arquiteto	Arquitetura e Urbanismo
Alípio Dias	Presidente dos bancos 'Totta & Açores' e 'Crédito Predial Português'	Económica
Domingos Lopes	Promotor imobiliário	Económica
Domingo Sousa Coutinho	Representante do banco 'Banco Comercial Português'	Económica
Eduardo Souto Moura	Arquiteto e professor universitário	Arquitetura e Urbanismo
Isabel Flores	Representante da construtora 'Teixeira Duarte'	Construção
Jorge Armindo	Agente imobiliário (Grupo 'Amorim')	Económica
José Quintela	Arquiteto e representante da empresa holding 'SONAE'	Económica
Laurentino Costa	Representante da construtora 'Soares da Costa'	Construção
Manuel Fernandes de Sá	Arquiteto, Urbanista e professor universitário	Arquitetura e Urbanismo
Manuel Seabra	Vereador do urbanismo da CMM	Poder Local
Narciso Miranda	Presidente da CMM	Poder Local
Oliveira e Sousa	Representante da CCRN	Poder Central
Tomás Taveira	Arquiteto	Arquitetura e Urbanismo
Troufa Real	Arquiteto e professor de urbanismo	Arquitetura e Urbanismo
Vasco Massapina	Arquiteto e membro do Conselho de Obras Públicas	Poder Central
Vasco Pina	Responsável nacional dos planos de urbanização	Poder Central

Figura 12.6. Alguns dos participantes da Comissão de 1 de março de 1996

Este quadro foi construído através da recolha de informações registadas nos jornais que, na época, relataram os acontecimentos do encontro do dia 1 de março de 1996.

Troufa Real, um participante a quem a imprensa conferiu substancial atenção, caracteriza, no momento do encontro, o 'Regulamento Geral das Edificações Urbanas' como "horrível; é um espartilho para ajudar amigos e lixar inimigos e uma autêntica armadilha paras as Câmaras (...) O acto de evolução criativa não se compadece com regulamentos. Com este urbanismo, estamos a matar a cidade". Continuou, e afirmou que planos como aquele em discussão não só "não levam a lado nenhum, [como] são planos de desconfiança, [com] regras duríssimas à profundidade das edificações e à dimensão dos lotes e vão contra a criatividade, a qualificação técnica, o promotor e o direito de autor" (Siza, 1996, p.47). Tomás Taveira, outro arquiteto presente no encontro, afirma mesmo que "toda a boa obra que se produz ou é clandestina ou obra pública que se esquece das regras" (Siza, 1996, p.47). Com recurso ao humor, Taveira resume o que, para si, era o assunto central daquele encontro: "o lucro é o motor da vida (...) é assim na arquitetura, como no amor. Os senhores aqui presentes têm mulher, alguns até mais do que uma, e sabem como é: investe-se, mas só se for para ter lucro." Por seu lado, Alcino Soutinho – futuro arquiteto de dois dos maiores condomínios de MS e autor de obras de relevo em Matosinhos tais como os edifícios da Câmara e da Biblioteca Municipal – defende que "os planos não devem ter regras básicas, estes planos podem e devem ser subvertidos." (Siza, 1996, p.47) Acrescentou, também, que uma das formas de captação de investimento poderia passar "por limpar toda a área de Matosinhos/Sul para que os investidores possam encontrar um vazio limpo, não um vazio hostil" (Siza, 1996, p.47) – aliás, esta discussão, a propósito da criação de condições que contribuíssem para o aumento do interesse no investimento na área, através da construção de infraestruturas que melhorassem a 'qualidade' urbana de MS, vai-se alargar ao longo dos primeiros anos do processo de reconversão.

As críticas ao PRMS adensam-se e o discurso em torno da '*abertura*' e da '*flexibilidade*' dos regulamentos ganha espaço no interior do próprio Estado. Desta esfera, surgem considerações sobre a necessidade de desenhar instrumentos de gestão territorial mais ajustados às disposições daqueles que *poderão* investir na transformação do território. O representante da CCRN, Oliveira e Sousa, apesar de considerar o PMRS como "um bom plano", faz notar também que "quem responde por ele é a chamada sociedade civil" (*Matosinhos Hoje*, 1996), relembrando desta forma a importância do universo 'privado' na transformação da zona. O responsável dos planos de gestão urbanística a nível nacional, Vasco Pina, segue a mesma linha: os planos de pormenor servem fundamentalmente "para o desenvolvimento de negócios urbanísticos, logo, deve adaptar-se aos montantes disponíveis para investimento e não deve ser castrador da criatividade revelando, ainda, espírito de risco." (*Matosinhos Hoje*, 1996)

As divergências continuam a surgir vindas de outros lugares do universo social. Domingos Sousa Coutinho, representante da banca, apela à alteração da forma de divisão do território para que o plano seja lido "como um grande loteamento e não em parcelas", acrescentando que "esta zona [MS] é uma expansão natural de uma área reconhecida de qualidade que é a Foz[11], e é nisso que se deve apostar." (Pinto, 1996) Por sua vez, Alípio Dias, também representante do setor bancário, defende abertamente a '*flexibilização*' do documento: "este plano tem factores negativos, mas é susceptível de ser flexibilizado (...) e a generosidade dos favorecimentos – medidas concretas em prazos curtos, com impacte e qualidade – é uma iniciativa urgente junto das instituições financeiras, que estão carentes de bons projectos." (*Matosinhos Hoje*, 1996)

Neste ponto, diferentes *disposições* são colocadas a descoberto. O desajustamento entre os *interesses específicos* veiculados pelos agentes associados aos universos do investimento, construção e desenho urbano, e os regulamentos desenvolvidos pela burocracia local dão forma ao discurso de uma parte significativa dos presentes no Salão Nobre. Uma passagem publicada numa peça jornalística, que dá conta do balanço da reunião de 1 de março, sublinha abertamente os desencontros de disposições, em particular os que resultaram da relação entre os agentes económicos e os agentes políticos[12]. Isabel Flores, representante de uma construtora, afirma que o PRMS tem "um problema de concepção, porque é um plano que não aceita contra-propostas e apresenta uma obsessão pela colectivização do uso do solo que não se enquadra nos hábitos dos promotores." (Pinto, 1996, [sublinhado nosso]) Decerto sem qualquer referência sociológica em mente, esta representante do universo do investimento acaba por resumir definitivamente a lógica que definiu o encontro desta *comissão*: a procura de ajustamento entre diferentes tomadas de

[11] A 'Foz' é uma toponímia ordinária amplamente utilizada e que se refere, ainda que de forma muito aproximada, ao conjunto das freguesias de 'Nevogilde' e 'Foz do Douro', situadas na cidade do Porto. Esta área é correntemente representada como um espaço de habitação das classes portuenses privilegiadas. Fatores como a proximidade geográfica entre MS e a 'Foz', a posição costeira de ambas, o elevado preço dos apartamentos na área matosinhense, e o facto de alguns antigos habitantes da zona portuense se terem deslocado para MS, consolidam um discurso de proximidade social e simbólica entre as duas áreas. Este discurso foi pontualmente veiculado em alguma imprensa, e encontra uma grande expressão por entre os habitantes que, por seu turno, representam esta 'continuidade' de diferentes maneiras. Por fim, uma leitura classista da organização social da 'Foz' pode ser encontrada numa das obras de Virgílio Borges Pereira que têm como palco a cidade do Porto (Pereira, 2005). No texto, a aproximação do autor à ''Foz' é feita através do recorte geográfico de duas freguesias nomeado 'Faixa Atlântica'. Para aprofundar esta questão, podem ser consultados os capítulos IV, V e VI da tese que serve de base a este capítulo (Lemos, 2018).

[12] A propósito da política de gestão do território como resultado da negociação entre as representações dos diferentes sujeitos envolvidos consultar, por exemplo, Duarte (2015).

posição, a propósito das possibilidades de reconversão de MS, geradas por diferentes *habitus*[13] (profissionais).

No seguimento dos sucessivos desencontros entre as *vontades* e as *possibilidades* de *investimento* criadas pela mobilização do PRMS pelo poder local, surgem uma série de propostas por parte dos promotores e dos arquitetos. Estas visam alcançar a concertação da ação dos diferentes agentes distribuídos no *campo de produção de oferta de imóveis*. Desta forma será possível avançar com o processo de reconversão. O argumento que dá corpo ao reajustamento estrutural no interior deste espaço de produção de oferta prende-se, sobretudo, com a '*flexibilização*' do PRMS ao nível de regulamentos de construção, e com a aplicação de incentivos aos primeiros investidores. Incentivos devem colocar-se 'aos níveis da oferta e da procura'", propõe Alípio Dias, avançando que, "por exemplo, quem construísse e ocupasse em três anos ficaria isento de sisa[14] nesse período e de contribuição autárquica nos 10 anos subsequentes." (Miranda, 1996) Os diários avançam que, além destes benefícios fiscais, outras formas de fomentar a atração de investidores são ponderadas no encontro. Entre elas estão a redução dos prazos de aprovação e de licenciamentos dos projetos, assim como o acompanhamento destes por um técnico especial da autarquia (Siza, 1996).

A necessidade de transformar algumas das lógicas que davam corpo ao PRMS implica a tomada de algumas 'medidas iniciais'. Uma delas trata-se da construção prévia de alguns projetos que tornem o espaço aprazível para os promotores e para os futuros ocupantes. Alípio Dias sublinha esta *necessidade* salvaguardando que em relação a MS "existe mercado, existe apetência para comprar e a zona é atractiva", mas chama a atenção para o facto de que "havendo outras alternativas relativamente próximas, é fundamental que os aspectos que fomentam o interesse dos promotores sejam defendidos." (Siza, 1996) Com algumas variações ao nível da forma, os restantes argumentos ali apresentados acabam por se dirigir no mesmo sentido. É neste contexto argumentativo que se consolidam as condições para traçar *um diagnóstico* sobre a inatividade construtiva em MS: está-se perante um plano rígido regulamentarmente e pouco apelativo para o investimento, numa área pouco atrativa. Segue-se a *prescrição*: a '*flexibilização*' do plano permitirá um

[13] O conceito de habitus é aquele desenvolvido por Pierre Bourdieu. Segue-se a definição do conceito, por entre as várias hipóteses possíveis, porque ao longo da sua carreira foi afinando constantemente o seu conteúdo: "(...) habitus, [são] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio gerador e estruturador de práticas e representações que podem ser objetivamente « reguladas » e « regulares » não sendo, no entanto, o produto da obediência a regras objetivamente adaptadas a fins (…)" (Bourdieu, 2000, p. 256).

[14] 'SISA' era o imposto que incidia sobre a compra de imóveis e cujo valor oscilava entre 0% e os 10% do valor da transação. Atualmente corresponde ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis.

certo reajustamento das tomadas de posição no interior do *campo de produção imobiliária*, acelerando-se, assim, as dinâmicas de construção.

É neste contexto que se restruturam abertamente as tomadas de posição dos agentes políticos. Logo no final do encontro no Salão Nobre do Município, Narciso Miranda, em resposta aos reptos lançados ao PRMS, concede espaço à ideia de flexibilizá-lo, salvaguardando, no entanto, que "a flexibilização deverá ser vista dentro de um parâmetro de regras necessárias." (Siza, 1996) Apesar das considerações do presidente da autarquia que relembram os propósitos reguladores do Estado, alguns títulos de jornais propõem um balanço diferente sobre a direção político-económica que o processo de transformação de MS tomará. '*Especulação imobiliária à espreita*' intitulava-se um artigo do diário *Público*, lançado no dia seguinte à reunião.

A confirmação da transformação da tomada de posição da autarquia tanto no que diz respeito à aplicabilidade do PRMS, como à relação entre os princípios regulamentares dos documentos de gestão território e a sua apropriação pelo universo da promoção imobiliária, confirmou-se com a publicação, a 18 de Março de 1996, de um artigo intitulado *Repensar a cidade,* assinado pelo vereador Manuel Seabra[15]. A comissão resultou, sem dúvida, na estabilização ao nível do discurso e das tomadas posições da burocracia local a adotar a propósito da reconversão de MS[16].

Algumas condições de convergência das disposições

A leitura deste artigo (ver caixa 12.2.), onde fica registada a 'nova' visão oficial da autarquia sobre as relações entre os regulamentos do uso do solo e a transformação do território, oferece espaço para algumas considerações sobre as estratégias do poder local no que diz respeito ao processo de concertação dos *interesses* dos diferentes agentes que ocupam o *campo de produção de oferta de imóveis* em MS. Estas estratégias resultam, simultaneamente, de duas condições. A primeira concerne a posição relativa do poder local na hierarquia do Estado, posicionamento que *produz* representações específicas sobre os documentos burocráticos. A segunda tem que ver com a diferença entre a *ethos* – na sua leitura mais genérica – do universo económico e dos poderes políticos local e central.

[15] Alguns excertos deste artigo de opinião foram igualmente publicados, mais tarde e sob o mesmo título, na revista Matosinhos, uma publicação municipal.

[16] É oportuno citar, novamente, Bourdieu: « A lógica que constitui a comissão está relacionada com a colocação em prática (insconsciente) da lei segundo a qual se contribui à produção do discurso (aqui o relatório final), ao produzir o espaço social, materializado num grupo, no qual se produz esse discurso" (Bourdieu, 2000, p.134).

Importa sublinhar, num primeiro momento, que a mudança de tomada de posição deste vereador face à necessidade de flexibilização dos planos de ordenamento do território se fundamenta, também, numa crítica ao próprio *campo burocrático*, nomeadamente à ação do "legislador urbanista" que, segundo o próprio, é a imagem da "cultura de obediência à pequena regra castradora" (Seabra, 1996). Este confronto entre as diferentes hierarquias estatais, que é um confronto de diferentes *habitus burocráticos*, representa, neste caso, um dos meios de resolução do impasse gerado pela falta de investimento. De um lado, a disposição 'legisladora', 'dura', 'inflexível', 'corretiva' e 'castradora' do legislador, do outro o 'pragmatismo', a pró-actividade deste responsável político, um homem de ação, um 'gestor'[17], que, nunca colocando em causa nem a existência do campo no qual está posicionado nem a sua posição nele, estrategicamente põe em causa alguns dos princípios que organizam esse mesmo campo. A *comissão* foi o mecanismo que mediou este processo.

[17] O reconhecimento da ação do autarca como 'gestor' pode ser lida como o resultado de um processo de autonomização do poder autárquico no país, que se repercutiu na sucessiva transformação do trabalho de responsável municipal de 'agente político' em 'gestor'. Esta transformação teve, como hipótese, o seu início após a revolução de 25 de Abril de 1974, em Portugal. Para mais desenvolvimentos sobre estes argumentos, ver Teixeira Fernandes (1992). Por outro lado, no que diz respeito ao processo de autonomização do poder local em Portugal, aconselha-se a leitura o artigo de Isabel Guerra (1986) e de Mozzicafredo e restante equipa (1994).

Caixa 12.2. O 'relatório final' da Comissão de 1 de março de 1996.
Repensar a cidade (Pelo vereador do urbanismo da CMM, Manuel Seabra)

A propósito da eficácia no terreno do plano de reconversão de uma zona degradada iniciou-se em Matosinhos um novo modelo de discussão dos problemas do urbanismo e da cidade.

Superando a fórmula do debate clássico entre arquitectos, a Câmara Municipal de Matosinhos optou por trazer ao debate também os motores do mercado – promotores imobiliários e financiadores.

Da auscultação resultou e com contornos razoavelmente bem definidos que o acto de planear a cidade deve estar indissociavelmente ligado às aspirações da cidade (sublinhado nosso). Ou seja, não basta fazer planos de melhor ou pior recorte académico, para que imediatamente se conclua a sua aplicabilidade.

Como resultou claro que não é possível planear por cima do cadastro, como se fosse indiferente o número de proprietários em cada unidade de planeamento.

Como provavelmente é iníquo igualizar à partida possibilidades quantitativas de construção, porque essa declaração de intenção contém em si própria o gérmen das desconfianças e é a mais perversa e injusta das formas de distribuição – em áreas a reconverter arrisca e paga mais quem investe primeiro, sendo que é beneficiado quem fica à espera e por isso um sistema de distribuição igualitária de potencialidades de construção à partida favorece a injustiça relativa. Da mesma forma que resultou clara a necessidade de considerar o espaço público fruível.

(...) A ideia de desconfiança, verdadeira motivação do legislador urbanista, gerou a cultura do excesso de regras (sublinhado nosso). E o regulamento predomina sobre todo o resto. Admito que o excesso derive também da reacção de defesa a práticas que permitiram disfunções e agressões de difícil reparação no ordenamento do território. (...). Esta cultura de obediência à pequena regra castradora faz esquecer que o planeamento deve também ser feito em função da cidade. E deve ser suficientemente dinâmico para poder apreender as sucessivas transformações sociais e económicas (num quadro previamente definido e com parâmetros de crescimento razoáveis e sustentados). (...)

(...) Por isso se disse que o planeamento deve obedecer ao princípio da beneficiação dos mais audazes, compensando-se relativamente aos que, sem capacidade de risco, aguardam a valorização da envolvente (sublinhado nosso) (...) Mas, fundamentalmente, podemos hoje retirar como núcleo essencial do 'sentimento' dos agentes do urbanismo que os planos devem constituir-se como referências indiciárias, moldáveis à evolução rápida das cidades, sem vocação estritamente impositiva (sublinhado nosso) – rígidos no desenho, inabaláveis nos usos definidos – mas enquadrados, no entanto, por programas que os limitem, de acordo com as cargas máximas que as cidades podem e devem saudavelmente suportar.

A ideia de flexibilidade em planeamento, tão cara aos promotores, deve ser explicitada como a capacidade de adaptação dos planos à realidade dentro de parâmetros pré-definidos, sob pena de inexequibilidade ou de crescimento desordenado.

Público, 18/03/1996 (extratos, p.46)

Por outro lado, é fundamental referir que esta transformação da tomada de posição oficial do vereador – assim, como de outros elementos no interior do executivo local – só foi possível porque a lógica de funcionamento da autarquia contempla essa possibilidade. Para dar conta deste facto é preciso, antes de tudo, observar o universo de possibilidades de ação – neste caso, no que respeita a gestão e transformação do solo – inscrito na estrutura autárquica, nomeadamente ao nível das posições do executivo. Ainda que de forma iniciática, este 'espaço estrutural' de ação pode ser compreendido a partir da posição, hierarquicamente estabelecida, entre o campo burocrático central e a sua região de matriz burocrática local, uma 'separação' fundada na divisão do trabalho de governação à escala nacional.

Assim, de um lado encontramos uma certa 'dependência' do poder local quer à necessidade de fazer aprovar os seus regulamentos junto de instâncias estatais hierarquicamente superiores, quer à indiferenciação e generalização dos regulamentos da administração central que, se considerados *ipsis verbis*, quer dizer, esquecendo as 'particularidades locais', colocam a instituição local, cuja atividade se desenrola por referência a essas especificidades, sob dois riscos opostos: o de inação ou o de incumprimento de regras. A esta condição hierárquica junta-se, por sua vez, a atividade tendencialmente executiva do poder local no domínio da transformação do solo. Apesar dos regulamentos serem amplamente desenhados em sede local, e serem emitidos *em nome* da autarquia, eles estão sempre sujeitos à ratificação noutros lugares do espaço burocrático. Esta *divisão do trabalho de formação do regulamento* vai propiciar uma certa desaceleração nas dinâmicas burocráticas locais, facto que pode gerar incompatibilidades temporais entre os diferentes intervenientes no processo em causa. Foi o que se passou em MS: a temporalidade associada ao universo do investimento, mais 'imediatista' – definida, entre os fatores, pelas possibilidades abertas pelos ciclos económicos e os seus efeitos sobre o campo da construção civil[18] – não podia *aguardar* pelo tempo burocrático – tendencialmente 'lento' – do Estado. É neste contexto que se configuram, também, as estratégias do poder local. A autarquia surge como uma das escalas no interior do Estado que se especializou na gestão das relações entre a esfera estatal e esfera privada. Assim, compreende-se o ajustamento dos regulamentos às *vontades* dos investidores – ou melhor, ao ritmo do mercado construtivo e imobiliário – que decorreu da *comissão*, como de muitas outras estratégias colocadas em prática pelo poder local posteriormente com o objetivo de *responder* às (im) possibilidades de investimento em MS.

[18] Para uma documentação dos ciclos de atividade económica na construção civil mais recentes no país, ver os capítulos iniciais da segunda parte deste livro. Para uma conceptualização de referência sobre esta matéria ver Topalov (1987).

No domínio da relação entre poder local e entidades 'privadas', basta consultar alguns estudos sobre as influências que orientam a ação municipal para dar conta que o resultado da *comissão* em MS não é um facto estranho à sociologia. A relevância dos domínios da "construção", dos "empresários" e do "setor privado" na orientação da ação do poder local é decisiva na organização das dinâmicas do *campo de produção de oferta imobiliária*. No final da década de 1980, um grupo de investigadores nacionais (Mozzicafredo et al., 1989) mostrou que os 'empresários' eram o 'grupo considerado mais influente para o desenvolvimento do concelho' (21,5%, contra o grupo seguinte, "associações sindicais de trabalhadores", e muito distante dos 2,8% das 'juntas de freguesia' os dos 2,0% dos 'técnicos autárquicos'. Na mesma pesquisa, a equipa demonstra que os "empresários da construção civil" representam 13,5% no total dos "grupos sociais que exercem pressão sobre a Câmara", valor seguido pelos 12,2% dos grupos "empresários" e "comerciantes". Em primeiro lugar desta tabela, encontravam-se as "associações desportivas, recreativas e culturais" (14,8%). Por fim, é interessante acrescentar que na variável "mediações importantes para as decisões da Câmara", a opção "atenção às exigências com particulares" representa a primeira escolha.

Ainda que de forma um pouco avulsa, antes de terminar o texto não posso deixar de assinalar dois aspetos bastante distintos entre si, mas que explicam, cada um à sua maneira, o modo como ocorreu a *comissão*. O primeiro refere-se às propriedades das regras que constituíam o plano em discussão, e à 'margem de manobra' que elas conferem ao poder local. Como se assinalou relativamente à definição do conteúdo do PRMS, este documento assenta numa série de interpretações possíveis a propósito do território e da sociedade, apesar de se afirmarem, num dado momento, como o ponto de vista possível sobre um problema. É esta propriedade do regulamento, o seu carácter prescritivo fundamentalmente arbitrário[19], que torna possível propor uma nova convenção sobre o espaço.

Finalmente, é importante deixar uma nota sobre um domínio sociológico que frequentemente é deixado escapar, mas que é, sem dúvida nenhuma, um ângulo de análise muito relevante na análise da ação social: refiro-me ao campo lexical do discurso dos atores sociais. Na ausência de dados que permitam uma reflexão alargada a este propósito, pelo menos vale a pena observar a utilização de algumas palavras ouvidas na *comissão* e nos momentos subsequentes. Dos excertos dos

[19] Leia-se, a este propósito, a seguinte passagem de Pierre Bourdieu: "Certos regulamentos determinam que os telhados não devem ter mais do que 20 centímetros. Isto é completamente arbitrário (…) Este arbitrário é gerador de uma forma específica de lucro burocrático: ou seja, o de aplicar o regulamento de forma muito rigorosa para em seguida o colocar de parte, derrogá-lo" (Bourdieu, 2012, p. 43).

discursos atrás apresentados são recorrentes as palavras "mercado", "oportunidades", "investimento", "incentivos", "oferta", "procura" e "flexibilidade"[20].

Considerações finais: Os estados do Estado.

O itinerário que propus sobre o papel e as estratégias do Estado na transformação de MS é muito parcial. Ainda que a 'comissão' deva ser encarada como um ponto de viragem central na formação de MS – mais precisamente na consolidação do mercado de imóveis que a permitiu -, outros eventos ilustram o alcance da ação estatal. Sublinho alguns deles, que ilustram, igualmente, a indivisível duplicidade da performance estatal na formação deste espaço de trocas: enquanto responsável último pelas operações urbanísticas, O Estado apareceu como um agente político que dinamiza o mercado imobiliário, e graças a estas mesmas operações, como agente económico.

Nos dias que se seguiram à realização da *comissão*, o arquiteto Álvaro Siza Vieira foi convidado para desenhar um novo plano para MS: o *Plano de Urbanização de Matosinhos Sul* (PUMS). Nas palavras do arquiteto, não se tratou dum novo documento, mas do redesenho de alguns aspetos contidos no PRMS – neste novo plano, por exemplo, o uso do interior dos quarteirões deixaria de ser público e passaria a ser privado; o limite das cérceas dos edifícios aumentaram… O nome de Siza Vieira ficou, finalmente, ligado ao projeto de MS: a autarquia soube mobilizar politicamente o capital técnico e simbólico do arquiteto na formação de MS. Doravante, as estratégias do poder local no funcionamento do mercado imobiliário daquela área continuaram: i) foi necessária uma cuidadosa gestão da aplicação de regulamentos de urbanização de MS durante uma década: na ausência de um plano de urbanização aprovado por todas as hierarquias estatais, foi o PDM que regulou as alterações na área; ii) a colocação em prática de instrumentos burocráticos, como a "alteração" ou a "suspensão parcial" do PUMS, para dar resposta a pedidos de novos investimentos na zona ou para combater a 'monofuncionalidade' residencial que tomava conta de MS; iii) a realização de uma nova área de intervenção no interior da circunscrição de MS: a *Área de Reabilitação Urbana* – ARU.

Sem deixar de parte a influência que os ciclos do setor da Construção possam ter tido sobre o avanço da reconversão de MS, é impossível não assinalar as condições políticas e administrativas concedidas pelo Estado "local" à manifestação das condições associadas a esses ciclos. Nas épocas próximas da realização da *comissão* e do convite de Siza Vieira, começou um crescente construtivo notável

[20] Um trabalho que propõe uma análise lexical aos discursos de diversos atores como forma de cartografia das suas representações pode ser encontrado num artigo de Zalio (2000).

na área; foram sobretudo grandes condomínios de habitação com elevado valor relativo de aquisição que começaram a ocupar os quarteirões de MS, em particular nas primeiras linhas junto à costa. Entre 1991 e 1996, inclusive, o total de emissões de alvarás de construção na circunscrição foi de 12; em 1997, aquele valor chegou aos 14, aos 28 em 1999, aos 13 em 2000, aos 10 no ano seguinte[21]. Nos dados censitários de 2011, o Instituto Nacional de Estatística (INE), no conjunto das subsecções estatísticas que compõem MS administrativo, verifica-se que mais de um terço das construções na zona datam de 1996 em diante.

O papel do Estado na trans-formação de MS coloca a descoberto dois aspetos surpreendentes. Um deles, já referido, reporta-se à posição central do aparelho estatal, particularmente à escala local, na construção deste mercado imobiliário, onde produção de oferta foi marcada pela "flexibilização" regulamentar. O *lais-sez-faire* que daqui resulta – um 'mercado' livre -, não raras vezes associado à ausência do Estado, não foi mais do que uma condição de exercício de práticas construtivas que ele concedeu à promoção imobiliária. Esta *performance* estatal não é mais do que o resultado da sua relação com o território: uma relação *monopolista*[22] (Bourdieu, 2012; Topalov, 1989).

O segundo aspeto, e não menos sociologicamente relevante que o primeiro, prende-se com a ação, seja ela direta ou indireta, do aparelho estatal na espacialização dos grupos sociais. A grande extensão de literatura sociológica sobre a ação do Estado – geralmente punitiva ou corretora – na organização do espaço

[21] Estes dados são apresentados na 'Acta de reunião ordinária da Câmara Municipal' de 31/07/2006, na alínea "5. Relatório sobre a metodologia de análise, de informação e actos praticados nos processos de edificação na área do Plano de Urbanização de Matosinhos Sul, desde a publicação do PDM."

[22] Numa síntese crítica das leituras de Max Weber, Norbert Elias, Charles Tilly, Philip Corrigan e Derek Sayer a propósito da génese e autonomização do Estado, Pierre Bourdieu (2012) traz para discussão um grupo de problemáticas e conceitos a este propósito. É o caso dos conceitos de 'meta-champ' e de 'meta-capital' que correspondem, respetivamente, à posição e à relação do Estado em relação aos outros campos, e ao volume e configuração de capitais particulares ao campo burocrático. Para o autor, a forma de desenvolvimento deste campo no curso da história culminou na sua constituição através de uma sucessiva acumulação de diferentes espécies de capital. Nas suas palavras, "a acumulação, pelo mesmo poder central, de diferentes espécies de capital engendra uma forma de meta-capital, quer dizer, um capital que tem a propriedade particular de exercer poder sobre o capital." (Bourdieu, 2012, p. 311) É neste sentido que o Estado afirma a sua posição relativamente aos outros campos que constituem o espaço social. Distante de uma visão analítica totalitária, onde pouco há além do Estado, ou que a história da burocracia central é a história da autonomização de uma máquina total de onde se diferem todas as outras propriedades do espaço social, esta proposta pretende, ao invés, dar conta de uma série de propriedades historicamente constituídas que conferem ao campo burocrático a possibilidade de estruturar o eu funcionamento num modelo '*trans-champ*' . Ora, como acrescenta Bourdieu, se este meta-capital se objetiva sobretudo através do direito, torna-se mais clara e compreensível a importância de todos os movimentos dos agentes políticos em torno da regulamentação sobre o uso do solo em MS.

social ao nível das classes populares, pode fazer esquecer aquilo que MS relembra: o Estado também participa na espacialização e, por isso, na reprodução das classes sociais mais capitalizadas. Matosinhos Sul passou de um espaço socialmente e urbanisticamente desvalorizado, para um espaço onde indivíduos, sobretudo de classes médias e classes médias superiores, procuram consolidar itinerários sociais ascendentes ou fugir de cenários onde a desvalorização social e residencial era um risco.

Referências Bibliográficas

Amaro, R. R. (1982). O Salazarismo na lógica do Capitalismo em Portugal. *Análise Social*, *XVIII*, 995-1011.

Bourdieu, P. (2000). *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil.

Bourdieu, P. (2002). *Questions de Sociologie*. Paris: Minuit.

Bourdieu, P. (2012). *Sur l'État. Cours au Collège de France*. Paris: Éditions du Seuil.

Cordeiro, J. M. L. (1989). *A indústria conserveira em Matosinhos: Exposição de arqueologia industrial*, Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos.

Cruz, H. (1997). "Fantasma" de Matosinhos-Sul exorcizado até ao ano 2000. Processo de intervenção autárquico já começa a dar os seus frutos. *Matosinhos Hoje*.

Duarte, P. (2015). Représentations sociales, négociations et interactions: Le cas de deux projets urbains à Grenoble. *Négociations*, *1*(23), 137-149.

Fernandes, A. T. (1992). Poder Local e Democracia. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, *II*, 29-59.

Gomes, M. (2017). Narciso entrega lista autárquica na Comarca de Matosinhos. *Público*.

Guerra, I. (1986). Poder local: reprodução ou inovação?. *Sociologia, Problemas e Práticas*, *1*, 55-65.

Lemos, T. (2018*). L'espace comme croyance. La formation du quartier de Matosinhos Sul*. (Tese de doutoramento não publicada), EHESS, Paris, França; FLUP, Porto, Portugal.

Madureira, N. L. (1998). O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957). *Análise Social*, *XXXIII*, 777-822.

Miranda, M. R. (1996). Todos contra o plano. Arquitectos, ptomotores e Banca discutem Matosinhos/Sul. *Comércio do Porto*.

Mozzicafredo, J. et al. (1989). Modelos de gestão e de legitimidade no sistema político local Português. *Sociologia, Problemas e Práticas*, *4*, 51-80.

Mozzicafredo, J. et al. (1994). O grau zero do poder local. *Sociologia, Problemas e Práticas*, *4*, 45-59.

Nunes, S. (2003). *Matosinhos. Monografia do Concelho – 7. As pescas e a indústria conserveira*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos.

Pereira, V. B. (2005). *Classes e culturas de classe de famílias portuenses: Classes sociais e modalidades de estilização de vida na cidade do Porto*. Porto: Afrontamento.

Pinto, R. (1996). Plano para Matosinhos/Sul 'espartilha' os arquitectos. Investidores exigem mais incentivos e maior flexibilidade. *Jornal de Notícias*.
Reis, J. (1984). O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913). *Análise Social*, *XX*, 7-28.
Roncayolo, M. (1990). *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard.
Seabra, M. (1996). Repensar a cidade [Opinião do autor]. *Público*.
Siza, R. (1996). Especulação Imobiliária à espreita. *Público*.
Tato, J. (2008). *Memórias da indústria conserveira – Matosinhos, Leça da Palmeira e Lavra – 1899-2007*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos.
Topalov, C. (1987). *Le logement en France: Histoire d'une merchandise impossible*. Paris: Presses de la FNSP.
Topalov, C. (2008). Présentation. *L'Année Sociologique*, *58*(1), 9-17.
Zalio, P-P. (2008). L'acteur économique et le projet urbain : De l'histoire des représentations à l'horizon d'action des entrepreneurs. Le Havre et Marseille. *L'Année Sociologique*, *58*(1), 95-117.

Outras Fontes:

Câmara Municipal de Matosinhos (1992). *Plano Director Municipal de Matosinhos*. Matosinhos: CMM.
Câmara Municipal de Matosinhos (1993). *Plano de Reconversão de Matosinhos Sul*. Matosinhos: CMM.
Câmara Municipal de Matosinhos (2006). Acta de reunião ordinária da Câmara Municipal de 31 de Julho. Alínea 5. *Relatório sobre a metodologia de análise, de informação e actos praticados nos processos de edificação na área do Plano de Urbanização de Matosinhos Sul, desde a publicação do PDM*. Matosinhos: CMM.
Jornal *Matosinhos Hoje* (s/d.).
Jornal *Matosinhos Hoje* (1996). `Sinal Amarelo´ para Matosinhos Sul.
Jornal *Público* (1994). Marginal de Matosinhos vai mudar completamente.

Capítulo 13

O Mercado da Reabilitação Urbana enquanto Construção Política: Resultados de um percurso de pesquisa na cidade do Porto

João Queirós, Vanessa Rodrigues & Virgílio Borges Pereira

As políticas de promoção da reabilitação urbana nas primeiras décadas da democracia brevemente perspetivadas a partir do centro do Porto

O quadro de significativa mudança política, económica e social que a instauração da democracia em Portugal depois de 25 de abril de 1974 gerou não pode ser adequadamente descrito sem uma menção às novidades que a partir desta data observam as políticas de cidade. Com efeito, mesmo se o ímpeto pós-revolucionário não chega para deter ou contrariar algumas tendências pesadas das políticas urbanísticas e habitacionais até então dominantes, a verdade é que ele irá aproveitar o desalinho temporário das estruturas sociais e de poder para testar soluções alternativas de apropriação e reconfiguração do espaço urbano e horizontes diferenciados de perspetivação da organização e funções das áreas centrais das principais cidades (Agarez, 2018; Cerezales, 2003; Bandeirinha, 2007; Gros, 1982; Queirós, 2015, 2019; Rodrigues, 1999; Pereira, 2013, 2016)[1].

A criação, logo após Abril de 1974, do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) constitui uma dessas novidades. As modalidades de ocupação do espaço

[1] Beneficiando de um já longo trabalho de investigação, o presente texto foi elaborado no âmbito do projeto "Novos terrenos para a construção: Mudanças no campo da construção em Portugal e seus impactos nas condições de trabalho no século XXI" (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade.

urbano e as soluções habitacionais que no âmbito deste programa são propostas representam uma vontade de rutura e inovação a diversos níveis:

> A nível dos conceitos, a interligação do direito à habitação e do direito à cidade; a nível do discurso político, a inovação na concepção das intervenções estatais, pela sua articulação com o tecido social; a nível das práticas de gestão urbanística, a renovação dos recursos e dos instrumentos de acção utilizados pelo aparelho estatal e, sobretudo, a partilha da gestão e do controlo das operações por utentes e técnicos. (Rodrigues, 1999, p. 46)

Os resultados – limitados em alcance e extensão, mas perenes em aprendizagem partilhada e significado social e político – traduzir-se-ão em projetos de arranjo urbanístico e de promoção habitacional que, articulados com as pretensões dos respetivos destinatários, representarão formas de ocupação e organização do espaço orientadas para a detenção do processo de remoção do habitat popular das áreas centrais das principais cidades (ver Bandeirinha, 2007; sobre o SAAL no Porto, ver, por exemplo, Machado, 2013).

Olhando o caso particular do Porto, e para lá da curta experiência do SAAL, o ímpeto pós-revolucionário haveria de possibilitar também a criação do suporte institucional indispensável à concretização das primeiras iniciativas organizadas e sistemáticas de reabilitação urbana do centro da cidade. Inspirada pelos princípios e orientações que Fernando Távora propõe para a intervenção urbanística, habitacional e social no núcleo histórico (Távora, 1969; ver ainda Queirós, 2015 [Capítulos 3 e 4]; Williams, 1980), a criação, no Porto, ainda em 1974, do Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo (CRUARB) constituirá um dos pilares fundamentais de uma "primeira geração" de políticas de reabilitação urbana do centro do Porto (Queirós & Rodrigues, 2005; Queirós, 2007, 2015).

Ao longo de uma existência de quase três décadas, o CRUARB reivindicará uma reabilitação baseada no conceito de "cidadania cultural", com ele pressupondo a passagem da "ideia elitista de cultura" a uma conceção favorecedora do "desenvolvimento das diversidades culturais radicadas nos diversos territórios e nas realidades dos indivíduos e dos grupos". O modelo proposto correspondia, segundo a descrição proposta pelos responsáveis da instituição na viragem para o atual século, ao da "interculturalidade", combinando "a assimilação, a diferenciação e a síntese, isto é, a integração multifacetada" (CRUARB, 2000, p. 24).

Os resultados desta primeira geração de políticas de reabilitação urbana revelar-se-iam, todavia, limitados. Logo em 1976, o SAAL é extinto, sob as acusações de "desvirtuamento" dos seus princípios, "envolvimento partidário" nas intervenções e "incompetência profissional" do respetivo pessoal técnico (Rodrigues, 1999, p. 55). Os projetos concluídos ou em curso pontuam diversas localizações

da cidade, mas o número de habitações novas ou renovadas não chega às quatro centenas (ver, a propósito, SAAL, 1976; Bandeirinha, 2007). Perpassada igualmente por clivagens ideológico-políticas e divergências de orientação programática e técnica, a estrutura do CRUARB revela dificuldade em definir um rumo claro para a sua atuação, concluído que está um conjunto importante de obras de reabilitação de habitações e de estabelecimentos comerciais e superadas as situações de maior urgência habitacional e social no núcleo Ribeira-Barredo. Com a entrada de diversos novos profissionais e a saída de muitos dos elementos associados à visão e programa originais da instituição, e perante a indefinição do estatuto e papel desta entidade no seio da macroestrutura camarária, o CRUARB parece oscilar entre a fidelidade ao guião dos primeiros anos e a vontade de alargar a forma e o tipo de intervenções a desenvolver, dando maior destaque à intervenção no espaço público e à criação de equipamentos coletivos e redirecionando a estratégia para uma procura potencial socialmente mais alargada (CRUARB, 2000; Queirós, 2007, 2015, Capítulos 3 e 4).

As transformações registadas nos quadros institucionais e nos modos de atuação urbanística e habitacional direcionados para as áreas centrais das principais cidades – aqui perspetivadas a partir do caso portuense – não podem, entretanto, ser desligadas das tendências gerais de alteração macropolítica registadas em Portugal a partir dos últimos anos da década de 1970. Como bem nota Ferreira (1987, pp. 67 e seguintes), se o período imediatamente posterior ao 25 de abril de 1974 é caracterizado pela adoção e desenvolvimento de medidas orientadas para o reforço do intervencionismo estatal em diversos domínios, incluindo em matéria de política de solos e provisão de alojamento (legalização de ocupações; alteração dos regimes de expropriações e de arrendamento urbano; criação de novas instituições e linhas de financiamento para construção e reabilitação de fogos; reforço dos programas de promoção direta; etc.), a partir dos últimos anos da década de 1970, há registo de importantes alterações no foco e orientações das políticas públicas, no sentido da retirada do Estado deste domínio de intervenção e do relançamento da iniciativa privada, designadamente por via da criação de mecanismos de facilitação do processo de aquisição de casa própria (instituição de sistemas de crédito com juros fortemente bonificados e prazos de amortização dilatados)[2].

[2] Em 1976, ano do surgimento em Portugal de importantes inovações em matéria de crédito à habitação, foram celebrados 1.203 contratos de crédito bonificado e 10.685 contratos de crédito não bonificado, correspondendo a cerca de quatro milhões de "contos" de empréstimos. Um ano depois, o número total de contratos ascendia já a 19.772 (15.069 contratos de crédito bonificado e 4.703 contratos de crédito não bonificado), correspondendo a um montante total de crédito concedido de 8,1 milhões de "contos". Este valor chegaria aos 100 milhões de "contos" em 1986, distribuídos por 37.798 contratos, todos com juros bonificados (Ferreira, 1987, p. 52). Sobre este assunto, vale a pena ler ainda o trabalho de Pereira (1983). O endividamento

Mesmo que 1980 tenha de ficar na história do país como um dos anos em que mais fogos construídos por iniciativa pública foram inaugurados (quase 15 mil), a verdade é que o momento é de transferência das responsabilidades que o Estado detém na construção e na promoção do acesso à habitação para o setor imobiliário e para os sistemas de crédito bancário. Depois das eleições legislativas de outubro de 1980, que dão a vitória à Aliança Democrática (AD), liderada por Francisco Sá Carneiro, a edificação de novos bairros de habitação pública diminui acentuadamente e diversas medidas são tomadas no sentido da liberalização do mercado habitacional (reforço dos sistemas de crédito para aquisição de casa própria; disponibilização de empréstimos para construção cooperativa; dinamização dos contratos de desenvolvimento para habitação; liberalização do arrendamento urbano; venda de património habitacional do Estado; criação de áreas de desenvolvimento urbano prioritário; etc.).

Estas mudanças – cujo cariz e curso o governo do Partido Socialista (PS) liderado por Mário Soares, entre 1983 e 1985, não irá alterar significativamente – articulam-se com reconfigurações institucionais importantes: no início da década, diversas responsabilidades nestes domínios são transferidas do Estado central para as câmaras municipais; e, em 1982, o Fundo de Fomento da Habitação é extinto, para dar lugar, em 1985, ao Instituto Nacional da Habitação (INH), organismo vocacionado essencialmente para a concessão de financiamento à construção, a que se juntou, em 1987, o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), organismo vocacionado, como a sua designação sugere, para a gestão e venda às autarquias ou aos respetivos ocupantes dos fogos construídos pela administração central (Ferreira, 1987, pp. 73-78).

Até ao início da década de 1990, o número de fogos construídos diretamente pelo Estado, através dos seus organismos centrais ou das câmaras municipais, será relativamente reduzido, ao passo que a habitação de promoção privada florescerá. No caso particular do Porto, estas duas tendências traduzir-se-ão, por um lado, numa diminuição acentuada do número de novos bairros de habitação pública inaugurados depois de 1982 e, por outro lado, na densificação quer da periferia citadina, onde apesar de tudo continuava a haver bastante terreno livre para novas urbanizações, quer, muito em especial, dos concelhos da coroa suburbana da cidade, onde os preços do solo e, consequentemente, das habitações se revelavam mais apelativos.

Não surpreendentemente, o centro da cidade esvazia-se e degrada-se. Nos trinta anos posteriores a 1981, o Porto perderá cerca de 30% da sua população, ascendendo as perdas populacionais a quase dois terços do total de residentes no

---

das famílias com a aquisição de casa própria haveria, como é conhecido, de continuar a crescer durante os vinte anos subsequentes.

centro histórico e a cerca de 40% na Baixa). Quanto ao património edificado, e em consequência quer da desdensificação da área, quer da insuficiência da ação pública e privada de reabilitação, ganhará ampla visibilidade o edificado degradado e devoluto, num quadro de genérica desvitalização do espaço público e de esmorecimento da vida comunitária (Fotografias 13.1 e 13.2)[3].

Fotografias 13.1 e 13.2 Imagens de abandono e degradação do edificado no centro do Porto em meados da primeira década do século XXI

Ano: 2004. Autoria: João Queirós e Vanessa Rodrigues.

Remetida para um plano secundário ao longo da década de 1980 e até ao início dos anos de 1990, a reabilitação urbana do centro do Porto recuperará, a partir de meados da última década do século XX, espaço e protagonismo no seio das estratégias e dos discursos dos responsáveis políticos portuenses. O novo

[3] O "centro do Porto" corresponde, no entendimento comum e na generalidade dos discursos político-mediáticos, à área conjugada do "centro histórico" e da "Baixa" da cidade. O centro histórico é tipicamente identificado com o território que, até 2013, englobava as quatro freguesias "históricas" da cidade – Miragaia, S. Nicolau, Sé e Vitória. Apesar da mudança do mapa autárquico promovida em Portugal naquele ano ter juntado estas quatro freguesias a mais duas identificadas com o território a que os portuenses habitualmente chamam Baixa, dando origem a uma unidade administrativa de grande dimensão – a "União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória" –, o centro histórico do Porto continua a corresponder, nos mapas mentais da esmagadora maioria dos habitantes e dos utilizadores da cidade, essencialmente a esse semicírculo cujo raio vai da Ribeira à Avenida dos Aliados. A Baixa, por seu turno, corresponde tipicamente à área central imediatamente adjacente ao centro histórico, integrando, a norte, partes consideráveis das antigas freguesias de Cedofeita e Santo Ildefonso, bem como, respetivamente a poente e a nascente, as zonas mais centrais de Massarelos (freguesia, entretanto, integrada na "União das Freguesias de Massarelos e Lordelo do Ouro") e do Bonfim. Sobre a evolução, no período em análise, dos efetivos populacionais e de algumas propriedades físico-sociais do centro da cidade do Porto, ver Queirós (2015, [Cap. 4]).

impulso que a Câmara Municipal pretende dar ao processo de transformação urbanística, económica e social da área central da cidade aparece apoiado numa comunicação política que valoriza as vantagens competitivas da patrimonialização da zona, em especial da frente de rio, e o aprofundamento das suas funções comercial e turística. O propósito de inscrever o centro histórico do Porto na lista de sítios classificados pela UNESCO como "património cultural da humanidade" surge precisamente nesta altura e articula-se com a visão de um centro revitalizado e preparado para receber novas atividades económicas, turistas e novos residentes[4].

A confirmação deste estatuto pela UNESCO, no final de 1996, dará reconhecimento público e peso simbólico à aposta da Câmara Municipal na reabilitação do centro urbano e contribuirá para intensificar a produção e difusão de um discurso e de uma iconografia orientadas para a veiculação de uma imagem do Porto enquanto polo cultural e turístico de excelência à escala nacional e internacional. Assumida como elemento crucial de uma estratégia mais ampla de reforço da atratividade e da competitividade da cidade, a reabilitação urbana do centro vê ampliada a atenção e o conjunto de recursos que a Câmara lhe dispensa, ao mesmo tempo que ocorre o alargamento do território a figurar como alvo da intervenção.

Com o anúncio, no final da década de 1990, da eleição do Porto como "Capital Europeia da Cultura" de 2001, ganham renovado destaque as propostas de intervenção direcionadas para áreas da cidade localizadas no exterior do centro histórico, em especial nas freguesias identificadas com a Baixa (Bonfim, Cedofeita, Massarelos e Santo Ildefonso) e na zona da Boavista (onde se prevê a instalação de um equipamento cultural de referência, a Casa da Música). Como sublinha um artigo publicado no periódico *O Tripeiro* sobre a intervenção urbana associada à programação cultural a desenvolver durante o ano de 2001, o novo esforço reabilitador concentrar-se-ia nas zonas

> de fora das muralhas, deixando de lado a Ribeira e toda a zona histórica do Porto, que já faz[ia] parte da lista do Património Mundial da UNESCO e onde as diversas obras decorr[iam] sob a alçada da Câmara Municipal, com verbas específicas. (Carvalho, 1999, p. 232)

[4] A candidatura do centro histórico do Porto à inscrição na lista de sítios classificados pela UNESCO como "património cultural da humanidade" começará a ser preparada pelo CRUARB em meados de 1991. Dois anos depois, o resultado deste trabalho é publicado em livro (CMP, 1993), iniciando-se a partir de então o conjunto de procedimentos formais que haveria de conduzir, no final de 1996, à conquista pela cidade do Porto do estatuto pretendido, desde o início da década, para o seu núcleo antigo.

O envolvimento na organização de uma iniciativa com a dimensão e a projeção internacional de uma "Capital Europeia da Cultura" entronca de forma muito direta nos propósitos que os responsáveis políticos locais há vários anos prosseguem de criação de condições para a consolidação da cidade do Porto enquanto polo cultural e turístico de referência. Para além de um programa cultural ambicioso e de recorte inovador, a "Porto 2001" compreendia uma estratégia de requalificação de diversas áreas do centro da cidade alicerçada num conjunto relevante de remodelações e arranjos de arruamentos e espaços públicos, na recuperação ou criação de equipamentos culturais (Teatro Carlos Alberto, Biblioteca Municipal Almeida Garrett, Casa da Música, entre outros) e no incentivo ao desenvolvimento de projetos culturais e comerciais capazes de favorecer a atração de investimentos e a fixação de novos residentes (SP2001, 2000, 2002; Balsas, 2004, 2007).

A concretização das elevadas expectativas geradas pela nomeação do Porto como "Capital Europeia da Cultura" de 2001 ficaria, contudo, aquém do projetado. Os transtornos causados pela abertura de um grande número de frentes de obra – cuja conclusão aconteceria, em muitos casos, já depois do término do evento –, a derrapagem da execução material e financeira de diversos projetos, com destaque para o da Casa da Música, e as dúvidas quanto à respetiva sustentabilidade financeira futura, associada à ausência de sinais claros de indução, pelas intervenções promovidas, de processos sustentados de "re-habitação" da área central da cidade, contribuíram para que a "Capital Europeia da Cultura" fosse apontada pelas oposições políticas locais como oportunidade não plenamente aproveitada – ou mesmo como oportunidade "perdida" – de transformação urbanística, económica e social do centro da cidade.

Tendo ou não beneficiado de uma eventual opinião negativa de certos segmentos do espaço social portuense quanto à oportunidade e efeitos práticos do conjunto de intervenções desenvolvido no âmbito da «Porto 2001», a verdade é que a liderança autárquica saída das eleições de final daquele ano – uma coligação composta pelo Partido Social Democrata (PSD) e pelo Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP) liderada por Rui Rio – apontará o evento como exemplo das más opções e fragilidades associadas às estratégias de intervenção pública em matéria de urbanismo e de habitação até então vigentes e como indicador da necessidade de reformular tais estratégias, no quadro de uma alteração geral da visão a elas subjacente. Fechava-se então um segundo fôlego, ou uma "segunda geração", das políticas públicas de reabilitação do centro do Porto, um ciclo longo marcado por um grande número de realizações que alteraram de forma profunda o tecido físico e social desta área da cidade e cuja apreciação diacrónica permite verificar como foi sendo gerida – e eventualmente superada – a tensão, às vezes latente, às vezes manifesta, entre o lastro dos princípios e das práticas características dos primeiros anos da reabilitação urbana promovida no Porto no período

democrático e a paulatina adesão à lógica da patrimonialização, da valorização comercial e turística e da promoção da recomposição social da área verificada ao longo da década de 1990 (para desenvolvimentos sobre a configuração e resultados deste período de políticas e programas de reabilitação urbana direcionados para a área central da cidade do Porto, ver Queirós, 2007, 2015, 2016).

Tornar possível a «mercadoria impossível»? Estratégias, discursos e práticas de promoção da reabilitação urbana no centro do Porto no dealbar do século XXI

Apesar de muitos dos eixos de intervenção em matéria urbanística e habitacional dinamizados após o triunfo da coligação PSD/CDS-PP, liderada por Rui Rio nas eleições autárquicas de finais de 2001, visarem princípios prosseguidos pelos executivos camarários portuenses da década precedente, parece adequado dizer-se que a mudança política operada no limiar do atual milénio marca o arranque de um novo ciclo de planeamento e de gestão urbana da cidade, no quadro do qual a "reabilitação da Baixa do Porto" assume especial relevância (Fernandes, 2004, 2011; Queirós & Rodrigues, 2005; Queirós, 2007, 2016). A enfatização do tema, ao mesmo tempo que serve a afirmação de um propósito de rutura com o modelo de intervenção associado ao programa da "Capital Europeia da Cultura", evento indelevelmente conotado com a liderança camarária derrotada nas autárquicas de 2001, é um dos elementos centrais do processo de revisão e atualização da agenda política local que, nesta altura, se inicia e que irá promover o respetivo alinhamento com a retórica e a prática das tendências transnacionais dominantes em matéria de planeamento e de gestão das áreas centrais das principais cidades.

Ora, o que este texto propõe é precisamente um olhar sobre o modo como, em especial depois de meados da primeira década do século XXI, acelerará e se tornará particularmente organizado, no Porto, o processo de criação das condições político-institucionais favoráveis à consolidação de um mercado da reabilitação urbana no centro da cidade. Mobilizando elementos empíricos e analíticos recolhidos no âmbito do "observatório" do Porto do projeto *Novos Terrenos para a Construção* (ver Caixa 13.1), bem como em investigações anteriores sobre o tema (Pereira, 2003, 2005, 2016; Pereira & Queirós, 2009, 2012; Queirós, 2007, 2015, 2016; Queirós & Rodrigues, 2005), o presente texto procura identificar e caracterizar sinteticamente a génese e trajetória das políticas de reabilitação urbana concebidas e concretizadas no Porto no período democrático, olhando com especial interesse as atualizações e aprofundamentos que as mesmas verificaram na década e meia subsequente à introdução, em 2004, de algumas importantes inovações legislativas e institucionais (ver à frente neste ponto).

Prevalece, na apreciação deste assunto, a convicção sociológica, adequadamente formulada e testada por Pierre Bourdieu, de que a compreensão do funcionamento dos mercados de bens imóveis – o da compra e venda de terrenos, como o da habitação nova ou o do imobiliário reabilitado – impõe inevitavelmente o estudo do modo como o Estado neles intervém. Na verdade, mesmo se o objetivo investigativo fosse "simplesmente" analisar a interação entre um qualquer comprador e um qualquer vendedor no momento da transação da propriedade de um terreno ou de uma habitação, depressa se descobriria que o Estado não apenas regula diversos dos aspetos direta e indiretamente ligados a essa interação, como na verdade constitui o princípio de produção dos mais relevantes princípios que a definem e a regem (Bourdieu, 2006, [Capítulos 1 e 2]; Bourdieu com Bouhedja, Christin & Givry, 1990; Bourdieu & Christin, 1990; Bourdieu & Saint-Martin, 1990).

Em poucos "mercados", de resto, se observa com tanta clareza como no mercado imobiliário – e, em especial, no mercado da habitação – o papel que o Estado assume não apenas no respetivo *controlo*, mas na sua efetiva *construção*, *reprodução e transformação*. Como bem nota Bourdieu, o mercado da habitação é o produto de uma:

> *Dupla construção social*, para a qual o Estado contribui de uma forma decisiva: construção da procura, através da produção das disposições individuais e, mais precisamente, dos sistemas de preferência individual – nomeadamente em matéria de propriedade ou de arrendamento – e também através da atribuição dos recursos necessários, isto é, as ajudas estatais à construção ou ao arrendamento definidas por leis e regulamentos de que se pode também descrever a génese; construção da oferta, através da política do Estado (ou dos bancos) em matéria de crédito aos construtores que contribui, com a natureza dos meios de produção utilizados, para definir as condições de acesso ao mercado e, mais precisamente, a posição na estrutura do campo, extremamente disperso, dos produtores de casas, portanto, os constrangimentos estruturais pesando sobre cada um deles em matéria de produção e de publicidade. E basta levar mais longe o trabalho de análise para descobrir ainda que a procura não se especifica nem define completamente senão em relação a um estado particular da oferta e também das condições, nomeadamente jurídicas (regulamentos em matéria de construção, licenças de construção, etc.), que lhe permitem satisfazer-se. (Bourdieu, 2006, p. 34, itálico no original)

Caixa 13.1. Nota metodológica

Este texto mobiliza elementos de pesquisa empírica recolhidos no âmbito da segunda fase do projeto "Novos Terrenos para a Construção: mudanças no campo da construção em Portugal e seus impactos nas condições de trabalho no século XXI", conforme descrito no Capítulo 1 deste livro, e cujo principal objetivo passou por reunir um conhecimento alargado das representações e das práticas dos empresários e dos trabalhadores do setor da Construção, conhecimento este destinado a completar e enriquecer a análise estrutural do setor produzida na primeira fase da investigação.

À semelhança do que foi feito nos restantes pontos de observação desta pesquisa, foi levada a cabo, a par da realização de entrevistas, uma abordagem etnográfica na cidade do Porto, principalmente no seu centro histórico, que se traduziu na anotação de observações, na redação de diário de campo e na produção de um registo fotográfico, que, no seu conjunto, permitiram a descrição detalhada de obras, de locais visitados e de interações com os trabalhadores, assim como de visitas acompanhadas a estaleiros e a sede de empresas.

O Porto, por se tratar da "base" da investigação sociológica promovida no quadro deste projeto, foi alvo de um trabalho de apropriação temporal e espacial distinta daquela que caracterizou os restantes observatórios, envolvendo uma prática continuada de recolha de informação materializada ao longo de vários meses. Não obstante, e não sem alguma surpresa (já que a experiência noutros locais havia sido menos marcada a este nível), o trabalho de terreno deparou-se com algumas dificuldades na realização de entrevistas em profundidade, designadamente a operários a trabalhar na cidade. As primeiras abordagens a estes agentes, que ocorreram principalmente durante a jornada de trabalho ou nas pausas da mesma, não encontraram a disponibilidade e a confiança esperadas – e necessárias – para o agendamento de uma conversa em horário pós-laboral (a este propósito, foram levantadas algumas hipóteses explicativas, nomeadamente a presença de superiores hierárquicos nas proximidades – remetiam-nos, variadas vezes, para o "chefe" –, a resistência a um potencial compromisso com uma instituição – a Universidade do Porto – próxima do local de trabalho e das empresas, etc.). Por este motivo, procedeu-se à aplicação de um questionário composto essencialmente por perguntas abertas, que permitiu inquirir os trabalhadores com algum detalhe nos momentos de pausa e nas imediações dos estaleiros, resultando em interações muito ricas e interessantes, desta feita sem o potencial impacto inibidor da presença de um gravador, permitindo, assim, contornar o obstáculo com que esta incursão se deparou inicialmente. Estas interações foram retrabalhadas e traduzidas *a posteriori* em relatos analiticamente informados, que foram considerados na produção deste texto, ainda que sem estatuto de material empírico principal.

Para concretização do exercício aqui proposto, e porque a informação recolhida relativa aos operários se centrou predominantemente nas trajetórias profissionais dos mesmos (reservando-se a respetiva exploração analítica aprofundada para publicações futuras), foram consideradas sobretudo as informações recolhidas no âmbito de entrevistas semiestruturadas a agentes do enquadramento organizacional, técnico e da produção (no total, foram realizadas 13 entrevistas com representantes destas categorias). Estes registos, que foram em todos os casos objeto de gravação áudio, contribuíram decisivamente para aprofundar e aperfeiçoar o conhecimento de dimensões determinantes do objeto de análise focado no presente texto.

Para conhecer e compreender a lógica deste mercado "construído e controlado burocraticamente", é, portanto, necessário "descrever a génese das regras e dos regulamentos que definem o [seu] funcionamento e fazer a história social do campo social que é responsável por estas «decisões»" (Bourdieu & Christin, 1990, p. 65). O propósito deste texto é exatamente o de fornecer pistas para concretização de um tal exercício, tomando como horizonte e referência o caso do centro do Porto.

Voltando precisamente ao Porto e ao início do século XXI na cidade, verifica-se serem três as linhas de intervenção que a liderança de Rui Rio na Câmara Municipal define como prioritárias no arranque do seu primeiro mandato: i) a promoção da "coesão social", designadamente através da "reconversão" ou "requalificação" dos bairros camarários e da dinamização de medidas capazes de garantir o reforço do combate à "criminalidade" e à "marginalidade"; ii) a inovação em matéria urbanística, com aposta na promoção da "mobilidade" e na "requalificação" da área central da cidade, neste último caso tendo em vista a valorização do comércio e dos negócios, a revitalização da função residencial e o desenvolvimento do turismo; e iii) a promoção do "equilíbrio financeiro" da Câmara, através da correção do respetivo défice orçamental.

Os eventos públicos e os editoriais dos números inaugurais da *Porto Sempre*, a nova revista da Câmara Municipal do Porto, são, neste momento de transição política, transformados em espaços privilegiados de afirmação dos desígnios fundamentais do executivo camarário liderado por Rui Rio. No primeiro número daquela publicação, o presidente da Câmara sistematiza ideias e propósitos: "Melhorar a vida de quem ainda não tem habitação decente. Ajudar quem caiu nas amarras da Droga. Dar mais segurança às nossas ruas. Planear melhor a cidade" (CMP, 2003). Dois números depois, as ambições mantêm-se, mas Rui Rio é mais específico:

> Concluir as múltiplas obras há anos abandonadas. Fortalecer a política de combate à criminalidade. Combater a toxicodependência. Resolver o "buraco" financeiro e começar a pagar a quem se deve. Melhorar os transportes públicos. Ganhar a batalha da mobilidade. Impor um urbanismo de qualidade e não ceder a pressões. Revitalizar e animar a Baixa. (CMP, 2004)

A materialização da ação camarária nos domínios definidos como de intervenção prioritária partirá quase sempre do lançamento de iniciativas ou programas-emblema. A intervenção da Câmara nos bairros sociais, por exemplo, arrancará com a apresentação de um projeto de "reconversão" – que haveria de resultar na demolição quase integral – do Bairro de S. João de Deus, espaço de habitação pública apontado como o mais "problemático" da cidade (ver, a propósito,

Alves, 2010; Queirós, 2019 [Capítulo 2]). Um dos esteios das iniciativas tendentes à promoção da "coesão social" e ao fortalecimento da "política de combate à criminalidade" será o programa *Porto Feliz*, um programa amplamente publicitado de "combate à toxicodependência" e à "marginalidade urbana" orientado primordialmente para os "arrumadores de automóveis" do centro da cidade. Símbolo da aposta no confronto daquilo que então a Câmara designa como o "binómio exclusão social/insegurança urbana", o *Porto Feliz* será igualmente apresentado como evidência do esforço camarário em matéria de "revitalização e animação da Baixa" (sobre este assunto, ver, por exemplo, Fernandes & Araújo, 2012; Peixoto, 2005). Relativamente à "revitalização e animação da Baixa", porém, a iniciativa mais emblemática será mesmo a constituição de uma "sociedade de reabilitação urbana". Corolário de um processo de mudança político-institucional profunda iniciado logo em 2002, a criação, no final de 2004, da *Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense* consagrará os princípios fundamentais da nova estratégia camarária de intervenção urbanística, habitacional e social no centro da cidade (ver à frente neste ponto; ver ainda, sobre a constituição e a ação e resultados da *Porto Vivo, SRU*, Queirós, 2007, 2016).

Em suma: reequilíbrio financeiro e direcionamento de recursos para a atração de investimento privado; proatividade em matéria de planeamento, requalificação e gestão urbanística, visando a contenção da conflitualidade social e a valorização das vantagens competitivas da cidade, em grande medida concentradas na sua área central; proatividade em matéria de promoção da segurança – eis alguns dos princípios estruturadores da ação que o Estado, através da Câmara Municipal, se propõe promover na cidade do Porto no dealbar do século XXI.

O redirecionamento do foco das políticas de cidade e o significativo reforço da atenção e da proatividade da Câmara no que à promoção da reabilitação urbana diz respeito não estarão, entretanto, desligados do desenvolvimento de inovações legislativas, institucionais e programáticas que importa recordar. No Porto, a maior novidade será, como atrás se avançou, a criação, no final de 2004, depois da promulgação do correspondente enquadramento legislativo (Decreto-lei n.º 104/2004, de 7 maio), de uma "sociedade de reabilitação urbana". Estruturada como sociedade anónima de capitais públicos detida em 40% pela Câmara Municipal do Porto e em 60% pelo Estado central, através do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), à *Porto Vivo, SRU* caberá o papel de:

> Promover a reabilitação da respectiva zona de intervenção e, designadamente, orientar o processo, elaborar a estratégia de intervenção e actuar como mediador entre proprietários e investidores, entre proprietários e arrendatários e, em caso de necessidade, tomar a seu cargo a operação de reabilitação, com os meios legais de que dispõe. (Organograma da *Porto Vivo, SRU*, 2008, p. 2)

A idealização e concretização de uma resposta institucional e programática (ver à frente neste ponto)[5] ao objetivo, tornado prioritário, de redesenho e robustecimento de uma estratégia de reabilitação urbana da Baixa portuense é acompanhada da reapreciação da relevância, funções e capacidade de atuação dos organismos até então responsáveis pela intervenção urbanística, habitacional e social no centro da cidade. Prosseguindo uma decisão tomada já em 2000 pelo anterior presidente da autarquia, Nuno Cardoso, na sequência da publicação dos resultados de uma auditoria do Tribunal de Contas dando conta da existência de irregularidades no funcionamento e financiamento das respetivas atividades, o executivo camarário liderado por Rui Rio retirará à FDZHP competências no domínio da reabilitação urbana, deixando-lhe unicamente responsabilidades em matéria de intervenção social. Descontente com esta decisão, o então presidente do conselho de administração da FDZHP apresentará, em julho de 2002, a demissão do cargo. Imersa numa crise diretiva, e sem a confiança da autarquia, a instituição entrará a partir dessa altura numa espiral de declínio, que culminará na respetiva extinção, em meados de 2007.

A reorganização da arquitetura institucional de suporte à política local de reabilitação do centro da cidade trará destino idêntico ao CRUARB: no final do verão de 2003, projetando já a criação da nova entidade vocacionada para a reabilitação urbana da Baixa – território que, na aceção que a Câmara aqui lhe confere,

---

[5] A atuação da *Porto Vivo, SRU* esteve enquadrada juridicamente, até dezembro de 2009, pelo Decreto-lei n.º 104/2004, de 7 de maio. No final de 2009, entrou em vigor o Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, que instituiu um novo regime jurídico de reabilitação urbana. De acordo com este novo regime, as "áreas de reabilitação urbana" correspondem a "espaços urbanos que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infra-estruturas urbanas, dos equipamentos ou dos espaços urbanos e verdes de utilização colectiva, justificam uma intervenção integrada" (p. 7956). Esta legislação investiu as SRU de poderes em matéria de licenciamento de operações urbanísticas, inspeções e vistorias, cobrança de taxas, imposição da obrigação de reabilitar, obras coercivas, demolição e expropriação de edifícios, etc.. No final de 2018, e depois de um período longo de impasse quanto ao modelo de partilha de responsabilidades, designadamente em matéria de participações sociais, sobre a sociedade, o capital social da *Porto Vivo, SRU* passou a ser detido exclusivamente pela Câmara Municipal do Porto, tendo em 17 de janeiro de 2019 sido aprovada a proposta de alteração dos estatutos da entidade, que passou a designar-se *Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.*. De acordo com os novos Estatutos, a *Porto Vivo, SRU* é uma empresa local, com natureza municipal, de responsabilidade limitada, que tem por objeto social a promoção da reabilitação urbana na cidade do Porto. Informações diversas sobre a génese, estrutura, objetivos e atividade da SRU do Porto podem ser encontradas online em http://www.portovivosru.pt. Uma cópia da síntese executiva do *Masterplan* da *Porto Vivo, SRU*, primeiro documento orientador da ação da sociedade, publicado em 2005, pode ser obtida em http://www.portovivosru.pt/pdfs/masterplan-sintese_executiva.pdf. Sobre como a "degradação" e a "obsolescência" das formas urbanas se vêm tornando álibis da "destruição criativa" e, por isso, importantes elementos dos processos de "acumulação espacializada de capital", vale a pena ler o trabalho de Weber (2002).

inclui quer a área que os portuenses habitualmente designam dessa forma, quer o centro histórico –, o executivo de Rui Rio decretará o encerramento da instituição e a consequente distribuição dos seus recursos humanos e de várias das suas atribuições pelos departamentos camarários definidos como competentes nestas matérias (sobre este período e a extinção destas duas entidades, ver Queirós, 2015, Capítulo 4).

Extinto o CRUARB, e retirada à FDZHP a possibilidade de desenvolver novas obras, é à *Porto Vivo, SRU* que, a partir do final de 2004, fica entregue o essencial do esforço de promoção, agora em regime de parceria público-privado, da reabilitação do centro urbano, com as operações direcionadas para o centro histórico e para a Baixa a serem enquadradas num plano único – o *Masterplan*, publicado em 2005 –, referente a uma "área crítica de recuperação e reconversão urbanística" muito vasta e multifacetada, integrando 25% do território da cidade e perto de 40% do total dos respetivos edifícios (Figura 13.1)[6].

[6] Ainda que a "área crítica de recuperação e reconversão urbanística" do Porto e a "zona de intervenção prioritária" delimitadas pela *Porto Vivo, SRU* englobem tanto a Baixa, como o centro histórico (Figura 13.1), o *Masterplan* daquela instituição é claro na prioridade que confere ao primeiro daqueles dois territórios no âmbito da estratégia de reabilitação urbana programada para a cidade. O documento em causa define da seguinte forma a dita "zona de intervenção prioritária" (ZIP): "A ZIP pode definir-se como uma área que congrega cumulativamente as seguintes características: é central; está dentro da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística; tem um perfil comercial e de serviços contínuo e diversificado; é, na sua maior parte, identificada pelos cidadãos do Porto como Baixa; e é uma área consolidada do ponto de vista do tecido urbano e do valor arquitectónico. Importa sublinhar que há diferenças entre o Centro Histórico e a Baixa, quer nos parâmetros espaciais, quer nos parâmetros temporais, mas essas diferenças estão, no essencial, identificadas e caracterizadas. O Centro Histórico, cujo coração está no Cais da Ribeira, confina-se à cerca medieval e estende-se ao longo do Rio Douro, sendo caracterizável pela classificação como Património da Humanidade. Contém uma densidade construtiva e estrutura territorial orgânica. Apresenta espaços públicos de pequena dimensão que estruturam a sua malha e na qual são excepção as falhas urbanísticas provocadas no Terreiro da Sé e na Avenida da Ponte. A Baixa está fortemente desabitada enquanto que o Centro Histórico está sobreocupado, a matriz física do território é medieval no Centro Histórico e neo-clássica na Baixa. O perfil comercial tradicional é diferente no Centro Histórico e na Baixa. É consensual que o centro da Baixa está na Praça da Liberdade, e fazem parte dela a Batalha, os Leões, Sá da Bandeira e Santa Catarina, a Rua do Almada, Passos Manuel e a parte menos inclinada e mais próxima de S. Bento, das ruas das Flores e de Mouzinho da Silveira, apesar de também se incluírem no conceito e delimitação do Centro Histórico. Urbanisticamente a Baixa coincide com a cidade do século XVIII e XIX, marcada pela expansão dos Almadas fora de muros e pelas intervenções que acompanharam a revolução industrial e a consolidação urbana do século XX, estruturada em torno das linhas do eléctrico, que acentuaram os eixos de irradiação do centro e reforçaram a centralidade da Praça da Liberdade. Podemos chamar à Baixa um valor patrimonial, mesmo que não esteja toda classificada. Encerra em si qualidade estética e urbanística, e prestígio comercial. Apesar da competição que o centro sofreu nas últimas décadas, os cidadãos ainda associam a Baixa ao centro da cidade do Porto. O prestígio das ruas da Baixa para os cidadãos do grande Porto é mais elevado do que o do Centro Histórico, ainda marcado pelo estigma dos anos de abandono e degradação. A qualidade e idade do edificado

No discurso proferido na cerimónia de constituição formal da *Porto Vivo, SRU*, realizada em 27 de novembro de 2004, Rui Rio define a promoção do "regresso à Baixa" como prioridade fundamental desta nova entidade e da sua estratégia:

> No programa com que nos apresentámos aos portuenses fomos sempre bem claros no que concerne à nossa estratégia para o Porto. Não entendemos que uma cidade que tem uma Baixa com a riqueza da nossa a possa abandonar; muito menos por contraposição a um crescimento urbanístico exagerado nas freguesias mais afastadas do Centro. Por isso, desde o novo PDM [Plano Diretor Municipal], passando pela política fiscal e por outros incentivos de diversa natureza, tudo tem apontado para o regresso à Baixa. O regresso ao Porto que o distingue das restantes cidades. O Porto que todos sentimos de forma muito especial[7]. (CMP, 2004)

---

resulta numa melhor conservação dos prédios na Baixa comparada com os do Centro Histórico. Mas atente-se ainda para o facto de a ZIP conter em si, como local também a intervencionar, um anel poente-norte-nascente envolvente à Baixa. Representa a área de expansão da malha urbana do século XIX, que formata a transição com as novas urbanizações do século XX – Campo Alegre, Boavista, Constituição e Antas, sobrepondo-se aos eixos de acessibilidade ao centro do Porto que foram sendo reforçados pelas linhas de eléctrico existentes no passado. Esta é uma área onde os problemas detectados na área central começam também a ter reflexos, mas é área em franco contacto com as zonas mais qualificadas da cidade pelo que pode absorver destas algum dinamismo e valorização – são as portas de acesso à Baixa e ao Centro Histórico. Áreas que importa amarrar antes que submerja e crie uma forte fractura entre o centro e a periferia de qualidade" (SRU, 2005, p. 6).

[7] Ainda no mesmo discurso, Rui Rio declara-se insatisfeito com a "lentidão" que o processo de reabilitação urbana do centro do Porto patenteara até à data e expõe a sua visão sobre o tipo de estratégia a privilegiar: "O processo que vinha sendo utilizado reabilitou cerca de 10% do nosso Centro Histórico, nos últimos 25 anos. Não podemos ter, daqui a mais 25 anos, apenas 20% do Centro Histórico reabilitado. Não podíamos continuar de braços cruzados. Teremos de ter, isso sim, daqui por menos de dez anos, toda uma Baixa e um Centro Histórico com a vida e a pujança que ela já conheceu. Temos de ter mais ambição. Temos de ser mais produtivos. (…) Insistir na estratégia eminentemente pública significa não perceber a realidade e condenar o projecto ao insucesso. Por isso, é fundamental assentar o investimento na iniciativa privada, dando evidentes sinais de confiança aos investidores. (…) O sector da construção civil tem, neste processo, não só um papel fundamental, como uma oportunidade única. Tem a possibilidade de intervir num mercado de enorme potencial de crescimento: o mercado da reabilitação. As empresas que mais rapidamente e melhor souberem fazer a sua reconversão serão, seguramente, as que terão maior sucesso. (…) O estado deplorável do nosso edificado urbano mais antigo criou a necessidade de o reabilitar. Quem satisfizer essa necessidade terá o seu êxito empresarial assegurado e será de uma enorme utilidade social ao criar emprego e riqueza. Quem persistir na construção de raiz – no que ao Porto concerne – estará a actuar num mercado saturado e que, politicamente, não entendemos como prioritário" (CMP, 2004). Sobre o arranque da *Porto Vivo, SRU* e a visão do executivo camarário de então sobre a respetiva orientação e ação, ver, por exemplo, CMP (2005a, pp. 22-23); CMP (2005b, pp. 30-32).

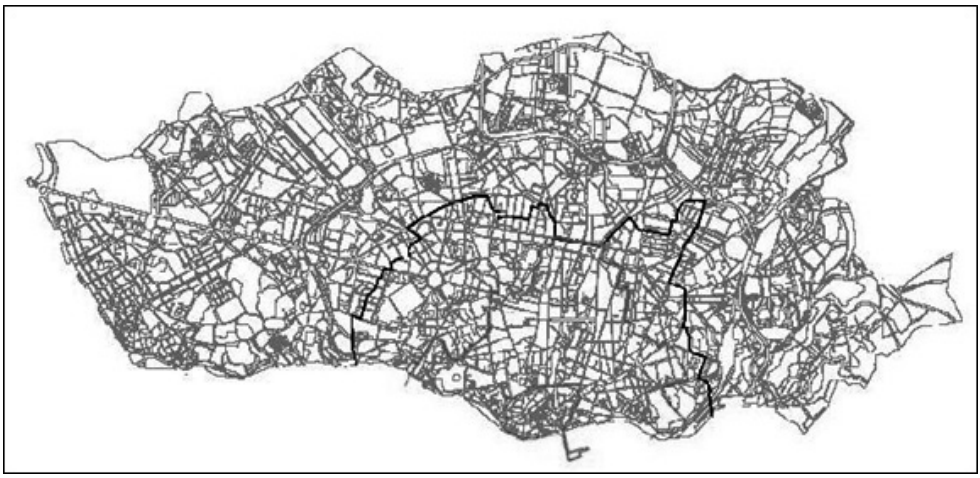


Figura 13.1. Limites da "Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística" e da "Zona de Intervenção Prioritária" da cidade do Porto, segundo a Porto Vivo, SRU *(2005)*

"Área crítica de recuperação e reconversão urbanística" (limite mais alargado a preto), "zona de intervenção prioritária" (limite mais amplo a cinzento) e área "património mundial" (limite mais exíguo a cinzento), conforme as delimitações apresentadas pela *Porto Vivo, SRU*, em 2005. Fonte: SRU (2005).

O propósito genérico de promoção do "regresso à Baixa", a que aqui se refere o então presidente da Câmara Municipal do Porto, e que está no âmago da estratégia vertida no *Masterplan* da recém-constituída SRU, apresentará, entretanto, uma multiplicidade de vertentes que colocará o seu alcance para além da simples pretensão de atração de residentes. Na verdade, se a "re-habitação da Baixa" é o primeiro dos objetivos da nova entidade responsável pela dinamização da reabilitação urbana no Porto, na lista de prioridades estratégicas da SRU figuram, para além de ações de "qualificação do espaço público", o "desenvolvimento e promoção do negócio", a "revitalização do comércio" e a "dinamização do turismo, cultura e lazer" (SRU, 2005, pp. 8-18; Quadros 1 a 3).

> O objectivo último é re-habitar, para aqui trazendo novas famílias, população mais jovem, novos negócios e empresas de valor acrescentado, mantendo as actividades instaladas, recuperando-as e modernizando-as sempre que possível. Impõe-se assim agir sobre o parque edificado mas sem descurar uma intervenção sobre o espaço público e redes de infraestruturas, bem como as questões imateriais, como sejam o reforço do sector da habitação segundo os seus mais diversos padrões, a dotação de equipamentos de utilização colectiva de apoio à residência, as actividades comerciais de proximidade, a promoção de incentivos à localização de novas actividades e serviços, e a qualificação do ambiente urbano. A protecção e valorização ambiental, a racionalização dos con-

sumos energéticos e a aposta na inovação tecnológica, são desígnios a ter, também e sempre, presentes nos processos a desenvolver.

O centro da cidade ainda detém, junto dos portuenses, um grande capital de prestígio que vale a pena aproveitar para a sua regeneração habitacional e comercial. (…)

É indispensável criar uma oferta de habitação, em qualidade e quantidade, que possa atrair «os tripeiros» a viver no centro da sua cidade. Importa captar moradores de diversos standards sócio-económicos para preencher o edificado que se esvaziou e para vivificar o comércio e as ruas.

É preciso dotar o território de um variado leque de serviços ao turismo, que permita aproveitar o seu potencial no desenvolvimento da cidade. Faltam hotéis, esplanadas e animação diurna e nocturna que ofereçam motivos de interesse complementares ao Centro Histórico e às caves do vinho do Porto.

É necessário criar na juventude, nomeadamente entre a população estudantil, hábitos de frequentar o centro, como alternativa à Ribeira e à Foz. Isso implica um novo perfil comercial e de lazer.

As «sedes» das grandes empresas portuenses ou nortenhas com mais prestígio podem ser atraídas para o centro do Porto, no mínimo como locais de representação.

Uma gestão moderna da qualidade do espaço é indispensável ao sucesso da estratégia de desenvolvimento. O centro da cidade tem de estar permanentemente limpo, pintado, vigiado e seguro. (SRU, 2005, p. 4)

Novos residentes e "população mais jovem", empresários e investidores, consumidores de índole diversa e turistas: eis os grupos sociais visados pela estratégia preconizada pela sociedade de reabilitação urbana criada no Porto por impulso da Câmara Municipal no final de 2004. Lida em meados da primeira década do século XXI, a proposta genérica da *Porto Vivo, SRU* para a Baixa da cidade afigurar-se-ia, quiçá, voluntarista e excessivamente ambiciosa; mas a evolução observada nos quinze anos seguintes haveria de evidenciar o paulatino encontro entre a política programada e a transformação urbana e social efetivamente registada no centro do Porto.

"Ponto de partida e de chegada de toda a intervenção de revitalização urbana e social da Baixa do Porto", a atuação a realizar no domínio habitacional deveria, segundo a *Porto Vivo, SRU*, visar a "modernização e preparação da oferta", designadamente através da adequação das tipologias arquitetónicas dos edifícios e das tipologias dos fogos, bem como da instalação de equipamentos e serviços de apoio, para "segmentos variados" de novos residentes, com destaque para os "jovens" ("recém-licenciados ou em início de carreira e estudantes"), os "casais sem filhos ou com um descendente" e os "casais de meia-idade que querem reinstalar-se na Baixa". Ainda que uma política de habitação "sustentável" tivesse, de acordo com o *Masterplan* da instituição, que ter "necessariamente em conta" a "população residente e enraizada, a qual representava um atributo e uma valorização para a área urbana de que era parte, sendo integrante da sua história e do

seu imaginário", seria sobretudo a "captação de população" – ou a "angariação" de novos "públicos", para utilizar outra expressão daquele documento da SRU – a prioridade a prosseguir em matéria de promoção da (re)ocupação residencial da Baixa portuense (SRU, 2005, pp. 9-10).

O eixo do "desenvolvimento e promoção do negócio" orientar-se-ia, por seu turno, para a criação de condições favoráveis à modernização e qualificação da base económica do território objeto de intervenção. O propósito seria o "regresso de atividades à Baixa do Porto", mas suportado em "novos princípios e factores de competitividade, como a gestão, o *design*, o *marketing* e a comunicação, a investigação e desenvolvimento de produtos, o conhecimento e a inovação" (SRU, 2005). Através de uma série de medidas que incluiriam a constituição de um "parque da inovação", a criação de "ninhos e incubadoras" de atividades "tecnológicas ou de alto valor de inovação e criatividade" e o apoio à fixação de empresas de "consultoria empresarial ou ambiental, da indústria da reabilitação urbana ou turística, de serviços e eventos culturais, etc.", a intervenção no domínio do "desenvolvimento e promoção do negócio" visava contribuir para o alargamento da oferta local de emprego e assim contribuir para a atração de profissionais altamente qualificados, quadros superiores, investigadores, artistas e intermediários culturais (SRU, 2005, pp. 11-12; Figura 13.2).

Em matéria de "revitalização do comércio", o *Masterplan* da SRU procuraria "enquadrar os negócios existentes, potenciando os que se encontra[sse]m em boa situação, requalificando os outros, e projectando novos formatos e temas". Neste âmbito, o comércio portuense deveria passar a "transmitir no acto da compra o conceito de «experiências» diferenciadoras e únicas". O objetivo passaria pela constituição de um centro de cidade organizado como "grande área comercial, de lazer e entretenimento" ("Fórum Aberto"), contemplando uma oferta diversificada e apta a satisfazer procuras emergentes ("novos segmentos"), procuras específicas ("comércio temático") e procuras sofisticadas ("comércio de luxo") (SRU, 2005, p. 13; Figura 13.3).

Finalmente, quanto à "dinamização do turismo, cultura e lazer", as medidas apresentadas significariam uma aposta no "turismo cultural, do conhecimento e profissional" e no "desenvolvimento de negócios e actividades económicas associados ao turismo". O objetivo passaria por ajudar a "posicionar o Porto como plataforma de uma ampla região turística", valorizando, em especial, a sua condição enquanto importante polo lúdico e cultural (SRU, 2005, pp. 14-16; Figura 13.4).

Eixo de intervenção estratégica	Medidas	Descrição
Desenvolvimento e promoção do negócio	Parceria Porto Vivo/ Universidade do Porto	A medida visa: criar um "parque da inovação", com base nas competências dos principais centros de investigação da cidade; promover a instalação de *start-ups* por jovens estudantes; promover parcerias entre as diversas entidades que fazem investigação científica, com vista a aumentar o nível de aproveitamento económico da investigação realizada; promover a instalação de empresas de base criativa e tecnológica que contribuam para a reabilitação do tecido urbano da cidade.
	Pavilhão da Ciência/ Centro do Futuro	"Partindo da ideia de edificar um espaço e logística multi-funcional, de atributos formais de beleza e diferença, pretende-se atrair investimento, actividades de investigação, acontecimentos e massa crítica de todos os pontos do país e também de origem externa, proporcionar a circulação de saber e produtos e a sua apropriação, numa lógica de enquadramento económico, social e urbano".
	Instalação de empresas	A medida pretende apoiar a formação de novas empresas, nomeadamente através do incentivo ao empreendedorismo de jovens universitários. Pretende ainda atrair empresas já constituídas para a área de intervenção, principalmente empresas de áreas como os "novos tipos de negócios" (ambiente, etc.), "consultoria", "reabilitação urbana" e "cultura".
	Parque da Inovação	O objetivo é a criação de um parque empresarial no eixo Campo 24 de Agosto/rua das Doze Casas (ninho/incubadora de empresas, instalação de serviços de apoio à atividade empresarial, etc.).
	Formação profissional e empregabilidade	"Tendo presentes os objectivos globais desta intervenção no ambiente urbano, é fundamental que os recursos humanos sejam qualificados e recebam instrumentos teóricos e práticos que lhes permitam adaptar-se o melhor possível ao novo conceito social e económico". Pretende-se que a formação incida particularmente nas áreas do turismo, restauração e hotelaria, comércio (formação em gestão, línguas, etc.) e empreendedorismo.
	Política de comunicação para promoção do turismo, comércio e negócio no Porto	"A cidade do Porto deverá assentar a sua estratégia global de comunicação em quatro objectivos: melhoria da imagem da cidade no exterior; atracção de novos visitantes; informação aos visitantes e residentes; envolvimento da comunidade".
	Loja do Cidadão	A medida visa a criação de uma «loja do cidadão» num espaço estratégico, mas subaproveitado, do centro da cidade, de forma a dinamizar a afluência de pessoas à área de intervenção, gerando um tráfego significativo ao longo de um período alargado do dia. Para os habitantes, constituiria um serviço de conveniência baseado nos conceitos de proximidade e acessibilidade.

Figura 13.2. Eixos de intervenção estratégica da Porto Vivo, SRU, *conforme o respetivo* Masterplan: *eixo do «Desenvolvimento e promoção do negócio»*

Fonte: SRU (2005).

Eixo de intervenção estratégica	Medidas	Descrição
Revitalização do comércio	Serviços, logística, gestão conjunta	A medida pretende dinamizar o comércio, aproximá-lo das "necessidades actuais dos consumidores" e dotá-lo de "novos factores de competitividade", através do desenvolvimento de serviços de apoio ao cliente, plataformas logísticas e modelos de gestão conjunta.
	Novos segmentos: novas estéticas, negócios verdes e comércio justo	"Numa tendência global, as cidades hoje são «invadidas» por novos conceitos ou formas inovadoras de os apresentar, que são reflexo das novas formas de organização da sociedade e das suas preferências e inovações. (…) Para acolher novos habitantes, turistas e «*city users*», é necessário contemplar as novas tendências, novas necessidades e novos hábitos" ("novos modelos de lojas", "lojas de *design* e *designers*", "conceitos radicais e urbanos", "negócios verdes", "comércio justo").
	Alteração de uso em espaços comerciais devolutos	A medida visa transformar espaços comerciais devolutos em espaços para habitação ou para apoio à habitação (garagens, etc.).
	Proximidade e diversidade	"Pretende-se estimular a organização das zonas adjacentes à habitação, motivando operadores privados a investir de modo a suprir as carências identificadas", para assim "reforçar a atractividade habitacional da cidade".
	Comércio temático: vinho do Porto, ourivesaria, produtos regionais, alfarrabistas e livrarias, antiguidades	A instalação de zonas de comércio temático contribuirá para o "desenvolvimento do comércio, da actividade turística, assim como da melhoria da prestação económica dos sectores envolvidos na cidade e na região. (…) A ligação a actividades culturais e de lazer assume significativa importância para potenciar as zonas como pólos de atracção".
	Comércio de luxo	"A implementação deste segmento de comércio pode funcionar como âncora para uma nova corrente de investimentos na recuperação da cidade, arrastando outros investidores para a nova imagem que este segmento projectaria. Esta medida serve o turista de classe alta que se pretende atrair (…). Para o residente local pode funcionar como pólo de atracção, potenciando o desenvolvimento habitacional da zona, servindo um segmento actualmente não existente".
	Fórum Aberto	O "Fórum Aberto" envolveria as ruas de 31 de Janeiro, de Santa Catarina, de Sá da Bandeira e de Passos Manuel: "Além do aproveitamento de um espaço central da cidade para nele situar um conjunto diversificado de actividades, a dinâmica de atracção desempenhada pelo Fórum, com a sua variedade de actividades comerciais e de serviços concentrada num único espaço, fará gravitar em torno deste grande parte da vida da Baixa, potenciando ainda mais a dinâmica do eixo comercial existente".
	Bolhão – recuperação e revitalização	"Recomenda-se uma abordagem conducente a um conceito misto, mantendo o tradicional e criando novos cenários para outro tipo de público. A proposta passa pela adopção de um modelo semelhante ao "*Covent Garden*" de Londres. Assim, a opção seria claramente por um conceito que conjugue o comércio típico actualmente existente com um comércio diversificado e sob novos moldes. (…) O novo Bolhão teria ainda uma forte componente lúdica e cultural, aliando a tradição a novas formas de comércio, restauração e lazer".

Figura 13.3. Eixos de intervenção estratégica da Porto Vivo, SRU, *conforme o respetivo* Masterplan: *eixo da «Revitalização do comércio»*

Fonte: SRU (2005).

Eixo de intervenção estratégica	Medidas	Descrição
Dinamização do turismo, cultura e lazer	Rotas Turísticas, Rotas Temáticas, Rotas Geográficas	"Estas rotas são essenciais para equilibrar interesses entre residentes e visitantes, de forma a organizar e orientar os turistas, distribuindo-os por áreas temáticas (no caso de públicos específicos e ligados a uma das áreas) ou numa perspectiva geográfica (no caso do grande público)".
	Património religioso, turismo e cultura	O património religioso e as festividades da cidade são encaradas como elementos fundamentais para "adicionar valor à estratégia de posicionamento do Porto como importante actor ao nível europeu em termos do Turismo Cultural e Patrimonial".
	Animação artística – Praça D. João I e frente ribeirinha	O principal objetivo da proposta de intervenção é a transformação destes espaços públicos em focos de animação da cidade e locais de acolhimento de eventos artísticos (pontuais e/ou permanentes): dança, teatro, música, exposições, artes de rua, circo, festas escolares.
	Hotelaria de charme	"A instalação de unidades hoteleiras de charme em edifícios de atributos patrimoniais reconhecidos e estrategicamente localizados contribui, numa lógica de enquadramento económico, social e urbano, para o desenvolvimento da actividade turística e a melhoria da prestação económica do sector na cidade e na região. (…) O sector do turismo necessita de um importante reforço da sua imagem ao nível da qualidade dos equipamentos instalados e da sua capacidade de corresponder às expectativas de turistas de um segmento alto em termos socioeconómicos e de exigência".
	Pousadas de Juventude	A medida pretende requalificar edifícios de interesse arquitetónico e patrimonial, no sentido da sua transformação em "pousadas de juventude" destinadas a acolher clientes do segmento jovem e estudantes.
	QITs – Quiosques de Informação Turística	Os "Quiosques de Informação Turística" não só apoiarão a atividade turística, como contribuirão para requalificar espaços centrais da cidade.
	Festas e tradições populares	"O reforço da visibilidade externa de uma cidade tem de ser ancorado, em grande medida, nas suas características próprias e distintivas, como factor diferenciador face a outros potenciais destinos concorrentes. Nesse contexto, pretende-se com estas medidas: promover a imagem do Porto como destino turístico com marcas regionais diversificadas que confiram expressões de uma cultura e identidade próprias; além de dar vida às freguesias da cidade, atrair os turistas que buscam conhecer as raízes e tradições das cidades que visitam".
	Artes de rua	A medida visa incentivar projetos de dança, música, teatro de rua e novo circo capazes de dotar os espaços públicos da cidade de "eventos de dimensão variável que, em permanência, os animem, reforçando a atractividade da cidade e o seu potencial de desempenho turístico".
	Centro de Interpretação da Cidade	"O Centro de Interpretação da Cidade assume um papel central na relação da cidade com habitantes, visitantes e turistas porque congrega um conjunto amplo de valências numa lógica de serviço de conveniência e instrumento vivo de comunicação. (…) Será um espaço que deverá fazer a ponte entre o passado e o futuro, permitindo viver a cidade no presente em toda a sua plenitude".

Figura 13.4. Eixos de intervenção estratégica da Porto Vivo, SRU, *conforme o respetivo* Masterplan: *eixo da «Dinamização do turismo, cultura e lazer»*

Fonte: SRU (2005).

Recriado o enquadramento legislativo e institucional, concebida e apresentada a nova estratégia para a reabilitação urbana do centro do Porto, pareciam enfim reunidas, em meados da primeira década do século XXI, as condições para o avanço das operações, tanto mais que à SRU começavam a chegar indícios fortes de interesse da parte de diversos investidores, incluindo estrangeiros. As palavras são de Joaquim Branco, à época presidente da comissão executiva da *Porto Vivo, SRU*, numa entrevista concedida em meados de 2005[8]:

> Neste momento, há muita manifestação de vontade e interesse em investir na Baixa [do Porto]. Isto a falar dos portugueses, porque os estrangeiros mostram todos muito mais apetência do que os portugueses, porque já passaram pelo processo de reabilitação e já viram o sucesso que tiveram nos seus países, Londres, Barcelona, Paris. Estão todos muito entusiasmados com a reabilitação da Baixa [do Porto], porque acreditam e já viveram a experiência.

Enquanto instituições responsáveis pelo "incentivo económico à intervenção dos promotores privados no processo de reabilitação", tornado "imperativo nacional" pela legislação que estabeleceu a figura das "sociedades de reabilitação urbana" (Decreto-lei n.º 104/2004, de 7 de maio), a estas entidades caberia a tarefa de motivar um setor imobiliário ainda muito vinculado à aposta na construção nova a investir finalmente na "oportunidade de negócio" que a reabilitação dos centros urbanos configurava. As palavras são, novamente, de Joaquim Branco[9]:

> Os portugueses, o que acontece é que estão na fase de entusiasmo de construção nova na periferia, têm terreno livre… E nunca viram aqui a Baixa [do Porto] como hipótese de investimento. E a prova está aqui, está tudo devoluto e degradado, eles não viram nisto nunca uma oportunidade de negócio. E, como nunca viram, nem a consideravam no seu rol de investimentos, está muito mais difícil de convencer os portugueses de que isto é um bom negócio. E, portanto, como eles neste momento não têm

[8] A entrevista em causa foi realizada no âmbito de uma outra investigação, cujos propósitos e resultados foram reportados em Queirós & Rodrigues (2005).

[9] Segundo dados do *Euroconstruct*, a atividade de recuperação, conservação e manutenção de edifícios terá representado apenas 10% do total da produção do setor da construção civil português no ano de 2004. O peso médio da construção nova no conjunto dos 19 países analisados pelo *Euroconstruct* era, nessa altura, de 52,5%, contrastando com os 90,5% registados em Portugal. Estes dados surgem citados no artigo de Ana Paula Lima, «Reabilitação urbana em segundo plano», publicado na edição de 21 de março de 2005 do *Jornal de Notícias*. A realidade haveria de alterar-se nos anos subsequentes, com reforço assinalável do peso das obras de reabilitação: dez anos depois, e passado o período mais intenso da crise financeira, económica e social iniciada em 2008, a repartição das obras concluídas entre obras de construção nova e obras de reabilitação evidenciará ainda a supremacia da construção nova, mas com a reabilitação a corresponder agora a um terço do total das obras concluídas (INE, 2019, p. 21). Desenvolvimentos sobre este assunto poderão ser encontrados no ponto seguinte do presente texto.

> alternativa, não lhes compensa continuar a construir novo para venderem, portanto, o que é que lhes aparece agora? Aparece a sociedade de reabilitação urbana a dizer que a Baixa [do Porto] vai ser bom, vai dar, que é uma oportunidade de negócio, e eles estão a virar as antenas para aqui. (…) Mas o primeiro passo não querem dar, querem dar acompanhados… E foi para isso que foi criada a SRU. (…) Agora, a SRU não é investidora imobiliária, nem construtora, nem empreiteira… Mas, nesta fase, vamos ter que ser nós a avançar em primeiro lugar e espero que posteriormente sejam estes investidores a substituírem-nos e a juntarem-se aos proprietários. O ideal seria que nós, a SRU, nunca tivéssemos que entrar. Nós, a SRU, deveríamos limitar-nos a exercer os poderes públicos, que são definir, fiscalizar, controlar, etecetera. O risco do investimento tinha que ser corrido pelos investidores.

Com efeito, para captar a atenção e fazer crescer o interesse da parte de investidores que se mostravam nesta altura "entusiasmados", mas também "hesitantes", a SRU assumirá nos primeiros anos da sua atividade a dianteira de alguns projetos de reabilitação de edifícios e de arranjo urbanístico de espaços públicos. Sempre em parceria com empresas de construção civil e promotoras imobiliárias, a SRU dinamizará intervenções nas Ruas das Flores e de Mouzinho da Silveira (limite norte do centro histórico), no Cais das Pedras (frente de rio de Massarelos, a poente do centro histórico), na Praça do Infante (coração do centro histórico, próximo do rio) e na Praça de Carlos Alberto (fronteira do centro histórico com a zona de Cedofeita, a noroeste daquele)[10]. O período será também de intensa produção documental e programática e de lançamento de concursos para desenvolvimento de novas frentes de obra, com destaque para os projetos da Praça de Lisboa e dos quarteirões de D. João I, Corpo da Guarda e Cardosas, todos localizados na bordadura norte do núcleo antigo da cidade (Fotografias 13.3 e 13.4).

[10] Sobre a intervenção da *Porto Vivo, SRU* no "Quarteirão de Carlos Alberto", um dos projetos-emblema lançados nos primeiros anos de atividade da instituição, sugere-se a consulta do trabalho de Gallart (2011). O projeto original da *Porto Vivo, SRU* para o "Quarteirão das Cardosas" pode ser consultado *online* em http://www.portovivosru.pt/pdfs/CARDOSAS.pdf. O caso tem dividido opiniões: aos prémios recebidos sucedem-se as críticas de representantes de segmentos ligados à academia e à conservação do património (ver, por exemplo, os artigos sobre este assunto publicados nos jornais *Arquitecturas* e *Punkto*, disponíveis *online* em http://www.jornalarquitecturas.com/canal/detalhe/quarteirao-das-cardosas-foi-considerado-melhor-exemplo-de-regeneracao-residencial e https://www.revistapunkto.com/2014/04/e-pur-si-muove-icomos.html.

Fotografias 13.3 e 13.4. Aspetos da frente voltada à Avenida dos Aliados e do miolo do «Quarteirão das Cardosas», onde a SRU promoveu um dos seus maiores «projetos-piloto»

Ano: 2012. Autoria: João Queirós.

Mas se havia registo de dificuldades em angariar investidores privados para os projetos de reabilitação urbana divisados pela *Porto Vivo, SRU* no período de 2005 a 2008, mais dificuldades haveriam de se verificar depois do recrudescimento da crise do setor imobiliário e do agravamento dos problemas de financiamento da economia nacional e internacional observados a partir do último dos dois anos mencionados. Com efeito, haverá projetos cujo arranque e concretização serão consideravelmente retardados – como nas Cardosas, aliás – e outros que só muito depois serão retomados. Até ao início da segunda década do século XXI, a estes processos adicionar-se-ão ainda os casos de habitações e estabelecimentos comerciais reabilitados que tardam em encontrar comprador.

Crise, retoma e auge do imobiliário reabilitado no centro do Porto

Ameaçadas pela crise em que o país mergulha a partir dos últimos anos da primeira década do século XXI – cujos efeitos se manifestam com especial incidência nos setores do imobiliário e da construção civil[11] –, as ambições da estratégia de reabilitação urbana portuense lançada alguns anos antes tornam-se mais modestas. Mas a reabilitação do centro do Porto parece capaz de resistir aos piores cenários: no final de 2010, em plena crise, o que os dados disponíveis indicam é, com efeito, o reforço paulatino da procura de algumas zonas do centro histórico e da Baixa por parte de novos residentes e investidores e o aumento do número de proprietários interessados em reabilitar os seus edifícios. A altura revelava-se, na verdade, "boa para adquirir", como sublinha uma profissional da SRU então

[11] Sobre este assunto, ver o Capítulo 6 deste trabalho. Ver também o Capítulo 8.

entrevistada, referindo-se à realidade específica do "morro da Sé", no centro histórico[12]:

> "Efetivamente, nós temos tido aqui uma procura, principalmente de pessoas novas, mas as pessoas, neste momento, na situação em que estão, querem uma casa para alugar e que não seja com uma renda muito elevada. Essa é a grande parte [daqueles que procuram casa no centro histórico], até das pessoas que vivem aqui. (…) E, aliás, os privados, neste momento, querem reabilitar os prédios, têm os inquilinos e andam à procura da solução alternativa para o realojamento temporário, mesmo na zona, através de casas que são privadas. Nós temos aqui proprietários que estão na disposição de pagar uma renda durante um ano ou dois de maneira a que a pessoa saia para poder fazer a obra. Agora, era preciso que houvesse mais oferta e que as rendas fossem reguladas. (…) [N]**ós**, neste momento, temos um número considerável de projetos em fase de licenciamento, mesmo na zona da Sé, nestas ruas um pouco mais problemáticas, temos o seguinte: há muito privado a adquirir – a altura é boa para adquirir – e os processos de licenciamento a aparecer. Eu penso que, se se converterem em projetos aprovados até ao fim do ano, tudo o que temos para aí, nós vamos ter um número considerável de obras na Sé. (…) [N]**ós** temos muitos prédios a serem transacionados aqui na zona da Sé, muitos mesmo, muitos, muitos. E, neste momento, posso dizer, se calhar onde temos mais projetos a ser licenciados é na zona da Sé. Claro, não são obras muito grandes, os prédios são pequeninos, etecetera, mas temos. Eu penso que a Ribeira, neste momento, está a querer levar uma volta, e os proprietários que lá têm prédios, e com os *hostels*, que estão a entrar aí com força, principalmente na zona da Ribeira, Mouzinho… Aqui na Sé ainda é o privado, para reabilitar, mesmo para habitação, uma habitação pequena, um T1, um T2, são esses projetos que têm entrado."

Perante estes indícios, não surpreende que o então presidente da Câmara Municipal do Porto faça um balanço positivo dos resultados da estratégia de reabilitação urbana posta em marcha depois da sua primeira vitória autárquica. No editorial da edição da revista *Porto Sempre* publicada em outubro de 2010, cujo destaque vai para a conclusão das obras de requalificação do "Ferreira Borges", um antigo mercado municipal do centro histórico transformado em equipamento cultural e concessionado a uma empresa privada (*Hard Club*), Rui Rio admite que "falta reabilitar muitos prédios" e que "falta trazer gente para viver na Baixa", mas não deixa de manifestar "orgulho e contentamento" pela estratégia bem-sucedida de mobilização do investimento privado para a reabilitação da área central da cidade, num momento de severas dificuldades económico-financeiras:

[12] Esta entrevista foi realizada no âmbito da investigação reportada em Queirós (2015).

> Quando em 2002 tomei posse, pela primeira vez, como Presidente da Câmara, assumi o compromisso de iniciar a reabilitação da Baixa do Porto. A Baixa estava abandonada, com o parque habitacional a cair de podre, arrasada pela "Porto 2001", e sem que alguém quisesse olhar estrategicamente para ela. Só que, como costumo dizer, a Baixa é onde o Porto é mais Porto. E, por isso, esta cidade com a sua Baixa abandonada, será, seguramente, menos Porto. Começámos por criar um novo modelo, assente no investimento privado, e não apenas nos dinheiros públicos. De seguida, fundámos a sociedade de reabilitação urbana, a Porto Vivo, SRU. Fizemos um Masterplan. Iniciámos o "namoro" aos investidores. E arrancámos com a reabilitação da grande maioria das ruas e praças do centro da cidade. Em paralelo, foi preciso um discurso político firme, convicto e coerente, que levasse os interessados a acreditar no nosso projecto. Pelo caminho ficaram, por exemplo, as críticas que nos fizeram à não construção do Corte Inglês na Boavista que, se se tivesse feito naquela altura, teria quebrado, para sempre, a confiança dos potenciais investidores no nosso projecto para a Baixa – já que tal construção teria representado o recentrar do comércio fora do centro da cidade. Teria representado uma contradição e uma incoerência da nossa parte. E quando os investidores não têm confiança no poder político, obtemos um resultado mais ou menos idêntico àquele que está, hoje, a acontecer com a economia portuguesa e com o seu financiamento.
>
> Finalmente, apostámos na animação da Baixa. Ninguém vinha à Baixa, e era preciso que passasse a vir. Julgo que o êxito desta vertente da nossa estratégia dispensa palavras; porque ultrapassa largamente tudo o que se poderia esperar.
>
> Perante todo este esforço que temos feito, é, pois, uma enorme alegria ver o Mercado Ferreira Borges reabilitado e pronto a servir a Baixa e a cidade. Servi-la, com base num projecto cultural interessantíssimo, fruto do saber e do arrojo de investidores portuenses de elevado mérito profissional. Mas falta ainda fazer muito pelo centro da nossa cidade. Falta reabilitar muitos prédios e falta, acima de tudo, trazer gente para viver na Baixa. Aceitarão, no entanto, todos, que chegados até aqui, seja humano manifestar o orgulho e o contentamento por tudo o que já se conseguiu. Aliás, são estes resultados já obtidos, graças ao mérito e capacidade de muita gente, que devem constituir, para todos nós, um elemento de confiança no futuro. Confiança que, apesar da crise económica que o País atravessa, a Baixa vai vencer e o Porto será cada vez mais Porto. (CMP, 2010)

Intervenção nos arruamentos e espaços públicos, reabilitação e concessão de equipamentos culturais e de lazer, promoção de eventos e animação de rua, aconselhamento financeiro e de gestão, apoio técnico e administrativo, gestão de licenças e condicionamento funcional, promoção direta da estratégia: são várias as investidas feitas nesta altura pela Câmara Municipal e pela *Porto Vivo, SRU* no âmbito do seu "namoro aos investidores". Desconsideradas habitualmente quando consumados os objetivos, isto é, sempre que os ciclos económicos vivem momentos expansivos e o imobiliário floresce, iniciativas como estas evidenciam com clareza o caráter explícito, organizado e sistemático – e, enfim, a importância decisiva – do trabalho que as instâncias estatais frequentemente desenvolvem para

tornar possíveis mercados e mercadorias que a escassa liquidez, a falta de confiança e vários outras desvantagens competitivas e fatores desmobilizadores ameaçam inviabilizar.

O responsável de uma grande empresa do setor da Construção, entrevistado no âmbito do "observatório" do Porto do projeto *Novos Terrenos para a Construção*, oferece uma perspetiva complementar sobre a relevância do esforço público na consolidação do mercado da reabilitação urbana, destacando o papel assumido pela Câmara do Porto, logo depois do "ciclo positivo" terminado em 2001/2002, tanto como "dona" de obras de requalificação de edifícios de habitação, quanto como indutora do direcionamento do foco das empresas do setor para as operações de reabilitação na Baixa e no centro histórico:

> "Nós começámos a reabilitação mais ou menos em 2001, 2002. Foi numa altura em que começámos a sentir… Ainda estávamos no final do ciclo positivo, mas sentíamos que estava a vir um ciclo negativo. E nós começámos a reabilitação dos bairros sociais do Porto, em obras onde precisamente onde quase ninguém respondia. E, portanto, nós vimos naquilo um nicho, uma oportunidade, eram obras – eram e são – obras complicadíssimas do ponto de vista de gestão, porque é fazer obras em bairros sociais com as pessoas que não saem de lá, continuam a morar lá dentro, nós temos que andar a fazer obras à volta da casa das pessoas, e, às vezes, até dentro da casa das pessoas. Nem é bom explicar, porque aquilo tinha situações... (…) Portanto, foi, foi esse tipo de reabilitação que nós começámos [a fazer], 2001, 2002, por aí. Reabilitámos muitos bairros, na altura, aqui no Porto, mesmo muitos, milhares de fogos. E depois começámos a olhar para a reabilitação de outras coisas, reabilitação aqui no Porto, de dois ou três palacetes, reabilitação de edifícios no centro histórico. E houve ali, em 2004, 2005, que nós tivemos o início da operação… 2006, se calhar, posso estar enganado aqui nalguma data, por um ano ou dois, começámos a ter o início da reabilitação do Quarteirão das Cardosas. (…) [F]omos um bocadinho os primeiros a ir tão... à frente [na aposta no subsetor da reabilitação]. E, na altura, também tínhamos ali mais uns edifícios, ali na Baixa, que estávamos a reabilitar, e começámos cada vez mais… Para lhe dizer, aquilo foi um bocadinho estratégico, não é? Nós, em 2008, 2009, já tínhamos… tínhamos quase 50% da nossa carteira em obras de reabilitação."
>
> (Administrador, GE)

A aposta precoce no subsetor da reabilitação possibilitou a esta empresa, como a outras com idêntica opção e experiência, adquirir contactos e *know-how* e assim conquistar quota de mercado num espaço de atuação inevitavelmente condicionado pela crise, porém com perspetivas de crescimento mais favoráveis. Se a crise teve como consequência a substituição de construção nova por obras de reabilitação, quem antecipou esta necessidade e cedo se especializou nestas últimas, pôde

experimentar o acerto de tal mudança estratégica. Para muitos agentes do setor, a reabilitação haveria de ser, depois de 2008, e pelo menos até meados da década seguinte, o principal foco da atividade. As palavras são, primeiro, de um alto quadro de uma grande empresa com sede em Braga e, depois, de um quadro técnico de um grupo empresarial angolano a operar em Portugal, ambos entrevistados em 2019:

> "Nós até… Ora, pensando aqui nas datas, nós, até 2008, quase que fazíamos sempre obra nova, de raiz. Tínhamos uma empresa (…) que estava no nicho da reabilitação e agora é ao contrário. Temos a grande empresa, que é a que está nos centros históricos a reabilitar e a fazer Construção, [e] nós agora é demolir, ou manter uma fachada, e depois começar de novo, mas temos sempre ali a intervenção de demolir, de manter uma fachada, depende, se é reabilitação profunda ou ligeira… Mas foi a partir dessa altura, 2008, depois foi aquele período de 2011… depois, a partir de 2013, foi quase tudo reabilitação."

(Quadro de topo, GE)

> "Eu apanhei… Tudo o que o vou ouvindo dos meus colegas mais antigos, eu entrei numa fase ainda boa, mas que já estava a decair muito a Construção… (…) Fim da década de noventa e quase até 2006, 2007… (…) Bom, havia muitas regalias, havia muita construção, foi desde a *Expo* [98], estamos a falar na construção dos estádios, os metros, a Casa da Música, tudo o que se possa… A ponte Vasco da Gama… Tudo grandes obras. E depois houve um bocadinho edifícios, habitação, foi o grande *boom* da construção. Depois, começou a decair muito, [a partir de] 2006, 2007, começou a vir a crise em força até há três, quatro, cinco anos atrás... Agora está um bocadinho a subir, muito às custas da reabilitação, se calhar… Mesmo ao nível de grandes obras, não vejo tantas grandes obras como havia nesses períodos; a reabilitação, principalmente Lisboa, Porto, grandes centros urbanos, Coimbra… veio trazer muito trabalho."

(Quadro técnico, GE)

No Porto, será em larga medida o turismo a suscitar o investimento e a impulsionar, em especial depois de ultrapassada a mais aguda fase da crise económico-financeira, a reabilitação do centro urbano. Com as visitas à cidade a "baterem recordes" ano após ano, a procura gerada pelos agentes económicos ligados ao setor da hotelaria e alojamento turístico, bem como ao comércio, à restauração e à animação cultural e noturna, configurará a chave para o triunfo da estratégia de promoção da reabilitação urbana divisada anos antes pelos responsáveis políticos locais e resultará na "explosão" – o tão propalado *boom* – do interesse e do investimento no imobiliário reabilitado

portuense[13]. O administrador de uma grande empresa de construção civil com sede na Área Metropolitana do Porto refere-se assim a este fenómeno e aos efeitos que o mesmo tem tido sobre a atividade da sua organização:

> " [T]emos várias atividades imobiliárias, várias, promoção de hotéis… Não só hotéis, também habitação, também residências de estudantes, e achamos sinceramente que este ciclo que está ligado à volta do turismo não vai ser assim tão curto como isso, mas, de qualquer forma, temos aproveitado, não andamos para cá… Temos feito muitos hotéis. Nós começámos por fazer muitos hotéis, só como construtores, para cadeias hoteleiras, começámos a adquirir um conhecimento muito grande sobre isto, muita experiência, a conhecer as pessoas do meio, dos hoteleiros, e, depois, com este boom do Porto, as pessoas vêm ter connosco e pedem-nos: «Olhe, não nos arranja um hotel aqui com xis quartos, e ali, e ali…». E nós começámos muito a fazer isto na perspetiva do promotor, também, de montar os negócios chave na mão."
>
> (Administrador, GE)

Mesmo se o conflito aberto no final de 2011 entre a autarquia e o governo central a propósito do financiamento e atuação da *Porto Vivo, SRU* gera alguma apreensão quanto à prossecução do rumo e objetivos deste organismo, a evolução do mercado local do imobiliário reabilitado parece oferecer provas da adequação do modelo de intervenção proposto por aquela entidade face aos interesses e propósitos dos investidores e promotores privados, não surpreendendo que a mesma

[13] Sobre o fenómeno turístico na cidade do Porto na segunda década do século XXI, e sobre os efeitos do mesmo na transformação do mercado imobiliário local, vale a pena consultar alguns trabalhos recentes, como Pereira (2017) ou de Fernandes *et al.* (2018, 2019). Estes trabalhos dão algumas pistas para uma investigação, ainda não devidamente prosseguida, que importa concretizar, mas que não cabe aqui, acerca do modo como o crescimento exponencial do turismo em Portugal nos últimos anos não é um simples efeito da ação deliberada dos agentes económicos do setor, e menos ainda uma decorrência automática da proliferação de "plataformas" de promoção de alojamento turístico e de rotas de aviação *low cost* direcionadas para as principais cidades do país (como, por vezes, se ouve dizer), mas é, em larga medida, o resultado da articulação entre a ação daqueles agentes económicos e a ação, conjugada e decisiva, de diversas instâncias estatais, da administração central e da administração local, que há vários anos vêm contribuindo, de modo programado e sistemático, para a afirmação da "vocação turística" do país e, portanto, para a (re)construção e consolidação deste mercado. Ainda sobre o *boom* do imobiliário reabilitado no centro do Porto, podem ser consultadas, anexas a este texto, duas aproximações complementares ao fenómeno recente da reabilitação urbana na área central da cidade: num caso, focando a multiplicidade de formas de apropriação de uma zona outrora dominada pela habitação popular – o «Alto da Fontinha» (Anexo 13.1); noutro caso, explorando as relações observáveis entre as mudanças em curso no tecido comercial do centro e os processos de recomposição social que nele se vêm observando (Anexo 13.2).

recolha consenso junto das elites económicas e político-institucionais da cidade[14]. Impulsionadas pelos investimentos associados ao turismo e pelas oportunidades geradas pela crise junto de investidores, nacionais e estrangeiros, com recursos dis-

[14] No início de 2012, depois de um exercício anual que termina com saldo negativo, o conselho de administração da *Porto Vivo, SRU* e a Câmara Municipal do Porto denunciam publicamente os atrasos do IHRU na entrega da sua parte das verbas de recapitalização da instituição referentes aos anos de 2010 e de 2011. Rui Moreira, que então presidia ao conselho de administração da SRU e que viria a ser eleito presidente da Câmara Municipal do Porto nas eleições autárquicas de 2013, encabeçando uma "lista independente" apoiada pelo CDS-PP, refere-se mesmo à possibilidade de a *Porto Vivo, SRU* ir "à falência" por causa das "dívidas do Estado" ("Rui Moreira avisa que Porto Vivo está em risco de ir à falência por dívidas do Estado", *Público*, 18 de janeiro de 2012). Às críticas de Rui Moreira juntam-se Rui Rio e também o PS, principal força política da oposição na Câmara ("Câmara considera, «no mínimo, desagradável» atraso do IHRU na recapitalização da Porto Vivo", Público, 18 de fevereiro de 2012; "PS acusa o Governo de «desprezo» pelo Porto e pelo Norte por causa da SRU", *Público*, 6 de março de 2012). As desinteligências entre o IHRU e a Câmara Municipal do Porto manter-se-ão durante 2012 e 2013, levando Rui Rio a lançar uma iniciativa de desagravo pela situação de bloqueamento a que a ação da SRU ficara sujeita. A "Carta Aberta ao Governo de Portugal em Defesa do Crescimento Económico e do Respeito pelo Porto", divulgada em maio de 2013 e subscrita por centenas de "personalidades" portuenses, incluindo empresários, académicos, artistas, líderes institucionais e representantes do campo político local, designadamente do PSD, do CDS-PP e do PS, solicita ao governo que: "Pondere a sua atuação na «Porto Vivo, SRU», que não provoque a falência da empresa, que pague a sua dívida, que colabore ativamente no projeto de reabilitação da Baixa portuense e de animação da atividade económica e que não desconsidere o Porto" (2013). Na edição de julho de 2013 da revista Porto Sempre, fala-se num "Porto unido em torno da reabilitação urbana". No editorial, Rui Rio afirma: "A Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa portuense, a Porto Vivo, não tem por objeto o lucro; tem como sua tarefa nuclear gerir a reabilitação urbana da Baixa captando investimento privado para esse objetivo estratégico do Porto e do País. No dia em que começar a dar lucro de forma sustentada, a Porto Vivo deverá ser privatizada, porque não deve competir ao Estado dedicar-se à promoção imobiliária. O seu êxito mede-se, portanto, pelo volume de investimento privado que consegue angariar e o ritmo que, assim, impõe à reabilitação urbana. No caso vertente, esta SRU conseguiu induzir, entre 2005 e 2012, mais de 500 milhões de euros de investimento privado direto, com notórios resultados ao nível da revitalização do centro da nossa cidade. Comparar a Baixa do Porto de hoje com aquilo que ela era antes da SRU, é perceber a enorme diferença conseguida ao nível do turismo, da hotelaria, da restauração, da denominada movida, da defesa do património cultural, etc. É, por isso, que quando ouvimos o Governo dizer, que «contribuir com 1 milhão de euros por ano para o funcionamento da SRU é um prejuízo insustentável», a revolta da cidade é mais do que compreensível. Chamar prejuízo a um pequeníssimo investimento com este efeito multiplicador, é, no mínimo, a demonstração de uma evidente incapacidade para entender o óbvio, e de um manifesto desrespeito pela cidade do Porto. A Carta Aberta ao Governo, que conta com mais de 1.500 assinaturas – entre as quais uma larguíssima maioria das principais personalidades do Porto – foi um ato de afirmação da cidade como há muito não se via. Uma unidade que demonstra, como nunca, o profundo desagrado para com uma atitude governamental que não tem sustentabilidade possível e é manifestamente desastrada. A posterior decisão do Governo de mandar fazer uma auditoria às contas da Porto Vivo de 2010 e 2011, depois de já as ter há muito aprovado, e de ter, inclusive, nessa altura, proposto (e aprovado) um voto de louvor à gestão da empresa, é uma atitude arrogante e de falta de maturidade. É desafiar o ego da cidade, tocando naquilo que ela tem de mais sagrado: a sua honra. Não se encontra razão terrena para

poníveis e fluidez ou acesso a crédito, as frentes de obra multiplicam-se e as gruas voltam a povoar os céus do Porto (Fotografia 13.5), como nota este diretor de obra de uma grande empresa da construção civil sediada na Área Metropolitana do Porto, entrevistado em 2018:

> "Ver gruas em qualquer cidade é um fator que diz que [as empresas de construção] entraram numa cidade… É o número de gruas que se vê logo; e o Porto não tinha gruas! Eu recordo-me que nós tínhamos ali gruas na Ribeira, e praticamente não se via, hoje é caricato, a quantidade de gruas que se vê. (…) É, mas eu recordo, há três, quatro anos atrás, era, não há gruas… E eu… É o sinónimo direto, é a avaliação direta do setor, é ver gruas ao alto, onde há gruas, qualquer obra, regra geral, na obra tem, esta ainda não tem, há de ter três… (…) Mas a grua é… Eu recordo-me perfeitamente que – mas não só no Porto, em Lisboa não havia, havia, mas em número muito reduzido, uma ou outra grua ao alto… Então, quando passas as pontes, vês a cidade do Porto e Gaia, hoje o cenário é completamente diferente."
>
> (Diretor de obra, GE)

Fotografia 13.5. Panorâmica sobre o casario do centro histórico do Porto

A partir dos primeiros anos da segunda década do século XXI, as gruas voltam a povoar os céus do centro do Porto, indiciando o reforço da importância da construção-reabilitação nesta área da cidade. Ano: 2012. Autoria: João Queirós.

Às preocupações com a falta de encomendas e a sobrevivência económica características do período de crise vivido na transição da primeira para a segunda década do século XXI, sucedem, num curto lapso de tempo, as preocupações com a "escassez de mão de obra" e a falta de capacidade de resposta à grande quantidade

---

tanto erro e tanta desconsideração, a tantos e tão ilustres portuenses. Não se entende, nem se pode aceitar; pois este caminho só nos pode conduzir ao desastre" (CMP, 2013).

de novos projetos de reabilitação propostos, como sublinha este administrador de uma grande empresa de Construção civil sediada na Área Metropolitana do Porto:

> "O que acontece normalmente é que, nos ciclos altos, onde temos muitos contratos a executar, começa a falhar a mão de obra. Quando há poucas obras para fazer, a mão de obra é excedente, é isto que acontece. Eu diria que nós, até 2000, 2002, 2003, tivemos um ciclo… positivo. Um ciclo positivo, muita construção, até 2004, depois ainda com o *Euro*[peu de futebol em Portugal], com a *Expo* [98], aqui no… Com esse… o *Porto Cidade Europeia da Cultura*, havia um ciclo positivo. Depois de 2004, até 2015 ou 2016, tivemos aqui um ciclo claramente negativo; e agora, de há dois anos para cá, estamos outra vez num ciclo positivo. Nesta altura, nós nunca tivemos tantos contratos como agora! E agora estamos a ver como é como é que arranjamos pessoas para os executar…"
>
> (Administrador, GE)

Entrevistado igualmente no âmbito das atividades de pesquisa do projeto *Novos Terrenos para a Construção*, um encarregado geral de uma grande empresa de Construção, também sediada na Área Metropolitana do Porto, revela idêntica preocupação:

> "Temos que tentar encontrar [pessoas qualificadas para o trabalho em obras de reabilitação], mas não é fácil… Porque houve estas crises todas e as pessoas qualificadas, grande parte delas, foram para fora, não é? E agora estamos aqui com muito trabalho e… e não é fácil. Há muito pouca mão de obra e a que há não é a melhor. (…) Nós temos que ter muito cuidado, vigiar muito mais, andar muito mais em cima (…) Você, quando está a trabalhar com pessoas qualificadas, diz-lhes o que quer e elas sabem o que têm que fazer e fazem, não precisa de andar… Agora, não. Agora, explica como quer que se faça e tem que ir lá ver três, quatro vezes, para que as coisas saiam e saiam mais ou menos (…) É… Sinceramente, não faço ideia, mas acho que, foi o que eu lhes disse, que ou eles mudam o setor e começam a dar melhores salários ao pessoal da construção civil ou acho que isto vai tender a desaparecer mesmo. (…) O desaparecer… não ter gente qualificada! Eu acho que a construção civil, neste andamento, daqui a – não quero exagerar muito –, mas daqui a vinte anos não tem ninguém para…"
>
> (Encarregado geral, GE)

Se, como projetam alguns protagonistas ouvidos no âmbito desta investigação, o turismo "ainda vai continuar a crescer", alimentando desse modo o "andamento" do segmento da reabilitação urbana da indústria da Construção, então a falta de "mão de obra", em especial qualificada, pode bem tornar-se o principal desafio para as empresas, ao colocar pressão sobre os salários e ao exigir estratégias

renovadas de recrutamento e formação da força de trabalho. Para já, porém, a prioridade parece ser assegurar que as instâncias estatais são capazes de coordenar esforços no sentido da garantia das condições favoráveis à continuidade do afluxo ao centro da cidade dos investimentos ligados ao reforço e dinamização – alargada a territórios cada vez mais amplos – da atividade turística. As palavras são do administrador de uma grande empresa da Construção citado anteriormente:

> "Eu prefiro não adiantar datas, mas eu acho que é muito sustentado, o que está a acontecer em Portugal, e no Porto, principalmente, acho que é mesmo muito sustentado e, portanto, acredito que, durante muitos anos, ainda vá continuar o turismo a crescer, e muitas necessidades à volta disto. E, no nosso caso, acho que continuamos a achar que vão ser precisos mais hotéis, para podermos estar preparados para receber tantos turistas. É muito importante, mais uma vez, de uma vez por todas, estabilizar o que é o alojamento local e as regras do alojamento local. Mais uma vez, temos tido alterações substantivas permanentes… Como é que se pode pedir a alguém que quer fazer um investimento nalguma coisa que não…? É quase uma lotaria saber, nessa altura, daqui a dois anos, como é que vai estar a lei sobre… Isto é, isto não faz sentido nenhum! (…) Eu acho fundamental estabilizar, até porque nós temos, cada vez mais, muitos investidores estrangeiros, e aquilo que pode assustar o investidor estrangeiro é, claramente, a falta de uma legislação, até do ponto de vista fiscal, que seja estável, estabilizada, nem que seja mais alta, mas que seja estabilizada… Não podem é andar sempre a mexer, porque isso inibe os investidores (…) E, portanto, eu estou convencido que isto durante uns anos ainda vai ser necessário mais hotéis, e mais… O Porto ainda tem muito pouca capacidade. Ao contrário que se diz, o Porto tem muito pouca capacidade hoteleira. Muito pouca mesmo. (…) Eu acho que é preciso ter algum cuidado, e acho que o Porto tem um problema, tem um centro histórico muito curto. O sítio onde os turistas gostam de andar é muito pequeno; e, portanto, temos que ter capacidade de alargar este espaço e de… E nós… Eu acho que é um erro falar só do Porto, temos que falar em zona Norte e temos que falar em Portugal, e temos que ter capacidade para recebê-los aqui, que a porta de entrada possa ser o Porto, o Porto é um excelente destino para as pessoas estarem aqui três, quatro, cinco dias, mas depois ter capacidade… Braga, Guimarães, Coimbra, Aveiro… sei lá! Nós temos o Douro, o interior, nós temos uma série de… (…) O que é que é importante? É ter infraestruturas adequadas a isto. (…) Nós temos de apostar no turismo, temos de continuar a apostar ao máximo no turismo, mas prepararmos melhor as coisas."
>
> (Administrador, GE)

Fotografia 13.6. Perspetiva da Avenida dos Aliados, na Baixa do Porto

No final da segunda década do século XXI, as gruas continuam a povoar – aliás com reforçada incidência – os céus do centro do Porto, relevando o acentuar das dinâmicas de construção-reabilitação nesta área da cidade, ligadas principalmente ao impulso turístico.

Ano: 2019. Autoria: Vanessa Rodrigues, *Novos Terrenos para a Construção* [PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621].

Síntese conclusiva

Num extenso trabalho dedicado à sociologia histórica do alojamento em França, que serviu também de referência e inspiração para o trabalho levado a cabo neste estudo, Christian Topalov destaca, em fim de percurso, por um lado, a lentidão das mudanças a que a propriedade imobiliária está sujeita, por razões que se prendem com o seu processo de produção estrutural, e, por outro lado, o carácter "profundamente heterogéneo" do mercado em que, historicamente, o alojamento se inscreve, salientando a importância não tanto do valor intrínseco da "mercadoria", mas sobretudo da "diferenciação da procura solvente e das formas de produção e aprovisionamento dos mercados" para a respetiva estruturação (Topalov, 1987, pp. 383, 413).

Num processo lento, reproduzido durante a quase totalidade do século XX, o centro histórico da cidade do Porto viu-se inscrito numa espiral de degradação residencial, esvaziamento urbano e perda de densidade do espaço público que se acentuaria ao longo das três últimas décadas do século XX. Ainda que se tenham gizado estratégias políticas da parte do Estado para intervir sobre a realidade social e urbana característica deste contexto da cidade, os resultados de tais medidas não se traduziram numa reversão de um tal quadro. Num processo efetivamente lento, o Estado, num cenário de ação profundamente contraditório – algo que não constitui novidade em processos deste teor –, ensaiaria, num ciclo eleitoral local iniciado no começo do presente século, uma nova estratégia de intervenção sobre este contexto que, reconhecendo pragmaticamente o posicionamento do centro

histórico no mercado, procurou reposicioná-lo também no interior das regiões solventes do espaço social e no quadro de mecanismos de produção e de aprovisionamento mais alargados.

Através de um processo de reclassificação social e territorial que passou pela agregação do centro histórico e da "Baixa" da cidade, a referida estratégia culminaria no desenvolvimento do *Masterplan* da *Porto Vivo, SRU*. Com o foco doravante estabelecido em torno da componente "Baixa" da operação e com um "modelo de negócio" organizado em torno de uma articulação específica destinada a modernizar as soluções de residência, comércio e turismo a propor para o contexto, a *Porto Vivo, SRU* patrocinará, em parceria com empresas de construção civil e promotoras imobiliárias, um conjunto significativo de frentes de obra. Não sem hesitações e conflitos entre as partes envolvidas, o modelo de negócio e as intervenções concretizadas nas diferentes frentes de obra contribuirão não apenas para reconfigurar segmentos específicos do centro da cidade, mas sobretudo para induzir a criação e ajudar a consolidar um mercado de reabilitação urbana, favorecendo, num período em que as empresas do setor da Construção estavam fortemente orientadas para a construção nova de raiz, a criação de oferta empresarial no domínio dos serviços especializados de reabilitação.

Com o desenvolvimento do processo de reabilitação urbana do centro da cidade do Porto a ser alimentado, entretanto, pelo chamado "*boom* turístico", a cidade perde os velhos residentes, ganha *city users* e as empresas do setor da Construção enfrentam, tudo o indica, um novo ciclo, marcado por falta de mão de obra, sobretudo qualificada, para os novos desafios da reabilitação. Eis, enfim, uma preocupação que os responsáveis destas organizações talvez não suspeitassem que pudesse tão rapidamente povoar os seus horizontes, mas que não deixa de ser, em boa medida, evidência da maturação do mercado em que passaram a operar.

Referências Bibliográficas

Agarez, R. (Coord.). *Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Alves, S. (2010). *O Social, o Espacial e o Político na Pobreza e na Exclusão. Avaliação de iniciativas de regeneração de áreas urbanas "em risco" na cidade do Porto*. (Tese de doutoramento não publicada), ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal.

Balsas, C. (2004). City centre regeneration in the context of the 2001 European Capital of Culture in Porto, Portugal. *Local Economy*, *19*(4), 396-410.

Balsas, C. (2007). City centre revitalization in Portugal: a study of Lisbon and Porto. *Journal of Urban Design*, *12*(2), 231-259.

Bandeirinha, J. A. (2007). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Bourdieu, P. (2006). *As Estruturas Sociais da Economia*. Porto: Campo das Letras.

Bourdieu, P. (com Bouhedja, S., Christin, R. & Givry, C.) (1990). Un placement de père de famille. La maison individuelle: spécificité du produit et logique du champ de production. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *81-82*, 6-33.

Bourdieu, P. & Christin, R. (1990). La construction du marché [le champ administratif et la production de la «politique du logement»]. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *81-82*, mars, L`économie de la maison, 65-85.

Bourdieu, P. & Saint-Martin, M. de (1990). Le sens de la propriété. La genèse sociale des systèmes de préférences. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *81-82*, 52-64.

CMP (1993). *Porto a Património Mundial – Processo de candidatura da Cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

CMP (2003). *Porto Sempre – Revista da Câmara Municipal do Porto*, *1*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

CMP (2004). *Porto Sempre – Revista da Câmara Municipal do Porto*, *3*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

CMP (2005a). *Porto Sempre – Revista da Câmara Municipal do Porto*, *7*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

CMP (2005b). *Porto Sempre – Revista da Câmara Municipal do Porto*, *9*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

CMP (2010). *Porto Sempre – Revista da Câmara Municipal do Porto*, *26*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

CMP (2013). *Porto Sempre – Revista da Câmara Municipal do Porto*, *37*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

CRUARB (2000). *CRUARB – 25 Anos de Reabilitação Urbana*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Carvalho, J. (1999). Capital Europeia da Cultura. Da intervenção urbana à programação cultural. *O Tripeiro*, *XVIII* (série nova)(11), 322-325.

Cerezales, D. P. (2003). *O poder Caiu na rua*: *Crise de Estado e acções colectivas na Revolução Portuguesa, 1974-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Fernandes, J. A. R. (2004). Reabilitação de centros históricos e reutilização da cidade: o caso de Porto-Gaia. In V. O. Jorge (Coord.), *Conservar para Quê?* (pp. 213-230). Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

Fernandes, J. A. R. (2011). Centro histórico e urbanismo: questões, reflexões e inquietações, a propósito do Porto. *Actas do Seminário «Centro Histórico: Passado e Presente» (Porto, FLUP, março de 2010)*.

Fernandes, J. A. R., Chamusca, P., Mendes, T. & Carvalho, L. (2018). *O Porto e a Airbnb*. Lisboa: Book Cover Editora.

Fernandes, J. A. R., Chamusca, P., Mendes, T. & Carvalho, L. (2018). *A Airbnb em Portugal*. Lisboa: Book Cover Editora.

Fernandes, L. & Araújo, T. (2012). Trabalhos de margem no centro da urbe: o arrumador de automóveis. *Etnográfica*, *16*(1), 5-30.

Ferreira, A. F. (1987). *Por uma Nova Política de Habitação*. Porto: Afrontamento.

Gallart, R. (2011). *Le rôle des politiques de réhabilitation urbaines dans la construction sociogéographique de la ville: Le cas de Porto Vivo, SRU*. Tours: École d'ingénieurs polytechnique de l'université de Tours («recherche et projet de fin d'études en génie de l'aménagement»).

Gros, M. C. (1982). *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Porto: Afrontamento.

INE (2019). *Estatísticas da Construção e Habitação 2018*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Lima, A. P. (2005), Reabilitação urbana em segundo plano. *Jornal de Notícias* [21 de março].

Machado, I. (2013). *Lutas sociais, habitação e quotidiano: análise da génese e estruturação do Bairro da Bouça na cidade do Porto (do SAAL à solução cooperativa)*. (Tese de doutoramento não publicada), FLUP, Porto, Portugal.

Peixoto, P. (2005). «Porto Feliz»: património em segurança. *Horizontes Antropológicos*, *11*(23), 145-161.

Pereira, M. A. (2017). As transformações urbanas nos últimos doze anos no centro histórico de Vila Nova de Gaia – continuidade territorial com o centro histórico do Porto e desafios patrimoniais no processo de turistificação. *Cidades, Comunidades e Territórios*, *35*, 89-107.

Pereira, R. da S. (1983). A habitação própria – solução do problema habitacional?. *Análise Social*, *XIX*(77-78-79), 737-741.

Pereira, V. B. (2003). Uma imensa espera de concretizações… Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto. *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras do Porto*, *13*, 139-148.

Pereira, V. B. (2005). *Classes e culturas de classe das famílias portuenses: Classes sociais e modalidades de estilização da vida na cidade do Porto*. Porto: Afrontamento.

Pereira, V. B. (2013). Sobre a importância de se chamar Ernesto, Avelino ou Amadeu. Breves notas sobre a memória do encontro entre o social e a política no Porto (pós-) revolucionário. In B. Monteiro; V. B. Pereira (Orgs.), *A Política em Estado Vivo – uma visão crítica das práticas políticas* (pp. 237-251). Lisboa: Edições 70/ *Le Monde Diplomatique* – edição portuguesa.

Pereira, V. B. (Org.) (2016). *A Habitação Social na Transformação da Cidade*. Porto: Afrontamento.

Pereira, V. B. & Queirós, J. (2009). Estado, Alojamento e a «Questão Social»: elementos para a compreensão sociológica da formação da respectiva relação no Porto contemporâneo. *Argumentos de Razón Técnica. Revista Española de Ciencia, Tecnología y Sociedad, y Filosofía de la Tecnología*, *2* (Serie Especial), 113-128.

Pereira, V. B. & Queirós, J. (2012). State, housing and the «social question» in the city of Porto (1956-2006): an analysis on the making of doxa, orthodoxy and «alodoxia effects» in the (re)production of state housing policies. *Social Sciences – Annual Trilingual Review of Social Research*, *1*, 203-314.

SRU (2005). *Masterplan – Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto*. Porto: Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense.

Queirós, J. (2007). Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos: considerações exploratórias a partir do caso do Porto. *Sociologia – Problemas e Práticas*, *55*, 91-116.

Queirós, J. (2015). *No Centro, à Margem: Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*. Porto: Afrontamento.

Queirós, J. (2016). Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, *XXXI*, 29-58.

Queirós, J. (2019). *Aleixo. Génese, (des)estruturação e desaparecimento de um bairro do Porto [1969-2019]*. Porto: Afrontamento.

Queirós, J. & Rodrigues, V. (2005). *Recriar a Cidade. Dinâmicas culturais emergentes e reabilitação urbana da Baixa do Porto*. (Dissertação de licenciatura não publicada), FLUP, Porto, Portugal.

Rodrigues, M. (1999). *Pelo Direito à Cidade*: *O Movimento de Moradores no Porto (1974/76)*. Porto: Campo das Letras.

SAAL (1976). *Livro Branco do SAAL, 1974-1976*. Lisboa: Conselho Nacional do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local).

SP2001 (2000). *Porto 2001 – Regresso à Baixa*. Porto: Sociedade Porto 2011/FAUP Publicações.

SP2001 (2002). *Registo de uma Transformação*. Porto: Sociedade Porto 2011.

Távora, F. (Coord.) (1969). *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*. Porto: Câmara Municipal do Porto/Direção dos Serviços de Habitação/Repartição de Construção de Casas.

Topalov, C. (1987). *Le Logement en France. Histoire d'une marchandise impossible*. Paris: Presses de Sciences Po.

Weber, R. (2002). Extracting value from the city: neoliberalism and urban redevelopment. *Antipode*, *34*(3), 519-540.

Williams, A. (1980). Conservation planning in Oporto. An integrated approach in the Ribeira-Barredo. *Town Planning Review*, *51*(2), 177-194.

Anexo 13.1 – Espaço Musas: Um lugar para a vida urbana

João Silva

Por dentro de um dos maiores quarteirões do centro do Porto esconde-se uma das mais extensas áreas abandonadas da cidade, e que se está a tornar hoje, também, numa das mais apetecíveis. Falamos do enorme bloco urbano onde se situa o Alto da Fontinha. Numa história que começa a ser contada com a liberalização dos terrenos da periferia do centro medieval, a partir do início do séc. XIX, a grande mancha verde do seu miolo foi permanecendo isolada do resto do tecido urbano, à medida que o seu perímetro se consolidava[15]. Devido às características topográficas (é um dos três montes da periferia do centro histórico do Porto: Lapa, Pedreiros e Fontinha) e à falta de vias que tornassem as suas encostas acessíveis (os grandes eixos viários da zona, Rua do Bonjardim e Santa Catarina, contornam-no), foi-se tornando num lugar intersticial de muito difícil ocupação.

No entanto, em seu redor, desenhava-se um pedaço de cidade muito especial, onde as pessoas realmente criaram raízes e se desenvolveu um forte sentimento de pertença ao lugar. Talvez porque o seu passado industrial[16] montou um território de intimidade muito forte (como se pode ainda sentir percorrendo as ruas próximas da antiga Fábrica Social), propício a que as pessoas se sintam próximas. Quando isso acontece, o lugar onde se sentem próximas ocupa um espaço determinante na própria identidade do lugar e das populações e isso vê-se muito claramente na Fontinha. Viu-se com os movimentos operários do séc. XIX (Silva, 2007), que tiveram vários protagonistas e espaços nucleares aqui. Viu-se, em 1975, com a força da Associação de Moradores do Leal, num processo SAAL especialmente participado[17]. Mas viu-se também há pouco tempo, com a

[15] Como indica Gunther: "(...) tudo indica que, para além de um eventual aproveitamento agrícola dos terrenos emprazados, a alienação dos baldios tenha contribuído, num período relativamente curto de tempo, para a formação de um mercado imobiliário de terrenos urbanizáveis e de talhões edificáveis situados à face das estradas e caminhos que atravessam as freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Paranhos e Campanhã, com o consequente aumento indiscriminado da edificação suburbana, já que o destino último de muitos dos terrenos emprazados terá sido o subemprazamento (após a subdivisão em lotes)" (Gunther, 2002, p.50).

[16] "Em 1881, a Real Fábrica Social da Fontinha era, de longe, a fábrica de chapéus mais importante da cidade, empregando 253 trabalhadores, o que, no contexto do Porto, era considerado uma grande fábrica" (Teixeira, 2018, p.276).

[17] Que, de resto, Fernandez, destaca: "Entre os trabalhos de contacto sistemático, conta-se o levantamento integral de todas as casas do Bairro; a elaboração de plantas que contavam, inclusivamente, com as mobílias dos moradores nos novos espaços; as reuniões semanais com a Direção da Associação de Moradores e as reuniões quinzenais com o resto dos moradores" (Fernandez, 2014).

ocupação da Es.Col.A. (Espaço Coletivo Autogestionado), que o bairro reclamou enquanto recurso comum[18].

Ainda assim, o passado mais recente tem sido marcado por uma transformação profunda das dinâmicas urbanas da cidade, que também se vieram sentir aqui. A explosão do turismo e da reabilitação trouxeram novos desafios à Fontinha, que agora se debate com os problemas da *gentrificação* e da especulação sobre o habitat dos seus moradores de longa data. O levantamento das funções e estado do edificado deste troço da Rua do Bonjardim confirmam-no.

É neste contexto que um grupo de cidadãos, auto-organizados em Espaço Musas, resolve ocupar parte dos terrenos abandonados da encosta sul do monte da Fontinha, indignados com a situação em que estes se encontravam. Esquecidos durante tantos anos, proliferava um silvado cada vez mais contaminado com entulho e depósito de sucatas e outros lixos. Decidem-se, por isso, a limpar os espaços e com isso começar uma experiência de hortas urbanas. Depois de um percurso difícil, que se inicia publicamente em 2011, e que é possível, em grande parte, graças ao interesse e disponibilidade de uma centena de voluntários, conseguem, por fim, montar um modelo de autogestão estável, aberto e democrático. Com o projeto da quinta, tornou-se possível a qualquer habitante da cidade ter ali uma pequena horta, sem qualquer custo. Contudo, para que tal fosse possível, foi necessário superar o grande obstáculo que sempre impossibilitou uma solução efetiva para os espaços desta encosta: os parcelamentos dos logradouros.

Para contornar o problema de um território extremamente quebrado em logradouros estreitos e compridos, o Espaço Musas engenhou uma solução algo invulgar, quase de manta-de-retalhos, no que diz respeito aos títulos de propriedade dos terrenos de que faz uso. A situação é de três tipos: parte alugada à câmara municipal anualmente, parte do proprietário do imóvel da sede do Espaço Musas, e parte por terrenos de vizinhos que concordaram em permitir o seu usufruto pela quinta, visto não os utilizarem os próprios. Esta proposta de coletivização das parcelas, apoiada nos laços de proximidade, nunca mereceu o apoio do poder autárquico. Também por isso, opera numa situação de fragilidade enorme: a qualquer momento, pelas mais variadas razões, a quinta pode perder o acesso a algumas das suas frações.

[18] Em 2011, um conjunto de cidadãos mobiliza-se para a ocupar "com o propósito de devolver ao bairro o espaço público abandonado". Carta Aberta do Es.Col.A, disponível em http://escoladafontinha.blogspot.com, acesso em abril 2019.

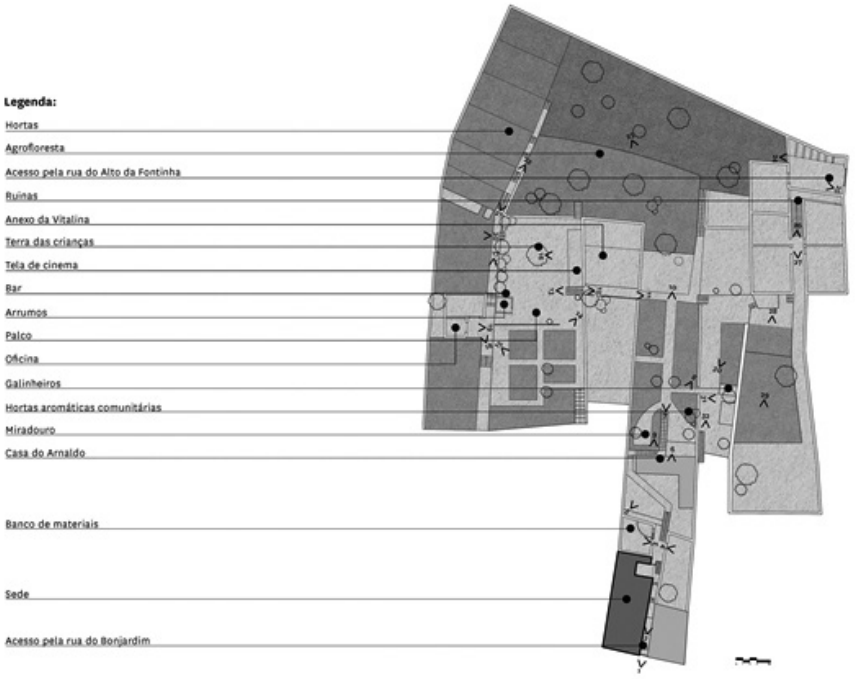


Figura 13.1 A. Planta do Musas

Ano: 2019. Autoria: João Silva.

Hoje em dia, o Espaço Musas tem a seu encargo 2600m², hospedando cerca de vinte hortelões nucleares. Logicamente, à falta de apoios externos e sempre confinados às possibilidades de tempo e recursos dos seus voluntários, muito está ainda por fazer. No entanto, a sua competência para operar em diversas frentes, muito para além da agrícola, fez desta quinta um centro político, cultural e social extremamente importante para a cidade. Feito por e para a vida urbana, numa lógica de cooperação e experimentalismo, a quinta é hoje um espaço representativo daquilo que pode ser uma cidade em comunidade, como um pedaço de aldeia que flutua por cima da paisagem urbana.

Fotografia 13.1A. A terra das crianças, o grande espaço recreativo da quinta
Ano: 2019. Autoria: João Silva.

Fotografia 13.2A. Vista do Miradouro sobre a Igreja da Lapa e o Atlântico, ao fundo
Ano: 2019. Autoria: João Silva.

Afastado da agitação característica da cidade, e até longe das vistas, a ocupação deste interstício rege-se em moldes muito peculiares. A utilização dos espaços conhece fundamentalmente dois cenários. Um caracteriza-se por um ritmo quotidiano, e sente-se num modo laborioso (com tarefas como a rega, a limpeza, o semear e o plantar) e um modo recreativo (aproveitando a serenidade e a vista única sobre a cidade e o Atlântico). O segundo relaciona-se com os usos mais agendados ou esporádicos, como jantares, concertos, sessões de cinema ou *workshops*. Também em relação à gestão da quinta existem duas grandes dimensões, igualmente imprescindíveis e que se completam. Por um lado, todas as tarefas relacionadas com a manutenção e intervenção nos espaços físicos. Por outro, toda a dinamização cultural, recreativa e formativa. É interessante comprovar como só com uma operação saudável nestas duas esferas se pode falar no sucesso da experiência comunitária do interstício. São os dois lados da mesma moeda que é a ocupação: por um lado, de uma forma estrutural, decidindo-se as possibilidades de cada

lugar (ocupação física), por outro, de uma forma casual, ativando essas mesmas possibilidades e descobrindo-lhes novas (ocupação social).

Fotografia 13.3A. Uma participante da Quinta Musas da Fontinha trabalha na horta coletiva
Ano: 2019. Autoria: João Silva.

Fotografia 13.4A. Concerto na terra das crianças no São João de 2019
Ano: 2019. Autoria: João Silva.

Embora seja verdade que a Fontinha ainda é hoje um pedaço de cidade especialmente rico em especificidade, os novos desafios com que se depara ameaçam a extinção de grande parte das suas expressões. O Espaço Musas é uma delas. Desde há um ano que este se vê envolvido num processo de despejo da sua sede, instalada na Rua do Bonjardim, que é determinante para permitir o acesso à quinta. A razão para este despejo vem do interesse privado em aqui construir uma nova unidade hoteleira. Os promotores do empreendimento, dois fundos de investimento imobiliário, pretendem, como hoje se vê acontecer de forma generalizada pelo Porto, demolir o edificado à face da rua, mantendo apenas a fachada, e por detrás construir um empreendimento de luxo no qual se incluirá parte da atual quinta.

Nada de novo, portanto, a um olhar atento à chamada reabilitação urbana do Porto. Ainda assim, aquilo que está em causa neste caso em particular é uma sobrevivência da capacidade de imaginar, mas também de testar e ensaiar, uma forma diferente de se produzir cidade. Não necessariamente na esfera da determinação urbanística e institucional, mas sobretudo naquela que pertence ao habitante. Por culpa de nunca se ter encontrado uma estratégia pública para este grande bloco urbano, acabou por se deixar entregar o seu futuro à iniciativa privada que procura, sobre quaisquer outros interesses, a rentabilidade do seu investimento. Colocar o futuro das nossas cidades nas mãos da especulação é, à partida, terminar com qualquer possibilidade de se alcançar algo diferente.

A última grande tentativa de esboçar uma estratégia para o quarteirão aconteceu em 1997, com o Plano de Pormenor do Alto da Fontinha/Carvalheiras, promovido pela Câmara Municipal, que em muito pouco se efetivou. O plano faz a leitura da condição intersticial e procura romper, até certa medida, com a sua intransitabilidade. Para isso, estrutura um novo sistema viário, prolongando a Rua do Alto da Fontinha até à Rua de João de Oliveira Ramos e abrindo ligações perpendiculares com a Rua do Bonjardim e a Rua de Santa Catarina. À face deste novo sistema de circulação formula novas áreas de construção, desmultiplicando o quarteirão em blocos mais reduzidos. Esta forma de intervir evoca uma escala e intensidade de urbanização que o colocam muito mais próximo do tecido envolvente. Embora, assim, seja possível estimular o desenvolvimento do miolo, tem como resultado a destruição da sua especificidade, que até hoje se preservou, e que poderia ser aproveitada. Pensado à escala da cidade, este quarteirão poderia antes servir um propósito muito mais interessante se se procurasse manter, até certa medida, o seu retraimento. E talvez potenciar, a partir desse retraimento, a continuação da forma de ocupação que o Espaço Musas começou já a provar funcionar.

Talvez fosse possível agarrar a oportunidade, antes que a ameaça especulativa se estenda e domine, para construir uma solução local. Talvez fosse possível pensar um plano de reabilitação para o quarteirão que, partindo do programa de hortas que aqui cabe naturalmente, se alargasse a uma estrutura mais abrangente para integrar uma visão global da cidade de todos. O regresso às reivindicações pelo direito à cidade dá notícia da emergência de a encontrarmos. A crise dos espaços públicos, vergados ao espetáculo, e dos espaços privados, super especulados, afastaram dos habitantes a oportunidade de expressão no meio construído. Talvez fosse possível potenciar este lugar para a vida urbana.

Referências Bibliográficas

Fernandez, S. (2014). Sérgio Fernandez conversa com a Associação de Moradores do Leal, *Ambulatório: Conversas abertas nos bairros do SAAL-Norte*. Porto: Fundação de Serralves.

Gunther, A. (2002). *Porto 1763/1852: A construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: Edição FAUP.

Silva, G. (2007). As tradições operárias do Bairro da Fontinha, *Jornal de Notícias*, 22 de Julho.

Teixeira, M. (2018 [1996]). *Habitação popular na cidade oitocentista: as Ilhas do Porto*. Porto: Afrontamento.

Anexo 13.2 – A gentrificação e os cafés do centro do Porto

Nataly Costa

A trajetória de reconfiguração física e de recomposição social que caracteriza as transformações urbanas em curso na cidade do Porto pode ser perspetivada a partir de uma série de mudanças observáveis em seu tecido comercial urbano que, subvertido em forma e conteúdo, torna-se ilustrativo do teor e do direcionamento do modelo de requalificação urbana adotado para a cidade no último par de décadas. Para além de tensionar a paisagem em sua identidade espacial, estes novos espaços semipúblicos de consumo e de sociabilidade surgidos, sobretudo, no centro histórico demonstram estar vocacionados para atender às práticas e aos ritmos próprios de um novo grupo de protagonistas sociais, e em seu conjunto informam sobre a intensidade e a vascularidade com que o fenómeno social da *gentrificação* tende a imiscuir-se nos recônditos da vida urbana.

Olhar para este novo tipo de comércio emergente nas ruas da Baixa – onde os antigos tascos, cafés e padarias dão lugar a uma nova gama de estabelecimentos atentos às demandas de uma nova classe de consumidores – é proceder a uma análise que origina-se em dois eixos principais: de contexto global, ou seja, o avanço das transformações socioeconómicas de ordem macroestrutural que prendem-se sobretudo com o desenvolvimento da tecnologia e as mudanças de paradigma no meio laboral; e de contexto local, portanto, o terreno que estas transformações encontram para fecundar em uma geografia tão específica – social e territorial – quanto a da cidade do Porto.

É sabido que o Porto não passa incólume aos desafios impostos às cidades urbanizadas na era da desindustrialização – ou da concentração industrial em mercados asiáticos – e do capitalismo flexível, em que a informatização e a ascensão de uma economia de serviços vão ajudar a ditar a reorganização social e económica dos territórios, e dos centros urbanos em especial. Neste contexto, a criação de uma nova classe transnacional de trabalhadores – na qual inserem-se os *freelancers* e os nômades digitais, que prescindem da vinculação com o espaço físico do local de trabalho –, a popularização dos programas de mobilidade estudantil e, finalmente, a atual fase do turismo desorganizado afetam profundamente as práticas espaciais, ou seja, os modos de domínio e de apropriação do espaço (Harvey, 1989). Sabe-se ainda que o viés das políticas urbanas às quais o Porto vai aderir no início do século XXI é o da aposta nas chamadas estratégias culturais de desenvolvimento, quando passa a ecoar – sobretudo na narrativa política – a premissa de que o fomento ao turismo e a possibilidade de reabilitação urbana estariam ligados em uma relação causal. Assim, a soma dos esforços de rentabilização

da imagem da cidade como produto turístico, a criação de um arcabouço jurídico-institucional para uma atuação incisiva do setor privado no parque habitacional e comercial da Baixa e os incentivos governamentais no sentido de tornar o Porto atraente para um novo grupo socioeconómico que hoje povoa a cidade – como população residente ou flutuante – acabam por patrocinar a recomposição socio-territorial do centro histórico. O resultado desta não tão lenta combustão está nas ruas, inscrito nas placas dos comércios que oferecem *brunch and happiness* e nas cafetarias onde o *latte* custa três vezes mais do que a meia de leite. De maneira ainda mais acelerada na última metade da década, o Porto assiste a um processo de *gentrificação* que, em sua dimensão funcional, redefine a malha comercial da cidade, algo que pode ser aferido a partir do surgimento de um grupo de estabelecimentos da categoria dos cafés que imprimem o tom desta nova ordem visual (Zukin, 1995) e social que se impõe no espaço citadino.

De saída, ressalta-se a convergência geográfica entre a área da cidade onde se encontram estes novos cafés e a que reúne a maior parte das hospedagens no sistema de alojamento temporário. No concelho do Porto, os mais de 11 mil apartamentos listados na plataforma AirBNB (Rio Fernandes et al., 2018) estão em sua maioria concentrados na União de Freguesias do Centro Histórico, de onde se pode inferir que a *gentrificação* funcional acompanha a escalada da *gentrificação* habitacional e da turistificação da cidade. Nesta região, é visível a asfixia das práticas sociais de vizinhança relativas ao uso do comércio tradicional local, com a falta de moradores fixos a provocar o encerramento de pequenas lojas de utilidades domésticas, snack-bares e mercearias *("quem é que vem pagar as contas ou comprar-me a lotaria?"*, questiona uma comerciante da Rua das Taipas) ou então uma necessidade de adaptação forçada dos mesmos – em zonas como Vitória ou Miragaia, o parco comércio local remanescente precisa fazer uso de sinalizações improvisadas em inglês ou se metamorfosear em loja de *souvenires* ou de acessórios eletrônicos para telemóveis.

Do ponto de vista das propriedades estruturais dos novos espaços *gentrificados*, há o investimento em uma linguagem visual que afasta referências a elementos da cultura portuguesa, desafiando as linguagens arquitetónica e construtiva típicas do país, ao passo que mimetiza uma arquitetura genérica, encontrada em outros cafés semelhantes ao redor do mundo, como mostra a ênfase em uma opção estética pelo chamado *estilo nórdico* – com o uso de plantas e madeiras de tons claros – ou pelo dito *conceito industrial* – paredes em cimento e tubulação aparente – de decoração. Nos elementos físicos convencionais deste tipo de comércio, como balcões, mesas, cadeiras e utensílios, opta-se por peças de *design* pouco convencional, em que não raro a estética triunfa sobre a usabilidade. Os donos dos estabelecimentos exaltam o conceito *clean* e minimalista para falar da ambientação geralmente asséptica e impessoal dos espaços, sempre sonorizados por um subgénero do rock

ou música eletrônica em volume ora quase inaudível, ora demasiado alto para o período vespertino ou matutino.

Fotografias 13.5A. e 13.6A Exterior de café (à esquerda) e interior (à direita) no centro do Porto Ano: 2019. Autoria: Nataly Costa.

No quesito oferta, há uma tendência assinalada para o chamado *café de especialidade*, ou seja, um café produzido e extraído de forma diferenciada do agora chamado *café comercial*. A origem geográfica dos grãos do café e a escala em que este é produzido estarão enfatizadas, seja em material informativo – *"algumas pessoas ainda precisamos educar quanto a isso…"* – ou mesmo no discurso dos protagonistas que dinamizam estes espaços, que esmeram-se nas explicações do porquê as chávenas custarem mais de 1 euro. Para além da bebida-título, a ementa dos novos cafés vai buscar colmatar uma demanda de consumo estandardizada para o gosto internacional, com itens de refeição de fraca correspondência com a gastronomia local – *smoothie bowls, avocado toasts* e panquecas são onipresentes, bem como produtos voltados a quem segue uma alimentação especial ou restritiva, como *vegan*, *gluten-free* ou macrobiótica, além da fixação por rótulos como os de comida orgânica, saudável e/ou natural. *"Não nos adaptamos demasiado ao gosto português."*, diz uma proprietária.

Mais do que observar a materialidade física e o tipo de serviço promovido por estes estabelecimentos, perceber os modos de apropriação e as dinâmicas de inter-relacionamento ultimadas pelos protagonistas sociais que fazem uso destes espaços é crucial para captar sua essência. Nestes cafés, existe uma frequência maioritária de um público jovem adulto, de faixa etária entre 30 e 40 anos, desde logo correspondente também à média de idade dos donos e dos que ali trabalham. A receção aos clientes é, muitas vezes, realizada em inglês (ainda que não se saiba se quem entrou é estrangeiro ou local), e em muitas ocasiões os funcionários não terão o português como primeira língua. A clientela, por sua vez, tende a ocupar os espaços por prolongados intervalos de tempo, uma vez que estarão em temporali-

dade social de lazer ou férias – diferentemente dos cafés comuns, estes têm horário privilegiado de abertura ao fim-de-semana – ou porque fazem uso do computador portátil para fins de estudo ou de trabalho. Nota-se ainda que o uso do telemóvel por parte destes agentes sociais é feito de maneira ostensiva, geralmente no sentido de registar a experiência em foto e vídeo para a publicação instantânea em redes sociais digitais. O tipo de comportamento que Hjavard (2013) chamará de *mediatização do habitus*, utilizado como recurso de desenvolvimento e afirmação de um determinado estilo de vida, é um padrão ao qual os agentes dinamizadores destes espaços não estarão alheios.

Os intermediários culturais responsáveis pela conceção e operacionalização dos novos cafés do Porto são em sua maioria portugueses do Porto e Norte de Portugal, mas a presença de estrangeiros – italianos, belgas, franceses e russos – neste grupo é relevante, bem como a dimensão de classe social de origem muito demarcada, especialmente quando apreciado o conjunto de suas trajetórias socioprofissionais. Uma análise do discurso destes agentes aponta para o acúmulo de um volume global de capitais, que abrange desde um percurso escolar e académico consistente (com uma ou mais graduações no ensino superior) até uma rede familiar estável, que dá suporte económico a sagas profissionais errantes, pontuadas por experiências internacionais. As viagens e deambulações pelo mundo – frases como *"vivi em mais de 10 países"* e *"dediquei-me a viajar e buscar ideias em países um bocadinho mais à frente"* são corriqueiras mesmo em interlocutores com 30 anos de idade ou menos – emprestam aos intermediários um sentido de desenraizamento cultural do qual demonstram ter orgulho, e o acúmulo de repertório proporcionado pelas vivências fora de Portugal emergem como marcadores de distinção social. Tais percursos situam os protagonistas em uma clara posição de afastamento em relação ao *mundo das necessidades* (Bourdieu, 2010), ao ponto de a abertura do café – um empreendimento que exige investimento financeiro vultoso e, idealmente, algumas habilidades gerenciais – ser entendida menos como um negócio do que como um *projeto pessoal*. Aqui, não se pode deixar de remeter ao conceito weberiano de hipóteses de vida, mais diversificadas e realizáveis consoante ao posicionamento dos atores na estrutura social, e que vão determinar as chances e situações alcançáveis na estrutura de mercado.

Entende-se pelo discurso destes agentes que o cliente-tipo destes espaços precisa pertencer a um grupo socioeconómico específico (*"pessoas que viajam, sem dúvida"* ou *"toda a gente que não se importa de pagar um bocado mais"*), o que nos leva de volta a Bourdieu ou mesmo a Urry (2002) quando diz que grande parte das práticas culturais associadas a uma determinada classe de consumidores – na qual o turista está incluso – está constituída na base da distinção do gosto, ou da construção de uma narrativa de autoidentidade que represente um determinado estilo de vida (Giddens, 2001). O consumo do café de especialidade, o apreço por um

certo tipo de alimentação ou mesmo o interesse em usufruir daquele espaço-tempo não funcionalmente, mas como *experiência dos sentidos*, são práticas atribuídas àquele que é antes de tudo um apreciador, alguém munido dos instrumentos de leitura e da disposição estética necessária para consumir menos o produto do que o conjunto de signos necessários à sua decifração (Bourdieu, 2010). Desde logo, atribui-se esta disponibilidade ao consumidor estrangeiro quando se diz que "*o «specialty coffee» é um movimento que os turistas percebem muito mais*", porque os portugueses estariam "*um bocado confinados à cultura portuguesa*". Em suma, "*isto aqui não é para toda a gente*", como sintetizam alguns donos dos cafés.

O tipo de relacionamento desta nova vaga de cafés e seus dinamizadores com o espaço socioterritorial da cidade é multifacetado. Há a monetização da imagem, da localidade ou ponto da cidade onde estão inseridos – "*coffee with a view*" é um instrumento de divulgação amplamente utilizado por estes proprietários nas redes sociais digitais, que funcionam como *outdoors* virtuais. Aplicações de telemóvel estão alçadas ao posto de principal ferramenta de promoção dos estabelecimentos, que possuem uma espécie de segunda vida no ambiente online. Fotografias, vídeos e comentários avaliativos importam para ambos clientes – que sentem-se imbuídos do papel de externalizar gostos e sentimentos (Fortuna, 1999) para uma comunidade virtual que extrapola o círculo social fisicamente próximo – e os dinamizadores dos cafés. A *gentrificação* em sua dimensão estética, performativa, não é menos importante para compreender como este fenómeno ganha caráter emancipatório e torna-se atestado de triunfo (Slater, 2011; Smith & Williams, 1986) em matéria de política urbana, ainda que intensifique e cristalize dinâmicas de diferenciação social via espaço.

Referências Bibliográficas

Bourdieu, P. (2010). *A distinção: Uma crítica social da faculdade do juízo*. Lisboa: Edições 70.

Fortuna, C. (1999). *Identidades, percursos, paisagens culturais: Estudos sociológicos de cultura urbana*. Oeiras: Celta Editora.

Giddens, A. (2001). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta Editora.

Harvey, D. (1989). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

Hjarvard, S. (2013). *The mediatization of culture and society*. Londres: Routledge.

Rio Fernandes, J.A., Chamusca, P., Mendes, T. & Carvalho, C. (2018). *O Porto e a AirBNB*. Porto: Book Cover Editora.

Slater, T. (2011). Gentrification of the city. In G. Bridge & S. Watson (Eds.), *The new Blackwell companion to the city* (pp.571-585). Chichester: John Wiley & Sons.

Smith, N. & Williams, P. (Eds.) (1986). *Gentrification of the city*. Boston: Allen & Unwin.

Urry, J. (2002). *The tourist gaze*. London: SAGE.

Zukin, S. (1995). *The cultures of cities*. Oxford: Blackwell.

Capítulo 14

Linguagens de estaleiro: Regimes de valor e categorias do entendimento na indústria da Construção na região de Lisboa

Bruno Monteiro & Laura Galhano

Os estaleiros de construção são comunidades complexas[1]. Por trás deste truísmo gritante, o presente texto pretende salientar a lógica simbólica de estruturação da realidade social dos contextos de trabalho da Construção. A organização social que ali se estabelece estende-se sobre uma rede multipolar de relações de poder elásticas, em que a aparente integração colaborativa entre patamares hierárquicos e segmentos de especialidades técnicas se desdobra em relações de competição e disputa. Para pensar nos termos de Norbert Elias (1995), encontramos uma "sociedade de estaleiro", uma "configuração" com uma enorme diversidade de agentes sociais apoiados em gradientes de poder distintos e orientados por horizontes de relevância descoincidentes (Monteiro, 2016; Pinto, 2018). Partindo desta constatação da gama de variações das experiências quotidianas que, dentro do estaleiro, acompanha a pluralidade de inserções objetivas dos agentes sociais presentes nesses contextos laborais, este texto optou, em especial, por concentrar-se sobre a objetivação sociológica dos registos discursivos com que esses agentes explicitam, sustentam e comunicam as suas visões do mundo do estaleiro.

Do levantamento da topografia de pontos de vista do estaleiro partimos para uma exposição crítica das representações concorrentes ou complementares que ali

[1] O presente capítulo foi elaborado no âmbito das atividades do projeto de investigação "Novos terrenos para a construção: mudanças no campo da construção em Portugal e seu impacto nas condições de trabalho no século XXI" (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), desenvolvido no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, entre 2016 e 2019, e financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade.

coexistem, salientando que, embora as categorias do entendimento se imbriquem com a experiência quotidiana dos agentes, de maneira nenhuma elas correspondem apenas a uma reprodução mimética ou a uma projeção das condições materiais do estaleiro, antes colaborando ativamente para a modelação da própria experiência quotidiana no que ela tem de distintivo para cada um desses agentes. Por razões de brevidade, os pontos de vista retidos neste texto remetem para uma concisa e, em certa medida, simplificada estrutura social do estaleiro: (1) os empresários, administradores e quadros superiores; (2) os quadros técnicos e encarregados, que são responsáveis pelo enquadramento da produção; e (3) os chefes de equipa, oficiais, serventes e trabalhadores independentes, que se ocupam com atividades de produção. Obviamente, nestes conjuntos de agentes sociais toleram-se *nuances* importantes nas visões do mundo, desde logo porque estes coletivos englobam, dentro dos seus limites fluidos, uma constelação de lugares sociais com idiossincrasias relativas. Estes coletivos não correspondem a entidades homogéneas, sendo as operações de demarcação, em certa medida, suscetíveis de serem questionadas nas suas opções de corte simbólico-ideológico e os coletivos passíveis de serem inspecionados mais minuciosamente na composição complexa que conglobam (Boltanski, 1982).

Uma teoria em construção: Programa de pesquisa etno-sociológica sobre os contextos situados de trabalho

A realidade do trabalho da Construção surge articulada por distintas 'linguagens de estaleiro', esquemas concetuais e discursivos que são usados para pensar e enunciar este universo de trabalho situado. Derivando a noção de "linguagens de classe" usada por Gareth Stedman Jones (1983), que pretendia expor o processo da construção simbólica da "classe operária" que ocorreu pela mobilização histórica de modelos políticos e económicos de significação e interpretação da realidade, podemos aqui salientar que a experiência social destes agentes não pode ser abstraída "da linguagem que estrutura a sua articulação" (1983, pp.19-20). As hierarquias estabelecidas entre objetos e pessoas dentro do estaleiro, as categorias de pensamento usadas para caraterizar as atividades do trabalho da Construção ou as divisões traçadas entre categorias ou estratos são engendradas na lógica de interação estruturada entre grupos sociais que ocorre em contínuo sobre o estaleiro. Salvaguardando que as representações e as enunciações que exprimem um ponto de vista particular são, elas próprias, consequentes para a estruturação social subjacente a tais pontos de vista, porquanto disponibilizam apreciações e impõem significações que comparticipam das práticas e comportamentos dos agentes neste contexto, estamos em condições favoráveis neste texto para enquadrar sociologicamente esses episódios interacionais em que crenças e significados

atribuídos a uma situação, grupo ou objeto são decisivos para as consequências advenientes. Nas palavras de Thomas Merton, deparamos com situações em que "as definições públicas de uma situação" se tornam numa sua parte integrante e, portanto, condicionam os seus "desenvolvimentos subsequentes" (Merton, 1948, p.194 e p.195). Explicita ou implicitamente, as "linguagens de estaleiro" exprimem, ao mesmo tempo que condicionam, os pontos de vista potencialmente desemparelhados sobre o trabalho, as pessoas e os objetos da indústria da Construção que caraterizam os distintos agentes sociais presentes sobre o terreno, criando distinções ou conjugações, excluindo pertenças ou sugerindo escalas de classificação.

As lições antropológicas sobre as categorias de classificação do mundo social, originalmente engendradas pelo encontro entre Émile Durkheim e Marcel Mauss nos idos de 1903, podem ser aproveitáveis para esta pesquisa situada dos estaleiros lisboetas. "Longe de estarmos justificados em admitir como evidente que os homens classificam tudo naturalmente, por uma espécie de necessidade interna do seu entendimento individual, devemos, pelo contrário, perguntar o que é que pôde levá-los a dispor as suas ideias dessa forma e onde eles puderam encontrar o plano dessa assinalável disposição" (Durkheim & Mauss, 2001, p.6). Os sistemas de noções, as hierarquias e as regras de causação vigentes no estaleiro estão encastrados em contextos situados em termos históricos e sociais, o que sugere que, a esta escala de ação, as "relações lógicas são então, em certo sentido, relações domésticas" (Durkheim & Mauss, 2001, p.44). No estaleiro nem existe consenso, nem equilíbrio de pesos entre as visões do mundo existentes, por isso vamos interrogar o atrito e a desarmonia potencial existente entre os princípios de classificação do estaleiro ativados por distintos agentes e, ao mesmo tempo, perscrutar o processo de imposição de uma definição dominante da ordem legítima do estaleiro.

Por um lado, vamos assim concentrar a atenção etnográfica sobre clivagens, deslizamentos e desencontros para mostrar que as lutas de legitimação ou contestação de uma determinada visão do mundo do estaleiro se inscrevem diretamente nos discursos correntes que distintos agentes criam sobre a vida do estaleiro. A este respeito, veremos como o estabelecimento de hierarquias ou separações entre objetos ou pessoas vem carregada com uma carga de estigmas ou virtudes, uma carga emocional e moralista que segue de perto a lógica da "pureza" e "perigo" (Douglas, 1991) e que determina exclusões, evitamentos e discriminações dentro de um coletivo que parece, a todos os títulos, coeso e sólido. Foi esta lógica de estigmatização e enobrecimento que ocupou um papel de mediação na legitimação e reprodução de contrastes entre segmentos espacialmente coexistentes de uma comunidade operária, como se encontra expresso nos "boatos de acusação" e nos "boatos de louvor" que se distribuíam de maneira assimétrica para consolidar uma situação de privilégio e para a conservar, ainda que à custa da desqualificação e exclusão de outros membros da comunidade (Elias & Scotson, 1994).

Por outro lado, a existência de pontos de convergência, a partilha de estereótipos ou a sobreposição de consensos entre estas mundivisões mostram a pertinência de interrogar um discurso que se apresenta como "natural", quando sucede que constitui antes uma "ideologia" que toma as divisões peculiares do estaleiro por aspetos evidentes e inquestionados da realidade apenas porque conta com as relações de poder vigentes na "sociedade de estaleiro" a seu favor, como sucede com o estado de "doxa" (Eagleton & Bourdieu, 1992). Na descrição de ideologia dominante usada por Luc Boltanski encontramos exatamente esta noção de:

> Uma visão do mundo que pode, ao mesmo tempo, apresentar-se com as evidências do bom senso, como se ela não estivesse mais do que a expor o que é evidente, e a exercer uma ação eficaz orientada à mudança do mundo social num determinado sentido. (Boltanski, 2008, p.53)

As características particulares dos estaleiros da região de Lisboa tornam estes exercícios de investigação especialmente desafiantes para o contexto da Construção portuguesa. Por razões históricas, que são reportadas por pesquisas entretanto realizadas (Sampaio, 2018), a composição do setor da Construção nesta região combinou de maneira especialmente criativa as tensões de classe com as segregações de natureza étnica[2] num mosaico de "contrastes" e "continuidades" (Machado, 2002) que desafia com especial contundência as noções substancialistas sobre os trabalhadores da Construção, a vida quotidiana do estaleiro ou as caracterizações destas atividades laborais. Pelo concurso simultâneo destas oposi-

[2] Quando aludimos aqui a "natureza étnica" ou "etnia" estamos a apelar para as advertências epistemológicas desenvolvidas por Fernando Luís Machado (2002). Assim vemos a "pertença étnica" como (1) multidimensional, já que não se restringe ao entendimento culturalista (que se concentra apenas na identidade cultural), nem ao entendimento político (que a vê como fenómeno de mobilização coletiva), nem à pertença racial. "Sem descartar nenhuma dessas dimensões, [este conceito] cruza-as com uma outra, frequentemente esquecida, mas decisiva, que é a da composição social das populações migrantes, com especial destaque para a condição socioprofissional e a localização de classe" (Machado, 2002, p.3); (2) processual, já que não procura uma definição em isolamento de um suposto "coletivo": "a saliência da identidade étnica depende não só das características sociais e culturais dessa categoria, mas também das modalidades de inserção dos seus membros na sociedade envolvente e das relações que estabelecem com a restante população" (Machado, 2002, p.3), ou seja, existe uma infinidade de possíveis situações (contínuo ao longo de linhas de contrastes e continuidades); (3) relacional, já que "esses contrastes e continuidades, que podem ser sociais e culturais, configuram um espaço da etnicidade, o qual, permitindo localizar cada minoria em relação à sociedade mais ampla, permite, simultaneamente, localizar diferentes minorias umas relativamente às outras" (Machado, 2002, p.4). Deparamos, assim, com uma definição operacional de etnicidade: "A pertença a populações étnica ou racialmente diferenciadas torna-se relevante quando essas populações apresentam fortes contrastes sociais e culturais com a sociedade envolvente. Se pelo contrário entre essas populações e a sociedade envolvente há mais continuidades do que contrastes, as pertenças de tipo étnico-racial perdem significado" (Machado, 2002, p.33).

ções sociais tornam-se instáveis as visões monocromáticas da mão de obra ou as ideias dos estaleiros como "comunidades imaginárias" de natureza homogénea, autossuficiente ou simbiótica. Por estas razões, são acerbas e tensas as lutas de categorização que aqui ocorrem, com especial saliência para os processos de (re) desenho das "fronteiras morais" dentro do estaleiro (Lamont & Molnar, 2002). O estaleiro comporta, se visto num plano de pesquisa mais amplo, uma pluralidade de "regimes de valor". Para John Frow, um regime de valor permite estabelecer o relacionamento específico que nasce da articulação entre um público, com competências semióticas e práticas de apropriação que lhes são específicas, e um bem que se encontra disseminado mediante certas condições de acesso socioinstitucional[3]. Deste modo, além de se impedir a desarticulação entre as condições objetivas de existência e os esquemas simbólico-ideológicos que estão ativos dentro dos estaleiros, contribui-se para abrir ao espaço de inquirição sociológica a dimensão da produção de valor associada aos discursos e práticas destes agentes sociais. A expressão e aplicação dos princípios de visão do mundo social do estaleiro não terminam numa neutral atribuição de significado, contribuindo ainda para a preservação de privilégios ou descréditos e para a consolidação de (auto)identidades de reputação ou inferioridade (Champagne, 1986).

Viagem à capital depois da crise: Transformações históricas da economia e processos migratórios na região de Lisboa.

No âmbito do projeto de investigação de que deriva este texto, pôde observar-se o setor da Construção a partir de cinco observatórios sócio-territoriais (Vale do Sousa, Porto, Lisboa, Bruxelas e Bordéus) que permitiam mapear a rede de circulação e o enraizamento contextualizado das atividades laborais. Nesta contribuição, escolhemos concentrar-nos nos materiais empíricos recolhidos no observatório sócio-territorial da região de Lisboa. Este observatório possui condições privilegiadas para equacionarmos as relações de natureza étnica em articulação com os equilíbrios das estruturas de poder em que se suportam as relações de classe. Olhando para a realidade migratória portuguesa, tal como a apresenta o relatório estatístico do Observatório das Migrações relativo a 2017, mais de 50% da população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal encontra-se na

[3] Nas suas palavras, Frow atribui a esta noção uma tripla valência, primeiro, como conjunto de "códigos semióticos que governam o estatuto e usos possíveis de textos" ou outras entidades percetuais; depois, como mecanismo de atribuição de papéis a atores – como "escritor" ou "leitor" ou ainda, noutro contexto, a trabalhador "nacional" e "estrangeiro" – dentro de um certo sistema e, consequentemente, "o arco limitado de estratégias interpretativas e avaliativas disponibilizadas por cada regime particular"; e, por último, com "as condições materiais e institucionais (as montagens sociotécnicas) que facilitam ou constrangem os discursos de significados e valor que circulam dentro e entre regimes" (Frow, 2013, p.ix).

região da Grande Lisboa e Península de Setúbal (Oliveira & Gomes, 2017). É também nessa região que a população estrangeira assume maior importância relativa no total de residentes. Se contarmos as percentagens sobre o total de população imigrada que se concentra nos distritos de Lisboa, Faro e Setúbal, somamos quase 70% (68,6%) do total de cidadãos estrangeiros residentes em Portugal. A atração por estas zonas urbanas explica-se por uma perceção de oportunidade de emprego mais elevadas e pela antecipação de uma mais rápida inserção no mercado de trabalho. Em 2016, 42,6% dos imigrantes em Portugal residiam nos municípios de Lisboa (13,9%), Sintra (7,5%), Cascais (5,2%), Amadora (4%), Loures (3,7%), Odivelas (3%) e Almada (2,2%). Em contrapartida, os municípios com peso mínimo de população estrangeira concentram-se sobretudo na zona norte do país: Baião, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel, Celorico de Basto, Fafe, Castelo de Paiva, Arouca, Resende, Paredes e Mondim de Basto. Todos eles tinham menos de 0,5% de estrangeiros no total de residentes do município.

Aprofundando a nossa leitura daquele relatório, realcemos que os imigrantes residentes se concentram, numa "elevada" probabilidade, em "trabalhos precários, mal pagos, mais arriscados e de alguns setores como construção civil, hotelaria e restauração, e serviço doméstico" (Oliveira & Gomes, 2017, pp.122-123). Verificamos, aliás, uma segmentação por nacionalidades na distribuição técnica da ocupação dos postos de trabalho:

> Em 2015, entre as dez nacionalidades estrangeiras numericamente mais representadas nos residentes em Portugal, eram os cabo-verdianos os mais associados ao grupo profissional 9 dos trabalhadores não qualificados (56,4% dos seus trabalhadores integravam profissões desse grupo), seguidos dos romenos (38,3% dos trabalhadores com essa nacionalidade). (Oliveira & Gomes, 2017, p. 128)

Nos patamares inferiores de escolarização, estes grupos apresentam, ainda, remunerações 12,1% mais baixas do que os trabalhadores portugueses com habilitações semelhantes[4].

No grupo de "trabalhadores qualificados da construção e similares", os trabalhadores estrangeiros recebiam, em 2015, salários que eram 7,8% menores do que os dos trabalhadores portugueses do mesmo grupo profissional; os trabalhadores não qualificados, menos 7%. Observamos aqui que a qualificação não parece proteger o trabalhador estrangeiro da desqualificação salarial. Neste grupo, "encon-

[4] Em contrapartida, "os trabalhadores estrangeiros de habilitações superiores têm, em média, remunerações base mais altas que os trabalhadores portugueses com semelhantes habilitações (+36,7% no caso de trabalhadores estrangeiros com doutoramento, +31,5% com mestrado e +23,6% com licenciatura) " (Oliveira & Gomes, 2017, p.132).

tramos principalmente representados os trabalhadores de nacionalidades da Ásia, dos PALOP e da Europa de Leste" (Oliveira & Gomes, 2017, p.135). As nacionalidades com menores remunerações são a paquistanesa (-40,5% de remunerações que os trabalhadores portugueses), indiana (-37,9%), ou chinesa (-35,6%), seguidas de perto por nacionalidades dos PALOP, como a são-tomense (-35,8%), a guineense (-35,5%) ou a cabo-verdiana (-34,4%) e, depois, pelos europeus de Leste, entre eles, ucranianos (-32,5%), moldavos (-31%) e russos (-19,5%), e pelos brasileiros (-16,8%).

Parece também terem sido os imigrantes os trabalhadores mais expostos à crise. Assim, nos últimos anos, registou-se uma diminuição importante nos registos dos Quadros de Pessoal dos trabalhadores estrangeiros por conta de outrem (-13,5%) (Oliveira & Gomes, 2017, p.124). A maior queda verificou-se no grupo dos "trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices", com uma diminuição muito relevante, entre 2011 e 2015, de -34,7% de trabalhadores estrangeiros. No grupo dos "operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem", a diminuição foi da ordem de -18,8%. Em comparação, a variação ocorrida entre os trabalhadores portugueses foi, respetivamente, de -7,9% e -0.5% (Oliveira & Gomes, 2017, p.124). Dentro do setor da Construção, também se constatou este impacto inflacionado da crise entre os trabalhadores estrangeiros. No grupo "trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices" observa-se uma queda do número dos trabalhadores estrangeiros, que passam de representar 23%, em 2008, para apenas 11,7% do total de trabalhadores em 2015. Os empregadores estrangeiros no setor diminuíram igualmente nesta época, passando de 17% do número total de empregadores para 7,4% em 2015. É, portanto, num contexto específico de crise e na sua ressaca que se inserem os entrevistados deste observatório, cujos discursos ganham em ser apreendidos tendo estes valores em mente.

Caixa 14.1. Nota metodológica sobre o observatório de Lisboa

Além dos diários de campo das duas investigadoras responsáveis pela recolha de dados no terreno de Lisboa, do registo fotográfico de campo e da observação etnográfica em dois estaleiros de construção e locais de lazer dos trabalhadores, a pesquisa realizada sobre o observatório de Lisboa repousa sobre um corpus de 12 entrevistas gravadas e de 4 relatos não gravados, conjunto ao qual adicionamos a entrevista de um trabalhador do observatório do Vale do Sousa, que está regularmente destacado em estaleiros lisboetas. As entrevistas foram aplicadas com base num guião semiestruturado com perguntas abertas orientadas não só para o trajeto profissional dos entrevistados, como ainda para a visão sobre a situação atual e a evolução recente do setor da Construção. Foi-lhes igualmente pedida uma descrição rápida do seu perfil sociodemográfico (idade, origem geográfica, origem socioprofissional, residência, nível de escolaridade, condição perante a atividade, profissão e cargo desempenhado e composição do agregado familiar, entre outras). Falámos com: a) informantes privilegiados (um professor universitário de engenharia civil que trabalhou como engenheiro na direção de obra, especializando-se em técnicas de reabilitação, e que, atualmente, reside no concelho de Lisboa); b) empresários, administradores e quadros superiores (dois deles de duas grandes empresas, ambas com sede em Lisboa e os outros dois de uma empresa média, ainda que com alto volume de negócio, especializada na área da reabilitação; as empresas em causa têm principalmente quadros técnicos empregados e sede em Lisboa); c) quadros técnicos e encarregados (dois engenheiros e um encarregado, todos eles residentes no concelho de Lisboa); d) chefes de equipa, oficiais, serventes e trabalhadores independentes (uma equipa de seis trabalhadores da região centro do país, destacados em Lisboa; quatro relatos - entrevistas não gravadas – e duas entrevistas gravadas de trabalhadores temporários de origem cabo-verdiana, guineense e portuguesa que moram em cidades da periferia de Lisboa; uma trabalhadora originária e residente em Lisboa, a trabalhar a recibos verdes; um trabalhador do observatório do Vale do Sousa que se encontra destacado com regularidade para Lisboa).

Em todas as entrevistas, os nomes de pessoas e empresas foram anonimizados. O nome das empresas foi anonimizado e codificado mediante a sua dimensão e/ou capacidade de construção, seguida de um número sequencial. Assim uma grande empresa será apresentada como GE-x, uma média empresa ME-x, uma pequena empresa PE-x, uma micro-empresa MIE-x. Às empresas a que não conseguimos estabelecer a dimensão ou a área de intervenção demos-lhe uma designação genérica: EMP-x.

Nota: Neste texto, existe uma clara prevalência de entrevistados do sexo masculino, razão pela qual adotamos por convenção uma linguagem masculinizada e, portanto, distante de uma linguagem de género que seja inclusiva. A prevalência de trabalhadores homens neste texto está longe de significar que as mulheres se encontram ausentes deste setor e, em particular, destes estaleiros.

Entre a «crise» e a «regeneração»: As mudanças do setor da Construção e suas expressões contextuais sob o ponto de vista dos administradores empresariais

Do ponto de vista *privilegiado* – nas distintas aceções desta palavra como garantia de uma perspetiva de magnitude alargada, como situação de autoridade e como prerrogativa de distanciamento em relação ao terreno – que têm sobre os estaleiros da Construção, os administradores de empresa podem enunciar a sua visão panorâmica através de um dispositivo crítico sobre o campo da Construção. Neste sentido, deparamos nos respetivos depoimentos com uma consciência crítica articulada como *crítica do presente*, uma atitude e uma disposição da burguesia que Reinhart Koselleck tinha reportado, pela sua génese em pleno Iluminismo, a uma dissociação da visão secular do mundo em relação às tradições de autoridades religiosas ou absolutistas (Koselleck, 1988). Por via dessa ação crítica, a autoconsciência burguesa circunscreveu uma posição independente de indivíduos livres, calculadores e racionalistas diante da tutela de autoridades alheias. Nas entrevistas a administradores de empresas, encontramos sinais desta "cultura de crítica" numa *sequência de teses* a respeito da especificidade do setor da Construção – que, enquanto "ideologias racionais" (Weber, 2001), são diagnósticos que em potência são outros tantos prognósticos. Dado que são representações da realidade articuladas por agentes que têm a capacidade de perpetuar ou transformar a realidade representando-a de uma particular maneira, aplicando tais representações assim como as exprimem, impõe-se que leiamos estes enunciados salientando este carácter performativo que têm sobre a história quotidiana dos estaleiros (Burke, 2005).

Desde logo, encontramos a *tese da modernização relutante ou impossível* do setor. Nas palavras de uma dirigente administrativa de uma grande empresa portuguesa, não só a Construção é atualmente um setor "atrasado", como este estado de imobilismo tende a subsistir, pois "a construção é uma indústria diferente das outras, nós não temos fábricas, temos (…) um estaleiro, portanto nós não podemos otimizar as nossas tarefas ao ponto que fazem, por exemplo, na indústria de automóvel" (Ana/GE-3). Embora tenham sido conduzidas iniciativas de modernização, mantêm-se sinais de aversão à mudança em termos de estandardização, normalização, serialização ou controlo do trabalho da Construção, o que constitui um "grande constrangimento ao normal desenvolvimento do setor da construção", já que as empresas se mantiveram impassíveis diante das exigências de "diversificação", "especialização", otimização de projetos e "requalificação da mão de obra" colocadas pelo mercado no início do século XXI (Alberto/GE-1). Esta propriedade estrutural da indústria da Construção, que serve para explicar a perpetuação de práticas alegadamente retrógradas ou ilógicas no setor, parece compatibilizar-se pacificamente, todavia, com as características de hipermobilidade da mão de obra e com o padrão de convulsões cíclicas que pauta as mudanças

estruturais do setor, que vive de "crise" em "crise", alternando as empresas entre crescimentos espetaculares, concentrações e desaparecimentos súbitos à medida que muda o ritmo de negócios, o investimento público ou a liquidez do sistema bancário. A "regeneração" do setor após a crise está, agora como noutras ocasiões, colocada sob o signo da incerteza.

De seguida, podemos prolongar o raciocínio para a *tese da qualificação insuficiente da mão de obra*. "Hoje em dia é difícil encontrar pessoas para trabalhar em Portugal no setor da construção, é um dos grandes problemas que existem neste momento", explica o administrador de uma grande empresa portuguesa (Alberto/GE-1). Muito em especial, "um bom trolha já não se arranja" (Alberto/GE-1). Verdade seja dita, esta tese conhece uma versão alternativa que salienta sobretudo a *escassez de mão de obra qualificada*.

> "Mão de obra qualificada não há. Nós andamos a fazer obras, a chamar pedreiros de segunda a pessoal que há dois anos só seriam serventes, andamos a chamar pedreiros de primeira a pedreiros de segunda, andamos a enganar-nos. Não temos mão de obra qualificada em quantidade para se fazerem as obras todas que se ouve."
>
> (Francisco/ME-1)

> "Não há trabalhadores qualificados, seja na área dos pedreiros, seja na área das instalações especiais, seja em qualquer área, qualquer área que queira elencar… Seguramente, se falarem com outras entidades que estão inseridas na cadeia de valor da construção, vão-vos dizer exatamente a mesma coisa, não conseguem encontrar pessoas formadas para trabalhar. Há aqui outro fenómeno: é que há muitos anos deixou [de haver pessoas formadas] e cada vez há-de ser mais difícil, porque não há um ensino profissional. Digamos, a formação era feita no dia-a-dia do trabalho e com a possibilidade de acompanhamento de outras pessoas, no fundo os chamados mestres, que iam lançando as pessoas mais novas, iam formando e elas iam-se qualificando. [Foram] desaparecendo os laboratórios que são as obras, esse tipo de formação está a tornar-se cada vez mais raro. O preenchimento de mão de obra qualificada é cada vez mais um grande constrangimento ao normal desenvolvimento do setor da Construção."
>
> (Ana/GE-3)

Ora, a crise de vocações dos "trolhas" é, desde logo, uma crise dos modos de geração, conscrição e reprodução dos trabalhadores da Construção. O modo tradicional de cooptação e pedagogia do setor entrou em descalabro, sem que tenha sido substituído por mecanismos de transmissão ocupacional por via escolar de maneira satisfatória. Para responder a estes desafios, têm sido mobilizadas

políticas de gestão da mão de obra que consistem em consolidar um corpo dualizado de trabalhadores. De maneira seletiva, cria-se um núcleo de uma "quantidade mínima" de trabalhadores estáveis e qualificados, concentrados principalmente em tarefas de enquadramento ou em ocupações especializadas – e que, salvo exceções, são portugueses brancos ("os nossos é que são fiéis à empresa"). À sua volta, estende-se uma "massa" de trabalhadores "indiferenciados" ou desqualificados, usualmente numa proporção de sete ou oito para cada trabalhador qualificado, que são simples executantes, têm "outras nacionalidades" e são, cada vez mais, empregados por intermédio de empresas de trabalho temporário ou cooptados entre os setores mais precários do (sub)proletariado da região de Lisboa (por vezes, imigrantes recém-chegados que procuram na Construção o ponto de entrada para, de maneira transitória, ingressarem no mercado português). Em suma, "hoje contratar um servente é um africano" (Alberto/GE-1).

Nicolas Jounin (2009) apontava para uma figura de retórica idêntica quando aludia à presença de um discurso equivalente sobre a escassez de mão de obra no contexto da indústria da construção francesa. Este discurso equivale menos a "deplorar um real défice de mão de obra do que a queixar-se dos trabalhadores que a indústria da construção usa efetivamente, referindo-se a um operário ideal que nunca se encontra" (Jounin, 2009, p. 12). No nosso caso, este ideal está incarnado, no observatório de Lisboa, pelo "trolha do Norte", personagem idealizada, que – parafraseando Nicolas Jounin – ilegítima toda uma franja de outros trabalhadores, o que abre espaço a toda uma série de condutas racistas no quotidiano (Jounin, 2009, p.13).

> "O que procuramos é que determinado tipo de atividade seja contratada a empresas que têm experiência, mas depois há atividades no estaleiro, que são as chamadas atividades invisíveis, que é limpezas do estaleiro, abertura e tapamento de fossos, movimentação de materiais, que têm um peso, às vezes, significativo na estrutura de custos das obras e que para isso, às vezes, é difícil conseguir contratar um prestador de serviços. Então é para esses serviços, que não são serviços verdadeiramente qualificados, são atividades indiferenciadas, é que nós recorremos a esse tipo de trabalhador, às vezes por necessidade ou por desespero… – não é bem… eu diria que quando chegamos aí não é por necessidade, é por desespero… – e contratamos trabalhadores temporários ou à hora, tarefeiros…"
>
> (Alberto/GE-1)

Este padrão de separação entre trabalhadores centrais e trabalhadores periféricos contrasta, assim, postos de trabalho que se caracterizam, de modo relativo, por situações distintas não só em termos de níveis de qualificação técnica, estatuto

hierárquico, estabilidade contratual e condições remuneratórias, mas também de pertença étnica ou nacional. Este *dispositivo técnétnico* – neologismo que procura sintetizar na sua própria ortografia a imbricação estreita, que se valida e se reforça mutuamente, que existe entre separações técnicas e rotulagens étnicas – replica-se em todas as escalas de medida do setor da Construção. Vemo-lo patente à escala das relações de mercado transnacionais, designadamente em obras nos países africanos em que estão presentes empresas portuguesas, em que deparamos com uma lógica pós-imperialista de separação entre metropolitanos e ultramarinos ("cada expatriado que nós mobilizamos para África, ele vai enquadrar uma equipa muito maior de africanos") (Alberto/GE-1), numa prática de enquadramento da mão de obra "local" que se encontra ausente das obras realizadas nos países europeus[5]. Porém, encontramo-lo ainda à escala microscópica de implantação do estaleiro da região de Lisboa, em que se cria um centro de trabalhadores portugueses, geralmente brancos, com uma inserção legal e relativamente qualificada, circundado por margens de trabalhadores precários, desqualificados, "africanos" ou "de cor" (o que, obviamente, de modo nenhum equivale a serem "estrangeiros") e, por vezes, clandestinos.

> "No Norte há mais… digamos, a rede é maior de microempresas. (…) Talvez, dantes havia a figura do mestre de obras e eu acho que talvez na área norte do país, talvez essa figura tenha predominado e tenha existido durante mais tempo. (…) Houve sempre essa figura do mestre que ia transferindo… E não houve, que eu saiba, no setor da Construção grandes empresas. As pessoas quando se qualificavam [era] pelas suas características, digamos, muito ligadas à terra, não é? Que sempre tiveram necessidade de produzir e de fazer, de fazer pelas mãos aquilo que elas precisavam, fosse o que fosse. No Sul, houve mais… O Sul cresceu muito e, em particular, ao redor de Lisboa, [houve]

[5] Nas palavras de um dirigente empresarial: "Se formos (…) trabalhar na Irlanda, na Inglaterra, na Polónia levamos alguns quadros de engenharia, poucos (…) a Polónia, a Irlanda, o mercado anglo-saxónico está muito bem estruturado do ponto de vista do conceito de se subempreitar, ou seja, os projetos são bem desenvolvidos, os programas de trabalho são muito bem desenvolvidos e, portanto, existe uma cultura de... eu diria de respeito entre as partes relativamente à definição do que cada um tem que fazer" (Alberto/GE-1). Desta oposição entre o contexto africano e o contexto europeu, surge a oportunidade de aludir a uma outra questão decisiva nestes discursos dos dirigentes empresariais, a importância da regulação dos mercados. A sensibilidade e as vicissitudes da política de gestão do estaleiro prendem-se, de maneira destacada, com as idiossincracias regulatórias dos distintos países. Por outro lado, a relevância da regulação dos mercados mostra, por contraprova, que as leituras essencialistas do comportamento dos trabalhadores da Construção, tão arraigadas no senso comum popular e erudito, precisam ser submetidas a dúvida metódica. "O comportamento de um trabalhador português a trabalhar em Portugal, numa mesma empresa, é completamente diferente do seu comportamento a trabalhar num mercado, por exemplo, como a Alemanha" (Ana/GE-3). Longe das imputações individualistas ou behavioristas, vemos a importância que assumem as regulações dos mercados, um enquadramento sociológico que deve ser como que uma precaução metodológica para as leituras exclusivamente restritas ao espaço das interações interpessoais.

grandes empresas (…) [O]s grandes grupos industriais estiveram sempre sediados mais a sul, com uma classe operária em que a força sindical era muito forte, havia acordos de empresa e, portanto, o mérito aí era mais um mérito de força, de uma força de trabalho em conjunto que não tanto pela qualificação profissional. Portanto, talvez essa rede, uma micro-rede familiar mais fragmentada a norte e um certo sentido de entreajuda, de partilha e de troca, tivesse motivado esse tipo de fenómeno e, portanto, as pessoas foram-se formando e foram-se qualificando a partir daí."

(Alberto/GE-1)

Esta imagem idealizada das virtudes do "trolha" nortenho sustenta-se sobre uma sociologia espontânea de uma região em que prevalecem pequenas empresas de natureza patriarcal (em contraste com um sul de grandes empresas de gestão capitalista); em que se conserva uma matriz comunitarista de interconhecimento e um percurso artesanal de demonstração pessoal de valor, que constituem espaços de transmissão e consolidação das carreiras profissionais (por oposição a uma adesão sindical mais comum a sul); e em que, inclusivamente, as características telúricas de ligação à terra parecem criar uma vantagem competitiva pela elevação da dexteridade dos trabalhadores da Construção da região norte. Vale a pena reter esta ideia-feita de "bom trolha" para destacar os traços usados para criar um arquétipo – que atua, ao mesmo tempo, como arbitrário socioprofissional de *autenticidade* que permite e sustenta, apelando a atributos essencialistas, as linhas de discriminação dos estaleiros lisboetas em termos que são, ao mesmo tempo, técnicos e étnicos.

A exposição dos atributos do "bom trolha" sistematiza e explicita um conjunto de categorias do entendimento que, usualmente em estado tácito como pré-conceitos e como sentido das conveniências, atuam dissolvidas nos princípios de ordenação da hierarquia de valores dos estaleiros e nos mecanismos de seleção da mão de obra. Através da atribuição implícita de virtudes ou estigmas aos distintos trabalhadores, estas categorias do entendimento contribuem para a estruturação do mundo social dos estaleiros e, precisamente porque contam com todas as provas aparentes dadas pela ordem das coisas colocada diante dos olhos, garantem a sua auto-confirmação e a sua legitimação como "natural" ou "correta". De acordo com a sua proximidade em relação a este arbitrário socioprofissional, seja em termos reais ou presumidos, os trabalhadores encontram procedimentos de triagem que, à partida, os distribuem por postos de trabalho desigualmente capacitados em termos técnicos e simbólicos; deparam com uma repartição desequilibrada de expetativas em relação às suas capacidades, competências e direitos; e encaram, ainda, um espetro de modos de tratamento nas relações interpessoais dentro e fora do trabalho – que vão do apreço à repressão – que contribuem, todos eles, para uma discriminação pleonástica dos trabalhadores. Obviamente, estas variações

nas condições de existência dos trabalhadores da Construção ocorrem nos limites de uma situação globalmente dominada dentro do sistema social português, tendo em conta as propriedades económicas, culturais e simbólicas que caracterizam o operariado deste setor de atividade (Pinto & Queiroz, 1996; Pinto, 2018; Queiroz, 2003). Os esquemas de repartição simbólico-ideológica das virtudes e estigmas, que enaltecem uma representação do "bom trolha" para imporem, em negativo, exclusões, nem têm a sua concretização garantida ou inquestionada, nem desmentem a situação de subalternidade do conjunto dos trabalhadores da Construção. No entanto, estes esquemas de repartição alinham-se certamente por distinções materiais e simbólicas muito significativas entre os segmentos internos deste operariado e atuam, pelo menos, como uma caução para a realidade atualmente existente nos estaleiros da Construção da região de Lisboa.

> "Então, se os nossos [trabalhadores especializados ou qualificados que sejam portugueses – e brancos] estão a ir para fora… Aí, vamos entrar numa coisa que, eh pá, que não é bonita de se dizer, mas é a realidade. A gente come a carne que tem dinheiro para pagar. Ou seja, a nossa mão de obra é muito bem vista lá fora, mão de obra especializada portuguesa. (…) Estão a ganhar o dobro, já nem pensam voltar. Pensam é levar o resto da família porque lá é que se vive bem. (…) Nós sempre tivemos mão de obra cá. Mas donde é que a gente foi buscar a mão de obra cá, aquela mão de obra menos… como é que eu hei de dizer?... menos especializada. África. Depois houve um surto brutal de Brasil, quando aquilo, coitados, ainda estavam piores que nós e vieram cá brasileiros «em barda». (…) E de repente, há também, sei lá, para aí oito anos, não sei, mas acho que foi a seguir aos brasileiros, vieram aquele pessoal de Leste."
>
> (Francisco/ME-1)

O retrato de uma crise de vocações – em volume e em qualidade – apenas se sustenta enquanto resistir a tirar ilações de outros processos sociais em curso no setor da Construção, designadamente a relevância da emigração como alternativa vantajosa para os trabalhadores qualificados portugueses; a continuidade de uma política de baixos salários e de condições de trabalho duras que tornam o trabalho da Construção uma alternativa custosa para os putativos aprendizes; a mudança do modo de geração da mão de obra que desviou contingentes de novatos de uma entrada precoce nos contextos laborais para os encaminhar para um sistema escolar que lhes promete, apesar de tudo, melhores oportunidades de carreira; a introdução de práticas de gestão que externalizam e comprimem os custos de produção pela subcontratação; ou, entre outras que restam a inventariar, a prática sistemática de restrição do número de trabalhadores estáveis através da generalização de modalidades contratuais de natureza precária, como o trabalho temporário ou o "trabalho à hora". Esta situação parece, então, atolar-se em paradoxos.

Pelo contrário porém, esta tese articula-se de maneira estreita com uma estratégia de gestão empresarial que assim encontra uma justificação para a opção pela dualização da mão de obra, em que se perpetua a separação entre uma minoria de trabalhadores qualificados e uma massa de trabalhadores desqualificados; a captação de segmentos de mão de obra mais barata (como as bolsas de mão de obra marginalizada ou a imigração recém-chegada) para realizar as tarefas desqualificadas; a promoção de práticas de externalização da contratação ou a generalização de modalidades contratuais de alta precariedade; ou, enfim, a perpetuação de patamares salariais muito comprimidos que tornam improvável a fixação de trabalhadores especializados diante da alternativa da emigração. Neste sentido, temos aqui uma "teoria prática" do mercado da construção, se quisermos recuperar a expressão usada por Émile Durkheim para estabelecer a natureza da pedagogia. Trata-se de uma teoria que mais do que analisar a realidade tendo em vista o puro conhecimento, pretende constituir um guia para a ação do empresário ("ideias que o dirijam"), descrevendo assim o que "deve ser". "Elas não se propõem exprimir fielmente as realidades dadas, mas emitir preceitos de conduta" (Durkheim, 2001, p.23). Neste sentido, estas visões do mundo são "instruções", mais do que descrições.

«As obras são todas iguais, o que muda são as pessoas»: Arte, confiança e outros valores sob o ponto de vista dos encarregados de obra

Para os encarregados de obra e outros técnicos de enquadramento, a combinação entre a compressão das margens de lucros derivada da subcontratação em cascata e, por outro lado, a atração exercida pela emigração – com os seus salários mais elevados, por exemplo – sobre os "bons profissionais", originou uma contradição potencial que, por ser inescapável nas atuais circunstâncias do setor em Portugal, provoca uma escalada de tensões crescentes. No contexto da crise, a emigração insinuou-se como uma estratégia alternativa para os segmentos mais qualificados do operariado do setor da Construção ("tivemos aqui muito boa gente que, entretanto, saíram, com esta coisa da crise, foram atrás do trabalho, aqui deixou de haver", como esclarece Jorge/ME-1). As solicitações atuais do mercado e a pressão sobre os custos originam, ao mesmo tempo, a necessidade de encontrar contingentes importantes de operários qualificados e a incapacidade das empresas que deles precisam em corresponder às suas exigências salariais crescentes ("pedem muito dinheiro", "aqueles que dão o preço") (Jorge/ME-1), que se apoiam ainda nessa situação de escassez artificial de "bons profissionais". "As pessoas começaram a ir para fora, os bons profissionais desapareceram. Hoje são muito bem pagos, nós não temos… as obras não têm capacidade de ir buscar as melhores pessoas. Para já, não estão cá, e as que estão ganham muito, querem muito

dinheiro para fazer o trabalho." (Jorge/ME-1). Fora destas circunstâncias, restam sobretudo trabalhadores que, alegadamente pelas suas competências técnicas mais limitadas, esquivaram a captura pela emigração. "A mão de obra não tem nada a ver com uns anos atrás. É muito fraca. Muito fraca, nós não temos mão de obra capaz" (Jorge/ME-1). De acordo com esta mundivisão, temos sinais de que assistimos, nos tempos mais recentes, a uma *decadência das virtudes técnicas e morais da mão de obra*.

Por sua vez, para contrariar a situação de subida de preços, encontrar uma saída para a necessidade pontual de mão de obra ou, pelo menos, "segurar" os operários qualificados resguardando os seus privilégios relativos, surgem tentativas de cooptação de segmentos marginalizados do operariado, inclinados a trabalharem por valores inferiores e a aceitarem modalidades de contratualização mais incertas. No entanto, esta situação desencadeia os expetáveis desafios provocados pela mobilização de trabalhadores com pouca ou nenhuma experiência, sem competências especializadas e, ocasionalmente, submetidos a barreiras de integração legal e linguística. "Basicamente, é malta que quer conseguir vistos de trabalho. (…) São indianos, são romenos, romenos não, são ucranianos, são brasileiros, e é… depois temos a malta fraquinha, cá nossa, que não vai, não dá para lado nenhum" (Jorge/ME-1). Decorrentes daquela conjuntura de escassez relativa de operários qualificados, estas circunstâncias contribuem, a seu tempo, para exponenciar e para confirmar essa deterioração inicialmente atribuída aos coletivos de trabalho. Pior: nem assim se consegue contrariar completamente a subida de preços registada no setor ("estaria a pagar a quatro euros a um servente e hoje estou a pagar a seis ou sete" diz Jorge/ME-1), com as consequentes agravantes económicas que daqui advêm ("a tal parte da gestão financeira também prejudica, porque nós ganhamos as obras por um valor e fazemos as contas com determinados rácios de tudo, de mão de obra, de rendimentos, e hoje não há nada disso") (Jorge/ME-1).

Nas palavras deste encarregado geral de uma empresa de média dimensão, hoje "fazemos com a mão de obra que temos" (Jorge/ME-1). Pela insistência com que os encarregados de obra ou técnicos de enquadramento aludem a este círculo de contradições, em que a aparente "solução" dada como resposta aos desafios do mercado acaba por contribuir para criar tensões noutro ponto da cadeia de produção, salienta-se a importância que tem a disponibilidade de uma mão de obra que não só seja tecnicamente competente, como também assegure as provas de lealdade necessárias para uma correta execução da obra ao longo do processo de construção, precisamente as tarefas acometidas especificamente aos técnicos de enquadramento. Por isso, em obras de especial exigência, a solução é "pagar esse preço" pedido pelos operários qualificados: "porque nós, no fim, vamos fazer contas e vai ficar mais caro se for com mão de obra que não é a melhor" (Jorge/ME-1).

Do ponto de vista de Jorge, nos estaleiros da região de Lisboa surge uma oposição entre a "malta daqui", que é "pessoal à hora", e a "malta do Porto", que "dão o preço deles". De um lado, temos, portanto, a "malta de referência", em especial a "malta do Norte". Estas declarações servem menos uma leitura substancialista de uma pertença geográfica do que um modo de pensamento por pares, em que a noção de atribuição territorial só adquire o seu pleno sentido pela comparação e contraste com outras procedências[6]. "Portugueses é tudo do Norte (…), a malta que trabalha nas obras é do Norte. (…) Os de Lisboa são africanos, portanto, o que a gente arranja de mão de obra" (Aníbal/ ME-1). Figura quase-mítica destas representações do estaleiro, o "trolha do Norte" constitui um *operador simbólico-ideológico* suscetível de estabelecer distinções entre os trabalhadores mediante a sua colocação numa hierarquia relativa de excelência técnica, ética e étnica que encontra neste artefacto socioprofissional o seu ponto culminante. Para além das competências ocupacionais, estes "trabalhadores do Norte" aparecem ainda como avatares que personificam o ideal de virtudes para estes encarregados de obra, pois revelam, entre outras qualidades, uma plena compreensão das relações de subordinação, das precedências de comando e das distâncias de dignidade entre ambos os postos (entre elas, uma aversão ao sindicalismo). "A mentalidade do Norte é mais submissa, o trabalhador aceita fazer coisas que aqui [o trabalhador de Lisboa] não aceitaria. (…) O trabalhador do Norte é diferente, [para] ele o senhor engenheiro ou o encarregado são umas pessoas muito importantes" (Aníbal/ ME-1). Ao mesmo tempo, esta representação simplificada e idealizada da *autenticidade* mostra-se capaz de servir como mecanismo de legitimação das assimetrias de repartição de oportunidades por via do apelo aos supostos atributos de excelência que são inatos aos trabalhadores com essa origem geográfica e que, em sentido inverso, estão supostamente ausentes entre outros grupos de trabalhadores a que se atribuem outros rótulos étnicos. Por antonomásia, os trabalhadores do Norte são, em certo sentido, os trabalhadores portugueses e brancos, que desempenham tarefas qualificadas e estão inseridos em postos estáveis. Em negativo, temos esses trabalhadores que, dito sem ironia, "não são pessoas para trabalhar":

[6] Um sintoma deste significado por contraste que têm as identidades regionalistas prende-se com a existência de limites elásticos para circunscrever o "Norte", que pode alargar-se para abranger Fátima, Leiria, Guarda e Coimbra ou restringir-se ao Vale do Sousa e ao Minho, consoante os interlocutores ou até o momento da entrevista. Em certo sentido, os operários do Norte são os que *não* são de Lisboa, tanto no que esta pertença significa em termos de ética de trabalho – "A malta de Lisboa não gosta de trabalhar" (Diogo/ GE-3) – como em especial no que esta cidade parece significar em termos de "cosmopolitismo", ou seja, a presença de uma multiplicidade de nacionalidades além da portuguesa ou de trabalhadores que tenham outros tons de pele além do branco.

> "São pessoas perdidas no estaleiro, que são daquelas que a gente diz assim: «Pronto, isto é dinheiro para deitar fora.» (…) São aquelas pessoas que eu posso contar com elas 24 horas por dia, mas não posso contar com elas para fazer coisas com grande velocidade, têm o ritmo delas, não dá para fazer contas. Eu dizer-lhe: «Olha, isto tem que ficar pronto amanhã impreterivelmente às 10 horas.» Aquilo se der pra fazer a essas horas, dá, se não der, não faz mal. (…) Nem é preciso andar lá com o chicote ou oferecer-lhe mais isto, não vale a pena, eu até lhe posso dar mais dinheiro que o ritmo é o mesmo."
>
> (Jorge/ME-1)

Novamente, encontramos uma dualização da mão de obra, em que as ocupações mais raras são preenchidas por iniciativa da empresa com trabalhadores estáveis e experientes, que lhes atribui as tarefas mais especializadas e mais complexas ("encarregados é quase tudo português", esclarece Aníbal, diretor de obra de uma empresa média), tais como as tarefas exigidas nas conclusões de obra. Os postos mais desqualificados e mais duros são preenchidos por recurso a subcontratação ou à captação de trabalho temporário. "Pessoal de escritório para baixo, a GE-75 tinha meia dúzia de pedreiros para distribuir por todas as obras. Portanto, e mais já para a fase final da obra, (…) eram gajos mais habilidosos, assim mais já com alguma idade, não para fazer os trabalhos mais duros, já não. A GE-75 era igual ao que se faz hoje, portanto, subcontratado, tudo subcontratado" (Aníbal/ ME-1). Mais: nestas segmentações voltamos a encontrar indícios de uma conjugação entre a tecnicidade e a etnicidade, linhas de divisão que se prolongam numa apreciação contrastada em termos de ética de trabalho. Pois, como relata um quadro de enquadramento de uma grande empresa, "a malta de Lisboa não gosta de trabalhar" (Diogo/GE-3). Talvez possamos neste conjunto de agentes sociais encontrar um número mais extenso de *nuances* nas discriminações propostas para o corpo de operários em termos de pertenças étnicas ou nacionais. A insistência deste texto sobre este tópico prende-se menos com a denúncia de uma visão racializada do mundo social do que com a caracterização de princípios de organização e hierarquização do coletivo de trabalhadores que influem de maneira relevante sobre a distribuições de oportunidades dos trabalhadores ao mediarem a atribuição de postos, competências e recompensas pela intervenção de um ecrã de representações pré-construídas. Deste escrutínio mais minucioso do mundo social do estaleiro, encontramos usualmente associadas às categorias de entendimento que distinguem "raças" entre os trabalhadores, imputações sobre a sua moral de trabalho e apreciações sobre os seus hábitos culturais.

> "Os indianos têm a vida mais facilitada, não sei se porque eles se organizam melhor e se ajudam uns aos outros. A ideia que tenho é que os africanos, eles massacram-se mais um bocadinho, é mesmo da raça deles. (…) Os brasileiros, também acho que são

uns gajos expeditos e são ariscos, e, portanto, procuram resolver muito da maneira mais fácil. Depois apareceu muito moldavo, agora já não se vê muito."

(Jorge/ME-1)

Dada a sua relativa proximidade em relação ao estaleiro, os princípios de visão do encarregado estão orientados para a deteção e triagem dos operários proficientes a partir de impressões difusas e diferidas da simples habilidade técnica, dado que os seus esquemas de ação são também aptos a manobrarem os humores destes trabalhadores mais do que apenas a monitorizá-los em termos administrativos. Por um lado, os olhos do encarregado são capazes de destrinçar o significado de sinais na aparência insignificantes ou triviais. "Quando uma pessoa é profissional a gente nota logo na postura. (…) A maneira deles estarem e deles se apresentarem quando vêm para trabalhar" (Jorge/ME-1). Por outro lado, "também temos de gerir os sentimentos" ("isto parece que não, que somos todos gentes brutas da construção, mas isto há problemas, todos nós temos, e eles, a gente quer queira quer não, eles vêm para cá e, portanto, é preciso saber tratar as pessoas") (Jorge/ME-1). Ao mesmo tempo, importa ser capaz de manter o "respeito" ("não gostavam nada de má educação e aquelas coisas da gente falar muito alto") (Jorge/ME-1). Por isso, seja para a contratação ou recrutamento ("passa mais por o encarregado o conhecer de uma obra" (Jorge/ME-1), seja para o controlo de uma equipa de trabalho, têm importância capital as relações de confiança mútua entre os operários e os encarregados, além da simples avaliação das competências técnicas que os trabalhadores possuam. Estes valores são especialmente salientes quando se olha para as variedades mais precárias de constituição de uma equipa, como o trabalho temporário.

"Na minha obra, interessa-me ter alguém que eu conheça, que seja da arte, que tenha uma história, que tenha um currículo e tudo o mais. (…) Um dos problemas, vá lá, do trabalho temporário é que as pessoas até podem ter a categoria, mas são tratados um bocado como… são um pouco indiferenciados. (…) Nesse aspeto, em termos de trabalho temporário, há essa dificuldade e é uma questão de confiança também."

(Diogo/GE-3)

Nos discursos dos encarregados e dos quadros técnicos de enquadramento e coordenação de obra, têm um sobredimensionado peso narrativo as explicações sobre o papel que eles próprios ocupam dentro do estaleiro, o que constitui uma espécie de autorreflexividade aguda. Muito em especial, parece existir um interesse expressivo excecional na apresentação de uma interpretação genealógica do posto de encarregado. Uma atenção importante é concedida a apresentar os dois

percursos de aquisição da dignidade de encarregado, apelando cada qual para uma variedade de justificação distinta.

> "Um encarregado, demora dez anos a formar, quinze anos, vinte anos (…). É uma carreira relativamente dura, não é? Em termos físicos, em termos psicológicos, é difícil. Sendo que a construção civil sendo um ambiente, vá lá… um ambiente mais agressivo, principalmente para este tipo de cargos."
>
> (Diogo/GE-3)

Desde logo, existe esta via tradicional que conduz um trabalhador dos patamares mais elementares do estaleiro ao posto de encarregado, levando-o pela cadeia de comando acima ao longo de um lento percurso de aperfeiçoamento artesanal e de aquisição de prerrogativas de mando. "Nós tínhamos muitos encarregados que vinham de pedreiros, que evoluíram depois para chefes de equipa, chegaram a encarregado de primeira passado quinze ou vinte anos" (Diogo/GE-3). Recentemente, tem surgido uma pista paralela para o ingresso nestes postos de autoridade, em que os cursos escolares e as aptidões certificadas são critérios relevantes para uma entrada direta. Seja pela demonstração de competência e experiência no trabalho do estaleiro, seja pela posse de credenciais escolares e ocupacionais relevantes para o contexto da Construção, o posto de encarregado garante o acesso às prerrogativas – e a exposição às agruras – que advêm da ocupação da autoridade hierárquica sobre os homens (ou sobre empresas subcontratadas, como sucede em certos casos). Permanece em aberto que esta colocação no posto de encarregado possa ser vista como consagração, como parece acontecer com os operários que ascenderam numa carreira de mestria artística.

Dada a sua posição especial dentro da estrutura da obra e, em particular, as responsabilidades que lhes são assacadas em termos do processo de construção, os encarregados e os quadros técnicos de enquadramento e coordenação de obra parecem ainda ter um interesse expressivo que os leva a salientar não só as repartições técnicas entre trabalhadores que se patenteiam na atualidade de um estaleiro (digamos: em simultâneo), mas também a isolar as etapas que se verificam ao longo do tempo de desenvolvimento das atividades de construção, opondo diacronicamente o "arranque" e o "fecho de obra".

> "Por exemplo, executar a estrutura, é a chover, ao sol, é frio, tudo o mais. E as pessoas estão lá sempre à intempérie. Depois passamos para uma fase já de acabamentos, já é diferente, as pessoas mudam logo da noite para o dia. Porque é mesmo assim, porque temos mais gente estrangeira, normalmente dos países africanos, nestas áreas de maior desgaste físico. Porque os portugueses já não querem pegar nisto."
>
> (Diogo/GE-3)

Em complemento à segregação ocupacional inscrita a determinado momento do tempo nas hierarquias de comando e nas competências técnicas, existe uma segregação temporal dos trabalhadores que distingue entre o início da obra, em que o trabalho provoca um maior "desgaste físico" e exige competências menos qualificadas, e os "acabamentos", com tarefas "mais finas" e exigindo uma maior especialização técnica.

«As pessoas vivem com medo, vivem com tristeza»: As experiências e (auto)perceções dos operários entre concorrência e precariedade

Encontramos grandes dificuldades na realização de entrevistas com operários na região de Lisboa. Embora disponíveis para conversar connosco, o pedido de gravação encontrava sempre esquivas que não se conseguiu prevenir ou ultrapassar. As razões prendiam-se, desde logo, com a suposta insignificância da narrativa, numa aparente auto-negação do interesse intrínseco das suas palavras. "É uma miséria, não vale a pena contar", "toda a gente sabe o que eu lhe disse, basta falar com qualquer um". Por um lado, a situação de precariedade em que se encontram estes operários não será estranha a esta atitude. Por outro lado, existe uma ideologia da pretensa obsolescência ou desvalorização da mão de obra operária, que tanto pode ser vista como um elemento produtivo em vias de ser substituído por novas tecnologias, dado que será instável e custosa, como é vista como descartável ("refugo") ou desqualificada ("o pessoal qualificado foi todo para fora"). Por esse motivo, é expectável que as narrativas destes trabalhadores sejam, até por eles, desvalorizadas numa proporção similar a esta negação simbólica imposta sobre os próprios narradores. Da mesma maneira, vale a pena levantar a hipótese de que as nossas propostas possam não ter suscitado interesse ou confiança entre estes trabalhadores. Das assimetrias entre as personificações da autoridade académica e os seus "objetos de estudo" nascem, sem que sejam sempre interrogadas, relações sociais de observação que implicam evitamentos, timidezes ou dissimulações (Bourdieu, 1993).

Durante a observação situada dos operários nos estaleiros da região de Lisboa, escutavam-se de maneira repetida as indicações de que escasseia a contratação de pessoal para ocupar postos estáveis dentro de uma empresa promotora, em detrimento da subcontratação sistemática a empreiteiros ou empresas de trabalho temporário. Das "franjas" de trabalhadores precários e desqualificados assim surgidas, suscetíveis de serem mobilizados em resposta a necessidades urgentes, passageiras ou ocasionais, os agentes sociais parecem derivar uma oposição simbólica entre modelos de trabalhadores, que opõe centrais e periféricos ou, noutros termos, estáveis e temporários. Embora nem todos os trabalhadores rotulados como periféricos tenham o mesmo estatuto nem a mesma reputação, ainda que

se encontrem com uma vinculação contratual aproximada, estas operações de circunscrição atribuem uma identidade unificada ao conjunto de situações laborais de precariedade. Por seu lado, nas visões a partir do centro relativo da mão de obra operária empregue num estaleiro, surge também uma proposta de identidade dos "operários do Norte", sugerindo-se e reivindicando-se nestes casos, de maneira por vezes assertiva, uma imagem de trabalhador ideal. A valia e a reputação desta identidade encontram uma alegada contraprova na descrição exaustiva dos supostos lapsos, restrições e insuficiências que se acumulam sobre os trabalhadores que estão nas margens do operariado. Fábio, um "oficial" de uma empresa com sede no Vale do Sousa a trabalhar em Lisboa, atesta esta visão quando fala dos operários temporários que a sua empresa contrata para os apoiar quando estão destacados em Lisboa:

> "Eles são uns «morre aos sóis», mesmo. (...) É em câmara lenta. Eu até costumo dizer, «ouve lá, eles são lisboetas? Eles não são também alentejanos?». Ó pá, eles trabalham devagar, tudo tem tempo para eles, têm tempo, pedem com licença a perna direita para passar à esquerda. Nós não estamos habituados a isso. (...) É muito diferente. Nós quando chegamos lá e executamos (...), «ai, esses gajos são umas máquinas», e eu digo-lhe a eles: «não: somos a força da elite»."
>
> (Fábio, contrato efetivo[7])

Fábio classifica os trabalhadores de acordo com a capacidade de produção – a rentabilidade – e, por conseguinte, posiciona-se a ele próprio e aos seus colegas ("os nossos") num lugar privilegiado dentro de um universo de concorrência pela posse de benefícios materiais, autoridade hierárquica e prestígio simbólico. Esta retórica, longe de ser gratuita ou um traço de folclorismo, é uma ferramenta concreta e eficiente de reivindicação e estabelecimento de um lugar social dentro do estaleiro. Por seu lado, os operários originários de Lisboa retorquem com opiniões que matizam as autoimagens positivas dos operários nortenhos. Desta troca de denúncias e censuras soltam-se indícios que apontam para um ambiente enervado de concorrência entre operários, que se apoia nas afiliações como meio de prova nas lutas pela distinção simbólica nos estaleiros. Podemos encontrar nestes exercícios de (auto-)valorização ou, noutro sentido, na objeção e negação erguida a estas alegações, práticas de preservação do "sentido de si", que estabelecem as reputações e as cotações nos locais de trabalho operários (Lüdtke, 1995).

---

[7] Quanto à identificação das empresas, não foi possível uma determinação clara para todos os casos. Optámos por especificar o estatuto contratual dos operários entrevistados, sempre que tal se afigurou necessário.

> "A maior parte, eu não sei, as obras que eu vejo, olha, ou são… 80% são imigrantes, 20% são portugueses, uns são da periferia de Lisboa, é verdade, e os outros são do Norte. Ainda agora, esta obra que eu estou, estão lá uns senhores a fazer umas portas, são os três da zona de Braga. Vêm à segunda-feira às três e meia da manhã, (...) voltam à sexta. Eu conhecia também equipas que iam de 15 em 15 dias e viviam todos num quarto, era uma série deles num quarto. Esses não tinham dentes (...) Pá, nem tinham dentes, eram pessoas extremamente humildes, era gente boa, mas muito pobre. (...) É porque eles não param, não é? E depois têm capatazes atrás e este aqui [o capataz da obra onde Márcia se encontra atualmente a trabalhar] não é tão mau, porque então o pessoal do Norte então ainda é o pior, vou ser sincera. É tratar as pessoas abaixo de cão."
>
> (Márcia, trabalha a recibos verdes)

Deste modo, ainda que Fábio reconheça episodicamente a capacidade técnica de certos colegas "lisboetas" ("[T]ambém trabalhamos com pessoas (...) o gajo é uma máquina mesmo. (...). Eu, às vezes, até digo: «até parece que és do Norte!»"), os seus exercícios de classificação examinam e ponderam a cor da pele, a origem geográfica ou o tempo de residência no país dos outros colegas de trabalho, atributos que ele relaciona, considerando-os portadores de consequências, com as supostas capacidades técnicas desses trabalhadores:

> "[N]ão é, que eu nem tenho nada contra os pretos, mas os pretos são um bocado malandrões. (…) Ó pá, não têm experiência nenhuma de trabalho. Não têm mesmo. E depois, não é, andam ali aos empurrões. (...) não têm formação de trabalho. Aquelas pessoas que vieram de África... (...) Não estou a dizer aquelas pessoas que estão aqui há muitos anos, que as pessoas que têm muitos anos, (...) os pretos que estão lá estão residentes há três, quatro, cinco... alguns estão lá há vinte e até são bons artistas, não é. Até fazem uma carreira de... profissional... pá, há outros que não, outros que nascem para aquilo e não saem daquilo. É para aquilo... querem o dinheiro, mas não querem trabalho."
>
> (Fábio, contrato efetivo)

Dentro da organização social do estaleiro, os operários "que vieram de Africa" são geralmente apresentados como detentores de um estatuto distinto por causa dessa suposta "pertença", o que usualmente acarreta que sejam destinados aos patamares inferiores da escala de valores do estaleiro, sobretudo por comparação com os operários rotulados "do Norte". Na sua vertente estratégica enquanto operador de distinções simbólicas, em particular pela exclusão que gera de largas margens de trabalhadores, esta visão é sobretudo assimilada, imposta, partilhada, reconhecida e reproduzida precisamente pelos operários que têm uma situação de privilégio relativo na estrutura de poder do estaleiro e a procuram defender diante

destes potenciais concorrentes. Dessa maneira, estes operários recorrem assim ao instrumento de legitimação que têm ao seu alcance, a alegação de uma identidade exclusiva que tem admissão condicionada e que garante supostas virtudes dentro do estaleiro, para preservarem as estreitas margens de manobra de que podem beneficiar no conjunto da situação globalmente subalterna do operariado da Construção. Fábio, usando para tanto o próprio papel que desempenha na supervisão dos trabalhos e na gestão dos trabalhadores, explica que classifica os trabalhadores de acordo com a rentabilidade e a imagem que aparentam nas suas atividades laborais, vinculando depois essa hierarquia à cor de pele ou origem geográfica do operário em questão, ora apresentando-o como estranho a ele e à sua identidade, ora assimilando-o a si pela sua inclusão entre os "homens do Norte". Vemos assim que os limites introduzidos por este *dispositivo técnétnico* não são claros à partida nem definidos para sempre, deslocando-se consoante as exigências postas pelo contexto de trabalho à criação e à tentativa de corroboração de distinções ou assimilações, cisões ou agregações entre trabalhadores que, a título pessoal, estão dispersos e são diversos entre eles.

A partilha e a disseminação desta escala de valores tem, porém, consequências muito concretas no quotidiano de muitos trabalhadores dos estaleiros, em especial influindo sobre as suas possibilidades de carreira profissional e de (auto-)valorização simbólica. Pelas conversas que, nos interstícios das obras, íamos mantendo com pedreiros de origem cabo verdiana e guineense – com nacionalidade portuguesa ou não –, sinalizavam-se elementos de caracterização que testemunham a translação dos estereótipos de trabalhadores para a realidade de todos os dias. Desde logo, estes trabalhadores conheceram entradas precoces na Construção. Nascidos em Portugal ou não, começaram a trabalhar muito cedo nas obras por causa das necessidades económicas ou para aproveitarem as ligações familiares que tinham neste setor. No entanto, nem por isso tiveram uma consagração profissional que correspondesse às expetativas de uma carreira auspiciosa, pois têm de desdobrar-se em tarefas polivalentes ("também faço de servente"); têm grandes obstáculos para acederem a um contrato de trabalho permanente, pelo que têm que trabalhar "à obra", muitas vezes através de empresas de trabalho temporário ou "empreiteiros"; e estão expostos a cair mais amiúde entre os vazios da regulação estatal das contribuições sociais (como acontece com as queixas sobre os "buracos" nas carreiras contributivas causados por ilegalidades patronais) ou a perda de garantias de segurança e higiene dos locais de trabalho. Têm uma auto-perceção muito viva da sua condição de vida precária ("pagas a casa, pagas o transporte e depois, como é que comes?", relata Leandro, contratado em regime de trabalho temporário), encontrando nesse seu enclausuramento em situações de desqualificação e de precariedade o sintoma de uma estratégia patronal intencional ("assim não precisam de pagar direito nem de empregar com contrato", Lean-

dro, contratado em regime de trabalho temporário). Olhando retrospetivamente, parecem verificar uma replicação de destinos em comparação com a situação dos seus pais ("lembro-me do meu pai trabalhar durante anos para o mesmo patrão, durante anos e não pertencer diretamente, assim, ao quadro da empresa", lembra Abílio, contratado em regime de trabalho temporário).

Embora haja trabalhadores que ensaiaram uma tentativa de mobilidade social através da educação, estes trabalhadores têm uma consciência penetrante de que uma tal mobilidade se trata de uma ilusão, um propósito que é improvável conseguirem concretizar ("Leandro ainda andou na escola da noite ao início, mas depois foi difícil continuar porque tinha muitas horas de trabalho e não conseguiu acompanhar", registam as notas de campo da conversa com Leandro). Esta dúvida razoável a respeito da ascensão social é comprovada pela constatação dos obstáculos ou da impossibilidade de protagonizar uma carreira próspera no setor da Construção sendo trabalhador de pele negra**.** Em virtude da imputação de uma origem ou pela mera verificação da cor de pele, estes trabalhadores são sistematicamente colocados em postos que lhes impõem imediatas desvalorizações simbólicas e os submetem a circunstâncias de subalternidade acentuadas (exposição ao perigo, salários baixos, elevada rotação entre atividades, entre muitas outras). Por esse motivo, não só encontram grandes barreiras a poderem aceder a uma situação que lhes permita demonstrar as capacidades requeridas para serem valorizados, como são constantemente arrastados para situações, comportamentos e atitudes que constituem sinais que parecem justificar essa marginalização dentro do estaleiro (apenas realizam trabalhos pesados e simples, estão permanentemente subordinados a ordens de numerosos agentes, são presenças passageiras e descartáveis nas obras, entre outras). Os obstáculos a superar numa organização social que discrimina sistematicamente os trabalhadores a partir de uma multiplicidade de princípios de divisão, mas que, na região de Lisboa, convocam com acentuado vigor o tom de pele ou a suposta pertença étnica, surgem registados nas notas de campo sobre a conversa mantida com Amílcar, trabalhador em contratação temporária:

> "Amílcar tem 51 anos. (...) É cabo-verdiano e está em Portugal há 31 anos. Vive num bairro na Costa da Caparica, em Almada. (...). Tem dois filhos, nasceram em Cabo-Verde e vivem atualmente em Portugal. (...) Veio com 21 anos [para Portugal], com o irmão mais velho (...). Foi trabalhar, como «trabalhador temporário», para uma obra de construção de um hospital, para «trabalhar no ferro», mas não gostou e abandonou esse trabalho. De seguida, trabalhou um ano como servente e depois passou a trabalhar como pedreiro, também através de trabalho temporário. Pergunto como aprendeu o trabalho de pedreiro. Explica que foi vendo os outros fazerem. (...). Teve uma experiência (...) [com contrato efetivo] numa empresa de Construção. Após um contrato de três meses, passou aos quadros, mas ao [fim de] sete meses despediu-se por ter sido destra-

> tado. Conta que se encontrava numa obra no Alentejo há uns meses, com cerca de 50 trabalhadores da mesma empresa. (...) A empresa dava um fato para usarem, mas o frio era demasiado. Todas as refeições eram pagas e, em cada uma delas, cada trabalhador tinha direito a meio litro de vinho. A dada altura, deixaram de por vinho na sua mesa, «a mesa da pretalhada», dizia, denunciando que eram tratados dessa forma. Havia pessoas que abusavam no consumo de álcool (bebiam o que os outros deixavam) e acabavam por ir alcoolizados para o trabalho. Amílcar assegura que não era o seu caso e que, apesar de haver [trabalhadores] que o faziam em todas as mesas, apenas retiraram o vinho na sua mesa. [Para ele], foi uma decisão injusta e racista. Aproveitou uma ida a Lisboa para uma consulta [médica], durante a semana, para nunca mais voltar."
>
> (Notas de campo de Vanessa Rodrigues,
> a respeito da conversa com Amílcar, fevereiro 2019)

Para os trabalhadores imigrados, os traços de subalternidade que caracterizam as suas ocupações são complementados por discriminações de sinal equivalente quando se considera o âmbito mais extenso da sua existência quotidiana. Tendo aproveitado as ligações familiares ou comunitárias para acederem à sua situação laboral ou para contornarem os constrangimentos burocráticos encarados, perdura todavia uma situação de distanciamento e de exclusão diante dos mecanismos de enquadramento estatal ou legal: as complicações de acesso ao visto de trabalho ("foi uma dor de cabeça", só superada "com a ajuda dos colegas", conta Amadeu, contratado em regime de trabalho temporário); as subtrações nos descontos para a segurança social, pois os "empreiteiros" nem sempre fazem os descontos para a segurança social de maneira correta, como aconteceu com Amadeu, a quem os empregadores, depois de "1 ano, metem o desconto de 6 meses e fica assim"; ou as debilidades causadas pelos contratos falsos ou precários em termos de capacidade negocial ("é complicado" reivindicar, porque "ligas, [ao empreiteiro] mas não atende", conta o mesmo Amadeu) ou em termos de estatuto legal; ou, ainda, os salários altamente comprimidos para baixo (por exemplo, pelas margens cobradas pelas empresas de trabalho temporário).

> " [Amadeu] fez a inscrição [na agência de trabalho temporário]. Três dias depois ligaram. Perguntaram-lhe qual era a profissão. Ele disse: «Ferro». Eles disseram: «Ferro, não temos. Pode desenrascar para servente? Quando aparecer vai para ferro.» Amadeu disse que sim, mas realça que é muito mal pago. Está a receber 3,30€ à hora: «pagam muito pouco»."
>
> (Notas de campo de Laura Galhano,
> a respeito da conversa com Amadeu, fevereiro 2019)

A situação duradoura de vulnerabilidade expõe estes trabalhadores de maneira agravada às circunstâncias convulsas do setor, pois em caso de crise, são os primeiros que ficam sem trabalho (em 2012, quando vingava a crise em Portugal, Amadeu teve de voltar para a Guiné, tendo permanecido ali 6 anos); às arbitrariedades dos encarregados e engenheiros, que são quem decide de maneira discricionária sobre o ritmo e a estabilidade do trabalho (Orlando, contratado em regime de trabalho temporário, trabalha há 11 anos para o mesmo encarregado através de empresas de trabalho temporário: "quando o encarregado gosta, fala"), aliás, influem até sobre o seu destino ("Amadeu explica que o encarregado com quem lidou está agora noutra obra na cidade e que se precisar de pessoal liga ao engenheiro para mandar pessoas para lá. O encarregado deu a entender que se houver uma vaga, Amadeu irá para lá, senão terá que se «desenrascar»", surge nas notas de campo da conversa com Amadeu); e às consequências vindouras da usura laboral, como as doenças ou os acidentes de trabalho, diante das quais têm magros apoios (como os amigos pensionistas de Amadeu que, "cotas", estão agora "todos arrebentados" porque "sempre empenados (...) acabam com problema urinário").

Estando tantas vezes submetidos a um silenciamento, ainda que ensaiem um protesto ou uma queixa nem assim se assegura que os trabalhadores, portugueses ou estrangeiros, sejam tidos em conta na sua tomada de posição. Pelo contrário, sucede que tais enunciações de protesto ou queixa são, elas próprias, desvalorizadas mediante a menorização dessas enunciações ou a infantilização dos trabalhadores (como nos conta Márcia, "se a gente reclama estamos a ser caprichosos" ou "tratam-nos como crianças, tem que haver mínimos, que é a casa de banho…"). Dentro do estaleiro, as estruturas de poder definidas pelas ocupações exprimem-se e perpetuam-se pela imposição e reprodução de divisões em todos os aspetos da vida quotidiana, separando os postos de trabalho (que podem cair em espaços invisíveis, melhor: ocultos), o grau de brutalidade e de risco das tarefas, os espaços de convívio (como o bar ou a cantina) ou o acesso a pequenas regalias ditas "comuns" (como a casa de banho), como nos explica Nélson, um trabalhador que, apesar de especializado na instalação de ar condicionado, tinha sido inicialmente colocado pela empresa de trabalho temporário em tarefas mais desqualificadas, com as repercussões que aqui se evidenciam:

> "Há quatro meses que saí de lá [da obra em que estava], saí de lá por causa do pequeno-almoço, não queriam que eu tomasse o pequeno-almoço (...) no café. (...) [A]quilo tem um refeitório dentro da obra (...) onde a gente almoça, toma o pequeno-almoço, vai beber café, compra tabaco, está sempre aberto, se me apetecer comprar uma água, está sempre aberto para nós. E, então, o chefe daquela empresa para quem eu estava a trabalhar basicamente me proibiu de tomar o pequeno-almoço, e disse: «Se você continuar a tomar o pequeno-almoço aqui, ah, se calhar amanhã é melhor não vir,

não volta.» (...) Porque os meus colegas tomavam o pequeno-almoço lá em baixo na cave, traziam o pequeno-almoço de casa, e trazem almoço de casa, eu não levo pequeno-almoço de casa nem almoço. (…) Eu vou ao refeitório comer. E porque eu tomava o pequeno-almoço no refeitório e durava cinco minutos a chegar lá abaixo e depois eram cinco minutos a vir para cima e depois era para vir buscar a água, ou comprar água, ou porque era para ir à casa de banho, não sei quê, que demorava muito tempo, ainda por cima exigia-me a mim estar dez minutos antes das oito no local de trabalho lá, dois pisos abaixo de terra e eu disse que não, não. Até que, naquela altura que chegou a coisa do pequeno-almoço, eu disse: «A minha entrada é às oito.» (…) «É às oito, não é às dez para às oito lá em baixo.» «Para isso tinha que chegar aqui às sete e vinte, sete e meia. Não, só me pagam a partir das oito.» Então, o despique começou aí e quando chegou a situação do pequeno-almoço peguei nas minhas coisas, telefonei para a empresa: «Para ali não vou mais.» – «Ah e tal, não sei quê.» (...) [Nélson estava a trabalhar nas "condutas" depois de colocado pela agência de trabalho temporário. No entanto, depois desta situação acabou por ser colocado noutra obra na sua especialidade, instalação e manutenção de ar condicionado. Por um desfecho irónico, voltou três meses depois para a mesma obra de onde se tinha ido embora.] Assim foi (...) e na quarta-feira vim aqui para o [refere o nome da obra], na tal que eu tinha saído por causa das condutas, do pequeno-almoço, agora estou de volta e encontrei-me com aquela gente toda. Eh, mas já não vou para as condutas, vou fazer o ar-condicionado."

(Nelson, contratado em regime de trabalho temporário)

Dentro de uma situação de subalternização agravada que pode parecer uniforme para um olhar externo, tanto mais 'míope' quanto mais socialmente distante dos estaleiros, podemos distinguir, todavia, a presença de *nuances* de um ponto de vista de "dentro". Essas pequenas distinções entre trabalhadores são magnificadas pela intensidade da atenção prestada a todos esses pormenores dentro de um contexto de competitividade, instabilidade e precariedade muito acentuadas (Queiroz, 2011). Os mais ínfimos sinais e os mais escassos valores podem desempenhar um papel de suma importância para a colocação num posto ou noutro dentro do estaleiro ou significar um desfecho completamente distinto para um trabalhador, como a oportunidade de conservar ou não um emprego. Por essa razão, estes trabalhadores são impelidos a um controlo recíproco entre si a respeito de todas essas pequenas distinções e a uma estratégia de afirmação pessoal que termina, tantas vezes, na concorrência constante de natureza individualista. Por esse motivo, entre os trabalhadores desqualificados e precarizados encontramos ainda estratégias de distinção pessoal, em que estes procuram, ora invocando a especificidade técnica que possuem, ora distinguindo-se dos trabalhadores ainda mais precarizados, assegurar um posto dentro da malha produtiva do estaleiro e preservar uma imagem humanizada de si mesmos.

Notas finais sobre a violência simbólica dos princípios de divisão do estaleiro

Pelo concurso simultâneo das "linguagens de estaleiro" que o presente texto identifica nos contextos laborais da região de Lisboa, temos oportunidade de pensar sobre as categorias do entendimento que são mobilizadas por uma multiplicidade de agentes sociais para, mediante a sua articulação imediata sobre o terreno, ordenar e apreciar a mão de obra dos estaleiros. Os estaleiros são uma incubadora de senso comum a respeito da indústria da Construção, em que se estabilizam ou impõem as conceções que são tidas por apropriadas sobre os seus trabalhos, trabalhadores e valores. Por outro lado, são arenas de luta em que as tensões nascidas da descoincidência ou da disputa sobre o sentido emprestado a essas categorias do entendimento e, sem exclusão, sobre os usos sociais dos princípios de visão que se exprimem nas práticas quotidianas do estaleiro, são arbitradas pelos equilíbrios de poder que se organizam em torno da repartição de oportunidades e constrangimentos entre esses mesmos agentes sociais. Para esta conclusão, optamos por destacar os princípios de divisão que escalpelizam a mão de obra dos estaleiros, exatamente porque esse constitui um ponto de convergência para as distintas perspetivas dos agentes sociais que consideramos neste texto.

Vistas nas suas partículas verbais mais simples, as divisões do estaleiro constituem uma sequência de pares invertidos de categorias de pessoas, objetos e atos. Obviamente, os pares de conceitos aqui usados são uma restituição abstrata e grosseira do que são séries contínuas das gradações patentes em cada um destes eixos de oposição (por exemplo, entre "trolhas do Norte" e trabalhadores "africanos", entre tarefas de "enquadramento" e tarefas de "execução", entre trabalho "fino" e trabalho "duro", ou entre postos "qualificados" e postos "indiferenciados"). Pelo alinhamento perfeito entre esses pares de conceitos opostos, obtemos a polarização que constitui o princípio retor da separação opondo trabalhadores "estabelecidos" e "marginais", para reutilizar provisória e cautelosamente a dicotomia sugerida por Norbert Elias & John Scotson (1994). Na sua conjugação em discursos e práticas, estes princípios de divisão do estaleiro propelem um mecanismo de reprodução redundante das desigualdades, em que as situações de vantagem relativa tendem a somar-se, garantindo a sua própria corroboração e provocando um enclausuramento do privilégio. Em sentido inverso, também as situações de subalternidade relativa parecem associar-se, contribuindo para a concentração do desvalimento através da acumulação sucessiva das suas marcas (por exemplo, trabalhadores "africanos" são colocados em postos "duros", logo no "arranque" da obra, estão mais expostos a acidentes e ainda se soma neles a precariedade contratual – ou até a clandestinidade – e os baixos salários). Na realidade de todos os dias, aliás, estes pares de conceitos constituem planos de tensão social que preservam uma relativa independência entre eles e deslizam

em movimentos que oscilam consoante o balanceamento entre os detentores de poderes que disputam ou defendem as demarcações gizadas por esses pares de conceitos. Estas oposições não são estáticas, nem imutáveis. Pelo contrário, são as combinações entre os lugares ocupados nos plurais planos que estas polarizações sintetizam que asseguram a complexidade de lugares sociais que caracterizam os estaleiros. Das contradições que podem surgir do desalinhamento entre estes pares de conceitos – por exemplo, um trabalhador que seja estrangeiro e clandestino, mas especializado ou, pelo contrário, um trabalhador português e branco, mas desqualificado e altamente precário – nascem atritos entre a realidade e a representação que restam a serem arbitrados pelas práticas quotidianas dos agentes sociais. Se os diversos planos definidos por estes pares de conceitos opostos constituem como a arquitetura subjacente do mosaico de combinações possíveis da mão de obra dos estaleiros, são as práticas dos agentes sociais que assimilam, negoceiam, disputam ou impõem a linha de corte entre essas alternativas polares, práticas que expressam as iniciativas de proteção, aceitação, insatisfação ou recusa dos trabalhadores diante da implantação que têm nesse plano.

Estes princípios de divisão podem constituir instrumentos de gestão da mão de obra que são usados para responder a exigências de aparência técnica e administrativa, como sucede com a imposição da segmentação entre trabalhadores de "execução" e trabalhadores de "enquadramento", a divergência entre atividades de "abertura" e atividades de "acabamentos" da obra, ou a distribuição seletiva entre contratos estáveis e modalidades precárias de (sub)contratação. Do mesmo passo, estes princípios de divisão atuam como mecanismo simbólico-ideológico de legitimação das relações de trabalho vigentes, que impõe uma correspondência lógica entre as características ambientais e hierárquicas dos postos e os perfis dos seus ocupantes, ou entre as propriedades supostamente inatas de grupos de trabalhadores e as vicissitudes que distinguem as condições de trabalho relativas dentro dos estaleiros. O círculo de validações sucessivas que atribui às aptidões as correspondentes gratificações ou, em sentido negativo, às carências as devidas penalizações, contribui para a transmutação que garante ou preserva a aparência de "naturalidade" ou moralidade que tomam as divisões da ordem social do estaleiro. Nas condições de absorção deste senso comum, que corresponde a uma interiorização paulatina da ordem vigente dos estaleiros, ainda quando os próprios agentes patenteiam as situações de contradição mais notórias, tais incongruências são, tantas vezes, despedidas para o patamar da fatalidade ou explicadas pela lógica da "exceção" que prova a regra.

Referências Bibliográficas

Boltanski, L. (1982). *Les cadres : La formation d'un groupe social*. Paris : Éditions du Minuit.

Boltanski, L. (2008). *Rendre la réalité inacceptable : À propos de la production de l'idéologie dominante*. Paris : Demopolis / Raisons d'agir.

Bourdieu, P. (1993). Comprendre. In P. Bourdieu (Coord.), *La Misère du Monde* (pp.1389-1447). Paris : Éditions du Seuil.

Burke, P. (2005). Performing history: the importance of occasions. *Rethinking History*, *9*(1), pp.35-52.

Champagne, P. (1986). La reproduction de l'identité. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *65*, 41-64.

Douglas, M. (1991). *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70.

Durkheim, E. (2001). Éducation et sociologie. Consultado em: http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/education_socio/education_socio.pdf), consultado no dia 7 de dezembro de 2019

Durkheim, E. & Mauss, M. (2001). *De quelques formes primitives de classification*. Consultado em: http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/essais_de_socio/T7_formes_classification/formes_classification.pdf, consultado no dia 7 de dezembro de 2019.

Eagleton, T. & Bourdieu, P. (1992). Doxa and common life. *New Left Review*, *191*, 111-121.

Elias, N. (1995). *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa.

Elias, N. & Scotson, J. (1994). *The established and the outsiders*. Thousand Oaks: SAGE.

Jones, G. S. (1983). *Languages of class: Studies in English working-class history 1832-1982*. Cambridge: Cambridge University Press.

Frow, J. (2013). *The practice of value: Essays on Literature in Cultural Studies*. Crawleu: University of Western Australia Publishing.

Jounin, N. (2009). *Chantier interdit au public : Enquête sur les travailleurs du bâtiment*. Paris : La Découverte.

Koselleck, R. (1988). *Critique and Crisis: Enlightenment and the Pathogenesis of Modern Society*. Cambridge: MIT Press.

Lamont, M. & Molnar, V. (2002). The study of boundaries in the social sciences. *Annual Review of Sociology*, *28*, 167-195.

Lüdtke, A. (1995). What is the history of everyday life and who are its practitioners. In A. Lüdtke (Ed.), *The History of Everyday Life: Reconstructing Historical Experiences and Ways of Life* (pp. 3-39). Princeton: Princeton University Press.

Machado, F. L. (2002). *Contrastes e continuidades: Migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Merton, T. (1948). The self-fulfilling prophecy. *The Antioch Review*, *8*(2), 193-210.

Monteiro, B. (2016). "Sentes-te deslocalizado!": as mudanças do campo económico transnacional da construção e a experiência vivida dos trabalhadores portugueses

em Espanha (2008-2013). In J. Queirós & B. Monteiro (Orgs.), *Trabalhos em curso. Etnografia de trabalhadores portugueses da construção civil em Espanha* (pp.103-193). Porto: Deriva Editores.

Oliveira, C. & Gomes, N. (Coords.) (2017). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual de 2017*, Observatório das Migrações. Lisboa: ACM.

Pinto, J. & Queiroz, M. (1996). Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na construção civil, *Sociologia – Problemas e Práticas*, *19*, 9-29.

Pinto, J. (2018). Trabalho e trabalhadores da Construção Civil: recapitulação de resultados e novas hipóteses de investigação. In S. Gomes et al. (Éds.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas – Homenagem a Manuel Carlos Silva* (pp. 391-413), Famalicão: Editora Húmus.

Queiroz, M. (2003). Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa: o caso dos operários da Construção Civil do Nordeste de Portugal, *Sociologia*, *13*, 19-55.

Queiroz, M. (2011). Construção civil: precariedade e risco crescente de exclusão. In J. Matos, N. Domingos & R. Kumar (Orgs.), *Precários em Portugal: entre a fábrica e o "call center"* (pp. 39-50). Lisboa: Outro Modo.

Sampaio, C. (2018).The City under Construction: Cape Verdean construction workers in Lisbon. In B. Monteiro & F. Garba (Éds.), *Masons and maids. Class, gender and ethnicity in migrant experiences* (pp. 129-138). Venice: UNESCO SSIIM.

Weber, M. (2001). *História economica general*. Mexico: Fondo de Cultura Economica.

Capítulo 15

A Construção, a Necessidade e a Virtude: Coordenadas preliminares para a compreensão de processos de formação de classe na indústria da Construção na região do Vale do Sousa

Virgílio Borges Pereira

O presente capítulo ensaia a formulação de um pequeno conjunto de coordenadas de leitura para a compreensão de processos de formação de classe na indústria da Construção na região do Vale do Sousa[1]. Para desenvolver uma tal análise,

[1] O trabalho em causa foi desenvolvido no âmbito do projeto "Novos terrenos para a construção: Mudanças no campo da construção em Portugal e seus impactos nas condições de trabalho no século XXI" (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade. Uma versão muito exploratória deste estudo foi apresentada na conferência internacional "Breaking Ground for Construction: changes in the field of construction in Portugal and their impact on working conditions in the 21st Century", realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a 4 e 5 de julho de 2019. O argumento beneficia de um longo percurso de análise que se iniciou na participação do autor nas atividades do Projeto "Trabalho e Trabalhadores na Construção Civil" (PCSH/C/SOC/268/91), proposto e executado pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, sob a coordenação de José Madureira Pinto, com financiamento da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, e prolongado nos projetos "Transformações sociais numa colectividade social do Noroeste português" (POCI/SOC/58668/2004), desenvolvido no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, com financiamento da FCT e do FEDER, sob a coordenação de José Madureira Pinto e "Ilhas, bairros e classes laboriosas: um retrato comparado da génese e estruturação das intervenções habitacionais do Estado na cidade do Porto e das suas consequências sociais" (1956-2006) (PTDC/SDE/69996/2006), financiado pela FCT e desenvolvido no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, sob a coordenação do autor. As incidências analíticas substantivas decorrentes da conjugação de problemáticas subjacente ao percurso realizado nestes três projetos e à relação que estas mantêm com o quadro de análise dinamizado no presente projeto de investigação pode ser obtida em Pinto (2019).

o estudo convoca resultados de investigação sociológica disponível sobre alguns dos grandes operadores dos processos de estruturação da relação com o trabalho na indústria da Construção em Portugal, por um lado, e sobre a região do Vale do Sousa, por outro. Realiza tais procedimentos sem perder de vista as grandes linhas de interpretação sociológica sobre o significado dos processos de socialização da relação com o trabalho em diferentes regiões do espaço social, mobilizando-os para identificar, ilustrativamente, aspetos críticos do modo como as estratégias de reprodução de posicionamentos sociais significativos na indústria da Construção instalada na região se têm vindo a estruturar. O estudo recorre, para esse efeito, a resultados de investigação de terreno e de entrevistas realizadas, na região em apreço, junto de responsáveis pelo enquadramento institucional de populações, do trabalho e das respetivas movimentações e de agentes com atividade económica na indústria da Construção. A análise termina com uma breve reflexão sociológica sobre o significado de disposições específicas na génese e recomposição da relação com o trabalho na indústria da Construção regional.

Postos de Trabalho, Competências e Formação de Classes na Indústria da Construção em Portugal: alguns adquiridos de investigação sociológica

Existe uma investigação sociológica consolidada e reflexivamente ativada sobre as problemáticas do trabalho em Portugal (ver, por exemplo, Freire, 2014). Tal como noutras tradições sociológicas – desde muito cedo, aliás -, esta investigação tem vindo a conjugar-se, em moldes diferenciados, com a problemática das classes sociais (Almeida, 1993; Carmo & Matias, 2019; Costa, Guerreiro, Freitas & Ferreira, 1984; Estanque, 2000; Guerreiro, 1996; Lima, 2018; Monteiro, 2014b; Pereira, 1999; Santos, Lima & Ferreira, 1976a, 1976b, 1977). Neste movimento, não deixaram as especificidades do trabalho na indústria da Construção de ser reconhecidas, ao abrigo dos esforços de sistematização tipológica próprios deste segmento dos estudos sociológicos. Não sem importantes processos de revisão crítica, sistemas de trabalho e postos de trabalho, em particular operários, foram objeto de reflexão, classificação e análise neste âmbito. Variando as designações, tais especificidades traduziram-se no inventário de modalidades determinadas de sistemas de trabalho, de postos de trabalho ou de sistemas de produção. Em tais abordagens, não é complexo assumir que as atividades na indústria da Construção se foram concetualizando em torno de tipos como o "profissional", o "manual artesanal", para retomar as designações de Alain Touraine ou Claude Durand, ou no quadro de configurações de sistemas de produção de tipo "estaleiro", nos termos de João Freire (para desenvolvimentos sobre estas questões, em particular, sobre os balanços críticos nele contidos e a literatura sociológica subjacente, ver Costa, Guerreiro, Freitas & Ferreira, 1984, p. 22; Freire, 1997, p. 56; Freire, 2001, pp. 106-112, p. 115).

Dialogando com o corpo de saberes assim estabelecido, Cidália Queiroz, numa extensa investigação dedicada ao trabalho e aos trabalhadores na Construção civil e obras públicas, tem ocasião de aprofundar o conhecimento sociológico das especificidades da atividade económica no setor a partir de um ponto de vista que combina as preocupações com o trabalho e a problemática da sociologia das classes sociais (Queiroz, 1999), ao abrigo das interrogações desenvolvidas nos trabalhos de José Madureira Pinto sobre a matéria e que com este também realizou (Pinto, 1996; Pinto & Queiroz, 1996ª, 1996b). Recorrendo a um corpo alargado de preocupações teóricas e de estratégias metodológicas, que envolveram análise documental, levantamentos e tratamentos exaustivos de estatísticas oficiais, acompanhamento de processos de trabalho, inquérito por questionário a trabalhadores e entrevistas a informantes privilegiados, Cidália Queiroz traça não apenas um retrato sociológico do setor, em Portugal, nos anos de 1990, mas delimita também um conjunto de coordenadas interpretativas que pode ser usado para estabelecer fundamentos analíticos significativos sobre os processos de estruturação do trabalho e dos lugares de classe na indústria da Construção.

Não podendo, por razões de economia do texto, ser-se exaustivo no equacionamento das implicações contidas nesta investigação para a sociologia do trabalho e das classes sociais na indústria da Construção portuguesa, há pelo menos dois aspetos que valerá a pena salientar, para efeitos de apuramento de ponto de vista e de estabelecimento de coordenadas de leitura sobre processos de formação de classe nesta indústria na região do Vale do Sousa – o foco que move esta incursão. Ainda que correspondam a dois segmentos muito distintos da investigação em causa, consideramos que é particularmente produtivo recuperar as operações analíticas que conduziram a autora à análise de postos de trabalho na Construção, em função de características, competências e saberes que mobilizam, e à sistematização de aspetos salientes das modalidades de formação de classe que ocorrem no setor.

Não fugindo ao que é habitualmente sublinhado pela literatura sociológica dedicada a este ramo da indústria, considera a autora que a variedade de atividades e de procedimentos é um elemento central na definição de etapas produtivas fundamentais e de postos de trabalho mobilizados para a sua consumação. Uma tal variedade constitui, por isso, um apelo frequente para o recurso a operários polivalentes (Queiroz, 1999, p. 56), ainda que o processo produtivo convoque postos de trabalho distintos. Formulando um retrato a três tempos do processo de construção – globalmente definido em torno de um momento de *preparação*, de um momento de *construção de estruturas* e de um momento de *acabamentos* (Queiroz, 1999, p. 56, p. 62, p. 72) -, a autora destaca, por um lado, a lógica de estruturação hierárquica e de autoridade, fundada em projeto e nos pareceres de *engenheiros* e *arquitetos* e de quem dirige os trabalhos, que está subjacente à atividade de constituição e de organização do estaleiro e, por outro, o significado de um

conjunto de vários postos de trabalho operários dotados de propriedades específicas. Sem esquecer a importância de que se reveste a ação de *serventes* e *ajudantes* ao longo de todas as etapas do processo produtivo, destacam-se pelo menos outros sete grandes postos de trabalho, que são objeto de uma caracterização exaustiva e multidimensional, inspirada na abordagem sociológica do trabalho de Touraine e Durand previamente mencionada, e que segue o ritmo da produção definido. Assim, na primeira fase, relativa à preparação de terrenos e de organização do estaleiro, é examinado o significado do posto de trabalho ocupado pelos *maquinistas* (de máquinas de escavação e terraplanagem), globalmente responsáveis por aquelas atividades, e destacada a "penosidade física", a gama relativamente parcelar da inserção no processo produtivo a que este está sujeito, mas que comporta, contudo, quer oportunidades de aprendizagem quer um significativo estatuto remuneratório e "simbólico" entre operários, tornando-o particularmente "atrativo" para as novas gerações de operários do setor (Queiroz, 1999, pp. 61-62). Por sua vez, na fase subsequente, relativa à construção de estruturas, encontra-se uma gama muito alargada de tarefas e atividades, onde se identificam, fundamentalmente, atividades de fabricação de cofragens e de alvenaria, complementadas por instalações técnicas e/ou de serralharia. Especializações relacionadas com estas atividades encontram-se, por isso, aqui. Se os *manobradores de máquinas* – desde logo e dentro destes, os *operadores de grua* -, aqui muito presentes, possuem, globalmente, características semelhantes aos maquinistas previamente identificados, nesta fase da produção destaca-se a atividade de *armadores de ferro*, de *carpinteiros de cofragem* e de *pedreiros* (Queiroz, 1999, p. 63). Não isolando, nesta fase, características de pedreiros e reconhecendo que as atividades associadas às *instalações técnicas*, frequentemente realizadas no quadro de contratos de subempreitada, envolvem uma gama muito variada de postos de trabalho (eletricistas, canalizadores, etc.), a autora destaca que, pelo tipo de capacidades interpretativas que exige e pela própria iniciativa individual que está subjacente à atividade, o posto de carpinteiro de cofragem é especialmente qualificado em termos de aprendizagem profissional e estratégico na atividade do estaleiro (o que explica, por exemplo, a presença deste posto de trabalho nas trajetórias profissionais passadas de pequenos empresários do setor):

> Os operários que os ocupam [os postos de carpinteiros de cofragem] possuem uma qualificação profissional elevada que articula uma grande destreza manual, cultivada pela experiência nas obras, com uma quantidade de saberes de ordem processual, prática e saberes-fazer que lhes conferem uma posição estratégica na organização da produção. (Queiroz, 1999, pp. 69-70)

Em contraste, os armadores de ferro, ainda que dotados de uma atividade sobre a qual possuem "margens significativas de autocontrolo" (onde reside, com frequência, a razão para formas de trabalho à tarefa e ao metro), possuem um posto de trabalho menos exigente em matéria de saberes (Queiroz, 1999, pp. 65, 70). Na fase de acabamentos, são os *pedreiros de acabamentos* e os *pintores* os postos de trabalho que se destacam, merecendo os primeiros maior atenção. Neste caso, releva-se a importância da exposição à pré-fabricação. Quanto menos marcante esta se afirmar, o que não é raro, na atividade no setor, maior será a diversidade e a polivalência a que os saberes e saberes-fazer do pedreiro estarão expostos e, com isso, a sua margem de autonomia: "Na sua modalidade mais artesanal, é um trabalho de pormenor que requer a interiorização de um espírito meticuloso, grande apuro de execução e uma certa sensibilidade estética de que depende a beleza do produto final" (Queiroz, 1999, p. 73).

O exercício de análise assim realizado é, por fim, combinado com uma análise, baseada num exame aprofundado da obra de G. Malglaive (1990), sobre os tipos de saber mobilizados por postos de trabalho e por hierarquias profissionais na Construção. Não esquecendo de salientar, na perspetiva de Malglaive que inspira a análise, os fundamentos pragmáticos dos saberes-fazer, a autonomização das duas últimas colunas da tabela de correspondências entre saberes-fazer e hierarquia profissional na Construção, destacada seguidamente da tabela mais complexa elaborada pela autora, permite, assim, perspetivar a gama diferenciada de saberes em uso no estaleiro e sistematizar a proposta interpretativa que dela faz a autora, que destaca, assim, o significado de um sistema de transmissão de conhecimentos fundado na prática:

> O saber operário permanece aqui ligado a uma intimidade com a matéria e com a habilidade de dirigir certas etapas do processo, a que se acrescenta, particularmente em algumas delas, a capacidade de obter da máquina, total ou quase totalmente governada pelo operário, os resultados mais precisos (Queiroz, 1999, p. 79).

Profissões	(...)	Saberes-fazer	
		Prática simbólica	Prática material
Arquiteto		+++	-
Engenheiro		+++	-
Encarregado		-	+++
Carpinteiro de cofragens		-	+++
Pedreiro em geral		-	+++
Trolha		-	+++
Eletricista em geral		-	++
Canalizador		-	++
Carpinteiro de limpos		-	+++
Pintor		-	+++
Serralheiro de C. C.		-	+++
Armador de ferro		-	++
Condutor de máquinas		-	+++
Servente		-	+

Figura 15.1.: Saberes em uso – saberes-fazer – na Construção Civil e Obras Públicas, de acordo com interpretação de proposta de M. C. Queiroz

Fonte: Adaptado de Queiroz (1999, p. 83).

De entre os vários contributos decorrentes da presente investigação, a análise envolve uma densa reflexão e pesquisa sobre os principais lugares de classe estruturados na indústria da Construção civil e obras públicas. Sem alargar a explanação, por razões, uma vez mais, de economia do texto, às incidências teórico-metodológicas subjacentes às opções que conduzem à elaboração de uma grelha de análise de classes sociais com várias propriedades originais, o exercício proposto estabiliza-se em torno da identificação de três grandes lugares de classe, constituídos pela burguesia, pela pequena-burguesia e pelo operariado. Estes são perspetivados a partir de uma análise que combina a mobilização dos conhecimentos reunidos a propósito da configuração do trabalho na indústria e o inventário estatístico com recurso a classificações do Recenseamento Geral da População de 1991 e do Inquérito ao Emprego de 1997 (Queiroz, 1991, p. 607 e seguintes). Complementarmente, mas não menos relevante, a análise destaca linhas de fracionamento interno a cada um dos lugares de classe que contribuem para esclarecer aspetos particularmente marcantes da estruturação das divisões sociais no setor, confirmando e afinando informações previamente reunidas na investigação a partir de outros ângulos de análise.

No interior da burguesia, perspetivam-se, assim, divisões entre *proprietários* e *dirigentes*, com predomínio estatístico daqueles; mas mais importante do que esta

última, numa dupla constatação sobre as peculiaridades dos processos de modernização das relações de produção próprias do setor no país, é a relevância assumida no interior dos proprietários da divisão entre *patrões* e *pequenos patrões*, com efetivos praticamente equivalentes e que dão, por isso, indicações sobre duas modalidades muito distintas de estruturação da propriedade económica no setor. Envolvendo a análise mais fina destes posicionamentos *nuances* significativas, que variam entre o *grande patronato*, o *médio construtor* e o *pequeno patrão*, pelo seu relevo sociológico, a análise consagra grande atenção a este último e ao tipo de propriedade económica que um tal posicionamento configura. Amplamente "dependente de mercados locais que funcionam na base de redes de interconhecimento" (Queiroz, 1999, 610), tratam-se, frequentemente, de empresas dependentes de outras, em regime de subempreitada ou de subcontratação, cujos patrões mobilizam sobretudo, para além da pequena propriedade do negócio, "saberes processuais, saberes fazer e saberes práticos", que se enquadram num modelo de "empresa comunidade", formalmente pouco organizado, mas muito vinculado a uma "organização colectiva coesa da produção, dando provas da existência de fortes referências profissionais" e a uma liderança clara do patrão ou do chefe de equipa (Queiroz, 1999, p. 617, p. 618, p. 620).

No interior da pequena-burguesia, as clivagens são múltiplas. Nestas começa-se por acentuar o significado da sua fração *tradicional*, que prolonga, num quadro potenciado pela informalidade económica, a cultura de ofício patente nos pequenos patrões previamente descritos e que também é característica de *independentes*. Em contraste com este posicionamento é destacado também o posicionamento dos *quadros intelectuais e científicos,* comprovando-se, nomeadamente nas empresas mais modernizadas, o significado do capital cultural no setor e, em síntese, que:

> a Construção não é homogeneamente uma indústria mão-de-obra intensiva dominantemente empregadora de trabalhadores de baixa qualificação profissional, já que quer no sector artesanal, quer no que convoca uma importante componente de projecto de engenharia, as exigências de qualificação tendem a ser superiores às que se verificam nas indústrias de mão-de-obra intensivas tradicionais (Queiroz, 1999, p. 673).

A incursão sobre a pequena-burguesia retém ainda o lugar de classe dos *profissionais de enquadramento intermédio*, que engloba as funções habitualmente ocupadas por encarregados e o trabalho estratégico que assumem na atividade do estaleiro no que diz respeito "à organização do trabalho, à administração de pessoal, ao controlo de qualidade dos produtos e das intervenções" (Queiroz, 1999, p. 696) – atividades habitualmente aprendidas no quadro de processos de apuramento de competências próprias de culturas de ofício e definidas em modelos de promoção interna, sem paralelo com as que são características de outros setores

industriais. No interior ainda da pequena-burguesia, não deixam também de ser examinados os posicionamentos de *empregados executantes* associados ao setor.

A análise contempla, para além da identificação de frações complementares, o estudo do operariado do setor, que é o mais denso dos corpos operários do país no período analisado, destacando-se, neste, divisões entre *operariado qualificado* e *operariado não qualificado* e sublinhando-se contrastes significativos entre estruturas de qualificações e escolarização (Queiroz, 1999, pp. 728-732).

A abordagem assim construída mobiliza-se, por fim, para o estabelecimento de um conjunto de proposições sociológicas sobre o quadro de socialização responsável pela estruturação das identidades profissionais dos operários do setor, com as seguintes características: (i) o estaleiro é um contexto central de socialização profissional que contempla uma combinação de produção artesanal, uma organização integrada em torno de lógicas de ofício e modos de produção alternativos que são definidos em quadros competitivos (Queiroz, 1999, p. 744); (ii) o quadro de trabalho estabelecido em torno do estaleiro e os seus efeitos socializadores capitalizam continuidades com a cultura camponesa de matriz pluriativa (Queiroz, 1999, p. 746); (iii) o modelo de socialização profissional assim gerado estabelece-se em contradição com a socialização escolar e encontra-se progressivamente em crise (Queiroz, 1999, p. 783).

Tendo em conta os efeitos da passagem do tempo, as regularidades, os raciocínios e as hipóteses formulados neste âmbito podem hoje ser retomados e reinterrogados, com objetivos de apuramento e atualização de coordenadas de interpretação sociológica. A incursão na região do Vale do Sousa que realizámos no âmbito da presente pesquisa permite dar alguns contributos para estes exercícios.

Trabalho, Classe e Construção no Vale do Sousa

Um Regresso à Problemática das Classes na Construção e um Novo Ponto de Partida

Entre a formulação do conjunto de coordenadas e de proposições de leitura sociológica documentado no trabalho analisado no ponto anterior e a atualidade passaram-se, entretanto, mais de duas décadas. A indústria da Construção sofreu recomposições significativas. Sabe-se que tais recomposições, entre vários processos, se traduziram em perdas de postos de trabalho, encerramento de empresas e numa redefinição dos próprios posicionamentos dominantes no interior do campo das grandes empresas, com redefinição de mercados e de fluxos de mão de obra, assim como por uma nova retoma da atividade económica. Pensando nos postos de trabalho, nas experiências construídas nestes, nas lógicas de estruturação das relações de classe que se estabelecem na indústria da Construção a partir das dinâmicas de socialização geradas a partir dos estaleiros, o quadro de especialização

produtiva que se regista na região do Vale do Sousa, no interior do Distrito do Porto, oferece um contexto interessante para perspetivar sociologicamente alguns dos operadores mais relevantes dos processos de formação de classe que se inscrevem no setor e cujas lógicas foram globalmente apuradas anteriormente.

No quadro do projeto de revisitação da coletividade social de Fonte Arcada (Pinto & Queirós, 2010), no concelho de Penafiel, com trabalho de campo realizado no final da primeira década de 2000, algumas das incidências sociais subjacentes à socialização do trabalho na indústria da Construção tiveram ocasião de emergir das recolhas de informação efetuadas. Para além de documentar o significado da especialização produtiva na indústria da Construção na região e no concelho, o estudo realizado, com recurso a dados de um inquérito por questionário exaustivo aos grupos domésticos da coletividade, permitia verificar que um conjunto muito relevante dos ativos locais, composto por indivíduos menos envelhecidos e homens, exercia a sua atividade económica na indústria da Construção, em profissões operárias e, não raramente, num quadro de itinerância geograficamente afastada da localidade – um grupo não negligenciável, na ocasião, em Espanha.

A análise relacional da informação reunida permitia verificar, por outro lado, que, num espaço social marcado por divisões sociais de relevo, em pelo menos duas das suas regiões se verificavam relações bem demarcadas com o exercício da atividade económica na indústria da Construção. O segundo eixo do espaço social configurava-se em torno de um efeito de composição definido pela associação de ativos operários neste setor com a posse de uma escolaridade entre os sete e os nove anos e uma atividade laboral classificada num nível de qualificação intermédio – sendo tais operários largamente dependentes, do ponto de vista da génese das suas aprendizagens, tal como se pode verificar na Tabela 15.2, de processos configurados a partir da socialização no trabalho, globalmente efetuadas com chefias, por iniciativa pessoal, com familiares ou patrões, e nunca, neste caso, através da escola e apenas muito raramente através da formação profissional. Ainda que menos definida e com menor significado do que o anterior, a relevância da atividade na Construção emergia também como relevante no âmbito do terceiro eixo do espaço social, neste caso, envolvendo operários, mas, sobretudo, agentes com pertença e origem nas frações de classe dominantes, com maior escolaridade, numa viva demonstração, tudo o indica, da importância do acesso à propriedade económica da empresa na indústria da Construção e das funções ligadas à posse de capital cultural como modalidades de formação de classe localmente relevantes (Pereira, 2010, pp. 350-351).

Tabela 15.2

Processo de aprendizagem da profissão exercida, entre operários da indústria da Construção em Fonte Arcada, Penafiel, em 2007 (valores absolutos e relativos)

Operários da Construção	Aprendizagem	Na escola	Curso de formação profissional	Com o pai ou a família, antes de começar a trabalhar	Com os amigos, antes de começar a trabalhar	Com os colegas, no trabalho	Com as chefias	Com os patrões	Sozinho/a	NS/NR	Total
	Nº	0	2	17	1	58	19	5	32	2	136
	%	0,0	1,5	12,5	0,7	42,6	14,0	3,7	23,5	1,5	100,0

Fonte: Inquérito à População de Fonte Arcada, 2007.

A vertente qualitativa da pesquisa em apreço permitia, por outro lado ainda, apurar propriedades adicionais sobre a configuração das relações de investimento prático e simbólico que estavam subjacentes ao envolvimento no trabalho na indústria da Construção em categorias específicas de agentes sociais locais, focando, nomeadamente, a experiência intensa da itinerância de operários em movimento para Espanha (Pinto, 2010), cujas lógicas se puderam, entretanto, aprofundar já no quadro da presente pesquisa também (Queirós & Monteiro, 2019).

É ao legado do quadro geral de raciocínio sociológico desenvolvido na revisitação e, especificamente, dessa vertente qualitativa da pesquisa que o presente projeto regressou para tentar prosseguir, a partir de Fonte Arcada, mas alargando a abordagem a territórios contíguos, com o aprofundamento do conhecimento das estratégias, práticas e representações desenvolvidas pelos agentes envolvidos na atividade na indústria da Construção (ver caixa 15.1.). Essa tentativa de prossecução da pesquisa enfrentou, entretanto, os efeitos da crise vivida em Portugal e no setor, ao longo de um período significativo da última década, e os movimentos de recomposição desta decorrentes que se encontram em curso. A análise privilegia o estudo de tais processos de recomposição e das estratégias de reprodução social desenvolvidas por pequenos empresários, trabalhadores independentes, agentes de enquadramento e operários.

Caixa 15.1. Sobre o processo de pesquisa na região do Vale do Sousa

Primeiro dos observatórios socioterritoriais a ser constituído no quadro da estratégia de pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto "Novos terrenos para a Construção", o trabalho realizado na região beneficiou do conhecimento adquirido por vários membros da equipa de investigação noutras experiências de trabalho de terreno realizadas neste contexto. Retirando contrapartidas teóricas e metodológicas desta experiência, o observatório socioterritorial teve uma das suas antenas na freguesia de Fonte Arcada, no concelho de Penafiel. O conhecimento sociológico contruído a propósito desta coletividade local no final da década de 1970 (Pinto, 1985) desempenhara, originalmente, um papel muito importante no desencadear quer das pesquisas desenvolvidas por José Madureira Pinto sobre a construção civil nos anos de 1990 (Pinto & Queiroz, 1996ª, 1996b) quer na formulação deste mesmo projeto, na sequência da revisitação sociológica realizada nesta coletividade durante a segunda metade da década de 2000 (Pinto & Queirós, 2010). Visando o conhecimento de experiências e de processos de relação com a atividade na indústria da Construção, a pesquisa encontrou em Fonte Arcada um conjunto significativo de elementos para aprofundar análises. Em todo o caso, a abordagem não se esgotou neste contexto. Explorando contiguidades de trajetórias de diferentes protagonistas sociais, a abordagem envolveu agentes provenientes de outras freguesias e de outros concelhos vizinhos e encontrou em interlocutores institucionais da região - e também de outros contextos - fontes de informação de relevo. Para além de representantes do poder local, foram particularmente relevantes as entrevistas e o acompanhamento que pudemos realizar das atividades dos representantes da Unidade Local de Penafiel da Autoridade para as Condições de Trabalho; igualmente relevantes foram as extensas entrevistas que pudemos realizar a representantes do Gabinete de Apoio ao Emigrante de Penafiel e da Direção de Serviços Regional da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas. Com um foco colocado em empresários, encarregados e trabalhadores da indústria da Construção, realizaram-se 13 entrevistas a responsáveis institucionais e agentes diretamente envolvidos na atividade na Construção. Estes procedimentos de recolha foram realizados por Laura Galhano e Vanessa Rodrigues, envolvendo também Virgílio Borges Pereira, José Madureira Pinto e Yasmine Siblot. Os nomes de entrevistados e informantes citados são fictícios. Mobiliza-se, sempre que pertinente e para efeitos de aperfeiçoamento da análise, informação adicional de caracterização de condições de empresas e de ativos. Se necessário e sempre que possível, as empresas são classificadas como grandes (GE), médias (ME), pequenas (PE) e micro (MIE); os indivíduos com atividade económica são identificados pelas respetivas profissões, pela situação na profissão e pela natureza do vínculo laboral quando se tratem de assalariados, a saber: patrões, independentes, assalariados, neste último caso, a termo certo, a termo incerto, ou sem termo.

Trabalho e Regulação do Trabalho numa Indústria da Construção em Recomposição

As atividades da Unidade Local de Penafiel da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), tal como decorre da respetiva observação e da análise das intervenções dos seus responsáveis[2], têm um quadro de prioridades bem estabelecido. Num vasto contexto territorial (que envolve, especificamente, os concelhos de Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel), marcado por uma grande ligação a atividades industriais de perfil variado, a atenção dos 12 membros da inspeção do trabalho, que compõem o corpo profissional da ACT local, às especificidades do setor da Construção está, há muito, consagrada em protocolos de atuação determinados, direcionando-se para a verificação e acompanhamento do cumprimento da legislação laboral, dando grande relevo à segurança no trabalho. Num setor onde a mão de obra raramente apresenta reclamações às autoridades e onde as intervenções da inspeção do trabalho não são, habitualmente, bem vistas pelos trabalhadores, os últimos anos foram marcados na região por recomposições com algum significado. Admitindo que uma dessas recomposições também terá passado, a crer nos depoimentos das autoridades, mas também na de empresários e de trabalhadores, pela difusão, no setor, de uma maior consciencialização da necessidade de cumprimento da lei laboral, em matéria de segurança no trabalho, por exemplo, uma outra dessas recomposições diz respeito a uma mudança nos modos de estruturação do mercado de trabalho da região.

Como sabido, o aprofundamento da dinâmica de trabalho no interior do setor tinha já levado empresas e trabalhadores da região para o desenvolvimento de atividade na Construção em Espanha. Na região, o agravamento da crise acentuou essas dinâmicas e a procura de trabalho noutras paragens não deixou de associar a si outros efeitos. Um desses efeitos passou pelo incremento muito significativo do destacamento de trabalhadores com origem nas empresas da Construção da região para outros contextos nacionais na Europa comunitária. Ainda que o movimento de trabalhadores não seja exclusivo do setor, é reconhecido pelas autoridades competentes que acompanham e regulam o trabalho localmente que esta região do país se tornou, ainda antes de o fenómeno ser reconhecido a nível nacional, na mais importante nesta matéria e que o contributo dos trabalhadores da Construção para este processo não era irrelevante. Desenvolvendo um esforço de monitorização e de regulação do trabalho na região, a ação da Unidade Local de

[2] Os elementos mobilizados por este ponto sistematizam informações obtidas numa situação de entrevista com recurso ao método de "grupos focais" com responsáveis desta unidade realizada pelo autor e por Laura Galhano e Vanessa Rodrigues. Aos dados obtidos por esta via acrescentam-se informações obtidas numa longa entrevista, efetuada pelo autor e por Yasmine Siblot, aos responsáveis do Gabinete de Apoio ao Emigrante de Penafiel.

Penafiel da ACT, na sequência da crise económica vivida no país, cedo acrescentou a preocupação com o destacamento de trabalhadores ao conjunto de atividades principais desenvolvido.

Contudo, e tal como assinalam as responsáveis de Penafiel da ACT, ainda que estes registos elevados, de declaração obrigatória, devam estar aquém da realidade, o que mais se salienta, à medida que este processo se desenvolve, é o movimento de constituição de empresas de trabalho temporário, patrocinadas, tudo o indica, por empresas e empresários da região do setor da Construção (mesmo quando não têm aqui a sua sede social), especializadas em atividades neste último domínio. Ainda que se trate de uma monitorização complexa, a ação das inspeções do trabalho em Portugal e nos diferentes países europeus, por vezes articulada em planos de cooperação intergovernamentais e motivada pela crescente atenção pública que este assunto suscita junto das respetivas autoridades, tem contribuído para que os cenários que inicialmente se colocavam a propósito destes processos se tenham transformado: a angariação improvisada de trabalhadores a partir de condições pouco esclarecidas passou a ser realizada por empresas num quadro "mais profissional"; não será tanto o trabalho destacado não declarado o problema que, doravante, mais se coloca, mas antes a subdeclaração dos rendimentos auferidos, pelo impacto que estes têm nas fórmulas contributivas que lhes possam estar associadas em função dos contextos nacionais, nomeadamente, em matéria de cálculo de montantes de referência mínima para cálculo de contribuições sociais, de remuneração de horas extraordinárias, ou de ajudas de custo.

Na perspetiva das responsáveis da ACT ouvidas no âmbito da presente pesquisa, o setor da Construção na região enfrenta, entretanto, com a generalização do trabalho destacado e com o incremento do trabalho fora do país, um cenário de progressiva escassez de mão de obra. Os salários baixos no setor e, especificamente, a reduzida diferenciação interna a que as remunerações das diferentes categorias profissionais podem estar sujeitas não protegem a mão de obra assalariada na Construção e impelem, segundo quem inspeciona o trabalho, à mobilidade através do destacamento. Em muitos casos, o destacamento "faculta" a emigração. Categorias profissionais específicas no setor tornam-se raras. Por outro lado, algumas dessas categorias, mobilizando trabalhadores estrangeiros, como a dos armadores de ferro, acabam por ser também destacadas a partir das empresas locais.

A complexidade dos movimentos de populações em trabalho que se cruzam na região suscita, entretanto, renovadas atenções das autoridades. O Gabinete de Apoio ao Emigrante instalado em Penafiel tem, na atualidade, um segmento muito relevante dos seus esforços de atendimento às populações associado aos processos de reconhecimento de contribuições para a Segurança Social nos diferentes Estados para onde a população se desloca em trabalho – um processo de grande complexidade, sobretudo quando realizado em casos alternativos ao do destacamento,

em momento de final de carreira laboral e contributiva e de "regresso" definitivo a casa por parte dos ativos locais.

Sobre a Formação de Classes e de Relações de Classe na Indústria da Construção na Região

A partir da incursão realizada na região do Vale do Sousa é possível estabelecer algumas coordenadas preliminares de leitura sociológica sobre os processos de estruturação dos posicionamentos sociais que se estruturam na indústria da Construção. Tais coordenadas incidem sobre posicionamentos sociais específicos, cujas propriedades emergem recorrentemente nas observações feitas, nos depoimentos recolhidos e que fazem sentido quando conjugadas com o que se conhece do espaço social dos contextos em estudo.

Uma primeira coordenada envolve os pequenos empresários da Construção. Não obstante as alterações a que o campo empresarial da indústria da Construção esteve sujeito na última década – alterações decorrentes da crise económica, mas também do que, no processo de resposta a esta, se articulou, como acabámos de verificar, com o próprio processo de desenvolvimento de empresas especializadas em trabalho temporário destacado para a Europa[3] –, o pequeno patrão de uma empresa de Construção persiste como figura influente das relações económicas e sociais estabelecidas regional e localmente. Formas alternativas e maiores de propriedade económica na indústria da Construção não são raras na região, mas são, contudo, as dinâmicas sociais e económicas das micro, pequenas e médias empresas em atividade aquelas que aqui podem ser bem observadas, no quadro das respostas que, através de intrincados processos de contratação e de subcontratação, dão às empresas maiores que definem a configuração do campo da indústria da Construção. Sabendo que as empresas dominantes do campo se envolvem ativamente com outras empresas, de menor dimensão, na implementação dos seus projetos e que determinadas empresas dominantes, quase exclusivamente configuradas em torno de capital cultural e técnico, recorrem sistematicamente à subcontratação de mão de obra, compreende-se o que, na região do Vale do Sousa, as respetivas pequenas empresas e a mão de obra que mobilizam significam enquanto reserva de ação económica e de força de trabalho para o funcionamento do campo[4].

[3] Uma figura relevante neste domínio que faria todo o sentido identificar seria a das empresas de trabalho temporário e a ação dos respetivos proprietários. Como tivemos ocasião de salientar, a ação destas empresas não é irrelevante na região e a sua relação com as diferentes categorias de empresários da Construção muito menos. Como também se sabe, em alguns casos, a propriedade destas empresas cruza-se com a de negócios especializados na indústria da Construção. Não obstante as nossas tentativas, não conseguimos realizar contactos viáveis com estes empresários, ou com os seus representantes.

[4] Sobre a configuração do campo das empresas dominantes, ver o capítulo 7 deste trabalho.

Ainda que a génese das pequenas empresas possa ser mais antiga e transmitida familiarmente, as micro e pequenas empresas de Construção que são fruto de um processo de investimento continuado em profissões operárias por parte dos seus patrões – corolário lógico de uma evolução que passou também pelo exercício de cargos de responsabilidade no interior do estaleiro – continuam a afirmar-se como modalidade habitual e resiliente de acesso à propriedade económica e enquanto critério de formação de um posicionamento no espaço social. Neste processo, as sociedades de antigos operários e encarregados afirmam-se também como meio necessário à constituição de limiares mínimos e críticos de capital económico, estando na origem de empresas bem-sucedidas, mas também na base de recorrentes problemas e cisões sobre o modo como se dirige um negócio: "o meu sócio era uma pessoa que... fazia as coisas muito à sorte", considera um desses empresários locais, com longa experiência de trabalho e de sociedades, para explicar o fecho de uma empresa outrora detida. Tanto mais capazes do ponto de vista económico quanto a inevitável exposição à subcontratação se possa articular com uma dinâmica minimamente sólida de empreitadas regulares, estas pequenas empresas e os seus patrões são parte de uma economia que vive de uma combinação, nem sempre fácil de atingir, de capital económico, de capital cultural e técnico (mais ou menos feito de saber teórico e, sobretudo, de saber-fazer) e, quando consolidados, de uma grande agilidade para movimentar trabalhadores e equipamentos.

Num quadro de ação em que o pequeno patrão não detém um capital escolar institucionalizado muito alargado, mas que pode, não obstante, ser compatível com a detenção de uma qualificação profissional com algum significado, feita não apenas de saber-fazer, mas também de cursos profissionais exigidos pela manipulação de máquinas mais ou menos complexas, parte significativa da capacidade económica e da autonomia destas empresas depende da possibilidade destes pequenos patrões organizarem a mobilização das formas objetivas de capital económico e técnico que possam deter – em função do saber adquirido e da possibilidade de mobilizar carrinhas, camiões, gruas e as mais variadas máquinas, assim como pela capacidade, desde logo, de as fazer transportar quotidianamente entre as obras e os armazéns. Mas essa capacidade depende muito e também da configuração dos grupos e das relações sociais que os seus proprietários são capazes de organizar tanto nas relações que se estabelecem com o exterior da empresa, com clientes e fornecedores, como nas que se desenvolvem no seu interior, com assalariados, que também podem ser familiares.

Um aspeto crucial da atividade económica destas pequenas empresas passa, com efeito, pela ação do(s) seu(s) proprietário(s) e pela habilidade que possa(m) ter para constituir e gerir uma carteira de clientes e, necessariamente, os coletivos de trabalho dirigidos. À medida que o mercado de trabalho se alarga e recompõe, essa gestão torna-se mais exigente, desde logo, por força da necessidade de

responder a uma dispersão geográfica das frentes de obra. Para estes pequenos patrões, o quotidiano de trabalho torna-se, assim, marcado, frequentemente, por uma grande tensão, decorrente da necessidade de gerir estas múltiplas frentes ("Eu enervo-me muito"), de responder às exigências dos ritmos e dos processos produtivos e, necessariamente, das respetivas exigências de sustentabilidade económica. Nem sempre tais tensões são superadas e, também por isso, sendo a experiência do trabalho operário contexto favorável à formação destas pequenas empresas, a gestão do trabalho e a exposição às dinâmicas da contratação e da subcontratação desequilibradas explicam as histórias, sempre presentes entre quem anda no setor regional, das suas recorrentes falências.

Se a gestão da geografia de ação é um fator de seleção da capacidade empresarial, um outro decorre da natureza do processo produtivo em que se inscreve a ação da empresa e das especificidades do mercado em que opera o seu proprietário. Quanto mais complexa e mais completa for a fase do processo produtivo em que a empresa se insere, conforme a classe de habilitações para construir que possua, ou caso esta tenha acesso ao mercado muito regulado das obras públicas, mais alargada será a gama de compromissos que envolvem posicionamentos negociais muito diferenciados da parte da empresa e de quem manda nela. Ora como contratante, ora como subcontratante, em função das especialidades que a empresa detenha e das necessidades decorrentes de cada obra, numa organização onde tudo conflui para quem manda, a tensão cresce e polariza-se sobre o "patrão". Por outro lado, esta tensão será ainda maior se a gestão não contemplar a autonomização de funções específicas de enquadramento do trabalho no interior da organização. Este é, de resto, um aspeto crucial da definição do perfil destas pequenas empresas e da amplitude de especialidades e capacidades que estas são capazes de abarcar. Tanto em matéria técnica, com a contratação de especialistas como arquitetos, engenheiros, desde logo, mas, eventualmente, um economista/gestor, como em matéria de enquadramento da mão de obra operária, através da mobilização de figuras como a do técnico de obra ou do encarregado, a qualificação das empresas e da ação do pequeno patrão depende muito da capacidade de organizar, autonomizar e dividir o trabalho que se afirma por estas vias. De igual modo, o recrutamento de pessoal a partir de redes reconhecidas no espaço das vizinhanças é, a propósito da definição do quotidiano e da capacidade de ação da empresa, um aspeto fundamental: "nem *internets*, nem nada", "a vantagem é conseguir chegar mais rápido a gente mais credível", como afirma um pequeno empresário.

No dealbar da crise, uma das decisões críticas que muitos destes pequenos empresários tiveram de tomar passou pelo modo de enfrentar a necessidade de encontrar trabalho para realizar e até onde o procurar. A experiência da itinerância, como amplamente sabido, é habitual no setor. Entre os pequenos patrões com passado operário, este périplo pelos mais variados contextos integra as res-

petivas trajetórias, numa prática estruturada a partir do estaleiro, mas organizar frentes de obra em diferentes contextos geográficos envolve uma estatística e uma logística muito exigentes. Para muitos pequenos patrões, tudo indica que a necessidade terá impelido a um tal movimento, mas nem sempre existem condições para alargar a atividade a prismas geográficos maiores. Alguns, podendo, optam, deliberadamente, por não correr esses riscos, procurando, assim, manter o trabalho sob controlo e a ação da empresa apurada em torno daquilo que se sabe fazer bem. Assim se instala também uma diferença de relevo, que hoje marca o pequeno patronato da região, entre aqueles que se envolvem em trabalho fora do país e os que não o fazem. Entre aqueles que o fazem, a atividade regular de destacamento de trabalhadores e o envolvimento numa dupla atividade empresarial em países distintos torna-se uma figura frequente; com isso, um aumento da intensidade da vida quotidiana, uma modificação de procedimentos produtivos e de enquadramento legal e uma ainda maior aceleração...

Num retrato de conjunto, uma vez conjugados, estes aspetos contribuem para investir o quadro de relações de dominação próprio destas organizações de configurações sociais específicas. Ainda que a racionalização administrativa se afirme aqui, de modo inevitável e necessário, por intermédio da configuração dos processos económicos e dos enquadramentos políticos e legais das empresas, a ação dos patrões transporta a reprodução do respetivo posicionamento para um quadro de relações que se revela sensível não apenas aos princípios de eficácia do mando próprios de quem detém formalmente o poder na organização, mas que se define também pela eficácia, nas relações entre patrões e assalariados, de propriedades sensíveis ao carisma, centradas no reconhecimento no quotidiano laboral pelos subordinados da combinação do capital económico, do capital cultural e social incorporados no pequeno patrão. Uma tal dominação será tanto mais eficaz quanto este último tenha condições de atualizar o *sentido do negócio* que detém.

Uma segunda coordenada envolve os *quadros intelectuais e científicos*. Importa reconhecer que estes são sobretudo uma presença mais regular nas empresas mais diferenciadas. *Engenheiros civis* e *arquitetos*, para apenas destacar os profissionais com competências mais prementes para o desenvolvimento do processo produtivo na região, com efeito, nem sempre se difundem de modo exaustivo pela miríade de pequenas empresas que constitui o cerne da atividade na Construção regional, emergindo, em relação com estas, como profissionais liberais contratados para serviços específicos, ou como parte do quadro de organizações mais fortes, que subcontratam as pequenas empresas, tornando, por isso, a sua figura menos presente nas empresas modais da região. É, no entanto, importante registar que o universo formal de competências mobilizado por estes profissionais os distingue muito daqueles que com estes se relacionam no quotidiano laboral e que a sua presença nas empresas as diferencia, completando-lhes valências e alargando mer-

cados e capacidade de ação, por força dos saberes teóricos que dominam e das qualificações produtivas que assim se garantem.

Nem sempre, contudo, estas pequenas empresas têm capacidade para fazer "a despesa", ou "o investimento", num arquiteto e/ou num engenheiro, como, não raramente, ouvimos dizer, consoante a perspetiva do negócio, ora a uns ora a outros dos pequenos empresários locais. Porém, a incursão em mercados mais exigentes, como o das obras públicas, para além de rácios de capitais e o cumprimento de regras específicas no domínio da segurança no trabalho, impele e obriga, por lei[5], à contratação paulatina destes profissionais, tornando-os mais visíveis em algumas das pequenas empresas da região. O que começa, assim, por ser uma presença "obrigatória" – "eles tinham que ter um engenheiro" – pode contribuir para uma mudança. O alargamento da escolaridade na região, ainda que se vá fazendo com algum custo, permite identificar, doravante, nas famílias das vizinhanças, onde habitualmente se recruta nestas empresas, jovens profissionais intelectuais com relevância para o setor:

> "E juntaram as duas, as duas coisas. Já que tenho que pagar a alguém para estar nos quadros, como era daqui da, da zona, não, ah… (...) vim aqui, e fiquei. Por acaso foi [riso], quase que nem foi uma entrevista de trabalho, foi mesmo… só acertar pormenores. (...) vai fazer 12 [anos] agora em outubro".
>
> (Pedro T., Quadro técnico: Engenheiro civil, assalariado de PE, contratado a termo incerto, 12 anos de empresa, 37 anos)

O recrutamento por estes canais, não sendo exclusivo, é parte atuante do processo de entrada de alguns destes profissionais em certas pequenas empresas: para os engenheiros e arquitetos das vizinhanças, é hoje também mais fácil interagir com os coletivos operários. O que começa por ser uma atividade de "quase um espectador", com sucessivos incentivos ao trabalho, torna-se, paulatinamente, um alargamento de responsabilidade. O leque de atividades que desenvolvem no dia a dia da empresa e dos estaleiros é muito variado, envolvendo, para além do acompanhamento de obras, um conjunto de múltiplas ações, que vai da compra de materiais à adjudicação de orçamentos de obras, passando pela contratação de pessoal e de subempreiteiros, em jornadas de trabalho que facilmente se estendem por mais de oito horas, num ritmo muito intenso. Uma das vias da recomposição das empresas regionais passará, seguramente, pela possibilidade de se acentuar esta tendência e de se conseguir estabelecer uma intermediação continuada entre os saberes teóricos mobilizados por quadros e os saberes-fazeres (ainda) disponí-

[5] A Lei nº 41/2015 de 3 de junho "estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção" e regula os aspetos mais substantivos da atividade no setor.

veis nas coletividades da região. Em todo o caso, é fundamental que continue a existir mão de obra e esta começa a estar cada vez mais fora da região.

Reconheça-se, ainda assim, que um outro aspeto fundamental da atividade das pequenas empresas se encontra nos agentes de *enquadramento intermédio*, desde logo, de *encarregados* e é sobre estes que se estabelece uma nova coordenada interpretativa. Se os saberes teóricos estão muito presentes na ação de engenheiros e arquitetos e estes últimos adquirem, necessariamente, uma outra experiência do processo construtivo decorrente da vivência próxima do trabalho praticado a partir de uma lógica de ofício, a ação dos encarregados combina saberes-fazeres e dispositivos de autoridade, correspondendo, sob vários aspetos, ao apuramento mais conseguido da virtude no trabalho movida pela necessidade tão característica da região. Em conjunto com os proprietários, os encarregados têm a visão prática das fases sucessivas da produção em que estão inseridos, mobilizam os saberes-fazer e implementam-nos, fazendo trabalhar as equipas, mas, algo muito importante na região, trabalhando também com estas, realizando, frequentemente, os mesmos procedimentos e apurando-lhes e potenciando-lhes, enquanto "artistas", as características. Para além disso, moldam e definem a disciplina nas relações sociais no estaleiro. Dependente de trabalho de equipa, mas amplamente configurada a partir de ritmos próprios, a atividade na Construção está exposta à "manha" e à "tática", articulando-se com a cooperação e a competição que também compõem o quotidiano produtivo de trabalhadores, exigindo a intervenção moderadora de encarregados e de *encarregados-gerais*, algo que será tanto mais relevante quanto as equipas operárias se revelem mais diferenciadas em termos de origem e expostas ao *turnover*. Nesse sentido, se determinadas equipas possuem um quadro tão grande de rotinização de procedimentos que "quase trabalham sem precisar de comunicar", outras há onde as explicações são muitas e necessárias. Num caso ou no outro, em modalidades diversas, a ação dos encarregados é crucial e tanto mais eficaz, em matéria de negociação, quanto mais reconhecida esta seja por proprietários, técnicos e operários.

A diferenciação das organizações permite também a emergência de posicionamentos de enquadramento com algum relevo, como os de *técnico de obra*, particularmente direcionados para a orientação das diferentes fases dos trabalhos e para o respetivo controlo e aperfeiçoamento de custos. Estes posicionamentos implicam requisitos significativos de capital escolar da parte dos seus detentores, formação técnica e profissional especializada e envolvem um quadro de atividade quotidiana no estaleiro menos embebido na dinâmica de trabalho das equipas operárias do que aqueles que caracterizam o encarregado tradicional. Correspondem, nesse sentido, a um lugar alternativo, também por causa disso, frequentemente, sob pressão quer da parte dos profissionais mais qualificados na área da engenharia, quer da parte dos próprios encarregados e dos operários. É, nas palavras de um

dos entrevistados desta pesquisa, "um trabalho desgastante", polarizado, crescentemente, em torno de trabalho burocrático, mas com grande relevância para a direção da obra. Também por isso, um lugar estratégico e que, com o crescimento das pequenas empresas, assume estatuto e relevância acrescidos na diferenciação qualificada das empresas locais (quando esta se concretiza).

Não obstante a contradição que se estrutura em torno do respetivo posicionamento social, os *trabalhadores independentes* representam uma fração de classe a ter presente quando se pensa sociologicamente na indústria da Construção na região do Vale do Sousa. As respetivas propriedades sociais são tributárias de várias das características que documentávamos nos pequenos patrões, dependentes, por isso, de modalidades não muito elevadas de capital cultural, de aprendizagens profissionais intensas estruturadas ao longo de carreiras precocemente iniciadas em diferentes empresas do setor, de uma grande disponibilidade para o trabalho e capacidade de iniciativa, só que, neste caso, traduzidas numa permanência e frequente procura da condição de *isolado*, a que, com o tempo, muitos destes indivíduos se adaptaram com relativa facilidade ("queria mais liberdade"). Com efeito, localmente, trolhas, pintores, serralheiros, entre outros profissionais, muitas vezes dedicados às instalações técnicas e aos acabamentos, capitalizam as aprendizagens feitas no exercício de tarefas produtivas enquanto operários, frequentemente ao longo de múltiplos anos de experiência, e optam, ou são levados a optar – por convite, por imitação, também por pressão -, por se estabelecerem por conta própria, inscrevendo-se nas dinâmicas da contratação e da subcontratação. Ainda que possam evoluir para a figura do empresário em nome individual, estes trabalhadores independentes retraem-se, com frequência, do incremento do seu volume de negócios, por razões que também podem ser fiscais. Neste último caso, a gestão coletiva de encomendas e projetos de vários trabalhadores independentes não é rara. As rotinas de um trabalho, desenvolvido em prismas geográficos não muito alargados, que se aprende a valorizar pelo que representam enquanto esforço deliberado de controlo sobre o seu destino, ao abrigo de uma visão do mundo pragmaticamente construída em torno da procura da "arte", explicam largamente a persistência desta figura da atividade na indústria da Construção regional. Hoje em dia, em todo o caso, a manutenção da atividade não dispensa o recurso ao apoio de contabilistas, que se encontram, habitualmente, entre os conhecidos, de confiança, nas vizinhanças.

Uma última coordenada interpretativa é sobre os *operários* da Construção, em concreto, sobre os grandes traços característicos da respetiva estruturação social. São múltiplas as profissões operárias relevantes para a configuração de posicionamentos aqui estruturados. Ainda assim, a indústria da Construção regional tem na socialização profissional organizada a partir da transmissão de saberes e de saberes-fazer entre mestres e *serventes* e *aprendizes*, preparada no trabalho no estaleiro,

o núcleo agregador da cultura de ofício que, entretanto, se configurou na região. Originalmente reforçada pela continuidade entre a cultura de trabalho própria de camponeses pluriativos e o trabalho na Construção (de jovens do sexo masculino com uma escolaridade que não ia, frequentemente, além dos quatro anos), esta cultura de ofício fazia apelo a uma combinação de força física, exposição aos elementos, criatividade na resolução de problemas e necessidade económica que, sem perder o enquadramento paisagístico campestre, passou a ser gerada, tudo o indica, a partir de quadros alternativos. Estes fizeram apelo, também por força das recomposições sociais verificadas na região, a famílias operárias, e outras, muitas vezes com passado camponês não muito longínquo, onde o apelo da necessidade continuava a fazer-se sentir cedo no processo de socialização dos seus mais jovens elementos do sexo masculino. Neste caso, contribuiu para a entrada nas fileiras da indústria da Construção de jovens, do sexo masculino, recém-saídos da escola, ao final de seis ou de nove anos de escolaridade (ou entre estes), à medida que os efeitos do alargamento da escolaridade obrigatória se faziam sentir na população local. A entrada para postos de trabalho de aprendiz e de servente nestas idades passa, quase sistematicamente e tal como no passado recente, por um período de trabalho duro e de paulatina aprendizagem, pela prática, dos diferentes ofícios, a partir da experiência de mestria proporcionada por oficiais e encarregados, mais velhos, das empresas da região. Em muitos casos, o reconhecimento, pela prática, da cultura profissional entre pares, desdobrava-se na ida para outras empresas, maiores, não forçosamente regionais, que funcionaram também como um espaço de apuramento de competências e antecâmara de experiências de itinerância pelos mais variados contextos de afirmação territorial destas empresas.

A reprodução desta configuração tem vindo a transformar-se. A necessidade de encontrar mercados de trabalho já tinha levado as empresas da Construção (regionais e não só) à procura de oportunidades noutros mercados, como o espanhol. As crises dos mercados nacional e espanhol, assim como de outros contextos, obrigaram a procuras ainda mais alargadas de trabalho, e um conjunto não irrelevante destes operários envolveu-se, a partir das empresas, em trajetórias de migração laboral para outros países europeus, que têm vindo a retirar o pessoal qualificado nas culturas de ofício regionais dos mercados de trabalho locais. São particularmente incisivas e repetidas, entre todos os interlocutores que conhecem as dinâmicas de formação dos trabalhadores da Construção ouvidos no âmbito deste estudo, as declarações relativas à escassez de mão de obra qualificada na região. O operariado da Construção está longe de ser homogéneo do ponto de vista das qualificações, como já visto. Na verdade, uma parte não insignificante da mão de obra operária estará presente na região, mas apenas pontualmente, uma vez que se envolve em regimes diferenciados de mobilidade espacial intensa com destino, na atualidade, a diferentes contextos europeus – nestes destinos, encontram salários

que podem duplicar, nalguns casos, triplicar, os rendimentos que seriam auferidos em Portugal. Mas, em complemento, tais diagnósticos são também habitualmente um alerta relativamente à dificuldade de formar, a partir da cultura de ofício, novos profissionais especializados em profissões como *pedreiro*, *trolha* e outras especialidades cultivadas a partir do estaleiro habitualmente necessárias nas diferentes fases dos projetos de Construção. A tais processos não são alheios, segundo vários dos nossos inquiridos, os sentimentos de "vergonha" que perpassam os jovens do momento na região relativamente ao trabalho de "trolha" e às variantes que mais diretamente se lhe associam, que justificam, por isso, uma redobrada dificuldade de recrutamento de novas gerações de trabalhadores. A conjugação de crise dos processos de formação de profissionais a partir das culturas de ofício com intensificação da mobilidade espacial e escassez de mão de obra qualificada potencia uma pressão para a *polivalência* entre estes profissionais, que estará longe de ser um elemento pacificador no desenvolvimento do quotidiano laboral.

Tudo aponta, por outro lado, para que as profissões operárias dedicadas às *instalações técnicas*, pense-se em casos como os de canalizadores, de eletricistas, de técnicos de instalações de gás, com processos de formação certificada mais controlados, possuam lógicas de recrutamento e de formação ligeiramente distintas, porque muito mais dependentes de uma relação com o sistema de ensino-formação. Algo análogo, ainda que com características ligeiramente diferenciadas relativamente a estas últimas, se poderá dizer de *manobradores de máquinas* e *operadores de gruas*. Em todo o caso, a exposição à intensidade da mobilidade espacial também passa por estes profissionais operários e não será irrelevante a pressão para a polivalência.

Trajetórias Sociais Estruturadas na Indústria da Construção na Região

O espaço social, como bem o demonstra Pierre Bourdieu (1979, pp. 128-157), estrutura-se em três dimensões, que remetem, respetivamente, para o volume global do capital detido pelos agentes sociais, para a composição do capital e para a trajetória que estes assumem no tempo. É particularmente interessante que se possam retirar consequências desta tripla configuração do espaço social para ler as modalidades de estruturação de posicionamentos sociais na indústria da Construção regional. Não podendo alargar excessivamente este exercício, focamo-nos em três trajetórias sociais que documentam o potencial analítico associado a este modo de raciocínio sociológico e que permitem verificar o modo como as estratégias de reprodução (Bourdieu, 1994) de indivíduos determinados se configuram ao longo do tempo.

Um pequeno patrão de uma empresa estável

Para além de muito presente nos relatos indiretos de experiências de trabalho daqueles que se assalariam e que são contratados pelas pequenas empresas da região, a prevalência do modelo de pequena empresa descrito anteriormente, do perfil de patronato que envolve e das relações de trabalho que contempla é bem visível nas trajetórias de vários dos empresários entrevistados no âmbito da presente pesquisa. A trajetória de Manuel P., apresentada seguidamente, é, a este propósito, profundamente ilustrativa. Manuel P. é um *pequeno empresário* da Construção, com 48 anos de idade, natural de Paredes e com atividade e residência em Penafiel. Casado, é pai de duas filhas, uma delas já envolvida nas atividades da empresa, depois de licenciada em área relevante para esta. Membro de uma fratria constituída por sete irmãos, herdou a empresa que gere do seu pai, mas também a ajudou a construir, tendo começado a trabalhar com este, aos 11 anos, numa empresa de Construção ainda sem alvará, depois de ter abandonado a escola no, à época, 2º ano do ciclo preparatório. Tem hoje o 9º ano de escolaridade, certificado pela experiência profissional e de vida que as "Novas Oportunidades" lhe garantiram muitos anos mais tarde. O acordo com o pai garantiu a entrada na direção da empresa assim que este atingisse os 70 anos. Com a entrada na direção da empresa, esta cresceu, iniciando-se na realização de obras públicas, algo que ocorreu na viragem do século, e que se acrescentou a uma atividade muito orientada para a construção de imóveis de raiz. Sendo "filho do patrão" e, depois, "o patrão", não foi isentado nem se isentou do trabalho físico duro que se associa ao exercício da profissão na Construção:

> "Prontos, e então, ah, o meu pai começou a trabalhar por conta dele já do tempo de juventude, prontos, dos seus 16, coiso, que está com 85, e começou a trabalhar, ah, nos seus, pronto, com a sua juventude, mas por conta dele aos 16, qu'ele já trabalhava antes, mas aos 16, prontos. Nós somos 7 irmãos, a mais velha teve oportunidade de estudar, ah, a mai nova teve oportunidade de estudar. Eu e um irmão a seguir a mim, que somos 15 meses de diferença, também que trabalha pu conta dele, ah, aos 11 anos eu e ele aos 12 tínhamos o 6º ano feito, ah, fomos, eu fui, fiz a 4ª classe aqui na escola de X [nome da escola], qu'é a nossa escola aqui, e fiz o 5º e o 6º no X [nome da escola]. Eu e ele, ah, no 5º e no 6º andou comigo, na primária não. Depois, eu, aos 11 anos, fui trabalhar diariamente, mas até aí nós já ficávamos em casa aos meios-dias pa ir ajudar a carregar placas. Já ficávamos aos meios-dias para ajudar no trabalho mais duro, no trabalho mais coiso. Nós aos 11 anos, eu e ele, aos 12, nós já subíamos duas escadarias com dois baldes de massa, c'hoije um balde de massa tem a, a grossura do meu dedo, que não é assim tão estreito… (...) P'agarrar, mas naquela altura era um araminho e nós fazíamos assim para subir a primeira escadaria, porque cada balde deve pesar p'aí 20 quilinhos e depois chegávamos à primeira escadaria, pousávamos os baldes, mas já estavam a ralhar por nós, lá por ser filhos de patrão, não havia filhos de patrão,

> à espera da massa e nós fazíamos assim para chegar… (...) Eu, graças a Deus, em solteiro, eu fui pá tropa, emprestei lá muita nota de conto de rei, fiquei sem elas, mas, ah, nunca tive dificuldade em dinheiro e eu tive lá, ah, quase 11 meses, em Santa Margarida, e, prontos, nunca, porque mesmo na, quando nós vínhamos ao sábado, eu andava sempre na biscatada, nunca parava. Eu à noite, tinha um cunhado meu, qu'era uma pessoa, e é, da minha inteira confiança, que usava numa carrinha que eu tinha na altura, ah, ah, ah, e ia com dois ou três fazer um biscato aqui ou ali, com, que eu, ao fim-de-semana, tratava e tal, tal, prontos, e fui levando sempre a vida e fui ganho sempre o mesmo. Fiz a tropa e ganhei dinheiro. Eu consegui sair da tropa com mais dinheiro e ainda emprestei, e ainda emprestei muito dinheiro, mas consegui sair co mais dinheiro do que o que fui para a tropa, honestamente, porque, prontos, nós éramos de trabalhar… (...) Éramos de trabalhar, prontos. Hoje é diferente, completamente diferente."
>
> (Manuel P., Empresário, PE, Penafiel, 48 anos)

Apenas recentemente deixou de se envolver no lado mais fisicamente exigente do trabalho – as mazelas do corpo são muitas, ao fim de 38 anos de atividade -, dedicando-se plenamente à atividade de gestão da empresa. Esta tem cerca de 50 trabalhadores e uma gestão técnica e humana exigente. Para esse efeito, é coadjuvado pela filha, que se ocupa da gestão, e por uma sobrinha, que a apoia na administração, assim como por um outro funcionário ("o doutor"). O desenvolvimento da atividade está, hoje, muito dependente da ação de um engenheiro ("o braço direito") e também de um arquiteto. Necessariamente, a empresa reparte-se por múltiplas frentes de obra. Do armazém da empresa, que se confunde com a vivenda familiar, sede social da empresa, e que é quase invisível da rua (a "roubalheira" é grande e o interesse por material de construção na região existe, pelo que, quanto mais discreto o armazém, melhor), origina-se, diariamente, um movimento intenso de máquinas e de pessoas, ainda que discretamente. No momento da entrevista, as obras são cerca de uma dezena, que obrigam a uma gestão cuidada das equipas e à constituição de relacionamentos coesos entre clientes e quem trabalha. Os clientes são antigos e o relacionamento, com estes, estável:

> "(...) Graças a Deus, temos uma clientela muita boa, nós temos uma clientela de pessoas muito sérias, pessoas que se, quando se deslocam estão sempre a ligar pr'aqui, não, ah, houve, nós até, dou-me ao luxo de fazer trabalhos sem preço combinado, sem nada, pessoas que confiam plenamente, sabem que é dentro sempre daquilo, prontos…"
>
> (Manuel P., Empresário, PE, Penafiel, 48 anos)

Tal como os clientes, recruta os assalariados da empresa entre os conhecimentos que vai estabelecendo na região, cujos meandros em matéria de indústria da Construção conhece muito bem. Paga acima da média, sob pena de perder os

trabalhadores, cujo relacionamento encoraja e privilegia. Promove a respetiva formação profissional e tem a noção de que o grau de competência que acumulam é significativo e largamente dependente da aprendizagem da arte pela prática. Será esse grau de competência uma parte relevante do sucesso e da capacidade da empresa. Isso e o facto de esta ser uma mão de obra estável, que já vem do tempo do seu pai. A propósito de um dos seus encarregados e do seu pessoal afirma:

> "(...) Ouça, aquele homem, só basta dizer assim «Oh, Francisco [nome fictício], é pa fazer isto, tá aqui o projeto e tal, tal». Zero. Zero. Olha, não, o engenheiro não vai lá fazer nada, qu'ele sabe mais do qu'ele, eu não vou lá fazer nada, porque ele também, nesse ramos, sabe mais do qu'eu, o arquiteto não vai lá fazer nada, eu vou lá porque gosto de ver o que está feito e, prontos, e eles igual. Porque, de resto, eu tenho aqui, assim, a saber mesmo, aí uns 20. Mas tenho aqui uns 5 ou 6 qu'é top. Top."
>
> (Manuel P., Empresário, PE, Penafiel, 48 anos)

O futuro do setor provoca-lhe reservas, precisamente porque não vislumbra uma capacidade para formar mão de obra jovem adequada. Romperam-se os quadros tradicionais que a formavam:

> "Veio, muitos já veio comigo, não é? Porque eu também já estou aqui diário há 38 anos, eu já trabalho aqui diário há 38, mas muitos aprenderam a arte toda, os melhores artistas que nós temos aqui aprendero todos a arte co nós, todos, todos, todos. Uns vieram da lavoura, na altura ainda era assim…"
>
> (Manuel P., Empresário, PE, Penafiel, 48 anos)

Ainda que prefira posições contratuais claras e organizadas, não afasta subcontratações. Subcontrata, igualmente, especialidades técnicas para obras determinadas. Deliberadamente, não destaca trabalhadores para o estrangeiro e não pretende fazê-lo: "o trabalho aqui chega e sobra, pra qu'é que eu vou pra lá meter em aventuras?…" Quanto às dificuldades vividas durante a crise, a empresa aguentou-as, com sacrifício, mas vê o futuro da empresa cada vez mais na filha – "que gosta disto".

Um trolha independente e que também trabalha como eletricista

Elias M. tem 46 anos e é *trabalhador independente*. Nasceu em Valongo e vive em Paredes, sendo casado com uma engenheira informática, com quem tem dois filhos pequenos. Filho de um operário têxtil a viver a etapa final da grande fábrica em que trabalhava (na luta de uma vida, "Há coisa de dez anos, conseguiu reaver

o dinheiro que não recebeu na altura") e com uma mãe doméstica, foi forçado a sair da escola depois do sexto ano de escolaridade. O seu apoio financeiro em casa era necessário. O dos seus irmãos também e dos cinco que tem, quatro também se dedicaram ao trabalho na Construção. Acabou por voltar à escola, ao ensino recorrente, anos mais tarde, para realizar o 9º ano e, com o apoio da mulher, fez o 12º ano nas "Novas Oportunidades". A primeira experiência laboral foi pelos 13 anos, num outro ramo, mas, pelos 15, entra na empresa de Construção do irmão mais velho, onde começou como *servente*, "acartava massa e fazia limpezas de obras, de ferramentas", o começo, "trabalho de moço" (na hierarquia do estaleiro, na melhor das hipóteses, ficar a chegar ferramentas ao oficial). Esta era uma empresa recente, iniciada a partir "do nada":

> "Então ele deixou o patrão, o que tinha, e lançou-se à vida porque era bom artista, era bom profissional, ele… ele e outro colega de trabalho pegaram numa colher talocha e uma gamela e lançaram-se. Viam pessoas que já faziam algumas biscatadas aos sábados, tavam sempre a dizer: 'porque é tu não trabalhas por tua conta', entretanto lançaram-se para transportar, mais tarde quando precisaram de transportar para a... e coisas desse género, alugavam um trator aos lavradores."
>
> (Elias M., trolha, trabalhador independente, Paredes, 46 anos)

Um ano depois passou a *oficial*:

> "Passei a oficial, porque desenvolvi, tive sempre a capacidade de desenvolver bem essa parte, sendo mau na escola, mas a nível de trabalho, de prática, tenho boas capacidades. (...) Ainda hoje, eu digo que aprendo muito a ver a trabalhar".
>
> (Elias M., trolha, trabalhador independente, Paredes, 46 anos)

Cedo foi também envolvido no comando do destino de coletivos operários, "*chefe de obra*", "*encarregado*". A dada altura, a empresa do irmão, que tinha 15 trabalhadores quando lá chegara, já tinha 60. A opção por pequenos grupos de trabalho era, contudo, já uma preferência: "Eu geri sempre uma equipa pequena, o que, para mim, foi sempre saudável. Eu andava doente quando andava junto de muita gente, muita confusão, muito barulho e muitas formas de trabalhar diferentes." Por sua vez, o trabalho era duro e muito diferente da atualidade:

> "Eh, era impensável nós termos uma be, na altura falar-se na betoneira, ou numa grua, havia poucas, poucas empresas as tinham, só as grandes mesmo, *Soares da Costa*, *Mota Engil*, por aí fora, ou *Pinto da Cruz*. Nós eh… estas pequenas empresas, poucas

elas tinham carrinha para transportar pessoal. (...) Era motorizadas, bicicletas e o trator, de vez em quando, ou então quem transportava, quem fazia o transporte da areia é que, de vez em quando, também facilitava a vida aos empreiteiros. (...) As pranchas não eram montadas, nós não montávamos pranchas como se monta agora. Nós montávamos pranchas que íamos ao monte botar vários eucaliptos abaixo e depois [com] vários eucalipto[s] é que fazíamos, montávamos os andaimes."

(Elias M., trolha, trabalhador independente, Paredes, 46 anos)

Em todo o caso, não deixou de colocar a sua criatividade ao serviço do trabalho que realizava. Improvisando, inventou métodos na sua área, a dos *acabamentos*, que se revelavam eficazes:

"(...) Aos dezasseis anos, punha num rolo e fui ao monte, cortei uma vara de, fininha, de eucalipto, e fiz uma vara para pintar os tetos. Portanto, comecei a pintar os tetos do chão. Agora não preciso de cavaletes pa pintar os tetos, que era o hábito de se pintar em cima de cavaletes, que tinha que se andar a achar cavaletes paqui, pacolá, e eu comecei, por minha iniciativa, não ver ninguém, porque eu sei que já, na altura, já havia, fora do país já havia essa, essa forma de trabalhar e disse: «Porque é que não hei de experimentar? » (...) A gente ouve, tinha um tio, tinha um tio que trabalhou toda a vida na Venezuela. Então a gente tinha familiares, já na altura trabalhavam fora. (...) E a gente ouve esses comentários, aliás a primeira máquina de carapinhar paredes no exterior veio de lá, veio de França, porque ela aqui custava, na altura, talvez, na ordem dos quarenta contos e agora e aqui e lá, aqui custava quarenta, minto, aqui custava quarenta e lá custava para aí dez. (...) Que é com uma máquina que a gente faz aquilo. E assim sucessivamente, foram coisas que se foram aprendendo, foram-se aplicando e fui, fui adaptando, tive situações com o meu irmão qu' ele, muitas vezes, discutia comigo porque não queria que fizesse aquilo, mas, a maior parte das vezes, ignorei sempre, só às vezes de forçar muito é que ele começou a ver que: «Ah, realmente, ele tem razão, deixa seguir.»"

(Elias M., trolha, trabalhador independente, Paredes, 46 anos)

Aos 28 anos, desentendimentos com o irmão a propósito da negociação do vencimento, mas também ditados pelo entendimento criativo que tinha do trabalho, levam à sua saída da empresa, estabelecendo-se como *trabalhador independente*: "eu trabalho melhor sozinho". Em aproximações sucessivas, outros irmãos, que trabalhavam na mesma empresa, juntam-se-lhe para formar uma sociedade de Construção, a que somam a abertura de uma drogaria especializada em materiais de construção e o apoio de uma cunhada, que tratava do secretariado dos negócios. A experiência dura alguns anos até que, paulatinamente, e com o aproximar de 2013, a sociedade se desfaz. O último dos irmãos com quem trabalhava emigra para Inglaterra e Elias M. volta a procurar emprego, desta vez, junto de empresas

de trabalho temporário, embora sem aceitar qualquer proposta. Faz "biscates" durante algum tempo e regressa à empresa do irmão mais velho, onde chega a prestar serviços. Dedicando-se a *acabamentos*, embora também "saiba de eletricista", transforma-se em *trabalhador independente*. Inserido num mercado de obras que não se afasta muito da área de residência (não compensa afastar-se muito), é habitualmente subcontratado, mas também contrata ajudantes, quase sempre amigos ou conhecidos. A articulação entre o trabalho e a família levam-no a não aceitar muitas encomendas: é preferível "ter menos lucros um bocadinho e ter menos dores de cabeça, mais sossego".

Um carpinteiro de cofragem pleno de experiências e ameaçado pela polivalência

Diogo F., *carpinteiro de cofragem*, tem 37 anos, sendo natural de Penafiel, residindo numa das suas freguesias interiores. É casado e tem dois filhos, ainda pequenos, e a sua mulher tem um emprego de execução nos serviços. Um dos quatro filhos de um taxista e de mãe doméstica, fez um curso profissional que lhe deu equivalência ao 9º ano. Teria preferido fazer um curso de culinária, escolha que ainda fez, mas o pai direcionou-o para a área da climatização e do frio. O estágio que, por volta dos 15 anos, fez numa empresa do ramo ter-lhe-ia valido um emprego, mas optou pela "trolhice". Opções que dois dos seus irmãos também realizam. O ordenado era mais compensador. Começou, com 16 anos, numa empresa das proximidades, propriedade de um tio, como *servente* e, depois, "fui fazendo pela vida", "Subi de patamar a patamar, quando vinha um servente novo a gente tinha o, já pegava na colher, na talocha pa começar a fazer alguma coisa qu'era pa poder pedir, pa ser artista". Tornou-se "artista", seguindo para *trolha*. A empresa era muito pequena, com cinco trabalhadores, e dedicava-se à construção de vivendas de raiz, mas tornou-se num importante contexto de aprendizagem. Durante 10 anos permanece nesta empresa, mas, em dado momento, "na maré qu'abriu Espanha", o tio decide procurar trabalho do outro lado da fronteira e Diogo resolve, juntamente com um dos seus irmãos, colega de trabalho na empresa, não o acompanhar. Emprega-se, de seguida, numa média empresa de Paredes (falida recentemente) durante oito anos. Tratava-se de uma empresa com que trabalhavam, na empresa do tio, em regime de subempreitada e que realizava as mais variadas construções. "Porque, na maré, eu sempre disse que quando tivesse que sair de Portugal para trabalhar, que só ia pa Angola ou Brasil. (...) nunca fui bom a línguas e então…". Em agosto de 2007, em conversa num café com um amigo (montador de gruas numa das grandes empresas de Construção do país), sabe que estão a pedir operários para Angola e decide partir, então, para este país, onde estará cinco anos, como *chefe de equipa*, ganhando o triplo do que ganhava em Portugal e levando um irmão consigo; dois dos seus tios juntam-se-lhes

mais tarde, um deles o seu primeiro patrão, que, entretanto, fechara a empresa. Dedicou-se, nesta qualidade, à construção de condomínios para a grande empresa petrolífera angolana, integrado num consórcio de grandes empresas construtoras portuguesas. A experiência angolana foi marcante a vários níveis. Do ponto de vista profissional, aprendeu a ser chefe, vendo o trabalho dos outros. Chefiava uma equipa de operários angolanos: "O ritmo de trabalho lá era sempe acelerado, porque os homens trabalhavo ao metro, eles tinho que fazer o trabalho". Contrariamente a outros colegas, em grande parte por ter estado acompanhado pelo irmão e pelos tios, aguentou a experiência e teve "sorte", não ficou muito chocado quando aterrou:

> "Depende se você vai aterrar de dia ou se vai aterrar de noite. (...) Se você for do lado da janela e olhar pra baixo vê um choque muito grande. (...) Você quando olhar pra baixo e só vir lixo e barracas em chapa perto do aeroporto você diz assim: «P'onde é qu'eu vou?»"

(Diogo F., carpinteiro de cofragem PE, assalariado a termo incerto, Penafiel, 37 anos)

Ainda assistiu à morte de cinco colegas de trabalho, não por causa do trabalho propriamente dito, mas por causa da malária. Solteiro quando parte para Angola, regressa a Portugal para se casar com a mulher, que conheceu neste país e, atento à situação económica e política do trabalho da empresa, já não volta para Angola: "Passaram-me a carta pó fundo de desemprego, e eu tive no desemprego", período que se prolonga durante mais de um ano. Na região, começa a assentar tijolo e a rebocar paredes em casa de um primo. Procura algo mais definitivo e dirige-se para Lisboa, depois de conversa com um encarregado geral num café próximo, e arranja emprego numa média empresa, que trabalha em regime de subcontratação para uma das empresas líderes da indústria da Construção do país em obras públicas de muito grande envergadura. Ainda que os pagamentos sejam irregulares, tem a confiança do encarregado geral e, com algum receio inicial, torna-se *carpinteiro de cofragem*:

> "Disse ao senhor que nunca tinha traba---, tinha a noção do qu'era fazer uma cofraige numa vivenda, nisto ou naquilo, mas im pontes eu não… Não aprendi, andei à beira d'outro a aprender, n'é? Porque a gente se tiver um bocado de olho, desde o momento que saiba conhecer os materiais pa saber o qu'é que tem d'ir…"

(Diogo F., carpinteiro de cofragem PE, assalariado a termo incerto, Penafiel, 37 anos)

Nesta empresa, onde permanece seis anos, com contratos a termo incerto, de obra, percorrerá Portugal e, como trabalhador destacado, também a França.

Quando estava em Portugal, o ritmo de trabalho era semanal, de segunda a sexta. São particularmente duras as lembranças do trabalho efetuado em grandes barragens e túneis no Norte do país, por força da exigência física, e também duras as lembranças das irregularidades dos pagamentos em matéria de horas extra e de subsídios de risco – irregularidades não contestadas, não obstante a presença dos sindicatos nos estaleiros:

> "Não, não havia po, possibilidade, po qu'a gente, ah, nem quer ser sócio do sindicato, já num qué nada… (...) Eu quando tenho alguma coisa para resolver com qualquer patrão, vou no cara a cara. «Olha, peciso de um aumento. Queres-me dar, dás, num queres dar, eu vou tratar de vida, vou pa outro lado.»"

(Diogo F., carpinteiro de cofragem PE, assalariado a termo incerto, Penafiel, 37 anos)

Ainda assim, manteve-se na empresa. Em 2015, esta orientou-se para França, para se dedicar à construção do TGV: "Depois a gente também aqui em Portugal, aqui isto apagou, depois, ah, eles foram pa França trabalhar, eu fui co eles, também estive na França". Durante os quatro anos que esteve em França, a atividade eram sete dias seguidos e três de descanso. Todos os meses regressava a casa, de carrinha, no último ano, de avião: "Chigávamos a sair de lá à sexta-feira à noite, chigávamos aqui e no domingo à tarde já estávamos a ir...". Ganhava bem, embora em Angola ganhasse mais. A construção do TGV levou-o a Bordéus, a Montpellier e a Nîmes. Regressou, novamente, a Bordéus, para construir vivendas. Mas o racismo importunava-o. O racismo das "pessoas em geral na sociedade" e "a trabalhar". No estaleiro, os trabalhadores da empresa francesa que subcontratava a empresa portuguesa não compreendiam o horário de trabalho dos portugueses, que se prolongava depois das 17h. Cansado da vida que levava, decidiu despedir-se e deixar o trabalho em França. Os seus colegas mais próximos vieram com ele: "Ainda agora tive uma proposta d'ir par lá trabalhar, mas não tenho necessidade". Agora, trabalha numa empresa, com contratos a termo incerto, obra a obra, há dois anos; na fase mais recente, numa obra em Braga. A aprendizagem do ofício nas pequenas empresas ("rateiras") levou-o a fazer tudo, mas a expetativa de uma especialização reconhecida é posta à prova todos os dias no novo estaleiro:

> " (...) Eu parece que sou o tapa-furos do encarregado, qu'é preciso fazer isto, vai o Diogo, é p'ciso fazer aquilo, vai o Diogo… (...) E eu, ainda há aqui dias virei-me para ele e disse: «Olha, eu já nem sei o que sou. Eu vim pra aqui como carpinteiro de cofraige ou ferrageiro, já tenho qu'andar a trabalhar de trolha e disto e daquilo.» «Tu tens que fazer o que eu mandar. Porque tu não vês qu'agora não há mão de obra qualificada?» Qu'é o que tá a acontecer em Portugal."

(Diogo F., carpinteiro de cofragem PE, assalariado a termo incerto, Penafiel, 37 anos)

As mudanças que perspetiva e que pairam sobre a sua especialidade são mais vastas. A mão de obra no setor transforma-se. Não há trolhas e quando estes existem:

> " (...) São muito velhos e num sabem fazer nada. São daqueles gajos que andaro sempre para aí tocados daqui para acolá, bá, bá, bá. Isto é mesmo, você se todas as pessoas que trabalhar em várias empresas, que estão sempre a trocar de patrão, eles não sabem fazer nada. (...) É a opinião qu'eu tenho, é. Isso é a mêma coisa que você trabalhar numa empresa grande e trabalhar oito dias à beira deste encarregado e este, passado uns dias, tá à beira deste e você andar na, naquele ciclo, po'quando a pessoa sabe trabalhar, as pessoas, os outros vê e num deixo, e fica, num deixo sair, no'é? Tanto qu'eu tenho o caso deste encarregado que vai pa uma obra para Coimbra e já disse que quer que eu vá co ele pá obra, pa Coimbra."

(Diogo F., carpinteiro de cofragem PE, assalariado a termo incerto, Penafiel, 37 anos)

Com as mudanças na composição da mão de obra, também a solidariedade entre trabalhadores se modifica. "Antigamente havia mais entreajuda". A cultura do ofício da região está, hoje, fora do país e o futuro será feito de escassez de pessoal qualificado e com o recurso renovado a uma necessária imigração:

> " [Se, para ser] Ferrageiro basta ter lá um que saiba fazer o trabalho, que, que saiba ver um papel, depois também diz aos outros: «Olha, põe isto aqui, isto acolá…» (...) Agora, na parte da construção cevil, na parte de trolhas, pintores, ladrilhadores, tudo isso que tá emigrado, tão a fazer falta neste momento. E o qu'é que vai acontecer s'a construção continuar como está agora no momento? Vão tornar a vir os ucranianos, os brasileiros…"

(Diogo F., carpinteiro de cofragem PE, assalariado a termo incerto, Penafiel, 37 anos)

Reflexão final: a necessidade e a virtude na indústria da Construção do Vale do Sousa

A indústria da Construção é caracterizada por um processo de trabalho complexo, que obedece a fases e a processos distintos, mobilizando uma gama alargada de saberes e competências. Não obstante as transformações de processos e de métodos de trabalho, o impacto da utilização de novas máquinas e materiais, assim como de dinâmicas de trabalho feitas numa base competitiva, um segmento relevante desses saberes e competências é formado num quadro de aprendizagem prático e no decurso do processo produtivo, ao abrigo de relações de proximidade entre mestres e aprendizes (Queiroz, 1999, 2003). Na região do Vale do Sousa, a dinâmica de trabalho construída em torno dos estaleiros, em continuidade com a cultura camponesa, num primeiro momento, num quadro de reprodução

de posicionamentos estruturados na indústria da Construção, mais recentemente, permitiu apurar, num processo largamente determinado por imperativos de "necessidade" próprios dos princípios de visão do mundo característicos daqueles que ocupam estas posições sociais (Bourdieu, 1979, pp. 433-448), uma configuração de profissões operárias, essenciais no processo produtivo do setor, estruturada em competências e saberes-fazer dependentes da conjugação entre a disponibilidade de um capital de força física e de práticas próprias de culturas de ofício. O trabalho é uma prática material (Halbwachs, 2008, p. 94) e um valor central na cultura operária (Verret, 1996, p. 21). Como assinala P. Bourdieu, "A experiência do trabalho situa-se entre dois limites, o trabalho forçado, que é determinado apenas pelo constrangimento externo, e o trabalho escolástico, cujo limite é a atividade quase lúdica do artista ou escritor" (Bourdieu, 1997, p. 241, tradução própria). Ainda que o mundo do trabalho operário na Construção possa parecer muito distante da explanação sociológica assim produzida, é importante consagrar esta dupla verdade do trabalho também neste domínio. Tudo indica que a "necessidade feita virtude" (Bourdieu, 1979, p. 433; Pinto, 2010, p. 321) subjacente à produção das culturas de ofício da indústria da Construção característica da região do Vale do Sousa participa desta lógica. A partir destas culturas de ofício não apenas se aprimoraram competências operárias, mas definiram-se também trajetórias sociais de acesso à pequena propriedade económica empresarial, assim como aos mecanismos de exercício da autoridade no interior das hierarquias profissionais firmadas no estaleiro, entre outros processos.

Contudo, a necessidade de encontrar trabalho, na conjuntura da mais recente crise económica vivida na indústria da Construção no país, teve implicações significativas na conjugação dos processos responsáveis pela definição dos posicionamentos sociais no espaço das classes da indústria regional. Estes são crescentemente afetados pela procura de mercados mais longínquos e pelos complexos processos de mobilidade laboral pelo mundo e pela Europa que envolvem empresas e ativos. Afirma-se, num tal cenário, paulatinamente, uma crise relativa de mão de obra qualificada na região, que é resolvida, com dificuldades, pelo recurso, nas pequenas empresas, à pressão para a polivalência profissional dos diferentes corpos de especialistas operários. Admite-se, por outro lado, que, num cenário de retoma da atividade económica no setor e de aumento da necessidade de mão de obra qualificada para projetos nacionais, nem sempre as empresas recorrem ao aumento de salários para, com isso, reter profissionais experientes e dissuadir saídas. Não deve esquecer-se, entretanto, que uma crise, mais estrutural, de formação de mão de obra qualificada se poderá estar a configurar na região, à medida que os processos sociais responsáveis pela transformação da "necessidade em virtude" na reprodução das culturas de ofício da Construção se desestruturam. Na ausência de um sistema de ensino-formação capaz de (re)construir competências

profissionais, não é claro que o trabalho no estaleiro as possa gerar imediatamente. Entre outros, poderá a indústria valer-se, entretanto, daqueles "veteranos da mobilidade espacial" (Pinto, 2010, p. 322) que, cansados, optem por ficar. Resta saber até quando.

Referências Bibliográficas

Almeida, A. N. (1993). *A Fábrica e a Família: Famílias operárias no Barreiro*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.

Bourdieu, P. (1979). *La Distinction : Critique sociale du jugement*. Paris : Minuit.

Bourdieu, P. (1994). Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la recherche en sciences sociales*, *105*, 3-12.

Bourdieu, P. (1997). *Méditations pascaliennes*. Paris : Seuil.

Carmo, R. M. & Matias, A. R. (2019). *Retratos da Precariedade: Quotidianos e aspirações dos trabalhadores jovens*. Lisboa: Tinta da China.

Costa, A. F., Guerreiro, M. D., Freitas, F. S. & Ferreira, M. H. (1984). *Artes de Ser e de Fazer no Quotidiano Operário*. Lisboa: CIES.

Estanque, E. (2000). *Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividades* e práticas de classe no operariado do calçado. Porto: Afrontamento/Centro de Estudos Sociais.

Freire, J. (1997). *Variações sobre o Tema Trabalho*. Porto : Afrontamento.

Freire, J. (2001). *Sociologia do Trabalho* : *Uma introdução*. Porto : Afrontamento.

Freire, J. (2014). *Sociologia do Trabalho* : Um *aprofundamento*. Porto : Afrontamento.

Guerreiro, M. D. (1996). *Famílias na Actividade Empresarial – PME em Portugal*. Oeiras: Celta.

Halbwachs, M. (2008). *Les Classes sociales*. Paris: PUF.

Lima, J. (2018). *Os Empresários da Indústria Têxtil do Vale do Ave : Um contributo para uma sociologia da formação do habitus económico*. Porto: Afrontamento.

Malglaive, G. (1990). *Enseigner à des adultes*. Paris: PUF.

Monteiro, B. (2014a). Portuguese construction workers in Spain: situated practices and transnational connections in the European field of construction (2003-2013). *Construction Labour Research News*, *2*, 8-32.

Monteiro, B. (2014b). *Frágil como o Mundo: Etnografia do quotidiano operário*. Porto: Afrontamento.

Pereira, V. B. (1999). *Os Vincados Padrões do Tecido Social: Uma análise sobre as vivências quotidianas de uma freguesia industrializada do Vale do Ave*. Porto: Afrontamento.

Pereira, V. B. (2010). Formação de classes sociais, trabalho e território ou sobre como continuar a compreender Berlim. In J. M. Pinto & J. Queirós (Eds.), *Ir e Voltar: Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007)* (pp.327-355). Porto: Afrontamento.

Pinto, J. M. (1985). *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Afrontamento.

Pinto, J. M. (1996). Contributos para uma análise dos acidentes de trabalho na construção civil. *Cadernos de Ciências Sociais*, *15/16*, 87-119.

Pinto, J. M. (2010). Jorge: projetos profissionais sob pressão. In J. M. Pinto & J. Queirós (Eds.), *Ir e Voltar: Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007)* (pp. 319-325). Porto: Afrontamento.

Pinto, J. M. (2018). Trabalho e trabalhadores da Construção Civil: Recapitulação de resultados e novas hipóteses de investigação. In S. Gomes et al. (Eds.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas – Homenagem a Manuel Carlos Silva* (pp. 391-413). Famalicão: Humus.

Pinto, J. M. (2019). Institutions, dispositions et pratiques: le cas de la production du logement. In V. B. Pereira & Y. Siblot (Eds.), *Classes sociales et politique au Portugal: Pratiques du métier de sociologue* (pp. 63-97). Vulaines-sur-Seine: Éditions du Croquant.

Pinto, J. M. & Queiroz, M. C. (1996a). Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na Construção Civil. *Sociologia. Problemas e Práticas*, *19*, 9-29.

Pinto, J. M. & Queiroz, M. C. (1996b). Qualificação profissional e desqualificação social na construção civil. *Cadernos de Ciências Sociais*, *19-20*, 41-85.

Pinto, J. M. & Queirós, J. (Eds.) (2010). *Ir e Voltar: Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007)*. Porto: Afrontamento.

Queirós, J. & Monteiro, B. (2019). Entre ici et là-bas: Notes de recherche sur l'émigration en Espagne d'ouvriers portugais du bâtiment. In V. B. Pereira & Y. Siblot (Eds.), *Classes sociales et politique au Portugal: Pratiques du métier de sociologue* (pp. 155-189). Vulaines-sur-Seine: Ed. du Croquant.

Queiroz, M. C. (1999). *Trabalho e Trabalhadores na Construção Civil e Obras Públicas. Contributos para a análise dos lugares e das identidades de classe* (Tese de doutoramento não publicada), FLUP, Porto, Portugal.

Queiroz, M. C. (2003). Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa: o caso dos operários da Construção Civil do Nordeste de Portugal. *Sociologia*, *13*, 19-55.

Santos, M. L. L., Lima, M. P. & Ferreira, V. M. (1976a). *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento.

Santos, M. L. L., Lima, M. P. & Ferreira, V. M. (1976b). *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento.

Santos, M. L. L., Lima, M. P. & Ferreira, V. M. (1977). *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento.

Verret, M. (1996). *La Culture ouvrière*. Paris: L'Harmattan.

Legislação:

Lei n°41/2015, de 3 de junho, Regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de construção.

Capítulo 16

A confiança na Construção: Procura e experiência de trabalho numa nova vaga da presença portuguesa na indústria da Construção em Bordéus, França

Virgílio Borges Pereira

Um dos efeitos decorrentes das recomposições verificadas no campo da Construção em Portugal e, em particular, da severa crise atravessada pelo país depois de 2008, passou pelo desenvolvimento, por empresários e diferentes categorias de trabalhadores, de renovadas estratégias de alargamento dos respetivos horizontes e mercados de trabalho[1]. Uma parte não irrelevante dessas estratégias passou, já depois de explorados e, sob vários aspetos, esgotados os horizontes de trabalho em Espanha, pelo reforço dos interesses e procuras de trabalho para além dos Pirenéus. Não obstante o carácter política e socialmente contingente da estrutura-

[1] O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto "Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no campo da construção em Portugal e seus impactos nas condições de trabalho no século XXI" (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade. Com a colaboração dos investigadores do projeto "Novos Terrenos para a Construção", versões preliminares deste estudo foram apresentadas no âmbito da *Journée d'études* "Classes sociales, comparaisons et migrations Portugal / France", realizada em Paris, no Cresppa, site Pouchet du CNRS, a 20 de junho de 2019, e na conferência internacional "Breaking Ground for Construction: changes in the field of construction in Portugal and their impact on working conditions in the 21st Century", realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a 4 e 5 de julho de 2019. São devidos agradecimentos às Mestres Laura Galhano e Vanessa Rodrigues, investigadoras do projeto "Novos Terrenos para a Construção", por toda a colaboração prestada na recolha do material empírico em que este estudo se baseia. Tais agradecimentos são igualmente extensíveis ao Doutor Tiago Lemos pela colaboração prestada na revisão e tratamento preliminar desse mesmo material.

ção da atividade económica na indústria da Construção em diferentes contextos nacionais, sabe-se que esta é sensível e depende de dinâmicas fortemente enraizadas socialmente. Era, nesse sentido, particularmente pertinente, do ponto de vista sociológico, conhecer as modalidades de relação que os agentes sociais envolvidos neste processo de alargamento do mercado de trabalho estabeleceram nas estratégias que desenvolveram para além dos Pirenéus.

À luz das preocupações enunciadas, o presente capítulo recupera coordenadas de análise provenientes de investigação sociológica recente sobre os processos de estruturação da atividade económica e do trabalho na indústria da Construção em diferentes contextos nacionais. Mobilizando tais coordenadas, o estudo estabelece uma leitura do modo como empresários, encarregados e diferentes categorias de operários portugueses enfrentaram o encontro com a atividade económica na Construção em França, com recurso a uma análise de resultados de trabalho de campo aqui realizado e, mais especificamente, ao estudo de um conjunto de entrevistas em profundidade efetuado, no quadro das atividades do projeto "Novos Terrenos para a Construção", junto de diferentes categorias de agentes na região de Bordéus, que envolveram não apenas os agentes citados, mas também representantes de autoridades oficiais com capacidade de ação sobre o fenómeno. Com base nestes movimentos de análise, o trabalho apresentado formula uma breve interpretação sociológica sobre as principais propriedades estruturais das estratégias de reprodução social das diferentes categorias de ativos entrevistados e das trajetórias migratórias por estes desenvolvidas nos estaleiros da região estudada em França.

Sobre os enraizamentos sociais da atividade económica na indústria da Construção: Elementos teóricos e uma estratégia metodológica

Ainda que nem sempre facilmente escrutinada do ponto de vista científico, sabe-se que a atividade económica na indústria da Construção é particularmente sensível, do ponto de vista dos processos de organização do trabalho, a dinâmicas, processos e configurações sociais embebidos em relações de dominação com carácter compósito (ver, entre múltiplos trabalhos, Baganha, Marques & Góis, 2002; Coleman, 1965; Cremers & Janssen, 2006; Pinto, 2018; Pinto & Queiroz, 1996a, 1996b; Queiroz, 2003; Silver, 1986). Reconhecida, há já algum tempo, pela própria literatura vocacionada para o estudo dos desenhos de produção e de gestão estratégica no setor (entre muitos trabalhos, ver Bennett, 2011; Eccles, 1981a, 1981b; Foster, 1969; Stinchcombe, 1959), uma tal propriedade tem também vindo a ser objeto de investigação sociológica detalhada, com recurso a trabalho de pendor etnográfico ou mobilizando entrevistas sistemáticas a informantes privilegiados. Como salienta José Madureira Pinto:

> O estaleiro da Construção é um ponto de condensação (aliás, efémero) das lógicas económico-sociais de um sector produtivo que (...) envolve um conjunto muito diferenciado e eminentemente mutável de agentes, bem como redes pessoais e interempresariais com grande complexidade, elevado grau de informalidade e contornos imprecisos. (Pinto, 2019, p. 393)

À luz destas características, têm sido as abordagens etnográficas e compreensivas de tais realidades as modalidades de investigação que, comprovadamente, têm garantido progressos e significativas inovações no conhecimento desta questão (Reimer, 1979; Waldinger, 1995). Um exercício de inventário teoricamente orientado, mesmo sem preocupações de exaustividade, permite identificar um conjunto relevante de marcos analíticos a este propósito. Destacando, no exercício em causa, trabalhos que decorrem de investigação mais orientadamente etnográfica sobre diferentes contextos nacionais na Europa, é possível identificar algumas coordenadas de leitura que ajudam a delimitar a importância dos enraizamentos sociais mencionados nos mecanismos de reprodução do setor da Construção e o significado de que se revestem as estratégias de reprodução desenvolvidas pelos agentes sociais (Bourdieu, 1994) cujas ações se inscrevem em tais processos. Na senda dos trabalhos anteriormente citados, duas aprofundadas investigações sociológicas de terreno, levadas a cabo, respetivamente, em Inglaterra e em França, tiveram a possibilidade, recentemente, de reiterar e de delimitar a importância específica de modalidades determinadas de enraizamento social da atividade na indústria da Construção.

Darren Thiel, na etnografia que levou a cabo, em 2003 e 2004, no interior de uma empresa de Construção londrina, em Inglaterra (Thiel, 2014), releva, entre vários elementos, o significado de redes sociais de trabalho e de práticas informais de reciprocidade, alimentadas por presentes e dádivas, na constituição e aproveitamento de oportunidades económicas com estatuto decisivo na atividade do setor, tanto para empresas como para trabalhadores (Thiel, 2012, pp.130-131, p.151). De acordo com a análise do autor, num setor altamente desregulado do ponto de vista económico e político, destaca-se o recurso generalizado à prática de subcontratação (Thiel, 2010, p. 444): "Para reduzir riscos, os empreiteiros entregam partes específicas da obra a subempreiteiros que, a curto prazo, fornecem conhecimentos comerciais, maquinaria e grandes efetivos de mão de obra flexível" (Thiel, 2010, p.446). A subcontratação configura-se num quadro de forte inscrição social e amplamente dependente de práticas e de redes informais de promoção e de reforço de confiança, tanto por razões intrinsecamente ligadas ao reconhecimento eficaz das dinâmicas do interconhecimento no trabalho como por razões decorrentes do controlo do acesso ao mercado de trabalho por parte de recém-chegados, frequentemente trabalhadores imigrantes, capazes de concorrer no mercado de

trabalho local através do embaratecimento de preços e de remunerações (Thiel, 2012, p.132, p.140). Para além de assentar em quadros sociais dotados de grande perenidade, a subcontratação reproduzida ao longo do tempo converte-se e articula-se com formas de capital cultural e de capital social, inscrevendo-se em formas de desigualdade social e étnica com significado, que campeiam entre uma mão de obra muito pouco sindicalizada; em circunstâncias bem definidas, a subcontratação assim configurada no tempo é suscetível de ser socialmente capitalizada, tornando, por sua vez, menos exigente o capital de força física mobilizado por quem a protagoniza (Thiel, 2012, pp.144-145). Neste sentido, considera o autor, "O funcionamento do mercado capitalista não poderia, portanto, ser separado de padrões sociais mais amplos e diferenciais de poder, nem de trocas informais e atividades culturais" (Thiel, 2012, p.153).

Com base em trabalho etnográfico desenvolvido em diferentes contextos de produção na indústria de Construção parisiense, em França, durante um período que se estendeu entre 2001 e 2004, e que compreendeu também um ano de observação participante em estaleiros de Construção e em espaços de formação profissional, Nicolas Jounin desenvolve uma densa reflexão e análise sobre aspetos decisivos das relações entre divisões sociais, económicas e simbólicas características da atividade neste setor da indústria (Jounin, 2009). Convocando para a análise elementos de pesquisa diferenciados, a investigação propõe-se descrever e compreender sociologicamente o quotidiano do estaleiro de Construção (Jounin, 2009, p. 13). Em sucessivas incursões etnográficas e entre múltiplos contributos, a análise começa por restituir um quadro de profunda recomposição dos estatutos e qualificações sociais dos ativos mobilizados pelo trabalho no setor, traduzido num extenso e complexo processo de concorrência e de fragmentação do salariato que combina, de modo não linear – dir-se-ia -, pertenças étnicas e divisão do trabalho:

> (...) É que a fragmentação dos estatutos e das qualificações é tal que segmenta quase infinitamente os coletivos de trabalho, tornando ilusória a ideia de uma estrita igualdade de condições entre trabalhadores ou mesmo categorias específicas de trabalhadores. A repartição étnica e hierárquica das tarefas segue uma escala em *dégradé*, não uma escala rígida composta por categorias homogéneas e estanques (...). (Jounin, 2009, p.44, tradução própria).

Em complemento, mas igualmente central em todo este processo, no interior das grandes empresas assiste-se a um processo de externalização da mão de obra, alimentada e reforçada pelas dinâmicas comerciais associadas ao negócio (Jounin, 2009, p. 64); transformada em regra ao longo das últimas décadas, uma tal externalização reveste-se de um carácter multidimensional, dando origem a práticas

de gestão de mão de obra discriminatórias (Jounin, 2009, p. 114). Trabalhadores precários, temporários e recrutados por agências são mobilizados para tarefas específicas no interior da compósita divisão do trabalho no estaleiro, cuja lógica de definição comandada comercialmente impele a que se concretizem resultados rapidamente. Em condições determinadas, os efeitos da subcontratação e da externalização tornam-se visíveis:

> (…) As PME que instalam as armações funcionam como retransmissores das políticas de minimização dos custos prosseguidas pelas empresas gerais, repercutindo os baixos preços que têm de pagar nos seus assalariados, na sua maioria trabalhadores temporários e mal pagos, e na organização do trabalho, marcada pela escassez e pela pressa. (Jounin, 2009, p.119)

Também neste quadro se compreende a especial relevância assumida pelo elemento confiança no recrutamento da mão de obra; numa das suas mais incisivas análises, o autor destaca a importância de este recrutamento, funcionando por cooptação, se alicerçar na responsabilização de quem recomenda. Aprofundando o teor da pesquisa, a análise revela que a confiança e a cooptação são particularmente marcantes para a constituição da hierarquia de autoridade no interior do estaleiro: "Do ponto de vista moral, contratam-se duas pessoas pelo preço de uma: o operário que apresenta alguém próximo é suposto ser responsável por ele" (Jounin, 2009, p.122, p.124, p.212). Num quadro de relações sociais fortemente exposto à necessidade de equilíbrios negociados – e, forçosamente, ambivalentes – entre a hierarquia e os trabalhadores com diferentes estatutos, a atividade de enquadramento e de mediação realizada por encarregados de obra é decisiva. Configurando-se em torno de modelos de promoção interna de operários de confiança, a ação de encarregados na liderança de equipas de trabalho oscila entre a proximidade e a brutalidade: "É a proximidade do passado – já que o chefe é um ex-operário – que justifica a brutalidade atual" (Jounin, 2009, p.162). Fruto de um processo construído ao longo das últimas décadas a partir das dinâmicas de valorização social gizadas no interior do estaleiro pelos responsáveis das empresas, um conjunto maioritário dos postos de enquadramento – chefe de equipa e encarregado de obra – é desempenhado por portugueses (Jounin, 2009, pp. 212-213).

A articulação entre as ordens social, institucional e interacional (Dubois, 2014; Goffman, 1983) que é própria do estaleiro da indústria da Construção, ainda que num contexto físico tenso e, sob várias dimensões e até ao fim de cada obra, permanentemente em reformulação, é, assim, bem delimitada nos trabalhos identificados. As ilações analíticas decorrentes destes últimos podem e devem ser mobilizadas para a dinamização de investigação empírica nova e, em particular, ganham

interesse acrescido para o conhecimento das modalidades de reação à crise do setor da Construção desenvolvidas por empresas e ativos portugueses no período posterior à crise de 2007/2008. Não ignorando o significado das recomposições em curso entre as grandes empresas da indústria da Construção, a propósito das quais se desenvolveu trabalho específico[2], era particularmente importante para o trabalho de pesquisa realizado no âmbito do projeto "Novos Terrenos para a Construção" compreender o modo como assalariados e empresários provenientes de empresas mais ou menos atomizadas, que constituem um segmento muito expressivo do setor, viveram as recomposições e crises atravessadas por este. Para além do estudo do modo como estes processos se passaram no país, com recurso a uma gama relativamente alargada de metodologias e de técnicas (Fournier et al., 2008), e que têm vindo a ser documentados ao longo de vários capítulos que integram esta obra, a investigação desenvolvida contemplou um também denso trabalho etnográfico multi-situado (Burawoy, 2009; Levitt & Glick-Schiller, 2004; Marcus, 1995) junto de empresários e trabalhadores da indústria da Construção fora do país. Especificamente, e por razões decorrentes do respetivo significado económico e social, um desses trabalhos foi desenvolvido em França, na região de Bordéus – um destino importante nas estratégias de alargamento do mercado de trabalho na indústria da Construção entretanto constituídas no setor, tal como se revelava no decurso do trabalho de campo realizado no projeto.

[2] Sobre este assunto, ver os capítulos 6 e 7 deste trabalho.

Caixa 16.1. A propósito da pesquisa levada a cabo em Bordéus

No quadro de uma estratégia de observação que envolveu também a realização de entrevistas em profundidade a inspetores do trabalho franceses, a representantes políticos locais e a representantes da diplomacia portuguesa na região, foi sobretudo possível entrevistar empresários, encarregados e trabalhadores portugueses da indústria da Construção; no total, realizaram-se 17 entrevistas a responsáveis institucionais e agentes diretamente envolvidos na atividade na Construção, entre visitas a estaleiros, reuniões e conversas em cafés e restaurantes em localidades de forte presença portuguesa na região – uma recolha levada a cabo por Laura Galhano e Vanessa Rodrigues durante um período de trabalho de campo. No desenvolvimento da análise apresentada, com a exceção dos representantes de entidades oficiais, os nomes de cada informante são fictícios, tendo sido anonimizadas referências a contextos e situações. Atendendo à relevância da configuração da empresa e da situação na profissão de trabalhadores, mobiliza-se, sempre que pertinente e para efeitos de aperfeiçoamento da análise, informação adicional de caracterização das respetivas condições nestes domínios. Sendo assim, as empresas são classificadas como grandes (GE), médias (ME), pequenas (PE) e micro (MIE); os indivíduos são identificados pelas respetivas profissões, pela situação na profissão e pela natureza do respetivo vínculo laboral quando se tratem de assalariados, a saber: patrões, independentes, assalariados estáveis ou precários. É importante reportar que o trabalho de campo conduzido em Bordéus se encastrava num outro, desenvolvido na região do Vale do Sousa, em Portugal, que permitia explorar as contiguidades das experiências dos ativos entre estes contextos, tendo sido precisamente a partir da dinâmica de trabalho estabelecida nesta região do país e do acompanhamento da atividade dos responsáveis da Autoridade para as Condições de Trabalho de Penafiel que foi possível interrogar as experiências de trabalho em Espanha (Queirós & Monteiro, 2019) e, no seu prolongamento, no outro lado dos Pirenéus. Para a análise que se segue, visou-se, explicitamente, o conhecimento das práticas desenvolvidas por diferentes categorias de agentes para enfrentar a crise vivida no passado recente no país e no setor e que dão conta da relação entre estratégias de reprodução social dos agentes e modalidades habitualmente pouco visíveis, ou mesmo quase invisíveis, de internacionalização da atividade económica com largo impacto nas vivências de quem as protagoniza.

Uma renovada e reconhecida vaga da presença portuguesa nos estaleiros da Construção em Bordéus

Em termos gerais, o setor da Construção viveu, no final do século XX, em Portugal, um processo de expansão que viria a conhecer, em termos de atividade e de emprego, perdas significativas, em particular depois da crise de 2007/2008, cujos efeitos mais visíveis se prolongariam, pelo menos, até 2014[3]. Como tivemos já

[3] A perda de emprego no setor foi continuada até 2014. Em 2015, o emprego retomou uma dinâmica de crescimento positivo. Para desenvolvimentos suplementares, ver novamente o capítulo 6 deste trabalho.

ocasião de salientar, num setor dotado de grande capacidade de mão de obra instalada, uma vez paralisado o mercado espanhol e a dinâmica do investimento no setor em Portugal, empresas e trabalhadores procuraram explorar outras estratégias e, entre estas, um segmento importante passou pela prospeção de novos mercados de trabalho na Construção para além dos Pirenéus. Como sabido, a França, ao longo do último século, tem constituído um destino muito relevante da emigração portuguesa (Arroteia, 1983, pp.55-62; Pereira, 2012). O lugar destacado da Construção nos processos migratórios dos portugueses neste país é também historicamente reconhecido (Sousa, 1972, 1973). Não descontando a importância do desenvolvimento, em Portugal, de projetos migratórios cada vez mais heterogéneos (Vidal, 2019, p.174)[4], nos anos posteriores à crise de 2007/2008, a emigração portuguesa para França, mesmo se sem a intensidade que caracteriza a procura de outros destinos (nomeadamente, o Reino Unido e a Suíça) e com um quadro de recrutamento em matéria de qualificações mais diversificado e reforçado do que no passado, voltou a assumir relevo acrescido (Marques, Góis, Candeias & Ferreira, 2019). Ainda que apenas mensurável de modo indireto, sabe-se que, não obstante uma tendência para a diversificação dos perfis socioprofissionais da população portuguesa que emigra para França, a presença de trabalhadores e de ativos ligados à indústria da Construção – historicamente densa numa região como a de Bordéus – reconquistou importância depois da crise económica de 2007/2008, tendo-se inscrito num quadro de estruturação mais compósito em matéria de deslocações internacionais. As autoridades responsáveis pela inspeção do trabalho em França, os responsáveis com funções de representação do Estado português junto das comunidades portuguesas na região de Bordéus e as próprias autoridades políticas locais francesas nos contextos mais marcados por estes processos são unânimes na identificação da importância destes movimentos.

Na perspetiva dos atores institucionais da região de Bordéus entrevistados no âmbito do presente trabalho, é relativamente clara a sequência de processos que esteve subjacente ao desencadear da mais recente presença portuguesa na região. As modalidades estabelecidas de desenvolvimento da atividade económica na indústria da Construção regional e os processos de recrutamento da respetiva mão de obra sofreram revezes significativos depois da crise de 2007/2008. O incremento da atividade construtiva desencadeado seguidamente realizou-se num quadro recom-

[4] É particularmente produtivo que se retirem consequências analíticas da seguinte afirmação: "(...) Uma das particularidades da emigração portuguesa contemporânea decorre da multiplicidade de destinos migratórios, que vão sendo acionados de acordo com o conjunto de oportunidades que emergem e se desenvolvem nos diferentes países de destino e cuja manutenção no tempo se encontra condicionada pela evolução deste mesmo conjunto de oportunidades e/ou pelo surgimento de estruturas migratórias alternativas" (Marques & Góis, 2014, p. 62).

posto, amplamente marcado pelo recurso à subcontratação[5], na sequência de despedimentos maciços realizados pelas empresas da Construção francesas e em ação na região; num tal processo, a presença "tradicional" de trabalhadores imigrantes portugueses na indústria regional viu-se, assim, complementada, de modo progressivamente mais complexo e mais visível, pela presença de empresas portuguesas (subcontratadas, empresas de trabalho temporário, empresas diretamente contratadas) e de trabalhadores portugueses nos estaleiros locais. Sem deixar de ter presente a grande importância de que se reveste o destacamento de trabalhadores em França[6], amplamente marcado pela atividade nesta indústria (Marques & Góis, 2014; Marques, Góis, Candeias & Ferreira, 2019), não raramente, segmentos não irrelevantes destes trabalhadores portugueses de extração recente na região passaram a ser assalariados de empresas francesas, criadas ou não por empresários portugueses. Com prioridades de ação bem estabelecidas em torno da regulação fiscal das empresas e do cumprimento das regras de proteção social de assalariados, os responsáveis pela Inspeção do Trabalho francesa reconhecem este cenário social:

> "(...) Bordéus, é uma cidade que tem tido muitas obras desde... (...) a partir de 2010, o número das prestações de serviços internacionais começou a ser (...) um pouco mais importante em Bordéus, e é verdade que, em comparação, com a nova região da Aquitânia, temos 50% de trabalhadores destacados que vêm em missão a Bordéus, principalmente no setor da Construção, com... muitos trabalhadores portugueses que vêm... principalmente de Braga... Então, tivemos empresas locais que o fizeram, que tiveram, através de um fenómeno de subcontratação, que recorreram a estas empresas portuguesas, que foi o primeiro passo. Depois tivemos outro fenómeno: tivemos empresas de trabalho temporário, portuguesas, que trouxeram empregados, é isso, então temos... empresas portuguesas que destacam empregados em PSI [prestação de serviço internacional] e empresas de trabalho temporário, portuguesas, que enviam empregados para diretores franceses. Agora há empresas portuguesas que trabalham em lotes diferentes diretamente, que já não são subcontratantes, mas que conseguem tomar mercados diferentes, de facto, em Bordéus (...)."
>
> (A. A., Diretor da Inspeção do Trabalho francesa)

[5] Para desenvolvimentos suplementares sobre os efeitos da subcontratação na indústria da Construção no Reino Unido, consultar os estudos de Harvey (2001, 2003). Ver também Hillebrandt (1992).

[6] Para uma análise exclusivamente dedicada ao destacamento de trabalhadores Portugueses na indústria da Construção francesa, ver o anexo dois deste capítulo.

"Porque, em Bordéus, há uma comunidade portuguesa forte, e mesmo nas empresas sediadas em Bordéus, há muitos empregados portugueses declarados em empresas em França, até... há uma ligação... E depois há a proximidade: também não estamos muito longe, geograficamente... há muitos voos diretos, agora, Porto [risos], que também favorece..."

(D.B., Inspetor do Trabalho francês)

Os responsáveis do Consulado Geral de Portugal em Bordéus traçam um quadro de leitura em tudo semelhante a este. Bordéus e os municípios envolventes – na atualidade, mais estes últimos – são um contexto de forte implantação portuguesa, associada a um recrutamento com raízes regionais em Portugal bem conhecidas dos representantes do Estado português em França. De igual modo, a presença portuguesa nos estaleiros da Construção regionais, assim como a recomposição das respetivas gerações e dos constrangimentos a que esta pode estar sujeita são também acompanhadas de perto por estes representantes:

"(...) Nós temos a nossa comunidade muito espalhada nestas cidades à volta de Bordéus – Cenon, Villenave, Lormont, Saint-Eulalie, Bègles –, aí está a maior parte da nossa comunidade portuguesa, que nos anos 60 estava no centro histórico de Bordéus, na *Place Saint-Michel* com os espanhóis e, a pouco e pouco, foi-se alargando e afastando, foi substituída pelas comunidades magrebinas e essas próprias comunidades magrebinas também se foram alastrando e, hoje em dia, esse bairro tradicional da emigração portuguesa está ocupado, sobretudo, pela comunidade de Leste. E os portugueses foram alargando à volta de Bordéus e a presença deles, hoje em dia, é notória: toda a gente sabe que há uma grande presença da comunidade portuguesa aqui. Que é, aliás, muito bem vista e muito apreciada pelas autoridades locais, seja aqui em Bordéus, seja nas outras cidades. Porque é considerada uma comunidade muito bem integrada, muito ordeira, muito pacífica, que participa e que soube adaptar-se à vida social francesa. Portanto, não há… nunca ouvi críticas em relação à comunidade portuguesa. As autoridades francesas têm muito apreço pelos nossos compatriotas, porque não suscitam problemas, não criam qualquer tipo de confrontos – há sempre casos isolados, não é, mas, quer dizer, no geral, são comunidades muito bem aceites. (...) A maior parte da comunidade portuguesa nesta região é do Norte. Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo, a maior parte deles são dessa região. (...) Eu acho que é aquela coisa de vem um e telefona para o primo, que traz a tia, que traz o amigo, foi um bocadinho… é um bocadinho efeito bola de neve. Quando começa a haver emigração, há um… foi o que aconteceu nos anos 60-70, quando veio a primeira vaga de emigração começaram a dizer para casa: «Olha viemos, já arranjamos emprego, estamos a ganhar xis (...).» É comum, em certas jurisdições, as comunidades portuguesas serem de uma mesma região de Portugal. Neste caso, é de Arcos de Valdevez, se for para os Estados Unidos, há comunidades que são todas elas Açores."

(Responsável A, Consulado Geral de Portugal em Bordéus).

"Portanto, desde o ano 2000 e, sobretudo, (...) depois de 2008, essa presença [portuguesa] ainda veio a intensificar-se por causa da crise que se verificou em Portugal e a procura de mercados externos para planear, portanto, essa crise e essa falta de atividade em Portugal. (...) Eu diria que [entre] os empresários que cá estão tem aqueles que são da primeira, segunda geração, e aqueles que chegaram mais recentemente e que vieram, precisamente, derivado à crise que se verificou em Portugal e aproveitando, nomeadamente, aquela possibilidade de destacamento profissional de mão de obra, portanto, foi a esse nível sobretudo que se verificou a maior empresa nestes últimos anos. (...) A primeira [geração] chegou, praticamente, portanto, ainda dentro daquele período dos Trinta Gloriosos, não é, em que havia uma grande procura de mão de obra; estes últimos tiveram que fazer face a uma concorrência muito maior do que a primeira geração. (...) Concorrência, quer a nível local, não é? Portanto, de outras empresas já existentes, mesmo da própria comunidade quer, por exemplo, a nível de empresas que vinham do Leste europeu, da Roménia, da Polónia e mesmo empresas que vinham da Turquia. (...) porque houve no início, enfim, há uns quatro ou cinco anos atrás, uma grande obra que teve a ver com a LGV, que é a linha de grande velocidade do TGV, que permitiu fazer com que Paris e Bordéus ficassem a duas horas de distância. Houve muitas empresas portuguesas que vieram para essa obra. E algumas delas aproveitaram essa experiência para, precisamente, criar uma estrutura local. (...) Muitos desses trabalhadores acabaram por trazer a sua família; só que é assim, a situação não é a mesma. (...) a concorrência e, enfim, e até... o próprio mercado de trabalho não é o mesmo do que o dos anos 60-70. Portanto, há uma certa dificuldade porque, em termos económicos, [com] um só trabalhador, enfim, o agregado familiar, dificilmente consegue, entre aspas, viver aqui em França. (...) Estão logo condicionados por uma regra que se impõe aqui em França que é: para qualquer alojamento tem que ter, pelo menos, três vezes de rendimento líquido relativamente ao valor da própria renda."

(Responsável B, Consulado Geral de Portugal em Bordéus)

Tudo aponta, por isso, para que a renovada presença portuguesa nos estaleiros da indústria da Construção na região seja informada por propriedades específicas, largamente configuradas em torno de uma movimentação laboral dotada de um ritmo próprio, que se define, para um segmento dos trabalhadores, em torno de um ciclo de trabalho de três semanas e de um regresso a Portugal com uma pausa de quatro dias. Estruturado, pelo menos para a maioria dos trabalhadores envolvidos nestes processos, em movimentos de carrinhas das empresas entre os dois países, este ritmo possui grande importância, em matéria inspetiva para as autoridades do trabalho francesas, pelas exigências que coloca no domínio do cumprimento do horário e das leis de trabalho. Um dos responsáveis da Inspeção do Trabalho francesa anteriormente citado descreve, com pormenor, a lógica da configuração do ritmo da atividade das empresas e dos assalariados portugueses nesta indústria na região:

> "As empresas portuguesas que trabalham em Bordéus têm turnos de três semanas para a construção. Ou seja, durante três semanas você tem um empregado... português, que vai estar num coletivo de trabalho, que vai trabalhar por horas, e, depois de três semanas, ele vai ter na sexta-feira, sábado, domingo, segunda-feira, quatro dias, onde eles se organizam, geralmente com veículos da empresa para fazer a estrada – alguns, aviões, mas não é ... não é a maioria.... – eles voltam quatro dias, então eles fazem um fim de semana longo, e voltam por três semanas. Por outro lado, durante estes quatro dias, a obra continua e os outros funcionários, eles, eles, eles... *voilà*, temos ciclos de trabalho de três semanas, *voilà*, é ... isso é realmente, no setor da Construção, é realmente, é assim que eles trabalham."
>
> (A. A., Diretor da Inspeção do Trabalho francesa)

Representação cuja génese não deve ser dissociada das recomposições do campo da construção civil francês e que – como demonstra Nicolas Jounin na análise que consagra a este assunto tanto no estudo anteriormente citado (Jounin, 2009, pp. 210-214), como no depoimento que se apresenta em anexo a este texto – tem uma história, não linear, que articula dinâmicas de precarização com categorias de entendimento étnico do trabalho, estes trabalhadores "portugueses" são, assim, tidos pelos representantes institucionais ouvidos como "sérios e que cumprem bem e rapidamente". A partir da prática da subcontratação, as empresas e uma mão de obra portuguesas, com origem regular em contextos específicos do Norte de Portugal, desenvolvem uma modalidade de deslocação de tipo "vaivém" com raio e tempo muito alargados, afirmando-se nos estaleiros da região. Para o mesmo responsável da Inspeção do Trabalho francesa anteriormente citado, sendo acompanhado nesta interpretação por muitos dos entrevistados com atividade nas instituições locais e regionais interrogados, em Bordéus, a atividade na indústria da Construção é significativa e deverá prolongar-se por muito tempo; o lugar da (sub)contratação de empresas portuguesas e de empresas francesas controladas por portugueses e dos respetivos trabalhadores nacionais neste processo é, assim, compreensível (mesmo se, na atualidade, este lugar não é imune a um exame crítico por parte de concorrentes em função de possíveis práticas de *dumping* social, a que as autoridades estão atentas e que justificam uma vigilância muito intensa da parte destas):

> "Então, estaleiros por todo o lado, carteiras de encomendas, nós temos estaleiros que vão durar vinte anos, em Bordéus, nós temos... ao longo do cais, temos o distrito do Atlântico Norte que desponta do terreno, nós comparamo-lo ao bairro *La Défense* em Paris, um centro de negócios, são vinte anos de construção, é isso mesmo. Por outras palavras, as empresas que lá estão sabem que, durante vinte anos, há coisas a construir, há edifícios a construir, pelo que acabámos por ficar com empresas locais que foram criadas, mas que já não tinham mão de obra suficiente para satisfazer essas

encomendas e esses mercados, ou seja, essas mesmas empresas que identificámos, todos os diretores de que estamos a falar continuam a ser os mesmos. Eh, vejam, eles pediram a estas empresas que já não têm empregados – nós temos empresas que só tinham... como dizer... como dizer... como dizer... uh... um engenheiro, um técnico, que já não tinha mão de obra – estas empresas francesas eh, *voilà*, pediram maciçamente às empresas portuguesas para terem subcontratação. Então, inicialmente, as empresas portuguesas forneciam mão de obra, mas... percebemos que as empresas tinham um verdadeiro *know-how*, e não era só mão de obra, depois eram realmente todas as entidades, todos os ofícios que diziam respeito à indústria da Construção, eh *voilà*!"

(A. A., Diretor da Inspeção do Trabalho francesa)

As autoridades políticas locais francesas nos contextos de maior implantação portuguesa conhecem também pormenorizadamente as incidências desta renovada presença de portugueses nos estaleiros da Construção da região. Com atividade política próxima junto da comunidade portuguesa local, que não é irrelevante no seu reconhecimento político, Fernanda Alves está atenta às dinâmicas de relacionamento social que envolvem os portugueses. Em linha com os diagnósticos que se ouvem da parte dos responsáveis do Consulado – "eles [os portugueses] estão muito unidos nas festas das associações e as associações são muito ativas", considera o primeiro dos responsáveis do Consulado entrevistado –, Fernanda Alves conhece o significado da atividade na Construção dos portugueses, sublinhando, em particular, a importância do associativismo português em França e de um certo enquadramento social que este realiza de pelo menos parte destes movimentos de entrada na região através dos estaleiros. A reflexão em torno do papel das associações não negligencia a relevância que estas detêm no próprio acesso ao trabalho:

"E hoje em dia essas pessoas que não tem cá as famílias, muitos que não tem cá famílias, a primeira coisa que eles fazem é ir ter com as associações. Mesmo à procura de emprego, eu encontrei muita gente, às vezes, na festa das castanhas, nas festas das vindimas, na... num arraial, num festival de folclore, onde essas pessoas, o que é que elas procuram? E qualquer um de nós, não é, você chega a um país onde dizem: «Olha, há uma associação portuguesa.»; você não conhece ninguém, desloca-se à associação portuguesa e tenta... fala-se português, logo a língua já é, é pra matar as saudades mesmo assim. (…) E, pouco a pouco, vão criando também este ambiente, esta sociedade com todos, e convivem; muitos inscrevem-se já na associação, ficam sócios. (…) Depois, ... uma senhora: «Ah, ando à procura de emprego.» ou (…) «Olha, eu precisava de um obreiro pra trabalhar nas obras, na construção civil.», «Ah, eu tenho um amigo que precisa.» É assim que funciona. E isso é bom e devemos muito às associações e louvar o trabalho que eles fazem porque qualquer associação é voluntariado; e estão ali as portas abertas pra ajudar a comunidade, inclusive muitos chegam à associação, várias vezes chegavam pessoas ou... familiares já, ou pessoas à procura de emprego

ou de alojamento, falavam e o presidente ou qualquer um dizia: «Olha, eu...», davam o meu contacto e eu recebia aqui as pessoas. (…) Ou ligava-me o presidente e dizia: «Olha, Fernanda, podes eh… tenho assim uma pessoa que precisa de ajuda, podes ver se consegues ajudar? (…) "

(Fernanda Alves, vereadora de cidade de Cenon, nos arredores de Bordéus, de origem portuguesa, emigrada em França desde 1989 e responsável por Gabinete de Apoio ao Emigrante do Estado Português)

Em suma, tudo indica, portanto, que, na indústria da Construção da região de Bordéus, a crise de 2007/2008 tenha também sido ultrapassada com recurso a uma recomposição significativa do quadro de estruturação da atividade económica no setor, que, entre um importante conjunto de obras públicas de grande impacto, passou pela intensificação, por parte das empresas em atividade na região, do recurso à subcontratação. Entre outros processos, as empresas em apreço encontraram nas empresas portuguesas, nas empresas francesas entretanto fundadas por portugueses e na mão de obra nacional por estas mobilizada, ainda que de modo não exclusivo, uma solução expedita para as necessidades que encontravam. No mundo dos estaleiros da Construção regional, na perspetiva dos atores institucionais entrevistados – inspeção do trabalho francesa, representantes do Estado português e autoridades políticas locais –, uma nova vaga de migração protagonizada por empresários e trabalhadores portugueses, que se envolvem, por necessidade económica, prolongadamente no trabalho sem instalarem as suas famílias e estabelecem movimentos de "vaivém" com ritmo e raio alargado com o Norte de Portugal, afirmou-se de modo perene.

Caixa 16.2. «Uma família exemplar que chegou de Portugal»

A viver em França desde os 16 anos, para onde veio em 1989 depois da vinda do pai, Fernanda Alves nasceu em Paredes de Coura e é vereadora, com pelouro, no Município de Cenon, na envolvente da cidade de Bordéus, sendo também responsável por um Gabinete de Apoio ao Emigrante do Estado português. A história da "família exemplar que chegou de Portugal" que tem para contar é bem reveladora não apenas dos enraizamentos sociais da presença migratória nacional em França – a atividade na Construção para o marido, as limpezas para a esposa –, mas também das prioridades da mediação política por si realizada: resolver situações legais exigentes e encontrar escola para o filho do casal. Em todo o caso, pelo que representa enquanto convergência da mobilidade laboral com a mobilidade familiar, tão pouco presente nos percursos dos ativos na Construção descobertos no âmbito desta investigação, este depoimento da vereadora é também ele um bom revelador, e por contraste, exemplar:

" (…) Eu tenho uma família exemplar que chegou de Portugal, veio o pai primeiro trabalhar numa empresa (…). Veio para aqui para trabalhar quando [fizeram] o TGV Paris – Bordéus (…). E eh... tinha uma boa situação, pouco... queria trazer pra cá a esposa e o filho, e tentou; meses depois arranjou um apartamento aqui (…). (…) quando arranjou o apartamento mandou vir a esposa e o filho pra cá. É claro que ele tinha uma banca, era uma banca portuguesa que ele ia lá, e um dia a falar com um banqueiro, acho que falou que trazia a esposa, que precisava de... – que não sabia como é que ia fazer, que a esposa ia chegar e o filho ia prá escola, – e ele disse onde morava e, claro, que o banqueiro é um amigo meu, ou conhecia-me, disse: «Olha, vá ter com a vereadora portuguesa, talvez ela te possa ajudar.» E foi... foi uma história muito bonita porque eu recebi aquelas pessoas aqui e eh... o rapaz e a senhora, e fez[-se] o estudo, livro de família, porque hoje é preciso ter um livro de família onde se inscreve tudo – temos a sorte que o Consulado de Portugal é o único consulado onde fazem ainda os livros de família, onde se inscreve o casamento, e... – e eu aqui (...) eu inscrevi-lhe o filho no colégio, eh... arranjei-lhe um médico de família, porque é preciso um médico de família, consegui fazer o livro no Consulado, consegui (...) contacto pra arranjar emprego, e … três meses depois, eu, eh, estava fora numa reunião e a minha secretária ligou-me e disse: «Oh, senhora vereadora, tem aqui uma senhora [que] queria muito urgentemente falar consigo, e um rapazinho.» E eu disse: «Olhe, eu estou a chegar a Câmara, vou já.» Não sabia, não disseram o nome. E é engraçado que esse miudinho chegou aqui e [es]tava com uma orquídea na mão. (...) É, e eu fiquei ali...e eh...a mãe quase a chorar, e diz ela, e sentou-se aí e o menino queria oferecer-me uma orquídea, e eu disse: «Por que queres me oferecer esta orquídea?» «Porque eu já estou na escola, tenho boas notas, os professores gostam muito de mim.» – porque eu meti num colégio onde falava português, tinha aulas de português, que ele queria – eh, hoje é um rapaz que tem diploma, já está no liceu, a senhora já é responsável numa empresa de limpeza, compraram, já compraram casa em Cenon, tinham apartamento alugado e agora já compraram casa, e... isso; eu, pra mim, é uma família exemplar, eh... e orgulhei-me muito disso (…). Há aquelas [histórias] tristes onde as famílias tiveram que voltar para o país porque... não se conseguia, mas também há boas histórias."

(Fernanda Alves, vereadora de cidade de Cenon, nos arredores de Bordéus, de origem portuguesa, emigrada em França desde 1989 e responsável por Gabinete de Apoio ao Emigrante do Estado Português).

Procurar e tecer relações de confiança nos estaleiros da indústria da Construção em Bordéus

A observação dos momentos críticos que estão subjacentes à construção da entrada nos estaleiros de Bordéus nas trajetórias dos agentes envolvidos nestes processos, reconstituídas no quadro do presente estudo, permite identificar as respetivas relações com os ciclos económicos no setor e a relevância das inscrições sociais em que estes se definem, dando conta do significado de que se reveste a criação de uma rede de encontros sociais baseada na confiança nos estaleiros locais. Tributária da capacidade de ação própria dos principais posicionamentos na hierarquia socioprofissional estabelecida nas empresas e nos estaleiros, a formação deste quadro de relações sociais obedece a algumas regularidades que importa também esclarecer.

Ainda que varie consoante a natureza e a dimensão da empresa, a ação dos empresários na construção da entrada nos estaleiros é, a vários títulos, crucial. Se as grandes empresas portuguesas também presentes na região constroem a sua entrada ao abrigo de mecanismos formais próprios do setor – a começar pelos concursos –, sabe-se que as dinâmicas da subcontratação são muito atuantes localmente e que o interconhecimento, aliado a conhecimento técnico e rapidez se revelam como elementos particularmente valorizados na altura de tomar decisões entre empresários. Uma parte relevante do trabalho de empresários (médios, pequenos ou micro) passa por estar atento a oportunidades e contactos. As redes de conhecimento dos empresários portugueses são, a este nível, particularmente influentes para o desencadear de trabalhos. Para que tais redes sejam eficazes, a confiança na mão de obra e a reputação construída entre empresários e responsáveis de obra é também decisiva. De igual modo, e face ao considerável esforço que o Estado francês desenvolve em matéria de inspeção das condições de trabalho nos estaleiros e de cumprimento da legislação laboral, desde logo da relativa ao destacamento de trabalhadores, sabe-se, entre empresários e trabalhadores, que uma das modalidades de afirmação na atividade industrial na Construção no país passa, frequentemente, pelo equacionar de um passo decisivo materializado na abertura de uma empresa em França, que garanta um regime mais facilmente controlável das relações salariais perante a inspeção do trabalho. Para que este se concretize, o apoio legal e contabilístico é particularmente determinante e a reunião de pessoas de confiança nestes domínios também – algo tanto mais relevante quanto o domínio do francês se revele limitado, o que reforça ainda mais a necessidade de ter em quem confiar.

Francisco C. trabalha em Bordéus desde 2009, para onde veio, depois de ter trabalhado em Portugal e em Espanha. Um conterrâneo – do Marco de Canavezes – foi o responsável: "dero-le os meus contactos". A proposta de salário, para en-

carregado, era "tão ridícula, que eu ri-me", mas rapidamente a competência se viu reconhecida e, de encarregado, Francisco C. passou, com algum risco financeiro pessoal e familiar, a proprietário de uma pequena empresa que, com o tempo, evoluiu para mais de sete dezenas de trabalhadores, "80% deles do Marco de Canavezes" – todos eles assalariados da empresa francesa que constituiu, com a ajuda de um contabilista e de uma secretária franceses, para se libertar de complicações com os destacamentos:

> "Não é o meu lema, eu ou ando direito ou então, ou estou quieto. Eu, se um dia vir-me atrapalhado com a empresa, mais depressa a fecho do que ir arranjar soluções que se calhar não são soluções, são mais problemas."
>
> (Francisco C., proprietário de PE, 44 anos)

Bem inserido no campo da Construção de Bordéus ("uma pessoa quando se tá na arte, no meio, vai-se apercebendo das coisas, pois, e agora muitos conhecimentos, eu conheço pessoas mesmo da alta em Bordéus"), a confiança que tem no pessoal recrutado no Marco de Canavezes é reforçada pelas garantias que este lhe dá de um trabalho bem feito, uma garantia que retribui, ocupando-se de lhe assegurar residência adequada em França ("Eu todos os meses pago 15.000 euros, mais ou menos, de rendas") e um ritmo de trabalho compatível com a necessidade de um regresso mensal às famílias deixadas em Portugal. Homem de convicções firmes construídas no negócio e na gestão de grandes coletivos de trabalhadores, tem como outro lema não partilhar as obras com outras empresas subcontratadas: "Ou faço tudo, ou não faço nada"; "Eles não se dão, os trabalhadores [de empresas diferentes] nunca se dão."

Os posicionamentos superiores, intermédios e técnicos na hierarquia socioprofissional dos estaleiros possuem também uma relevância específica construída em torno de um quadro de relacionamentos sociais recíprocos. Para a implementação de processos tecnicamente mais exigentes e para a própria gestão do trabalho quotidiano no estaleiro, o reconhecimento teórico e prático da competência de quem coordena trabalhos e ações é da maior importância. Admitindo que nas empresas de menor dimensão a presença de profissionais portugueses altamente qualificados é menos visível, é sobretudo entre encarregados gerais e encarregados que se polarizam tais reconhecimentos. As mediações por estes construídas no quotidiano de trabalho são, assim, decisivas e amplamente dependentes da palavra dada (ainda que esta também possa falhar).

Com 33 anos, Abel é natural de Lousada, com casa em Valongo, onde tem residência com a sua mulher. Com formação profissional na área da mecânica, começou a trabalhar aos 16 anos, como mecânico de automóveis, mas ingressou,

aos 17 anos, numa das grandes empresas da Construção do país, por via do contacto de um colega junto de um encarregado. Iniciava, assim, um percurso profissional que o levaria, logo de seguida, a Espanha e, mais tarde, à Suíça. Tendo exercido funções de chefe e de encarregado, Abel é, agora, condutor de máquinas em Bordéus – "mas não tenho medo de [trabalho de] trolha" -, sendo particularmente sensível à palavra dada no desenvolvimento do trabalho: a vinda para Bordéus deveu-se também a um encarregado, que lhe deu conta da existência de uma empresa de portugueses; contudo, e tal como já lhe acontecera na Suíça, "disse uma coisa e afinal era outra". "Enganado" relativamente ao seu futuro trabalho, a sua situação chegou ao conhecimento dos seus atuais patrões, que lhe redirecionaram o serviço. Depois de um curso de manobrador de máquinas e de uma primeira incursão, sete anos antes, por Bordéus, regressou à mesma empresa e aos patrões que o acolheram, sendo um manobrador "encartado" – mas "faço tudo". Quanto aos patrões, "Eles gostam de mim", "são padrinhos". O enraizamento social da mobilidade de trabalho que desenvolve é, nesse sentido, claro: "Se for para outro país, sem conhecer pessoal, já não vou."

Os quadros de reciprocidade e de confiança sociais são também preponderantes na definição do quotidiano dos agentes que ocupam os posicionamentos mais elementares da hierarquia socioprofissional documentada entre os portugueses que identificámos em Bordéus. Os quadros em apreço configuram-se, neste último caso, em torno de uma grande dedicação ao trabalho, sustentada por jornadas muito intensas, vividas, por quem as protagoniza, num registo focado, que origina uma cultura laboral fundada em retribuição pelo trabalho prestado – "o esforço tem de compensar" -, mas também em exigência e muita severidade na avaliação permanente de força física e de competências (Reimer, 1979, pp. 24-42) e no próprio tratamento quotidiano entre pares – esconjurados, de modo mais ou menos recorrente, com brincadeiras, humor, linguagem e obstinação característicos (Lüdtke, 2000, pp.63-88). Tais quadros de reciprocidade e de confiança sociais contribuem, assim, para produzir e/ou reproduzir esta cultura laboral, tornando suportável a distância ao país e viabilizando uma paradoxal condição de *trabalhador migrante de longa duração* que se estrutura no afastamento do país de destino e, em muitos casos, na própria recusa subjetiva da situação de "imigrante" neste. A configuração social responsável pela intensidade do trabalho assim construída constitui-se, material e simbolicamente, como uma espécie de dínamo que responde não apenas aos objetivos económicos ditados pela gestão da obra, mas alimenta-se também quotidianamente da vontade de regresso provisório a casa por parte de quem trabalha: como assinala Abdelmalek Sayad, "A ideia de regresso está intrinsecamente contida na denominação e na própria ideia de emigração e de imigração" (Sayad, 2006, p.137). Importa, contudo, ter também presente que este é um quadro inevitavelmente contraditório de grande exigência física, social e emocional. Se um

núcleo significativo dos agentes operários entrevistados no âmbito da presente pesquisa parece participar desta lógica, conformando-se ao seu teor, fazendo, como é habitual nestas regiões do espaço social, da necessidade virtude (Bourdieu, 1979, p.443), não deverá esquecer-se que nem todos se adaptam a uma tal lógica.

Belmiro tem 43 anos e é de Penafiel. Assalariado com vinte anos de empresa, "o mais antigo", acompanhou os patrões quando estes, também de Penafiel, no auge da mais recente crise económica em Portugal, optaram por ir à procura de novos mercados em França. Nunca estivera fora do país e a experiência em Bordéus dura há sete anos, tantos como aqueles que a empresa francesa dos patrões portugueses tem aqui. Com reduzido interesse expressivo, a que uma certa gaguez não é alheia, Belmiro é discreto, mas está permanentemente atento ao que lhe dizem. Começou como calceteiro pouco antes de fazer 15 anos e, três meses depois, "fui logo para a trolhice", por intermédio de patrões vizinhos, como é habitual na sua região de origem, mantendo-se, desde então, no ofício. Homem de confiança de patrões e de colegas, o "oficial" da pequena empresa e do coletivo operário em que trabalha, Belmiro é o exemplo paradigmático do trabalhador focado – "trabalho-casa, casa--trabalho" -, funcionalmente adaptado às missões a cumprir na obra todos os dias, sem que as deslocações mensais a casa, em Portugal, lhe causem transtorno. Como Belmiro, muitos outros.

Prospeção de mercados, coordenação de negócios e de trabalhos, autoridade e planeamento do trabalho no estaleiro, reciprocidade cúmplice aferida por disponibilidade para o trabalho no cumprimento atempado de tarefas, eis dimensões da atividade de patrões, encarregados e operários portugueses *migrantes de longa duração* em Bordéus que se revelam definidas em torno de uma reiterada procura de práticas de confiança estruturadas em torno de uma pertença laboral, nacional e linguística comuns: "A construção representa o nicho étnico por excelência: os laços entre trabalhadores e proprietários da co-etnia fornecem o mecanismo pelo qual a informação é circulada, as competências são obtidas e os contactos adquiridos" (Waldinger, 1995, p.577, tradução própria). Uma tal procura da confiança envolve, pragmaticamente, outros grupos nacionais presentes no estaleiro e declina-se em modalidades que são função de relações de dominação com configurações diferenciadas, estruturadas em torno das hierarquias profissionais no estaleiro. Sem entrar numa análise que permita esclarecer algumas das implicações destes últimos processos – e que, constituindo uma outra pesquisa, podem, não obstante, ser aferidas mais diretamente com a leitura da intervenção de Nicolas Jounin que se anexa a este estudo -, os três percursos que seguidamente se apresentam permitem aprofundar um pouco mais o conhecimento da configuração dos processos de construção social da confiança em causa entre os agentes que protagonizam estes processos nos estaleiros de Bordéus estudados.

Um empresário, pela estrada fora, à procura de gruas em abundância

Perante as dificuldades vividas pela empresa que tinha no setor da Construção em Portugal, em 2008, Rui S., 44 anos, natural de Penafiel e com atividade numa pequena empresa na área envolvente e no Grande Porto, toma uma decisão que lhe mudaria a vida. Antecipando, literalmente, aquele que seria o caminho de muitos daqueles que trabalhavam no setor, parte, de automóvel, solitariamente, pela estrada fora. O objetivo era internacionalizar a atividade da empresa que fundara com o seu irmão aos 21 anos e, para esse efeito, Rui parte de Portugal à procura de cidades onde se vislumbrassem gruas em abundância – o sinal que, como é hábito entre profissionais do setor, esperava encontrar para descobrir atividade na construção. Passou Portugal, atravessou toda a Espanha, então já plenamente em crise, e só parou em Bordéus, onde encontrará abundantemente as procuradas gruas. Ao descobrir as palavras "da Silva" no exterior de um estaleiro de obra parou e dirigiu-se a esta; o estaleiro estaria, seguramente, a cargo de um português e essa seria a garantia de que precisava. Ofereceu os seus serviços e estes foram aceites, primeiro, informalmente. Rapidamente percebeu, contudo, que sem o recurso à abertura de uma empresa em França, dificilmente vingaria no país. Com o apoio de um contabilista francês recomendado, organizou o seu novo destino no país:

> "(...) Em, há, em 2008, houve aquela grande crise, que, que nós também não ficamos alheios a ela… E por, não por, não por falta de trabalho, sim, havia pouco trabalho, mas nós até tínhamos, mas por falta de pagamento. (...) Nós tivemos a necessidade de sair daqui e eu fui pa França trabalhar com a empresa que tinha aqui. Só que não funciona, nem em subempreitada, aquilo é muito controlado, funciona, mas tem muitas normas específicas, as quais eu, eu não as tinha. Por exemplo, tinha que ter pessoal a trabalhar aqui para poder tra, também trabalhar lá. Então, deu-se a necessidade…. Deu-se a necessidade, deu-se a necessidade de mão, de fazer uma empresa lá em França, que temos lá há dez anos. Pronto, começamos, fazemos a nossa empresa, começamos a trabalhar, ah, aquilo começou a funcionar bem…. Aquilo, foi fácil, eu arranquei daqui, arranquei daqui de Portugal com essa ideia de arranjar alguma coisa em, em Espanha. Ou, ou França. Saí daqui de, de, peguei no carro… (...) E, ao passar a Bordéus, vi que havia lá muito movimento de con, de construção civil. Você sabe como é que, como é qu' os empreiteiros vêm? (...) É as gruas, as gruas no ar é sinónimo que há muito trabalho, não é? A gente olha, vê uma grua ou não vê nenhu. (...) E lá em Bordéus tinha muitas. E até hoje ainda continua a ter. E eu, pronto, parei lá e fui, e fuie… bater à porta. (...) Fui lá à obra. Tava a obra a trabalhar e eu entrei. Entrei, pedi, que queria falar com o patrão, sabia que era, vi que era «da Silva», era português."
>
> (Rui S., proprietário de PE, oriundo de Penafiel, 44 anos)

A eficácia da competência interacional gizada no estaleiro – e da confiança em que esta se suporta – é bem evidente na descrição da negociação que se estabelece entre Rui S. e o gerente da obra que o recebe naquela ocasião crítica e que corresponde, em termos práticos, à atualização de disposições apuradas ao longo de uma trajetória profissional iniciada aos 14 anos, depois de abandonada a escola no sexto ano, e de um percurso no setor feito de promoções rápidas e de transições entre grandes empresas – um percurso que começara, primeiro, numa empresa de alta-tensão e que se consumara, logo depois, numa ida, também solitária, para Lisboa para trabalhar numa das grandes empresas do setor na época no país:

> "Eles começaram a falar co, comigo em construção civil, pronto, quem, quem perceber sabe logo que sa, o que é qu' eu estou a falar. (...) Quando eu faço uma entrevista a alguém pra, para a gente, pronto, eles não me conseguem enganar. É muito difícil, tem, tem, tem de ter muito treino para me enganar. Os meus funcionários se me quiserem enganar têm de saber muito, porquê? Eu digo assim: «Quer, quer vir trabalhar pra mim? O que é que tu sabes fazer?», «Ai, eu faço tudo.», «Ok, tudo bem. Anda cá então!» Eu faço meia dúzia de perguntas, sei logo s' é verdade s' é mentira. E, e eu, o homem também sabia bem do que é que estávamos a falar. Estávamos a falar os dois da mesma língua, como se costuma dizer, e ele arranjou lá um trabalhito, mas muito mal pago, mas meu amigo, era melhor que nada."
>
> (Rui S., proprietário de PE, oriundo de Penafiel, 44 anos)

Nos quatros meses que se seguem, Rui S. convence os seus trabalhadores a deslocarem-se para o novo estaleiro em França, ocupa-se, como é habitual no setor, de lhes arranjar acomodação e alojamento ("eles não pagam a dormida nem a comida") e persiste, com o mesmo método baseado no contacto direto nos estaleiros – mesmo sem falar, inicialmente, francês -, na procura de trabalho. Essa procura de trabalho e a nova organização da empresa em França garantem-lhe serviço e atividade que lhe permitem permanecer no país, especializando-se, depois da participação em grandes obras, na construção de casas individuais. Envolvendo riscos, a procura de trabalho assim construída alicerça-se na demonstração de competência técnica, no cumprimento de prazos e objetivos que garantem respeito mútuo e confiança entre as partes envolvidas nas relações (sub)contratuais que assim se gizam:

> "Entretanto, eu pus lá os homens e fui a, atrás da, de trabalho melhor, né? E não saí de lá, fiquei lá a tomar conta deles, levava-os, levava-os de manhã e ao meio-dia levava-os a almoçar e à noite ia buscá-los, mas, mas não ficava na obra. Ia ber o que, o que é que eu podia arranjar melhor. E, ah e pronto. Arranjei, tinha de arranjar, havia muito, tinha de arranjar. Não sei, ah, coisinhas pequenas e tal, e eu, e já fiz lá grandes obras, e hoje não faz porque não quero. Prefiro fazer muitas pequenas que grandes, poucas

> grandes, mas já fiz lá obras de milhões, lá em França, e agora faço casas individuais. (...) Andava nas obras, não ia ao escritório, às vezes encontrava as pessoas responsáveis, pedia pa falar com o, c' os responsáveis, informava, eu dizia que andava atrás de trabalho, para desenrascar e tal, e, e, ah, uns não davam, outros prometiam, uns diziam logo simplesmente que não, ah, que tinham que ter alguém que tivesse muita confiança, outros diziam: «Oh, pá, passe mais tarde, pode ser?» e outros diziam: «Sim, senhor, vamos correr o risco.», correram o risco e eu ainda hoje trabalho… E, ah, ainda hoje trabalho com eles. Se eu le dizer, se eu le dizer a eles que, que me vou embora, eles são capaz de vir atrás de mim nem que seja até aqui, porque há, pronto, eu tenho muito respeito por eles, porque eles me aceitaram, ah, de certa forma, aceitaram assim: «Olha, vamos, vamos, vamos experimentar.»… Mas eles também têm muito respeito por mim… Porque sabe que nós fazemos o melhor que podemos e que sabemos e, e, e cá, aqui não há cá, não há cá manobras, manobras indesejadas."
>
> (Rui S., proprietário de PE, oriundo de Penafiel, 44 anos)

A relação de confiança estabelecida com os clientes encontrados nos estaleiros é também parte integrante da relação construída no interior da empresa, desde logo, com o seu irmão, que se ocupa da gestão do quotidiano no estaleiro, mas também com os restantes assalariados, que levou todos de Penafiel. "Homens da minha confiança", os assalariados da empresa desempenham um papel crucial no dia a dia do estaleiro, pois não só garantem o cumprimento das tarefas previsto como enquadram também os homens que trabalham em subempreitada (trabalhadores temporários) a que a empresa tem de recorrer. Da cerca de dezena de homens que constitui o corpo assalariado da empresa, apenas um levou a família para França. Todos os outros se deslocam mensalmente a Portugal, ao abrigo do ritmo de trabalho de três semanas habitual entre os trabalhadores portugueses nos estaleiros da região. As garantias dadas pelo trabalho realizado pelos assalariados da empresa – cumprimento de prazos, limpeza, qualidade – justificam plenamente o modelo de trabalho gizado; tais garantias facilmente se consumam como características dos "trabalhadores portugueses", a que as categorias nativas de representação do trabalho nos estaleiros são amplamente sensíveis: nas obras, " (...) Com os meus funcionários, eles conhecem-me bem, e eu conheço-os bem a eles e aquilo funciona às mil maravilhas e assim não há, não há dúvidas, é, eles sabem o que é que eu quero, e sabem… (...) Os portugueses são, são, eh, conhecidos em França como o, o melhor povo a trabalhar."

Um encarregado em ação

José Carlos é encarregado geral, nascido em Baião, em 1976, no interior do Distrito do Porto. Cresceu, tudo o indica, com os seus avós, agricultores. Assim que completou o sexto ano de escolaridade, começou a trabalhar, tinha 12 anos.

Começou como ajudante de pedreiro e como pintor, sem declarar a atividade perante as autoridades. Vizinhos e amigos conhecedores do ofício abriram-lhe as portas de outra empresa do setor em Portugal: "E foi as únicas empresas que tive em Portugal, foi essas duas. Foi até aos 18." Com 18 anos aventurou-se para o estrangeiro, solitariamente, de avião, para Frankfurt, na Alemanha, onde permaneceu até aos 23 anos. O exemplo da experiência dos tios motivou-o: "tenho tios meus que tiveram na Suíça, na Rússia, no Iraque. (...) Foram pró estrangeiro e vieram ricos". A Alemanha "era, na altura, era o país [que] estava a pedir mais trabalho... pás obras" e a conversa com os amigos no café em Portugal foi suficiente para o convencer e para organizar todo o processo. Sempre acompanhado pelos colegas portugueses, na empresa onde se ocupou a fazer fachadas em pedra nunca precisou de aprender alemão. Num dos regressos semestrais que fazia a Portugal conheceu a namorada, que se tornaria sua mulher; foi pai (de "um moço", quatro anos mais tarde de um outro) e voltou a fixar-se no país. Aqui ficou durante um ano a trabalhar na Construção, para voltar, depois, a sair. A necessidade de dinheiro assim o ditava – a mulher, operária fabril têxtil, ganhava pouco, trabalhava muito e quantias substanciais eram dedicadas ao pagamento da ama do filho.

Por volta do ano 2000, lê no jornal que uma empresa de trabalho temporário procura operários para a Islândia. Na sequência de uma entrevista que teve lugar no Porto, José Carlos é contratado como chefe de equipa e desloca-se, durante seis meses, para a Islândia ("sempre me dei bem com o frio"). No seu regresso a Portugal realiza novos contactos ("cunbersas de cafés" no Marco de Canavezes) que o levam a entrar na rede de empresas onde permanece até à atualidade. O empresário, espanhol, para quem trabalha tem três empresas de Construção em Portugal, Espanha e França. José Carlos começou por trabalhar em Espanha, onde esteve como encarregado geral de obra, cerca de treze anos, e onde aprendeu a falar bem espanhol. Pamplona, Zaragoza, Cádiz ou Valencia são algumas das cidades em que trabalhou.

Em 2016, veio trabalhar para a empresa francesa do grupo do seu patrão e desempenha, nesta, as mesmas funções de encarregado geral. Bordéus é uma de várias cidades onde, agora, tem trabalho. Circula diariamente entre os estaleiros no carro da empresa, com o seu motorista e intérprete, tendo ao seu cargo um trabalho decisivo que passa pela condução de 53 homens. Especializada na realização de estruturas em betão, a empresa está plenamente inserida no quadro de contratação e de subcontratação habitual no setor, sendo o seu pessoal constituído maioritariamente por portugueses: "Se queres que te diga 99% são português." Fica instalado, em boas condições, numa das cinco moradias que estão arrendadas para acolher os assalariados da empresa. As condições de apoio prolongam-se no estaleiro, onde o pessoal tem equipamentos adequados à sua disposição. As tarefas laborais diárias, bem superiores às sete horas de trabalho previstas na legislação

laboral francesa, exigem muito ao corpo e à mente e justificam aquelas condições. A falta de homens para trabalhar obriga a um planeamento cuidado do trabalho diário e a uma repartição imaginativa da mão de obra à disposição: faltam "enconfradores, ferrageiros, trolhas…"

As visitas a Portugal são feitas a cada uma ou duas semanas, por terra, numa carrinha da empresa. Mas a repetição destas deslocações também provoca cansaço e aumenta a vontade de regressar a Portugal: "Para vós veres o que é a vida dum português. (...) Como nós, há milhões!" A instalação definitiva em França com a família seria a solução mais óbvia para a pressão constante a que o quotidiano está sujeito, mas a barreira linguística e a itinerância do trabalho tornam esta solução difícil de implementar. O regresso ao seu país de origem é, assim, o horizonte que tem definido, mas há dinheiro para ganhar entretanto. O projeto em França tem, por isso, tempo marcado. Assim que o filho mais novo atinja a maioridade e se possa lançar no mundo do trabalho (o mais velho já se encontra em Espanha, a trabalhar na Construção), regressa à terra natal para "desfrutar um pouco da vida", porque, até agora, "juntei dinheiro para eles [filhos]." Refletindo, interroga-se:

> "Por isso é que andamos, porque é que andamos no estrangeiro? (...) Você se tivesse lá em baixo [em Portugal], vocês sabem que não dá. (...) Se queremos ter alguma coisa na vida. Temos qu' andar por fora. (...) Eu, no meu ponto, num quero ficar rico. (...) Não me sai o *Euromilhões*, quero acabar o, que meu filho acabe, tem que ser maior de 18 e que vá trabalhar e depois eu arranco pa Portugal. (...) Para mim e para mulher ganho pra mim. (...) Venho-me embora, na França ganho muito dinheiro lá, só que num... (...) Não, pa convivência com os amigos. Os anos que nós perdemos de vida. (...) Os anos que nós perdemos de vida a andar aqui no estrangeiro. (...) No, nós chegamos lá não conhecemos nada. (...) boltar, boltar a conviver com a gente, conhecer o ambiente da nossa terra, nós somos da nossa terra, não sabemos o qu' é a nossa terra."
>
> (José Carlos, Encarregado geral, ME, estável, Marco de Canavezes, 42 anos)

De trabalhador independente em Portugal a assalariado em França: Um *maçon* há sete anos fora do país, na mesma empresa

David tem 43 anos, é originário de Penafiel, "da cidade mesmo, sou só eu o único (…) o resto é tudo da bouça", diz para se destacar, brincando, dos colegas que integram a sua equipa de trabalho em Bordéus. Começou a trabalhar com 15 anos, na terra de origem, na sequência da conclusão do sexto ano de escolaridade. A data de setembro de 1990, desse começo, está bem viva na sua memória: "não havia tempo para estudar." Esse início e os sete anos seguintes fizeram-se numa grande empresa, uma "empresa mundial", com cerca de 400 pessoas. Nesta oca-

são, conhecia já os patrões atuais, vindo a trabalhar com estes, de seguida, durante três anos. Contudo, viria a estabelecer-se por conta própria no fim deste último período. Durante treze anos, trabalharia em Portugal, especificamente no Norte do país. Decide, nesta altura, concluir o nono ano de escolaridade, frequentando, "por necessidade", o ensino noturno: "Quando se está como trabalhador independente, tem que se adaptar (…) tem que se adquirir conhecimento, tirar o curso de informática, o de TIC, foi mesmo por necessidade." Os antigos patrões, no final deste período, a iniciarem o seu trabalho em Bordéus, insistem com David para se juntar a eles no exterior, mas, como tinha muito serviço, recusou sistematicamente esta proposta. Contudo, e tal como se ouve de muitos dos seus colegas:

> "…a partir de 2010, 2011, o serviço abrandou, como diz o bom português, é muitos cães ao mesmo osso, e a questão do... orçamentava, ou seja, os valores com que se concorria às obras baixaram muito, caso que, às vezes, era impossível, não, não chegava pá despesa. Mais vale pôr o orgulho de parte e... e continuar."
>
> (David, pedreiro, PE, estável, Penafiel, 43 anos)

É, pois, nesta ocasião que decide aceitar a proposta dos antigos patrões e ir para Bordéus trabalhar. Pela primeira vez na sua vida de trabalho, com 36 anos, decide sair do país: "É a primeira vez que estou fora, já lá vão… faz dia três de janeiro sete anos." A gestão da distância à família, constituída pela esposa, dois filhos e um neto (foi pai aos 20 anos), não foi e não é fácil: "É duro mais ao fim de semana." Em todo o caso, a vida faz-se com adaptações sucessivas e as deslocações mensais a Portugal ajudam. No trabalho, em Bordéus, "O meu ofício? Aqui, atualmente, é *maçon*, denomina-se pedreiro"; neste encontrou uma forma muito diferente de organizar as atividades e métodos de trabalho, uma forma mais "fácil" – uma leitura que é recorrente entre muitos dos trabalhadores da indústria da Construção nacionais na região -, que se revela também mais rápida, prática e tecnicamente mais versátil do que em Portugal:

> "É… o país é diferente, a cultura é muito, muito diferente da nossa, mas muito mesmo. Trabalhar é mais fácil… sem ligar à cultura daqui e à língua daqui, mais vale trabalhar aqui que em Portugal. (…) não é tanto tempo preso num local, estar ali três, quatro, cinco meses. (…) todo o material aqui permite que a mão de obra seja mais rápida. (…) as técnicas são mais fáceis do português adaptar."
>
> (David, pedreiro, PE, estável, Penafiel, 43 anos)

Se bem que a adaptação ao trabalho tenha sido bem-sucedida, uma cultura "muito diferente", a comunicação noutra língua – "foram complicados os primei-

ros três, quatro meses, usava língua gestual" -, e a própria gastronomia – "Eles aqui só comem verduras, e um português gosta de comer bem [risos]" – traduziram-se em exigências física e intelectualmente relevantes na inserção de David no trabalho em Bordéus. É bem evidente, contudo, que a confiança nos patrões e na equipa de trabalho desempenham, para David, um papel ativo e estruturante da sua presença, simultaneamente permanente e temporária, em França.

Uma interpretação sociológica final: O estaleiro em França, a confiança e a recriação *sui generis* da autoctonia

A sociologia sublinha há muito tempo a importância de laços sociais com diferente força na estruturação de condutas com impacto económico e social alargado (Granovetter, 1973). Não ampliando a reflexão epistemológica subjacente a tais sublinhados, há pelo menos garantias, baseadas em investigação sociológica substantiva, de que a exploração analítica e metodológica criativa do modo como tais laços se estruturam em diferentes domínios da atividade económica fornece quadros heurísticos para o aprofundamento do conhecimento sociológico disponível. Muitos dos empresários, encarregados e operários portugueses entrevistados no âmbito da presente pesquisa enfrentaram a crise posterior a 2007/2008 com recurso a uma intensificação muito significativa da prática habitual da itinerância que os caracterizava, que os conduziu à região de Bordéus, em França. A procura e a experiência de trabalho entretanto desenvolvidos por este conjunto de migrantes portugueses de longa duração a trabalhar na indústria da Construção desta região estruturam-se em torno do que se poderá qualificar como uma tentativa de construção, eminentemente social (Bourdieu, 2017), de um mercado de trabalho baseado em mecanismos pessoais de cooptação (Jounin, 2009, p.121, 212; Thiel, 2012, p. 133, 141, 146), prolongando e investindo de propriedades renovadas tais mecanismos.

Não obstante a força dos preços e dos orçamentos na determinação das possibilidades de ação no estaleiro e da própria tensão em matéria de negociações que lhes estão subjacentes (Rooke, Seymour & Fellows, 2004), tudo aponta para que, no dinâmico, diferenciado e desigual mundo da subcontratação, os agentes aqui retratados procurem estabelecer os fundamentos de um capital de conhecimentos técnicos e sociais fundado numa prática de recriação *sui generis* da autoctonia (Retière, 2007; Renahy, 2010), mesmo quando esta se estrutura, por força de uma intensa mobilidade física, em quadros que envolvem grande distância relativamente à sociedade de origem mas também na própria sociedade de destino. Vinculada, será sempre importante lembrá-lo, a resultados económicos e técnicos – que estes agentes, para sobreviver pragmaticamente no mercado da subcontratação, procuram assegurar (Steiger, 1993) -, e ainda que, provavelmente e nesta fase, me-

nos sensível a processos de desestruturação de ofícios e de modos autónomos de planear o trabalho em curso noutros contextos de trabalho da indústria da Construção (Ness, 2009), a atividade no estaleiro assim desenvolvida parece estar fortemente configurada em torno de práticas de reciprocidade e de estabelecimento de confiança mútua, estruturadas – de um modo aberto, reconheça-se – em torno de universos sociais, culturais, linguísticos e até espaciais de pertença comum.

Não ignorando os "enganos" (Ditton, 1977) a que as modalidades de estruturação de negociações sobre as mais diversas formas de contrato podem estar sujeitas neste quadro, desde logo, entre portugueses, tudo aponta para que os agentes envolvidos nestes processos tenham procurado desenvolver um quadro de competências práticas e simbólicas informado pela intensidade do trabalho e pela capacidade de confiar na possibilidade de indivíduos, de equipas e de micro, pequenas e médias empresas lhe corresponderem convenientemente: se essa intensidade é alimentada pelos constrangimentos económicos e técnicos da obra, não se deve negligenciar a importância dos próprios ritmos regulares de regresso a casa, em Portugal, na respetiva indução. Sem esquecer o desgaste físico, social e emocional a que estes processos estão sujeitos, importará reconhecer, por fim, que as gruas que se vislumbram na paisagem de Bordéus parecem, assim, estar sustentadas socialmente numa complexa e intrincada rede de agentes eficientes (Bourdieu, 2000) a operar a partir dos estaleiros, que muitos dos nossos entrevistados ajudam a construir e em cujo universo de competências se têm vindo a formar.

Referências Bibliográficas

Arroteia, J. C. (1983). *A Emigração Portuguesa: Suas origens e distribuição*. Lisboa: Biblioteca Breve/ Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Baganha, M. I., Marques, J. C. & Góis, P. (2002). Sector da Construção e Obras Públicas em Portugal: 1999-2000. *Oficinas do CES*, *173*, 1-35.

Bennett, J. (2011). *Construction the Third Way: Managing co-operation and competition in Construction*. London: Routledge.

Bourdieu, P. (1979). *La Distinction : Critique sociale du jugement*. Paris : Minuit.

Bourdieu, P. (1994). Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la recherche en sciences sociales*, *105*, 3-12.

Bourdieu, P. (2000). *Les Structures Sociales de l'Économie*. Paris : Seuil.

Bourdieu, P. (2017). *Anthropologie Économique : Cours au Collège de France 1992-1993*. Paris : Seuil.

Burawoy, M. (2009). *The Extended Case Method: Four countries, four decades, four great transformations and one theoretical tradition*. Berkeley: University of California Press.

Coleman, T. (1965). *The Railway Navvies: A history of the men who made the railway*. Harmondsworth: Hutchinson.

Cremers, J. & Janssen, J. (2006). *Shifting Employment: Undeclared labour in construction industry*. Rotterdam: Antenna.

Ditton, J. (1977). Perks, Pilferage and the Fiddle: The historical structure of invisible wages. *Theory and Society*, *4*, 39-71.

Dubois, V. (2014). Ordem institucional, ordem interaccional e ordem social: Administrando o bem-estar, disciplinando os pobres. *Cadernos de Ciências Sociais*, *27*, 53-66.

Eccles, R. (1981a). Bureaucratic verses craft administration: The relationship of market structure to the construction firm. *Administrative Science Quarterly*, *26*(3): 449–469.

Eccles, R. (1981b). The quasifirm in the Construction Industry. *Journal of Economic Behaviour and Organisation*, *2*, 335-357.

Foster, C. (1969). *Building with men: An analysis of group behaviour and organisation in a building firm*. London: Tavistock.

Fournier, P., Hatzfeld, N., Lomba, C. & Muller, S. (2008). Introduction: Étudier le travail en situation. In A-M. Arborio, Y. Cohen, P. Fournier, N. Hatzfeld, C. Lomba, & S. Muller (Eds.), *Observer le Travail: Histoire, ethnographie, approches combinées* (pp.7-27). Paris: La Découverte.

Goffman, E. (1983). The Interaction Order: American Sociological Association, 1982 Presidential Address. *American Sociological Review*, *48*, 1-17.

Granovetter, M. (1973). The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology, 78*(6): 1360–1380.

Harvey, M. (2001). *Undermining construction: The corrosive effects of false self-employment*. London: Institute of Employment Rights.

Harvey, M. (2003). The UK: Privatisation, fragmentation and inflexible flexibilisation in the UK Construction Industry. In G. Bosch & P. Philips (Eds.), *Building chaos: an international comparison of deregulation in the construction industry*. London: Routledge.

Hillebrandt, P. M. (1992). La diversification des entreprises de construction en Europe. In E. Campagnac (Ed.), *Les Grands groupes de la construction: De nouveaux acteurs urbains?* (pp. 49-59). Paris: L'Harmattan.

Jounin, N. (2009). *Chantier interdit au public: Enquête parmi les travailleurs du bâtiment*. Paris: La Découverte.

King, R. (2012). Theories and Typologies of Migration: an overview and a premier. *Willy Brandt Series of Working Papers in International Migration and Ethnic Relations 3/12*, Malmo Institute for Studies of Migration, Diversity and Welfare, Malmo University.

Levitt, P. & Glick-Schiller, N. (2004). Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society. *International Migration Review*, *38*(145), 595-629.

Lüdtke, A. (2000). *Des ouvriers dans l'Allemagne du XXe siècle: Le quotidien des dictatures*. Paris: L'Harmattan.

Marcus, G. E. (1995). Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, *24*, 95-117.

Marques, J. C., Góis, P., Candeias, P. & Ferreira, B. (2019). França, *OEm Country Reports*, *5*, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL, DOI: 10.15847/CIESOEMCR052019.

Marques, J. C. & Góis, P. (2014). A emigração portuguesa contemporânea e o Estado: uma Nação dispersa, um Estado longínquo. *População e Sociedade*, *22*, 55-71.

Monteiro, B. (2014). Portuguese construction workers in Spain: situated practices and transnational connections in the European field of construction (2003-2013). *Construction Labour Research News*, *2*, 8-32.

Ness, K. (2009). Not just about bricks: the invisible building worker. In A. Dainty (Ed.), *25th Annual ARCOM Conference, 7-9 September 2009*. Nottingham: Association of Researchers in Construction Management, *1*, 645–654.

Pereira, V. (2012). *La Dictature de Salazar face à l'émigration. L'État portugais et ses migrants en France (1957-1974)*. Paris: Presses de Sciences Po.

Pinto, J. M. (2018). Trabalho e trabalhadores da Construção Civil: Recapitulação de resultados e novas hipóteses de investigação. In S. Gomes et al. (Eds.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas* – Homenagem a Manuel Carlos Silva. (pp. 391-413) Famalicão: Humus.

Pinto, J. M. & Queiroz, M. C. (1996a). Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na Construção Civil. *Sociologia. Problemas e Práticas*, *19*, 9-29.

Pinto, J. M. & Queiroz, M. C. (1996b). Qualificação profissional e desqualificação social na construção civil. *Cadernos de Ciências Sociais*, *19-20*, 41-85.

Queirós, J. & Monteiro, B. (2019). Entre ici et là-bas: Notes de recherche sur l'émigration en Espagne d'ouvriers portugais du bâtiment". In V. B. Pereira & Y. Siblot (Eds.), *Classes sociales et politique au Portugal: Pratiques du métier de sociologue* (pp. 155-189). Vulaines-sur-Seine: Ed. du Croquant.

Queiroz, M. (2003). Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa: o caso dos operários da Construção Civil do Nordeste de Portugal. *Sociologia*, *13*, pp. 19-55.

Reimer, J. (1979). *Hard hats: The work world of construction workers*. London: Sage.

Renahy, N. (2010). Classes populaires et capital d'autochtonie. Genèse et usage d'une notion. *Regards Sociologiques*, *40*, 9-26.

Retière, J-N. (2007). Autour de l'autochtonie. Réflexions sur la notion de capital social populaire. *Politix*, *16*(63), 121–143.

Rooke, J., Seymour, D. & Fellows, R. (2004). Planning for claims: An ethnography of industry culture. *Construction Management and Economics*, *22*(6), 655–662.

Sayad, A. (2006). *L'Immigration ou les paradoxes de l'altérité. 1. L'illusion du provisoire*. Paris: Raisons d'Agir.

Silver, M. (1986). *Under construction: Work and alienation in the building trades*. Albany: State University of New York.

Sousa, A. T. (1972). Os trabalhadores portugueses na Região de Paris: condições de habitação e de trabalho. *Análise Social*, *33*, 11-78.

Sousa, A. T. (1973). Trabalhadores portugueses e sindicatos franceses na região de Paris: contribuição para o estudo das suas relações. *Análise Social*, *39*, 508-551.

Steiger, T. L (1993). Construction Skill and Skill Construction. *Work, Employment & Society*, *7*(4), 535-560.

Stinchcombe, A. L. (1959). Bureaucrats and Craft Administration of Production: A Comparative Study. *Administrative Science Quarterly*, *4*(2): 168-187.

Thiel, D. (2010). Contacts and Contracts: Economic Embeddedness and Ethnic Stratification in the London Building Market. *Ethnography*, *11*(3): 443–71.

Thiel, D. (2012). *Builders: Class, Gender and Ethnicity in the Construction Industry*. London: Routledge.

Thiel, D. (2014). Ethnography and Flux: Identity and Epistemology in Construction Fieldwork. In S. Pink, A. Dainty & D. Tutt (Eds.), *Ethnographic Research in The Construction Industry* (pp. 73-90). London: Routledge.

Vidal, D. (2019). Financiarisation du social et formes d'appartenance. Les émigrants portugais em France et la crise de 2008. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, *35* (1&2), 171-190.

Waldinger, R. (1995). The 'other side' of embeddedness: A case study of the interplay of economy and ethnicity. *Ethnic and Racial Studies*, 18(3), 555-580.

Anexo 16.1 – Os Portugueses como representação étnica da dureza do trabalho na indústria da Construção em França

Nicolas Jounin

«As obras são um trabalho de merda, e o homem que o inventou é português». Esta frase não é minha, mas é dum operário Congolês numa obra em Paris. A minha apresentação trata dessa frase e de todas as outras que dizem a mesma coisa, pronunciadas por centenas de trabalhadores da construção civil que encontrei lá na França.[7] Vou tentar explicar porque muitos trabalhadores têm essa representação, a partir da análise da história e do presente das relações de trabalho nas obras francesas.

Essa tentativa de explicação baseia-se principalmente num trabalho de campo na construção civil realizado na primeira metade dos anos 2000 na região de Paris. Fiz sessenta entrevistas com trabalhadores e empregadores das profissões ligadas ao trabalho do betão (carpinteiros [operários que são encarregados da forma das obras de betão], armadores [que fazem e colocam a armação de ferragem no betão], operários sem qualificação) e uma observação participante de 12 meses entre 2001 e 2004: três meses numa escola profissional, quatro meses e meio em diferentes obras como estagiário (carpinteiro e armador), e quatro meses e meio como empregado temporário em outras obras (operário sem qualificação e armador).

A minha apresentação tem quatro pontos: primeiro, uma história breve da entrada dos trabalhadores Portugueses na construção civil francesa; segundo, os tipos de discriminação que existem atualmente e reforçam a posição dos Portugueses nas obras; num terceiro ponto, descreverei uma obra clássica, a sua divisão do trabalho e os aspetos étnicos dessa divisão, e o lugar particular dos Portugueses naquela configuração; e num quarto ponto, voltarei às frases do tipo "as obras são um trabalho de merda, e o homem que o inventou é português" para tentar explicá-las.

História da entrada dos trabalhadores Portugueses na construção civil francesa

Vou citar um mestre português a respeito dessa história. Ele tinha mais de 50 anos de idade quando o encontrei, em 2005. O que significa que ele começou a trabalhar na construção civil francesa no fim dos anos de 1960. Ele disse, cito:

[7] Nota do organizador: o presente texto corresponde a uma versão, revista por Virgílio Borges Pereira, da intervenção originalmente efetuada em Português pelo autor no Seminário *Building Europe: Portuguese migration and the European construction space in the 21st Century*, realizado a 4 de Dezembro de 2014 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

"Quando cheguei, a situação não era boa entre os Portugueses e os Árabes. Porque os Árabes estavam lá desde há muito tempo. Já estavam na França. E os Portugueses tomaram o lugar. Mas sempre trabalhámos juntos, sem racismo. (…) Talvez as empresas nos dessem mais oportunidades. Acho que é isto mesmo. Acredito que um patrão, quando há um jovem português, e de outro lado um Árabe, ou mesmo um não-Árabe... Naquela época, era assim. Porque lembro que havia bons operários árabes. E um operário medíocre português, foi ele mesmo que subiu. As formações eram para os Portugueses. Não sei porquê..."

Este testemunho tem semelhanças com outros. Os dados estatísticos mostram o mesmo:

1) A migração argelina começou a ser intensiva desde os anos de 1950, enquanto a migração portuguesa começou realmente nos anos de 1960. Então, muitos Argelinos entraram na construção civil antes dos Portugueses.
2) Quando houve uma grande queda da atividade na construção civil nos anos de 1970, muitos empregos desapareceram. Os empregos dos estrangeiros foram especificamente alvos das supressões, entre os quais mais especificamente os empregos dos Argelinos.
3) Ainda assim, os Argelinos que ficaram nas empresas foram alvos de discriminação. Um trabalho estatístico sobre a lista dos operários duma grande empresa da construção civil, no início dos anos 2000, mostrou que, embora os operários argelinos fossem os mais antigos operários da empresa, eles tinham uma qualificação e uma remuneração menos elevadas do que os Portugueses e os Franceses. Os Portugueses tinham também uma remuneração e uma qualificação um pouco mais elevadas do que os Franceses, mas temos de ter em conta o facto de os Franceses serem muito menos antigos na empresa (e uma parte deles serem filhos de migrantes Portugueses seguindo o caminho dos seus pais).

Mas os dados estatísticos não são suficientes para perceber essas mudanças. Porque os dados estatísticos, para serem construídos e explorados, precisam dum quadro claro e único. Podemos construir dados estatísticos ao nível dum ramo económico ou duma empresa, mas as transformações da construção civil a partir dos anos de 1970 fazem com que esse tipo de operação fabrique dados muito parciais. Enquanto essas mesmas transformações mudaram as hierarquias entre os trabalhadores, e nomeadamente das hierarquias étnicas.

A partir dos anos de 1970, primeiro houve uma queda da atividade. Muitas empresas de tamanho médio desapareceram. As empresas que ficaram tornaram-se grandes empresas, que se chamam hoje *Bouygues*, *Vinci* ou *Eiffage* e têm agora muitas outras atividades (como sabem pelo menos no caso da empresa *Vinci* que

comprou os *Aeroportos de Portugal*). Segundo, houve uma lei, em 1973, sobre o despedimento, que proibiu uma prática muito frequente na construção civil, o despedimento no fim da obra. De repente, as empresas tinham que guardar os seus trabalhadores, mesmo que a obra fosse terminada.

As grandes empresas responderam por meio duma estabilização da sua mão de obra, mas só uma parte da sua mão de obra. Um núcleo de trabalhadores ficou nas empresas que dirigem as obras (em França, chamamos a essas empresas, "empresas gerais"): são principalmente mestres e alguns operários qualificados. No entanto, os outros trabalhadores das obras tornaram-se assalariados de empresas subcontratadas ou de emprego temporário. Então, o coletivo de trabalhadores foi dividido entre um núcleo e uma periferia. Os trabalhadores do núcleo têm que fazer o seu trabalho, mas também fiscalizar o trabalho dos trabalhadores da periferia.

Na verdade, não há só uma divisão entre um núcleo único e uma periferia única. Há uma multiplicação dos núcleos e das periferias: a empresa geral tem o seu núcleo (que são os seus assalariados, mas, muitas vezes, dentro dos seus assalariados há um núcleo e uma periferia) e a sua periferia (os trabalhadores dos subempreiteiros e das empresas de emprego temporário); os subempreiteiros e as empresas de emprego temporário têm também os seus núcleos de trabalhadores que empregam num longo prazo enquanto os trabalhadores da periferia trabalham mais ocasionalmente; e cada mestre mesmo tem também o seu núcleo (que pode incluir empregados temporários) e a sua periferia.

Então, existe uma multiplicação que é também uma hierarquização dos estatutos dos trabalhadores nas obras.

Essa hierarquização tem a sua tradução étnica. Vimos mais cedo o caso duma grande empresa. Ao nível duma obra, existe a mesma lógica: os Franceses, e detrás os estrangeiros oriundos da Europa pertencem aos núcleos mais do que os estrangeiros oriundos da África. Nem todos os Portugueses atingiram esses núcleos, e muitos deles trabalham nas empresas subcontratadas ou são empregados temporários, ao lado de migrantes de África. Mas, nos núcleos, há menos migrantes de África e há mais Portugueses.

Embora os Portugueses fossem alvos de racismo e de discriminação, podemos formular a hipótese, como fez o sociólogo Albano Cordeiro, que beneficiaram do "pára-raios" da gente oriunda do Magrebe. Isto quer dizer que o racismo colonial continuou depois das independências. Mesmo que sejam discriminados como estrangeiros, os Portugueses foram apresentados pelo Estado como culturalmente mais próximos dos Franceses do que os Argelinos. Do ponto de vista do Estado, a força de trabalho argelina era puramente uma força de trabalho, enquanto os migrantes portugueses podiam ser encarados também como uma migração de povoamento, porque era a última migração europeia. Esse ponto de vista foi traduzido nas políticas migratórias: no início dos anos de 1960, as leis francesas eram mais

favoráveis à liberdade de circulação dos antigos habitantes do império colonial francês; mas, pouco anos depois, tornou-se cada vez mais difícil entrar e ficar na França, enquanto a migração portuguesa foi favorecida nomeadamente no âmbito de acordos com o Estado português.

O resultado pode ser lido num artigo do *Moniteur des travaux publics et du bâtiment*. Este jornal é considerado como a publicação de referência no setor. Em 1990, publicou pela única vez um artigo sobre os trabalhadores migrantes. Trata-se de um jornal destinado aos empresários e só empresários foram entrevistados. O artigo começa assim: "Os empresários não dizem que existe uma igualdade entre assalariados, qualquer seja a sua nacionalidade ou a cor da sua pele, mas dizem que existem diferenças de competências e ambições que são complementares." O artigo inteiro valoriza um modelo de relações sociais e étnicas que poderíamos chamar "juntos e desiguais", como se fosse uma inversão do famoso modelo "separados e iguais" da segregação norte-americana. Assim, um empresário citado diz que "Os Europeus aproveitam a sua situação hierárquica, em relação aos oriundos do Magrebe, mas estes últimos concordam, como se fosse, segundo uns e outros, uma ordem normal das coisas."

Os vestígios contemporâneos dessa história: Discriminações legais, indiretas e diretas

Hoje o mesmo processo continua, o que faz com que alguns Portugueses que não têm um emprego em Portugal possam pensar na migração, e achar mais facilmente um recrutamento em França, apesar da língua, do que em Portugal. Porque é que seria possível? Hoje, três tipos de discriminação fazem com que os Franceses e Portugueses acedam mais facilmente aos postos de operários da construção civil, especialmente os postos de operários qualificados ou mesmo de mestres.

1) Discriminações legais. Desde o início dos anos de 1990, no âmbito da Construção europeia, os Portugueses têm o direito de circulação e de instalação na França. Essa estabilidade cívica torna-se compatível com as características sociais exigidas aos trabalhadores nos núcleos. As empresas investem na formação desses empregados; esperam que eles sejam fiéis, leais e que fiscalizem o trabalho dos operários subcontratados e temporários. Esperam, então, uma estabilidade social que precisa duma estabilidade cívica.

   No entanto, nas periferias do coletivo de trabalho, os postos são precários e as condições de trabalho ainda mais duras. A fragilidade social e cívica dos trabalhadores aparece como uma vantagem, porque faz com que sejam mais obrigados de aceitar tais condições de emprego e de trabalho. São estrangeiros maioritariamente oriundos da África (do Magrebe e do

sul do Sahara), que ficam sem documentos durante um longo tempo ou têm autorizações de estadia precárias.

2) Discriminações institucionais indiretas. Nas empresas da construção civil, inclusive as de emprego temporário, o modo principal de recrutamento é a cooptação, o que quer dizer que as empresas pedem aos seus assalariados para eles trazerem outros assalariados. Muitas vezes, as qualificações parecem menos importantes do que uma tal recomendação. As empresas encontram duas vantagens nessa política de recrutamento: 2.1) uma economia na procura de mão-de-obra; 2.2) uma lealdade do trabalhador recrutado mais forte, porque se esse trabalhador fizesse uma coisa má para a empresa, envolveria também a pessoa que o introduziu. Ao mesmo tempo, permite aos trabalhadores que achem empregos para amigos ou membros da sua família. Esse tipo de recrutamento torna-se uma discriminação indireta porque aumenta a presença dos grupos que já têm um lugar no setor e, nomeadamente, reforça a presença nos núcleos dos grupos que já pertencem aos núcleos. Por exemplo, os operários não qualificados oriundos do Mali ficavam até dez ou quinze anos num posto de trabalho porque não havia pioneiros oriundos do Mali nos níveis superiores, enquanto tal não seria possível no caso dum Português.
3) Discriminações diretas. Quero abordar agora os preconceitos, os estereótipos que acompanham uma gestão étnica dos trabalhadores.
   Por exemplo, o diretor de recrutamento na grande empresa de que falei anteriormente (com os Argelinos menos qualificados embora sejam mais antigos) disse isto numa entrevista:

> "Acho que a gente oriunda do Magrebe não tem o mesmo modo de pensar do que, por exemplo, os Portugueses. O seu raciocínio não é o mesmo. (…) São indivíduos com dificuldades para se adaptar ao ritmo nas obras, porque há uma pressão bastante importante. Reduzimos os tempos de trabalho, mas é preciso produzir tanto como antes. Tem que fornecer muito trabalho em pouco tempo, pois tem que ser apressado. É verdade, um Português reage muito rapidamente, mesmo que possa fazer erros, mas ele reage muito rapidamente. Ele avança, sem refletir demasiado. Poderíamos dizer que é o contrário com o Magrebino, reflete demasiado antes de fazer coisas."

Assim podemos falar de discriminação, no sentido em que há uma associação entre a observação de um tratamento diferente e desigual (o que os dados estatísticos permitem verificar, no caso dessa empresa) e um discurso que justifica essa diferença de tratamento com preconceitos étnicos.

Esse tipo de discurso pode ser encontrado a todos os níveis de gestão da mão de obra: subempreiteiros, empresas de emprego temporário e mestres. Então, nesse discurso aparece uma hierarquia das origens e a crença segundo a qual podería-

mos deduzir das origens especialidades e características profissionais. Por exemplo, nas empresas de emprego temporário no início dos anos 2000, os Portugueses apareciam como os "reis" da Construção, mais particularmente pedreiros ou carpinteiros, operários muito qualificados que gostam do trabalho; os Argelinos seriam armadores, coléricos e sempre teriam reivindicações; os Malianos seriam operários não qualificados, dóceis e bastante estúpidos; os Franceses seriam operários qualificados, mas pretensiosos, alcoólicos e enraivecidos. Nem toda a gente acredita nesses preconceitos; mas todos têm que partilhar essas imagens, porque têm que respeitar os pedidos racistas das empresas quando estes acontecem. Esses preconceitos faziam parte do "saber" das empresas de emprego temporário. Podemos acrescentar também que, embora se apresentem como verdades eternas, esses preconceitos mudam quando, em simultâneo, muda a realidade que tentam perceber e controlar. Há quarenta anos atrás, o discurso sobre os Portugueses era muito desfavorável e tinha semelhanças com o discurso sobre os Malianos nos anos 2000.

Enfim, ao mesmo tempo que afirma descrever a realidade, esse discurso contribui para produção da realidade. Por exemplo, no caso dos Malianos, dizendo que eles só podem ser operários não qualificados, as empresas de emprego temporário dão-lhes só postos deste tipo, nos quais é mais difícil aprender e obter uma promoção. Sendo assim, esse preconceito funciona como uma profecia autorrealizada.

O aspeto étnico da divisão do trabalho

Na primeira metade dos anos 2000, uma obra na região de Paris apresentou uma imagem onde a divisão do trabalhou se juntou às categorias étnicas:

- Os engenheiros, muitas vezes jovens vindos duma escola, são franceses, nascidos em França. São empregados pela empresa geral, que dirige a obra.
- Os mestres, dirigindo a obra, têm muitas vezes mais de 50 anos. Foram operários. São empregados da empresa geral. Nasceram em França ou noutros países europeus, principalmente Portugal.
- Os chefes de equipa constituem o nível o mais baixo dos mestres. A maioria é assalariada pela empresa geral, alguns são trabalhadores temporários. A maioria deles são portugueses, alguns oriundos do Magrebe. Os chefes de equipas das empresas subcontratadas são mais frequentemente temporários e mais frequentemente do Magrebe.
- Os carpinteiros dependem da empresa geral. De uma obra para outra, de 40% até 80% deles são empregados da empresa geral, outros são trabalhadores temporários. A maior parte deles são portugueses.

- Os armadores trabalham obedecendo as ordens de uma empresa subcontratada. A maior parte dos chefes são portugueses, empregados diretos, enquanto os operários são temporários e do Magrebe (uma parte deles sem documentos).
- Os operários sem qualificação dependem da empresa geral, mas quase nunca são empregados dela, mas sim das empresas de emprego temporário. São oriundos principalmente da África do Oeste (Mali, Senegal), uma parte deles sem documentos.

Não são categorias completamente homogéneas, fechadas e estanques. Ademais, já naquela época, havia mudanças. No entanto, a associação da hierarquização dos trabalhadores e das origens era clara.

Nessa configuração, os Portugueses ocupam um lugar especial. São intermediários entre os que dirigem as obras e os outros operários. Embora os Portugueses sejam na maioria operários, o enquadramento das equipas, isto é o enquadramento o mais próximo é assumido principalmente por Portugueses. Por exemplo, no caso da grande empresa da qual estava a falar previamente, só 11% dos operários portugueses eram chefes de equipa. Mas, ao mesmo tempo, 67% dos chefes de equipa eram portugueses.

O chefe de equipa, na construção civil, tem um papel particular. Ao contrário de outros setores de atividade, as empresas da construção civil têm poucos meios de controlo e de objetivação do trabalho. Existem poucas máquinas, e as máquinas não podem impor um ritmo de trabalho como na indústria automóvel, nem existe um fluxo de clientes que mantém uma pressão como nos supermercados. Na construção civil, o resultado é coletivo, não pode ser dividido, pois é difícil distinguir e contar a contribuição de um ou outro operário. Na ausência de meios técnicos de objetivação do trabalho, o chefe de equipa assume este papel: dar ordens e observar, o dia inteiro, fazer relatórios sobre os trabalhadores, as suas capacidades e os seus envolvimentos.

Ademais, enquanto os engenheiros sabem como fazer, mas não sabem fazer, os chefes de equipa, que foram operários, conhecem bem a profissão e as batotas possíveis. Isto explica que a relação entre os operários e os chefes de equipa seja quotidiana, ambivalente e tensa, enquanto a relação com os engenheiros tem mais distância e menos tensão.

Os Portugueses vistos debaixo: Pequenos chefes encarnados etnicamente

Volto para a minha pergunta na introdução desta apresentação: porque é que tantos trabalhadores, que não são portugueses, criticam os Portugueses? Primeiro, ouçamos algumas dessas críticas racistas, mesmo que não sejam agradáveis:

> "Os Árabes são bem, são compreensivos, mas os Portugueses querem que faça da sua maneira, acreditam que sabem melhor do que você. É sempre a maneira mais difícil, mesmo que seja para uma coisa fácil. Os caralhos [palavra utilizada para chamar os Portugueses, porque os Portugueses utilizam muita essa palavra nas obras] acreditam sempre que conhecem o trabalho melhor do que outros."; "Os Portugueses estão sempre detrás de ti para olhar."; "Os verdadeiros racistas nas obras são os Portugueses."; "Eu tinha um chefe português [que], na semana passada, estava a beber de manhã, de tarde e estava a dizer: «Depressa! Depressa! Não! Venha aqui! Depressa! Depressa!» Os Portugueses são todos os mesmos."; "Se trabalhares com um Português e conheceres o trabalho melhor do que ele, está bem, pode ser integrado. Mas se não, ele atropela-te."; "Todos os Portugueses são cabrões. Estamos aqui para trabalhar, não correr. Mas eles fazem com que corras. É isto mesmo que faz com que o trabalho seja cansativo. Os Portugueses não se cansam!"

Etc. Tenho a acrescentar que nenhum desses comentários foi exprimido pelos operários depois duma pergunta sobre os Portugueses numa entrevista. Foram colhidos em situação, durante o trabalho, ou em entrevistas, mas a respeito duma discussão sobre as condições de trabalho.

Há que sublinhar, primeiro, que as críticas falam sempre do trabalho. Embora o racismo francês fabricasse muitos preconceitos ou brincadeiras sobre a suposta aparência física dos Portugueses ou os seus costumes, aqui essas frases generalizadoras e essencialistas tratam só das supostas características profissionais dos Portugueses.

O que é que se censura aos Portugueses? Que eles fiscalizem, controlem, deem ordens, imponham modos de fazer, e, às vezes, utilizem o racismo como um recurso de dominação... O que se atribui aos Portugueses é exatamente o que a organização do trabalho atribui aos chefes de equipa. Vimos que os Portugueses não são, na sua maioria, chefes de equipa; mas os chefes de equipa são, na sua maioria, portugueses. Este facto permite perceber o conteúdo dos estereótipos a respeito dos Portugueses. Todavia, não quer dizer que essas generalizações descrevam a realidade, porque seria esquecer essa grande parte, essa maior parte de operários portugueses que não tem nenhuma intervenção na organização do trabalho, nada impõem e não controlam ninguém, e que ficam invisibilizados pelo discurso sobre o suposto comportamento dos Portugueses. Mas esse tipo de discurso ocupa um espaço tão grande que é difícil para os operários portugueses exprimir a opressão que vivem eles também. Por exemplo, um operário português dizia a respeito dum chefe português que todos odiavam: *"é um racista, mesmo connosco"*, como se a linguagem das fronteiras étnicas fosse a único disponível para descrever relações de dominação.

Conclusão

Para concluir, gostaria de fazer algumas observações:

1) Primeiro, não abordei as atitudes dos próprios operários portugueses. Só falei das políticas do Estado e das empresas a respeito deles, e do discurso dos outros operários. Seria uma outra conferência, que precisaria de análises feitas com precisão, olhando para as diferenças de atitudes, ao contrário do discurso racista. Mas as atitudes constroem-se numa relação social, num espaço constituído por oportunidades ou fronteiras, probabilidades mais ou menos fortes.
   Quero dizer assim que um Português chegando hoje na construção civil em França entra numa profissão dura, mal remunerada, mas ele vê, ao mesmo tempo, outros Portugueses que atingiram níveis mais altos de qualificação. Ele pode, então, esperar promoções. Uma tal perspetiva faz com que adote mais facilmente as atitudes esperadas pela empresa. Ao mesmo tempo, outros trabalhadores oriundos do Magrebe ou do Mali podem pensar que as discriminações deveriam suscitar outras soluções, diferentes de uma promoção, para suportar a dureza do trabalho.

2) Segundo, nem todos os trabalhadores adotam uma visão étnica sobre as obras. Essa visão coexiste com outras, ligadas à profissão ou à classe social.

Anexo 16.2. – O trabalho destacado dos assalariados portugueses em França. O caso do setor da Construção

Jens Thoemmes

Este capítulo trata de uma mobilidade geográfica que é ao mesmo tempo comum e pouco conhecida. Esta mobilidade está relacionada com o trabalho e envolve a deslocação, pelo menos temporária, de uma força de trabalho de um país europeu para outro[8]. Trata-se do trabalho destacado, que não é migração nem passagem de fronteira, pois ocorre dentro de um espaço comum. Acompanhamos o caso dos trabalhadores portugueses destacados para França no setor da Construção. Estes trabalhadores portugueses trabalham geralmente para um empregador português que aceitou estaleiros de Construção propostos por empresas francesas (mandante). Explorámos esta complexa configuração triangular. Interessamo-nos pela profissão destes trabalhadores portugueses, pelo seu contrato de trabalho, pelas condições de habitação, pelo seu possível conhecimento do acordo coletivo em vigor e pela sua filiação num sindicato. Tratou-se também de conhecer o seu trabalho atual, a sua trajetória, as suas condições de chegada a França e as motivações que os levaram a partir, pelo menos temporariamente, dos seus países de origem. Examinámos as suas condições de vida em termos de horas de trabalho, salários, férias, saúde e as possibilidades de regresso periódico aos seus países de origem.

Questionámos a sua posição sobre a possibilidade de melhorar as condições de vida e reforçar os seus direitos. Os resultados desta análise são indiscutíveis. As condições de vida destes trabalhadores são muito difíceis, tanto em termos de salários, como em termos de habitação e de saúde. Estas condições de vida levantam o problema do cumprimento das regras de proteção em França, nomeadamente do Código do Trabalho e da convenção coletiva do setor. Mais genericamente, a evasão às regras em vigor, ou mesmo a fraude, faz parte de uma política europeia que abre a prestação de serviços ao espaço transnacional, favorecendo as regras laborais do país de origem, no nosso caso Portugal, e não as regras do país de destino.

O espaço europeu é caracterizado por regras laborais diferentes nos diversos países. Por este motivo, o trabalho destacado levanta um conjunto de questões que só agora começa a ser analisado pelas ciências sociais. Contudo, o destacamento

[8] Nota do organizador: O presente texto foi originalmente publicado em Francês, com o título "Le travail détaché. Le cas des salariés portugais du secteur de la construction en France". Les Mondes du travail, CEFRESS: Les Mondes du travail, 2014, pp.39-55. Ainda que a publicação tenha sido efetuada em 2014 e, entretanto, a realidade do destacamento de trabalhadores portugueses em França no setor da Construção continue em evolução, justifica-se a sua edição em língua portuguesa. A tradução foi efetuada por Virgílio Borges Pereira.

não é uma expressão desconhecida. Se, no senso comum, o destacamento significa um estado de alguém *que não se sente vinculado a algo* (Dicionário *Larousse*, 2012), na administração este termo refere-se a funcionários que deixam as suas funções habituais para se juntar a um órgão ou executivo diferente do seu trabalho original. Neste sentido, o destacamento é *a priori* uma mobilidade temporária e pressupõe, após um certo período de tempo, um retorno ao emprego original. Hoje em dia, a noção de trabalho destacado evoluiu consideravelmente. Esta noção faz parte das liberdades fundamentais garantidas pelo Tratado da União Europeia (UE). Um empregado é considerado "destacado" quando trabalha num Estado-Membro da União Europeia que é diferente do seu local de trabalho habitual. Por exemplo, uma empresa estrangeira pode enviar um dos seus empregados para trabalhar para uma empresa francesa. Trata-se, portanto, de mobilidade no contexto da prestação transnacional de serviços e não da migração clássica de um trabalhador que vem procurar emprego noutro Estado. A fim de proteger estes trabalhadores, a Diretiva Europeia 96/71/CE[9] descreveu uma base social mínima que garante os direitos dos trabalhadores destacados. Ao mesmo tempo, definiu os três tipos de situações que são cobertas no seu interior. Desde que a relação de trabalho seja mantida entre o empregador e o trabalhador durante o seu destacamento, pode ser 1) um contrato celebrado entre o empregador original e outro empregador no Estado de destino; 2) um destacamento para um estabelecimento do mesmo grupo localizado no território de outro Estado e 3) uma agência de trabalho temporário que contrate os serviços de um trabalhador para uma empresa localizada noutro Estado europeu. O conceito de trabalho destacado revela-se de grande complexidade jurídica, social e política, pois cristaliza os debates e as questões em jogo na construção da Europa. Na verdade, existem linhas muito ténues entre a legalidade do estatuto e a ilegalidade da sua aplicação num quadro concreto. Sem se oporem a regras legais e sociais, estas fronteiras abrem um espaço de regulação social criando regras de atividade eficazes que fazem lembrar a miséria da classe trabalhadora do século XIX. No entanto, ao contrário da situação dos trabalhadores indocumentados (Barron *et al.* 2011), trata-se aqui de uma mobilidade que beneficia de legitimidade social e legal, garantindo, em princípio, direitos mínimos aos trabalhadores. No entanto, as lacunas entre um quadro jurídico frágil e a sua aplicação conduzem a zonas cinzentas que fazem dos trabalhadores destacados uma mão de obra procurada pelos empregadores. Neste sentido, o trabalho destacado torna-se o trabalho daqueles que "ficaram de fora" da Construção europeia.

[9] Directive 96/71/CE du parlement européen et du conseil du 16 décembre 1996 concernant le détachement de travailleurs effectué dans le cadre d'une prestation de services. Journal officiel n° L 018 du 21/01/1997 p. 0001 – 0006.

Caixa 16.2.1. Nota metodológica

A nossa contribuição faz parte de uma investigação europeia que envolve cinco países (Bélgica, França, Alemanha, Suécia e Reino Unido). A pedido da Comissão Europeia, estudámos as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores destacados na Europa e as possibilidades de reforçar os seus direitos no dia-a-dia(*). Esta pesquisa piloto, que não poderia referir-se a nenhuma experiência anterior na área, baseia-se numa metodologia qualitativa, utilizando entrevistas, observações, fotografias e a exploração de literatura empresarial, sindical e especializada. Como parte desta pesquisa em França, realizámos 25 entrevistas (cada uma com duração entre 45 e 120 minutos), as quais foram gravadas e transcritas. A primeira série de entrevistas incidiu sobre especialistas em trabalho destacado: inspetores do trabalho, especialistas do Ministério do Trabalho francês e representantes sindicais. A segunda série de entrevistas foi realizada com os próprios trabalhadores destacados, em condições difíceis (em matéria linguística, de precariedade e de confiança), e com a ajuda de um tradutor. Se conseguimos entrevistar estes trabalhadores portugueses da Construção, de diferentes profissões e funções, isso foi feito com a ajuda de uma organização sindical (CGT - Construção) e com o apoio dos seus representantes.

(*) Regulation and Enforcement of Posted Workers Employment Rights (PostER), 2011-2012, financiamento: Comissão Europeia/WLRI.

A mobilidade dos trabalhadores destacados: Entre a livre circulação de serviços e o *dumping* social

A construção da União Europeia tem influenciado o mercado de trabalho em geral e o trabalho destacado em particular, em cada um dos Estados-Membros através de três processos concomitantes.

O primeiro processo diz respeito ao alargamento da União Europeia, que passou da associação de um pequeno número de países nos anos de 1950 para os atuais 27 Estados-Membros. As últimas vagas de adesão, entre 2004 e 2007, permitiram assim que os países da antiga Europa de Leste, em particular, aderissem à União Europeia. Esta adesão de novos Estados-Membros da Europa Central com tradições sindicais fracas foi vista como uma ameaça à regulamentação das normas laborais no resto da União Europeia (Woolfson & Sommers, 2006). O segundo processo diz respeito à livre circulação de pessoas, um direito fundamental garantido pelos tratados da UE. Este conceito, que foi implementado de 1985 a 1990 pela Convenção de Schengen, permitiu a supressão das fronteiras entre os Estados membros da Convenção (Ministère l'intérieur, 1996). O terceiro processo diz respeito à liberdade de prestação de serviços no mercado interno da União Europeia. Votada pela primeira vez, em 2003, pelo Parlamento Europeu, a sua discussão, particularmente em França durante o

referendo sobre o tratado constitucional em 2005, deu origem a uma oposição significativa. Finalmente adotada em 2006, a Diretiva "Bolkestein" constitui a base para uma prestação transnacional de serviços no seio da União Europeia[10].

Embora a aplicação da Convenção de Schengen tenha sido objeto de um debate sobre o seu carácter "repressivo" e "transfronteiriço" (Jobard, 1999), este último processo ligado à Diretiva "Serviços" levantou outras questões fundamentais no que respeita à regulamentação, ao direito do trabalho e às perspetivas políticas da União Europeia (Crespy, 2010). No centro destas questões está o princípio do país de origem, que permite a um prestador de serviços aplicar a regulamentação em vigor no seu país de origem em vez de cumprir as regras em vigor no país de destino dos serviços. A mobilidade traz consigo as suas próprias regras. Como os riscos são imediatamente percetíveis em torno das diferenças salariais entre os Estados da União Europeia, a diretiva provocou hostilidade por parte das organizações sindicais a nível europeu e, em particular, nos países com os padrões mais elevados. Destinado a incentivar a mobilidade e a circulação através da eliminação de todas as formas de protecionismo dentro da União Europeia, este princípio do país de origem foi, no entanto, sujeito a formas significativas de regulação. Estamos particularmente interessados aqui na Diretiva Europeia 96/71/CE. Esta diretiva preconiza derrogações ao princípio do país de origem para solicitar a aplicação de um certo número de regras em vigor no país de destino: disposições sobre o salário mínimo, regras relativas ao tempo de trabalho e regras de segurança. Sobre estes aspetos, o prestador de serviços é obrigado a aplicar as regras do país de destino (Amauger-Lattes & Jazottes, 2007)[11]. As discussões dos últimos anos, particularmente na sequência de uma série de acórdãos do TJCE[12], permitiram à Comissão propor uma revisão da Diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores (CE 96/71) em 2012. Os sindicatos, em particular, acreditam que a aplicação da diretiva relativa ao destacamento foi muito difícil desde o início, devido à utilização de trabalhadores em situações não temporárias, à utilização de empresas "caixas de correio", cadeias de subcontratantes e documentos falsos (Clark, 2012). Além disso, a questão está relacionada com a preferência dada à integração do mercado de serviços, em detrimento das escolhas feitas a nível nacional. A falta de consulta por ocasião desta escolha política pode muito bem levar a uma politização do processo destinado a enquadrar esta regulamentação liberal (Loder, 2011).

[10] Directive 2006/123/CE du Parlement européen et du Conseil du 12 décembre 2006 relative aux services dans le marché intérieur. Journal officiel n° L 376 du 27/12/2006 p. 0036 - 0068

[11] "A diretiva estabelece a obrigação para os Estados-Membros de exigir que as empresas que operam no seu território cumpram as regras nacionais correspondentes ao núcleo duro definido pela diretiva. Ou seja, a passividade do Estado envolve a sua responsabilidade" (Amauger-Lattes & Jazottes 2007, p.912).

[12] Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias.

Trata-se de um conflito de regras entre os países de origem e os países de destino do serviço que pode transformar-se num conflito localizado entre empregadores e empregados. Este conflito de normas favorece, apesar dos ajustamentos feitos à diretiva Bolkestein, a legislação e os resultados da negociação coletiva no país de origem, em detrimento de normas mais favoráveis nos países beneficiários. O conceito de *dumping* social descreve bem o resultado deste processo, mas não deve ser entendido como oposição a trabalhadores nacionais e estrangeiros. A utilização de mão de obra estrangeira é feita à custa da legislação e da negociação coletiva no país de destino, o que prejudica a mão de obra assalariada como um todo, incluindo nacionais e estrangeiros.

O trabalho destacado mostra que a migração hoje em dia é, em grande parte, mobilidade. Estes trabalhadores realizam, por vezes, a criação de riqueza transnacional ligada à economia subterrânea (Tarrius, 2007) mas também cada vez mais, como mostraremos, uma contribuição para a economia clássica e legal que está a assumir os movimentos intraeuropeus (Tarrius, 1992). Para capturar essas mobilidades, procuramos evitar as clássicas oposições entre normas legais e sociais, regras formais e informais, ou trabalho prescrito e real (Denis, 2007). Mostraremos que a definição deste tipo de mobilidade entre legalidade e ilegalidade de normas é investida pelas partes interessadas. Esta área está sujeita a interpretação e a discussão, conduzindo a regras sociais que prejudicam os trabalhadores destacados. Na regra do trabalho, a componente legal não se opõe à componente social. Ao contrário, são as duas facetas da mesma regra (Reynaud, 1997). Não há uma ordem legal pacífica, por um lado, e uma ordem social conflituosa, por outro. A norma jurídica também é, de facto, objeto de conflito, antes de se tornar uma regra, mas também depois, quando a sua legitimidade é questionada (Thoemmes, 1999). Assim, a regra legal é medida à luz das regras sociais. Em direitos do tipo racional, Weber propõe distinguir entre racionalidade formal e material (Weber, 1986). A primeira baseia-se em conceitos abstratos do pensamento jurídico, enquanto a segunda descreve as regras de oportunidade ou máximas políticas que quebram o formalismo da abstração. A noção de ilegalidade jurídica (Foucault, 1975) permite-nos indicar para o trabalho destacado a abertura de um espaço para o desvio sistemático da regra por parte do empregador. A nossa hipótese diz respeito ao trabalho destacado que se encontra à deriva, devido à existência de regras sociais que estão longe da sua definição inicial. Os regulamentos sociais produzem um mundo de trabalho no limite da legalidade que permite aos empregadores jogar em ambos os registos: a legalidade e a ilegalidade do uso da regra. Lutas e negociações excecionais sobre estes limites mostram a natureza hegemónica da atividade do mercado, mas abrem possibilidades de contestação e de criação de novas regras (De Terssac, 1992).

As regras efetivas do trabalho destacado: Pontos de vista institucionais, pontos de vista dos trabalhadores

Quantos trabalhadores são afetados pelo trabalho destacado?

O trabalho destacado não é um epifenómeno. Não diz respeito a uma população marginal. Centenas de milhares de assalariados trabalham todos os anos sob este regime em França. Juntamente com a Alemanha, a França é o país que envia e recebe a maior parte do trabalho destacado na Europa. O Ministério do Trabalho francês, consciente de que os dados oficiais subestimam o número real de trabalhadores destacados, reavaliou o seu número tendo em conta o número de departamentos que não tinham respondido a um questionário do censo anterior. Utilizando este método, o Ministério estima que o número de trabalhadores destacados em França, em 2008, se situou entre 210.000 e 300.000. Estes dados parecem estar mais de acordo com os dados da Comissão Europeia baseados em certificados E101[13]. A maioria dos trabalhadores destacados está empregada na Construção e Agricultura e muitos destes trabalhadores são destacados por agências de trabalho temporário. No entanto, pode assumir-se que a maioria dos trabalhadores destacados em França não está incluída no recenseamento. O relatório Grignon (2006) afirma que pelo menos 80% dos trabalhadores destacados não estão sujeitos a notificação prévia obrigatória. Os órgãos de supervisão e a administração não conhecem, portanto, a sua identidade nem o seu local de trabalho (Cremers, 2007). A cifra oficial parece, portanto, em grande parte subestimar a realidade, como este perito indica ao Ministério do Trabalho:

> "Há poucas declarações antes dos destacamentos. O problema é também que estas declarações devem chegar ao inspetor do trabalho competente. Tendo em conta a dificuldade de uma empresa externa em saber exatamente a quem enviar a declaração prévia, a administração está atualmente a reorganizar os seus serviços de modo a tornar os circuitos mais transparentes."
>
> (Perito, Ministério do Trabalho)

A falta de transparência diz respeito, portanto, tanto ao comportamento dos empregadores, como aos procedimentos administrativos e aos meios atribuídos para exibir a utilização da regra (Lascoumes & Bourhis, 1997).

---

[13] O formulário E101 certifica a legislação aplicável a um trabalhador que não está integrado no país de trabalho e em caso de destacamento excecional.

"Vim trabalhar para a França graças a vários patrões portugueses. Na verdade, o escritório da empresa em Portugal deu-me um contrato quando eu ainda estava em Portugal para vir para França. O meu último contrato assim durou seis meses. Mas, nesta empresa, eu só tinha um contrato. Depois, trabalhei noutras empresas e também no estrangeiro. Noutros países, em Espanha, na Islândia, muito trabalho. Sempre como trabalhador destacado. Neste momento, sou pedreiro, operário de cofragem, montador de ferro. Mas já não trabalho para o mesmo patrão português. Hoje trabalho como trabalhador temporário, como pedreiro. Quando eu trabalhava para a empresa portuguesa, as diferenças entre nós e os trabalhadores das empresas francesas que vimos eram... que já havia uma diferença em termos de documentos, nós não tínhamos os mesmos direitos. Quando estava destacado, ganhei 2.000 euros ao trabalhar para a empresa portuguesa. Mas o que aconteceu na equipa é que os recém-chegados, que eram um pouco mais fechados do que eu, ganhavam muito menos, não tinham o mesmo salário. Mas como eu estava sempre a tentar perceber porquê, consegui obter um salário mais elevado. Eles poderiam ter diferenças de cerca de 300 a 400 euros por mês. Alguns deles ganhavam 1400 euros por mês, fazendo 8 horas por dia, e trabalhando aos sábados. Para mim, a principal vantagem de vir trabalhar aqui em França era poder ter segurança social, porque não tinha nada em Portugal. Mas não consegui ver a diferença entre o meu salário e o dos empregados franceses, porque não nos misturámos. Não houve comunicação. Além disso, eu nem conseguia falar francês. Quando as nossas equipas chegam a uma obra, nem sequer estamos com os outros, estamos em casas isoladas, além disso, somos transportados pela empresa, somos deixados no local, estamos cercados, e uma vez terminada a obra, vamos diretamente para casa. Portanto, não temos contacto com os outros. Nós não nos misturamos. Mas, na minha opinião, vai ser muito difícil mudar a situação, porque dada a forma como as empresas operam, com pessoas que dormem em parques de campismo, em tendas, coisas assim, vai ser muito difícil entrar neste meio. As condições de trabalho são realmente muito difíceis. No meu parque de campismo, tudo bem, eu não estava assim tão mal, porque fui eu quem transportou os empregados, eu tinha certas responsabilidades; então, para me motivarem, eu estava num *bungalow* com duas pessoas, era um pouco mais bem tratado do que os outros. Mas para os outros, eu podia ver que eles estavam em tendas lá fora, e a água entrava quando chovia."

Joaquim, 33 anos, pedreiro, Braga, Portugal

Diferenças de rendimentos entre trabalhadores destacados e não-destacados

As razões pelas quais é difícil estabelecer os efeitos do destacamento na remuneração estão ligadas, por um lado, à falta de conhecimento do número total de trabalhadores destacados em França e, por outro lado, à falta de informação sobre os salários efetivamente recebidos. Além disso, não há acordo sobre o que é medido em termos de rendimento: apenas os salários, quer sejam lançados ou recebidos; salários em relação ao tempo de trabalho; contribuições sociais, etc.

Em alguns casos, os trabalhadores destacados de uma empresa têm folhas de salário que mostram o mesmo valor ao cêntimo mais próximo, mas estes valores podem diferir dos salários efetivamente recebidos. Os inspetores do trabalho em particular chamaram a nossa atenção para o facto de que o que é declarado pelos empregadores nem sempre corresponde ao que é efetivamente recebido. Recordemos a este respeito que um relatório do Senado francês tinha observado que "o cumprimento integral da diretiva de destacamento pode deixar uma diferença de custo de até 50% entre os trabalhadores franceses e polacos destacados" (Grignon 2006, p.28). Neste cálculo, que integra salário, contribuições sociais e cumprimento de padrões mínimos, a diferença salarial pode exceder 20% ou 30%. No final da nossa investigação, se tivéssemos de formular uma hipótese com base na média dos pontos de vista que encontrámos, diríamos que um trabalhador destacado de Portugal ganha cerca de metade de um trabalhador francês com horários de trabalho iguais. Em alguns casos, encontramos diferenças muito pequenas com os salários franceses, especialmente quando se tratava de pessoas altamente qualificadas. Noutros casos, os trabalhadores franceses poderiam ganhar mais de cinco vezes o montante de um trabalhador destacado.

> "Encontrámos uma situação de trabalhadores portugueses. Ao falar com eles, eles disseram-nos que só tinham 400 euros por mês. Enquanto eles trabalhavam cerca de 40 horas por semana. Só que por trás disso é bastante difícil, porque a empresa envia papéis nos quais, no final, tudo está bem. (…). Neste caso, o problema é que trazemos pessoas que trabalham quase o dobro das horas que os funcionários franceses, com uma remuneração que pode ser seis vezes menor."
>
> (Inspetor do Trabalho)

Além disso, a regra salarial tem uma propensão para se diferenciar de acordo com outros mecanismos. Diferenças notáveis podem ser observadas dentro da mesma empresa e dentro de um grupo de trabalhadores destacados: alguns podem estar muito próximos dos salários franceses, outros menos qualificados mostram diferenças maiores; diferenças individuais entre pessoas com as mesmas características profissionais são frequentes. Nesta área, a regra real permanece obscura, particularmente no que diz respeito ao tempo trabalhado. Estes diferentes pontos de vista são expressos pelos nossos interlocutores, os trabalhadores portugueses. Embora possamos encontrar assalariados que pensam que ganham mais ou menos o mesmo que os seus colegas franceses, a maioria menciona um diferencial de 20% ao qual se somam as horas extraordinárias não remuneradas. Alguns chegam a atingir um diferencial de 50%, ao qual se somariam as horas extraordinárias não pagas. Aqui estão alguns dos pontos de vista dos trabalhadores portugueses:

"Um trabalhador francês normal ganha cerca de 13 euros por hora. Se uma empresa portuguesa traz trabalhadores para França, oferece aos trabalhadores portugueses para ganhar 7 euros por hora em França, então eles vêm."

(Trabalhador português 4)

"Em termos de salário, acho que ganho, mais ou menos, o mesmo que os franceses."

(Trabalhador português 9)

"O problema que me aconteceu foi que fui pago tarde, mas somos pagos. E o salário pode variar. Nem sempre é a mesma coisa."

(Trabalhador português 10)

Mobilidade à luz do tempo de trabalho

Os salários devem ser avaliados em relação às horas de trabalho prestadas. Espontaneamente, os trabalhadores portugueses comparam os seus salários com os trabalhadores franceses, ignorando o facto de que o tempo de trabalho não é o mesmo. A regra dos horários de trabalho mais longos é internalizada pelos trabalhadores e apenas reflete a realidade no terreno. Quase todos os trabalhadores declaram horas extras que não são remuneradas de uma forma ou de outra. Muitas destas horas são trabalhadas durante as viagens de e para os locais de trabalho e entre os locais de trabalho e a habitação.

"Começamos a trabalhar às 7:00 da manhã, preparamos o camião e fazemo-nos à estrada. Trabalhamos até às 17:00 horas. Mas às 17:00 deixamos o estaleiro de Construção. Às vezes, trabalhamos a 150 km de casa. E depois temos de descarregar o camião e ir para casa. Às vezes, trabalhamos aos domingos e temos de nos mudar para uma nova obra. Por exemplo, eu moro no centro da França e tenho que ir ao X e pode ser até 1000 km para fazer isso no domingo. Mas o empregador não paga pelo tempo na estrada."

(Trabalhador português 6)

"O que as empresas francesas fazem num ano de trabalho, somos obrigados a fazer em cinco a seis meses (...). O contrato foi marcado com 35 horas, pagas 39. Mas, durante a semana, eu trabalho muito mais. Com o trabalho de sábado, são pelo menos 50 a 60 horas por semana. Isso é uma grande diferença para os franceses."

(Trabalhador português 5)

Para todos os trabalhadores inquiridos, o número de dias de folga corresponde, mais ou menos, ao cumprimento das normas mínimas recomendadas, ou seja, entre 25 e 30 dias por ano. Por outro lado, o momento em que as licenças são tiradas é imposto pela administração. A gerência também se reserva o direito de retirar um assalariado em licença de muito curto prazo, incluindo a ameaça de demissão se o pedido não for atendido.

> "Um colega esteve de licença, mas o patrão disse-lhe, se não voltares, despeço-te."
>
> (Trabalhador português 6)

> "A licença é ditada diretamente pela gerência, que decide quando e quanto os funcionários devem tirar. Cheguei com o camião à filial da empresa e o patrão disse-me: «Hoje levas o camião e vais de férias.»"
>
> (Trabalhador português 3)

A necessidade de ter em conta as condições de trabalho através da combinação de regras salariais e de tempo aparece aqui triplicada. As durações praticadas incluem, antes de mais nada, o trabalho não remunerado. Em segundo lugar, e considerada isoladamente, a regra temporal excede os limites estabelecidos pela regra legal. Finalmente, no que diz respeito à licença, a arbitrariedade das regras diz respeito tanto ao poder de iniciativa em relação à licença, como também à sua imposição a muito curto prazo.

Mobilidade, sinónimo de habitação precária e de um retorno periódico incerto ao país de origem

A diretiva europeia recomenda que os custos de alojamento, alimentação e viagens sejam cobertos[14], disposições que são reforçadas pela convenção coletiva para o setor da Construção em França e pelo Código do Trabalho. Estas regras ampliam as próprias condições de trabalho para incluir os contornos da mobilidade e a vida dos trabalhadores longe do seu local de residência original. A habitação é um problema agudo para os trabalhadores destacados, mas, no passado, estes mesmos trabalhadores passaram por condições ainda menos favoráveis. Compartilhar uma sala de 8 m² com três pessoas parece, para a maioria dos assalariados, uma vida "melhor" em comparação com o que eles experimentaram no passado.

[14] Diretiva 96/71/CE,4: "Os subsídios específicos ao destacamento são considerados como parte do salário mínimo, desde que não sejam pagos como reembolso de despesas efetivamente incorridas em resultado do destacamento, tais como despesas de viagem, alojamento ou alimentação".

No entanto, esta situação "melhorada" não permite aos trabalhadores destacados qualquer tipo de privacidade. Além disso, em alguns casos, já ouvimos falar de práticas ilegais por parte do empregador para deduzir o custo do arrendamento dos salários.

> "Às vezes, não é assim tão bom. Vamos partilhar uma sala de 8 metros quadrados com três pessoas. Antes era pior: uma casa com quatro quartos podia acomodar até 15 pessoas. As pessoas que dormiam na cozinha e no corredor estavam um pouco desarrumadas."
>
> (Trabalhador português 5)

> "Eu não estou nada satisfeito com o meu alojamento. Temos um quarto pequeno para três pessoas. Acho que todos querem ter um quarto pequeno para ter alguma privacidade."
>
> (Trabalhador português 7)

> "Habitação, às vezes são 10 pessoas por ano por casa. Tem de se mudar. Às vezes, há três quartos e 10 pessoas lá dentro."
>
> (Trabalhador português 8)

Um ponto de vista complementar foi expresso pelos representantes sindicais e pelos inspetores do trabalho em relação à habitação. Diz respeito ao papel estratégico da habitação em relação à disponibilidade do trabalhador no estaleiro de Construção. Esta dependência do trabalhador serve tanto para controlar a sua vida privada, mas mais ainda para controlar o seu horário, assim como para assegurar que o trabalhador chega cedo aos estaleiros e sai o mais tarde possível. Na maioria das vezes, o transporte é organizado pela e para a empresa entre o local da construção e o alojamento.

> "Uma vez que eles também são apoiados em relação ao alojamento. Quando alojamos um trabalhador, gerimos o seu tempo de trabalho. Levamo-lo para o local de trabalho de camião, levamo-lo para casa de camião e trazemo-lo de volta quando queremos, e fazemo-lo sair quando queremos."
>
> (Representante da CGT)

Outro elemento que indica condições de vida difíceis diz respeito às viagens ao país de origem, que são recomendadas pela convenção coletiva de obras públicas em França. Na verdade, este é um assunto particularmente sensível, porque o mais difícil para um trabalhador destacado é estar separado da sua família, como nos dirá um trabalhador português. Neste contexto, o direito a regressar em viagens periódicas é particularmente apreciado pelos trabalhadores. Eles ficam ainda mais amargos quando este direito lhes é negado. Na prática que encontramos, são as horas extras não remuneradas que dão direito ao retorno periódico. Além disso, no caso analisado, as viagens a Portugal processaram-se em condições muito precárias: sete pessoas na cabine de um camião de construção que não é feito para longas viagens e, muitas vezes, consecutivamente a um longo dia de trabalho. Nessas condições, a segurança dos trabalhadores parece já não estar garantida (Fotografia 16.2.1A).

Fotografia 16.1A. Um camião de estaleiro para regresso periódico a Portugal

> "Eles não nos dão a viagem periódica de regresso, como especifica o acordo de obras públicas. Somos, portanto, obrigados a trabalhar horas para conseguir a RTT, para que possamos voltar a Portugal para ver a família. Mas veja, estas são as nossas condições de transporte: camiões basculantes para regressar a Portugal. Podemos fazer entre 1.800 e 1.900 km com isso, ida e volta. Sete pessoas num camião daqueles para voltar para Portugal. Então está a ver realmente as condições precárias que eles nos dão. Já houve um acidente, em que dois veículos como este ficaram completamente destruídos. Já em termos de segurança, para fazer viagens longas, não há segurança. Em segundo lugar, os espaços interiores são feitos para transporte de e para os locais de construção, de um local de construção para outro, para fazer no máximo 1 hora, e não para conduzir 18 e 16 horas."
>
> (Trabalhador português 1)

Da mobilidade às mobilizações: Reivindicar os direitos dos trabalhadores destacados

A fim de mostrar os mecanismos de regulação, bem como os travões e os motores de uma consciência das regras do trabalho destacado, gostaríamos de apresentar brevemente o caso da filial francesa da *Alpha* que seguimos durante um ano. Emprega quase exclusivamente trabalhadores recrutados em Portugal, com um total de 180 trabalhadores a trabalhar em todos os ofícios da Construção Civil e Obras Públicas. Visitámos o local em várias ocasiões e durante as duas greves, em 2011 e 2012, para entrevistar os trabalhadores destacados e os representantes dos empregados. A filial da *Alpha* é um caso emblemático que mostra claramente as dificuldades que os trabalhadores destacados têm em dar a conhecer a sua situação.

Consciencialização para fazer cumprir as regras da mobilidade

Com a ajuda de uma organização sindical e dos seus membros portugueses, os assalariados destacados puderam eleger os seus representantes do pessoal em março de 2008, numa tentativa de fazer valer os seus direitos. De acordo com estes representantes, a administração da empresa concede retornos periódicos apenas aos funcionários que aceitam o não pagamento de horas extras. Além disso, a direção da empresa excluiu os trabalhadores sindicalizados dos retornos periódicos. Assim, após reuniões gerais realizadas nos estaleiros de Construção, a organização sindical apelou à greve dos trabalhadores da empresa pela primeira vez, em 2009. Uma greve de três dias, em novembro de 2009, foi conduzida para fazer valer o direito a regressos periódicos. Outras questões foram posteriormente abordadas. Entre 2009 e 2011, a representação sindical constatou, entre outras coisas, a ausência de uma sala de reuniões, o não envio de documentos para a reunião do conselho de empresa, a falta de resposta às perguntas dos delegados do pessoal, o não pagamento de horas extraordinárias e a deterioração das condições habitacionais. Também durante este período, a Inspeção do Trabalho produziu inúmeras minutas e relatórios. Após os despedimentos, sem a implementação de um procedimento ou de um plano social, a organização sindical voltou a convocar uma greve em 2011.

Fotografia 16.2A. Greve de trabalhadores destacados em 2011

A organização sindical considerou "ilegais" os despedimentos efetuados pela direção, tanto mais que os trabalhadores não foram declarados previamente como trabalhadores destacados para a Inspeção do Trabalho. Isto sugeriria que a mão de obra não declarada estaria numa situação ilegal. Por sua vez, a *Alpha* queria despedir os funcionários, pondo fim a um destacamento que nunca foi declarado à direção do departamento de trabalho. Isto indica as vantagens que a empresa retira da imprecisão da regra da mobilidade dos trabalhadores: não paga despesas de viagem ou horas extraordinárias e não é obrigada a efetuar despedimentos ao abrigo da lei francesa. Também não pagou as indemnizações por despedimento previstas na lei portuguesa. A greve foi convocada a fim de esclarecer a regra e o estatuto dos trabalhadores. Em maio de 2011, os representantes dos empregadores e dos empregados assinaram um protocolo de saída de crise que pôs fim ao conflito. As partes concordam que os trabalhadores despedidos não podem ser imediatamente reintegrados na *Alpha France*. As partes também concordam que as pessoas demitidas sejam enviadas em missão a Espanha por um período de 1 a 2 meses antes de serem reintegradas em França. O empregador concorda em retirar todas as queixas e possíveis sanções relacionadas com o conflito.

Em janeiro de 2012, os empregados das agora 4 empresas francesas da subsidiária *Alpha* (após uma divisão das atividades em filiais com *status* legal separado) entraram novamente em greve. As discussões, desta vez, estão ligadas ao questionamento do empregador sobre as condições de trabalho anteriores: a manutenção de retornos periódicos; a manutenção do transporte e da habitação; o reconhecimento da unidade económica e social das filiais francesas da *Alpha*; o reembolso pela empresa dos prémios de trabalho, reclamados pelas autoridades fiscais. Em fevereiro de 2012, após a ocupação da empresa pelos trabalhadores, o conflito parecia ter chegado a um impasse. A solução envolveu o regresso a casa a cada

5 semanas e o alojamento pago pelo empregador, bem como o reconhecimento destas disposições como parte do contrato de trabalho de todos os assalariados da *Alpha*. No final das negociações sobre as condições de trabalho dos trabalhadores (novo horário de trabalho e novos prazos para o regresso a casa), os trabalhadores que recusarem estas novas condições poderão beneficiar de um despedimento económico com as indemnizações previstas. No entanto, esta solução é questionada no dia seguinte pelo empregador. Enquanto a aplicação das regras permanece pendente, a greve continua. No entanto, a administração e a organização sindical estão a trabalhar no sentido do cumprimento dos compromissos assumidos na véspera pelo empregador. Isto terá lugar duas semanas mais tarde, no final de fevereiro de 2012.

Da mobilização a uma reorientação da integração europeia

O exemplo mostra a dupla dificuldade de qualificar um destacamento como "falso" que depois se tornaria trabalho ilegal, e de afirmar positivamente a regra legal (a diretiva) sobre a mobilidade dos trabalhadores. Embora esta definição possa, à primeira vista, parecer bastante simples, o *feedback* da experiência no campo mostra que o status do mesmo trabalhador pode mudar durante o curso do seu destacamento. A característica das situações que encontramos nesta pesquisa é precisamente a existência de uma terra de ninguém entre a mobilidade formalizada e o trabalho ilegal.

> "A questão é como garantir que os assalariados destacados trabalhem dentro de um quadro de destacamento verdadeiro. Hoje, a dificuldade está aí. A diretiva permite efetivamente a circulação de pessoas e estabelece um certo enquadramento. Mas não estabelece regras suficientemente claras e precisas, nomeadamente no que diz respeito à anterioridade da mão de obra no país de origem, na mesma empresa. Portanto, chega-se, necessariamente, a isto, facilita-se, ou pelo menos não se torna difícil, a fraude."
>
> (Inspetor do Trabalho)

Uma das conclusões desta investigação centrar-se-á, portanto, na necessidade de compreender melhor esta situação intermédia que rege a vida de muitos trabalhadores destacados. A definição de um destacamento real ou falso não é fácil de obter. Assim, um destacamento real pode revelar-se falso após um certo período de tempo. Finalmente, a constatação de um falso destacamento pela inspeção do trabalho pode mais tarde ser refutada pelos tribunais.

Em França, as infrações nesta área são da competência dos tribunais e dos tribunais de trabalho. No entanto, os inspetores podem sugerir melhorias durante a inspeção, aplicar regras relacionadas com disposições de política pública relativas

a contratos de trabalho atípicos (trabalho a tempo parcial e contratos de trabalho temporário) desde que essas regras estejam sujeitas a sanções penais (Cremers 2007). A não apresentação dos documentos necessários à Inspeção do Trabalho conduz à aplicação de multas. De acordo com os nossos interlocutores, estas multas são frequentemente negligenciáveis para as empresas.

> "O processo não é claramente um dissuasor, porque a multa não é muito alta, são apenas multas."
>
> (Inspetor do Trabalho)

Em França existe uma tradição jurídica predominante em que o incumprimento das regras laborais e das disposições legais conduz a sanções penais. Isto também se aplica às disposições dos acordos coletivos, que devem ser cumpridas. Da mesma forma, as empresas clientes dos trabalhadores destacados são corresponsáveis pelo pagamento de salários, impostos e contribuições para a segurança social (Van Hoek & Houwerzijl, 2011). Em caso de litígio sobre o trabalho destacado, este é resolvido individualmente através de conciliação nos tribunais do trabalho. Os tribunais do trabalho só proferem sentenças se as tentativas de alcançar um acordo negociado falharem (Cremers, 2007): estes tribunais compreendem uma comissão de conciliação e uma comissão de arbitragem e a tentativa de conciliação é a primeira fase, obrigatória, do processo judicial. Surge, porém, um problema com a natureza transfronteiriça dos direitos. Apesar das medidas da União Europeia que regem o reconhecimento e a execução de sentenças estrangeiras, as decisões ainda parecem parar na fronteira nacional, que foram abolidas pela União Europeia (Van Hoek & Houwerzijl, 2011). Isto deve-se, em parte, a lacunas jurídicas a nível nacional e europeu para melhorar o reconhecimento e a execução de sentenças proferidas em conexão com o trabalho destacado. Os nossos interlocutores disseram-nos, muitas vezes, que a Europa é o nível relevante para resolver problemas relacionados com os direitos dos trabalhadores destacados. Embora a legislação laboral francesa esteja particularmente desenvolvida, certas questões relativas a este tipo de mobilidade só podem ser resolvidas a nível europeu. Para além das questões mais específicas relacionadas com o destacamento, a noção de uma Europa social foi frequentemente invocada pelos nossos interlocutores. A harmonização das condições salariais, nomeadamente através do estabelecimento de um salário mínimo europeu em todos os países europeus, foi citada como uma medida para melhor garantir os direitos dos trabalhadores destacados. Por enquanto, as condições de trabalho afixadas parecem estar sujeitas à liberdade de prestação de serviços a nível transnacional (Cremers, 2010). Os processos regulamentares parecem estar enredados em práticas clandestinas. Face a estas práticas clandestinas,

o sindicalismo europeu caracteriza-se tanto pela sua orientação institucional, pela sua ancoragem nas tradições nacionais, como também pela sua fraca organização dos trabalhadores. Isto leva alguns autores a propor uma politização do sindicalismo europeu com vista a mudar os fundamentos da regulação liberal da União Europeia (Pernot, 2009). Esta regulamentação liberal da mobilidade avançou, de facto, ainda mais no setor da Construção do que noutros setores. A internacionalização do mercado de trabalho e o evitar de regras negociadas nas relações laborais são os resultados desta evolução (Lillie & Greer, 2007). Neste caso particular, a Europa Ocidental é vista como um campo de ensaio para a globalização em termos de abertura comercial, exigindo, por um lado, uma reorientação dos objetivos políticos e, por outro, o estabelecimento de garantias e poderes compensatórios (Lalanne, 2011).

Conclusão

As nossas investigações sobre o trabalho destacado em França e para o setor da Construção mostram a existência de um mundo pouco conhecido. Em França e no setor da Construção e Obras Públicas, o recurso a este tipo de mobilidade geográfica parece muito maior do que os números sugerem. Alguns dos destacamentos são considerados pelos nossos interlocutores como "sistemáticos" e "planeados", em particular através da criação de canais organizados de recrutamento de trabalhadores destacados. Embora no papel as condições de trabalho pareçam ser respeitadas, a realidade é, muitas vezes, diferente e os abusos fazem desta mão de obra mais barata uma vantagem na concorrência das empresas nos concursos. O nível de salários, o horário de trabalho, a qualidade da habitação, o respeito pela saúde e segurança, a possibilidade de regressar periodicamente aos países de origem, os despedimentos injustos e os pagamentos tardios são fontes de desigualdade assinaladas pelos nossos interlocutores. A perspetiva que desenvolvemos procura, antes de mais, distanciar-nos das abordagens que colocam no centro uma visão "protecionista", que se refere quer à abolição das barreiras do mercado interno da União Europeia, quer à proteção da mão de obra nacional contra a concorrência dos trabalhadores estrangeiros[15]. No centro de interesse colocamos os direitos dos assalariados, destacados ou não destacados. O atual projeto para a renovação da Diretiva do Trabalho Destacado mostra os desafios políticos em relação à norma legal. A peculiaridade desta mobilidade geográfica não é tanto a de não respeitar a regra legal, mas sim o espaço aberto pela regulamentação social que permite invocar tanto o carácter legal como ilegal das regras. No entanto, este

[15] Para uma crítica a esta postura e responsabilidades doutrinárias no sentido jurídico, ver Kilpatrick (2009).

trata-se de um processo potencialmente conflituoso. Estes conflitos em torno das regras colocam sistemas de relações laborais em diferentes países uns contra os outros e regem o fluxo de trabalhadores. Tais conflitos também ocorrem, por vezes, relativamente à interpretação e aplicação de regras legais. Colocam as regras formalizadas, por vezes contraditórias, cara a cara com as regras não ditas que regem a vida dos trabalhadores. Uma análise dos processos regulatórios envolvendo trabalhadores, sindicatos, empregadores e serviços estatais mostra que, apesar do controle exercido pela atividade do mercado, ainda são possíveis soluções para fortalecer os direitos dos trabalhadores. Para além da ação coletiva nas empresas, do recurso aos tribunais de trabalho, do conflito e da negociação, a redefinição dos objetivos da construção europeia continua a ser um desafio para os próximos anos. Dada a falta de investigação sobre as experiências dos trabalhadores destacados, a nossa experiência leva-nos a pensar, por um lado, que os atores no terreno sozinhos não podem realizar estas investigações e, por outro lado, que os investigadores sozinhos não podem ter acesso a este terreno difícil. Um objetivo futuro poderia, portanto, ser a criação de programas de investigação transnacionais que associem, desde o início, investigadores e pessoas interessadas neste tipo de mobilidade.

Referências Bibliográficas

Amauger-Lattes, M.-C. & Jazottes, G. (2007). Libre prestation de services et circulation des travailleurs : entre concurrence et droit social. *Revue de Jurisprudence Sociale,* 911-917.

Barron, P., Bory, A., Tourette, L., Chauvin, S. & Jounin, N. (2011). *On bosse ici, on reste ici ! La grève des sans-papiers : une aventure inédite*. Paris: La Découverte.

Clark, N. (2012). *Regulation and Enforcement of Posted Workers Employment Rights (PostER)*. London: London Metropolitan University.

Cremers, J. (2007). *A la recherche d'un main-d'oeuvre bon marché en Europe*. Amsterdam: European Institute for Construction Labour Research.

Cremers, J. (2010). Rules on Working Conditions in Europe: Subordinated to Freedom of Services?, *European Journal of Industrial Relations*, *16*(3), 293-306.

Crespy, A. (2010). Contre "Bolkestein". *Revue française de science politique*, *60*(5), 975-966.

Denis, J. (2007). La prescription ordinaire. Circulation et énonciation des règles au travail. *Sociologie du Travail*, *49*(4), 496-513.

Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard.

Grignon, F. (2006). Le BTP français face à l'élargissement de l'Europe – Sénat. 28. Paris: Sénat. Retrieved from: http://www.senat.fr/notice-rapport/2006/r06-028-notice.html.

Van Hoek, A., & Houwerzijl, M. (2011). *Comparative study on the legal aspects of the posting of workers in the framework of the provision of services in the European Union*.

Jobard, F. (1999). *Schengen ou le désordre des causes*. Vacarme 8.

Kilpatrick, C. (2009). British jobs for British workers? UK industrial action and free movement of services in EU law. LSE Law, Society and Economy Working Papers. Retrieved from: http://eprints.lse.ac.uk/24369/1/WPS2009%2D16_Kilpatrick.pdf.

Ministère de l'intérieur (1996). *Direction des libertés publiques et des affaires juridiques. Schengen, accord du 14 juin 1985: textes de référence*. Paris: Direction des journaux officiels.

Lalanne, S. (2011). Posting of Workers, EU Enlargement and the Globalization of Trade in Services. *International Labour Review*, *150*(3-4), 211-234.

Lascoumes, P., & Le Bourhis, J.-P. (1997). *L'environnement ou l'administration des possibles: La création des Directions régionales de l'environnement*. Paris: Editions L'Harmattan.

Lillie, N., & Greer, I. (2007). Industrial Relations, Migration, and Neoliberal Politics: The Case of the European Construction Sector. *Politics & Society, 35*(4), 551-581.

Loder, J. (2011). The Lisbon Strategy and the Politicization of EU Policy-making: The Case of the Services Directive. *Journal of European Public Policy*, *18*(4), 566-583.

Pernot, J.-M. (2009). Européanisation du syndicalisme, vieux débats, nouveaux enjeux. *Politique européenne*, *27*, 11-46.

Reynaud, J.-D. (1997). *Les règles du jeu: l'action collective et la régulation sociale*. Paris: A. Colin.

Tarrius, A. (1992). *Les fourmis d'Europe: Migrants riches, migrants pauvres et nouvelles villes internationales*. Paris: L'Harmattan.

Tarrius, A. (2007). *La remontée des sud: Afghans et Marocains en Europe méridionale*. Poitiers: Éditions de l'Aube.

De Terssac, G. (1992). *Autonomie dans le travail*. Paris: PUF.

Thoemmes, J. (1999). La construction du temps de travail: normes sociales ou normes juridiques?. *Droit et société*, *41*, 15-32.

Weber, M. (1986). *Sociologie du droit*. Paris: PUF.

Woolfson, C., & Sommers, J. (2006). Labour Mobility in Construction: European Implications of the Laval Un Partneri Dispute with Swedish Labour, *European Journal of Industrial Relations, 12*(1), 4968.

Capítulo 17

O destacamento de trabalhadores portugueses para a indústria da Construção em Bruxelas, na Bélgica: Notas exploratórias

Virgílio Borges Pereira, Vanessa Rodrigues & Laura Galhano

A mobilidade, como sabido, é uma dimensão intrínseca da atividade no setor da Construção, envolvendo não só as empresas, mas também os trabalhadores[1]. Neste domínio, as últimas décadas têm vindo a ser marcadas por um alargamento da superfície de ação desta mobilidade e por um significativo crescimento da sua complexidade. Nos últimos 30 anos, o mercado da construção europeu viveu uma tendência global de desregulação relativamente à contratação de mão de obra, combinada com o recurso a práticas de subcontratação em larga escala, contribuindo para um aumento internacional da utilização de trabalhadores não qualificados, sem contratos ou proteção social (Wells, 2012). A Comunidade Europeia, em 1996, com a Diretiva 96/71/CE, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços, deu início a um processo de regulação da circulação de trabalhadores que, através do seu empregador e para o seu empregador, vão, de forma temporária, exercer a sua atividade, ou similar, num outro país. Na legislação portuguesa, esta diretiva de 1996 é inicialmente transposta para o Código de Trabalho. Uma primeira vez em 2003[2] e depois em 2009 (Revisão do Código do Trabalho). No entanto, em 2017 é promulgada uma lei (Lei n.º 29/2017, de 30

[1] O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto "Novos terrenos para a construção: Mudanças no campo da construção em Portugal e seus impactos nas condições de trabalho no século XXI" (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade.

[2] Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto (Código do trabalho) entretanto revogada pela revisão de 2009 (Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) que aprova o novo Código de trabalho.

de maio) exclusivamente dirigida para a sua transposição na regulação nacional. Nesta, vemos instituídas a cooperação administrativa e a assistência mútua entre Portugal e os outros Estados-membros, estabelecendo a ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho) como entidade competente nacional[3]. Num quadro legislativo e institucional sensível a importantes descoincidências nos planos europeu e nacional, o mais recente documento legal que se dirige a este quadro regulatório é a Diretiva (UE) 2018/957 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de junho de 2018, que altera a Diretiva 96/71/CE (e cuja transposição terá de estar concluída até 30 de julho de 2020, data em que as normas atualizadas devem entrar em vigor em todos os Estados-membros da União Europeia).

Principalmente depois da adesão dos países da Europa de Leste à União Europeia (UE), tem vindo a verificar-se um grande movimento de incremento de migrações temporárias e circulares, sendo que muitos destes movimentos ocorrem sob a forma de trabalho destacado (Caro, Bernsten, Lillie & Wagner, 2015, pp. 1600-1601). Não se tratando, em teoria, de uma movimentação de mão de obra não qualificada, sem contrato e sem proteção social, conforme menção anterior, a conceção da figura do destacamento foi inicialmente prevista para períodos curtos consagrados à realização de tarefas específicas, associadas a necessidades pontuais; atualmente, a utilização desta figura legal incorpora de forma significativa estratégias variadas para contornar a legislação laboral mais adequada a situações mais permanentes, mas que trazem custos acrescidos a quem emprega estes trabalhadores, subterfúgios estes que podem resultar em empregos mal pagos e em condições precárias (Cremers, 2010). O presente estudo analisa as incidências sociais destes processos, procurando situar, por um lado, à luz da informação estatística oficial disponível em relação ao trabalho destacado na União Europeia, Portugal enquanto país de envio de trabalhadores e, por outro, os operadores de sentido desenvolvidos a propósito desta realidade não só por trabalhadores e empresários, mas também por representantes dos sindicatos e do patronato local, tomando como referência a realidade que pudemos documentar no quadro de um trabalho de campo desenvolvido sobre este tema na Bélgica – contexto que, como veremos, possui um estatuto de especial relevo neste domínio. Para já, propomo-nos observar a informação estatística disponível em relação ao trabalho destacado na União Europeia e, em particular, ao contexto português como país de envio de trabalhadores.

[3] Neste texto é transposta a Diretiva Europeia 2014/67/UE respeitante à execução da já mencionada Diretiva 96/71/CE. Esta atualização prende-se, principalmente, com a alteração do Regulamento (UE) n.º 1024/2012 relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado Interno («Regulamento IMI»).

Destacamento de trabalhadores portugueses na Europa e na Bélgica: Regulação e grandes números

Os dados apresentados de seguida referem-se ao número de certificados emitidos pelos serviços da Segurança Social – *Portable Documents* A1 – PDs A1[4] -, que apenas permitem apresentar uma estimativa do número de trabalhadores destacados, não se referindo, portanto, ao número exato deste perfil de trabalhadores num determinado ano[5]. Estes certificados são fornecidos pelos Estados-membros competentes a pedido do empregador ou da pessoa em causa (caso esta pretenda destacar-se como trabalhador independente) e estabelecem a presunção de que o empregador e o trabalhador estão devidamente associados ao sistema de segurança social do Estado-membro que emitiu o certificado e, consequentemente, confirmam que a pessoa em causa não tem obrigação de pagar contribuições noutro Estado-membro[6].

Conforme se pode observar na Tabela 17.1, o número de destacamentos tem vindo a aumentar ao longo dos últimos 10 anos, verificando-se um incremento de 700 mil casos entre 2008 e 2017 no quadro dos países da UE e da EFTA. Portugal acompanha esta tendência, apresentando um aumento de mais de 200% do número de certificados PD A1.

A distribuição destes números pelos setores de atividade (Tabela 17.2) permite compreender a natureza da configuração profissional genérica dos trabalhadores envolvidos em processos de destacamento e a respetiva evolução. O setor secundário reúne a maioria dos Certificados PD A1 emitidos em todo o período considerado, sendo que Portugal, na perspetiva de país de envio de trabalhadores, reúne para este setor 95% dos documentos emitidos, enquanto que os países da UE-EFTA registam cerca de 55% dos casos. Entre 2009 e 2017, registou-se, em Portugal, uma ligeira diminuição desta percentagem, ao passo que para os países da UE-EFTA se observa um ligeiro aumento. Direcionando agora a análise para a indústria da Construção, verifica-se que se trata do setor com o maior número de

[4] Estas declarações vêm substituir os formulários E101, em vigor até abril de 2010, através da EC 883/2004, em coordenação com os sistemas de segurança social dos diferentes países. Não obstante, nem todos procederam à devida alteração nesse ano.

[5] Esta limitação prende-se com os seguintes aspetos: nalguns casos, o destacamento ocorre sem que as instituições tenham sido informadas; um PD A1 pode ser apresentado com efeitos retroativos; devido à existência de mais do que um enquadramento legal para o destacamento (*Basic Regulation* e Directiva 96/71/EC), os registos podem não espelhar a verdadeira dimensão e características do fenómeno; o número de PDs A1 não é necessariamente igual ao número de pessoas envolvidas, já que mais do que uma declaração pode referir-se a um mesmo trabalhador durante o ano de referência.

[6] Informação disponível em: Directorate-General for Employment, Social Affairs and Inclusion. Network Statistics FMSSFE (Contract VC/2017/0463 "Network of Experts on intra-EU mobility – Lot 2: Statistics and compilation of national data"), 2018.

destacamentos formalizados durante o período considerado: a evolução dos destacamentos em Portugal regista um aumento em 2011, seguindo-se uma diminuição gradual até ao ano de 2017, que, ainda assim, reúne uma percentagem ligeiramente superior ao ano de 2009. No que diz respeito à percentagem de certificados emitidos pelos países da UE-EFTA, observa-se que, entre 2009 e 2017, ocorre um aumento de mais de 20%.

Tabela 17.1

Certificados PD A1 emitidos entre 2008 e 2017 na UE e EFTA[a] *e em Portugal*

Posting according to Article 12 BR [b]		
Anos	**UE-EFTA**	**Portugal**
2008	1 023 681	19 188
2009	1 010 533	54 594
2010	1 058 314	58 923
2011	1 208 805	54 043
2012	1 230 614	54 580
2013	1 340 671	81 687
2014	1 453 855	74 735
2015	1 489 622	64 020
2016	1 618 380	62 005
2017	1 730 038	64 320

Fontes: *Comissão Europeia*. Destacamento de trabalhadores na União Europeia e países da EFTA: Relatórios sobre os certificados E101 emitidos em 2008 e 2009, sobre os documentos portáteis A1 emitidos em 2010 e 2011, em 2012 e 2013, em 2015 e em 2017.

Notas: [2009] Dados administrativos dos Estados-Membros da UE, IS, LI, NO e CH sobre os formulários E101 emitidos em conformidade com o Regulamento (CE) nº 1408/71 relativo à aplicação dos regimes de segurança social aos trabalhadores assalariados, trabalhadores por conta própria e pessoas e/ou membros das suas famílias que se deslocam no interior da Comunidade Europeia; [2011] Dados administrativos dos Estados-Membros da UE, IS, LI, NO e CH sobre os documentos portáteis A1 emitidos em conformidade com o Regulamento (CE) nº 833/2004 relativo à coordenação dos sistemas de segurança social; [2013-2017] Dados administrativos – PD A1 Questionários 2014, 2015 e 2018

[a] Membros da União Europeia e da EFTA (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça);

[b] O artigo 12 da *Basic Regulation* em vigor não contempla trabalhadores de companhias aéreas, militares e trabalhadores destacados em dois ou mais países ao mesmo tempo.

Tabela 17.2

Distribuição dos Certificados PD A1 emitidos pelos países membros da EU e EFTA e por Portugal, segundo o grande setor de atividade e o setor da Construção (% em relação ao total da economia) (2009-2017)

Anos	I – Agricultura, caça e pesca (NACE A, B)		II – Indústria (NACE C a F)				III – Serviços (NACE G a P)	
			II -Total		Construção (NACE F)		III -Total	
	Portugal	EU-EFTA	Portugal	EU-EFTA	Portugal	EU-EFTA	Portugal	EU-EFTA
2009	0,8	0,7	95	54,9	53,1	23,6	4,2	44,3
2011	3,6	2,5	88,8	70,7	67,5	43,5	7,6	26,8
2013	0,2	1,6	72,1	66,6	58,6	43,9	27,7	31,8
2015	0,4	1,2	76,7	66,1	54,3	41,5	23	32,7
2017	0,3	0,9	79	72,5	55,7	46,5	20,6	26,7

Fontes: *Comissão Europeia*. Destacamento de trabalhadores na União Europeia e países da EFTA: Relatórios sobre os certificados E101 emitidos em 2008 e 2009 (p. 26), sobre os documentos portáteis A1 emitidos em 2010 e 2011, em 2012 e 2013, em 2015 e em 2017.

Notas: [2009] Dados administrativos dos Estados-Membros da UE, IS, LI, NO e CH sobre os formulários E101 emitidos em conformidade com o Regulamento (CE) nº 1408/71 relativo à aplicação dos regimes de segurança social aos trabalhadores assalariados, trabalhadores por conta própria e pessoas e/ou membros das suas famílias que se deslocam no interior da Comunidade Europeia; [2011] Dados administrativos dos Estados-Membros da UE, IS, LI, NO e CH sobre os documentos portáteis A1 emitidos em conformidade com o Regulamento (CE) nº 833/2004 relativo à coordenação dos sistemas de segurança social; [2013-2017] Dados administrativos – PD A1 Questionários 2014, 2015 e 2018.

É, de facto, atualmente, muito comum identificar grupos de trabalhadores oriundos de países distintos daqueles onde se situa a sede dos trabalhos, sendo que no setor da Construção, e no âmbito da União Europeia, essa realidade é particularmente visível (Caro, Bernsten, Lillie & Wagner, 2015). Na Tabela 17.3 está expressa essa mobilidade para o caso português, na perspetiva do envio de trabalhadores. O destaque vai, neste caso, para França, que recebe durante o período aqui considerado a maior percentagem de destacamentos vindos de Portugal. Espanha, por sua vez, tem vindo a registar uma diminuição, sendo que, em 2017, recebe apenas 15,6% dos destacamentos. Contexto significativo de emigração portuguesa – de acordo com os dados mais recentes, o décimo primeiro país do mundo com maior presença de emigrantes portugueses residentes (Pires, Azevedo, Vidigal & Veiga, 2019, p.108) -, a Bélgica apresenta-se, em matéria de trabalho destacado, com algumas particularidades, que importa referir:

entre 2008 e 2017, verificou-se um aumento bastante significativo na percentagem de destacamentos emitidos com este destino e, tendo em conta que a percentagem total dos certificados emitidos por Portugal para este setor não tem vindo a sofrer grandes alterações, um tal aumento dá conta de uma alteração efetiva de destinos neste contexto de mobilidade laboral; é um país que tem, neste momento, cerca de 11 milhões e meio de habitantes e um território de 30 688 quilómetros, enquanto que a França, por exemplo, tem cerca de 70 milhões de habitantes e quase 644 mil quilómetros de área. Estamos, assim, perante um país de pequena dimensão que recebe uma percentagem cada vez mais significativa do total de destacamentos através de empresas portuguesas para os países em análise.

Tabela 17.3

Distribuição dos Certificados PD A1 emitidos em Portugal pelos principais países de destino dos trabalhadores portugueses do setor da Construção (%)

Anos	Países de Destino			
	Bélgica	Espanha	França	Países Baixos
2008	**7,1**	23,6	29,8	18,7
2009	**4,9**	36,4	19,4	6,2
2012	**13,4**	19,8	43,4	8,6
2013	**16,5**	13,2	47,1	7,7
2016	**21,9**	14,9	43,2	4,7
2017	**23,1**	15,6	40,8	5,5

Fontes: *Comissão Europeia*. Destacamento de trabalhadores na União Europeia e países da EFTA: Relatórios sobre os certificados E101 emitidos em 2008 e 2009 (p. 26), sobre os documentos portáteis A1 emitidos em 2010 e 2011, em 2012 e 2013, em 2015 e em 2017.

Notas: [2009] Dados administrativos dos Estados-Membros da UE, IS, LI, NO e CH sobre os formulários E101 emitidos em conformidade com o Regulamento (CE) nº 1408/71 relativo à aplicação dos regimes de segurança social aos trabalhadores assalariados, trabalhadores por conta própria e pessoas e/ou membros das suas famílias que se deslocam no interior da Comunidade Europeia; [2011] Dados administrativos dos Estados-Membros da UE, IS, LI, NO e CH sobre os documentos portáteis A1 emitidos em conformidade com o Regulamento (CE) nº 833/2004 relativo à coordenação dos sistemas de segurança social; [2013-2017] Dados administrativos – PD A1 Questionários 2014, 2015 e 2018.

Segundo a informação disponível no *site* da segurança social belga, na secção que se reporta ao trabalho internacional, o Estado belga declara que procura criar um ambiente mais atraente para o processamento de trabalhadores destacados no país, dando, igualmente, especial atenção aos seus direitos e condições de trabalho. A este respeito, instituiu a obrigação do registo por parte dos empresários que

pretendem destacar trabalhadores através de uma declaração denominada de "Limosa", em vigor desde 1 de abril de 2007. As obrigações administrativas inerentes a esta formalidade reportam-se, resumidamente, à informação e atualização, sempre que necessário, dos termos da atividade desenvolvida no país de acolhimento e à apresentação dos documentos dos trabalhadores que se pretendem destacar. Esta iniciativa procurou reforçar a legalidade do trabalho pendular, de acordo com as regras europeias, cujo não cumprimento pode dar origem a sanções penais ou administrativas. O empresário português fica então incumbido de atuar com retidão neste processo, que implica uma relação com a segurança social de ambos os países, sob a forma da emissão dos certificados PD A1 e das declarações Limosa-1.

A pesquisa no terreno

Na ausência de informação mais detalhada sobre os processos em apreço, procurámos explorar pistas analíticas substantivas sobre a presente temática com recurso a uma abordagem etnográfica, aqui encarada a partir de uma prática multi-situada (Marcus, 1995). Na operacionalização da abordagem etnográfica multi-situada foi necessário ativar um conjunto alargado de técnicas de observação, de registo e de inquirição, obrigando a um planeamento exigente do trabalho de pesquisa. Não obstante, o acesso ao local e às pessoas pautou-se igualmente por estratégias exploratórias e adaptáveis à realidade encontrada. Estas características não condicionaram a cientificidade/objetividade da abordagem, antes criaram um processo dinâmico de pesquisa que, sem nunca perder de vista o enquadramento teórico-empírico maturado do estudo, tal como se espera de um programa de conhecimento que consagra o "papel de comando" da teoria (Almeida & Pinto, 1986, p.62), permitiram uma abordagem sensível ao contexto local, às práticas laborais, às experiências e às diferenças culturais encontradas. Para além disso, o local, ou os locais, situam-se em configurações mais alargadas, que são da ordem do político, do económico e do social, – informadas por desigualdades significativas, entre outras –, e as trajetórias dos trabalhadores incorporam os avanços e recuos potenciados, por exemplo, por alterações legislativas nos quadros nacional e europeu.

A execução de todas as atividades levadas a cabo neste contexto de observação implicou a organização de uma vasta e complexa rede de contactos, cujos contributos recolhidos permitiram, então, não só o desenvolvimento de análises acerca das condições de trabalho dos trabalhadores, mas também acerca de questões que as transcendem, mas que nelas se inscrevem: "a investigação etnográfica pode localizar-se em pontos críticos onde estas relações são reconfirmadas e reconstruídas em termos do local e do global, do eu e do outro, do cidadão e do Estado, da sociedade e da economia, etc." (Tutt & Pink, 2019, p. 476, tradução própria).

A importância dada ao reconhecimento de que a indústria não é representada apenas pelos seus operários, mas também por profissionais de outros níveis, como engenheiros, empresários, coordenadores de segurança, etc., assim como por instituições que orbitam em seu redor, e pelas comunidades em que a indústria se insere esteve também na base das opções metodológicas acionadas. A prática da etnografia multi-situada permitiu, desta forma, ir além das condições práticas do trabalho no estaleiro, e contemplar não só as necessidades, os receios, os constrangimentos, mas também compreender a rede de relações de comunicação e de relações de poder nas quais estes estão inseridos (Pink, Tutt & Dainty, 2013).

A investigação etnográfica levada a cabo no contexto de observação estabelecido em Bruxelas traduziu-se no registo de observações, através da redação de diário de campo e da produção de um diário visual (com recurso à fotografia) em relação a uma variedade de incursões: percursos pela cidade e arredores, principalmente em zonas com estaleiros de obra e zonas de habitação, lazer e convívio dos trabalhadores, que permitiram, por um lado, aceder às dinâmicas dos estaleiros visíveis do exterior, aos impactos que os mesmos têm no quotidiano dos locais e na própria paisagem da cidade, e, por outro, reunir os testemunhos de funcionários ou donos de estabelecimentos do setor da Restauração frequentados por trabalhadores portugueses do setor da Construção, de trabalhadores nos seus momentos de pausa ou de refeição, assim como a participação em eventos de convívio dirigidos aos mesmos; visitas ao interior dos estaleiros, através da autorização de pelo menos um elemento presente na obra, que possibilitaram não só a interação com vários trabalhadores, como a observação não participante das dinâmicas de comunicação entre os mesmos, das atividades de trabalho, da distribuição das equipas, etc. Envolvendo um esforço prévio de inventário documental (institucional e estatístico) e de identificação de atores, o trabalho realizou-se, de modo intensivo, durante 10 dias e permitiu, assim, registar informação significativa sobre as práticas e as representações relativas à movimentação de empresas e de operários portugueses da Construção na região de Bruxelas, tanto em relação a questões de trabalho, como de condições de vida e de hábitos de socialização. Foram realizadas 16 entrevistas semidiretivas, objeto de gravação áudio, a quatro empresários portugueses (naturais da Régua, de Mafra e da Suíça), um diretor belga de uma grande empresa local, dois diretores de obra portugueses destacados (naturais de Braga e de Ponte de Lima), quatro oficiais portugueses destacados (naturais de Valongo e de Paredes) e oito informantes privilegiados, afetos a sete entidades distintas: *Confédération Construction Bruxelles-Capitale*; *La Fédération Européenne des Travailleurs du Bois et du Bâtiment* (FETBB); *Fédération Générale du Travail de Belgique* (FGTB); Associação Emaús de Bruxelas (comunidade portuguesa); Órgão representativo da contratação para obras públicas na comuna de *Ixelles*; Federação das Associações Portuguesas na Bélgica (FAPB); e Direção-Geral dos

Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (entrevista essa realizada em Portugal). Foram ainda estabelecidas conversas com vários trabalhadores portugueses emigrados em Bruxelas. Foi, assim, possível documentar as representações que os mesmos têm relativamente à vaga de destacamento de trabalhadores (portugueses e de outras nacionalidades) que se tem vindo a acentuar na última década.

O destacamento de trabalhadores portugueses na indústria da Construção na Bélgica em perspetiva

Para além do incremento da mobilidade laboral e do trabalho destacado na Europa, a reflexão e a análise sociológicas sobre estes fenómenos sublinham, com grande regularidade, a escassez de conhecimento científico pormenorizado sobre a sua lógica de estruturação social, a grande opacidade a que esta última está sujeita e a necessidade urgente de preencher tais lacunas, face aos quadros de desigualdade e de iniquidade a que estarão potencialmente expostas. No quadro da presente pesquisa, e à luz destas questões, procurámos encontrar respostas para pelo menos alguns dos problemas que se inscrevem nestes processos. Foi assim que explorámos percursos de atores institucionais que acompanham, em diferentes âmbitos, a atividade económica e o trabalho no setor e que procurámos conhecer múltiplos agentes sociais envolvidos na indústria da Construção, observando, para esse efeito, as suas atividades na região de Bruxelas, na Bélgica. Tratando-se de uma primeira leitura que resulta de uma incursão que envolveu a recolha de um extenso conjunto de materiais, o presente texto deve ser lido como um trabalho exploratório, convidando a aprofundamentos suplementares. Em todo o caso, uma tal incursão permitiu definir um conjunto de coordenadas interpretativas sobre o lugar dos portugueses no trabalho destacado nesta indústria e sobre o quadro de representações que o informa.

Dimensão já aqui reconhecida como habitual no modo como o trabalho destacado é encarado, em geral, pelos seus estudiosos, também na incursão belga realizada no quadro desta pesquisa sobre a indústria da Construção nos deparámos com o seu reconhecimento como uma realidade opaca. Contudo, a investigação desenvolvida a seu propósito, sem romper totalmente com essa opacidade, permite, pelo menos, superar alguns dos obstáculos que se colocam ao seu conhecimento e defini-la como plural, multidimensional e, talvez mais importante, como um fenómeno em evolução.

O destacamento de trabalhadores na indústria da Construção belga e o lugar dos portugueses, de acordo com responsáveis institucionais do setor

A emigração portuguesa na Bélgica é "histórica". Incomparavelmente menor do que a que foi formada por italianos ou marroquinos, a presença dos portugueses neste país é habitualmente tida como correspondendo a um quadro consolidado de implantação social. A associação dos portugueses à problemática do trabalho destacado e, nomeadamente, aos contornos mais orientadamente tensos de que esta se reveste entre quem acompanha política e institucionalmente o fenómeno não é, por isso, imediata. O foco a este nível, nos tempos que correm, na Bélgica, está muito mais direcionado para os movimentos dos trabalhadores provenientes do Leste da Europa. É para um tal quadro de proveniências nacionais e para um registo específico de problemas sociais que nos remete o vereador do bairro de *Ixelles* (bairro com mais de 80 000 habitantes e com cerca de 50% de votantes potenciais com nacionalidade estrangeira) entrevistado no âmbito deste trabalho:

> "Ouvimos mais sobre isso quando falamos da Europa do Leste em geral, e o que podemos ver, por outro lado, é a devastação desta política de trabalhadores destacados sobre as populações da Europa do Leste. A diferença de padrões de vida é muito maior do que com a comunidade portuguesa e, por isso, o rendimento gerado pelo trabalho aqui é demasiado baixo para satisfazer as suas necessidades, muito dinheiro é enviado para casa e, muitas vezes, têm de trabalhar muito mais para poderem satisfazer as suas necessidades aqui e, por isso, estão a entrar num ciclo de empobrecimento crescente, de grandes dificuldades sociais e de desenraizamento das suas famílias, das suas redes e, portanto, de isolamento. E tudo isto leva, muitas vezes, à falta de habitação, uma situação muito precária nestas comunidades. Falamos mais da Europa de Leste, falamos de romenos, falamos de polacos e não de portugueses (...)."
>
> (Vereador das obras públicas da *Commune d'Ixelles*)

> "(...) Na Bélgica, há uma imigração italiana significativa, há uma imigração marroquina significativa e há menos imigração portuguesa, mas ainda é significativa e histórica. Por isso, temos centros comunitários portugueses aqui, na Bélgica, que já estão bem estabelecidos. Podemos reconhecer os atores com quem trabalhamos, o que não é o caso dos atores da Europa de Leste. A imigração é bastante recente, não é sustentável, digamos assim. É realmente no quadro dos trabalhadores destacados e, por isso, não há criação de laços sociais, não há criação de vizinhos, não há criação de comunidades aqui porque é apenas uma passagem na vida (...)."
>
> (Vereador das obras públicas da *Commune d'Ixelles*)

Em todo o caso, tanto responsáveis políticos locais como responsáveis com atividade no enquadramento económico, político e sindical da indústria da Construção na Bélgica reconhecem que os trabalhadores destacados portugueses são um elemento importante no funcionamento económico e no desenvolvimento do trabalho neste setor da indústria do país. Desenvolvendo leituras com inevitáveis diferenças sobre o significado deste tipo de modalidade de trabalho na indústria belga da Construção e sobre o lugar que nela ocupam empresas e trabalhadores portugueses, os representantes patronais e sindicais entrevistados, no âmbito da presente pesquisa, começam por sublinhar a este propósito alguns aspetos convergentes: o mercado de trabalho na Construção sofreu uma reconfiguração significativa na última década, traduzindo-se em diminuição de investimento e perda de postos de trabalho diretamente criados pelas empresas belgas, e os trabalhadores destacados desempenharam um papel relevante numa tal reconfiguração.

De acordo com um representante da confederação patronal:

> "Depois dos anos 2000, o que aconteceu essencialmente? A Bélgica era um mercado mais estável do que outros Estados-membros da União Europeia. Um pouco como a Alemanha, com um nível de investimento relativamente baixo em relação ao PIB, mas com uma variação relativamente menor do que outros mercados. Então, não tivemos um grande colapso no setor após a crise financeira e económica de 2008. Na verdade, éramos um dos únicos países onde ainda havia uma atividade económica em crescimento. Na Bélgica, como na Alemanha, já agora. Tivemos uma pequena queda depois, mas eu diria que o mercado se comporta ainda relativamente bem, exceto em termos de investimento público, onde houve uma queda muito grande, mas digo isso porque significa que num mercado único europeu, quando há áreas onde ainda há atividades e, claro, isso atrai o resto do mundo para esse mercado. Assim, vimos um número bastante grande de empresas que vieram trabalhar diretamente, mas mais frequentemente como subcontratantes de empresas belgas com trabalhadores destacados, e um movimento razoavelmente maciço de trabalhadores independentes e falsos trabalhadores independentes que vieram trabalhar em estaleiros de construção na Bélgica. (...) Como dizer, houve muita pressão sobre os custos e, por isso, houve uma grande procura de trabalhadores destacados, que vêm trabalhar, por boas ou más razões, mas a preços muito mais baixos do que os trabalhadores belgas. Então isto é algo que foi bastante preocupante. Hoje estamos em... eu não vou dizer hoje, porque ainda não sei os números para 2018. Deve-se dizer que, nos últimos dois anos, temos visto novamente um crescimento bastante significativo na Construção. O crescimento permaneceu muito baixo, estivemos em 0% durante vários anos, e agora estamos de volta ao crescimento de 3%, que é melhor do que o crescimento geral. Assim, até 2017, 25% das pessoas empregadas em estaleiros de construção na Bélgica eram trabalhadores destacados. Destacados ou independentes provenientes de um outro Estado-membro. Esta é uma das taxas mais altas da Europa."
>
> (Coordenador na *Confédération Construction Bruxelles-Capitale*)

O diagnóstico de representantes institucionais do sindicato da Construção da região de Bruxelas e Lovaina (a secretária sindical da secção da Construção de Bruxelas e o futuro presidente do sindicato), com uma longa experiência no acompanhamento do setor, não se afasta diametralmente desta leitura, sublinhando imediatamente o *dumping* social subjacente ao processo de recomposição verificado:

> " (...) porque se perderam 20.000 postos de trabalho desde 2012 no setor, por isso, por causa do *dumping* social, e temos notado que há muitos trabalhadores portugueses. (...) E o que estamos a ver é que os trabalhadores belgas estão a ser despedidos (...) e o trabalho está a ser feito por trabalhadores destacados, portugueses, romenos, búlgaros, polacos, ou estão a ser despedidos, portanto, na pior das hipóteses. Então aí está, assim sem mais nem menos, perdemos 20 000 empregos. Entre 20 000 e 25 000 empregos belgas no setor. Este é um fenómeno enorme. (...) O problema é que quem vem do estrangeiro, sejam portugueses ou romenos, não faz muita diferença. Eles são muito mais baratos do que um trabalhador na Bélgica. Assim, muitas vezes, as empresas quase utilizam que, em certos ofícios, por exemplo, a alvenaria, quase não há trabalhadores de origem, que vivam aqui na Bélgica, a desempenhar este ofício. Tudo é feito por empresas estrangeiras, com pessoas que nem sequer são pagas por hora, mas pelo metro quadrado, por isso temos pessoas trabalhando 17, 18, 20 horas, porque são pagas pelo metro quadrado e não à hora."
>
> (Representante da *Fédération Générale du Travail de Belgique* – FGTB -, Bruxelles)

Um segundo aspeto salienta o potencial evolutivo do fenómeno do destacamento de trabalhadores na Europa e as injunções contraditórias em que este se poderá integrar.

Os representantes patronais destacam os riscos de uma evolução marcada já não tanto pelos custos salariais mais baixos, mas pela pura e simples ausência de mão de obra disponível para trabalhar no setor:

> "(...) Neste momento, não nos podemos queixar. As coisas estão a correr bem. Temos novamente … e este é o lado negativo do balanço dos problemas laborais, porque temos uma escassez de mão de obra em toda uma série de profissões onde já não há trabalhadores qualificados na Bélgica. E como a Construção voltou a subir, não só na Bélgica, mas também no resto da Europa, todos nós temos o mesmo problema. Eu fui a uma reunião da nossa federação europeia anteontem. Todos têm o mesmo problema de escassez de mão de obra na indústria da Construção. Em toda a Europa, ou seja, mesmo o destacamento não é uma solução. Estamos também em competição para [encontrar mão de obra]. "
>
> (Representante da *Confédération Construction Bruxelles-Capitale*)

Por sua vez, os responsáveis sindicais relevam o risco, na ausência de efetiva regulação nacional e europeia, de uma evolução marcada por tensões racistas e nacionalistas entre trabalhadores permanentes instalados no setor e trabalhadores de outras origens nacionais:

> "Aqui a visão do sindicato no nosso país é que todos são bem-vindos para trabalhar na Bélgica, mas tudo o que pedimos é que os trabalhadores aqui portugueses, porque o estudo é sobre os portugueses que aqui vêm, devem ter as mesmas condições e os mesmos salários que os nossos trabalhadores. Assim, não há competição entre os dois. Hoje isso é verdade e, às vezes, é quase racismo. Dizem que vão para o seu país porque vêm para roubar o nosso trabalho e agora não temos nada e por isso lá vão, às vezes é muito complicado. Portanto, o que pedimos como sindicato, e você verá isso também com o sindicato europeu, é que no país onde você vai trabalhar, e esta é normalmente a legislação também, você deve ter as condições de trabalho deste país; então para aqui, as condições de trabalho que permanecem em vigor na Bélgica, então estão todas nestes livros com os salários que estão neles, e, em segundo lugar, todos os impostos, todas as contribuições para a segurança social, pensão, Mutualidade são pagos como os trabalhadores fazem aqui na Bélgica. Isto não se faz, nunca se faz, tantas vezes as pessoas são pagas debaixo da mesa, são pagas."
>
> (Representante da *Fédération Générale du Travail de Belgique* – FGTB -, Bruxelles)

Um terceiro aspeto saliente diz respeito a problemas de regulação legal do destacamento de trabalhadores. Dadas as especificidades da legislação laboral belga, para além de manipulações do próprio estatuto de cidadão nacional dos trabalhadores destacados (por exemplo, trabalhadores brasileiros passam por portugueses e nem sempre as autoridades do trabalho conseguem distinguir sotaques, o mesmo se passando com outras nacionalidades), verificam-se, globalmente, tentativas crescentes de contornar questões centrais na lei laboral belga – como as relativas ao cumprimento de horários de trabalho e de quotizações sociais – com recurso a falsos trabalhadores independentes. Entre vários processos, com uma lei de acesso aos mercados públicos de construção muito rigorosa em matéria de taxação, de regulação de salários e cumprimento de horários de trabalho, com taxas de sindicalização da mão de obra permanente das empresas (nomeadamente das maiores) na ordem dos 100% e, ao mesmo tempo, com a generalização da subcontratação, o uso de mão de obra com o estatuto de independente permite não apenas intensificar a jornada de trabalho, mas também escapar ao pagamento de impostos no país e ao cumprimento de obrigações legais de vária ordem. Difíceis de seguir pelas autoridades e de representar pelos sindicatos, como reconhecem representantes patronais e sindicais, numa convergência de posições assumida (pelo menos entre representantes das pequenas e médias empresas e sindicatos), tais práticas interfe-

rem ativamente com a estrutura do mercado de trabalho, alterando com injustiça a sua configuração.

O representante patronal entrevistado descreve o problema com muito detalhe:

> "(...) Há muitos pequenos empresários que não querem contratar pessoal porque é verdade que, administrativamente, é muito trabalho, é correr riscos, as pessoas ficam doentes, e assim por diante. Assim, eles querem evitar isso e todas as chatices relacionadas com isso e, por outro lado, associam-se a outros independentes. Conheço alguns deles que estão muito bem estabelecidos, há até alguns que trabalham e você vai e assim eles têm a sua qualificação profissional, mas eles decidem trabalhar juntos e assim eles vão realizar obras de renovação em geral; estes são trabalhos de relativamente pequena escala e assim, é dizer, há um que tem um pouco mais de talento comercial, o outro que é um carpinteiro, há um eletricista, há um pintor de teto e eles trabalham com quatro ou cinco [colegas] sistematicamente. Então isto está totalmente autorizado, não há problema e é uma forma de trabalhar entre independentes que lhes permite assumir uma missão completa e cada um faz a sua parte do mercado. A outra coisa que é muito mais fraudulenta são os sócios ativos. (...) Portanto, estes são a base dos trabalhadores independentes que não são pagos como empregados ou mesmo como independentes, mas são pagos como coaccionistas, coparceiros na empresa. Isto é muito interessante do ponto de vista do mecanismo fraudulento, porque quem usa falsos independentes no caso de uma inspeção que dê errado será informado: «Mas ouça, essas pessoas não são independentes, você dá-lhes instruções, você fornece-lhes materiais, você fornece-lhes ferramentas, na verdade eles são falsos independentes.» Deveria tê-los aceitado como trabalhadores assalariados, mas concordou em aceitá-los sob contrato da empresa. O contrato da empresa é falso porque, de facto, deveria ter sido um contrato de trabalho e por isso você é o empregador. Se você chamar uma empresa com parceiros ativos, será realizada uma inspeção e você dirá: «Ah, mas ah, mas esses trabalhadores não trabalham como independentes.» E depois o que acontece, quem é o patrão? O empregador é a empresa, não é aquele que recorre à empresa e, portanto, pode-se, de facto, contornar o pagamento de encargos sociais e impostos sobre o trabalho, seja trabalhando como um falso independente, que é a desvantagem de haver tantos contratos quanto falsos independentes, ou como um sócio ativo, há apenas um contrato com a empresa da frente e todos aqueles que estão por trás são sócios ativos. Portanto, em caso de controle, o problema de alguma forma desaparece porque a empresa se torna o empregador, mas a empresa provavelmente terá como gerente alguém cujo domicílio tenha sido fixado em algum lugar numa caixa postal onde a pessoa nunca será encontrada e, é isso, não há mais ninguém. Há vítimas que são independentes, falsos independentes, mas não há ninguém para culpar."
>
> (Representante da *Confédération Construction Bruxelles-Capitale*)

Reconhecendo o procedimento, o representante sindical destaca sobretudo a dificuldade que se coloca na luta contra os falsos independentes e, em particular, a própria impossibilidade de representar sindicalmente estes ativos no setor, num

quadro de ação sindical já fragilizado pela subcontratação, nomeadamente nas empresas mais pequenas. Em alguns casos, o recurso à figura do falso independente não chega a ser do conhecimento do próprio visado:

> " (...) São vistos como trabalhadores independentes por fazerem parte da sociedade, sem terem consciência disso, não têm estatuto de trabalhadores, por isso, para nós, não sabemos como defendê-los, e as condições de trabalho não se lhes aplicam, porque a diretiva do destacamento de 1996 foi transposta na Bélgica, dizem: «Aí está, salário igual para trabalho igual.» (...) Também se aplica aos trabalhadores destacados, mas eles contornaram o sistema tornando as pessoas independentes. E como trabalhador independente, não tem horas de trabalho, pode trabalhar ao fim-de-semana, é um contrato entre o trabalhador independente e o cliente, não tem o salário mínimo do setor, pelo que não se aplicam todos os acordos que foram celebrados a nível setorial. (...) É terrível, então você realmente percebe que o emprego fixo de trabalhadores da Construção caiu, o número de independentes subiu, e é isso aí (...). (...) Mas, agora temos o novo fenómeno dos independentes e é difícil lutar contra ele. Sim, podemos enviar a inspeção e dizer que ele não é um trabalhador independente, ele é um trabalhador porque recebe as suas horas diretamente. Ele tem um cronograma, mas antes de provar o procedimento, leva um tempo enorme, porque há muito poucos inspetores. Ao nível da inspeção social, estão sobrecarregados com todos estes processos, não sabem como seguir tudo, leva tempo, mas na maioria dos casos a empresa já saiu."
>
> (Representante da *Fédération Générale du Travail de Belgique* – FGTB -, Bruxelles)

Um quarto aspeto remete para a associação do trabalho destacado com uma crise de reprodução da mão de obra do setor e, especificamente, com um problema presente e futuro de qualificações dos respetivos ativos. O seguinte diálogo entre as entrevistadoras e os entrevistados representantes da confederação patronal restitui preocupações significativas e prioridades de ação a este nível:

> *Entrevistado*: "Eu, pessoalmente, já trabalho aqui há quase dez anos. O *dumping* social tem sido um tema desde o início da minha carreira, dizendo: 'não vai dar certo, temos que fazer algo a respeito ou, pelo menos, encontrar soluções.' (...) Agora o assunto é que estou sem mão de obra. Como encontrar homens qualificados? O que não era o caso há dois anos. Há dois anos era sim, sim, o *dumping* social não está bem. Hoje temos de abrir centros de formação. Temos de formar os que procuram emprego porque já não conseguimos satisfazer a procura.
>
> *Entrevistadora*: "A profissão de construtor é valorizada na Bélgica?"
>
> *Entrevistado*: "Não, isso é um problema que nós temos. Bem, depende. As profissões intelectuais, sim engenheiros e outros, sim agora as profissões dos trabalhadores da construção civil no processo educativo na escola foram relegadas para um nível que – vou usar uma palavra forte -, mas é um pouco de educação do lixo. Tenta-se a educação geral para tentar entrar na universidade, falha-se, vai-se para o ensino técnico. Isso não é bom: tu vais para o ensino profissional. Então, é uma cascata que nos traz

aqui. Com os jovens em Bruxelas, fizemos o exercício, temos cerca de 200 jovens a sair da educação na Construção em Bruxelas. Apenas 4% estavam no setor no ano seguinte. Isto também significa que o Estado investiu em 200 jovens através de instalações e pessoal e tudo isso, só que apenas estes se encontram no setor no ano seguinte. Então, porquê? Porque existe um desencontro entre o processo de formação e a realidade no terreno. Colocar uma parede num local seco aquecido e a começar às 9 da manhã não é o mesmo que colocar uma parede a partir das 6 da manhã, quando há um chuvisco e está frio. Então não, o que fizemos foi pegar nos jovens e colocá-los no local o mais cedo possível e dizer-lhes que este é o setor da Construção, está no local e conseguimos passar de uma taxa de transição de 4% para 34%".

Uma conselheira social da Federação Europeia dos Trabalhadores da Madeira e da Construção, anteriormente conselheira política pelo acompanhamento das questões europeias e internacionais numa grande organização sindical francesa, também ouvida sobre este assunto no âmbito da presente pesquisa, não ignorando o problema, alerta, em complemento, para a importância de conhecer as razões que estão subjacentes à crise de futuro que os jovens nacionais em diferentes Estados europeus associam ao trabalho na indústria da Construção:

Entrevistadora: "E o que acha da questão da escassez de mão-de-obra? É algo que ouvimos muito... ouvimos muito: 'há falta de mão-de-obra'."

Entrevistada: "Bem, em alguns ofícios talvez. Porque eu também tenho frequentemente discussões com os empregadores e eles dizem-me, por exemplo, que: 'não há mais soldadores em França'. É por isso que, em geral, todos os soldadores em França são romenos, porque, aparentemente, na Roménia, há muitos soldadores e, em França, já não há soldadores. Gostaria de acreditar nisso, mas penso que o problema é que, em vez de falar da escassez de mão de obra, é saber porque não há ninguém nestes setores e quando vemos realmente as condições de trabalho na Construção, esse facto não faz um jovem imaginar entrar na indústria da Construção, sabendo que já existe uma hipótese em duas de não ser contratado porque é mais barato encontrar outro [no] sistema de trabalho destacado ou assim por diante. Mesmo que sejam contratados, na Construção, os salários ainda estão próximos do salário mínimo, não mais, mesmo depois de vinte anos de carreira. Estamos a aumentar os salários um pouco mais, mas as condições de trabalho ainda são muito baixas, então, sim, os jovens não sonham com isso. O que deve ser feito é obviamente elevar o perfil da profissão, oferecer formação e até mesmo tornar o trabalho mais atrativo, e isso também envolve remuneração. Acredito, de facto, que há menos mão de obra em certos aspetos da profissão, mas, infelizmente, penso que este é realmente um problema vocacional que também está ligado ao facto de o mercado de trabalho neste setor ser muito baixo."

É nesta configuração que se inscreve a ação dos trabalhadores destacados portugueses. Ainda que não tendo nesta um papel preponderante, uma tal presença envolve, contudo, uma participação modalizada no conjunto identificado e algumas propriedades específicas que informam as tomadas de posição dos atores

do setor. Sintomaticamente, as leituras dos atores entrevistados privilegiam aspetos precisos desta presença portuguesa. Os representantes patronais estão particularmente atentos à configuração da inserção de empresas e de trabalhadores portugueses no processo, bem como à sua génese, sublinhando, por um lado, as diferenças de capacidade de instalação das empresas portuguesas da Construção na Bélgica e o significado distinto de que se reveste a presença de empresas que são (sub)contratadas pelo capital técnico que possuem e, por outro, a relevância da subcontratação de empresas pelo que significam em matéria de acesso a mão de obra barata, num quadro em que as empresas portuguesas que destacam trabalhadores são claramente ultrapassadas por outras provenientes de outros países que praticam preços mais baixos. Em todo o caso, num tal quadro, tudo aponta para que a presença dos trabalhadores portugueses seja mediada por três grandes configurações de entrada, uma claramente dependente de grandes grupos empresariais, uma outra de pequenas empresas subcontratadas, em diversos níveis, e ainda uma outra que se configura em torno do recurso a trabalhadores independentes, mais ou menos verdadeiros. As incidências da leitura que os representantes patronais efetuam são visíveis nos seguintes depoimentos:

> "Eu diria que, no caso de grandes projetos, existem grandes projetos em que há empresas portuguesas a trabalhar como subcontratantes, como co-empreiteiros. Como dizia B. [colega], quem entrega o contrato diretamente, sabendo que, apesar da abertura dos mercados a nível europeu, pela simples questão da familiaridade local, é sempre mais fácil para uma empresa belga atribuir o contrato para um estaleiro na Bélgica do que para uma empresa portuguesa. Muitas vezes, existe uma associação entre empresas onde cada uma traz o seu *know-how* e as suas capacidades, etc., ou aquele que terá a liderança é antes a empresa local, quanto mais não seja pelas questões administrativas e tudo isso. Eu diria que, para grandes projetos, as empresas portuguesas vêm trabalhar como subempreiteiros ou diretamente. Agora, no resto do mercado, o que vemos muito menos na Bélgica, como vimos no passado, é pequenas empresas portuguesas a trabalhar no mercado privado. Há muito menos destas aqui do que no passado. Eu diria que esta parte do mercado é constituída por outras empresas europeias de outros países, principalmente empresas da Europa de Leste. Estas são principalmente polacas e romenas, embora vejamos quase tantas romenas como antes. (...) (…) Duas coisas devem ficar claras: quando se tem empresas que vêm com trabalhadores em regime de destacamento, há dois cenários. Há o caso de *Casais*, *Duarte* e assim por diante. Estas são empresas que realmente vêm trabalhar com, como devo dizer, com a sua capacidade de negócio, os seus gerentes, há engenheiros, etc. E então você tem subcontratação, que é realmente subcontratação de capacidade. Na Bélgica, durante muito tempo, desde o início dos anos 80 até aproximadamente o início dos anos 2000, o trabalho temporário foi proibido na construção civil, o que levou a um recurso maciço à subcontratação. «Preciso de 50 trabalhadores, não os tenho no meu pessoal, mas é só por um período de um ano, o que é que eu faço? Eu subcontrato? Peço a um subempreiteiro para vir trabalhar?» Assim, na Bélgica, durante muito tempo, o trabalho temporário foi subs-

tituído pela subcontratação e o hábito permaneceu. Assim, para, como podemos dizer, satisfazer as necessidades da força de trabalho, recorremos a subempreiteiros e onde havia o que chamávamos de fornecedores de mão de obra belgas, que eram obviamente pessoas com quem não era fácil conviver. Eles foram completamente excluídos do mercado por fornecedores de mão de obra de outros países europeus onde o trabalho é mais barato. Sabendo que ainda hoje o salário horário mínimo búlgaro é dez vezes inferior ao salário horário mínimo na Bélgica, existe obviamente um grande interesse. E assim são criados os circuitos de mão de obra barata em toda a Europa e este é o problema a que chamámos *dumping* social através do destacamento, que era um enorme problema na Bélgica até não há muito tempo."

(Representante da *Confédération Construction Bruxelles-Capitale*).

Por sua vez, e para além de acentuar o problema constituído pela dinâmica de concorrência desigual estruturada em torno dos salários baixos que está subjacente ao modelo de destacamento, a que se acrescentam os problemas decorrentes das condições de trabalho e de vida fora do trabalho experimentadas pelos trabalhadores destacados, em geral, uma realidade de que também os portugueses podem ser vítimas, os representantes dos sindicatos priorizam as questões que estão subjacentes às dinâmicas de defesa sindical dos trabalhadores e à dinâmica de medo que os envolve. A representante do Sindicato Europeu da Construção leva um pouco mais longe este raciocínio e salienta a importância da capacidade de defesa de interesses laborais que diferentes categorias nacionais de trabalhadores destacados estão em condições de realizar. A este propósito, os trabalhadores portugueses, sendo nisso acompanhados pelos espanhóis, são tidos como ativos na defesa de interesses, incluindo a nível sindical, salientando a responsável sindical europeia o trabalho que os sindicatos da Construção portugueses, espanhóis e franceses realizam no acompanhamento mútuo de ações neste domínio e como isso pode contrariar o medo, dominante entre trabalhadores, de expor os problemas durante o destacamento:

Entrevistadora:" (...) E há algo de especial nesta migração portuguesa? Desta força de trabalho?"

Entrevistada: "Particularidade? Eu diria mais no sentido de que eles defendem os seus direitos mais do que os outros trabalhadores. Isto significa que, se tomarmos todos os trabalhadores destacados, os mais vulneráveis são muitas vezes os trabalhadores romenos, os trabalhadores polacos, os trabalhadores búlgaros, enquanto os portugueses, os espanhóis, em geral, não se deixam aproveitar. Isto significa que, assim que virem uma injustiça, irão às organizações sindicais, pedirão ajuda e nós ajudá-los-emos. Enquanto os trabalhadores romenos destacados, especialmente os trabalhadores romenos, em geral, não dizem absolutamente nada às organizações sindicais, a menos que deixem realmente de ser pagos. Se já não são pagos, vemo-los partir, mas se não, antes disso, aceitam condições, a serem pagos 500 euros por mês, por várias razões. O salário

mínimo romeno de 300 euros – já está certamente nos 300 euros, – e podemos dizer a nós próprios, não sei «ganho 600 euros, o dobro do salário mínimo», por isso talvez haja esta ideia, mas há também, penso eu, a cultura que é muito fechada em relação às organizações sindicais, há pouca ou nenhuma confiança nas organizações sindicais na Roménia. Agora, ela está sendo construída, mas, durante anos, a história significou que não existiam organizações sindicais, então eu acho que é muito difícil para eles ter esta abordagem de ir às organizações sindicais em caso de um problema, então quando eles estão num país onde eles não falam a língua, eles não vão às organizações sindicais, então eles ficam muito vulneráveis. Eles não fazem nada, eles sofrem, enquanto os portugueses e os espanhóis, eu acho que eles são muito mais reativos, se houver uma injustiça, eles vão dizer o que em geral, não todos eles, mas ... Porque há mais confiança nos sindicatos por parte das organizações em Portugal e Espanha. Em Portugal, existem organizações sindicais fortes, em Espanha também, por isso, penso que existe uma cultura ligeiramente diferente em relação às organizações sindicais e, portanto, mais exigências por parte delas."

Entrevistadora: "Vocês [o sindicato francês] têm contatos com os sindicatos portugueses, por exemplo?"

Entrevistada: "Sim, sim. Com a FEVICCOM."

Entrevistadora: "FEVICCOM? Vocês têm isso a nível de... organizaram um encontro ou é porque é a nível europeu, porque eu sei que a FEVICCOM faz parte do sindicato europeu."

Entrevistada: "É porque fazemos atividades em conjunto sobre a questão do destacamento. Normalmente, no próximo ano, eu não estarei mais em funções, porque era o que eu fazia na CGT, então eu não estarei mais em funções, mas nós tínhamos planeado realizar um curso de formação sindical em regime de destacamento entre a FEVICCOM, a CGT na França e as *Comisiones Obreras* na Espanha. Se diferentes pessoas da FEVICCOM virem os problemas dos trabalhadores portugueses destacados, podem contactar diretamente os ativistas sindicais franceses ou espanhóis (...)."

Segundo os pontos de vista dos atores institucionais ouvidos, a mão de obra portuguesa destacada na indústria da Construção belga não constitui o caso nacional que concentra a maior atenção na discussão pública a que este assunto, polémico, está sujeito no país. Uma tal atenção tem estado polarizada em torno da mão de obra proveniente do Leste da Europa. Importa, contudo, ter presente que o trabalho português destacado na indústria da Construção do país não é imune a processos de desqualificação e de posicionamento opaco no interior do sistema de emprego – aspetos centrais de definição pública do destacamento no trabalho enquanto problema na Bélgica -, ainda que possua, pelo menos em alguns casos, uma inserção em segmentos capacitados económica e produtivamente do mercado de trabalho. Num mercado hierarquizado, sensível à subcontratação, mas com regras apertadas na definição do acesso às grandes obras públicas – em matéria de legislação laboral, desde logo -, a mão de obra portuguesa "não é a mais barata" e, contrariamente a outras, é, ela própria, na perspetiva dos sindicatos, mais sensível,

em termos relativos, à justiça no cumprimento de direitos no mercado de trabalho transnacional da Construção no país.

Ver por dentro a lógica em que se configura o destacamento dos trabalhadores portugueses na indústria da Construção Belga

Em aproximações sucessivas, a incursão efetuada no âmbito da presente investigação junto dos ativos portugueses envolvidos no processo de destacamento de trabalhadores na indústria da Construção belga confirma, no essencial, o retrato efetuado pelos agentes institucionais previamente entrevistados a este propósito: as trajetórias dos agentes envolvidos no trabalho destacado acompanham os ciclos de crise e de recomposição a que a economia e o mercado de trabalho na Construção estiveram sujeitos na última década; é igualmente claro que o recurso ao trabalho destacado português na Bélgica se relaciona com um processo de procura de embaratecimento dos custos da mão de obra suportados pela indústria; e que esta procura se confronta, crescentemente, com uma ausência de mão de obra qualificada que assume contornos problemáticos para o setor. A incursão efetuada permite, contudo, introduzir no retrato algumas especificidades adicionais que decorrem do enfrentamento prático e técnico das incidências sociais e legais do destacamento e que são, largamente, função do quadro organizado e da trajetória em que se inscreve a ação dos protagonistas destes movimentos.

Em complemento, parece ser, assim, claro, para os agentes envolvidos neste processo na Bélgica, que a presença dos trabalhadores destacados portugueses se tem vindo a recompor e a afirmar também a partir do capital económico, cultural e técnico instalado nas empresas. As empresas mais capacitadas em matéria económica, cultural e técnica têm margem mais alargada não apenas para responder aos requisitos económicos e técnicos que estão inscritos no processo de mobilização transnacional de mão de obra, mas têm também maior capacidade para fazer face aos desafios sociais e legais que assim se configuram. Com esforço acrescido, as pequenas empresas são também capazes de acompanhar estes processos, frequentemente a partir de estruturas organizacionais muito pequenas, mas funcionalmente e tecnicamente adaptadas às dinâmicas da subcontratação. As empresas com maior volume de capital profissionalizam as funções de gestor de projeto que estão associadas ao desenvolvimento destas atividades. Mário R., engenheiro civil, responsável técnico de uma média empresa por uma área de projeto empresarial que se ocupa desta atividade – empresa com sede no Norte de Portugal, com 50 a 70 trabalhadores destacados na Bélgica –, descreve os procedimentos em que se ocupa de modo muito pormenorizado, revelando um horizonte delimitado de preocupações essenciais para o cumprimento do destacamento:

Entrevistado: "Portanto, o pessoal não é pago à hora pelo empreiteiro geral, pelo cliente, é… (...) O trabalho efetuado é pago metro quadrado, ok? (...) Portanto, aquilo que produzires é o que tu recebes."

Entrevistadora: "E aí tiram para si, não é? Fazem a distribuição…"

Entrevistado: "Esse dinheiro, essa produtividade, tem que dar um rendimento mínimo. O rendimento é produtividade por trabalho hora, ok. Por horas efetuadas para produzir aquilo (...) E desse rendimento tem que se ter um rendimento tal que dê para pagar a todos os funcionários, para pagar à parte administrativa da empresa e para ter uma margem de lucro choruda para poder continuar a investir e para poder continuar fazer crescer a empresa".

Entrevistadora: "Tem salários fixos?"

Entrevistado: "Eh, o pessoal que trabalha é todo à hora…"

Entrevistadora: "Ok, se não vão trabalhar, não recebem?"

Entrevistado: "Se não vão trabalhar, não recebem. Recebem a alimentação. Se não vão trabalhar não recebem (...) Estão destacados (...) Recebem à hora, não está no contrato (...) Recebem mais (...). Deixa-me explicar as coisas direito. Tu assinas uma coisa em Portugal, um contrato, certo? (...) Vens para cá, para a Bélgica, mas já sabes o acordo que tens, isto a nível do [contrato] oficial. Já sabes que o acordo que tens é um acordo de trabalho à hora (...) Cada funcionário tem um valor hora que varia mediante as capacidades que o mesmo apresentar (...) Eles, lá em baixo, dizem todos que são os campeões e chefes de corrida, chegam cá acima e, muitas vezes, nunca viram uma escora ou um martelo."

Entrevistadora: "Isso depois avalia-se aqui?"

Entrevistado: "E depois é avaliado cá, é conversado com o funcionário e o funcionário, se tiver de acordo, (...) fica e recebe a partir daí, recebe aquele valor. Se não tiver de acordo, é-lhe pago um valor que foi-lhe dito lá em baixo que se, o valor máximo que lhe foi dito lá em baixo, em Portugal, que ele receberia, é-lhe pago a viagem e ele volta para Portugal. Ficamos todos contentes".

Entrevistadora: "Mas recebem, pelo menos, o salário mínimo daqui?"

Entrevistado: "Recebem mais do que o salário mínimo daqui. (...) Isso depois dos recibos e tudo mais é outra história (...) tenho quase a certeza de que o que é declarado em Portugal, é declarado um valor acordado com o funcionário."

Nas empresas mais pequenas, os empresários, com ou sem a ajuda de pessoal especializado, ocupam-se também destas funções. Estas representam, sistematicamente e sobretudo por força da exposição ao controlo das autoridades de inspeção do trabalho, uma fonte de preocupação crescentemente integrada no respetivo repertório de atividades quotidianas. André V. é um empresário há seis anos em atividade na Bélgica, com momentos em que chegou a ter mais de vinte trabalhadores destacados a operar neste país. Com o tempo, habitou-se a realizar, em conjunto com a equipa que dirige, uma gestão estratégica de obras em Portugal e na Bélgica, para potenciar o esforço. Ainda que não tenha presente todos os procedimentos, conta com apoio para desenvolver a logística do destacamento dos trabalhadores:

Entrevistado: "Nós fazemos muito bem a gestão de trabalho aqui e lá, não é? Para compensar o, o trabalho aqui, como, como aqui temos sempre excesso de trabalho, eh, dá muito jeito lá que, que, que fique até de vez em quando para…"

Entrevistadora 2: "Ah! Então, eles [os trabalhadores destacados] estão sempre lá?"

Entrevistado: "Eles estão sempre lá, vêm três, quatro vezes ao, ao ano aqui. Mas, neste momento, *tão só* oito pessoas (...) Baixámos estrategicamente para apertar um bocadinho o cliente, conseguimos…"

Entrevistadora 2: "Como é que baixa? Tem, tem que dispensar os trabalhadores?"

Entrevistado: "Não, não, metemos aqui [em Portugal]. (...) Metemos aqui, estamos sempre com necessidade aqui…"

(...)

Entrevistadora 1: "E pode explicar a, a logística de, quando…"

Entrevistadora 2: "De ir para, para a Bélgica, de ir trabalhar pra lá?"

Entrevistado: "Um carro…"*Entrevistadora 1*: "Um carro, mas um carro... como?"

Entrevistado: "Carro de, de, de passageiro e de, temos que ter o, o carro preparado para as necessidades que tem lá, neste caso, eh, lá, em termos materiais, *são muito poucas, portanto, é praticamente o carro de transporte…* (...) já tivemos 3 carros, não é? Vai, vai, vai-se fazendo a logística mediante as necessidades… (...) Casa: casa, pagamos renda, pagamos água, pagamos tudo como se tivéssemos uma casa alugada aqui. No entanto, como é difícil sermos nós, empresa, nova, e eles [a empresa belga que subcontrata] não precisam de dinheiro, basicamente os belgas tão muito bem de saúde, financeira e, eh, e, eh, pronto, o nosso cliente ajuda-nos nisso, nessa parte logística, arranjar casa lá. (...) Inicialmente, meteram-nos num barraco. Ameacei logo que vinha logo na mesma semana para baixo. Arranjaram-nos depois uma casa bastante boa, estão muito bem instalados neste momento lá…"

Entrevistadora 2: "Eles ficam sempre lá? Os outros trabalhadores vivem lá?"

Entrevistado: "Sempre numa casa, em X [localidade a 30 km de Bruxelas], que é a meio de, de, da Bélgica… (...) E fazem tudo aí."

O reconhecimento desta capacidade de responder perante as exigências que a lei consagra em matéria de destacamento de trabalhadores é um aspeto que os mecanismos de contratação formalizados a partir das dinâmicas do estaleiro integram progressivamente, nomeadamente entre empresas com dimensão mais estruturada. Joannes S., um diretor de uma empresa de construção de classe 7 (na Bélgica, a classe máxima, que permite realizar obras públicas de grande exigência, é a 8), engenheiro civil e arquiteto de formação, com larga experiência na gestão de obras na região de Bruxelas, subcontrata empresas portuguesas no âmbito das suas atividades e tem também uma leitura clara da importância da capacidade instalada que estas revelam para se integrarem no mercado da Construção belga. Num quadro de grande competitividade no mercado da Construção do país, os preços, a qualidade e o cumprimento de prazos são critérios determinantes. As empresas portuguesas que se revelam capazes de responder a estes critérios, integram-se e tornam-se reconhecidas, sendo, por isso, recomendadas no momen-

to da subcontratação. Tal é tanto mais importante quanto este processo se possa verificar com o pessoal "todo em ordem".

Importa, contudo, não esquecer que a exposição ao lado mais problemático do destacamento de trabalhadores, dos pontos de vista legal e social, aumenta com a debilidade organizacional e com a própria exposição às cadeias de subcontratação e, com estas, ao esmagamento dos preços praticados em matéria de contratação de serviços. Nem todos os empresários conseguem ajustar os seus negócios a preços e a regras legais no recurso a trabalhadores destacados. No decurso do trabalho de campo realizado, emergem com regularidade, a partir do estaleiro, empresários portugueses, já sediados na Bélgica, que têm leituras muito críticas, mas reveladoras, do recurso ao destacamento de trabalhadores, das suas exigências e do modo como está a ser potenciado.

João A. é um empreiteiro, proprietário de uma microempresa na Bélgica, que assalaria três portugueses e um equatoriano. Há 23 anos na Bélgica, tem uma opinião vincada sobre o destacamento de trabalhadores de Portugal, que considera uma prática que veio "apodrecer o negócio". Reconhecendo que o destacamento de trabalhadores envolve encargos sociais significativos, tem a noção, no entanto, de que não consegue concorrer com os preços praticados pelas empresas que estão envolvidas nestes contratos.

Duarte P. é empresário em Bruxelas. Começou, com sofrimento, como trabalhador destacado, numa empresa com cerca de duzentos trabalhadores. A pequena empresa que, entretanto, fundou, especializada em acabamentos externos, tem 17 trabalhadores, entre portugueses, espanhóis e trabalhadores oriundos de África. Explorando a lei belga e "para sermos competitivos", transformou parte dos funcionários em trabalhadores independentes, recorrendo à figura dos *sócios-ativos*. O extenso diálogo que se reproduz seguidamente é, a vários títulos, ilustrativo do modo de operar de um empresário que, sob pressão de preços, procura manter-se em jogo (ainda que claramente em desfasamento com o negócio – "detesto isto"), não podendo e não contando com o trabalho destacado nas suas equações de trabalho:

> *Entrevistado*: "Ah, então, eu explico-te. Tu aqui só tens duas hipóteses de ser, três. Ou portugueses, tá a acabar, portugueses com contratos de Portugal destacados para cá, ou assalariados, que são os que têm direito a tudo e a mais alguma coisa; mas cada homem fica [custa] para nós, se ele ganhar 1.600 [euros] pago 4.800 [euros] [refere-se às cotizações sociais, seguros e impostos na Bélgica]. "
>
> *Entrevistadora 1*: "Por causa dos impostos e tudo."
>
> *Entrevistado*: "E os prémios, férias. 4 mil e tal euros."
>
> *Entrevistadora 1*: "Ok."
>
> *Entrevistado*: "E há outra, que é os sócios ativos que é uma percentagem da empresa, mínima".

Entrevistadora 1: "Ah."

Entrevistado: "São independentes…"

Entrevistadora 1: "Independentes, mas com ligação…"

Entrevistado: "A forma legal que eles [o sistema de emprego belga] arranjaram de a gente trabalhar legal e ser possível trabalhar. De outra forma, para nós, não é possível."

Entrevistadora 1: "Então, mas eles têm uma pequena cotação da empresa?"

Entrevistado: "Sim."*Entrevistadora 1*: "E têm exclusividade? Só podem trabalhar para a sua empresa?"

Entrevistado: "Só."

Entrevistadora 1: "Ou podem ser sócios ativos em mais do que uma?"

Entrevistado: "10."

Entrevistadora 1: "Podem ser em várias? Que, no fundo, são independentes?"

Entrevistado: "Exatamente."

Entrevistadora 1: "Mas são sócios? São sócios ativos porque estão a trabalhar?"

Entrevistado: "Eles são cinco por cento de 1.000 partes. Eu tenho 1.000 partes, eles têm cinco".

Entrevistadora 2: "Mas, em caso de dívida, se a empresa contrair muitas dívidas, o que é que acontece?"

Entrevistado: "Tamos a falar de 1.000 partes, eles têm cinco. Percebeste o que eu estou a dizer?"

Entrevistadora 1: "Ok."

Entrevistado: "Além disso, não acontece. Nenhum patrão tem interesse em que ele fique, porque há parte das dívidas, mas também há a outra parte. E é mais fácil haver a parte dos carros, das casas, do que haver a parte das dívidas. Porque as dívidas é a empresa que deve, só depois vai aos sócios".

Entrevistadora 2: "Hm hm".

Entrevistado: "Ok? Portanto, nós temos que ter algum cuidado. Por exemplo, eh eu tive uma empresa que tinha 100 partes, o que é um perigo, tu metes 11 homens já, já, já… eles juntos já te metem na rua."

Entrevistadora 1: "Ok."

Entrevistado: "Agora tenho uma de 1.000 partes."

Entrevistadora 2: "Claro, estou a perceber."

Entrevistadora 1: "E há algum tipo de limitação para…"

Entrevistado: "Há, claro que há. Isto não é ilegal, não é legal, é aqui uma forma de contornar… de ser possível trabalhar, porque senão nós não somos competitivos."

Entrevistadora 1: "Não teria, não seria bem assim, não é? Na teoria, está previsto que um sócio ativo não seria um trabalhador como o senhor tem."

Entrevistado: "Não é…"

Entrevistadora 1: "Seria…"

Entrevistado: "Não é, um sócio ativo é um sócio ativo."

Entrevistadora 1: "Seria como o senhor a trabalhar."

Entrevistado: "Com uma percentagem mínima."

Entrevistadora 2: "É como uma cooperativa, não é?"

Entrevistado: "É como uma cooperativa."

Entrevistadora 2: "Só que uma cooperativa de 1.000 pessoas…"

Entrevistadora 1: "No fundo, o senhor é o sócio maioritário."

Entrevistado: "Exatamente."

Entrevistadora 1: "Oficialmente, é patrão também?"

Entrevistado: "Oficialmente sou sócio maioritário"

Entrevistadora 1: "Oficialmente é sócio maioritário, pois".

Entrevistadora 2: "E diz que se não, não seria competitivo?"

Entrevistado: "Não."

Entrevistadora 1: "Porque não podia pagar."

Entrevistado: "Não conseguimos chegar…"

Entrevistadora 1: "Não conseguiam pagar como os belgas."

Entrevistado: "Porque os belgas trabalham a um preço completamente diferente de nós. Por exemplo, para teres uma ideia…"

Entrevistadora 2: "Sim."

Entrevistado: "Enquanto eu trabalho a 50 euros/metro quadrado, eles trabalham a 100."

Entrevistadora 1: "E eles não acham que isto é uma… concorrência desleal? Não?"

Entrevistado: "Eu acho que não…"

Entrevistadora 1: "Como é que…"

Entrevistado: "Que não sinto isso".

Entrevistadora 1: "Não?"*Entrevistado*: "Eu não sei como é que eu te respondo a isso. Mas não…"

Entrevistadora 2: "E, então, eu se quero fazer uma obra…"

Entrevistado: "Porque também não há muita gente a querer fazer isto, aqui deles."

Entrevistadora 2: "Se eu quero fazer uma obra em *brique*, o que é que faz que eu escolha uma empresa belga e o que é que faz com que eu escolha uma empresa portuguesa? O que é vai ... os empresários?"

Entrevistado: "É assim, uma empresa, o tipo de obra que eu faço – eu só posso falar do que eu faço…"

Entrevistadora 2: "Sim, é isso."

Entrevistado: "São obras de uma duração enorme, 7 milhões, 10 milhões…"

Entrevistadora 1: "Mas a empresa é belga?"

Entrevistado: "Esquece, eu nunca consigo fazer uma coisa dessas, a minha empresa é belga. Ou seja, eu trabalho para uma *Teixeira Duarte*".

Entrevistadora 1: "Uma *Teixeira Duarte* belga, hm, hm".

Entrevistado: "Imagina uma *Teixeira Duarte* e eu sou o empreiteiro da *Teixeira Duarte*."

Entrevistadora 1: "É só o empreiteiro deles, sim."

Entrevistado: "O *Teixeira Duarte* é… o geral."

Entrevistadora 1: "O geral."

Entrevistadora 2: "Mas a minha pergunta é: essas empresas de belgas ainda continuam, ainda existem?"

Entrevistado: "As grandes?"

Entrevistadora 2: "Sim."

Entrevistado: "Sim."

Entrevistadora 1: "E não há pequenas, da dimensão da sua, por exemplo?"

Entrevistado: "Não conheço."

Entrevistadora 1: "Ah."

Entrevistado: "E se houver trabalha na zona *flamande*. Aquilo é muito… fechado".
Entrevistado 1: "Então é mais aqui, em Bruxelas."
Entrevistado: "Em Bruxelas aqui até baixo."
Entrevistadora 2: "Em Bruxelas, quer dizer que é um mercado… funciona mais com as pessoas que se conhecem."
Entrevistado: "Eles falam *flamand*! Falam *flamand*! Só por aí vês. Como é que tu chegas? Eu não falo *flamand*."
Entrevistadora 2: "Pois."
(...)
Entrevistado: "Aqui é como em Portugal e como em todas as áreas, todas não. Eh, é assim, eu por exemplo, agora vou fazer uma obra muito grande, numa empresa muito grande aqui. Eles contactaram-me porque ouviram falar de mim... Eles pedem-me, eles vão comigo às outras obras, ok, mostrar o que eu faço."

Ainda que o capital económico, cultural e técnico das empresas se traduza, potencialmente, em modalidades alternativas de configurar o destacamento de trabalhadores, é relativamente seguro assumir que este se configura em incentivos, praticamente generalizados, à intensificação permanente do trabalho ("o chefe parte-nos todos", "temos aí um chefe maluco", "mas o corpo habitua-se"). Para além dos reflexos que uma tal entrega ao trabalho tem nos planos comportamental – desde logo, no próprio contexto de trabalho – e familiar, cujas incidências exploraremos em trabalho ulterior, será importante registar, à medida que nos aproximamos do final desta análise e a este propósito, que toda esta vivência é informada por um movimento de grande atenção aos aspetos contratuais estabelecidos nas negociações entre empresas, encarregados e operários. Não negligenciando o significado de que se reveste a informalidade no setor, importa ter presente o lugar que o registo formal de contratos tem na organização do trabalho para estes trabalhadores, reconhecendo-se, necessariamente, a dupla configuração de que esta contratualização se reveste: a oficial, que serve para mostrar às autoridades; a efetiva, que vincula empresas e trabalhadores, e que pode ser muito distante daquela, mas que está investida do cumprimento de resultados para ambas as partes (Wagner, 2018, pp. 67-69). Reconhecendo-se a grande distância que se configura entre a regulação legal do destacamento de trabalhadores a nível europeu e a realidade dos estaleiros[7], importa ter presente, num quadro de trabalho tão dependente da intensidade de trabalho quanto aquele que se encontrou no quadro desta pesquisa – entre os portugueses, recorrentemente, circula a ideia de que apenas os imigrantes instalados revelam maior disponibilidade para o cumprimento efetivo do horário de trabalho; os trabalhadores destacados, os *independentes* (falsos, ou não), cumprem sistematicamente mais horas –, que a regulação formal e infor-

[7] Ver a este propósito o capítulo 5 deste trabalho.

mal do trabalho assume, para os trabalhadores destacados, grande saliência na estruturação do quotidiano laboral, algo tanto mais relevante quanto se sabe que a exposição ao incumprimento de contratos não é invulgar nesta indústria. Entre os trabalhadores entrevistados são relativamente claras a consciência de direitos e a sensibilidade ao cumprimento justo de acordos estabelecidos. Nesse sentido e a propósito da experiência dos trabalhadores destacados na indústria da Construção, tudo indica que valerá a pena continuar a explorar sociologicamente o quadro de estruturação desta relação com os contratos, com o Direito do Trabalho e Europeu e com o sentido de justiça que neles se inscrevem.

Notas finais

A investigação sociológica sobre a indústria da Construção tem vindo a sublinhar a importância de que se reveste o estudo etnográfico para o aprofundamento do conhecimento sobre os dinamismos sociais no setor e o significado associado ao acompanhamento dos movimentos globais de pessoas e de bens num tal quadro (Tutt & Pink, 2019, p. 479). Ao abrigo destas preocupações e das que informam os mais recentes resultados de pesquisa sociológica sobre a circulação de trabalhadores destacados na indústria da Construção de determinados contextos nacionais na Europa (Wagner, 2018), analisámos, com recurso a trabalho etnográfico e a entrevistas, as práticas e as representações sociais sobre o destacamento de trabalhadores portugueses na indústria da Construção belga. Recorrendo a resultados de pesquisa efetuada na região de Bruxelas – um contexto importante da ação de empresas portuguesas que destacam trabalhadores para a atividade na Construção –, identificámos coordenadas significativas de entendimento sobre o fenómeno em apreço entre representantes institucionais, provenientes de representantes políticos, patronais e sindicais, e protagonistas que vivenciam estes processos no setor.

Entre representantes institucionais, o destacamento de trabalhadores na Construção belga é tido como um processo de grande relevância e como estando inscrito numa reconfiguração do emprego no país que se articula com a procura do embaratecimento dos custos de mão de obra pelas empresas do setor e com um processo de crise de reprodução desta última – seja esta mais ou menos qualificada. Igualmente central é, a este propósito, toda a questão do enquadramento legal do processo de destacamento de trabalhadores e a noção de que um conjunto relevante de estratégias de contorno dos respetivos efeitos é desenvolvido, com prejuízo da concorrência e das finanças públicas, por segmentos não irrelevantes dos atores do setor, assumindo-se neste conjunto, com particular saliência, a figura do estatuto do trabalho independente e o recurso à constituição de "sócios-ativos". As perspetivas que se formulam sobre as empresas e os trabalhadores destacados na indústria da Construção com origem em Portugal integram-se nesta configura-

ção, não constituindo, contudo, o foco principal das atenções institucionais, que se polarizam mais habitualmente em torno dos trabalhadores destacados provenientes do Leste europeu.

As perspetivas dos agentes envolvidos nestes processos, que também tivemos a possibilidade de reconstituir no âmbito da presente pesquisa, confirmam os quadros práticos e simbólicos previamente documentados e acentuam-lhes algumas propriedades.

Entre estas é possível salientar a importância do modo como se estrutura o enfrentamento prático e técnico das várias implicações (económicas, sociais e legais) do destacamento, nos planos organizacional e da própria trajetória de empresas e de indivíduos responsáveis nestas. A profissionalização e/ou o apoio de especialistas no desenvolvimento dos processos de destacamento de trabalhadores constituem ativos importantes na capacitação da ação das empresas neste domínio, que nem todos os agentes envolvidos no trabalho conseguem mobilizar. Por outro lado, e na perspetiva dos operários entrevistados, é particularmente saliente o significado dos processos de intensificação do trabalho a que estes se encontram sujeitos, assumindo a formalização, mais ou menos dúplice, dos contratos em que esta se suporta – por mais paradoxal que tal pareça – especial centralidade no modo como encaram os processos em que estão inscritos.

Referências Bibliográficas

Almeida, J. F. & Pinto, J. M. (1986). Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Eds), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 55-78). Porto: Afrontamento.

Caro, E., Bernsten, L., Lillie, N. & Wagner, I. (2015). Posted Migration and Segregation in the European Construction Sector. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, *41*(10), 1600-1620.

Cremers, J. (2010). Rules on working conditions in Europe: Subordinated to freedom of services?. *European Journal of Industrial Relations*, *16*(3), 293-306.

Pink, S., Tutt, D. & Dainty, A. (Eds.) (2013). *Ethnographic research in the construction industry*. New York: Routledge.

Pires, R. P. (Ed.), Azevedo, J., Vidigal, I. & Veiga, C. M. (2019). *Emigração Portuguesa: relatório estatístico 2019*. Lisboa: Observatório da Emigração.

Wells, J. (2012). Informal Construction activity in developing countries. In G. Ofori (Ed.), *New perspectives on construction in developing countries* (pp. 166-181). London and New York: Spon Press.

Tutt, D. & Pink, S. (2019). Refiguring global construction challenges through ethnography. *Construction Management and Economics*, *37*(9), 475-480.

Wagner, I. (2018). *Workers Without Borders. Posted Work and Precarity in the EU*. Ithaca and London: ILR Press.

Outras Fontes:

Comissão Europeia. *Destacamento de trabalhadores na União Europeia e países da EFTA*: *Relatórios sobre os certificados E101 emitidos em 2008 e 2009*. [tradução] Brussels/Luxembourg: European Commission.

Comissão Europeia. *Destacamento de trabalhadores na União Europeia e países da EFTA*: *Relatórios sobre os documentos portáteis A1 emitidos em 2010 e 2011*. [tradução] Brussels/Luxembourg: European Commission.

Comissão Europeia. *Destacamento de trabalhadores na União Europeia e países da EFTA*: *Relatórios sobre os documentos portáteis A1 emitidos em 2012 e 2013*. [tradução] Brussels/Luxembourg: European Commission.

Comissão Europeia. *Destacamento de trabalhadores na União Europeia e países da EFTA*: *Relatórios sobre os documentos portáteis A1 emitidos em 2015*. [tradução] Brussels/Luxembourg: European Commission.

Comissão Europeia. *Destacamento de trabalhadores na União Europeia e países da EFTA*: *Relatórios sobre os documentos portáteis A1 emitidos em 2017*. [tradução] Brussels/Luxembourg: European Commission.

Capítulo 18

Nacionalidade e recrutamento: O caso dos operários portugueses no setor da Construção na Suíça francófona

Laura Galhano

Entrevistadora: "Porque há muitos portugueses no estaleiro?"

Nicolas: "Sim. Grosso modo, quando andava na BAT4, penso que lá, bom, 80% dos operários eram de origem portuguesa."

Entrevistadora: "Todas as profissões?"

Nicolas: "Não, não. Na BAT4 era mesmo trolhas. Mas, não há... aliás, é bastante engraçado, é que... a etnia é por profissão, estás a ver? (...) Muitas vezes, há também, quando os empreiteiros... há muitos empreiteiros que são da Europa do Leste, ou antigamente Balcãs, estás a ver, quando o diretor é, por exemplo, da Macedónia, vais encontrar muitos macedónios nas equipas dele, se o tipo é italiano, vais ter muitos italianos nas equipas dele, etc."

Nicolas[1] é coordenador de produção (*conducteur de travaux*) numa empresa de coordenação de obra suíça. A repartição étnica das tarefas nas profissões do setor da Construção a que se refere este excerto será o ponto de partida para a nossa reflexão. A Confederação suíça, desde o fim da Segunda Guerra mundial,

[1] Para preservar o anonimato dos inquiridos, os nomes foram trocados, respeitando, sempre que possível, a indicação social que abrangem (origem nacional, género e geração). O nome das empresas e dos locais foram igualmente modificados ou substituídos por um asterisco (*). Para as empresas, o lugar na estrutura de produção foi respeitado na escolha do nome de substituição. Assim, as empresas de coordenação de obra (*entreprise générale*) passaram a GEN1, GEN2, etc.; as empresas ativas na fase de betonagem e alvenaria (*gros œuvre*): BAT1, BAT2, etc.; as empresas de trabalho temporário: TEMP1, TEMP2, etc.

levou a cabo uma política migratória que generalizou o emprego de mão de obra estrangeira (Piguet, 2004) em certos setores – como o da Construção – e contribuiu para sectorizar por nacionalidades o mercado de trabalho (Flückiger, 2005). Contudo, nem todos os imigrantes foram e são bem-vindos. As modificações da Lei federal sobre os estrangeiros – numerosas – guardam uma base inabalável: o governo helvético escolhe os estrangeiros autorizados a trabalhar no seu território segundo as suas capacidades de "adaptação às nossas condições de vida e de trabalho" (Mahnig, 2005, p. 133). Assim, atualmente, os cidadãos europeus têm prioridade de contratação face a outras nacionalidades não residentes[2]. No entanto, encontram-se com mais frequência migrantes proveniente da Europa do Norte[3] e do Oeste em "função dirigente ou de enquadramento ou numa profissão intelectual e científica", enquanto os oriundos da Europa do Sul, da Turquia e do Oeste dos Balcãs vêm-se mais representados em profissões artesanais (OFS, 2008).

A imigração portuguesa na Suíça ilustra esta segmentação dos empregos por nacionalidade. De facto, dos 262 748[4] portugueses e portuguesas residentes de maneira permanente na Suíça no final de 2014, 167 000 são contados como ativos ocupados, o que representa perto de 15% das trabalhadoras e trabalhadores estrangeiros ativos. Mais de 65% dos portugueses e portuguesas ocupam um lugar de assalariado sem função de chefia. Se nos concentrarmos na população masculina ativa[5] – sempre em 2014 –, um quarto dos ativos portugueses estão emprega-

[2] Art 21 da Lei federal sobre os estrangeiros (Loi fédérale sur les étrangers [LEtr, do 1 de outubro 2015]): "Um estrangeiro só pode ser admitido com vista ao exercício de uma atividade lucrativa se for demostrado que nenhum trabalhador na Suíça nem nenhum cidadão de um Estado com o qual foi concluído um acordo sobre a livre circulação de pessoas correspondente ao perfil requerido foi encontrado" (tradução própria). A Suíça assinou, em 1999 (entrou em vigor em 2002), um acordo de livre circulação com os Estados membros da União europeia (EU) e os Estados membros da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA).

[3] Segundo a definição do relatório de 2008 do OFS (Office fédéral de la statistique): Grupos de nacionalidade da *Europa do Norte e do Oeste*: Alemanha, Áustria, França, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Reino Unido, Irlanda, Suécia, Finlândia, Noruega, Islândia, Liechtenstein e Mónaco; da Europa do Sul: Itália, Espanha, Portugal, Grécia, Cidade do Vaticano, São Marino e Andorra; da Turquia e Oeste dos Balcãs : Turquia, Oeste dos Balcãs (Sérvia, incluindo o Kosovo), Montenegro, Croácia, Bósnia-herzegóvina, Macedónia, Albânia), Bulgária e Roménia (OFS, 2008, p. 38).

[4] Dados do Serviço federal de estatística (OFS- Office federal de la statistique) para 2014 disponíveis em: www.bfs.admin.ch

[5] Em 2014, cerca de 60% dos portugueses ativos são homens, segundo os dados do Serviço federal da estatística. Segundo os dados do Inquérito suíço sobra a população ativa (ESPA) de 2014, o número de mulheres portuguesas ativas nas profissões do setor da Construção é quase nulo (menos de 1%).

dos no setor da Construção[6], o que representa um terço dos homens estrangeiros ativos no neste setor. Se adicionarmos o setor da Construção, da Hotelaria e da Atividade Industrial, encontramos mais de 50% dos ativos portugueses. Comparando-os com as duas outras nacionalidades mais representadas na Suíça – os Alemães e os Italianos –, 35% e 40%, respetivamente, dos homens ativos destes países trabalham nestes setores.

Na Construção, desde 2002, a percentagem de estrangeiros[7] ativos a residir na Suíça ronda os 30%. Quanto à percentagem de trabalhadores portugueses, esta passou – entre 2003 e 2015 – de 16% a 26% do total dos estrangeiros que trabalham no setor. No que diz respeito à migração de curta duração[8], os dados são ainda mais eloquentes. Segundo um relatório encomendado pela Comissão federal sobre as questões da migração (Stutz et al., 2013), quase dois terços das pessoas que vêm de Portugal para trabalhos de curta duração dirigem-se para os setores da Construção, Hotelaria e Agricultura. Este relatório salienta ainda que, comparados com os alemães, os portugueses são três vezes mais a exercer uma atividade em setores onde os salários são, por regra, baixos (Stutz et al., 2013, p. 76).

Voltando para os nossos dados, depois de uma rápida análise baseada no inquérito suíço sobre a população ativa (ESPA), vemos (Figura 18.1) que para a profissão "pedreiro/trolha"[9], os homens portugueses usufruem de uma clara sobrerrepresentação. Em 2014, enquanto mais de 60% dos trolhas ativos na Suíça são de nacionalidade estrangeira, perto de dois terços são de origem portuguesa.

---

[6] Setor da Construção: nomenclatura NOGA. Os dados usados aqui estão à disposição no *site* do Serviço federal da estatística (OFS) (www.bfs.admin.ch) e são baseados, entre outros, no inquérito ESPA.

[7] Tratam-se aqui das estadias permanentes, ou seja, que se referem aos indivíduos detentores de um "visto de estadia", de "residência" ou de "curta duração de 12 meses ou mais". Os estrangeiros titulares de "autorização de curta duração" (menos de 12 meses), ou que só estão obrigados a apresentar-se perante as autoridades, não estão aqui contabilizados (os residentes da União europeia [EU-25], trabalhando até 90 dias por ano civil na Suíça, precisam unicamente de se apresentar (obligation d'annonce) no Departamento federal de justiça e polícia DFJP, não necessitando de autorização de trabalho. Este sistema é muito usado no trabalho temporário).

[8] Visto L (Permis L, menos de 12 meses de estadia) ou obrigação de apresentação (obligation d'annonce).

[9] Código 7112 da nomenclatura ISCO.

Figura 18.1. Repartição dos « pedreiros /trolhas » com atividade económica segundo a nacionalidade na Confederação suíça

Fonte : Dados ESPA[10], 2014.

Neste trabalho, vamos interrogar o processo de reprodução destas especificidades sectoriais. Por outras palavras, vamos interessar-nos pela existência de uma segmentação por nacionalidades[11] do mercado de trabalho suíço. Nesta ótica, escolhemos observar de perto o caso dos trabalhadores portugueses nos estaleiros do cantão de *Vaud* e observar o recrutamento destes últimos e seus relatos do quotidiano laboral. Estudando os mecanismos de recrutamento presentes num espaço particular – o setor da Construção no cantão de *Vaud* – quisemos compreender a organização e a mobilização das redes sociais que levam ao emprego. A pergunta que fazemos é a seguinte: como é que um grupo que partilha atributos nacionais comuns (aqui a nacionalidade portuguesa) chega a estar maciçamente ocupado num mesmo setor (a construção de edifícios), numa mesma tarefa (a alvenaria)?

[10] O acesso aos dados do inquérito ESPA foi-nos permitido pela participação no Polo de investigação nacional LIVES, financiado pelo FNS – Fundo nacional suíço para a investigação científica.

[11] Ainda que os dados mostrem que as pessoas de nacionalidade portuguesa estão sobrerrepresentadas no setor da Construção, na nossa investigação observamos que aqueles a quem se atribui a "categoria" de portugueses (Jounin, 2006) são homens brancos, partilhando registos identitários comuns ligados a uma pertença nacional. Não basta pertencer à mesma entidade nacional para ser assimilado ao grupo a que essa entidade corresponderia a priori (sendo assimilado pelo próprio grupo e pelos grupos exteriores como membro do grupo) (Barth, 1969). De facto, os cidadãos portugueses com origens (mais ou menos afastadas) cabo-verdianas, por exemplo, não são automaticamente assimilados ao grupo dos "portugueses" nos estaleiros.

Caixa 18.1. Método de investigação

O estudo dos discursos de trabalhadores(*) da Construção permite não somente a apreensão de um caso particular de organização do trabalho, como também - e sobretudo - a análise dos canais de legitimação e de reprodução da ordem presente no sítio onde se inserem os indivíduos interrogados. Podemos ver como o poder é legitimado e depois institucionalizado para permitir o desenrolamento mais ou menos harmonioso de um bem comum - aqui, o edifício acabado. Para isso, interrogámos pessoas empregadas no setor da Construção, em diferentes níveis de qualificação (diretores da obra, assistentes de projeto, coordenadores de produção, encarregados, chefes de equipa, trolhas, armadores de ferro e serventes), e chefes de empresas e pessoas em situação de emprego temporário. Conversámos também com homens diretamente ligados ao universo da Construção: secretários sindicais, empregados do serviço do emprego, empregados das empresas temporárias. O corpus de análise compõe-se de 22 entrevistas gravadas, que correspondem a um pouco mais de 41 horas de relatos, completadas por quatro observações de estaleiros, um diário de campo e uma dezena de entrevistas informais com atores próximos e/ou ativos no setor.

As entrevistas foram principalmente realizadas com operários relacionados com a fase de construção das estruturas do edifício (gros oeuvre) e com pessoas ligadas a esta fase de trabalhos. A fase de construção das estruturas é das etapas que reúne o maior número de pessoas durante um tempo relativamente longo num mesmo lugar. São equipas com bastante autonomia, mas organizadas de maneira rigorosa, com uma hierarquia clara e marcada.

As entrevistas foram conduzidas com a ajuda de um guião semiestruturado, inspirado pela tipologia desenvolvida por F. Eymard-Duvernay (2012), que distingue quatro dimensões na avaliação da qualidade do trabalho (pessoal, ética, social e política). Esta tipologia foi usada não como grelha de análise, mas como um "sensitizing concept" (Blumer, 1954) que permitiu construir o guião com perguntas abertas sobre a trajetória profissional, o trabalho e o quotidiano laboral, o que abriu acesso a diferentes universos de julgamento de uma mesma realidade. Grande parte das entrevistas foram gravadas e depois transcritas. A análise desses textos levou-nos a identificar, a selecionar e a comparar temáticas recorrentes que apareciam nos discursos dos entrevistados. O recrutamento por cooptação e a importância das relações de poder fazem parte dessas temáticas. De seguida, codificou-se e procurou-se sistematicamente as temáticas identificadas nos discursos (Strauss & Corbin, 1998). Para facilitar a visualização e a manipulação dos dados, foi usado um software de tratamento de dados qualitativos (Nvivo).

Nota: (*) Como vimos anteriormente, são maciçamente homens que ocupam lugares de pedreiros/trolhas de nacionalidade portuguesa nos estaleiros suíços. Neste trabalho, não tivemos espaço, no entanto, para analisar a influência da componente de género neste contexto.

Na sequência de uma breve apresentação do método de investigação, começaremos por explicar as estruturas organizacionais nas quais evoluem os entrevistados (ver caixa). Este aspeto será essencial para compreender as questões de poder

e de envolvimento no trabalho que o recrutamento por cooptação – de longe o mais utilizado neste sector – contém. Por fim, veremos como – neste contexto – a mobilização de um grupo distinto pela sua história migratória e pelos seus lugares de socialização se presta a uma organização particular de trabalho.

A estrutura organizacional do estaleiro

Distinguiremos aqui três tipos de empresas que se diferenciam pela sua organização interna e pelos trabalhos para que se direcionam: as empresas de coordenação de obra (*entreprise générale*), as empresas de construção (edificação, *gros* œuvre) e as empresas de trabalho temporário. Não se trata aqui de uma lista exaustiva dos tipos de empresas presentes no setor, mas de três tipo de organizações que organizam o trabalho de maneira diferente e que fazem sentido no espaço social dos entrevistados e para a análise que aqui produzimos. É o tipo de organização interna e os indivíduos encarregados do recrutamento que vão ditar o processo de contratação.

As empresas de coordenação de obra (*entreprise générale*)

No estaleiro, a "empresa geral" (*entreprise générale*) coordena o projeto de construção e as subempreitadas. A maioria[12] destas empresas não tem operários nos quadros. Estão presentes para coordenar e gerir o orçamento da obra. Composta por um comité de direção sob a orientação de um conselho de administração, a empresa geral organiza-se em vários departamentos. O departamento ligado à "realização" (dos edifícios) é o que nos interessa aqui. Costuma estar organizado por regiões. Encontramos nas agências regionais um/a ou mais chefes de projetos, a equipa administrativa respetiva (colaboradores e colaboradores de recursos humanos, assistentes de projeto, administrativos, serviço financeiro e contabilidade, etc.) e coordenadores e coordenadoras de produção (*conducteur/conductrice de travaux*). São estes últimos que vamos encontrar todos os dias nos estaleiros. Têm por papel coordenar as empresas presentes no estaleiro (subempreitadas) e assegurar um bom desenrolar das tarefas da obra no tempo estabelecido. Os empregados destas empresas distinguem-se dos operários de várias formas. São reconhecíveis visualmente: vamos encontrá-los nos contentores mais limpos, com janelas e com menos pessoas (muitas vezes, não são mais do que três para um estaleiro de tamanho médio). Quando fumam, é no exterior e têm muitas vezes sanitários aquecidos e separados dos operários. Não usam roupa de trabalho com

[12] Além da gestão da obra, algumas empresas tratam também da parte da estrutura, tendo equipas próprias nos quadros de pessoal, mas é pouco comum.

nome da empresa. Vestem-se de maneira prática e quente (as entrevistas foram feitas no inverno), com camisa, camisola e calça de ganga. No contentor, encontram-se botas próprias para circular no estaleiro e capacetes. Costumam intervir com regularidade no estaleiro para vigiar o decorrer das obras e assegurar-se da boa coordenação das equipas. Por razões de segurança, estes dois equipamentos são obrigatórios.

O objetivo de uma empresa de coordenação de obra é fazer o maior lucro possível e limitar ao máximo as perdas com o orçamento à disposição. Quanto mais o empregado seguir esta máxima, mais elevado será o prémio no final da obra, a possibilidade de negociar anualmente o salário e as ofertas de empresas concorrentes. O *turn over* dos empregados destas empresas é comum e tem vários significados. Ter propostas de contratação de empresas alheias é sinal de qualidade no trabalho, mas também constitui uma oportunidade de negociar um aumento de salário ou uma promoção. Os empregados das "empresas gerais" não têm poder direto de contratação sobre os operários das empresas presentes na obra. Mas, como trabalham em estreita colaboração com as empresas subcontratadas, podem redirigir pessoas para estas últimas ou então pedir a remoção de um colaborador do estaleiro, se acham que este não convém.

As empresas de construção (estrutura do edifício: gros œuvre)

As empresas de edificação (*gros* œuvre) intervêm na fase de construção do edifício (o *gros* œuvre é o "conjunto de tarefas que formam a estrutura portadora dum edifício, incluído os trabalhos de carpintaria" (Jollien, 2012, p. 83, tradução própria). Tratam-se, geralmente, de empresas subcontratadas, ou seja, sob a responsabilidade das empresas coordenadoras de obra no que diz respeito às normas legais de construção e de segurança, mas gerindo elas os próprios empregados. Podem, por sua vez, subcontratar certas tarefas – o que fazem muitas vezes (o armamento de ferro e a cofragem, por exemplo) -, ou ainda contratar empresas temporárias para apoiar as equipas fixas com mão de obra temporária. As empresas de construção da estrutura da obra são as que estão mais tempo presentes e com o maior número de empregados no estaleiro. São também essas que pedem o maior número de infraestruturas visíveis (contentores, entrada de água e sanitários). Os trabalhadores dessas empresas geralmente usam equipamentos da empresa (roupa com nome da empresa, sapatos, capacetes e luvas). O trabalho divide-se em equipas de operários qualificados e não qualificados, orientados por um chefe, também operário, que organiza as tarefas que lhe são atribuídas pelo encarregado ou o técnico (ou o coordenador de produção), ou, por vezes, diretamente pelo diretor da empresa ou empreiteiro. O objetivo destas empresas é de fazer o maior lucro possível no mandato tratado e limitar as perdas ao máximo. É também

para isso que serve a forte hierarquização do trabalho: monitorizar, controlar e assegurar o decorrer das tarefas, manter uma pressão simbólica para o trabalho avançar bem e rapidamente. O *turn over* não é tão importante como nas "empresas gerais". De facto, a fidelização dos operários é valorizada e os diferentes jogos de lealdade[13], estimulados por um recrutamento por redes, cuja análise vamos, em parte, desenvolver aqui. É por este tipo de organização que nos vamos interessar. Estas empresas têm raramente um departamento de recursos humanos propriamente dito. É a administrativa ou o contabilista que gere o aspeto burocrático do contrato, mas é o diretor (para a região, quando se trata de uma empresa com filiais regionais) que gere o recrutamento como o entende. Para estas empresas, o sistema de recrutamento que prevalece para os operários é o recrutamento por cooptação: prefere-se que os membros já contratados proponham pessoal. Este sistema permite um envolvimento no trabalho imediato da parte do novo operário e fideliza o trabalhador que propõe um membro do seu círculo de amigos ou familiares. Abordaremos este aspeto em detalhe seguidamente. São também nestas empresas que vamos encontrar a maior concentração de operários de nacionalidade portuguesa.

As empresas de trabalho temporário

As empresas de trabalho temporário agem na "periferia" do estaleiro. Intervêm nas diferentes fases de construção do edifício, segundo a necessidade de pessoal. Compostas por um ou uma diretora, um ou uma responsável região (quando se trata de uma empresa com filiais regionais) e de conselheiros e conselheiras em pessoal. Empregam com mandatos trabalhadores que destacam nos estaleiros, mas também recrutam perfis mais especializados. O objetivo de uma empresa de trabalho temporário é recrutar trabalhadores que darão uma imagem positiva da empresa, isto para acumular contratos. Os empregados destas empresas com quem nos encontramos são especializados no recrutamento de trabalhadores para a fase de edificação. Vieram todos de profissões ligadas ao estaleiro. O *turn over* para estes empregados é fraco porque existe uma cláusula de confidencialidade que os liga ao empregador. Tal cláusula evita que um conselheiro parta para outra empresa com a carteira de clientes que já tem.

As empresas temporárias dizem recrutar para os dois tipos de empresas descritas anteriormente. No entanto, não se trata do mesmo tipo de recrutamento. Para as empresas gerais, vão recrutar um perfil particular para um posto fixo. Para as empresas subcontratadas, a maior parte do tempo, vêm superar um défice de mão de obra e a colocação é principalmente temporária. Por vezes, a colocação tem-

[13] Sobre estas questões de jogos de lealdades, ver Jounin (2006, 2008).

porária transforma-se em contrato fixo. O trabalho como temporário nos postos de operário é frequentemente descrito como uma fase obrigatória em princípio de percurso profissional, um meio de criar uma reputação, de se dar a conhecer nesse meio: condição essencial para ter contrato fixo.

Nestas empresas, é sobre o conselheiro de pessoal que repousa a avaliação do candidato em função das preferências do cliente (empresa), mas sobretudo em função da sua apreciação da ética e do trabalho do candidato. A problemática do recrutamento dos temporários reside no facto de estarem presentes pontualmente no estaleiro, o que pode prejudicar o avanço das obras em caso de má coesão com o resto da equipa já presente nas instalações.

O recrutamento por cooptação: uma questão financeira

> *Pierre*: "Digamos que os patrões, depois dum tempo, aperceberam-se: «Bom, se pusermos os operários um pouco onde queremos, surgem problemas.» Porque há aquele que não se dá com o encarregado. O outro dá-se, mas não tá com ele, então fica chateado e lalala e lalala. Aperceberam-se que, se uma equipa tem laços fortes, se uma equipa se dá bem, fazem um trabalho melhor."

Como explica aqui Pierre, um operador de grua, as maneiras de recrutar estão intimamente ligadas às relações de poder que se quer instaurar no estaleiro e à organização do trabalho (Jounin, 2004). O importante não é só a relação com o trabalho, mas as relações dos trabalhadores entre eles. É a qualidade dessas relações e do trabalho fornecido que determinará o avançar da obra e, portanto, o lucro potencial para a empresa que coordena tudo. É importante ter em mente que esta questão financeira, inegavelmente ligada ao edifício bem acabado, é o motor de muitas interações no estaleiro.

Para além da importância dos recursos em capital social e da questão da composição das redes sociais na busca de emprego – que autores como o Mark Granovetter (1995) demonstraram -, a observação das relações de trabalho e a análise dos discursos de recrutamento e de avaliação dos trabalhadores a que tivemos acesso, mostra-nos uma outra face das questões de recrutamento, muitas vezes ignoradas por diferentes investigações sobre o acesso ao emprego. Procuraremos, assim, mostrar o modo como o recrutamento por cooptação está ligado à organização das relações de poder num local, quais são os mecanismos que se procura desse modo controlar, a fim de obter o mais alto rendimento possível, e, finalmente, como estas questões estão diretamente ligadas à forte presença de operários portugueses na Construção.

Neutralizar a capacidade de travagem e gerir as relações sociais de poder

Um estaleiro financeiramente rentável é um estaleiro acabado a tempo e horas e com poucos erros. A qualidade do trabalho é essencial e vai além das competências dos trabalhadores. De facto, são as relações entre os trabalhadores que vão determinar o progresso da obra. O trabalho no estaleiro é organizado em equipas. Por isso, o resultado final depende da boa coordenação do todo, mas sobretudo da qualidade e do rigor do trabalho efetuado em cada fase. Por conseguinte, a relação com o trabalho é um aspeto fortemente valorizado.

É assim que Bekim, um chefe albanês da equipa dos armadores de ferro num estaleiro que visitei, explica a importância da atitude no trabalho do encarregado. Insiste nas relações de trabalho que este deve manter com a equipa. Se os operários não respeitam o superior, têm meios para o descredibilizar. Bekim explica que – mesmo que seja raro acontecer – os operários podem sabotar ou travar de maneira mais ou menos visível o avanço dos trabalhos. Detalha que o estaleiro onde está no momento da entrevista é uma obra importante e complicada com um "bom" encarregado. Antes desta, numa obra mais pequena, não se dava com o encarregado. Denuncia a atitude despótica e desrespeitosa que este tinha e que só levou a acumular um atraso importante. Quando pergunto de que forma a atitude está ligada ao atraso, explica:

> *Bekim*: "Porque quando armamos o ferro numa laje – são mais as lajes, porque os muros eles não controlam muito –, mas as lajes, quando acabamos, nós, os armadores, o engenheiro tem obrigação de ver antes da betonagem. E, muitas vezes, o engenheiro passa com os técnicos [os encarregados]. É por isso que um bom encarregado tem que ser bom, comunicar bem com as pessoas, assim está sempre... nunca tem problemas. E é só... se eu quiser, ponho duas, três barras, ponho-as ao contrário, o engenheiro chega, não aceita o trabalho: um dia de atraso, já."

Bekim salienta que é uma prática que se recusa a ter. No entanto, acabou de sinalizar a consciência e a existência da capacidade de travagem própria dos operários. Trata-se aqui de um poder em "potência": o que importa não é usá-lo, mas todos saberem que a possibilidade existe. De facto, as tarefas estão organizadas de tal modo que é sobre o "chefe" que a responsabilidade do atraso das obras vai recair, o que traz consequências na avaliação do seu trabalho[14]. A avaliação do trabalho dos encarregados depende do trabalho das equipas dos operários. O trabalho das equipas de operários depende: (1) das relações que o encarregado man-

[14] Trata-se, na verdade, de uma responsabilidade em cascata: o chefe de equipa será responsabilizado pelo encarregado, que será responsabilizado pelo coordenador da obra, que será responsabilizado pela hierarquia dele, etc..

tém com o chefe de equipa e com os operários que este orienta; (2) das relações que o chefe de equipa instaura com os trabalhadores. Como sublinhava Pierre: "surgem problemas" se os trabalhadores não se dão uns com os outros. Não ter uma equipa que "funciona" faz perder tempo ao avanço da obra: há que intervir constantemente, vigiar de perto a execução das tarefas dos operários e chamar a atenção.

A contratação de pessoas num estaleiro responde, então, a uma procura de equilíbrio entre o rendimento do trabalho e a relação dos empregados entre eles. Uma não vai sem a outra. A qualidade das relações entre os diferentes operários tem um impacto na qualidade do trabalho fornecido e este último determina o avanço da obra no estaleiro e, portanto, o lucro potencial para a empresa que coordena os trabalhados. Daí a necessidade de manter a hierarquia e as relações de poder no trabalho. Esta ideia encontra-se no discurso dos "chefes" (de equipa, de empresa e da obra) quando falam dos operários ou dos subcontratantes, mas também nas relações entre chefes e superiores. De facto, a importância das relações de trabalho vai além da equipa. Quanto maior for o estaleiro, mais as equipas serão numerosas e mais o desafio financeiro será elevado. Procura-se coesão interna nas equipas e entre equipas.

César, um trolha português com mais de 10 anos de experiência de trabalho na Suíça, relata a este propósito uma história sobre uma rivalidade entre um chefe de equipa português e um chefe de equipa suíço. Explica que este último fez deliberadamente perder dinheiro à empresa para conservar a vantagem no equilíbrio de poder que mantinha com um chefe de equipa português. Os dois trabalhavam para a mesma empresa:

> *César*: "Tínhamos aí um português, andava até às oito da noite todos os dias. (...). Às cinco [da tarde] havia aqueles que vinham embora, aqueles que tinham ideia – como eu, só trabalho até às cinco e vou embora – vinham. Ele e mais outro ficavam lá, às vezes até às oito, até às nove da noite. (...) E depois houve aí várias asneiras. Uma vez mandou vir três camiões de betão a mais. Enganou-se ou... e depois ligou aqui (...) para o meu chefe, para o suíço, para ver se ele queria, se lhe gastava os três camiões. Ele disse não. E tinha. Tínhamos lá onde os meter. Ele disse: «Não, eu só betono amanhã.» Pronto, foram três camiões de betão para o lixo, mandou 12 mil francos para o lixo. E depois disso, soube-se. (...) Pronto. Rivalidade. Lá está: o outro andava lá... chegava ali de manhã: «Ah já fiz outra dala [laje], outra dala.» Pronto e fazia... andava sempre a gabar-se de manhã, que já tinha... pronto, andava muito mais rápido do que nós, com menos pessoas, com menos.

Neste excerto, César revela várias coisas. Diz que existe rivalidade entre chefes de equipa. Explica que essa rivalidade tem efeitos no quotidiano laboral. Salienta a encenação de si mesmo dada pelos diferentes atores no estaleiro. A rivalidade

relatada por César é devida a um contexto de trabalho onde a imagem do trabalhador é primordial. O universo do estaleiro é um espaço denso, mas muito conectado. As reputações fazem-se e desfazem-se, propagam-se rapidamente. Representam um capital precioso em vários momentos: na constituição de equipas, na atribuição de estaleiros, na negociação das condições de trabalho e na procura de emprego. Fabricam-se e transmitem-se durante as interações, mas estão igualmente intimamente ligadas à posição social que ocupa a pessoa. Assim, na Suíça, um chefe de equipa suíço, terá sempre uma posição mais vantajosa, porque não está em situação de migração. Compreendemos quando César explica a atitude arriscada do chefe suíço pela sua posição de "indígena":

> *César*: "Porque é assim, ele [o chefe de equipa suíço] está em casa. Ele está em casa. Nós, se estivéssemos em Portugal, eu também trabalhava lá... eh pá, é assim, se hoje o patrão me mandasse embora, eu ia trabalhar para outro. Aqui [na Suíça] é complicado, não é assim que funciona. Nós aqui estamos... em estágio. Estamos aqui com uma carta de trabalho. Não somos de cá. Nós aqui não somos nada. Enquanto eles quiserem... quando não nos quiserem, mandam-nos todos embora e nós vamos. Está a perceber? Nós temos medo."

Além de ligar diretamente a sua presença na Suíça com o seu trabalho – e por extenso à sua identidade de trabalhador – César salienta a insegurança da sua posição e a relação de poder desigual que resulta. No entanto, não está aqui a falar de precariedade de emprego ou de lugar. Mais tarde explica que nunca procurou obter um visto de residência. Se bem que trabalhe na Suíça há mais de 10 anos, conta que acabou de obter um "*permis* B" (autorização de estadia) no momento da entrevista. Não que não tivesse direito antes, mas sempre procurou ter contratos de curta duração para manter o mais tempo possível o visto de curta duração, "por questões de impostos". De facto, vivendo com uma mulher de nacionalidade suíça há mais de 20 anos, com a qual também teve um filho, e tendo um familiar que possui uma empresa de Construção na região, nunca teve medo de não encontrar trabalho ou de ver a sua residência proibida. No entanto, distinguindo claramente entre "nós" (os portugueses) e "eles" (os suíços) no discurso, César revela que as relações de poder no estaleiro encontram-se, à partida, enviesadas entre migrantes e "indígenas". Compreendemos, então, que essas relações de poder estão omnipresentes e fazem parte integrante do quotidiano laboral. Legitimar e defender o seu lugar é uma necessidade para não "perder a face" (Goffman, 1974). Transmitir uma imagem de si próprio que corresponda ao que se espera da atitude no trabalho é essencial, mas não evidente, num ambiente onde as interações são indissociáveis do avanço do trabalho e da posição social ocupada. Assim, é preciso encontrar aliados, confortar o seu lugar, rodeando-se de pessoas de confiança. O recrutamento por cooptação ganha aqui o seu sentido: está-se de acordo

para trabalhar com pessoas da sua rede social, mas não com qualquer pessoa. A imagem da relação com o trabalho que se tem do trabalhador é primordial. É por isso que quando pergunto a Bekim se tem poder para contratar um membro da equipa dele, insiste nas relações de poder que é preciso gerir quando se contrata uma nova pessoa:

> *Entrevistadora*: "Pode fazer entrar [contratar] alguém na empresa?"
>
> *Bekim*: "Uma pessoa. Se o conheço, telefono ao patrão, digo-lho: «Olha: contrato esta pessoa. Tu: prepara o contrato.»"
>
> *Entrevistadora*: "Ok. E como escolhe?"
>
> *Bekim*: "Bom, se o conheço… Se não o conheço, não o escolho. É normal, porque não posso arriscar para nada. Porque, por vezes, acontece que... o patrão muda o... como hei de dizer... o operário é bom, mas o patrão muda o olhar: 'não é bom'. Mas, por vezes, o patrão tenta dar-se bem com esse operário, mas não é bom [o operário]. É por isso que tomo a responsabilidade, só se tenho a certeza do operário. Porque com o patrão nunca estamos de acordo. Porque sempre estamos ao contrário. Porque ele tenta sempre mais e eu não deixo, não deixo. Quando há más condições climáticas, fazemos uma guerra. Porque ele quer que trabalhemos mesmo quando neva, quando chove, quer que trabalhemos, mas eu não sou assim, eu pego nos operários e vamos para casa."

Bekim fala da existência de dois tipos de relações de poder: as que mantém com o superior e as que mantém com os colegas. Explica que as duas relações estão ligadas e que, para que o trabalho continue a desenrolar-se tal como o entende, as relações têm que ficar equilibradas, à maneira dele. Para contextualizar as palavras do Bekim, convém lembrar que o trabalho em estaleiros é penoso e perigoso: fisicamente árduo, rendimento e ritmo esgotantes, negociações de segurança omnipresentes e relações de poder constantes. Neste contexto, é importante comunicar entre si rapidamente e bem, além de ter confiança na própria equipa. Os "chefes", para gerirem a obra da melhor maneira, precisam também de ter confiança nos seus "homens". Para negociar da melhor maneira com a direção, é melhor ter uma equipa unida que apoie as suas decisões. O caso contrário é fonte de *stress* e de insegurança no trabalho. Veremos isso seguidamente com o caso de Ivo. Ter aliados na equipa de trabalho e na empresa assegura, portanto, uma confiança no trabalho. Os gestos no trabalho assemelham-se, trazem segurança e confiança, o que diminui o *stress* de fazer mal ou de se ser chamado à atenção, e aumenta a qualidade do trabalho. É também por isso que o recrutamento por cooptação não é posto em causa pelos trabalhadores.

Aderir e respeitar uma ética de trabalho

O recrutamento por cooptação repousa sobre as relações interpessoais dos operários, por isso torna-se vantajoso para as empresas que contratam. Recorrer às redes dos trabalhadores para contratar novos colaboradores é uma garantia de envolvimento no trabalho. Para quem emprega, permite diminuir o risco e os custos ligados à contratação. Valorizar o recrutamento por cooptação, é também oferecer à empresa uma lealdade a dobrar dos operários em causa (Jounin, 2006, 2008). Contratando o empregado proposto, o empregador atesta a sua confiança ao trabalhador. Ao ser contratado, o novo trabalhador deverá mostrar-se à altura da confiança manifestada pelo empregador e pelo trabalhador que o recomendou.

Jean, um diretor regional de uma empresa de Construção, explica que os trabalhadores empregados deste modo serão menos reivindicativos e "suam a camisola". Recorre às sugestões dos trabalhadores já empregados para reduzir a incerteza na relação de contratação:

> *Jean*: "(...) identificar as boas pessoas, começa a ficar complicado. Temos que fazer sobre dossiê, porque quando são 10 dossiês por dia, honestamente, começa a ser... não se consegue mais. (...) Portanto, do ponto de vista do recrutamento, é bastante complicado. Agora, o que fazemos muito, é que passamos muito pelas famílias dos empregados que temos. (...) São primos, sobrinhos, sobrinhas e quando no-los recomendam, como já são empregados na nossa empresa, quando no-los recomendam, são fiadores. Quer dizer, que se não está à altura, se ele me diz: «Emprega o meu primo e assim, é bom, etc.» Eu digo: «Ok, confio em ti, contrato-o.», mas se depois não é bom, ou assim, posso ir ter com o operário que está connosco já há algum tempo e dizer-lhe: «Escuta, vendeste-me, fizeste vir alguém que não é bom, ou etc.» Portanto, atualmente, é a melhor cadeia de... de contratação que temos, nós, na nossa empresa."

Neste excerto, Jean justifica a cooptação em termos de confiança. Externaliza o processo de seleção jogando com os laços de lealdade que mantém com os contratados. A externalização do processo de recrutamento pela via da cooptação já foi observada em estudos dedicados à contratação de mão de obra estrangeira (MacKenzie & Forde, 2015; Rodriguez 2004). Estes insistem nos benefícios para os empregadores, em termos de recrutamento, formação e disciplina. Empregar migrantes permite deslocar a responsabilidade dos processos de trabalho, apoiando-se em redes já organizadas. Os migrantes organizam então o trabalho e a contratação através de redes e hierarquias internas. Estes processos levam à estereotipação das atitudes no trabalho dos diferentes grupos de trabalhadores. Os empregadores representam assim o "bom trabalhador" associando-o ao grupo imigrado dominante. Estes mecanismos encontram-se no discurso de Jean, quando detalho a composição das suas equipas. Expõe as representações do trabalho que

tem e liga-as à origem nacional. Valoriza assim a presença maciça de portugueses nas suas equipas:

> *Jean*: " (…) [os Polacos] não é a mesma mentalidade, quero dizer, a Suíça, pelo menos a Suíça francófona, somos muito embalados pelo vale latino, quer dizer, Itália, Espanha, Portugal, tudo. (...) temos os mesmos valores, não os mesmos valores, mas temos na mesma certos valores que se aproximam, com essa gente, essa cultura, do que com os Alemães, ou com a Europa do Norte e a Europa do Leste. Temos alguns Polacos, mas é complicado. É uma mão de obra completamente diferente."

> *Entrevistadora:* "Mas o que é que é diferente? Concretamente?"

> *Jean*: "O estado de espírito deles. Quero dizer, os portugueses, trabalham, mesmo, são trabalhadores, quero dizer, têm... têm um estado de espírito, onde, quando vêm, fazem o trabalho deles, não são pessoas que levantam o pé, que se aproveitam, etc. Têm mesmo um instinto de... as pessoas, quando você as contrata, ficam contentes por terem sido contratadas, portanto têm a impressão que você lhes deu uma oportunidade e para guardar essa *chance*, mesmo, suam, suam a camisola no trabalho (…)."

Os aspetos ligados ao recrutamento de mão de obra estrangeira que acabamos de salientar estão claramente enunciados no discurso de Jean. É uma ética de trabalho, uma atitude face à tarefa que é valorizada e que é associada a um grupo particular de indivíduos. No entanto, no discurso de Jean, outra noção aparece como essencial: a noção de confiança e de familiaridade como redução da complexidade de uma situação (Lühmann, 1968). Esta noção nunca é destacada nas investigações referidas anteriormente. É, no entanto, para lutar contra a insegurança e maximizar as sinergias dos trabalhadores que a nacionalidade se transforma numa categoria plenamente operadora na avaliação do trabalho e que faz sentido no recrutamento. A seleção de candidatos não se baseia somente na avaliação das qualificações, mas também nas afinidades culturais procuradas no local de trabalho e sobre preconceitos de nacionalidade e de género (Lendaro & Imdorf, 2012). Os preconceitos são utilizados porque veiculam informação sobre a eficácia procurada no trabalho. As afinidades são procuradas porque permitem uma sinergia no trabalho. Favorecer o recrutamento de pessoas que partilham a mesma bagagem sociocultural favorece o sentimento de familiaridade propícia à instauração de relações de confiança. Não só a empresa se assegura da lealdade de vários operários, mas o controle e a proximidade social criados pela concentração de pessoas partilhando os mesmos universos sociais é evidente: ocorrem menos erros, as ordens são menos discutidas e o trabalho avança rapidamente e seguramente.

A situação de Ivo reflete perfeitamente isso. Chefe de equipa numa empresa de Construção, queixa-se muito durante a entrevista das difíceis condições de trabalho atuais. A relação de confiança necessária ao bom desenrolar dos trabalhos vê-se curto-circuitada pela presença maciça de trabalhadores temporários:

> *Ivo*: "Agora, se uma pessoa trabalha, hoje dão um, amanhã dão outro [trabalhador temporário], uma pessoa não conhece toda a gente, como é que trabalha? Eu penso que ele faz bem [o trabalho], mas por outro lado estava a aldrabar para me lixar. (...) Eu não estou ao lado. Pode fazer o trabalho bem quando eu estou ao pé, posso virar costas e fazer conforme quer. Eu não vou...não estou ao pé dele para saber."

Ivo tem um ar preocupado e fala muito do *stress* que esta situação lhe traz. Tem impressão de não conseguir fazer bem o seu trabalho e que o criticam por isso. Pode colocar pressão nos homens para que andem mais rápido, mas não afere concretamente de nenhum impacto na qualidade do trabalho deles, porque não se pode substituir ao trabalho de cada um. No entanto, a pressão que sofre provoca-lhe medo pelo lugar que ocupa. As incertezas de produção, a falta de formação reconhecida e a presença de trabalhadores temporários desvalorizam o seu estatuto e criam-lhe insegurança. Ivo salienta igualmente o carácter instável da presença de operários temporários. A impossibilidade de estabelecer laços de confiança baseados num conhecimento recíproco ("não conhecemos toda a gente") vira a sua organização do avesso. Só se pode repousar sobre si mesmo. O desenrolar do trabalhar fica afetado. Esta situação faz eco à que ele expõe um pouco depois e reenvia para a importância da confiança no bom desenrolar do trabalho. Dois membros da família de Ivo trabalham igualmente como chefes de equipa na mesma empresa. A familiaridade das relações permite o estabelecimento de um laço de confiança que facilita o processo de trabalho, o que se torna ainda mais importante no contexto de trabalho muito tenso que descreve:

> *Ivo*: " (…) Prontos, a gente tenta, nós, tenta sempre, entre os três, desenrascar-se (...). Por exemplo, para o depósito [armazém] não notar lá, por exemplo: «Olha, vai buscar [a máquina] ao teu cunhado ou vai buscar àquele chefe!» Depois chego ao pé daquele chefe: «Ah, não te empresto.» Se calhar nem precisa dela, mas não me empresta porque depois pensa que não a vou tornar a dar. (...) É o mal de hoje em dia, é que (...) o depósito [armazém] tem um *stress* muito grande, porque somos muitos chefes, e depois, uma pessoa telefona, às vezes, para o depósito: (...) «Olha, precisava isto de urgência, porque o arquiteto disse-me para fazer isto de tarde e não tenho material, vou buscar a ti? Vou alugar? Eu precisava disso de urgência.» – «Ah, isso só amanhã ao fim do almoço.» (...) Tenho que ir para outro lado. E telefono ao meu condutor de trabalho [coordenação da obra]: «Ah, desenrasca-te.» E uma pessoa vai fazer o quê? É mesmo a resposta 'desenrasca-te'."

Ivo relata aqui as diferentes interações necessárias para fazer avançar o trabalho e as relações de poder que estas contêm. Salienta a falta de confiança que pode existir entre "chefes" e as dificuldades de organização que isso provoca. A noção de confiança é, portanto, primordial no desenrolar eficaz das tarefas e a sua falta complica o avanço do trabalho no estaleiro. A presença de indivíduos com os quais uma familiaridade é possível é acrescida quando pessoas que partilham um laço simbólico comum se concentram numa mesma tarefa: um laço de parentalidade, um laço geográfico ou um laço social qualquer.

A confiança também é uma relação que se negoceia no quotidiano. Mostrar-se empenhado no trabalho é um meio de legitimar o seu lugar e de ganhar o respeito e a confiança dos colegas e dos superiores. Essa necessidade de "guardar a face" (Goffman, 1974) torna-se primordial quando o controle social é constante. E é perfeitamente o caso dos operários portugueses na alvenaria. Quando um laço qualquer liga os trabalhadores fora do trabalho, o risco de perder a face é maior. Os trabalhadores dizem sobre esse assunto que vão "queimar" outro trabalhador ou que este se "queimou". O verbo "queimar" é assim utilizado pelos operários, entre eles, para falar de outro quando assumem que este se queimou, por outras palavras, um trabalhador ou um chefe de equipa, que pelo seu comportamento não respeitou um certo número de regras implícitas para a coesão do grupo e se viu denunciado aos superiores que têm o poder de contratar e de desempregar.

Seria errado pensar que os operários portugueses formam um grupo homogéneo. Vários estudos mostraram a existência de hierarquias no interior de um mesmo grupo (para a classe operária, ver Beaud & Pialoux, 1999; para os trabalhadores emigrados portugueses, ver Monteiro & Queirós, 2009) que *a priori* pode parecer homogéneo. Assim, à imagem do que observou Nicolas Jounin nos estaleiros franceses: "o recrutamento por cooptação repousa na prática em conhecimentos pessoais, não na pertença étnica (...) em laços concretos, não numa origem suposta" (Jounin, 2006, p. 456, tradução própria). A imagem da relação com o trabalho que se tem do trabalhador é, portanto, primordial. No entanto, e é o que vamos discutir agora, a pertença a uma mesma comunidade nacional que tem lugares e tempos de socialização fortes, cria um sistema de laços fortes e fracos (Granovetter, 1973), o que permite que, de uma maneira ou de outra, vários membros de grupos diferentes vejam as informações que os abrange circular. Daqui decorre um controle e exigências sociais fortes, que se traduzem na atitude perante o trabalho.

O trabalho no estaleiro faz-se num sítio. Quando a estrutura está acabada, vai-se para outro. A mobilidade entre empresas/estaleiros dos trabalhadores é, portanto, grande e, se bem que muitas vezes trabalhem com o mesmo núcleo ou com o mesmo chefe de equipa, mudam com frequência de encarregado, de técnico, de empresa coordenadora de obra e convivem com outras equipas e outras

profissões. São assim levados a tecer laços com pessoas fora da rede comunitária e pessoal. Podemos dizer que criam então laços fracos. Esses laços criam-se pela observação e as interações no trabalho, mas também pelo convívio nos estaleiros. Ligam os trabalhadores entre eles, aos diretores, mas também a trabalhadores e empresários de outras empresas. Esses laços constituem então pontes potenciais que lhes permitem fazer circular informações sobre (e junto de) membros da rede social próxima (os tais laços fortes). Isto tem a sua importância no recrutamento. Efetivamente, contrariamente ao que se possa pensar, não se traz só membros da rede social para a própria empresa, mas também se propõe a outras empresas com as quais houve uma ligação qualquer. Quando pergunto ao César se já arranjou emprego a alguém, relata a história do recrutamento do primo:

César: "Já trouxe um primo meu, mas não foi para esta empresa, foi para outra."

Entrevistadora: "Como é que isso sucedeu? Pode contar-me..."

César: Eh pá isso é assim, nós fizemos uma obra – nessa empresa para onde ele veio trabalhar – um *consortium* com o meu patrão (...) só estávamos a dar a mão de obra e o patrão da outra empresa que era **, andava lá a trabalhar sozinho. E ele chegou devagarinho à minha beira, perguntou se eu estava contente, pronto, se eu gostava, se estava contente na empresa. Deu mais uma volta, disse-me, se eu, às vezes, não estivesse contente: «Diz-me alguma coisa.» Pronto, queria me engajar [contratar] para ele. E eu disse: «Não, para já não.» E eu disse: «Precisa de pessoal?» E ele disse: «Ah não, para já não, mas a ver. A ver.» Pedi-lhe: «Olhe, possivelmente, tenho um primo meu, portanto é um bom pedreiro, está ali.» E ele disse: «Aí depois vemos.» (...) Depois, não me disse mais nada. Depois, um dia mais tarde, chamei-o. Portanto falei com ele e: «Pronto, manda-o lá vir para cima, vamos lá trabalhar com ele.» Porque isto é assim. Eles não são burros, eles vêm, quem é que trabalha, quem não trabalha. Eu nem estava a trabalhar para ele, nós estávamos a trabalhar, a trabalhar para o meu patrão, mas ele é que era o responsável pela obra (…) "

César usou o contacto que tinha feito com um empregador (laço fraco) para colocar um familiar (laço forte). M. Granovetter diz-nos que os laços fracos "favorecem a coesão social", porque passando de uma rede a outra, estabelecem-se laços entre essas mesmas redes: "isso gera estruturas complexas de laços fracos que desempenham um papel de ponte entre os grupos mais coerentes de redes ativas: as ideias e as informações circulam então mais facilmente e um «sentido da comunidade» desenvolve-se" (2000, pp. 64-65, tradução própria). No entanto, essas informações dizem respeito essencialmente aos mesmos tipos de cargos. Também porque a existência desses laços e o interesse do recrutamento por cooptação repousam essencialmente sobre a reputação no trabalho dos trabalhadores em questão.

Uma socialização virada para o país de origem

Acabamos de o verificar, o recrutamento por cooptação – de longe o modo de recrutamento o mais utilizado no setor da Construção – permite gerir de maneira informal as relações de poder no estaleiro. Os laços de lealdade e de fidelidade (Jounin, 2006, 2008) que se criam permitem um envolvimento e uma ética no trabalho que beneficia o avanço das obras e representa uma aposta financeira importante. Quanto melhor as tarefas se fazem, mais a empresa ganha, em dinheiro e em reputação. A questão do bom entendimento e da cooperação entre operários vai então além do bom ambiente no estaleiro. Esses jogos de lealdade (entre parentes, chefes e equipas de trabalho) são reforçados pela mesma pertença nacional. Efetivamente, à imagem do que explica B. Anderson no seu livro sobre o imaginário nacional (1983), a construção e a partilha de uma identidade nacional reforçam o sentimento de pertença e criam um laço, muitas vezes, complacente entre membros de uma mesma origem[15]. É, assim, pela partilha e pela promoção de símbolos culturais e de locais e tempos de socialização que essa pertença étnica se constrói e se transforma em pertença comunitária ou pertença de grupo e que toma todo o seu sentido nos laços de trabalho. Por isso, abordaremos agora a questão e a função da socialização fora e no trabalho, realidades muito presentes entre os nossos inquiridos.

Os momentos de convivialidade no estaleiro são importantes. Por exemplo, no fim de uma obra, uma refeição é, muitas vezes, organizada com os operários, os chefes da obra e os clientes. São tempos de socialização, de pacificação das tensões e reforço de laços. Mas também servem para consolidar os laços fracos (Granovetter, 1973), fazer reconhecer o próprio trabalho e assentar a reputação. Além da marca de reconhecimento dada, essas práticas criam um sentimento de pertença a uma equipa, a uma coletividade com um objetivo em comum: a edificação terminada do edifício. Olhemos para o caso das refeições ou churrascos das sextas-feiras, frequentemente organizados ao meio dia no estaleiro. Designa-se um cozinheiro –na maioria dos casos, um servente ou um funcionário do armazém – e este trata da organização do almoço:

> *Nuno*: "(...) Dou-te o exemplo da semana passada. Betonámos uma laje. Era preciso comer qualquer coisa que não levasse muito tempo. Portanto, [o cozinheiro] fez as bifanas. Um pão – para isso telefonou-se à padaria portuguesa – encomendou-se 60 pães portugueses, ele fez, meteu, táu, comemos e depois fomos trabalhar. (...) "

[15] "os aldeãos javaneses sempre souberam que estão ligados a pessoas que nunca viram, mas estes laços foram em tempos imaginados de modo particularista – como redes indefinidamente extensíveis de parentesco e clientela" (Anderson, 1983, p. 6, tradução própria).

Entrevistadora: "E isso todos os chefes autorizam?"

Nuno: "Claro, mas com certeza. Também é bom para o moral comer uma vez qualquer coisa quente, bem preparada, em todos os estaleiros tens isso. Enfim, eu, nunca conheci outra maneira e ficava chocado de não conhecer isto, que um tipo me diga, aqui não...talvez toda a gente não tem a sorte de ter dois cozinheiros, mas guardam sempre as grelhadas [churrasco] (...). Também é um momento sem *stress*, onde uma pessoa esquece as gritarias da semana... sim é...então onde eu estou, todas as sextas-feiras, o chefe de equipa vai à padaria portuguesa e compra pastéis portugueses para os comermos às 9h [hora da pausa] (...) Cada um paga, à sua vez, os bolos para toda a gente e depois comes um éclair, uma bola de Berlim, estás a ver, coisas assim..."

Entrevistadora: "E os que não são portugueses também comem?"

Nuno: "Se quiserem sim, claro. Mas é preciso encontrar o que não é português no estaleiro eheheh…"

Neste excerto, Nuno, um operador de gruas, desenvolve o carácter mobilizador das refeições da sexta-feira. A componente cultural dessas refeições é visível. Recorrer a símbolos comuns e à componente afetiva que os caracteriza (os pratos e a pastelaria lembram o país de origem) participa da partilha de um sentimento de comunidade. Com o exemplo do Nuno, podemos afirmar que o sentimento de fazer parte de um mesmo grupo com um objetivo em comum (o edifício acabado) fica ainda mais reforçado, isto quando os membros partilham a mesma bagagem sociocultural, a mesma origem ou os laços de amizade ou de parentesco. Neste contexto, a comunidade operária portuguesa representa um grupo de indivíduos facilmente mobilizável para trabalhar em conjunto. Os locais de socialização fora do trabalho, como cafés – muitas vezes de gerência portuguesa – onde se encontram os trabalhadores, restaurantes de comida portuguesa, centros portugueses, mercearias de produtos portugueses, assim como outros locais públicos frequentados pelos trabalhadores, são lugares onde se partilha todo tipo de informação – muita ligada com o trabalho – e onde o sentimento de pertença a uma mesma comunidade se constrói. É também aí que se refaz a reputação sobre o trabalho de uns e de outros, que as informações sobre os postos de trabalho circulam: qual é a empresa que procura pessoal? Com que empresa temporária trabalha tal empresa e onde então seria útil inscrever-se? Com quem é preciso falar: quem é chefe de equipa, encarregado, aonde?

Ivo: "Às vezes, uma pessoa... estamos assim... vamos ao centro português, vamos assim na conversa: «E como é que é na tua empresa? Trabalha-se coisa?» «Olha, é... isto, isto.»"

Os operários portugueses representam, portanto, uma comunidade que, longe de ser homogénea, se compõe, no entanto, de grupos eficazmente organizados no que diz respeito aos laços fortes, ou seja, à rede social próxima. Entretanto, pelos numerosos lugares de socialização, o acesso aos *media* de língua portuguesa[16] e numerosas práticas transnacionais, um sentimento de pertença a uma mesma comunidade está realmente presente e vê-se reforçado justamente pela reprodução dessas práticas. E esse sentimento faz sentido na relação com o trabalho. Da mesma maneira que os empreiteiros colocam à disposição e promovem o porte de roupa de trabalho com a efígie da empresa para promover a ligação à empresa e a localização visual dos trabalhadores no estaleiro (essas roupas também são impostas aos trabalhadores temporários regulares), os trabalhadores portugueses, usando e reforçando os símbolos de pertença étnica através das práticas que descrevemos anteriormente, produzem e legitimam em si próprios as fronteiras da sua pertença nacional e profissional. Reivindicam um lugar e tentam assegurá-lo num contexto migratório de competição com outros migrantes. Atentando na tese de B. Anderson (1983), podemos dizer que os trabalhadores portugueses, por práticas sociais ligadas à comunidade de origem, tornam confusa a distinção entre uma comunidade real (um grupo de trabalhadores com a mesma origem nacional) e uma comunidade imaginada (os portugueses nos estaleiros). Para esta comunidade imaginada fortemente ligada a uma ética de trabalho (Jounin, 2006[17]), promover os símbolos de pertença étnica no local de trabalho, equivale a promover características profissionais que estão ligadas à nacionalidade e a reivindicá-las. Também é uma maneira de dar sentido a uma atividade e a uma presença num dado espaço social. Ajuda a manter uma posição social que é, em si, precária. Lembremos que a migração dos operários portugueses é principalmente uma migração de trabalho (Laranjo Marques, 2008; Monteiro & Queirós, 2009). Da parte dos empregadores, tolerar e mesmo incentivar essas práticas corresponde à vontade de reforçar a adesão ao tipo de ética no trabalho tão procurada e por aí mesmo, o laço à empresa e aos indivíduos com quem e aonde este laço se constrói e se reforça. O que só pode aumentar a eficácia no trabalho e maximizar os proveitos da empresa.

---

[16] Este aspeto foi nomeadamente desenvolvido por Marques & Góis (2008). Digamos aqui que a maior parte dos canais portugueses são acessíveis no estrangeiro por *internet* ou subscrição satélite a um operador nacional que difunde no estrangeiro. Também existe um canal de televisão (RTP internacional) essencialmente orientado para a difusão no estrangeiro de programas nacionais.

[17] "(…) Os portugueses parecem ser chamados e reintegrados à identidade étnica deles somente no âmbito do trabalho" (p. 485, tradução própria).

Conclusão

Pela atenção dada ao recrutamento dos operários portugueses no *gros oeuvre* do cantão de *Vaud*, na Suíça, quisemos compreender a organização e a mobilização das redes sociais que levam ao emprego e como esses mecanismos contribuem para criar uma segmentação nacional do mercado de trabalho suíço. Descobrimos, por um lado, que quando se fala de "portugueses" no âmbito da Construção, se está a sublinhar menos uma nacionalidade e antes uma ética de trabalho. São restrições organizacionais que são naturalizadas através de um grupo de indivíduos que, pelas suas práticas de socialização e pelas suas disposições migratórias (Monteiro & Queirós, 2009), se presta particularmente a apostas de pertença ligadas à eficácia no trabalho num contexto particular que é o do trabalho num estaleiro em situação de migração. Por outro lado, observamos também que a importância, para o avanço da obra, das relações dos trabalhadores entre eles, não repousa principalmente na qualidade dessas relações, mais sim na necessidade de guardar a face num contexto constantemente marcado por relações de poder, devido a uma insegurança de posição ligada a um estado de migração e ao controle social gerado pela presença de colaboradores com quem se mantêm laços mais ou menos fortes. Concluiremos, então, que a contratação de pessoal responde a uma procura de equilíbrio entre o rendimento no trabalho e as relações dos empregados entre eles e que a contratação por cooptação é um meio eficaz para atingir objetivos da empresa. Efetivamente, integrando laços fortes dentro da empresa, assegura-se uma confiança e uma lealdade dos trabalhadores em relação à empresa, porque os laços no trabalho misturam-se, encaixam-se e interagem com os laços fora do trabalho.

Assim, para captar melhor o funcionamento dos mercados de recrutamento, é preciso aprofundar o estudo do funcionamento das redes sociais, não sem nos interessarmos pelas questões que tornam operantes certas redes e outras não, em certas circunstâncias e não em outras. Neste quadro, o estudo do capital simbólico que representa a reputação no trabalho e as condições da sua construção parecem-nos essenciais para compreender melhor esses mecanismos. Por fim, sublinhemos que um perigo real existe e que este repousa na cegueira sobre estas práticas. Mark Granovetter, num artigo publicado em 2003, já o salientava:

(…) A discriminação relativamente a um grupo serviu de faca de dois gumes, entravando o acesso à maior parte dos ofícios, mas puxando-o para um nicho que foi capaz de dominar, em parte graças a uma coesão étnica reforçada no seio desse nicho (Granovetter, 2003, p. 196, tradução própria).

Partindo desta leitura, compreender a existência e a formação de "nichos étnicos" e explicá-los ao considerá-los como organizações sociais, permite evitar o aumento de interações racistas, assim como a gestão e a rivalidade nacionalista da

mão de obra. Muitas vezes observada e com um impacto real na organização do estaleiro, esta influi sobre as políticas de colocação no trabalho e de recrutamento. Como o mundo do trabalho não é um universo estanque, existe o perigo de estigmatização e de contaminação dessas representações[18] e de repercussões em esferas sociais mais largas, criando assim desigualdades de acesso a empregos baseados em *a priori* de classe ou de nacionalidade.

Referências Bibliográficas

Anderson, B. (1983). *Imagined Communities*. London: Verso (2006).

Barth, F. (1969). *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*. London: Allen & Unwin.

Beaud, S. & Pialoux, M. (1999). *Retour sur la condition ouvrière*. Paris: Fayard.

Blumer, H. (1954). "What is Wrong with Social Theory". *American Sociological Review*, *19*(1), 3-10.

Eymard-Duvernay, F. (dir.) (2012). Épreuves d'évaluation et chômage. Toulouse : Octarès.

Flückiger, Y. (2005). Le changement du contexte économique international et les transformations du marché du travail. In H. Mahnig (Dir.), *Histoire de la politique de migration, d'asile et d'intégration en Suisse depuis 1948* (pp.377-404). Zurich: Seismo.

Granovetter, M. (1973). The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology, 78*(6), 1360-1380.

Granovetter, M. (1995). *Getting a job: A study of contacts and careers*. Chicago: London, The University of Chicago Press.

Granovetter, M. (2000), *Le marché autrement* : *Les réseaux dans l'économie,* Paris : Desclée de Brouwer.

Granovetter, M. (2003). La sociologie économique des entreprises et des entrepreneurs [traduction d'Ashveen Peerbaye et Pierre-Paul Zalio], *Terrains & Travaux*, *2003/1* (4), 167-206.

Goffman, E. (1974). *Les Rites d'interaction*. Paris: Minuit.

Jounin, N. (2004). L'ethnicisation en chantier. Reconstructions des statuts par l'ethnique en milieu de travail. *Revue européenne des migrations internationales, 20*(3),103-126.

Jounin, N. (2006). *Loyautés incertaines. Les Travailleurs du Bâtiment, entre discrimination et précarité*. (Thèse de doctorat), Université de Paris 7, Paris, France.

Jounin, N. (2008). *Chantier interdit au public*, Paris: La Découverte.

Laranjo Marques, J. C. (2008). *Os Portugueses na Suíça: Migrantes Europeus*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

[18] Ao associar, por exemplo, sistematicamente uma nacionalidade a uma classe ou a uma tarefa.

Lendaro, A. & Imdorf, C. (2012). The use of ethnicity in recruiting domestic labour: A case study of French placement agencies in the care sector. *Employee Relations*, *34*(6), 613 – 627.

Lühmann, N. (1968). *La confiance: Un mécanisme de réduction de la complexité sociale*, Paris: Economica (2006).

Mackenzie, R. & Forde, C. (2009). The rhetoric of the 'good worker' versus the realities of 'employers' use and the experiences of migrant workers. *Work, employment and society*, *23*(1), 142-159.

Mahnig, H. (Dir.) (2005). *Histoire de la politique de migration, d'asile et d'intégration en Suisse depuis 1948*. Zurich : Seismo.

Marques J. C. & Góis P. (2008). Pratiques transnationales des Capverdiens au Portugal et des Portugais en Suisse. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, *24*(2),147-165.

Monteiro, B. & Queirós, J. (2009). Entre cá e lá. Notas de ume pesquisa sobre a emigração para Espanha de operários portugueses da construção civil. *Configurações*, *5/6*, 143-173.

Piguet, E. (2004). *L'immigration en Suisse*. Lausanne: PPUR.

Rodriguez, N. (2004).'Workers wanted': Employer Recruitment of Immigrant Labor. *Work and occupations*, *31*(4), 453-473.

Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*. London: SAGE.

Outras Fontes:

OFS (2008), *La population* étrangère *en Suisse*. Neuchâtel: OFS.

Stutz, H. et al. (2013). *Séjours temporaires pour activité lucrative en Suisse*. Berne: Commission fédérale pour les questions de migration CFM.

Legislação:

Loi fédérale du 16 décembre 2005 sur les étrangers (LEtr ; RS 142.20).

Um comentário final

Virgílio Borges Pereira

O leitor que tenha seguido o percurso gizado ao longo das páginas desta obra compreenderá, num momento final como este, que se volte a ressalvar o carácter complexo e multidimensional do tema que nos propusemos tratar ao longo do estudo que suportou a investigação desenvolvida. O foco analítico central deste trabalho colocou-se num esforço de investigação sociológica sobre modos de dominação e estratégias de reprodução social num setor da indústria específico, o da Construção. Para realizar um tal esforço, convocámos uma abordagem sociológica baseada numa metodologia de caso alargado e inscrevemos o seu desenvolvimento num diálogo com investigação sociológica consolidada, procurando com isso salvaguardar as vantagens inerentes ao desenvolvimento de perspetivas de análise efetivamente relacionais. Tal como se demonstra na primeira parte desta obra, encontrámos exemplos heurísticos de tais abordagens na revisitação de aspetos basilares e fundadores da obra sociológica de Pierre Bourdieu, que complementámos com o recurso ao estudo da mais recente sociologia das classes populares francesa. Pensando em aspetos específicos da estruturação das relações económicas e sociais que afetam o setor da Construção, mobilizámos investigação adicional sobre o grande marco analítico que representa a teoria de Neil Smith sobre o diferencial de renda para a compreensão dos mecanismos de reprodução da desigualdade espacial na cidade contemporânea e reflexão e análise sobre os desafios em matéria de regulação política e social que se colocam à Europa e aos Estados nacionais para superar os desfasamentos a que a implementação de processos de trabalho baseados na mobilidade da mão de obra, como aqueles que são próprios da indústria da Construção, estão sujeitos na atualidade.

Tendo presente algumas das implicações epistemológicas, teóricas e metodológicas decorrentes da inscrição analítica e da convocatória de teorias auxiliares de pesquisa assim realizada, desenvolvemos, na segunda parte da obra, uma incursão sobre os modos de dominação e sobre os sistemas de mecanismos de reprodução social configurados na indústria da Construção portuguesa, privilegiando o tratamento de temas e de problemas específicos.

Para esse efeito, começámos por desenvolver um olhar sobre a estrutura económico-produtiva do setor, analisando, em simultâneo, a evolução recente, feita de mudanças significativas, do sistema de emprego e de qualificações que o caracteriza, e concluindo que a precariedade e a debilidade das integrações profissionais são aspetos a reter para perspetivar a relação com o trabalho aqui reproduzida. De igual modo, consagrou-se atenção ao problema da sinistralidade laboral no setor, frisando-se a necessidade de acompanhar uma tal atenção com recurso à observação e tratamento do problema da sinistralidade rodoviária.

Afinando o ponto de vista sociológico sobre as recomposições a que o campo da Construção esteve sujeito nas últimas décadas, salientou-se, por outro lado, a pertinência de um ponto de vista mais orientadamente dedicado ao estudo das empresas e, em particular, ao quadro de funcionamento que caracteriza as maiores entre estas, analisando as suas transformações e as divisões que, num ano como o de 2012, as informam. Para além da heuristicidade do ponto de vista, a análise demonstra a existência de posicionamentos bem demarcados no interior deste campo, configurado em torno de grandes empresas dominantes, de empresas diretamente concorrentes, de empresas regionais marcadas pelo recurso a trabalho intensivo e por empresas altamente qualificadas e de dimensão não muito alargada.

A abordagem sociológica relacional implementada procurou, de seguida, retirar consequências do estudo das tomadas de posição dos atores institucionais do campo da Construção, esboçando, para esse efeito, uma leitura do modo como a crise do setor foi interpretada por tais atores. Retendo o significado de processos que contribuem, contraditoriamente, para movimentos de regulação e de desregulação do desenvolvimento da atividade económica no setor, a análise permitiu documentar a relevância de impasses no processo de "integração europeia" para a consolidação da atividade no setor e o impacto profundo que a crise económica mais recente teve neste. De igual modo, a abordagem realizada sobre a perspetiva dos atores permitiu verificar que a "recuperação" da crise enfrenta desafios específicos, que passam também pela regulação do impacto da estandardização, da automação e da digitalização, estruturados num quadro de relativo consenso entre as diferentes partes.

Procurando intensificar um pouco mais o registo de análise sociológica sobre o ponto de vista de atores institucionais a propósito de problemas pertinentes para o setor, a abordagem implementada ensaiou o estudo de um arquivo de notícias sindical e analisou as representações sobre os acidentes de trabalho na Construção produzidas pela imprensa portuguesa ao longo de um período temporal específico (1996-2017). Combinando análise sociológica e análise sociolinguística do discurso, a abordagem permite identificar as notícias como espaços de luta a propósito da definição legítima do acidente de trabalho e relevar o silenciamento a que as respetivas vítimas estão sujeitas.

Um último contributo neste segmento da obra convoca um registo que procura também inovar em matéria de reflexão sobre a atividade no setor. Capitalizando conhecimento mobilizado ao longo de uma extensa experiência na inspeção do trabalho em Portugal, mobiliza-se diagnóstico sobre o trabalho e as condições de trabalho no setor e define-se, em termos práticos, uma agenda política reflexiva e capacitante para a regulação ativa pelo Estado do exercício da atividade económica e do trabalho na Construção.

A terceira parte da obra procura restituir um outro patamar analítico que esteve subjacente à produção da investigação realizada, mais centrado sobre as dimensões políticas e experienciais inscritas nas atividades quotidianas de (re)construção do espaço, convocando não apenas os resultados diretos da pesquisa realizada, mas também outros trabalhos com grande potencial de diálogo com esta. As articulações entre a produção física, económica e política do espaço são particularmente visadas nos primeiros três contributos desta parte.

Com as abordagens estabelecidas nos primeiros dois estudos da terceira parte, visa-se a interrogação da produção do mercado local de habitação, num caso, através da análise de um dos subúrbios mais relevantes do Grande Porto, mais especificamente, Ermesinde, estudando-se a génese e a estruturação de um lugar – a Gandra – ao longo de um período de mais de meio século, demonstrando-se as modalidades de *habitat* privilegiadas pelo mercado local e os processos da respetiva promoção em matéria de Construção, sem perder de vista a leitura que as famílias residentes fizeram deste processo.

No outro caso, a análise privilegia o estudo do papel decisivo da política na formação de um mercado imobiliário com recurso ao estudo da ação do Estado "local", através do exame do modo como se operou, em Matosinhos-Sul, a formação e a transformação de uma antiga zona industrial num bairro residencial formado por grandes condomínios com elevado valor relativo de aquisição. A perspetiva assim elaborada não deixou de reter, por sua vez, a relevância dessa mesma ação do Estado na espacialização de classes sociais mais favorecidas.

Um terceiro contributo, resultado dos estudos levados a cabo num dos observatórios socioterritoriais estabelecidos no âmbito da pesquisa que inspira esta obra, revela a dinâmica eminentemente política que se inscreveu na constituição do mercado da reabilitação urbana no centro da cidade do Porto desde o início deste século. A análise demonstra como a constituição deste mercado passou também pelo reposicionamento da oferta residencial reabilitada em regiões mais solventes do espaço social, ao abrigo de lógicas de produção e de aprovisionamento correspondentes a tal exercício, que obrigaram a uma reorientação da atividade das empresas do setor da Construção para o mercado da reabilitação. Informações adicionais permitem reforçar a leitura produzida através do retrato das pressões urbanas em curso na área central da cidade e da análise

das mudanças verificadas na oferta comercial e na imagem de cidade que estas promovem.

Os contributos seguintes permitem incorrer em análises mais diretamente envolvidas com a experiência da (re)construção do espaço enquanto trabalho, abrindo a pesquisa ao estudo de práticas e de representações em diferentes contextos e privilegiando temáticas específicas. O núcleo principal é constituído por investigações realizadas no âmbito dos observatórios socioterritoriais.

Na análise desenvolvida no observatório constituído na região de Lisboa privilegia-se o estudo dos regimes de valor e das categorias de entendimento formados no estaleiro, demonstrando-se a importância deste e das divisões sociais neste estruturadas para a constituição do senso comum e das lutas de classificação que se configuram nos trabalhos da indústria e que, não raramente, integram o repertório da ação técnica e administrativa.

Um exercício análogo a este último prolonga-se no estudo realizado no observatório da região do Vale do Sousa, neste caso, privilegiando a análise fina da divisão do trabalho no decurso dos trabalhos de Construção e das divisões de classe que se demarcam nesta na região. Um tal exercício permite delimitar modalidades específicas de estruturação de posicionamentos na indústria regional. Esta, estruturada a partir de um quadro de culturas operárias de ofício definidas de acordo com a lógica da necessidade feita virtude, vê alguns dos seus posicionamentos estruturais mais significativos em curso de recomposição, fruto dos ajustamentos que se seguiram à crise económica e aos processos de intensificação da mobilidade espacial internacional que marcam os ativos da indústria regional.

A análise desenvolvida no observatório constituído na região de Bordéus, em França, com operários, encarregados e empresários, frequentemente oriundos da região do Vale do Sousa e de contextos adjacentes no Norte de Portugal, permite demonstrar a importância de que se reveste o movimento laboral transnacional para a configuração de modalidades específicas de estruturação de posicionamentos sociais no setor e explicitar como a lógica de relacionamento baseada na confiança dinamizada por estes ativos assume um carácter crucial na entrada nos estaleiros em França. Análises complementares permitem diagnosticar o modo como as divisões étnicas se integram no *modus operandi* da indústria em França e como contradições sociais significativas afetam os trabalhadores portugueses destacados no setor.

Por sua vez, o estudo realizado no observatório constituído em Bruxelas, na Bélgica, reconstitui os contornos controversos de que se reveste o trabalho destacado na indústria da Construção deste país e define a constelação de tomadas de posição e de coordenadas de ação que marcam a leitura do fenómeno por parte de representantes institucionais locais e protagonistas portugueses destes processos.

A obra termina com uma análise de um quadro social e nacional alternativo, focando-se no modo como, na Suíça francófona, nacionalidade e recrutamento se combinam para desenhar as divisões sociais e simbólicas que informam a organização do estaleiro neste contexto.

Como se depreenderá, com os diferentes exercícios reunidos, quisemos sobretudo abrir uma problemática, com recurso a uma abordagem teórica e metodológica versátil na formulação de questões e na produção de resultados. Temos consciência de que este é ainda um contributo preliminar e que o esforço de análise desta indústria da Construção em (Re)Construção deverá prosseguir.